



Susana Luísa Mexia Lobo

ARQUITECTURA E TURISMO: PLANOS E PROJECTOS

**AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA,
DA 1.ª REPÚBLICA À DEMOCRACIA**

PARTE III

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Susana Luísa Mexia Lobo

**ARQUITECTURA E TURISMO:
PLANOS E PROJECTOS
AS CENOGRAFIAS DO LAZER NA COSTA PORTUGUESA,
DA 1.^a REPÚBLICA À DEMOCRACIA**

PARTE III

Dissertação de Doutoramento na área científica de Arquitectura, especialidade de Teoria e História, orientada pelo Professor Doutor José António Bandeirinha e pela Professora Doutora Ana Tostões e apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Agosto 2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Parte III

O avião e o turista: *sun, sand, sea & bikini*

*“He did not think of himself as a tourist; he was a traveller.
The difference is partly one of time, he would explain.
Whereas the tourist generally hurries back home at the end of a few weeks or months,
the traveller, belonging no more to one place than to the next, moves slowly,
over periods of years, from one part of the earth to another.
Indeed, he would have found it difficult to tell, among the many places he had lived,
precisely where it was he had felt most at home.”*

Paul Bowles, *The Sheltering Sky*, 1949

Capítulo 4

O desenvolvimento económico alcançado no pós II Guerra Mundial, com as ajudas Marshall e a criação da OEEC, teria as suas repercussões na melhoria das condições de vida na Europa ocidental, assistindo-se à consolidação de benefícios sociais importantes e à democratização do acesso a meios de transporte particulares e colectivos, como o automóvel, a camioneta e o avião, surgindo, nesta altura, as primeiras companhias de voos *charter* internacionais. A liberdade associada a estas conquistas, na possibilidade de escolha de como e onde ocupar o tempo livre de cada um, iria desencadear um movimento de massas sem precedentes na história do Turismo. A atracção pela costa e o exotismo das culturas do sul, associados à apologia do Sol e da Praia, alimentam toda uma procura que fomenta a deslocação sazonal das populações do centro e norte da Europa rumo à bacia mediterrânica, na qual Portugal se inscreve, por extensão, como destino turístico apetecível.

Necessariamente, às formas de sociabilidade associadas à moda da Praia correspondem novas condutas e códigos de expressão individual. O biquíni é o símbolo máximo desta nova maneira de estar. Ainda que apresentado pela primeira vez na *Piscine Molitor* de Paris, em 1946, criação polémica do engenheiro mecânico Louis Réard, é só com o impulso dado pela produção cinematográfica da época que o uso do biquíni se vulgariza. Quem não se lembra de Brigitte Bardot em *Et Dieu... créa la femme*, de 1956, realizado por Roger Vadim, ou de Ursula Andress no primeiro filme da série James Bond, *Dr. No*, de 1962?

Mas, às imagens sensuais que nos chegavam lá de fora no grande ecrã, o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa contrapunha uma realidade bem menos “glamorosa”. “Uma Iniciativa Necessária”, lançada, em 1947, por Francisco Keil do Amaral nas páginas da revista *Arquitectura*, o Inquérito, iniciado em 1955 e publicado, em 1961, sob o título *Arquitectura Popular em Portugal*, revelava uma população predominantemente agrária, envelhecida e (sobre)vivendo em condições de quase miséria. Era o Portugal rural apadrinhado pelo regime salazarista e cristalizado, em 1938, no “Concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal”.

Esta situação vinha agravada pelo espoletar, em três frentes quase simultâneas, da Guerra Colonial, exigindo ao país um esforço financeiro extraordinário, que se iria prolongar ao longo de mais de uma década. Esforço financeiro que só é contrabalançado pela entrada de divisas provenientes, por um lado, da crescente massa de emigrantes que abandonam o país, essencialmente por motivos económicos, mas também políticos, e, por outro, do crescente número de entradas de turistas nas fronteiras portuguesas. Pelas estatísticas do INE, para uma população residente que ronda em média os 8 milhões de habitantes, no período de 1960 a 1970, assistimos a um pico de emigração em 1966, com 232 mil emigrantes estimados, e à afirmação de Portugal nos roteiros dos destinos turísticos internacionais, atingindo-se um milhão de turistas entrados nas fronteiras nacionais em 1964, os dois milhões em 1967 e, em 1970, os três milhões, representando as receitas conseguidas deste fluxo migratório uma importante fatia no saldo da dívida externa do país. É neste contexto que se percebe a abertura ao investimento exterior promovida pelo governo de Marcelo Caetano, no final da década de sessenta.

Já não é de um Turismo idealista que se trata, mas de um Turismo de massas, “no sentido de multidão e também no sentido de dinheiro e de proveitos”, “cuja exploração pode trazer ao País apreciáveis rendimentos”. À *Fonte de Riqueza e Poesia* de António Ferro sucediam-se as “Nuvens Negras” profetizadas por Keil do Amaral.

Por uma indústria do Turismo: da “Utilidade” ao “Estatuto”

A 22 de Julho de 1946, António Oliveira Salazar é capa da conceituada *Time Newsmagazine*. Com o título “Portugal’s Salazar, Dean of Dictators: The first woman, fruit-laden trees, serpentine policy - but no Eden”, a revista americana fixava uma imagem pouco lisonjeadora do nosso país, retratado, junto da fotografia do ditador, como uma apetitosa maçã cujo interior se encontrava completamente podre. Obviamente, este número da revista foi censurado em Portugal e a sua venda proibida nos seis anos seguintes. Mas, apesar da pressão externa, o Governo e Oliveira Salazar souberam assegurar a continuidade e a sobrevivência do Estado Novo no quadro da nova ordem internacional. Ao contrário do que se previa, seriam as próprias democracias anglo-americanas a legitimar a permanência do regime salazarista no pós-guerra, sendo Portugal integrado, em Setembro de 1948, no conjunto de países contemplados pelo programa de auxílio financeiro disponibilizado, pelos Estados Unidos, ao abrigo do Plano Marshall e, por essa via, na *Organization for European Economic Cooperation* (OEEC/OCEE), que tinha como principal objectivo promover o estabelecimento de uma economia livre de mercado na Europa. Em Abril de 1949, o nosso país seria, também, convidado a participar na criação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO/OTAN). Tal decisão surgia como contrapartida de uma “neutralidade colaborante”, negociada, ao longo do conflito, na cedência de facilidades militares aos Aliados nos Açores (à Inglaterra, em Agosto de 1943, e aos Estados Unidos, em Junho de 1944) e no embargo à exportação de volfrâmio para a Alemanha (também em Junho de 1944).¹



Time
The Weekly Newsmagazine
Vol.XLVIII No.4
Capa
22 Julho 1946
(imagem www.time.com)

¹ A partir de 1943, Portugal vê-se obrigado a clarificar a sua posição face ao evoluir da II Guerra Mundial. Embora desempenhando um importante papel no contexto peninsular, garantindo o não envolvimento no conflito da Espanha franquista, claramente situada ao lado das potências do Eixo, com a celebração, em Março de 1939, de um Tratado de Amizade e Não Agressão, que obrigava os dois países a consultarem-se mutuamente sobre a tomada de posições que pudessem pôr em causa a neutralidade do Bloco Ibérico, Portugal adoptaria, nos primeiros anos da guerra, uma certa ambiguidade política nas suas relações externas, assegurando a defesa do seu império colonial através de uma reaproximação à Aliança Luso-Britânica e da manutenção estratégica de relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, com os quais o Estado Novo se identificava ideologicamente. (Cf. ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel, M ARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 48-53)



Sem eleições livres
Não Votes
Cartaz MUD, c. 1945
(imagem www.fmssoares.pt)

Internamente, Salazar defendia-se da crescente agitação política e social, gerada em torno da derrota das ditaduras do Eixo, anunciando a revisão da Constituição de 1933 e a realização de eleições livres - “*tão livres como na livre Inglaterra*” - para a Assembleia Nacional, a ter lugar a 18 de Novembro de 1945. Esta inflexão no discurso oficial, a que correspondia uma aparente “abertura democrática” do Regime, seria aproveitada pelas forças da oposição para se reorganizarem e mobilizarem, em Outubro de 1945, em torno do Movimento de Unidade Democrática (MUD)², que, no entanto, acabaria por desistir do acto eleitoral por não se encontrarem reunidas as condições de liberdade e de isenção necessárias para a sua realização.

Pela influência activa que exerceu na vida pública nacional, angariando grande adesão popular e expandindo o seu raio de acção com a criação do MUD Juvenil, o Movimento viria a ser neutralizado, sob forte repressão e perseguição policial dos seus dirigentes, e formalmente ilegalizado, em Janeiro de 1948. Mesmo assim, em Julho desse mesmo ano, muitos dos antigos membros do MUD viriam a integrar a comissão de apoio à candidatura do General Norton de Matos às eleições presidenciais de 1949, contra o candidato do Regime, o General Óscar Carmona. Quatro dias antes das eleições, agendadas para 18 de Fevereiro, Norton de Matos anunciava a sua retirada da corrida, alegando, uma vez mais, não estarem reunidas as condições mínimas para se avançar com um acto eleitoral verdadeiramente livre.

Dez anos depois, a “derrota” do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 8 de Junho de 1958 acabava com qualquer ilusão democrática que ainda pudesse subsistir.

² Organização política, autorizada oficialmente, de oposição ao Regime que se apresenta como alternativa ao anterior Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), criado em Dezembro de 1943 sob a presidência do General Norton de Matos, e ao Partido Comunista Português (PCP), ambos a funcionar na clandestinidade. De carácter essencialmente cívico, o MUD congregou elementos dos vários vectores políticos da oposição no que seria “*o maior movimento organizado e de massas contra o Estado Novo que a oposição criou durante a vigência do regime*”. Em 1946, alargaria o seu campo de influência com a criação do MUD Juvenil, composto maioritariamente por militantes do Partido Comunista Português, que só seria extinto mais tarde, já na década de cinquenta. (Cf. ROSAS, Fernando (coordenação), op. cit., pp. 59-63)

Se a nível político, não se verificam mudanças significativas na actuação do Regime, no plano económico começam a perspectivar-se, no imediato pós-guerra, transformações estruturais na estratégia de desenvolvimento do país. As restrições impostas ao comércio internacional, durante o conflito mundial, tinham posto em evidência a forte dependência da economia portuguesa em relação à importação de matérias-primas e de bens de consumo, favorecendo a adesão política às teorias desenvolvimentistas defendidas pelo engenheiro José Nascimento Ferreira Dias Jr. enquanto Subsecretário de Estado do Comércio e da Indústria, entre 1940 e 1944, contra o conservadorismo ruralista que tinha, até então, suportado todo o discurso ideológico do Estado Novo. É neste contexto que uma nova *Linha de Rumo* é idealizada para o crescimento da economia nacional, agora centrado no fomento da produção industrial, em detrimento de um “exclusivismo” agrícola. Duas medidas legais vão suportar o arranque deste processo de industrialização: a Lei N.º 2:002, de 26 de Dezembro de 1944, sobre a “Electrificação Nacional” e a Lei N.º 2:005, de 14 de Março de 1945, relativa ao “Fomento e Reorganização Industrial”.

A primeira, equacionava “a electrificação como condição fundamental para o processo de modernização/industrialização do País”, avançando com “o conceito de rede eléctrica nacional” e com “o princípio de que a produção de electricidade teria de ser de origem hidráulica, devendo as centrais térmicas reservar-se para funções complementares, nomeadamente durante o Verão, para aproveitar os carvões pobres de origem nacional”³. Deste enunciado resultaria o programa de aproveitamentos hidroeléctricos lançado pelo Estado Novo, com a criação, a 24 de Outubro de 1945, da Companhia Hidro-Eléctrica do Cávado (HICA), a 30 de Outubro de 1946, da Hidroeléctrica do Zêzere (HEZ), e, a 7 de Julho de 1953, da Hidroeléctrica do Douro (HED), as três, empresas mistas, constituídas como sociedades anónimas,

³ ROLLO, Maria Fernanda, “1945: No fim da Guerra, uma Linha de Rumo para o País”, *Ingenium*, N.º 87, Maio/Junho 2005, disponível em www.ordemengenheiros.pt.



“Prefácio

(...)

No meio de uma Europa que, sob o impulso das angústias, da miséria ou das pressões sociais da guerra, cuida e cuidará com intensidade crescente em organizar e desenvolver tôdas as fontes de riqueza para melhorar em proporções nunca sonhadas o nível de vida dos seus trabalhadores, penso que Portugal não pode permitir-se o luxo de discutir se deve andar ou ficar parado, porque êsse tema perdeu oportunidade, é já hoje velharia caduca; nem lhe é legítimo pensar que existem varinhas mágicas ou invioláveis defesas morais fora da solução inflexível de afastar pieguices ou academismos e caminhar resolutamente com o tempo. Tôda a reacção anacrónica é insubsistente. Isto não é desamor do passado mas previdência; pensar no futuro não é desprezitar os nossos mortos mas antes consolidar a obra que nos legaram.

Em 1939 já estávamos atrasados; a guerra vai marcar uma descontinuidade na marcha do mundo - independentemente de cada um, no remanso da família, lhe chamar progresso ou regresso. Se não dermos um salto em frente afastamo-nos a perder de vista; afirmá-lo é dever mais forte que o comedimento de continuar em isolado silêncio”.

JÚNIOR, J. N. Ferreira Dias,
Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa, Lisboa,
Livraria Clássica Editora, 1945.

em que ao financiamento público, maioritário, se associava, agora, o capital privado, num novo modelo de estrutura empresarial. O Estado passava, assim, a dirigir o processo de electrificação nacional, ao mesmo tempo que incentivava o investimento no sector.

A segunda medida, baseava-se na ideia da “*imprescindibilidade da industrialização*” para o progresso da Nação, advogando a substituição da “importação” pela “produção”, num processo que comportava “*uma dupla componente, criação de novas indústrias e reorganização das existentes, no quadro de uma política económica nacionalista e autárquica*”⁴. Também neste domínio, ressalta o carácter intervencionista do Estado, por um lado, na definição das linhas orientadoras da industrialização do país, segundo uma estratégia de diversificação e de condicionamento da produção direccionada para o mercado interno, e, por outro, na implementação de apoios, financeiros e técnicos, à iniciativa privada, para a criação de novas empresas e a modernização das existentes.

Esta viragem na política económica do Estado Novo viria a ser materializada nos chamados Planos de Fomento, delineados, inicialmente, em resposta à necessidade de se “*formalizar um plano de desenvolvimento a médio prazo que pudesse servir de enquadramento à ajuda americana*”⁵ inscrita no Plano Marshall⁶, a que o Governo português se candidata em Setembro de 1948. Pela primeira vez, em Portugal, assiste-se à preocupação de se sistematizar um planeamento global e integrado de crescimento económico e social, definindo prioridades e metas a alcançar com o programa de investimentos a realizar pelo Estado e, implicitamente, pela iniciativa privada. Nesse sentido, os Planos de Fomento traduzem a evolução do modelo de desenvolvimento preconizado

⁴ Idem.

⁵ BRITO, José Maria Brandão de, “Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia”, in HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda (coordenação), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Volume I - Contexto, Lisboa, IST/Publicações Dom Quixote, 2004, p. 142.

⁶ Sobre o alcance, em Portugal, do programa de recuperação económica desenvolvido ao abrigo do Plano Marshall - o *European Recovery Program* (ERP) - aprovado a 3 de Abril de 1948, ver ROLLO, Maria Fernanda, “Inovação e produtividade: o modelo americano e a assistência técnica americana a Portugal no pós-guerra”, in idem, pp. 41-80.

pelo Estado Novo, desde o pós-guerra.

O I Plano de Fomento⁷, relativo ao período de 1953 a 1958, não se tratando ainda de um plano global propriamente dito mas de um programa sectorial de investimentos públicos, apontava, na continuidade das Leis N.º 2:002 e N.º 2:005, como áreas prioritárias de intervenção as Infraestruturas (Electricidade e Transportes e Comunicações), as Indústrias-Base (Metalurgia, Siderurgia, Petroquímica e Cimentos) e a Agricultura, avançando, simultaneamente, com diversos estímulos ao empreendedorismo particular, sobretudo no que se referia ao esforço de industrialização. Esta política de protecção estatal assentava em dois instrumentos centrais - *“a reserva de mercados e o baixo preço dos factores produtivos”*⁸. A reserva de mercados baseava-se na *“defesa da indústria nacional a dois níveis: da concorrência externa, através de uma forte carga aduaneira (...) [e] da concorrência interna, através do condicionamento industrial”*, enquanto que o baixo preço dos factores produtivos era assegurado, essencialmente, por uma *“política de contenção salarial”*, que garantia o acesso a mão-de-obra barata, também porque pouco qualificada. É aqui que o modelo de desenvolvimento proposto vai falhar, porque, se voltado para o consumo nacional, estes instrumentos acabavam por funcionar como *“obstáculos decisivos ao alargamento do mercado interno, sem o qual não havia crescimento sustentado das indústrias”*⁹. Por outro lado, o *“fraco nível de mecanização e de preparação técnico-profissional da (...) força de trabalho”* comprometia, à partida, a competitividade da indústria portuguesa em relação a uma Europa em franca renovação tecnológica, isto para não falar do sector agrícola, em que a continuada ausência de uma reforma fundiária e produtiva conduziria à estagnação e, conseqüentemente, ao desemprego e (e)migração da população rural, à procura de melhores condições de vida.

⁷ Aprovado pela Lei N.º 2:058, de 29 de Dezembro de 1952.

⁸ ROSAS, Fernando (coordenação), *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, Sétimo Volume, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 460-461.

⁹ Idem, p. 462.

“Na linha das ‘preocupações’ adiantadas no plano anterior: acelerar o ritmo de incremento do produto nacional, aumentar a produtividade do capital fixo, melhorar o nível de vida, garantir e proporcionar emprego e melhorar a balança comercial”, o II Plano de Fomento¹⁰, para o quinquénio de 1959-1964, dava continuidade ao programa de investimentos estabelecido, passando, no entanto, a Indústria a assumir o protagonismo, alteração em muito favorecida pela presença de Ferreira Dias como Ministro da Economia, de 1958 a 1962. A principal questão que se colocava, agora, era a da abertura económica aos mercados internacionais. Dividido entre a criação de um mercado único português, que englobava as colónias, e a integração europeia, o Governo avança com a adesão de Portugal à *European Free Trade Association* (EFTA/AECL)¹¹, a 4 de Janeiro de 1960, a que se segue, em Novembro desse mesmo ano, a adesão ao *International Bank for Reconstruction and Development* (IBRD/BIRD), ao *International Monetary Fund* (IMF/FMI) e ao *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT/AGTC). Ditava-se, assim, o fim do regime de autarcia defendido, até então, pelo Estado Novo, assistindo-se à progressiva substituição da política de “substituição de importações” por uma política de “substituição de exportações”.

“O turismo deixou de ser uma expressão literária, vagamente relacionada com viagens e viajantes, para ser uma indústria, reconhecida e estudada nas mais altas esferas da economia internacional, que a consideram com objectividade discriminada dentro da sua complexidade; servindo-se os diferentes Estados, de todos os meios ao seu alcance para melhorar o ‘produto exportável’ e obter com ele o maior rendimento de divisas.”

De notar é a ausência, nestes dois documentos, de qualquer referência ao Turismo, enquanto fenómeno económico. Isto quando “a *Administração do Plano Marshall*” já o tinha considerado “uma indústria base, uma indústria-chave, e incluído como uma das principais formas de ‘exportação’, na medida em que, ‘vendendo turismo’ os países adquirem divisas”¹², apresentando-se, assim, o Turismo, para certos países, como a “*indústria número um*”.

CARDIM, Guilherme, “Instituto Português de Turismo”, in PORTUGAL, Sociedade Propaganda de, *Instituto Português de Turismo: Relatório e Projecto de Estatuto*, Carcavelos, Tipografia Cardim, 1950, p. 17.

¹⁰ Aprovado pela Lei N.º 2:094, de 25 de Novembro de 1958.

¹¹ Fundada em 1959, a EFTA constituiu-se como uma organização paralela à *European Economic Community* (EEC/CEE) que tinha sido criada, pelo Tratado de Roma, a 25 de Março de 1957. A principal diferença entre a EFTA e a EEC era a ausência de uma pauta aduaneira externa comum, sendo cada um dos seus países membros (Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça) livre de estabelecer os acordos comerciais individuais que mais lhe conviesse com outros países não membros.

¹² CARDIM, Guilherme, “Instituto Português de Turismo”, in *Instituto Português de Turismo: Relatório e Projecto de Estatuto*, Carcavelos, Sociedade Propaganda de Portugal, 1950, p. 17.

Esta ausência, não quer, no entanto, dizer que o assunto tenha sido completamente ignorado pelo Governo. Na verdade, durante a vigência destes primeiros Planos de Fomento são introduzidas medidas fundamentais para a organização do Turismo português e para perceber a sua evolução no período do pós-guerra. Medidas ditadas pelo crescimento económico relativo alcançado nesta altura e que podemos, genericamente, dividir em duas categorias: nos anos cinquenta, a principal preocupação do Estado é a de implementar nova legislação para o sector, em especial, no que se refere ao desenvolvimento da indústria hoteleira nacional, e, nos anos sessenta, a de promover o planeamento turístico do país, com particular incidência para o Algarve, região que começa, então, a destacar-se nos roteiros de férias, nacionais e, cada vez mais, internacionais.

Assim, num primeiro momento, assistimos à promulgação de uma série de “*providências legislativas (...) que [procuram] estrutura[r] o arranque da moderna indústria nacional do turismo*”¹³, sobretudo através do incentivo ao investimento privado no equipamento turístico do país, com a aprovação da Lei da Utilidade Turística e a criação do Fundo de Turismo, mas, também, através da revisão da orgânica dos serviços oficiais de Turismo, com a ratificação do Estatuto do Turismo. Num segundo momento, que coincide com o início da Guerra Colonial, as receitas do Turismo aparecem como contrapartida económica, não negligenciável, ao esforço financeiro interno exigido por um Estado Novo apostado em manter, a todo o custo, o seu “Império” ultramarino. É nesta diferente conjuntura que se enquadra a viragem na política de Turismo do Governo, do “investimento” para o “planeamento”, chamando a si a iniciativa de promover o estudo do aproveitamento mais consequente dos recursos do país. Daqui resultaria a elaboração de uma série de instrumentos de orientação à actuação estatal que, curiosamente, se vão ocupar, primeiro, da planificação territorial do Turismo - sobretudo no Algarve - e, só depois, da sua organização económica e social - nos Planos de Fomento seguintes.

¹³ PINA, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988, p. 165.

O conceito de “Utilidade Turística” é introduzido com a Lei N.º 2:073, de 23 de Dezembro de 1954, que “*promulga disposições relativas ao exercício da indústria hoteleira e similares*”¹⁴. De acordo com este diploma, os estabelecimentos hoteleiros com interesse para o Turismo, divididos por Hotéis, Pensões e Hospedarias, Pousadas e Estalagens, podiam, “*sob proposta dos serviços de turismo, (...) ser declarados de utilidade turística*”, tendo “*em conta a localização dos estabelecimentos tanto pelo interesse turístico próprio como pela sua importância no quadro das comunicações, o nível, verificado ou presumido, das suas instalações e serviços e quaisquer outros factores que os qualifiquem como pontos de apoio para o turismo nacional e internacional*”.¹⁵

Com a atribuição dessa classificação, as empresas proprietárias ou concessionárias ficavam “*isentas, relativamente à propriedade e exploração dos mesmos, de contribuição predial e (...) industrial, e bem assim de quaisquer impostos e taxas para os corpos administrativos, durante o prazo de dez anos, contado a partir do primeiro ano de exploração dos estabelecimentos; e beneficiarão, nos quinze anos seguintes, de uma redução de 50 por cento nas mesmas contribuições, impostos e taxas*”. Os mesmos benefícios tributários eram extensíveis aos estabelecimentos hoteleiros abertos nos últimos cinco anos e aos que realizassem, nos cinco anos contados desde a entrada em vigor da lei, obras e melhoramentos, desde que, em ambos os casos, se obtivesse idêntica classificação¹⁶. Para além disso, ficavam “*isentas de sisa e de imposto de sucessões e doações (...), as aquisições de prédios com destino à construção e instalação de estabelecimentos hoteleiros ou similares previamente declarados de utilidade turística*”.

¹⁴ Lei N.º 2:073, *Diário do Governo*, I Série, N.º 286, 23 Dezembro 1954, p. 1619.

¹⁵ *Idem*, p. 1620.

¹⁶ Na Lei N.º 2:081, de 4 de Junho de 1956, em que se inseriam algumas disposições sobre a interpretação e aplicação da legislação em análise, esclarecia-se que a declaração de “utilidade turística” só podia ser concedida a estabelecimentos já existentes quando estes passassem “*a ser instalados em edifícios construídos de novo ou totalmente reconstruídos*”. (Cf. Lei N.º 2:081, *Diário do Governo*, I Série, N.º 113, 4 Junho 1956, p. 581)

Mas a lei não ficava por aqui:

“As empresas [referidas] beneficiarão[, ainda,] da isenção de direitos aduaneiros e emolumentos consulares para todos os apetrechos (móveis, materiais, utensílios e aparelhos) destinados à construção e instalação de estabelecimentos futuros ou à ampliação, adaptação, renovação ou beneficiação de estabelecimentos existentes, desde que o projecto das obras ou melhoramentos seja aprovado pelos serviços de turismo, se tais apetrechos não puderem ser adquiridos à indústria nacional em qualidade equivalente e dentro de prazos compatíveis com as necessidades da empresa, ou se aquela não poder oferecê-los a preços iguais ou inferiores aos dos mesmos artigos estrangeiros, acrescidos de 15 por cento.”

A declaração de “utilidade turística” funcionava, desta forma, simultaneamente, como um estímulo ao capital privado para investir na construção de novas unidades hoteleiras ou na requalificação das existentes e como um garante oficial do nível de qualidade da oferta. É ao abrigo desta nova legislação que assistimos, ao longo dos anos sessenta, a uma expansão significativa do parque hoteleiro nacional e à sua diversificação. Arranque assinalado pela inauguração, em 1959, do Hotel Ritz, em Lisboa.

Confiando, quase exclusivamente, na capacidade realizadora da iniciativa particular, a lei não deixava, no entanto, de prever a possibilidade de o Estado participar, com “*órgãos locais de turismo ou com empresas privadas, em trabalhos de construção, ampliação ou adaptação de edifícios ou parte deles, e seu apetrechamento, com destino a estabelecimentos hoteleiros ou similares, (...) [desde que] classificados de utilidade turística*”. Esse apoio, naturalmente, estava dependente da realização de um estudo técnico-económico pelos serviços oficiais e da aprovação do respectivo projecto de arquitectura, não podendo o montante global dos subsídios exceder metade do custo total das obras e do equipamento das unidades construídas ou intervencionadas¹⁷. Para isso, previa-se a criação de um Fundo de Turismo, regulamentado, dois anos mais tarde, pela Lei N.º 2:082, de 4 de Junho de 1956,

¹⁷ O valor concedido seria, posteriormente, reembolsado ao Estado, sem juros, “*em vinte prestações anuais de igual valor, [pagas] a partir do sexto ano da exploração*”. (Cf. Idem, p. 1621)

a qual *“incumb[ia] o Estado, por intermédio dos órgãos centrais competentes e em colaboração com os órgãos locais, de promover a expansão do turismo nacional, com o fim de valorizar o País pelo aproveitamento dos seus recursos turísticos”*.¹⁸

Nesse sentido, tornava-se necessário reequacionar o papel e as competências dos serviços oficiais de Turismo. Encarado, de novo, como uma actividade de carácter, essencialmente, económico, o Turismo ganhava uma dimensão que já não se coadunava com a visão poética e algo ingénua com que António Ferro tinha vindo a sustentar o discurso turístico do Estado Novo, nos últimos, cerca de, vinte anos. O próprio director do Secretariado terá consciência disso. Antes de ser afastado do SNI, em 1949, Ferro recupera a ideia da elaboração de um Estatuto do Turismo¹⁹, que devia *“acima de tudo, coordenar, articular todas as actividades turísticas subordinando-as a um espírito e comando únicos”*²⁰. Só com a aprovação de tal instrumento seria possível traçar *“um grande plano”* que orientasse o desenvolvimento do Turismo nacional.

É sobre esta ideia que uma Comissão não oficial do Secretariado desenvolve a proposta de Estatuto de Turismo enviada ao Gabinete do Presidente do Conselho, a 2 de Fevereiro de 1950. Documento constituído por um Preâmbulo e por um Projecto de Lei, estruturado em dezassete “Bases”, no qual se defendia a centralização, numa Direcção dos Serviços de Turismo, de todas as actividades ligadas ao sector. Mas a principal novidade desta proposta seria a introdução do conceito de “Zonas Diferenciadas de Turismo”, figura que passava a determinar a organização turística de todo o território e se sobrepunha às estruturas locais existentes - Comissões Municipais de Turismo e Juntas de Turismo - e às Zonas de Turismo definidas no Código Administrativo de 1936-1940. Segundo este estudo, cada uma daquelas Zonas deveria

¹⁸ Lei N.º 2:082, *Diário do Governo*, I Série, N.º 113, 4 Junho 1956, p. 582.

¹⁹ A primeira referência oficial ao Estatuto do Turismo é feita no Artigo 9.º do Decreto-Lei de 1944 que organiza os serviços do SNI.

²⁰ FERRO, António, *Turismo: Fonte de Riqueza e Poesia*, Lisboa, Edições SNI, 1949, p. 98. (Discurso pronunciado no Secretariado Nacional da Informação, em 13 de Dezembro de 1947, perante os delegados das Comissões e Juntas de Turismo)

“ser constituída por um centro de importância monumental, ou paisagística, ou balnear, ou histórica, ou pitoresca, etc., e pela reunião à sua volta do conjunto geográfico de extensão limitada às possibilidades dos interesses turísticos comuns”.²¹

Este “trabalho com o seu pequeno relatório, acerca [da reorganização] dos Serviços de Turismo” seria, uma semana depois, encaminhado por Oliveira Salazar à Câmara Corporativa, para que esta “procedesse ao estudo das questões que ali são versadas e habilitasse o governo com o seu parecer e, sendo possível, com uma nova redacção das bases” nele sistematizadas.²²

Nesse mesmo ano, a questão do Turismo é alvo de acesa discussão na Assembleia Nacional. O principal interlocutor desse debate seria o deputado Paulo Cancellia de Abreu, que, num aviso prévio intitulado “Recuperemos o tempo perdido”²³, alerta para o facto de a indústria se encontrar “em crise, em grave crise em Portugal”²⁴. A seu ver, a solução passava, também, pelo estabelecimento de um “plano e comando únicos”²⁵, entregando-se, neste caso, a “coordenação dos serviços [oficiais a] um Instituto Nacional de Turismo ou entidade congénere, viabilizados pelo competente reforço orçamental”. Sugestão que seria reiterada pela Sociedade Propaganda de Portugal, com o projecto da criação de um Instituto Português de Turismo, apresentado em Novembro seguinte, ao, então, Presidente da Câmara Corporativa, o Professor Doutor Marcelo Caetano²⁶. Em ambos os casos, o que estava, genericamente, em causa era a integração do Turismo, enquanto

²¹ Do “Preâmbulo” ao *Projecto de Estatuto do Turismo*, elaborado pela Comissão não oficial do SNI, citado em BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003, p. 1035.

²² Na opinião de Sérgio Palma Brito, a carta que o Presidente do Conselho escreve ao Presidente da Câmara Corporativa, a 10 de Fevereiro de 1950, na qual “decide ignorar que o documento em causa tem por título ‘Projecto de Estatuto de Turismo’”, é indicativa “do distanciamento entre António Ferro [que lança a ideia do Estatuto] e Salazar [que evita essa relação]”. (Cit. Idem, p. 1036 e p. 1033)

²³ Aviso Prévio apresentado no Período de Antes da Ordem do Dia da Sessão de 27 de Janeiro de 1950 e discutido na Ordem do Dia das Sessões de 9, 10 e 11 de Março seguinte. (Cf. Idem, p. 723)

²⁴ PINA, Paulo, op. cit., p. 157.

²⁵ Idem, p. 159.

²⁶ PORTUGAL, Sociedade Propaganda, *Instituto Português de Turismo: Relatório e Projecto de Estatuto*, Carcavelos, Tipografia Cardim, 1950.

actividade económica, na organização corporativa, elevando-se a existente Repartição de Turismo à categoria de “Instituto”²⁷. Nenhuma destas duas propostas teria seguimento, ao contrário do Projecto do Estatuto de Turismo do SNI sobre o qual a Câmara Corporativa se pronuncia, a 1 de Fevereiro de 1952.

Na verdade, o *Parecer 25/V* elaborado pelas Secções de Transportes e Turismo, Política e Administração e Finanças e Economia deste organismo vai muito mais além do documento em análise, aproveitando a oportunidade para “faz[er] um exame na generalidade sobre os problemas do turismo, passa[r] ao exame na especialidade e formula[r] conclusões que [conduzem à] redacção de um novo Projecto de Estatuto do Turismo”.²⁸

Consciente de que “o turismo é um fenómeno que tende a expandir-se e se já hoje não abrange apenas os mais privilegiados, no futuro, pelo desenvolvimento do turismo popular, há-de estender-se a todas as categorias sociais, não sendo fácil prever o volume e vastidão que virá a atingir”²⁹, a Câmara Corporativa “opta pela elaboração de um projecto de diploma fundamental em que se concretiz[am] os objectivos a atingir, os meios a empregar e os órgãos a utilizar para o enquadramento em novos moldes do turismo em Portugal e para a realização de um vasto e eficaz plano de acção turística”³⁰. Como organismo central dessa acção mantém-se o Secretariado, que devia ser revisto na sua estrutura orgânica e nos seus quadros.

²⁷ De acordo com o Decreto-Lei N.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, que autorizava o Ministério do Comércio e Indústria “a constituir organismos destinados a coordenar e a regular superiormente a vida económica e social nas actividades directamente ligadas aos produtos de importação e de exportação”. Segundo esta legislação, definiam-se três tipos de organismos de coordenação económica: as Comissões Reguladoras, destinadas a “condicionar a importação”; as Juntas Nacionais, encarregues de “desenvolver e coordenar as actividades da produção e do comércio nacionais em ordem à maior expansão da exportação portuguesa”; e os Institutos, “criados quando se encontrem já organizadas corporativamente as actividades da produção e do comércio de produtos principalmente orientados para a exportação e que por virtude da sua importância exijam garantia oficial da sua qualidade e categoria”. No caso dos Institutos, estes teriam como órgãos superiores uma Direcção e um Conselho Geral. Em qualquer um dos casos, estes organismos seriam integrados em Corporações, logo que estas fossem constituídas, o que, no caso do Turismo, acaba por acontecer com a criação de uma Corporação dos Transportes e Turismo, instituída pelo Decreto-Lei N.º 41:288, de 23 de Setembro de 1957. (Cf. Decreto-Lei N.º 26:757, *Diário do Governo*, I Série, N.º 158, 8 Julho 1936, p. 770)

²⁸ BRITO, Sérgio Palma, op. cit., p. 1038.

²⁹ Ponto 28 da Apreciação na Generalidade do Parecer 25/V da Câmara Corporativa, citado em *Idem*, p. 1039.

³⁰ Ponto 5 da Apreciação na Generalidade do Parecer 25/V da Câmara Corporativa, citado em *Idem*, *ibidem*.

Com base neste *Parecer*, o Governo acabaria por decidir a reforma administrativa do SNI, num modelo próximo do consagrado no Projecto de Estatuto delineado pelo executivo e cujas bases essenciais seriam fixadas na referida Lei N.º 2:082, de 4 de Junho de 1956, que, simultaneamente, instituía a criação do Fundo de Turismo.³¹

Assim, no que se referia à intervenção estatal nesta matéria, essa continuaria a ser exercida pelo Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, alargando-se o seu poder e as suas atribuições³² sem que, no entanto, se procedesse à necessária reforma e actualização dos serviços da sua Repartição de Turismo. Paralelamente, o Conselho Nacional de Turismo transitava para junto da Presidência do Conselho, funcionando “*como órgão de consulta e coordenação*”. Quanto à organização turística local, em vez das citadas Zonas Turismo, é contemplada, pela primeira vez, a delimitação de Regiões de Turismo, resultantes da combinação de duas ou mais Zonas de Turismo e administradas por Comissões Regionais de Turismo, deixando de nelas existir as respectivas Juntas ou Comissões Municipais. No fundo, e apesar do processo longo da discussão do Estatuto e da profundidade da reflexão gerada em torno da sua elaboração, no que respeita à organização dos serviços oficiais de Turismo, tudo continuava, mais ou menos, na mesma.

³¹ Em alternativa ao existente Fundo dos Serviços de Turismo criado pelo Decreto N.º 14:890, de 14 de Janeiro de 1928, o qual é extinto.

³² Pela nova legislação, competia ao SNI, pelos seus Serviços de Turismo: “1) *Elaborar anualmente, em colaboração com os órgãos locais, planos gerais de actividade para valorização turística do País e assegurar a sua realização*; 2) *Promover (...) a divulgação de elementos de interesse turístico nacional e fiscalizar a propaganda turística feita por quaisquer entidades*; 3) *Assegurar serviços de informação no País e no estrangeiro relativamente ao turismo em Portugal, (...)*; 4) *Orientar, coordenar e estimular a actividade dos órgãos locais de turismo (...)*; 5) *Orientar, disciplinar e fiscalizar a exploração da indústria hoteleira ou similar, e o exercício de outras actividades directamente relacionadas com o turismo, tais como agências de viagens, empresas de excursões, intérpretes, guias, guias-intérpretes e vendedores de artigos regionais e de recordações de viagem*; 6) *Estudar o melhoramento dos serviços de comunicações e das gares e aeroportos, utilizados pelos turistas, bem como das estações oficiais (...)*; 7) *Classificar os sítios e locais de turismo e velar pela conservação do pitoresco das zonas, sítios e locais com interesse turístico*; 8) *Planear os itinerários turísticos do País (...)*; 9) *Promover a expansão do excursionismo, do campismo e outros desportos capazes de valorizar turisticamente o País*; 10) *Promover o policiamento especial dos locais de turismo (...)*; 11) *Dar parecer sobre as matérias que envolvam interesses do turismo, nomeadamente sobre projectos urbanísticos e paisagísticos*; 12) *Assegurar a representação do País nos organismos internacionais de turismo e as relações com os serviços de turismo dos outros Estados.*” (Cf. Lei N.º 2:082, op. cit., pp. 582-583)

Na dependência de uma vulgar Repartição, “*cuja envergadura, rapidamente ultrapassada, não permite dar resposta útil e atempada à quantidade e desmultiplicação de solicitações em que se vê envolvida*”³³ com a crescente afluência de turistas estrangeiros ao país, o Turismo seria elevado, quatro anos depois, à categoria de Direcção de Serviços, através do Decreto-Lei N.º 43:150, de 6 de Setembro de 1960³⁴, tal como defendido, desde 1949, por António Ferro e pela Comissão do Secretariado encarregue de elaborar o “Estatuto”. Em 1965, essa Direcção de Serviços é transformada em Comissariado do Turismo³⁵, acabando por se constituir, três anos mais tarde, como Direcção-Geral, agora sob a alçada de uma Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT), sucessora do SNI³⁶. Garantindo a continuidade de todo este processo,

³³ PINA, Paulo, op. cit., p. 167.

³⁴ Pelo qual a Direcção dos Serviços de Turismo passava a compreender uma Repartição Geral, com duas Secções (a 1.ª Secção dedicada ao Turismo Nacional e a 2.ª Secção às Relações Internacionais e a Estudos), e uma Repartição da Indústria Hoteleira, dividida, igualmente, em duas Secções (a 1.ª Secção relativa à Assistência e Inspeção Hoteleira e a 2.ª Secção à Planificação e Contencioso). Também por este diploma, as Agências de Viagens e os Postos de Turismo passavam para a dependência da Repartição de Turismo Geral. (Cf. Decreto-Lei N.º 43:150, *Diário do Governo*, I Série, N.º 207, 6 Setembro 1960, pp. 1935-1936)

³⁵ Pelo Decreto-Lei N.º 46:199, de 25 de Fevereiro de 1965, que extingue a antiga Direcção dos Serviços de Turismo e cria, no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, o Comissariado do Turismo, organizado em três Repartições: a Repartição de Fomento, com Secções de Equipamento, de Património e Fomento Regional e de Estatística e Inquéritos; a Repartição de Actividades Turísticas, com as Secções de Indústria Hoteleira, de Estabelecimentos Hoteleiros do Estado e de Empresas e Profissões Turísticas; e a Repartição de Propaganda, com as Secções de Documentação e Informações e a de Propaganda e Relações Públicas. Juntamente com estas Repartições, funcionaria no Comissariado um Gabinete de Estudos e Planeamento. Esta reforma dos órgãos centrais do Turismo surge já como resposta às providências enunciadas no Plano Intercalar de Fomento, relativo ao triénio de 1965-1967, que abordaremos mais à frente. (Cf. Decreto-Lei N.º 46:199, *Diário do Governo*, I Série, N.º 47, 25 Fevereiro 1965, pp. 223-224)

³⁶ A Secretaria de Estado de Informação e Turismo é criada pelo Decreto-Lei N.º 48:619, de 10 de Outubro de 1968, e regulamentada pelo Decreto-Lei N.º 46:686, de 15 de Novembro de 1968, que, simultaneamente, extingue, a partir de 1 de Janeiro de 1969, o SNI. Segundo a nova legislação, “à Secretaria de Estado de Informação e Turismo cabe *superintender nos serviços e actividades relativos à informação, ao turismo e à radiodifusão sonora e visual, teatro, cinema e outros espectáculos e formas de cultura popular*”. Para isso, a SEIT passava a integrar: a) o Gabinete do Secretário de Estado; b) o Gabinete Técnico; c) o Conselho Nacional da Informação; d) o Conselho Nacional do Turismo; e) o Conselho Nacional da Radiodifusão; f) a Secretaria-Geral; g) a Direcção-Geral da Informação; h) a Direcção-Geral do Turismo; i) a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos; j) os Serviços Locais; l) os Serviços no Estrangeiro; m) a Comissão de Exame e Classificação dos Espectáculos; e n) a Comissão de Literatura e Espectáculos para Menores.

Competindo-lhe “*promover a expansão do turismo nacional, pelo aproveitamento e valorização dos recursos turísticos do País, promoção do seu conhecimento no estrangeiro, coordenação e estímulo da acção dos órgãos locais de turismo e fomento, orientação, disciplina e fiscalização das actividades e profissões directamente ligadas ao mesmo*”, a Direcção-Geral do Turismo ficava organizada em: a) Gabinete de Estudos e Planeamento; b) Direcção dos Serviços do Património Turístico, abrangendo uma Repartição de Projectos e uma Repartição de Património dos Órgãos Locais de Turismo, esta com duas Secções (Secção de Equipamento e Secção dos Órgãos Locais de Turismo); c) Repartição de Actividades Turísticas, com três Secções (Secção da Indústria Hoteleira, Secção dos Estabelecimentos Hoteleiros do Estado e Secção de Empresas e Profissões Turísticas); d) Repartição de Documentação e Propaganda, com duas Secções (Secção de Documentação e Informação e Secção de Propaganda); e e) Serviços de Inspeção. (Cf. Decreto-Lei N.º 48:619, *Diário do Governo*, I Série, N.º 239, 10 Outubro 1968, p. 1546 e Decreto-Lei N.º 46:686, *Diário do*

Álvaro Roquette mantém-se à frente destes vários organismos, acompanhado por César Moreira Baptista, enquanto Secretário Nacional da Informação, entre 1958 e 1968, e Secretário de Estado de Informação e Turismo do Governo de Marcello Caetano, entre 1968 e 1973. Como Ministros da Presidência, em 1958, Pedro Theotónio Pereira sucede a Marcello Caetano “na condução dos assuntos do Turismo”³⁷, sendo seguido por José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira, que ocupa o cargo entre 1961 e 1965, altura em que é substituído por António da Motta Veiga, até 1968.

Esta complexificação da orgânica dos serviços administrativos do Turismo, em menos de uma década, traduz o rápido desenvolvimento do fenómeno turístico nos anos cinquenta, com as entradas de estrangeiros em Portugal Continental a mais do que quadruplicarem entre 1950 (76.307 entradas) e 1960 (352.651 entradas)³⁸, e a evolução de uma política oficial para o sector, cristalizada na exposição “Política de Turismo: Seis anos de acção”, que acompanha a realização do I Colóquio Nacional de Turismo, de 19 a 21 de Janeiro de 1961, no Palácio Foz. Iniciativa do SNI, a Exposição reunia uma série de elementos gráficos (estatísticas, fotografias, mapas, maquetas, diapositivos e folhetos) relativos, sobretudo, ao florescimento da indústria hoteleira nacional, desde a entrada em vigor da Lei da Utilidade Turística, enquanto que o Colóquio, por seu lado, se dividia em quatro sessões - dedicadas ao “Equipamento Turístico”, à “Recepção Turística”, à “Propaganda Turística” e à “Organização Local do Turismo”, contando com comunicações de cerca de meio milhar de participantes.

Governo, I Série, N.º 239, 15 Novembro 1968, pp. 1675-1681)

³⁷ Durante o período em que Marcello Caetano se manteve como Ministro da Presidência outras importantes medidas legislativas foram tomadas na área do Turismo, entre elas: a regulamentação da actividade das Agências de Viagem e Turismo, pelo Decreto-Lei N.º 41:248, de 31 de Agosto de 1957; o estabelecimento de normas provisórias para a instalação e funcionamento dos Parques de Campismo, pela Portaria N.º 16:334, também de 1957; e a regulamentação da indústria de automóveis de aluguer ligeiros de passageiros, ou *rent-a-car*, pelo Decreto N.º 41:806, de 8 de Agosto de 1958. Em 1959, já sob a tutela de Pedro Theotónio Pereira, é aprovado o Regulamento de Assistência aos Banhistas nas Praias, pelo Decreto N.º 42:305, de 5 de Junho, o qual fixava a época balnear no intervalo de 1 de Julho a 15 de Outubro. (Cit. PINA, Paulo, op. cit., p. 167 e Cf. BRITO, Sérgio Palma, op. cit., p. 719 e pp. 747-748)

³⁸ ANDRADE, Ferreira de (editor), *Anuário do Turismo Português*, Lisboa, Sociedade Astória, N.º 5, 1957, p. 74 e KRAPF, Kurt, MICHEL, Oscar, *Développement du Tourisme au Portugal: Rapport d'Expertise*, Berne/Zurich, 15 Dezembro 1962, p. 2.



*No Rain in Portugal
But Tourists Pour In*
Cartaz Publicitário, 1954
(imagem www.pz.services.typad.com)

Na abertura solene dos trabalhos, o Ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, declarava que “o turismo alinha com as nossas maiores exportações e que muito brevemente - se continuarmos a trabalhar bem - poderá ser a principal delas na obtenção de divisas. (...) Tem valor económico, não só como elemento positivo da balança comercial, mas também pelos interesses que envolve e pela massa de trabalho que movimenta. (...) Vale politicamente, porque não conheço melhor antídoto contra as mentiras internacionais[, a]gora que nos toca viver em ambiente mundial carregado de ameaças e de insídias, (...)”³⁹. E de facto, na última página do *Diário de Lisboa* desse dia 19 de Janeiro de 1961 apareciam em destaque, lado a lado, a notícia da “Luta sem quartel contra o capitalismo nos planos económico, político e ideológico” encetada pelo Partido Comunista da URSS, dirigido por Nikita Kruchchev, e o relato dos preparativos da tomada de posse, no dia seguinte, do novo Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy⁴⁰. Mal sabia o Ministro português que a maior “ameaça” viria a surgir, pouco tempo depois, não de fora, mas de “dentro”, com o assalto à Casa de Reclusão Militar de Luanda, a 4 de Fevereiro.

Na verdade, de “fora” a “ameaça” era outra, e dela nos dava, também, conta o *Diário de Lisboa*, na sua edição de 23 de Fevereiro seguinte, com o artigo “Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”, escrito pelo arquitecto Francisco Keil do Amaral para a série “Não deixemos estragar a nossa terra”, que partilha com José Rafael Botelho e António Pinto de Freitas. Artigo que vai estar na base de todo um conjunto de estudos de planeamento regional, relacionados com o Turismo e desenvolvidos, por iniciativa do Estado, ao longo da década.

³⁹ “Importa que toda a gente colabore na valorização turística do País - afirmou o ministro da Presidência ao inaugurar o Colóquio Nacional de Turismo”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, Ano 40.º, N.º 13686, 19 Janeiro 1961, p. 1.

⁴⁰ “Luta sem quartel contra o capitalismo nos planos económico, político e ideológico: definição de ‘coexistência pacífica’ adoptada pelos partidos comunistas” e “Kennedy e Eisenhower voltaram a conferenciar sobre a transferência de poderes”, *idem*, p. 12.

Rumo ao Sul: Francisco Keil do Amaral e o Algarve

Em *Les Vacances de Monsieur Hulot*, de 1953, Jacques Tati retrata a redescoberta dos rituais de férias, depois da II Guerra Mundial, a partir das peripécias de um eclético grupo de veraneantes, reunido na estância balnear de Saint-Marc-sur-Mer. Cada um utiliza meios de transporte diferentes para alcançar a costa - comboio, automóvel, autocarro, bicicleta e motocicleta - numa espécie de corrida contra o tempo, que perturba, à sua passagem, a calma bucólica do campo e o dia-a-dia dos seus habitantes. O último a chegar é M. Hulot⁴¹, ao volante do seu velho e barulhento *Salmson*.⁴²

Hospedados no *Hotel de la Plage*, pequeno equipamento hoteleiro de carácter familiar, esses veraneantes representam, nas suas várias tipologias - o pequeno capitalista acompanhado da sogra, da mulher e do filho, os recém-casados e o casal de aposentados, o intelectual marxista, o galã e o velho general na reserva, as irmãs viúvas e o operário reformado, o par de turistas americanos e a solteirona inglesa, que se cruzam, em episódios diversos, com a jovem elegante da cidade, instalada no antigo *chalet* de Praia da família, os campistas, os desportistas e os rapazes diletantes - mas, também, nas actividades com que ocupam a vida à beira-mar - natação, vela e passeios de caiaque, burricadas e saídas a cavalo, torneios de ténis e de pingue-pongue, piqueniques, *promenades* e fotografias de grupo, jogos de cartas e bailes de máscaras -, uma caricatura da emergente “sociedade do lazer”, cuja rotina de férias, marcada pelo toque da sineta, às refeições, e pelo fim da emissão de rádio, à noite, é abalada, pontualmente, por um desajeitado Monsieur Hulot, na sua ânsia de se enquadrar no grupo.



Les Vacances de M. Hulot
Poster Publicitário
Jacques Tati, 1953
(imagem www.movieposterdb.com)

⁴¹ Personagem interpretado pelo próprio Jacques Tati, introduzido neste filme e a que o realizador viria a recorrer em produções posteriores, como *Mon Oncle* (1959), *Playtime* (1967) ou *Trafic* (1971), Monsieur Hulot personifica uma crítica mordaz aos hábitos e comportamentos estereotipados da sociedade moderna, constituindo-se como seu contraponto na sua presença sempre deslocada, descomprometida e desconcertante.

⁴² Empresa francesa, fundada, em 1890, por Émile Salmson (1858-1917), inicialmente dedicada ao fabrico de compressores e de bombas para uso ferroviário e militar. Em 1896, inicia-se na construção de motores para aviões e automóveis, acabando por desenvolver modelos completos próprios da marca. A produção de automóveis ganha dimensão com a criação, em 1922, da *Société des Moteurs Salmson* e dura até 1957, altura em que a empresa se vê obrigada a vender a sua fábrica de Billancourt à *Renault*, na sequência de um processo de falência. (Cf. www.en.wikipedia.org)

Les Vacances de M. Hulot
Cenas do filme
Jacques Tati, 1953
(imagens www.vimeo.com)



É esta sociedade, ou “civilização do lazer”, como o sociólogo francês Joffre Dumazedier a viria a caracterizar⁴³, que Francisco Keil do Amaral vê ganhar expressão também em Portugal, sobretudo no Algarve. Ele próprio faz parte dela. Com “Casa de Família”, ou de “Campo”, em Canas de Senhorim (Viseu), “Casa de Fim-de-Semana” no Rodízio (Sintra) e “Casa de Férias” na Praia da Senhora da Rocha (Silves)⁴⁴, Keil, tal como Jacques Tati em *Les Vacances de Monsieur Hulot*, é o epítome do veraneante⁴⁵. Mas, se Tati recorre aos mais diversos artefactos para encarnar o papel do turista em férias, para Keil *“não basta ao indivíduo da cidade vestir umas calças de surrobeco, calçar tamancos e ajeitar uma enxada ao ombro para se integrar num meio rural; envergar pelico e safões para pertencer ao Alentejo; ou vestir uma camisa vistosa de lã aos quadrados e descalçar-se para não destoar entre os pescadores da Nazaré.*

Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios”.⁴⁶

*“É, de resto, essa consciencialização que, de um modo sereno e maturado, é certo, mas simultaneamente firme e determinado, o leva a empenhar-se como principal impulsionador do (...) Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa”*⁴⁷, encarregando-se,

⁴³ “Aujourd’hui, dans nos sociétés évoluées, le loisir est une réalité familière. Mais l’idée de loisir est loin d’être intégrée dans les systèmes de pensée qui guident la réflexion des intellectuels ou l’action des militants, qu’ils soient de gauche ou de droite, partisans ou adversaires des systèmes capitalistes ou socialistes. De bons esprits raisonnent sur la société comme si la notion de loisir n’existait pas. (...) Nous nous proposons de montrer que cette sous-estimation théorique du loisir risque d’enfanter des systèmes privés d’une part de vie dès la naissance. (...) Découvert dans son ampleur, dans sa structure complexe, dans ses relations avec les autres aspects de notre civilisation machiniste et démocratique, le loisir n’est plus un problème mineur, (...). Il apparaît comme élément central de la culture vécue par des millions de travailleurs, il a des relations subtiles et profondes avec tous les grands problèmes du travail, de la famille, de la politique qui, sous son influence, se posent en termes nouveaux. Nous voudrions prouver qu’au milieu du XX^e siècle, il n’est plus possible d’élaborer des théories sur ces problèmes fondamentaux sans avoir réfléchi aux incidences du loisir sur eux.” (Cit. DUMAZEDIER, Joffre, *Vers une civilisation du loisir?*, Paris, Editions du Seuil, 1962, p. 17)

⁴⁴ Ver Capítulo 3.2..

⁴⁵ “Esse estranho personagem moderno que se desloca anualmente do seu território familiar para reencontrar, numa atmosfera nova, um espaço de sedentarização temporária.” (Cit. FERREIRA, Claudino, “Estilos de Vida, Práticas e Representações Sociais dos Termalistas: O caso das Termas da Curia”, *RCCS:Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 43, Outubro 1995, pp. 93-94)

⁴⁶ “Introdução”, *Arquitectura Popular em Portugal*, 4.^a edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004, p. XXIII. (1.^a edição: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961)

⁴⁷ BANDEIRINHA, José António, “Keil do Amaral e a Região da Beira”, in BANDEIRINHA, José António (coordenação científica), *Keil do Amaral: Obras de Arquitectura na Beira. Regionalismo e*

com José Huertas Lobo e João José Malato, da equipa dedicada ao estudo das “Beiras”.

No entanto, se foi, “*por certo, (...) a partir [da Casa de Canas de Senhorim], e das frequentes excursões à sua envolvente, que ele foi fomentando a consciência da necessidade de preservar as memórias desse mundo vernacular[, na sua] verdade histórica, construtiva [e] material*”, não menos será verdade dizer que é do promontório sobre o mar onde se implanta a sua casa na Praia da Senhora da Rocha, sentado num dos “*três bancos de alvenaria caiada, [que ‘dispôs, pelo terreno abaixo, ’] em pontos altaneiros [e a que chamou,] a um (...) Banco Henriques, ao outro Banco Henriquino e ao terceiro Banco Henriqueta*”⁴⁸, que Keil tem plena percepção das verdadeiras dimensões e consequências de um desenvolvimento não planeado do Turismo.

Um desenvolvimento que o anúncio, no início dos anos sessenta, da construção de uma nova travessia rodoviária sobre o Tejo⁴⁹, a ligar, directamente, Lisboa a Almada, e a perspectiva da localização de um aeroporto internacional em Faro⁵⁰ vinham exponenciar, determinando uma escalada dos grandes investimentos turísticos rumo ao sul. E o Algarve, território há muito esquecido pelo poder centralizador do Regime⁵¹, cobre-se de “Nuvens Negras”, sombras projectadas pelas asas dos “gaviões do negócio”.

Modernidade, Lisboa, argumentum, 2010, p. 9.

⁴⁸ Paródia às Comemorações do Centenário do Infante D. Henrique, celebradas em 1960. (Cf. AMARAL, Pitum Keil do, “Introdução”, in *Keil do Amaral: Humor de Arquitecto. Compilação, introdução e notas de Pitum Keil do Amaral*, Lisboa, Argumentum, 2010, p. 15)

⁴⁹ Esta obra seria adjudicada, em 1960, à empresa norte-americana *United States Steel Export Company*, vencedora do concurso público internacional, lançado a 27 de Abril de 1959, para a apresentação de propostas. Iniciando-se os trabalhos de construção a 5 de Novembro de 1962, a ponte seria oficialmente inaugurada a 6 de Agosto de 1966. (Cf. “A Ponte sobre o Tejo em Lisboa”, *ACP: Orgão Oficial do Automóvel Club de Portugal*, Ano XXXII, N.º 3-4, Março-Abril 1962, pp. 15-17)

⁵⁰ Embora a abertura, “para breve”, de um aeroporto em Faro seja mencionada no Decreto-Lei N.º 36:619, de 24 de Novembro de 1947, essa intenção não aparece concretizada nos dois primeiros Planos de Fomento. Só em 1962, por força do Decreto-Lei N.º 44:299 de 24 de Abril de 1962, são “*adopta[das] as medidas adequadas ao início urgente da construção do aeroporto daquela cidade, por forma que dentro em pouco o Sul do País seja servido convenientemente pelos transportes aéreos*”, sendo o aeroporto de Faro inaugurado a 11 de Julho de 1965. (Cit. Decreto-Lei N.º 44:299, *Diário do Governo*, I Série, N.º 92, 24 Abril 1962, p. 544)

⁵¹ Ainda que, na sequência da institucionalização, em 1934, dos Planos Gerais de Urbanização, se tenha procedido ao estudo urbanístico das principais praias e cidades algarvias. Até 1960, tinham sido objecto de plano: a Praia da Rocha (1936), Olhão (1945), Faro (1945-1946), Armação de Pêra (1948-1958), Tavira (1949-1954), Portimão (1950), Albufeira (1951), Quarteira (1953), Lagos, Aljezur e Monchique (1957), a Praia de Monte Gordo (1957-1958), Vila do Bispo (1958-1960), a Praia de Odeceixe e a Praia de Tavira (1960). (Cf. LÔBO, Margarida de Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/ DGOTDU, 1995, pp. 273-278)

“Nuvens Negras” ou neocolonialismo do espaço de qualidade

Grande anfiteatro natural, “*todo voltado ao sul*”⁵², “entalado” entre a Serra e o Mar, o Algarve é “*uma região de clima e características nitidamente mediterrâneas*”. O seu povoamento é disperso, expressão directa das condicionantes do território, apresentando uma maior densidade de ocupação na faixa litoral, onde a pesca e as indústrias dela derivadas comandam a economia local. Mas é agricultura a base primordial de subsistência da maioria da população, assente em formas de exploração de carácter rudimentar que se traduzem numa Arquitectura de feição regional.

Este é o retrato do Algarve fixado, em 1961, nas páginas da *Arquitectura Popular em Portugal*. Um retrato já “fora de tempo”, porque ameaçado, na sua essência, pelo desenvolvimento turístico que iria alterar a fisionomia da região nas décadas seguintes. É o arquitecto Francisco Keil do Amaral quem dá o alerta, na primeira página do *Diário de Lisboa*, de 23 de Fevereiro desse ano.

E não resistimos a transcrever:

“*Numa das páginas de anuncios do ‘Diário de Notícias’ de 14 de Outubro de 1960 avultava, a duas colunas, sob o título ‘Sócio capitalista’ o seguinte apelo:*

‘*Construtor precisa sócio que disponha de importância não inferior a 1000 contos para compra de terrenos, grandes lucros e rápidos, agradece que responda quem for muito correcto e possua verdadeiro temor de Deus. Resposta ao Rossio II, ao n.º 1978’.*

(...)

*Não é caso singular, com efeito, o que se propõe no anuncio e só a circunstancia de vir assim estampado em letra de forma num jornal de grande circulação lhe confere notariiedade. Centenas de outros industriais da construção civil ou de pequenos e grandes especuladores se dedicam às mesmas actividades com o objectivo comum de auferirem ‘grandes lucros e rápidos’. E quase todos eles, com verdadeiro temor de Deus e o apreço da sociedade, têm acumulado fortunas e problemas: fortunas para si próprios e problemas para o País.”*⁵³

⁵² MARTINS, Artur Pires, CASTRO, Celestino de, TORRES, Fernando, “Zona 6”, in *Arquitectura Popular em Portugal*, op. cit., p. 243. (1.ª edição: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961)

⁵³ AMARAL, Francisco Keil, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (4): Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13720, p. 1.

Se nos arredores de Lisboa este mesmo fenómeno tinha vindo a alimentar uma “*expansão urbana defeituosa*”⁵⁴, associada a um “*grande aumento demográfico*” e a um “*desenvolvimento técnico-industrial*” que a “*ausência de uma política habitacional (...) e sobretudo a falta de uma política de solo (com as necessárias medidas legais e formas de financiamento)*”⁵⁵ vinham agravar, na “*restante e maior extensão do território*”⁵⁶ a questão que se colocava era a da preservação do património paisagístico e natural do país “*face a uma liberalização tendenciosa da iniciativa privada*”.

“A cupidez cega que tem levado á destruição sistemática dos mais belos exemplares paisagísticos - especialmente na vizinhança dos grandes centros urbanos - anda sempre ligada ás iniciativas que pretendem ‘fomentar o interesse pela região’, dando as maiores facilidades ao usufruto individualizado das suas riquezas naturais. Esta privacidade implica necessariamente uma ocupação intensiva, disseminada e permanente, incompatível com a utilização correcta de uma zona que, em princípio, deveria destinar-se, exclusivamente, ao recreio e repouso das grandes populações urbanas.

(...) Á medida que nas grandes cidades se agravam os problemas de índole sociológica (fisiológicos e mentais), que, na maior parte das vezes, estão ligados ao seu crescimento desmesurado e sem ‘contrôle’, assim se coloca com a maior agudeza a necessidade de um retemperamento periódico (semanal e anual) para essas populações, através dum contacto franco e generoso com uma natureza ‘limpa’, em toda a força das suas possibilidades revigorantes. O espectáculo, por vezes angustiante nas dificuldades que revela, do êxodo dominical das enormes populações urbanas, para o campo e para a praia, demonstra á evidência esta necessidade.

Por outro lado, o aumento geral do nível de vida, vai permitindo a uma parcela progressiva da população a possibilidade (anual pelo menos) de realizar o desejo que reside em cada um de nós, de visitar outras regiões, de observar novos horizontes. Temos assim um tipo especial de movimentações dentro do país - turismo interno - de importância cada vez maior e com a característica, muito significativa, de ser praticado por uma massa populacional em crescimento acentuado, mas sempre com recursos financeiros modestos.

⁵⁴ BOTELHO, José Rafael, “Não deixemos estragar a nossa terra (1): Panorama de uma expansão urbana defeituosa”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13717, 20 Fevereiro 1961, p. 1.

⁵⁵ BOTELHO, José Rafael, “Não deixemos estragar a nossa terra (2): Panorama de uma expansão urbana defeituosa”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13718, 21 Fevereiro 1961, p. 1.

⁵⁶ FREITAS, António Pinto de, “Não deixemos estragar a nossa terra (3): Nem sempre é com edifícios que se valorizam os sítios”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, Ano 40.º, N.º 13719, 22 Fevereiro 1961, p. 20.

Cria-se, portanto, uma importante gama de interesses, de repercussão nacional, acentuadamente culturais e recreativos, que se polarizam, por estas duas vias, nos grandes centros urbanos e seus arredores, com interesse paisagístico, e nas regiões virgens, em que a natureza se apresenta liberta e em plena pujança. Quanto mais favorecidas forem essas regiões nas suas belezas naturais, maior será essa atracção, mas, também, paralelamente, devem aumentar as preocupações para as preservar, sem prejuízo da sua utilização adequada por uma larga camada populacional.”⁵⁷

No caso do Algarve, esta “*problemática paisagística*”⁵⁸ assumia contornos particularmente preocupantes, uma vez que, para além do “*mais completo desprezo pelo planeamento da utilização correcta do território e pela defesa consequente dos interesses da comunidade*”, assistindo-se à transformação sistemática, para fins especulativos, de vastas áreas de valor natural, rústico ou agrícola em lotes urbanos, estava, também, em causa a exploração e a compra desregrada de largos trechos da nossa costa meridional para e, agora, cada vez mais, pelo capital estrangeiro, no que o sociólogo espanhol Mario Gaviria Labarta viria a designar de “*neocolonialismo do espaço de qualidade*”⁵⁹. Um “*neocolonialismo*” que se manifesta de duas formas: “*por el control del uso y consumo de ese espacio*”⁶⁰, através do “*control de la industria hotelera por parte de los Tour Operators*”⁶¹, no que podemos chamar de “*neocolonialismo del uso del espacio de calidad*”, e “*por el control de la propiedad de los terrenos*”⁶² pela “*compra masiva de terrenos, la promoción de apartamentos, apartahoteles y hoteles por parte del capital extranjero y empresas extranjeras (...), y es lo que llamaremos la producción neocolonialista del espacio de calidad*”.⁶³

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Em *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, um estudo crítico sobre a evolução da urbanização turística em Espanha desde os anos cinquenta, publicado em 1974 e realizado por uma vasta equipa de colaboradores dirigidos pela equipa de investigação de Mario Gaviria, constituída por José Manuel Iribas, Manuel Monterde, Françoise Sabbah, Juan Ramón Sanz e Ernesto Udina.

⁶⁰ GAVIRIA, Mario, et al., *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid, Ediciones Turner, 1974, p. 14.

⁶¹ Idem, p. 275.

⁶² Idem, p. 14.

⁶³ Idem, p. 275.

“Só porque um holandês rico, ou um nababo inglês, compraram por bom preço umas quintas, inumeros proprietários de terrenos agrícolas convenceram-se de que iriam chegar diáriamente ricos de todo o Mundo com montes de dinheiro fácil para comprar todo o Algarve, em quintas ou em talhões.

Alguns, mais expeditos, já dividiram em lotes as suas propriedades e já se anunciaram, em várias línguas, aos presumíveis compradores. (...)

Por outro lado, o propósito das nossas autoridades, tornado publico na Imprensa, de favorecer o turismo alemão no Algarve, alertou os gaviões do negócio, logo que começaram a tomar posições, farejando ganhos vultosos, num futuro próximo.

Quase sem se terem realizado obras concretas de fomento turístico, já se pedem quantias fabulosas por terrenos em locais sem acesso, sem água, sem luz, sem esgotos, sem nada que justifique tamanha valorização.”⁶⁴

Atento ao momento que se vive, Keil do Amaral defende a urgência de se proceder ao planeamento turístico da região, clarificando, desde logo, a sua posição: *“Como disse, não me passa pela cabeça a ideia que se deve deixar o Algarve como está. Penso apenas que é preciso, que é indispensável, não criar situações susceptíveis de comprometer uma valorização sensata da província e do turismo algarvio”*.

“O que haveria, pois, a fazer?”

“Para já [a adopção de] umas medidas muito simples destinadas a manter as iniciativas de construção num plano que não tolha os legítimos interesses dos que ali desejam edificar, mas não comprometa, por inadmissível respeito á ganância, o futuro de certas zonas. (...)

Medidas “que poderiam limitar-se a pouco mais do que isto: Proibição de construir na faixa costeira de cinquenta metros sujeita ao domínio público marítimo; e proibição, nas zonas rurais, de parcelar as propriedades em lotes inferiores a 5000m², mesmo que seja para construir. Já existe, praticamente, a legislação necessária para estas duas medidas. Bastaria apenas aplicá-la com rigor.”

“Entretanto, com a maior celeridade possível, proceder-se[-ia] ao planeamento dessa valorização que todos desejamos. (...) Um planeamento que, em linhas gerais, defina as zonas a valorizar e os critérios que devem presidir a essa valorização; as reservas naturais a conservar e as zonas de protecção a certos sítios, vistas, acidentes da Natureza, ou núcleos urbanos;

as vias de interesse turístico a criar ou a melhorar; as necessidades de alojamento e os tipos mais adequados para forasteiros; o equipamento turístico conveniente; as obras públicas indispensáveis para o apoio da valorização prevista, etc. Um planeamento realista, objectivo, feito o mais possível num permanente contacto com os sítios e as realidades locais.

(...)

Sem planos, sem coordenação de interesses e de iniciativas, sem harmonia de realizações, é mais do que certo que se transformarão no Algarve recantos naturais de primeira ordem, privilegiados pela Natureza, em aglomerados urbanos de quinta ou de sexta ordem, como tantos outros que já abundam entre nós e que nada recomenda. O nosso capital de dons da Natureza é já de tal modo escasso e tem sido tão mal aproveitado, que não devemos descurar o pouco que nos resta.”

Como exemplo, chama a atenção para “o esforço de valorização turística” que, “muito próximo do Algarve, na zona costeira que vai de Gibraltar a Málaga, os Espanhóis têm feito e estão fazendo”, apontando o “nível de concorrência para a qual teremos de nos preparar, com bom senso, imaginação e disciplina, respeitando dons generosos da Natureza, em vez de os malbaratar em negociatas, que visam apenas ‘grandes lucros e rápidos’ nem sempre admissíveis quando estão em causa os interesses de um país, mesmo que sejam feitas por gente ‘muito correcta e com verdadeiro temor de Deus’”.

Os mesmos princípios de actuação seriam defendidos por José Rafael Botelho, no quinto e último artigo desta série, em relação à Península de Setúbal, zona com um “vasto manancial de possibilidades, recreativas, culturais e científicas” situada “exactamente junto da maior concentração demográfica do País (...) e (...) em posição central no conjunto do território nacional, precisamente na confluência das nossas melhores e mais frequentadas linhas de comunicação e meios de transporte - nacionais e internacionais - aéreos, marítimos, ferroviários e rodoviários”.⁶⁵

No fim, nem o Algarve, nem a Península de Setúbal, escapariam ao impacto transformador de um Turismo dito de “massas”.

⁶⁵ BOTELHO, José Rafael, “Não deixemos estragar a nossa terra (5): A Península de Setúbal é uma zona privilegiada que importa defender”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13722, 25 Fevereiro 1961, p. 2.

Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve

Na sequência directa do artigo publicado no *Diário de Lisboa*, Keil do Amaral seria convidado pelo, então, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira, a elaborar o estudo das *Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve*. Trabalho que inicia em Março de 1961 e que finaliza, sob a forma de relatório, um ano mais tarde, em Agosto de 1962.⁶⁶

Estruturado em nove pontos⁶⁷, na “Introdução” ao seu trabalho Keil começa por explicar as circunstâncias da encomenda:

“Tenho como certo que ao incumbir-me de realizar um estudo sobre a coordenação do desenvolvimento turístico do Algarve, não pretendia S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas interferir em actividades que dizem respeito a outros sectores da Administração. Consciente de que ao seu Ministério caberá, necessariamente, uma intervenção de vulto na valorização almejada, deseja-se apenas que tal intervenção obedeça a um critério, a um plano - cada decisão, cada obra, concorrendo, assim, para a mesma finalidade e completando decisões e obras anteriores.

Foi nessa ordem de ideias que procurei desempenhar a incumbência recebida, sem me deter em pormenores, nem me imiscuindo em assuntos que competem naturalmente aos organismos do turismo, ou àqueles a quem diz respeito a valorização local.”⁶⁸

Com o único propósito de “contribuir para a valorização de uma província cujos encantos e capacidades potenciais de atracção turística não têm tido a atenção e o carinho que merecem”, o arquitecto não receia ser objectivo e, por vezes, duro “na revisão de certos valores, na correcção de exageros, na crítica à ganância de alguns”.

⁶⁶ TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 205-210.

⁶⁷ Embora se saiba da existência de um relatório dactilografado, a leitura que aqui se propõe tem como base o texto manuscrito que nos foi gentilmente cedido pela orientadora desta dissertação, a Professora Doutora Ana Tostões. Nesse manuscrito, a reflexão desenvolvida por Keil do Amaral estrutura-se em nove pontos: 1 - Introdução; 2 - Valorizar para quê? Valorizar para quem?; 3 - A matéria-prima. Dons da natureza e o partido que já deles tiramos; 4 - Linhas gerais duma política de valorização. Perigos a evitar; 5 - A intervenção oficial; 6 - A iniciativa particular; 7 - A concorrência; 8 - Um feixe de problemas; e 9 - As cidades do Algarve. Para além destes elementos, integram, também, o manuscrito, notas soltas sobre a Costa del Sol, o campismo na Côte d’Azur, o problema do abastecimento de água no Algarve, os Restaurantes, o calor no Verão, uma conversa com uns turistas ingleses e a ideia de uma estrada marginal, assim como, diversos apontamentos sobre as cidades e praias algarvias elaborados a partir das visitas que realizou no âmbito deste trabalho. (Cf. AMARAL, Francisco Keil do, *Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve*, [Lisboa, 1962], manuscrito. (Exemplar policopiado cedido pela Professora Doutora Ana Tostões))

⁶⁸ Idem.

Logo de início, colocam-se duas importantes questões - “Valorizar para quê? Valorizar para quem?” - no sentido de aferir “a escala em que é preciso legislar, intervir, proteger, fomentar ou encarar determinadas soluções e as características que hão-de ter”. Não é já de um Turismo idealista que se trata, mas de um Turismo de massas, “no sentido de multidão e também no sentido de dinheiro, de proveitos, (...) cuja exploração pode trazer ao País apreciáveis rendimentos”. Um Turismo de massas que apresenta, agora, novas tipologias de procura a que é preciso saber responder.

“Este problema da valorização turística do Algarve requer, a nosso ver, antes de quaisquer estudos, diligências, ou realizações, uma análise do momento especial que atravessamos. Porque o turismo de hoje, de 1961, tem aspectos e características particulares, que é necessário ter em conta. Pensar apenas na “valorização do Algarve” é demasiado vago, impreciso, arriscado. Valorização para que espécie de turismo? E para que espécie, ou espécies, de turistas?”

Cometeríamos um erro imperdoável, destes que se pagam caro, se não começássemos por esclarecer esses aspectos. Antes de se decidir valorizar alguma coisa é preciso saber, exactamente, para quê, com que objectivo. É preciso ter uma finalidade ponderada e concreta para que a improvisação não se instale logo na base dos edifícios que pretendemos erguer.

Como se pode claramente depreender dum importante conjunto de artigos, discursos, declarações, etc., não são já propósitos idealistas os que estão na base deste desejo de valorização. Não é já orgulho de mostrar aos outros as belezas com que a Natureza distinguiu o Algarve. É o intuito de aproveitar esses dons como fonte de receita, num momento em que isso é, não só possível, mas particularmente rendoso.

Até há poucos anos o turismo algarvio era essencialmente local. As praias eram frequentadas por algarvios e alguns alentejanos, tirando Monte Gordo, onde afluíam várias famílias espanholas, e a Praia da Rocha, que umas dezenas de ingleses elegiam como poiso. Além disso as férias passavam-se, habitualmente, num sítio só, em casas alugadas. Ou nas casas que as famílias do interior possuíam nas praias. Já então se notavam deficiências no equipamento turístico algarvio; e já, mesmo entre nós, se fazia turismo a outro nível, nos Estoris ou na Figueira da Foz, por exemplo. Mas as ‘queixas’ que se ouviam acerca das insuficiências e do atraso do equipamento turístico no Algarve eram, principalmente, de [ordem] sentimental. Doía a uns tantos que se não facilitasse, com as comodidades necessárias, de acesso e estradas, a contemplação ou o fruir dos encantos locais. Ofendia-lhes o orgulho regionalista que se não desse o devido valor àquela belíssima costa de clima tão ameno.

Ora aquilo que o actual ‘momento turístico’ trouxe de novo quanto ao Algarve e à sua valorização (em primeiro lugar) é que esses sonhos desinteressados de valorização, ou melhor, essa visão idealista dos problemas, passou a ser dominada por interesses económicos.”

Quanto às “*espécies de turistas que se interessam ou podem interessar-se pelo Algarve*” era preciso ter em conta a massificação do fenómeno turístico e a conseqüente diversificação da procura. “*Ao turismo dos privilegiados da Fortuna - repousado e dispendioso - sucedeu, verdadeiramente, o turismo do homem comum - multitudinário, frenético, impessoal - terreno propício para o proliferar das agências de viagens e dos organizadores de excursões ou de férias felizes.*”

No Algarve, além do estivante tradicional, que continua a alugar casa para passar com a família um mês, ou a época balnear, surgem agora, integrados nessas grandes correntes do turismo actual e cada vez mais numerosos, outros tipos de turistas”. Ao todo, Keil elenca onze categorias de turistas: entre os nacionais, “os excursionistas de passagem, em grupos correspondentes à lotação de um autocarro, com itinerário pré-fixado, (...) [este] é um turismo de gente de recursos modestos, que se deslumbra ante a perspectiva de ver todo o Algarve em 3 dias, economicamente”, “os campistas, com tenda ou roulotte”, “os turistas com automóvel, (...) em fins-de-semana ou curtas férias”, “os pescadores desportivos”, “os estivantes, dispondo de um mês de férias, que se deslocam com a família, mas já acham mais cómodo instalar-se numa pensão ou num hotel”, “os privilegiados, que já têm ou diligenciam ter ali uma casa de férias”, e “os turistas de inverno”; entre os estrangeiros, “os que vêm de automóvel e ‘gastam’ as férias em pequenas estadias sucessivas”, “os que demandam directamente à Praia da Rocha atraídos por um certo renome já conquistado por aquela praia”, mas, também, “os campistas, de tenda ou roulotte” e “os turistas de inverno”. Ainda neste último grupo, começava, então, a ganhar expressão uma nova forma de Turismo - os pacotes de férias organizados por agências de viagens ou operadores turísticos.

Para cada uma destas modalidades tornava-se, portanto, necessário prever o tipo de equipamentos e de alojamento adequados.

De seguida, analisam-se as potencialidades da região, no sentido de se fazer “*um balanço do que podemos proporcionar aos turistas a fim de os atrair, de os reter e de os satisfazer*”. Este é o ponto mais desenvolvido de todo o relatório. Tendo “*percorri[do] com atenção e interesse quase toda a província, desejando vivamente encontrar nela motivos complementares de valorização turística, fora da zona costeira*”, a verdade é que Keil do Amaral chega à conclusão de que “*a costa, as praias e o clima, esses sim (...) são valores reais*”, são a “*matéria-prima para [o] fomento*” turístico preconizado. “*Fora da orla marítima não é rico o Algarve*”.⁶⁹

É sobre esta análise que se lançam as “*Linhas Gerais duma Política de Valorização*”, em que Keil defende uma “*coordenação de iniciativas oficiais e particulares - com aquelas visando algo mais do que satisfazer aspirações locais fragmentárias, antes rasgando perspectivas, constituindo incentivo, congregando e orientando esforços*” com vista ao objectivo comum da valorização turística do Algarve, alertando, simultaneamente, para os perigos a evitar nesse processo: “*a ganância, a dispersão e a mediocridade das soluções e das iniciativas*”.

⁶⁹ No seu périplo pela costa algarvia, que divide em três sectores - os tradicionais Barlavento e Sotavento, aos quais acrescenta um terceiro sector definido pela costa ocidental do Algarve -, Keil destaca diversos locais de interesse turístico. No final dessa “resenha”, ressaltam-se “*alguns aspectos de ordem geral*”: “*a certeza de que a costa algarvia tem magníficas possibilidades potenciais de valorização; a convicção de que certas praias já exploradas turisticamente e algumas zonas ainda por explorar, têm condições preferenciais muito nítidas para o fomento desse turismo de larga projecção: Sagres; a Praia da Rocha, ligada ao Vau e a Alvor; a zona de pinhais entre o posto fiscal do Ancão (a oeste de Faro) e o Forte Novo de Quarteira - numa primeira fase -, e a zona que engloba as praias da Oura, da Balaia e dos Olhos de Água - numa 2.ª fase; Monte Gordo; e (possivelmente e com todas as reservas expressas) a Meia Praia; a convicção de que outras praias têm também magníficas condições para um substancial progresso turístico, se forem aproveitadas com inteligência e sensatez - como é o caso de Albufeira, de Armação de Pera; e, ainda, noutros planos ou com outras características, o da Luz (de Lagos) e da Quarteira; a convicção de que um outro grupo de praias, muito embora susceptíveis de atrair alguns turistas de fora da província e de melhorarem consideravelmente as suas condições de atracção e de permanência, têm fundamentalmente, um interesse local, como é o caso de Carvoeiro, de Ferragudo, da Praia de Faro, da Praia de Tavira, da de D. Ana, da de Fuzeta, de Salema, de Burgau, e das praias da costa Poente - que servem Odeceixe, Aljezur, Bordeira e Vila do Bispo; a profunda convicção de que pouco ou nada lucrará o Algarve, dum ponto de vista turístico, com a dispersão de iniciativas tendentes a transformar as diversas praias em que a costa é pródiga em pequenos núcleos urbanos sem categoria, artificialmente criados só para trazer fáceis e avultados lucros a uns tantos especuladores; a convicção de que a Serra de Monchique (não as termas) constitui um belo apoio ao turismo que se intenta fomentar; e ainda a convicção de que, dada a imperiosa necessidade de permitir ao turista actual algumas variantes à estadia na praia; e dada a penúria de valores monumentais, pitorescos, ou recreativos de elevado nível, se torna indispensável sobrevalorizar alguns elementos que, noutras circunstâncias, talvez não merecessem a intervenção e as obras que adiante se propõem. É o caso, por exemplo, de Cacela Velha, de Alte com as suas grutas, e da capelinha de Nossa Sra. da Rocha e do museu de Lagos. (Cit. AMARAL, Francisco Keil do, *Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve*, op. cit.)*

À intervenção oficial caberia legislar, planificar o crescimento urbano, prestar apoio técnico às estruturas locais, promover obras de interesse geral (Aeroporto de Faro, Marginal entre a Praia da Rocha e o Alvor e entre Faro, Quarteira e Albufeira) e de infraestruturização urbana local (acessos, arruamentos, esgotos, abastecimento de água e electrificação), assim como, a reabilitação e valorização patrimonial de edifícios e conjuntos urbanos de excepção (Capela de Nossa Sra. da Rocha, Cacela Velha, Alte, exemplares de uma arquitectura local, Figueira e Tavira).⁷⁰

Em contrapartida, *“à iniciativa privada deixa-se um larguíssimo campo de acção e dela se espera, verdadeiramente, a resolução de um sem número de problemas - de alojamento, de produção agrícola e industrial, de distribuição, de comércio, de entretenimento, etc., etc. (...) No entanto - e aqui tocamos num ponto crucial - é preciso, é indispensável, que se proceda sem sofreguidão nem atropelos. (...) É indispensável que se respeitem certas normas e se não perca de vista o objectivo final de todas as obras particulares - a valorização harmoniosa do Algarve como região de turismo”*.

Keil do Amaral ocupa-se, também no seu relatório, da concorrência directa do Algarve – a *Costa Del Sol*, entre Gibraltar e Málaga – para o que realiza uma viagem de estudo a esta região. Numa comparação rápida entre as duas realidades, considera que, *“de um modo geral, a costa algarvia é mais bonita, para quem a conhece”*.

⁷⁰ No que respeita a legislação, Keil do Amaral aponta, como medidas essenciais: a *“proibição efectiva de edificar na faixa de 50 metros aquém do limite das marés de águas vivas, sujeita ao Domínio Público Marítimo”*; a *“proibição efectiva de parcelar as propriedades rústicas (situadas fora dos limites fixados para o desenvolvimento dos núcleos urbanos) abaixo de 5000m²”*, acrescentando que *“só o que deve conferir a um terreno a qualidade de ‘urbano’ é a sua integração num aglomerado populacional ou num plano de urbanização aprovado”*; e a *“fixação das condições a satisfazer para a criação de novos aglomerados urbanos numa faixa costeira com 5 quilómetros de profundidade”*, entre elas a *“aprovação prévia de um plano de urbanização abrangendo um mínimo de 15 hectares”*, ressaltando que *“estas normas não impõem nem recomendam, de modo algum, um loteamento do tipo tradicional, com moradias ao meio de pequenos lotes murados. Mas seria excelente que se ensaiassem tipos mais imaginativos e atraentes de agrupamentos urbanos, a um tempo modernos e baseados em tradições locais”*. Quanto à planificação, seria urgente *“completar, rever e aprovar”* os Planos Gerais de Urbanização já elaborados para diversos aglomerados do Algarve, centralizando-se na Direcção de Urbanização de Faro, *“durante um período de 5 anos, poderes especiais de orientação e coordenação do desenvolvimento urbano, numa faixa com 5 quilómetros de profundidade ao longo da costa”*.

“Onde o confronto pende nitidamente a favor da Costa del Sol é no equipamento turístico, que deixa absolutamente a perder de vista não só o que temos, mas o que poderemos fazer nestes anos mais próximos. (...)

As realizações nem sempre são perfeitas. E colhe-se uma impressão geral de coisa inacabada, em efervescência, ainda por assentar. A iniciativa particular, em torrente caudalosa, adiantou-se ao planeamento oficial, que só com muita dificuldade conseguiu acompanhar essa avalanche de empreendimentos, para impor certa ordem. (...)

Têm participado nesse surto impressionante de edificações cerca de 140 arquitectos. As suas obras variam de qualidade, como é natural, e, se é raro atingirem uma grande altura, também é pouco frequente serem desastradas. (...)

Mas não é só em hotéis, apartamentos e bungalows que se cifra o equipamento turístico da região. Há lojas novas, (...), agências de viagens e excursões, bancos, cafés, esplanadas, restaurantes, galerias para exposições de pintura, dancings, campos de golfe e carreiras de tiro, etc. - construídos para assegurar aos turistas as facilidades de vida e de distrações sem as quais não acorreriam em tão grande número.

Torremolinos domina nitidamente esse grupo de praias pelo volume das realizações e pela preferência que lhe dão os forasteiros. (...), uma razão maior para o [seu] êxito [é a] de que o turista de hoje (...) é cada vez mais, um turista passivo, que se entrega [nas mãos] da agência de viagens. (...) À chegada vão buscá-lo e conduzi-lo ao hotel, onde a mesma agência lhe marcou quarto. Do hotel à praia vai-se por uma passadeira quase até à borda de água... ou o hotel, tem piscina para os mais preguiçosos. (...) Levam-no a todos os sítios famosos, aos dancings, às touradas, aos artesãos, às lojas de recuerdos... Até para eles essas agências organizam burricadas! Não é blague. Tenho em meu poder os prospectos.”

Do conhecimento do que se passava em Espanha, resultava, assim, importante tirar dois tipos de ilações: *“Uma quanto àquilo que teremos de fazer também para atrair um volume apreciável de turistas. Outra quanto àquilo que convirá fazer diferente para não eximirmos, na medida do possível, a comparações desvantajosas para a nossa indústria incipiente em concorrência com outra do mesmo tipo, já plenamente lançada”*. Tratava-se, portanto, de se fazer igual mas diferente. Igual na forma, apostando-se na projecção internacional do Algarve enquanto destino turístico de “Sol e Praia”, e diferente no conteúdo, valorizando-se a identidade específica, ou *“personalidade turística”*, como lhe chama o autor, desta região, no contexto mais alargado da bacia Mediterrânica.

Nesse sentido, haveria pois, ainda, que cuidar de alguns pormenores, que Keil destaca em “Um feixe de problemas”. Ao nível das comunicações, “*melhorar os acessos ferroviário e rodoviário do centro do País ao Algarve, favorecer a ligação aérea com outros países, e actualizar a rede de transportes públicos locais*”, em especial, nas comutações entre o interior e o litoral; ao nível dos equipamentos, “*criar condições e locais para a prática do campismo*”, uma modalidade em franca expansão, quer entre estrangeiros, quer entre nacionais, e que exigia uma organização mais seriamente ponderada⁷¹; e ao nível da valorização turística, “*tirar partido (...) dos muros que ladeiam, com frequência, as estradas de província*” e “*valorizar paisagisticamente o enquadramento vegetal*” da região. Outros problemas são abordados em várias notas soltas, como o abastecimento de água, o pó ou o calor no Verão, ponto em que, curiosamente, Keil é do partido de se continuar a promover o Algarve como estância de Inverno.

No final, propõe-se a divisão da faixa litoral em núcleos de atracção turística estruturados pelas principais cidades costeiras, em que cada uma delas “*servisse de apoio à valorização dum praia maior, dum sector da costa, ou de um conjunto de praias*”, beneficiando, em contrapartida, “*dum maior movimento comercial os cafés, cinemas, restaurantes, hotéis, pensões, etc.*”. Garantia-se, desta forma, uma distribuição mais equitativa das mais-valias provenientes do desenvolvimento turístico da região e uma maior economia na promoção dos equipamentos necessários para alcançar esse objectivo, “*instalações nem sempre fáceis de manter, [principalmente se] funcionando [apenas] 3 meses por ano*”.

⁷¹ Neste aspecto, Keil do Amaral defende a criação de “*diversos pequenos locais para campismo, com capacidade para um máximo dum 15 a 20 unidades cada, em vez de um número restrito de grandes parques*”, reduzindo-se ao indispensável o equipamento construído. Isto na convicção, fundamentada na sua experiência pessoal, de que “*uma grande concentração e um excesso de organização e comodidades anula a própria essência do campismo*”. Como exemplo, apresenta a experiência dos *Clubs de la Méditerranée*, “*instalações de carácter francamente provisório, para uma espécie de campismo colectivo organizado, cujo sucesso crescente constitui prova segura de que correspondem, realmente, a um desejo de evitar os grandes centros estivais de vida convencional e dispendiosa. Desejo que é uma das realidades a ter em conta nesta valorização do Algarve para um turismo de feição actual. E que explica, em parte considerável, o súbito interesse de muita gente pelas praias do Sul. Realidade que mal andaríamos em não considerar com a necessária atenção*”.

Resultado, em grande parte, do aprofundar de questões já levantadas no artigo do *Diário de Lisboa*, a reflexão fixada neste programa de intenções para o Algarve testemunha a pertinência, a dimensão ética e a actualidade do pensamento de Keil do Amaral. Pertinência no sentido em que equaciona as implicações da massificação do fenómeno turístico do ponto de vista espacial, vinculando a emergência de uma “civilização do lazer” a uma expressão arquitectónica e urbanística; consciência ética na medida em que, perante tal vínculo, não se escusa da sua responsabilidade, enquanto arquitecto e agente transformador do território, mas, também, como cidadão e, por isso, veraneante e turista, de alertar e de avançar com medidas concretas contra os perigos dessa massificação; e actualidade porque, por essa via, introduz o tema do Turismo no debate disciplinar português, fazendo eco do que se passa lá fora, sobretudo em Espanha e na Itália, onde a urbanização para fins turísticos em situações de costa começa a ser, nesta altura, alvo de aprofundada análise e discussão, em encontros e publicações da especialidade.

É neste “acertar de agulhas” com a realidade internacional a partir da discussão das repercussões do Turismo no território e, conseqüentemente, na prática profissional dos arquitectos, que a visão de Keil se revela pioneira e, cremos que, única, no nosso país. Uma visão a que o arquitecto iria dar corpo no estudo das *Bases urbanísticas para a criação de um centro turístico em Tróia*, projecto, desenvolvido, entre 1963 e 1964, para a Soltroia - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo, de que daremos conta mais à frente.⁷²

Mas, voltando ao Algarve, pelo seu rigor e exaustão, as *Bases* de Keil do Amaral iriam servir de apoio para a elaboração, nos cinco anos seguintes, de três importantes instrumentos de planeamento para a região. Instrumentos que abordam a valorização deste território sob vertentes distintas: turística, urbanística e paisagística.

⁷² Ver Capítulo 4.3..

Surtem, assim, na continuidade daquele estudo, o *Plano de Valorização Turística do Algarve*, elaborado, em 1963, pelo arquitecto Paulo de Carvalho Cunha para o Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico do SNI, o *Plano Regional do Algarve*, coordenado, entre 1964 e 1966, pelo urbanista italiano Luigi Dodi, professor na Faculdade de Arquitectura do Politécnico de Milão, e o *Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve*, realizado, entre 1965 e 1967, pelos arquitectos paisagistas António Viana Barreto, Duarte Frazão Castello-Branco e Álvaro Ponce Dentinho. Estes dois últimos, encomenda directa da Direcção-Geral dos Serviços Urbanos do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Procurava-se, desta forma, dotar o Governo com as ferramentas necessárias para orientar o surto turístico em grande escala que se adivinhava no Algarve. No entanto, apesar de todo o esforço técnico envolvido neste processo, a verdade é que estes planos apenas se viriam a constituir como documentos de orientação e coordenação geral, sem obrigatoriedade efectiva de serem implementados, uma vez que o planeamento regional não se encontrava, ainda, contemplado sob qualquer forma de regulamentação específica⁷³. A conflitualidade dos interesses implicados, desde o poder central aos municípios e aos proprietários privados, e o desfasamento que se verifica entre os modelos preconizados e a realidade dos mecanismos de urbanização, dependentes da organização cadastral do solo, levaria a sucessivos desvios aos instrumentos reguladores, pondo em causa a sua capacidade de gerir a transformação do território. Embora inconsequentes, estes três exemplos testemunham a actualidade da planificação do Turismo no nosso país em relação ao contexto internacional e o envolvimento dos profissionais portugueses na discussão e resolução dos problemas de planeamento e de desenho introduzidos, nos anos sessenta, com a explosão do fenómeno turístico.

⁷³ É só com o Decreto-Lei N.º 560/71 que se estabelece, finalmente, uma base legal para que este tipo de estudos viesse a ser respeitado e seguido.

Algarve: “Região de Turismo”

Desenvolvidos sequencialmente, o *Plano de Valorização Turística do Algarve*, o *Plano Regional do Algarve* e o *Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve* colocam arquitectos, urbanistas e paisagistas a pensar, sob perspectivas distintas, mas complementares, sobre um mesmo contexto físico a partir de uma mesma premissa: a exploração e o uso do território para fins turístico-recreativos. Um cruzamento disciplinar que revela uma nova percepção da complexidade dos valores em jogo, na medida em que a organização do Turismo deixa de ser considerada estritamente em função dos seus aspectos económicos, sociais e administrativos para passar a ser, também, fundamentada num aproveitamento equilibrado e racional dos recursos naturais do país. Esta ideia vinha já consagrada na Lei N.º 2:082, de 1956, que previa uma coordenação de interesses e de esforços de valorização local a um nível mais alargado, pela criação de Regiões de Turismo.⁷⁴

O Algarve, com os seus 318 quilómetros de linha de costa (aproximadamente um quarto da extensão do perímetro marítimo da área continental do país)⁷⁵ e menos de 50 quilómetros de profundidade máxima em relação a esse contorno, representava, neste quadro, um desafio particular, pondo em destaque a discussão sobre o ordenamento do espaço litoral e a preservação do seu património humano e paisagístico face a uma crescente pressão urbano-turística. De facto, ainda que dividido, geologicamente, em três faixas longitudinais - o Litoral, o Barrocal e a Serra - e separado, transversalmente, a partir de Faro, em duas zonas de costa com características distintas - o Barlavento, a oeste, e o Sotavento,

⁷⁴ Na sequência desta legislação são constituídas, ainda na década de cinquenta, as Regiões de Turismo da Serra da Estrela (1957), da Serra da Arrábida, de Leiria e da Serra do Marão (1958); na década de sessenta, a Região de Turismo de Chaves (1961); e, só na década de setenta, a Região de Turismo do Algarve (1970). (Cf. Decreto N.º 41:089, *Diário do Governo*, I Série, N.º 101, 2 Maio 1957; Decreto N.º 41:525 e Decreto N.º 41:526, *Diário do Governo*, I Série, N.º 25, 7 Fevereiro 1958; Decreto N.º 41:533, *Diário do Governo*, I Série, N.º 33, 19 Fevereiro 1958; Decreto N.º 44:027, *Diário do Governo*, I Série, N.º 265, 15 Novembro 1961; Decreto-Lei N.º 114/70, *Diário do Governo*, I Série, N.º 65, 18 Março 1970)

⁷⁵ Que corresponde a 1.240 quilómetros, aos quais se acrescentam os 943 quilómetros de perímetro de linha de costa do arquipélago dos Açores e os 402 quilómetros do arquipélago da Madeira. (Cf. www.portugalglobal.pt)

a este - o Algarve apresenta, ainda hoje, uma certa unidade e individualidade conferidas pela sua situação de relativo isolamento em relação ao resto do país. Situação reforçada historicamente pela adopção, desde D. Afonso III, do título honorífico de “Rei de Portugal e do Algarve”⁷⁶ e morfológicamente por uma mais intensa ocupação humana da orla costeira meridional. É, assim, sobre a sua condição de “ocidente” e, sobretudo, de “limite” que o planeamento desta região se vai centrar. De “ocidente” em relação à Península Ibérica - o *Al-Gharb Al-Andalus* - e, por conseguinte, à bacia mediterrânica, na qual se inscreve por continuidade e por natureza, e de “limite” pela sua posição geográfica, extremo sul de Portugal e sudoeste da Europa. Condições determinantes do seu carácter turístico.

O *Plano de Valorização Turística do Algarve*, “*executado em pouco mais de quatro meses*”⁷⁷ e apresentado sob a forma de Estudo Preliminar, propunha a organização turística da província com base nos fluxos do Turismo nacional e mediterrânico, avançando com o enunciado “*tanto da programação do equacionamento necessário ao desenvolvimento regional do turismo como da dotação dos meios financeiros correspondentes*”, fixado, aquele, num “Esboço de Zonamento” no qual se previa a demarcação de áreas de interesse turístico e a distribuição dos equipamentos e dos investimentos a realizar.

Dentro da mesma orientação, o *Plano Regional* equacionava o aproveitamento urbano-turístico do Algarve em função da capacidade receptiva e da acessibilidade das suas praias, limitando-se “*a indicare le situazioni, che dovrebbero essere preferite, giudicate tecnicamente più idonee o economicamente più convenienti, e a fissare talune condizioni indispensabili perchè sia consentito impiantare attrezzature turistiche e, specialmente,*

⁷⁶ Ainda que utilizado pela primeira vez por D. Sancho I, este título só seria adoptado de forma permanente a partir da conquista de todo o reino do Algarve, em 1249, por D. Afonso III, acabando por se fixar genericamente, com D. Manuel I e até à queda da monarquia, em “Reis de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além-mar em África”.

⁷⁷ CUNHA, Paulo de Carvalho, *Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963, p. 138.

di ottenere agevolazioni o contributi dello Stato ed Enti pubblici in genere”⁷⁸. Nesse sentido, é elaborado o *Studio Generale per la Tutela e la Valorizzazione Turística della Fascia Meridionale*, onde se definem as zonas de interesse paisagístico e de valor ambiental e visual a preservar, assim como as áreas de utilização turístico-balnear e de expansão urbana a ser, posteriormente, estudadas e aprofundadas em planos parciais de urbanização.

Também o *Estudo Preliminar de Ordenamento Paisagístico do Algarve* apontava como prioridade do planeamento de carácter regional a defesa e a valorização da paisagem, base sobre a qual se deviam apoiar quaisquer estudos de desenvolvimento turístico e urbanístico. A partir da noção de “capacidade de uso da paisagem”, assente na premissa de que uma paisagem só é equilibrada na medida em que a relação entre a sua exploração e as suas possibilidades de regeneração também o seja, são analisadas as condicionantes - biológicas, fisiográficas e históricas - do meio local algarvio, “*com vista à demarcação, detecção de características, diagnósticos das aptidões, capacidades e potencialidades diversas da província*”⁷⁹ e ao estabelecimento de uma ordem de actuação ajustada às especificidades daquele território. Daqui resultaria a elaboração de uma “Carta de Ordenamento Paisagístico”, dividida em seis sectores e acompanhada de uma série de “Recomendações Gerais”, onde se indicavam os princípios orientadores do processo de restauro, de reestruturação e de exploração do habitat natural e humanizado da região.

Só depois de realizados estes três estudos seria criada a Região de Turismo do Algarve, instituída pelo Decreto-Lei N.º 114/70 de 18 de Março, medida que oficializava, ainda que tardiamente, a tomada de consciência de que “*a criação de infra-estruturas urbanísticas adequadas a servir núcleos turísticos que já não se confinam no âmbito municipal, a localização de estabelecimentos hoteleiros e similares, de parques de campismo e de outras formas*

⁷⁸ DODI, Luigi, *Plano Regional do Algarve: Antepiano*, Milano, MOP/DGSU, Outubro 1966, p. 204.

⁷⁹ BARRETO, António F.V., DENTINHO, Álvaro, BRANCO, Albano Castelo, “Ordenamento paisagístico do Algarve”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 121/122, Maio/Agosto 1971, p. 123.

*de alojamento, a organização de propaganda dirigida ao turismo interno e ao turismo internacional, a escolha de itinerários, a elaboração do calendário de todas as realizações com interesse para o turismo e tantas outras medidas de fomento turístico, só na perspectiva da totalidade do território do Algarve são hoje susceptíveis de ser eficazmente programadas e executadas. A criação da região de turismo, constituída pela área de todos os concelhos do distrito de Faro, será um factor de correcção progressiva de desequilíbrios no desenvolvimento turístico da província”.*⁸⁰

Curiosamente, o primeiro encargo atribuído à Comissão Regional de Turismo do Algarve, órgão administrativo da nova Região de Turismo, seria o de garantir a execução, até 31 de Dezembro de 1974, ou seja, no prazo de cinco anos, do *Plano geral de infra-estruturas urbanísticas de interesse turístico do Algarve* estabelecido pelo Ministério das Obras Públicas⁸¹. Plano, esse, que previa um investimento público, no valor de 300.000 contos, na actualização e conclusão das redes de abastecimento e distribuição de água e de drenagem e tratamento dos esgotos locais e na modernização do sistema rodoviário regional, especificamente com a construção de algumas estradas de acesso e de interesse turístico⁸². Por outras palavras, em 1970 estava-se, ainda, no “grau zero” da urbanização do Algarve.

Mesmo que sem as consequências esperadas, pela experiência singular que representa no contexto português, o planeamento turístico, urbanístico e paisagístico do Algarve justifica uma leitura mais atenta.

⁸⁰ Decreto-Lei N.º 114/70, *Diário do Governo*, I Série, N.º 65, 18 Março 1970, p. 321.

⁸¹ Este *Plano Geral* enquadrava-se “num conjunto de medidas que est[avam já] em marcha, entre as quais (...) a recente criação da zona do jogo [do Algarve, pelo Decreto-Lei N.º 48:912, de 18 de Março de 1969], a modernização dos acessos rodoviários ao Algarve e da estrada nacional n.º 125, de Vila do Bispo a Vila Real de Santo António, a construção da ponte sobre o rio Guadiana e a concessão para um porto turístico-desportivo”. (Cit. Idem, *ibidem*)

⁸² Entre elas a construção dos acessos à Ilha da Armona e à Ilha de Tavira; a construção de uma via entre Lagos e Portimão, passando por Montes de Alvor, e de outra entre o Alvor e a Praia da Rocha, passando pela Praia do Vau; a construção do acesso à Praia Grande, no concelho de Silves, de um novo acesso a Manta Rota e de uma via de ligação directa entre o núcleo turístico do Gancho e Monte Gordo. (Cf. Idem, p. 324)

Plano de Valorização Turística do Algarve

Pela análise comparativa dos mapas das “Comunicações” e das “Regiões de Turismo” do sul da Europa, o arquitecto Paulo Cunha posiciona o Algarve na convergência de duas correntes turísticas complementares: “*uma com origem em Lisboa, desenvolvendo-se em direcção ao sul; outra ao longo do litoral mediterrânico, proveniente da Riviera Francesa e da costa espanhola*”.⁸³

Da capital, para onde se orientavam “*de um modo geral as grandes vias de penetração no nosso país*”⁸⁴, o acesso ao Algarve era garantido por três itinerários principais: a Estrada Nacional N.º 120, pelo litoral oeste até Lagos, a Estrada Nacional N.º 2, servindo directamente Faro, e a Estrada Nacional N.º 122, que, passando por Beja, seguia, depois, pela bacia do Guadiana até alcançar Vila Real de Santo António. A este esquema de acessos somava-se a ligação ferroviária entre Lisboa e o terminal de Tunes, nas imediações de Albufeira, alternativa a ter em conta, sobretudo, no desenvolvimento de um Turismo de carácter interno.

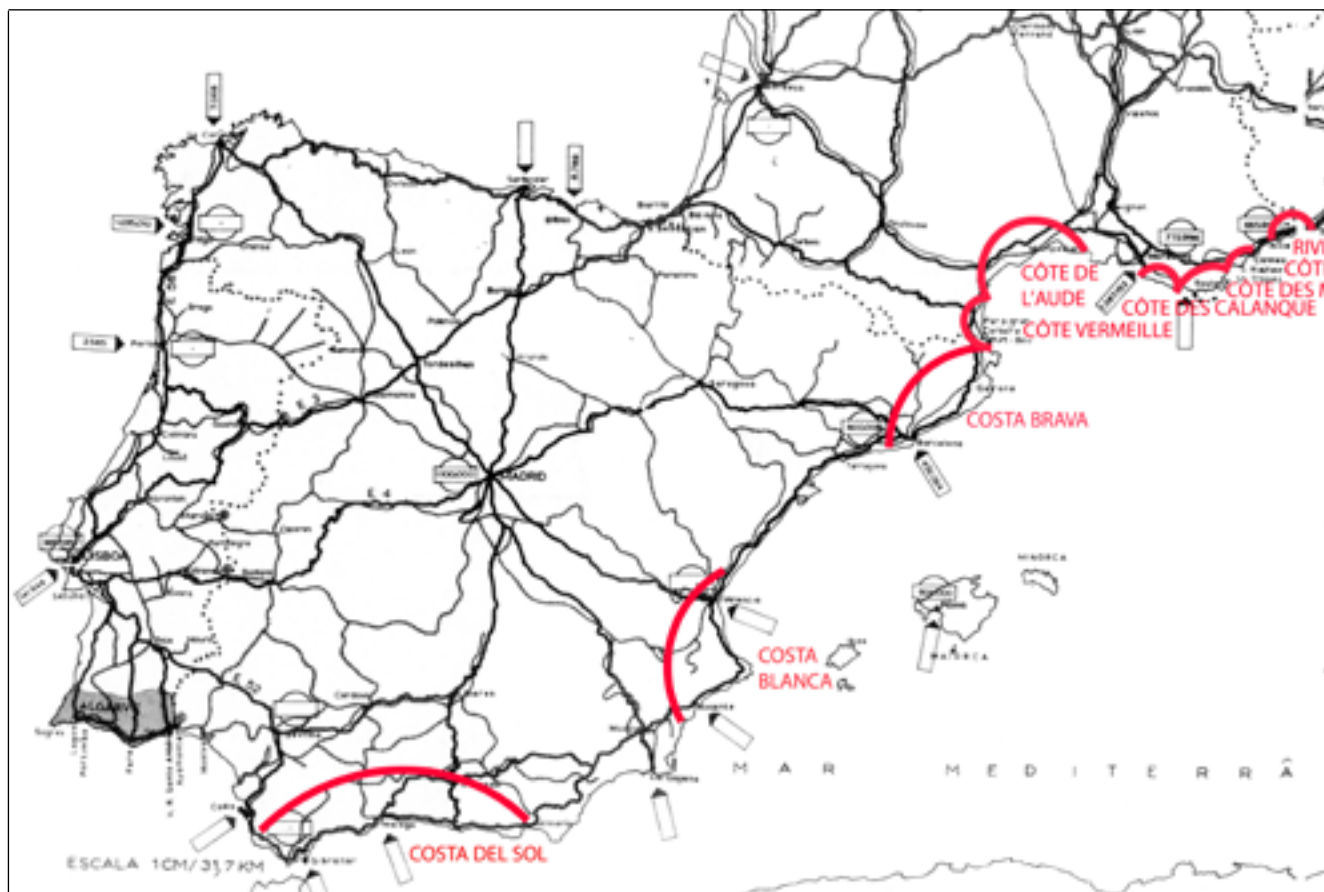
Articulando esta rede “vertical” de comunicações, a Estrada Nacional N.º 125, entre Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, funcionava como eixo “*longitudinal, de distribuição, ao longo do litoral sul*”⁸⁵, servindo as principais localidades da faixa costeira. No entanto, pelas limitações do traçado e implantação desta via, propunha-se a criação de um segundo eixo de distribuição, rápida, pelo interior⁸⁶, que contribuisse, não só para a fixação das populações rurais e de novos centros habitacionais, como para a promoção de outras tipologias de Turismo. A relação com o fluxo turístico da bacia mediterrânica, em muito condicionada pela travessia fluvial do Rio Guadiana, deveria ser beneficiada com a construção de uma nova ponte em Mértola e de uma ponte internacional em Castro Marim, favorecendo a continuidade do tráfego rodoviário e ferroviário entre o Algarve e o litoral Andaluz.

⁸³ CUNHA, Paulo de Carvalho, op. cit., p. 48.

⁸⁴ Idem, p. 39.

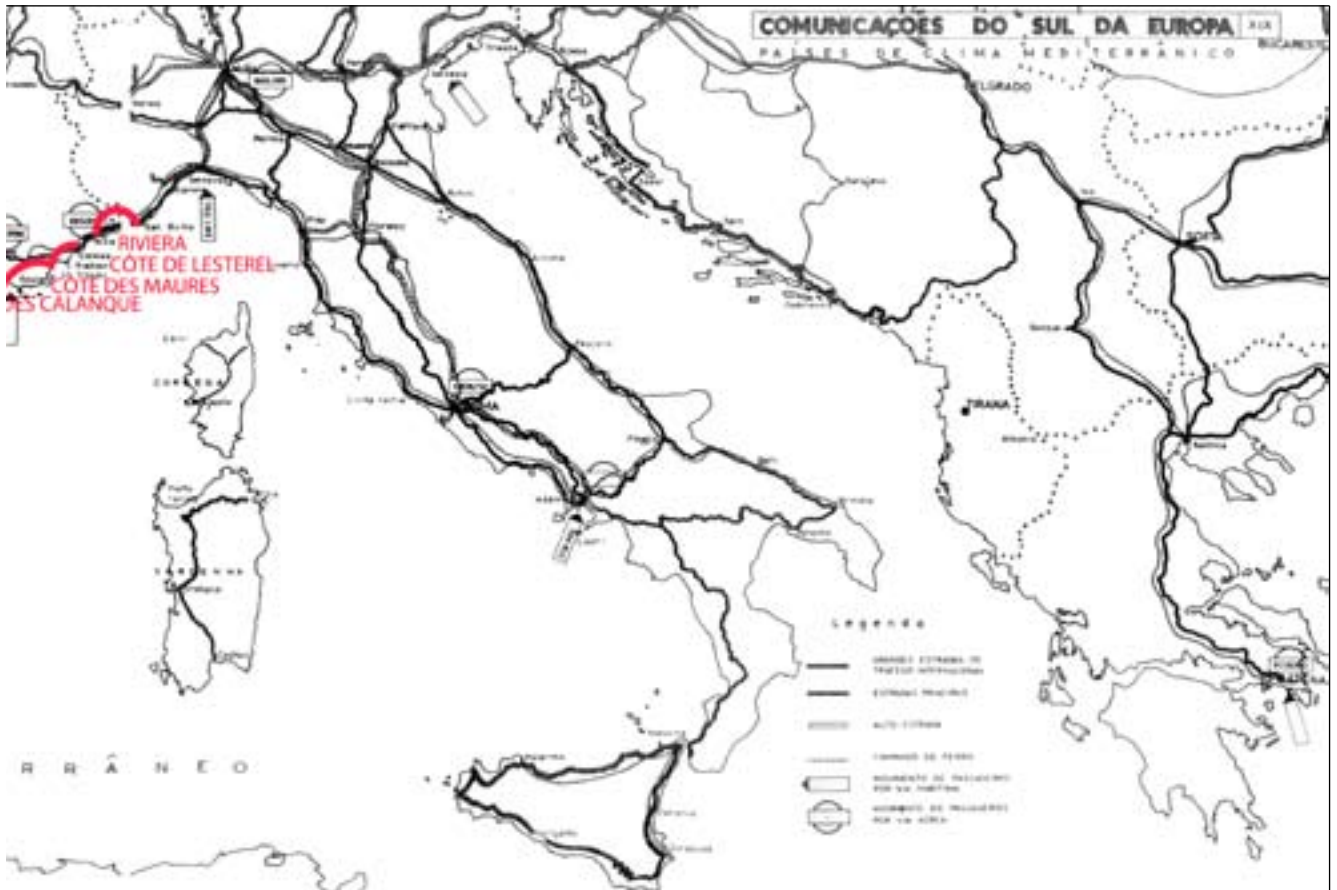
⁸⁵ Idem, p. 19.

⁸⁶ De Aljezur a Odeleite, passando por Monchique, Silves, São Bartolomeu de Messines, Barranco Velho e Alcaria do Cume.



Enquadrada, assim, nos movimentos do Turismo nacional, peninsular e, por conseguinte, europeu, a valorização turística do Algarve devia assentar numa série de princípios estruturais. Em primeiro lugar, considerava-se que “*as estâncias climáticas, balneares ou termais são as bases do desenvolvimento turístico*”⁸⁷. “*Constituem pólos de atracção urbanística que conduzem à criação de novos aglomerados populacionais*”, cujo crescimento importava orientar “*no sentido de proteger os valores monumentais e naturais*” em jogo.

Em relação ao “*património artístico e monumental do Algarve*” tornava-se imperativo valorizar e conservar o pouco que ainda restava. Sagres e Lagos haviam sido já objecto de intervenção do Ministério das Obras Públicas, mas Silves, Castro Marim e as ruínas romanas de Estói aguardavam, ainda, “*obras*



de idêntica finalidade”. Quanto à protecção dos valores naturais, era necessário ter em atenção a instabilidade da costa algarvia, “tanto nos Planos de Urbanização como na definição de aproveitamentos turísticos”. Nesse sentido, devia-se “proceder à estabilização e fixação de areias para que se protejam as arribas, evitando a construção de muros de suporte ou de protecção mais onerosos e quase sempre com prejuízos para o pitoresco dos locais”, e “assegurar as condições de permanência aos edifícios ou instalações de equipamento turístico, pelo seu afastamento da orla marítima, na medida do possível e do conveniente”, assinalando-se, neste quadro, “a forte acção erosiva do mar sobre a costa nas praias do barlavento”. Na mesma linha de preocupações, defendia-se que “as massas arborizadas de protecção das dunas costeiras e as que interessam à caracterização de determinado ambiente paisagístico dever[iam] ser preservadas mediante disposições especiais”.

*Comunicações do Sul da Europa
Países de Clima Mediterrânico
(com a indicação, a vermelho, das “Regiões Turísticas do Sul da Europa”)
Plano de Valorização Turística do Algarve
Paulo Cunha, 1963
(imagem adaptada de CUNHA, Paulo de Carvalho, *Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963)*

No respeitante à “Urbanização e Cobertura turística do Algarve”, propunha-se a demarcação de “Zonas de Interesse Turístico” e de “Áreas de Desenvolvimento Turístico”, com vista a localizar as realizações que estavam previstas e, simultaneamente, “estabelecer uma ordem de prioridades para que as iniciativas possam ser orientadas de forma equilibrada”. Ao SNI caberia, no essencial, estabelecer o programa geral de actuação, ficando “o estudo da distribuição do equipamento turístico” sob a responsabilidade “do urbanista, que deduzirá a posição relativa dos elementos a considerar, o dimensionamento mais conveniente, e que resolverá os problemas ligados à circulação e às exigências particulares da vida” local, tomando, sempre, em consideração a protecção dos “quadros típicos das nossas cidades e aldeias sem os deixar absorver ou contaminar pelo turismo industrial”. Refere-se, ainda, “o interesse que deve[ria] merecer a escolha de locais para praias de finalidade SOCIAL OU ASSISTENCIAL”, classificação que permitiria “estabelecer (...) modalidades distintas de tratamento urbanístico, em conformidade com um plano de orientação turística”.

Paralelamente, sublinha-se “a conveniência de se atentar nas consequências de um afluxo turístico internacional (...) que, sendo numericamente esmagador, possa envolver problemas sociais. (...) [A]ssim, nos desenvolvimentos turísticos a considerar” deveria ter-se especial cuidado com as “condições de enquadramento urbanístico”, evitando-se o contacto directo “entre uma população que se diverte e outra que trabalha”. Nesse sentido, “a selecção dos lugares destinados ao desenvolvimento turístico” resultava condicionada por um afastamento desejável entre esses “dois tipos de ocupação”. “Onde as condições naturais não proporcionem uma natural separação”, sugeria-se “a criação, não de uma zona rural de protecção, directamente em contacto com a área urbana, mas uma área de transição que se poderia designar por ZONA SUBURNANA”, na qual “seria admitido um parcelamento de densidade intermédia”, para a fixação de novas populações.

Já num capítulo anterior⁸⁸, se fizera referência a que *“tudo parece conduzir a que, no Algarve, o desenvolvimento turístico que deve ter prioridade e maior assistência seja aquele que se situe nas proximidades de centros urbanos e, dentre estes, os de maior número de habitantes, de modo a que melhor se aproveite o equipamento social comum. Se se deseja um turismo intenso de exploração industrial com diversões de toda a ordem, ter-se-á que procurar os centros sociais de maior contacto com a população urbana, subtraindo a multidão de turistas e a sua vida agitada do contacto directo com a população rural.*

(...) [A]s extensões de praias que vão desde a Praia da Rocha até à foz do Odiáxere, em Alvor, e a que se desenvolve entre Monte-Gordo e Vila Real de Santo António, são as que melhor podem corresponder a tal tipo de desenvolvimento turístico. Dentro destas extensões poderão, ainda, seleccionar-se certos trechos onde as características gerais do desenvolvimento turístico e o seu enquadramento oferecem condições para um turismo cosmopolita que se não compadece com o contacto de áreas agrícolas.

Tal conclusão de âmbito regional não poderá deixar de ter interesse na apreciação dos planos locais de urbanização”.

Por fim, regista-se uma *“manifesta incompreensão (...) na aplicação de planos de conjunto e as dificuldades que dela decorrem para os serviços oficiais”* e para *“os progressos da urbanização”*. Procurando contrariar essa tendência, tornava-se *“indispensável tomar, antecipadamente, medidas para que uma acção persuasiva seja levada a efeito com garantia de que, uma vez iniciada a execução do Plano, ele não se detenha no seu decurso. Será precisa não só a colaboração dos órgãos locais de turismo e dos municípios e os meios legais apropriados, mas, também, criar uma adesão activa dos diversos sectores administrativos e da opinião pública ao trabalho”*.

⁸⁸ Dedicado à “População e Meios de Consumo”, o terceiro dos doze que estruturam o *Plano*: I - Situação; II - Clima; III - População e Meios de Comunicação; IV - Comunicações e Transportes; V - Urbanização e Cobertura Turística; VI - O Algarve no Turismo Mediterrânico; VII - Esboço de Zonamento Turístico; VIII - Equipamento Turístico e Investimentos Locais; IX - Atracções Turísticas; X - Alojamento Turístico; XI - Considerações Finais; e XII - Planos Gráficos (por Concelhos).

Com base nos princípios enunciados, é, de seguida, traçado um “Esboço de Zonamento Turístico” para a região, segundo o qual são definidas cinco modalidades de Turismo, com características de ocupação territorial e necessidades de equipamento próprias: “Turismo de Passagem”, de “Verão”, “Termal”, “Balnear” e de “Estância Climática”. De forma resumida, ao “Turismo de Passagem” estavam reservadas as áreas do sudoeste algarvio, “com centro em VILA DO BISPO [e] tendo por pólo de atracção SAGRES”, admitindo-se, nesta zona, a construção de “pequenas unidades hoteleiras - até 60 quartos - e parques de campismo, favorecendo assim os aspectos educativos que no local concorrem”⁸⁹. A um “Turismo de Verão” seriam destinadas as áreas em torno de “MONCHIQUE e SÃO BRÁS DE ALPORTEL, localidades de média altitude”, prevendo-se o recurso a “soluções mistas, desde o hotel normal ao hotel residencial, em pequenas ou grandes unidades, e, ainda, a pequena habitação do tipo ‘bungalow’”. Quanto ao “Turismo Termal”, “apenas MONCHIQUE [apresentava] qualidades e condições para se integrar num plano de valorização”, devendo o seu “equipamento turístico revestir[-se] dos aspectos mais adequados a um centro de cura e repouso”.

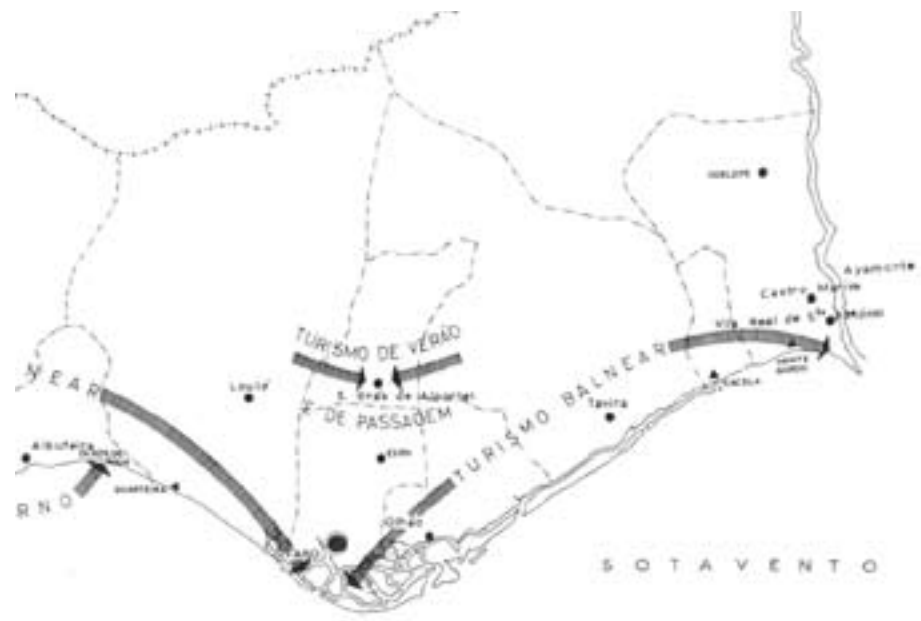
Zonamento Sumário
 Plano de Valorização Turística
 do Algarve
 Paulo Cunha, 1963
 (imagem CUNHA, Paulo de Carvalho,
Plano de Valorização Turística
do Algarve: Estudo Preliminar,
 Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e
 Planeamento Turístico, 1963)



⁸⁹ Idem, p. 56.

Em relação ao “Turismo Balnear”, “*de um modo geral*], considerava-se que] *toda a costa do Algarve, à excepção do trecho que vai desde SAGRES até à SRA. DA LUZ, oferec[ia] boas condições para esta modalidade*”. Destacavam-se, no entanto, a linha de praias desde a Praia da Luz até Quarteira, pelas “*boas condições de abrigo dos ventos N e um agradável enquadramento paisagístico*”, e a de Quarteira até Vila Real de Santo António, “*de grandes extensões de areal, por vezes um pouco árido, mas oferecendo, sempre, praias seguras, de declive regular e águas de agradável temperatura*”. “*O equipamento hoteleiro [desta zona] será variado, em correspondência com as características de exploração turística considerada para o local*”.

Para um “Turismo de Estância Climática”, indicavam-se, por sua vez, “*três pólos distintos*” - Meia Praia, a extensão entre a Praia da Sra. da Rocha e Armação de Pêra e Olhos de Água -, com a recomendação de que “*o enquadramento turístico nestas zonas deverá ser variado, porém, com predominância das melhores instalações hoteleiras e, possivelmente, com uma organização urbanística que permita o isolamento destas unidades. Pelo menos algumas delas, para maior tranquilidade do turista, deveriam dispor-se em locais defendidos por uma intensa arborização*”.



Páginas seguintes:
Quadro XXXV - Capacidade de Alojamento Turístico: Estabelecimentos Hoteleiros e Parques de Campismo
 (CUNHA, Paulo de Carvalho, *Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963)

Páginas interiores:
XII - Planos Gráficos (por Concelhos)
Paulo Cunha, 1963
 (imagem adaptada de CUNHA, Paulo de Carvalho, *Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963)

A partir deste zonamento sumário, os treze Concelhos do Algarve abrangidos pelo *Plano* são objecto de uma análise e de uma organização mais profundas, procedendo-se ao levantamento do património material (Monumentos, Museus, Bibliotecas) e imaterial (Folclore, Culinária) a valorizar na região, assim como dos equipamentos turísticos existentes (Casinos, Hotéis, Parques de Campismo, Portos de Recreio), e à delimitação das futuras áreas de expansão dos principais núcleos urbanos e à demarcação das Zonas de Interesse e Áreas de Desenvolvimento Turístico a criar, com a indicação dos melhoramentos e intervenções propostos para cada uma delas.

De acordo com o programa geral delineado pelo SNI, estava previsto, até ao final de 1968, um investimento de mais de 800.000 contos em infraestruturas de finalidade turística na região, distribuído por várias áreas de actuação. Relativamente ao alojamento turístico, admitia-se um aumento da capacidade de hospedagem local para 14.404 camas, divididas entre Hotéis ou similares (6.904 camas) e Parques de Campismo (7.500 camas), o que correspondia a um crescimento na ordem dos 300% em relação ao registado na província e, só em equipamento hoteleiro, dos 25% em relação aos estabelecimentos de todo o país⁹⁰. Um incremento na oferta que colocava, em paralelo, a questão de onde ir buscar os quadros necessários de pessoal especializado para garantir o funcionamento das novas unidades em perspectiva, pelo que, na ausência de uma Escola de Hotelaria no Algarve⁹¹, se propunha o estabelecimento de cursos especiais, orientados para a área, nas escolas técnico-industriais e comerciais ali existentes.

⁹⁰ Registava-se, nesta altura, a existência de 691 estabelecimentos hoteleiros no país, com “*13901 quartos, ou seja, uma capacidade de alojamento, diária, para 27802 turistas*”. (Cit. Idem, p. 132)
⁹¹ Em Portugal, existia apenas a Escola Hoteleira Alexandre Almeida, em Lisboa, a funcionar desde 1958. Só em 1965, com a inclusão do Turismo nos Planos de Fomento, é criado, pelo Decreto-Lei N.º 46:354 e Decreto-Lei N.º 46:355, de 26 de Maio, na dependência da Presidência do Conselho e dos Ministérios da Educação Nacional e das Corporações e Previdência Social, o Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira, organismo que fica responsável pela preparação dos profissionais ligados aos diversos ramos da actividade. Na sequência desta legislação, são fundadas a Escola Hoteleira do Algarve, em 1966, e a Escola Hoteleira do Porto, em 1969, procedendo-se, no ano seguinte, à aprovação do Estatuto das Escolas Profissionais de Hotelaria e Turismo, pela Portaria N.º 505/70, de 10 de Outubro. (Cf. Decreto-Lei N.º 46:354 e Decreto-Lei N.º 46:355, *Diário do Governo*, 1 Série, N.º 117, 26 Maio 1965, e Portaria N.º 505/70, *Diário do Governo*, 1 Série, N.º 235, 10 Outubro 1970)

Alojamento Turístico

1 - Vila do Bispo
Pensão Infante de Sagres
Pousada do Infante
Hotel da Baleeira
Hotel Martinhal
Pensão Casal (Vila do Bispo)
Parque de Campismo

2 - Lagos
Pensão Costa d’Ouro
Pensão D. Ana
Pensão Caravela
Estalagem S. Cristóvão
Hotel Meia Praia
Hotel em Lagos (João Veloso)
Hotel Praia do Canavial
Hotel Praia de Porto de Mós
Hotel Praia da Luz (Ingleses)
Pousada da Barragem
Parque de Campismo

3 - Portimão
Pensão Globo
Pensão Grade
Pensão Miradouro
Pensão Central
Pensão Sol (Praia da Rocha)
Hotel Bela Vista (Praia da Rocha)
Hotel da Rocha (Praia da Rocha)
Hotel Miramar (Praia da Rocha)
Hotel Sta. Maria (Praia da Rocha)
Hotel Algarve (Praia da Rocha)
Hotel Taquet (Praia do Vau)
Hotel Hotel (Praia do Vau)
Hotel Praia Três Irmãos
Hotel Praia do Alvor (1)
Hotel Praia do Alvor (2)
Parque de Campismo

4 - Silves
Hotel na Barragem
Hotel e Centro de Hidroterapia (Armação de Pêra)
Hotel em Silves

5 - Lagoa
Hotel (Soc. Estalagem Carvoeiro)
Hotel na Praia Grande
Hotel (Dr. Correia Ribeiro)
Parque de Campismo

6 - Monchique
Pensão Central
Pensão nas Caldas de Monchique (1)
Pensão nas Caldas de Monchique (2)
Pensão nas Caldas de Monchique (3)
Hotel nas Caldas de Monchique

Número de Camas

Existentes	Ampliação	Totais
22		22
30	50	80
40	60	100
	100	100
	22	22
	1000	1000

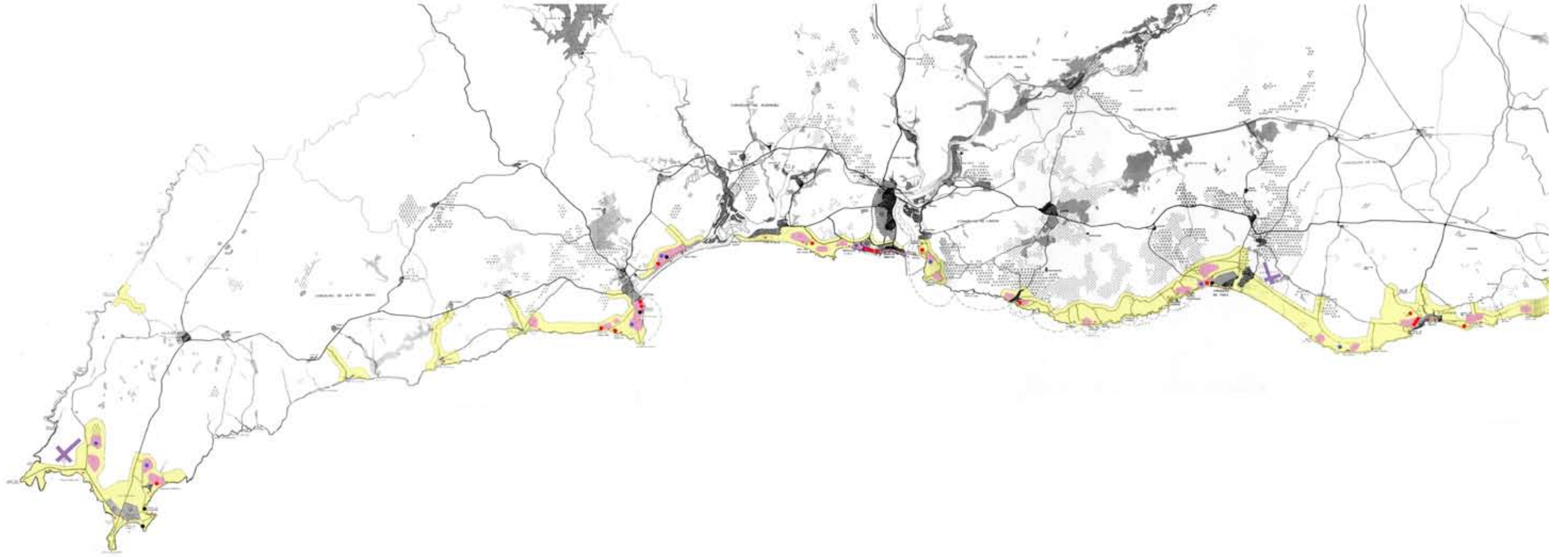
16		16
22		22
40		40
22		22
64	36	100
	100	100
	100	100
	200	200
	24	24
	12	12
	1000	1000

32		32
52		52
48		48
40		40
50		50
56		56
92		92
	210	210
	120	120
	200	200
	132	132
	240	240
	100	100
	100	100
	100	100
	500	500

	20	20
	200	200
	40	40

	24	24
	100	100
	40	40
	1000	1000

48		48
20	20	40
20	20	40
	40	40
	200	200





Legenda:

- Zona de Interesse Turístico
- Zona de Desenvolvimento Turístico
- Estabelecimento de Banhos
- Golfe
- Aeródromo
- Casino
- Hotel Existente
- Hotel em Construção
- Hotel Projectado
- Campismo

Revelador da importância que a valorização turística do Algarve assume para o país, era o facto de, nas “Considerações Finais”, o arquitecto Paulo de Carvalho Cunha admitir a ocupação dos “*terrenos do domínio público do estado (...) reconhecidos de interesse para o turismo nacional, de modo a facilitar a sua expansão e desenvolvimento*”, podendo ser integrados “*no domínio privado*” caso se tratasse da construção de estabelecimentos hoteleiros. Noutras situações, esses terrenos seriam “*cedidos em régimen de concessão*”, revertendo, a longo prazo, para o Estado as infraestruturas e instalações neles criadas. Com esta medida procurava-se poupar “*o solo agrícola[,] que interessa[va] à economia geral*” da região, da especulação fundiária e garantir o revigoreamento da produção local, da qual estava, necessariamente, dependente o desenvolvimento do Turismo.

Para isso, importava, também, que fosse permitido às administrações locais “*a constituição de um património municipal que torn[ass]e possível dispor de terrenos para fins turísticos de interesse geral*”, como preservar o enquadramento da paisagem, natural e urbana, existente e promover novos pólos de atracção turística.

Ficavam, assim, definidos o programa e as linhas da intervenção estatal na valorização turística do Algarve. Interessante é notar que, à data da finalização deste *Plano* do SNI, a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização do Ministério das Obras Públicas dispunha já de um “Esboço” do *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve*, submetido pelos arquitectos italianos Luigi Dodi e Gian Réggio, estando em discussão, em Maio de 1963, o funcionamento, financiamento e desenvolvimento de um “Plano Director Regional”, a levar a cabo com base neste primeiro estudo. Daqui resultaria a apresentação, três anos depois, do “Anteplano” do *Plano Regional do Algarve*, designação ambígua que punha em evidência o carácter provisório de que se revestia, ainda, o planeamento urbanístico em Portugal.

Plano Regional do Algarve

A escolha do arquitecto Luigi Dodi (1900-1983) para coordenar o *Plano Regional do Algarve* resulta, muito provavelmente, da sua participação no primeiro Colóquio sobre Urbanismo, realizado, de 8 a 21 de Março de 1961, em Lisboa, por iniciativa do Centro de Estudos de Urbanismo da DGSU, onde apresenta, a convite da organização⁹⁴, três comunicações - “*Les Aménagements Régionaux en Italie*”, “*Les nouvelles villes Italiennes*” e “*Localisation et transfèrement des industries*”⁹⁵ - em que, genericamente, faz referência aos planos de “*bonifica integrale*” dos anos trinta, às cidades balneares de nova formação, “*qui depuis soixante années s’étendent d’une façon linéaire pour dizaines de kilomètres, soit au bord de la mer Adriatique de Cervia à Rimini, à Cattolica, à Pesaro, soit au bord de la mer Tyrrhénienne, de Marina di Carrara à Forte dei Marmi, à Viareggio, à Marina di Pisa*”, frequentadas pelos veraneantes apenas por um ou dois meses, e, no pós-guerra, às experiências de construção de habitação económica e popular levadas a cabo por intervenção do Estado, em especial o caso do projecto INA-Casa desenvolvido entre 1949 e 1963, que, em muitos casos, pela dimensão e autonomia funcional dos bairros criados, “*ressemblent de véritables villes*”.

Abrindo um pequeno parêntese, das vinte e seis comunicações apresentadas no Colóquio, apenas uma abordava, directamente, a relação entre Território e Turismo: “Os problemas de Recreio e Cultura no Planeamento Nacional”, do arquitecto José Rafael Botelho.⁹⁶

⁹⁴ A Comissão Organizadora do Colóquio era composta por um Presidente, o Eng. Manuel de Sá e Mello, Director-Geral dos Serviços de Urbanização, e doze vogais: o Eng. Antão de Almeida Garrett, Professor da Faculdade de Engenharia do Porto; o Eng. Armando Marques Girão, Director dos Serviços de Urbanismo e Habitação do Ministério do Ultramar; o Arq. Carlos Ramos, Director da Escola Superior de Belas-Artes do Porto; o Arq. Paisagista Francisco Caldeira Cabral, Professor do Instituto Superior de Agronomia; o Arq. Inácio Peres Fernandes, Presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos; o Eng. João Paulo Nazareth de Oliveira, Director de Serviços de Melhoramentos Urbanos da DGSU; o Eng. Jorge Carvalho de Mesquita, Director do Gabinete Técnico de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa; o Eng. Luís Guimarães Lobato, Director dos Serviços de Projectos e Obras da Fundação Calouste Gulbenkian; o Eng. Manuel Rocha, Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil; o Eng. Manuel Tavares Cardoso, Professor do Instituto Superior Técnico; o Eng. Miguel Resende, Director do Plano Regional de Lisboa; e o Arq. Paulino Montez, Director da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. (Cf. *Colóquio sobre Urbanismo*, Lisboa, MOP-DGSU, Março 1961, pp. 9-10)

⁹⁵ Apresentadas, respectivamente, na 9.ª, 13.ª e 15.ª Sessões.

⁹⁶ Comunicação, da 6.ª Sessão, que abordava a criação de uma rede de Parques Nacionais e Reservas

De resto, Dodi era responsável, desde 1939, por leccionar a cadeira de Urbanística I na Faculdade de Arquitectura do Politécnico de Milão, tendo sido acompanhado, até 1953, por Giovanni Muzio (1893-1982) em Urbanística II, arquitecto que havia substituído, em 1940, Marcello Piacentini como Consultor Urbanista, do Gabinete do Plano de Urbanização e Expansão da Câmara Municipal do Porto, na elaboração do *Plano Regulador* da cidade⁹⁷. Das relações de Muzio com o Porto, onde trabalha com os engenheiros Antão de Almeida Garrett e Miguel Resende⁹⁸, ambos vogais da Comissão Organizadora do Colóquio de 1961, deriva, certamente, a presença de Luigi Dodi em Portugal.

Curiosamente, o período em que o arquitecto italiano desenvolve o *Plano* do Algarve, entre 1963 e 1966, coincide com o triénio em que é Presidente daquela Faculdade e com um dos momentos mais conturbados do Politécnico de Milão, precisamente com a contestação estudantil, de 1965, aos conteúdos do curso de Urbanística, de que Dodi era docente, e consequente suspensão provisória dessa disciplina. Segundo Chiara Rostagno⁹⁹, estava em causa a “*mancanza di contenuti reali dei programmi, a tutt’oggi, e di qualsiasi prospettiva didattica, politica, e culturale*”, abrindo-se o caminho para um debate sério sobre a prática do ensino do urbanismo em Itália. Na sequência deste episódio, o arquitecto realizaria um extenso inquérito nas principais escolas da Europa e Estados Unidos¹⁰⁰, publicado, em 1966, sob o título *Sull’insegnamento dell’urbanistica. Indagine condotta presso atenei d’Europa*.¹⁰¹

Naturais no nosso país, uns com propósitos recreativos e educativos e os outros, essencialmente, de protecção e conservação, a partir da proposta de classificação da Península de Setúbal como Parque Nacional de interesse científico. (Cf. BOTELHO, José Rafael, “Os Problemas de recreio e Cultura no Planeamento Nacional”, *Colóquio sobre Urbanismo*, op. cit., pp. 250-268)

⁹⁷ Colaboração que dura até 1943, altura em que, com a morte do Ministro Duarte Pacheco e o desenrolar da II Guerra Mundial, os trabalhos são suspensos, sendo retomados, dois anos depois, já sob a direcção do engenheiro Antão de Almeida Garrett.

⁹⁸ Elementos do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, dirigido, entre 1939 e 1945, pelo arquitecto Arménio Losa (1908-1988).

⁹⁹ ROSTAGNO, Chiara, “L’insegnamento dell’Urbanistica al Politecnico di Milano attraverso le carte dell’archivio Luigi Dodi. Dall’istituzione agli anni del confronto (1929-1966)”, *Annali di Storia delle Università Italiane*, Bologna, Volume 12, 2007, disponível em www.cisui.unibo.it.

¹⁰⁰ Escolas que visita ao longo do ano de 1966 e onde apresenta, para confronto e análise posterior, um questionário articulado em quarenta e oito pontos. (Cf. Idem)

¹⁰¹ DODI, Luigi, *Sull’insegnamento dell’urbanistica. Indagine condotta presso atenei d’Europa*,

Ao mesmo tempo que conclui o trabalho do Algarve, Luigi Dodi via, assim, as suas capacidades profissionais, sobretudo enquanto pedagogo mas, também, como urbanista, serem questionadas, acusado de um desfasamento em relação aos problemas da realidade contemporânea.

Não se tendo tido acesso ao “Esboçeto” preparatório do aproveitamentourbano-turístico do Algarve, é a partir de documentos avulsos que temos uma ideia das directrizes fundamentais do planeamento preconizado. Pela “Informação” do Director Geral dos Serviços de Urbanização ao Ministro Arantes e Oliveira, datada de 16 de Maio de 1963¹⁰², ficamos a saber que, à semelhança do adoptado “*na orientação do Plano Regional de Aveiro, os estudos do planeamento urbanístico da região algarvia serão efectuados por um órgão executivo - ‘Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve’ com sede em Faro, assistido por um órgão regional consultivo, - a ‘Comissão Consultiva Distrital de Urbanização’*”, o primeiro com “*carácter eventual*”, porque a ser extinto quando concluídos “*os estudos urbanísticos a levar a efeito*”, e, o segundo, permanente, servindo de “*órgão regional coordenador*”.

Na composição do Gabinete Técnico, que teria uma delegação, em Lisboa, a funcionar na sede da DGSU, estavam confirmadas as presenças do Eng. Alberto Pessanha Viegas, do Arq. Luigi Dodi, do Arq. Gian Réggio, do Arq. Manuel Laginha, do Arq. Jácome da Costa, do Eng. Almeida Brandão e do Eng. José Antunes Branco, que contariam com o apoio de quatro desenhadores e inquiridores e três dactilógrafos, tendo sido nomeados como consultores o Arq. Paisagista António Viana Barreto e o Geólogo Pedro Paradela, faltando, ainda, nomear, neste último grupo, um Sociólogo e um Economista, este, “*de certo, (...) estrangeiro, por não dispormos de especialista português disponível*”.¹⁰³

Milano, Tamburini, 1966.

¹⁰² SANTOS, A. Macedo, *Proc. U-843: Informação a sua Excelência o Ministro sobre a organização, funcionamento e financiamento do Plano Director do Desenvolvimento do Algarve - ‘Plano Regional do Algarve’*, [Lisboa], DGSU, 16 Maio 1963.

¹⁰³ A acompanhar a equipa coordenada por Luigi Dodi, de que faziam parte Cerrutti, Morini e

Este Gabinete Técnico seria responsável por uma primeira apreciação do “Esboçeto”, apresentada sobre a forma de *Relatório*, em Maio de 1964¹⁰⁴. De acordo com este documento, e ao encontro, em essência, dos “*princípios explícitos ou implícitos no ‘Esboçeto’*”, preconizava-se:

“1 - *Que se deve planear para uma gradual e total utilização dos recursos turísticos do Algarve, de harmonia com o potencial económico nacional e regional (...);*

2 - *Uma eficiente salvaguarda de todos os valores naturais sensíveis a deteriorações provocadas pela acção humana ou de agentes físicos (paisagem, praias, etc), aspecto este em que nenhum interesse privado se deve sobrepôr ao interesse público;*

3 - *A conservação do carácter e ambiente regionais, quer nas zonas urbanas como rurais, afectando-os o menos possível com os novos estabelecimentos turístico-residenciais a construir;*

4 - *A localização em limitadas áreas de menor interesse paisagístico das grandes concentrações turísticas futuras, deixando a maior parte do cordão litoral liberto de construções ou só utilizado, em alguns trechos, por instalações turísticas de qualidade, disseminadas, permitindo também uma valorização turística dos sectores interiores;*

5 - *Que se deixe de reserva, para um futuro longínquo e de difícil previsão, a possibilidade de utilização turística dos sectores naturalmente menos favorecidos para uma exploração económica (sector ocidental) ou para imediata ocupação das áreas próximas das praias (Faro-Olhão);*

6 - *A orientação do turismo de massa para as grandes concentrações previstas, em especial nos sectores orientais, e do turismo de maior nível para as zonas de maior beleza natural e de pequenas praias, fazendo beneficiar o sector interior das suas aptidões para o turismo de passagem;*

7 - *Uma planeada reestruturação económica e social em que se obtenham os maiores benefícios das enormes possibilidades que o incremento turístico oferece para o desenvolvimento da região e elevação do nível de vida da população;*

8 - *O início imediato dos referidos estudos e projectos de infra-estruturas físicas, económicas e sociais indispensáveis ao desenvolvimento planeado, por forma coordenada, sob a orientação do Estado, e previsão dos investimentos públicos necessários às realizações;*

9 - *A organização de serviços especialmente incumbidos de propulcionar, harmonizar e controlar os estudos e realizações, e de manter actualizado o planeamento quanto a objectivos gerais e parciais e meios de actuação.”*¹⁰⁵

Réggio, encontrava-se o professor geógrafo-economista Toschi.

¹⁰⁴ *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve: “Esboçeto” e Orientação Geral. Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve*, [s.l.], DGSU/DSMU, Maio 1964.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 101-103.

Numa outra “Informação” ao Ministro, que acompanha este *Relatório*, do mesmo Eng. A. Macedo Santos, Director Geral dos Serviços de Urbanização¹⁰⁶, clarifica-se que o Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve defendia “*um mais intenso aproveitamento turístico que o projectado*” pela equipa de Luigi Dodi, estipulando dever-se atingir as 260.000 camas, em 1980, e as 460.000, em 1990, pelo que se depreende que o “Esboçeto” entregue previa um desenvolvimento em duas fases, com um alcance a 15 anos e a 25 anos, respectivamente. Para o reajustamento de valores proposto, “*indica[vam]-se, em linhas gerais, os prováveis reflexos demográficos (885.000 e 1.560.000 habitantes, respectivamente dentro de 15 e 25 anos), económicos (evolução dos consumos e inerente organização e distribuição da produção nos vários sectores), de trabalho (mão de obra especializada ou não, etc) e de equipamento (vias rápidas de acesso e vias secundárias, aeroportos, instalações portuárias turísticas, infraestruturas urbanísticas, desde águas e esgotos a telecomunicações, etc)*”.

Neste novo quadro de objectivos, “*a ordem de grandeza dos investimentos correspondentes à previsão do desenvolvimento encarada nos próximos 15 anos*” rondava os “35 milhões de contos, dos quais caberão ao Estado 5,3 milhões (média anual de 350.000 contos), assim desdobrados:

- subsídios para hotéis, etc	1.350.000 contos
- infraestruturas rodoviárias	1.900.000 contos
- infraestruturas urbanísticas (50%)	600.000 contos
- equipamento público	1.000.000 contos
- aquisição de terrenos	450.000 contos
	<u>5.300.000 contos</u> ”

O restantes quase trinta milhões correspondiam à iniciativa privada.

¹⁰⁶ SANTOS, A. Macedo, *Informação a sua Excelência o Ministro sobre o “Esboçeto” do “Planeamento Urbanístico da Região do Algarve”, elaborado pelo Prof. Dodi e seus colaboradores*, [Lisboa, DGSU], 28 Junho 1964.

Advertia-se, no entanto, que “na realização de um planeamento regional não pode deixar-se a primazia à iniciativa particular, sob pena de se processar um desenvolvimento desordenado, antieconómico e lento. Cabe ao Estado tomar o mando das operações, executando com oportunidade as infraestruturas públicas (...), promovendo a reestruturação económica da região em causa e das que lhe são vizinhas (...), auxiliando decisivamente os municípios na execução das infraestruturas camarárias e, finalmente, desenvolvendo, simultâneamente, uma política de atracção das massas turísticas e de capitais”. “Planear, é estruturar e coordenar”, e, com os estudos, agora, apresentados, comprometiam-se “os Poderes Públicos na medida em que compete a estes promover que da ideia se passe à acção”.

Por outro lado, tornava-se indispensável, “à ordenada e económica expansão urbana e ao fomento da criação dos núcleos hoteleiros projectados”, que o Estado instituísse, atempadamente, uma política de solos que permitisse a aquisição oportuna dos terrenos necessários para uma eficaz execução do plano delineado, caso contrário “confirmar-se-[iam], ainda mais clamorosamente”, os desvios que se vinham a verificar “no desenvolvimento dos planos de urbanização das sedes de concelho do País”.

“Tanto para o aprofundamento e pormenorização dos estudos de planeamento geral como para não se atrazar o início da execução de obras infra-estruturais essenciais”¹⁰⁷, no Relatório elaborado pelo Gabinete Técnico do Plano do Algarve indicavam-se os “estudos técnicos de imediata necessidade, complementares do planeamento regional”. Como prioridade, colocava-se a realização dos levantamentos topográficos e dos Planos Parciais de Urbanização das novas áreas e estâncias turísticas consideradas, em especial os núcleos de Meia Praia, Alvor-Praia da Rocha, Armação de Pêra, Quarteira e Manta Rota-Monte Gordo, que, em geral,

“Apesar das oportunidades já perdidas pelo Estado numa tomada de posições que lhe assegurassem um suficiente comando da política de preço dos terrenos e, conseqüentemente, da sua utilização apropriada, julga-se que na actual fase primária de desenvolvimento regional ainda seria possível uma intervenção nesta matéria. Os benefícios de carácter público justificam, em nosso parecer, o investimento imediato na aquisição de terrenos ou a pronta promulgação de especial legislação que bloqueie os preços e estabeleça o seu justo valor para efeito de eventual expropriação futura e atribuição de mais-valias.”

Planeamento Urbanístico da Região do Algarve: “Esboçeto” e Orientação Geral. Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, [s.l.], DGSU/DSMU, Maio 1964, p. 42.

¹⁰⁷ *Planeamento Urbanístico da Região do Algarve: “Esboçeto” e Orientação Geral. Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, op. cit., p. 79.*

“por abrangerem áreas de propriedade muito parcelada, deverão constituir encargo da Administração Pública”. A exceção seria Quarteira, cujo novo núcleo de desenvolvimento turístico se concentrava *“numa só propriedade, [admitindo-se] poder vir a ser objecto de estudo de conjunto a empreender pela iniciativa privada”*. É, precisamente, para este local que, em 1965, a Lusotur - Sociedade Financeira de Turismo apresenta o projecto da cidade turística de Vilamoura.

Em curso estava já o estudo do novo sistema de acessos e de circulação rodoviária do Algarve, iniciados pela Junta Autónoma de Estradas, projectando-se a construção de uma via *“de ligação rápida entre as regiões de Lisboa e do Algarve - as duas principais zonas turísticas portuguesas -”* e de outra, com características idênticas, *“desde uma futura ponte sobre o Guadiana até próximo de Lagos”*, servindo toda a província.

Na orla costeira, era essencial proceder-se à consolidação e defesa dos trechos mais sujeitos à erosão marítima e considerados de maior potencial turístico, assim como à revisão dos planos de melhoramentos elaborados para os portos locais e ao aproveitamento da costa algarvia para fins recreativos, estudando-se a localização de docas de recreio e de novas estruturas dedicadas à prática do remo, da vela e da motonáutica. À semelhança do *Plano de Valorização Turística*, também o *Plano Regional* admitia a utilização, a curto e a longo prazo, de áreas do Domínio Público Marítimo para o estabelecimento de *“novas estâncias turísticas de vulto”*, *“em especial no sector da ria de Faro-Olhão e no de Tavira”*.

Nenhuma destas obras fazia, no entanto, sentido sem um planeamento imediato e uma execução faseada, acompanhando o ritmo de crescimento, económico e turístico, previsto para o Algarve, das infraestruturas básicas de distribuição local de electricidade e de água potável, o estudo dos aproveitamentos hidráulico-agrícolas e sistemas de rega, essenciais para o aumento da produtividade regional, e a drenagem e tratamento dos esgotos domésticos.

Por fim, salientava-se a urgência de o Governo definir uma política oficial de fomento do Turismo, integrando a indústria no planeamento nacional, “*no sentido de favorecer [o] surto turístico em grande escala [que se projectava para o Algarve] e de se atender às inevitáveis consequências na estrutura económica e social*” do país. Um surto turístico que, necessariamente, dependia de uma adequada divulgação, junto do sector privado, das medidas e das oportunidades que estavam a ser criadas. Naturalmente, caberia ao SNI a orientação dessa política, e, por isso, o seu acompanhamento no processo de planeamento urbanístico em curso era fundamental.

Assim, é com base no *Plano de Valorização Turística*, elaborado pelo arquitecto Paulo de Carvalho Cunha, que o “Esboçeto” do *Plano Regional* vai ser desenvolvido e apresentado, em 1966, sob a forma de “Anteplano”. No entanto, o programa do equipamento turístico estipulado naquele documento seria revisto e actualizado a partir do estudo da capacidade receptiva e da acessibilidade das praias algarvias. Estudo, esse, formulado de acordo com elementos fornecidos nas *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve*, de Keil do Amaral, e complementados pelo engenheiro Pessanha Viegas, do Gabinete Técnico.

Segundo esses dados, a extensão da costa meridional do Algarve era de 173 quilómetros, dos quais 136 correspondiam a praias, ocupando uma superfície de cerca de 1.990 hectares. Considerando que “*nel Sotavento le cifre della lunghezza e specialmente quella della superficie delle spiagge comprendono aree difficilmente valutabili agli effetti di uno sfruttamento economico, come quelle dei piatti, instabili e mal accessibili banchi del lido che fronteggia il mare al di là dell’estensione dei sapais e degli esteiros della zona di Faro-Olhão*”, esse valor teria de ser reduzido em pelo menos um quarto, acabando por se obter uma extensão de praias de, aproximadamente, 110 quilómetros e uma área de 1.500 hectares. Por analogia com cálculos realizados para as estâncias balneares no litoral das províncias italianas de Forlì (de Cattolica

ao Cesenatico) e de Lucca (de Viareggio a Forte dei Marmi), as duas juntas com menos de 53 quilómetros de extensão, metade da das praias do Algarve, “*la capacità teorica di ospitalità di queste spiagge risulterebbe (...) dunque semplicemente enorme*”.

De facto, tomando como base de cálculo os valores da tabela apresentada no “Anteplano”, referentes ao caso italiano:¹⁰⁸

	Prov. di Forlì	Prov. di Lucca
A. Lunghezza del fronte (ml)	38.950	13.750
B. Sup. degli arenili (mq)	2.270.000	1.110.000
C. Letti in alberghi e pensioni	119.120	19.059
D. Rapporto C/A	3,058	1,386
E. Rapporto C/B	0,052	0,017
F. Letti in abit. privata	52.000	114.000
G. Letti nelle colonie	50.000	1.000
H. Letti in totale (C+F+G)	221.000	134.000
I. Rapporto H/A	5,674	9,745
J. Rapporto H/B	0,097	0,121

e aplicando a média ponderada dos coeficientes C/A e C/B, H/A e H/B das duas províncias italianas ao Algarve, teríamos:

	posti-letti	
	alberghi e pensioni	totale
in rapporto alle lunghezze	$110 \times 10^3 \times 2,88 = 316.800$	$110 \times 10^3 \times 6,75 = 742.500$
in rapporto alle superfici	$15 \times 10^6 \times 0,034 = 658.000$	$15 \times 10^6 \times 0,014 = 1.560.000$

Ou seja, em relação à extensão das praias algarvias, a capacidade teórica de recepção desta região era de 316.800 camas em Albergues e Pensões e de 742.500 camas no geral, e, em relação à área dessas mesmas praias, podia chegar-se às 658.000 camas em Albergues e Pensões e 1.560.000 camas no geral. Valores muito acima do total de 14.404 camas previstas no *Plano de Valorização Turística do Algarve*, elaborado pelo SNI, e de 260.000 camas,

¹⁰⁸ Em que as “*misure di lunghezza e di superficie sono state rilevate sulla carta topografica alla scala 1:25.000 dell’Istituto Geografico Militare, nell’edizione più recente; [e] il numero dei posti-letto è stato desunto dalle statistiche che gli Ente Provinciali Turismo (EPT) delle due provincie ci hanno gentilmente favorito, con riferimento al 31 luglio 1963*”. (Cit. DODI, Luigi, *Plano Regional do Algarve: Anteplano*, op. cit., p. 200)

para 1980, ou de 460.000 camas, para 1990, aconselhadas no *Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve*.

Perante qualquer um destes panoramas, as 2.500 camas registadas, então, pelas estatísticas oficiais, testemunhavam o aspecto ainda embrionário da exploração turística no Algarve. Concluía-se, portanto, que “*il turismo nell’Algarve è stato finora una manifestazione di élite: il più dei visitatori è costituito da gruppi di persone scelte o addirittura raffinate. Siamo lungi dalle capacità teoriche delle spiagge come dall’avvio di un turismo di massa, che solo può rimuovere la stasi economica e dare impulso a uno sviluppo della regione quale si è posto come obiettivo*”.

Mas, ainda que “*predestinato a fondarsi sullo sfruttamento balneare delle spiagge*”¹⁰⁹, não era só de “Praia” o Turismo que se devia promover no Algarve. Os centros instalados no litoral “*possono e debbono diventare basi per l’escursionismo nell’entroterra*”. Nesse sentido, tornava-se necessário “*precisare una lista delle zone e località d’interesse turistico e di assicurarne la protezione mediante vincoli passivi e una conservazione attiva, sia lungo le coste, sia nell’interno in connessione, evidentemente, con la zonizzazione dell’agricoltura e delle altre forme di utilizzazione del suolo*”.

Conservazione attiva, diciamo, perché si tratta non soltanto di assicurare le condizioni per un libero giuoco all’elevazione spontanea del mantello vegetale, ma di provocare la restaurazione del paesaggio naturale in tutte le sue forme e, al tempo stesso, di dare impulso (e tracciarne le direttive) a una conveniente rete di circolazione e a una discreta (non invadente) attrezzatura per la visita e il soggiorno temporaneo dei turisti”

A escolha daquelas zonas e localidades, assim como a definição dos itinerários turísticos e das novas implantações hoteleiras teria de resultar, desta forma, de uma relação equilibrada entre o “natural” e o “construído”.

Páginas seguintes:
Norme di Azzonamento
 (Quadro realizado a partir de
 DODI, Luigi, *Plano Regional do
 Algarve: Antepiano*, Milano, MOP/
 /DGSU, Outubro 1966)

Páginas interiores:
*Piano Regionale dell’Algarve
 Studio Generale per la Tutela
 e la Valorizzazione Turistico
 della Fascia Meridionale*
 Luigi Dodi, 1966
 (imagem
 Arquivo DGOTDU)

Entendia-se, assim, que “*una saggia politica urbanistica del territorio e dei suoi centri residenziali ai fini dello sviluppo del turismo mirerà ad accrescere la forza di richiamo naturale dei luoghi mediante la creazione o l’incremento di attrattive specifiche per i turisti e i bagnanti. É ancora questione di edifici, piazze e strade, spazi verdi, belvedere, e.c.c. ma anche di organizzazione alberghiera, annonaria, sanitaria, pubblicitaria, è questione di servizi, di feste, fiere e mostre, gare, spettacoli ...*”.¹¹⁰

É sobre este princípio de uma exploração equilibrada do território que se apresenta, com o *Piano Regionale dell’Algarve*, o *Studio generale per la tutela e la valorizzazione turistica della fascia meridionale*, documento gráfico, apresentado à escala 1:25.000, onde se fixava o *Azzonamento* proposto para a região, estruturado em dois pontos fundamentais: “*1) Salvaguardia dei pregi ambientali e paesistici con particolare riguardo alle zone costiere*” e “*2) Valorizzazione di determinate località con previsioni di nuclei turistici e di sviluppo alberghiero*”.

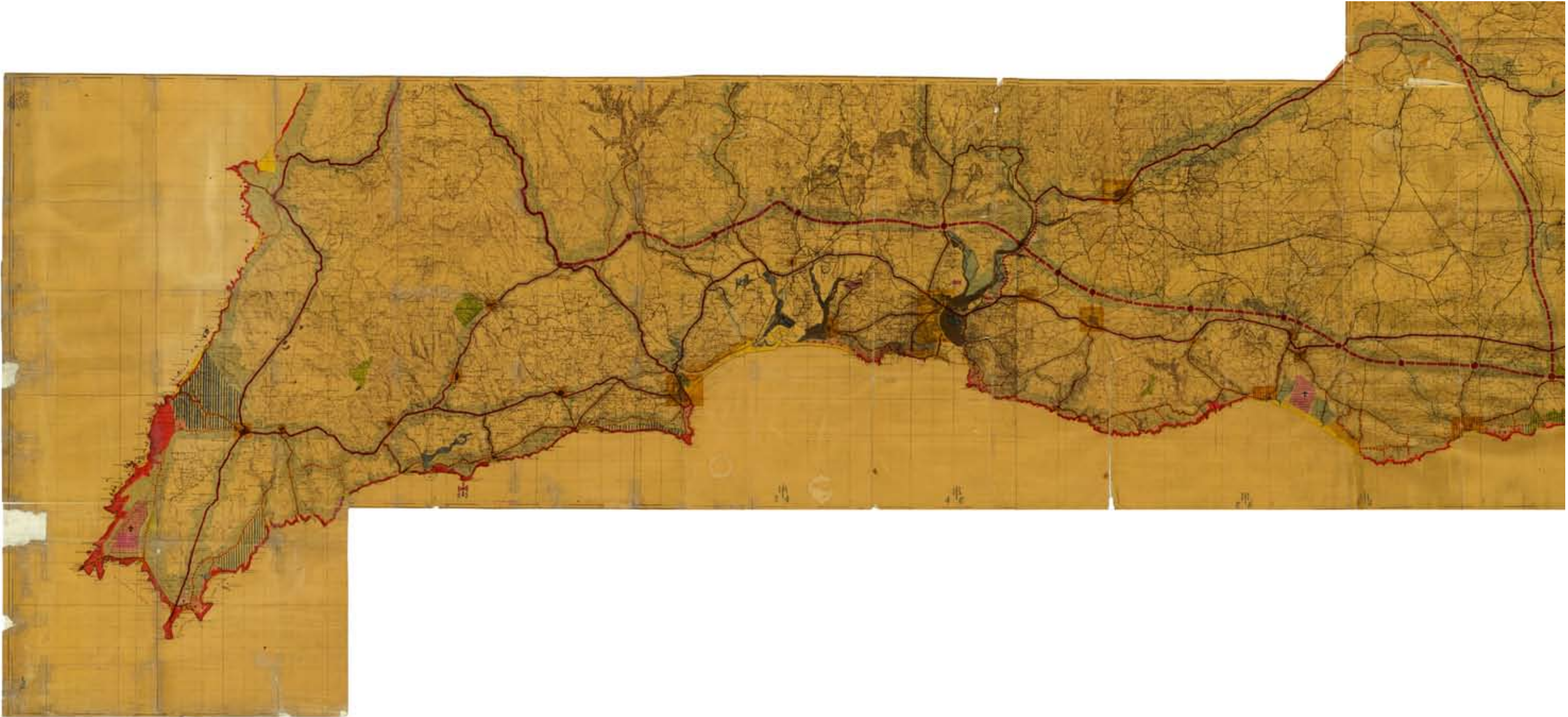
No primeiro ponto definem-se cinco zonas distintas: “*A - Zone di alto interesse paesistico da sottoporre a rispetto assoluto*”; “*B - Zone boschive da tutelare*”; “*C - Zone di rimboscimento*”; “*D - Zone di protezione per rispetto ambiente e visuali*”; e “*E - Zone da destinare a riserva naturale*”. No segundo, duas: “*F - Zone d’interesse paesistico utilizzabili per inserimenti edilizi controllati*”; e “*G - Zone utilizzabili per complessi edilizi a carattere turistico-balneare*”. Complementarmente, apontam-se, ainda, a “*H - Indicazione simbolica di espansione urbana da definire nel quadro della pianificazione locale e del rispetto ambientale*”; os “*I - Centri abitati tipici da tutelare*”; as “*K - Presenze d’interesse storico, archeologico, monumentale*”; e “*L - Possibili localizzazioni industriali*”. Tudo isto “cosido” por uma rede rodoviária de “*Arterie principali*”, “*Percorsi veicolari di valorizzazione turistica*” e duas “*Autostrade*” em projecto:

Norme di Azzonamento

Zone	Caratteristiche	Densità edilizia	Dimensione minima del lotto	Distanzie degli edifici ai confini
A - Zone di Alto interesse paesistico da sottoporre a rispetto assoluto	- limitatissime infrastrutture viarie e percorsi d’accesso; - piccoli servizi di comfort turistico (mescite, igienici e simili) da realizzarsi con estrema modestia dimensionale, dislocazione appartata e mimetizzazione architettonica	< 15hab/ha < 20hab/ha	10.000 m ² 50.000 m ²	20 m 50 m
B - Zone boschive da tutelare	- obbligo di conservazione delle presenze arboree; - possibilità di inserimenti edilizi, con obbligo di raggruppamento degli edifici entro un’area non superiore ad 1/10 del lotto	< 15hab/ha < 20hab/ha	10.000 m ² 50.000 m ²	20 m
C - Zone di rimboscimento	- zone destinate al potenziamento del patrimonio forestale; - consentite eventuali edificazioni come per le zone B solo quando le nuove piantagioni abbiano raggiunto il loro sviluppo, e comunque non prima di 10 anni dalla data dell’avvenuto impianto	< 15hab/ha < 20hab/ha	10.000 m ² 50.000 m ²	20 m
D - Zone di protezione per rispetto di ambiente e visuali	- zone importanti ai fini della tutela paesistica del territorio; - l’obbligo di particolare qualificazione architettonica e di rigorosa ambientazione degli eventuali edifici, in rapporto alle caratteristiche delle località		10.000 m ²	20 m
E - Zone da destinare a riserva naturale	- obbligo di conservazione integrale degli elementi naturali (scogliere, boschi, rilievi, acque, ecc), soggetti solo alla loro spontanea evoluzione; - vietata qualsiasi opera viaria ed edilizia			
F - Zone d’interesse paesistico utilizzabili per inserimenti edilizi controllati	- sono stabilite limitazioni edilizie ubitative e dimensionali, da definirsi zona per zona; - obbligo di adeguamento architettonico alle caratteristiche ambientali; - sarà esclusa l’edilizia residenziale in determinate zone di maggior interesse turistico pluristagionale	< 50hab/ha		
G - Zone utilizzabili per complessi edilizi a carattere turistico e balneare	- l’edificazione deve disciplinarsi mediante piani organici di valorizzazione; - la progettazione dei complessi deve esser improntata ai criteri seguenti: arretrare le installazioni rispetto al litorale in modo da non alterare i principali valori naturali; distribuire i complessi edilizi con opportuni intervalli e dotazione di spazi verdi; adottare tipologie edilizie particolarmente idonee alla località; curare la sistemazione degli spazi liberi in modo da risolvere il rapporto fra presenze edilizie ed ambiente	< 150hab/ha		

¹⁰⁹ Idem, p. 206.

¹¹⁰ Idem, p. 207.





PIANO REGIONALE DELL'ALGARVE

STUDIO GENERALE PER LA TUTELA E LA VALORIZZAZIONE TURISTICA DELLA FASCIA MEDITERRANEA

RAMO ALGARVE

SIMBOLOGIA

1. Zone di alta montagna (altitudine superiore a 1000 metri)	[Red square]	11. Montagna (altitudine superiore a 1000 metri)	[Red square]
2. Zone di media montagna (altitudine tra 500 e 1000 metri)	[Green square]	12. Spina dorsale (altitudine superiore a 500 metri)	[Green square]
3. Zone di bassa montagna (altitudine inferiore a 500 metri)	[Light green square]	13. Valli (altitudine superiore a 500 metri)	[Green square]
4. Zone di pianura (altitudine inferiore a 500 metri)	[Light green square]	14. Valli (altitudine inferiore a 500 metri)	[Light green square]
5. Zone di collinosa (altitudine superiore a 200 metri)	[Light green square]	15. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
6. Zone di collinosa (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	16. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
7. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	17. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
8. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	18. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
9. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	19. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
10. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	20. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
11. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	21. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
12. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	22. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
13. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	23. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
14. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	24. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
15. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	25. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
16. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	26. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
17. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	27. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
18. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	28. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
19. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	29. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]
20. Zone di pianura (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]	30. Valli (altitudine inferiore a 200 metri)	[Light green square]

H - Indicazıone simbolica di espansione urbana da definire nel quadro della pianificazione locale e del rispetto ambientale								
I - Centri abitati tipici da tutelare								
K - Presenze d'interesse storico, archeologico, monumentale								
L - Possibili localizzazioni industriali								
M - Spiagge								
N - Zone rurali di elevata produttività e zone di loro integrazione								
O - Zone Rurali								
P - Zone verdi attrezzate a funzione pubblica								

- obbligo di rispetto ambientale, oltre che in rapporto con l'eventuale presenza di vecchi centri tipici da tutelare, anche in rapporto con gli spazi circostanti all'urbanizzazione prevista

- i centri abitati tipici sono vincolati ad una particolare tutela

- il criterio fondamentale è di mantenere gli edifici esistenti; le eventuali riforme e le ricostruzioni che si rendano necessarie per risanamento o per migliore utilizzazione degli edifici; rispettare le tipologie tradizionali

- obbligo di conservazione integrale degli elementi d'interesse storico, archeologico e monumentale

- esclusione assoluta di localizzazioni di tipo industriali dalle zone A-B-C-D-E-F-G-K-M-N-P;

- nelle zone H (espansioni urbane) e negli aggregati esistenti saranno consentite installazioni di tale tipo, nell'ambito di piani locali, a condizione che si tratti di industrie leggere e non moteste;

- nelle zone O (rurali) del territorio potranno essere consentite fabbricazioni industriali ed analoghe solo in quanto risulti dimostrato che la presenza di tali fabbricazioni non menoma le caratteristiche dell'ambiente

- saranno consentite solo piccole costruzioni smontabili per servizio balneare (bar-ristoranti-cabine e simili);

- esclusa qualsiasi opera di tipo murario, salvo le opere di difesa, da effettuarsi da parte delle competenti Autorità

- da conservare ad utilizzazione rurale, con possibilità di costruirsi soltanto edifici isolati per scopo agricolo;

- tutte le infrastrutture saranno a carico degli edificanti

- potranno costruire edifici rurali, residenziali, industriali (non omogenei né gravolenti)

- obbligo di disporre gli edifici per quanto possibile raggruppati;

- potranno essere consentiti lotti di superficie inferiore a condizione che gli edifici relativi siano esclusivamente di tipo residenziale o rurale unifamiliare

- esclusa la destinazione residenziale;

- la distribuzione e composizione degli eventuali edifici e delle attrezzature dovrà essere studiata ai fini del miglior risultato ambientale;

- la superficie costruita non dovrà superare il 20% di quella a disposizione

10.000 m²

< 5hab/ha

10.000 m²
100.000 m²

< 10hab/ha
< 15hab/ha

< 150hab/ha

uma a ligar Lisboa ao Algarve, com *terminus* junto a Albufeira, e outra, longitudinal, de Bensafrim a Castro Marim e, daí, ao sul de Espanha pela nova Ponte sobre o Guadiana.

Ao encontro das orientações do *Plano de Valorização Turística do Algarve*, à excepção dos trechos Lagos-Praia dos Três Irmãos, Armação de Pêra-Galé e Albufeira, toda a costa do Barlavento algarvio é classificada como “Zona de alto interesse paisagístico a manter sob respeito absoluto”, concentrando-se o alojamento turístico (Hotéis, Pousadas e Núcleos Residenciais) em “Zonas de construção controlada”. As “Zonas utilizáveis para complexos de carácter turístico-balnear” são dispostas, pontualmente, ao longo de toda a costa - Meia-Praia, Praia da Rocha, Galé, Quarteira, Ilha de Faro, Ilha de Tavira, e de Manta Rota a Monte Gordo - não se determinando, à partida, os equipamentos a integrar nessas áreas. Como “Zonas a destinar a Reserva Natural” são apontadas a área a oeste de Vila do Bispo, o trecho entre a Enseada da Baleeira e a Foz do Benacoitão, a faixa costeira da Senhora da Luz à Ponta da Piedade, o trecho desde Olhos de Água a Quarteira e a área de Mata Nacional em torno de Monte Gordo.

No final do processo do “Anteplano” são apresentadas as “*Norme Generali di Azzonamento*”¹¹¹, onde se acrescentam quatro outras zonas às representadas naquele documento: “*M - Spiagge*”; “*N - Zone rurali di elevata produttività e zone di loro integrazione*”; “*O - Zone Rurali*”; e “*P - Zone Verdi attrezzate a funzione pubblica*”. Aqui se especificam as características principais das áreas demarcadas e, se permitido, as regras de construção a observar em cada uma delas (densidade, superfície mínima dos lotes e, nalguns casos, afastamento mínimo aos limites do lote).

Tal como nas *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve*, também aqui se clarificam as áreas de actuação do Estado e da iniciativa privada, competindo, ao primeiro, estudar

¹¹¹ Ver páginas anteriores.

e executar as grandes infraestruturas de desenvolvimento da região, apetrechá-la com os serviços públicos fundamentais e continuar a incentivar o crescimento da indústria hoteleira local, enquanto que, à segunda, cabia a obrigação de participar nas despesas da criação daqueles serviços, na medida em que, directa ou indirectamente, beneficiavam da sua presença, e nas despesas gerais de urbanização, condição indispensável para a concessão das necessárias licenças de construção.

Nesta atribuição de competências, era fundamental a existência de uma legislação específica para a urbanização do Algarve, em complemento às disposições genéricas que regulavam a prática urbanística portuguesa. De alguma forma, é isso que se procura fazer com as referidas “*Norme di Azzonamento*” e o “*Schema di decreto*” elaborados para o *Plano Regional*.

São estas as principais orientações do estudo de Luigi Dodi, trabalho que constituía, no seu próprio entender, “*la prima parte del Piano Urbanistico Regionale dell’Algarve*”¹¹². Dada como concluída esta fase, considerou-se a necessidade do seu aprofundamento em planos sectoriais, estruturados por sub-regiões. Nesses termos, e embora o *Plano Regional* nunca chegasse a ser apreciado ou aprovado pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a DGSU avança com a encomenda, a diferentes equipas de arquitectos-urbanistas, da realização dos planos referentes aos sectores indicados como prioritários naquele documento.

Dividido o Algarve em onze sub-regiões¹¹³, ainda em 1966, são entregues os “Esbocetos” do Plano da Sub-Região de Lagos-Meia Praia (Sector III)¹¹⁴ e de Armação de Pêra (Sector VI), seguidos, em 1967, pelo Plano da Sub-Região de Portimão (Sector IV) e,

¹¹² Idem, p. 1.

¹¹³ Número inferior aos treze concelhos do distrito de Faro considerados no *Plano de Valorização Turística* do arquitecto Paulo de Carvalho Cunha. Esta divisão seria estipulada da seguinte forma: Sector I - [Costa Ocidental], Sector II - Sagres, Sector III - Lagos-Meia Praia, Sector IV - Portimão, Sector V - Lagoa, Sector VI - Armação de Pêra, Sector VII - Albufeira, Sector VIII - Quarteira, Sector IX - Faro-Olhão, Sector X - Tavira e Sector XI - Cacela-Vila Real de Santo António.

¹¹⁴ Este, curiosamente, entregue em Agosto de 1966, mesmo antes de concluído o estudo do *Plano Regional*.

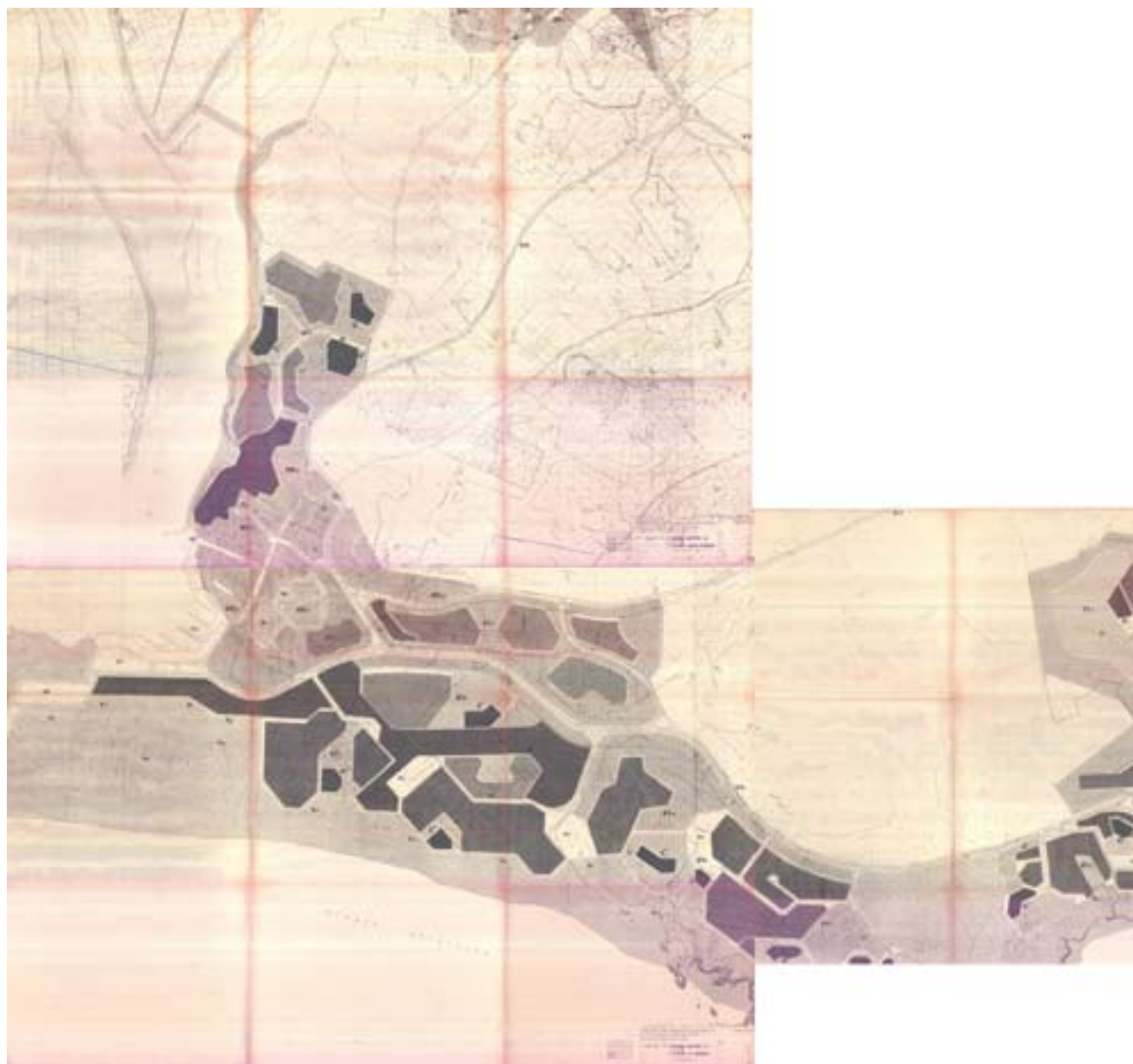
finalmente, em 1969, pelo Plano da Sub-Região de Cacela-Vila Real de Santo António (Sector XI), todos eles desenvolvidos, posteriormente, sob a forma de “Anteplano”¹¹⁵ e, por despacho do Ministro das Obras Públicas, datado de 4 de Março de 1972, enviados para o CSOP, para efeitos de “Parecer”. Os responsáveis por estes estudos seriam, em Lagos, o arquitecto Frederico George¹¹⁶,

*Plano Urbanístico Subregional
Meia Praia (Sector-3)
Carta de Zonamento
Folha 4P
Frederico George, 1968
(imagem Arquivo DGOTDU)*



¹¹⁵ O “Anteplano” de Lagos-Meia Praia datado de Julho de 1968 e o de Cacela-Vila Real de Santo António de Janeiro-Março de 1969.

¹¹⁶ Com Raul Ceregeiro, Manuel Magalhães e Manuel Salgado.



*Plano/Sector IV
Portimão-Rocha
Zonamento
Folhas D, F, G, H e I
Atelier Conceição Silva e
Maurício Vasconcellos, 1967
(imagem Arquivo DGOTDU)*

em Portimão, o Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos¹¹⁷, em Armação de Pêra, o arquitecto-urbanista Norberto Corrêa¹¹⁸, e, em Vila Real de Santo António, os arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves.

Para cada uma das áreas em análise são revistos e definidos, com maior rigor, o traçado da Rede Viária (Auto-Estrada, Estradas Nacionais e Municipais, Vias Turísticas e de Acesso aos Aglomerados), o Equipamento (Regional e Urbano), existente,

¹¹⁷ Colaboram neste trabalho Bartolomeu da Costa Cabral, Pedro Vieira de Almeida, Ana Maria Troni e Luíza D'Orey.

¹¹⁸ Com os arquitectos Pinto Coelho e Ramos Chaves.



em construção, aprovado e projectado, e o Zonamento, com a indicação das densidades populacionais, ou dos índices de ocupação, de cada uma das zonas estabelecidas, distribuindo-se o acréscimo de população previsto (Residentes e Turistas) pelas áreas de reestruturação urbana, de expansão dos aglomerados pré-existentes e novas áreas a ocupar (Residenciais e Turísticas). Em geral, os centros, ou complexos, de vocação turística concentram-se junto às praias, sobre a linha de costa, distinguindo-se dos núcleos residenciais permanentes por uma diferente concepção da sua estrutura física.

A publicação do *Esboço do Plano Sub-Regional de Armação de Pêra* na revista *Arquitectura* dá-nos uma ideia da importância que este tipo de planeamento assume entre nós, considerado inédito não só em termos de conteúdo - “*trata-se de ordenar a ocupação de um território que excede os habituais limites de um simples aglomerado urbano, sem atingir a escala de planeamento regional*” -, como de forma - “*inserida num programa de desenvolvimento turístico prioritário para toda uma zona litoral*”.¹¹⁹

Metodologicamente, caminha-se de uma análise sistemática do território, resumida numa série de cartogramas que sintetizam os fundamentos da intervenção¹²⁰, para a pormenorização sucessiva, até ao nível do projecto de execução, dos diversos centros de atracção turística, para os quais se definem os “*volumes gerais de construção, correspondentes aos programas desejados*”¹²¹, de forma a “*garantir a harmonia em relação a todas as edificações*” e “*uma tal expressão arquitectónica (...) que constitua, por si só, um valor intrínseco*”¹²². Uma expressão, ou “*fisionomia plástica (...) necessariamente actual e obtida a partir de uma correcta assimilação dos valores que caracterizam o ambiente local*”.

Pretendia-se, assim, não “*apenas o simples ordenamento de uma expansão urbana em termos genéricos*”¹²³, mas “*atingir-se uma fase subsequente de verdadeiro urbanismo operacional*”, “*assegura[ndo] que se realizem, dentro de prazos definidos e relativamente curtos, todas as peças de infraestruturas e de equipamentos indispensáveis*” e “*prevendo-se a actualização, o ajustamento e a resolução dos problemas postos por factores inesperados ou condicionalismos surgidos no desenvolvimento e execução dos trabalhos*” à medida que se avançava na execução, escalonada, do plano.

¹¹⁹ CORRÊA, M. Norberto, “Plano Sub-Regional de Armação de Pêra: Esboço”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 99, Setembro-Outubro 1967, p. 204.

¹²⁰ “*Respeito e salvaguarda dos valores paisagísticos; concentração do equipamento hoteleiro em núcleos turísticos com vida própria, perfeitamente apetrechados e bem integrados na paisagem circundante; organização da expansão turística, sempre que possível apoiada em centros urbanos já existentes; não dispersão e não alargamento de infra-estruturas urbanísticas*”. (Idem, p. 206)

¹²¹ Idem, p. 205.

¹²² Idem, p. 207.

¹²³ Idem, p. 205.



*Plano Sub-Regional de
Armação de Pêra: Esboço
9 - Aptidões Turísticas*

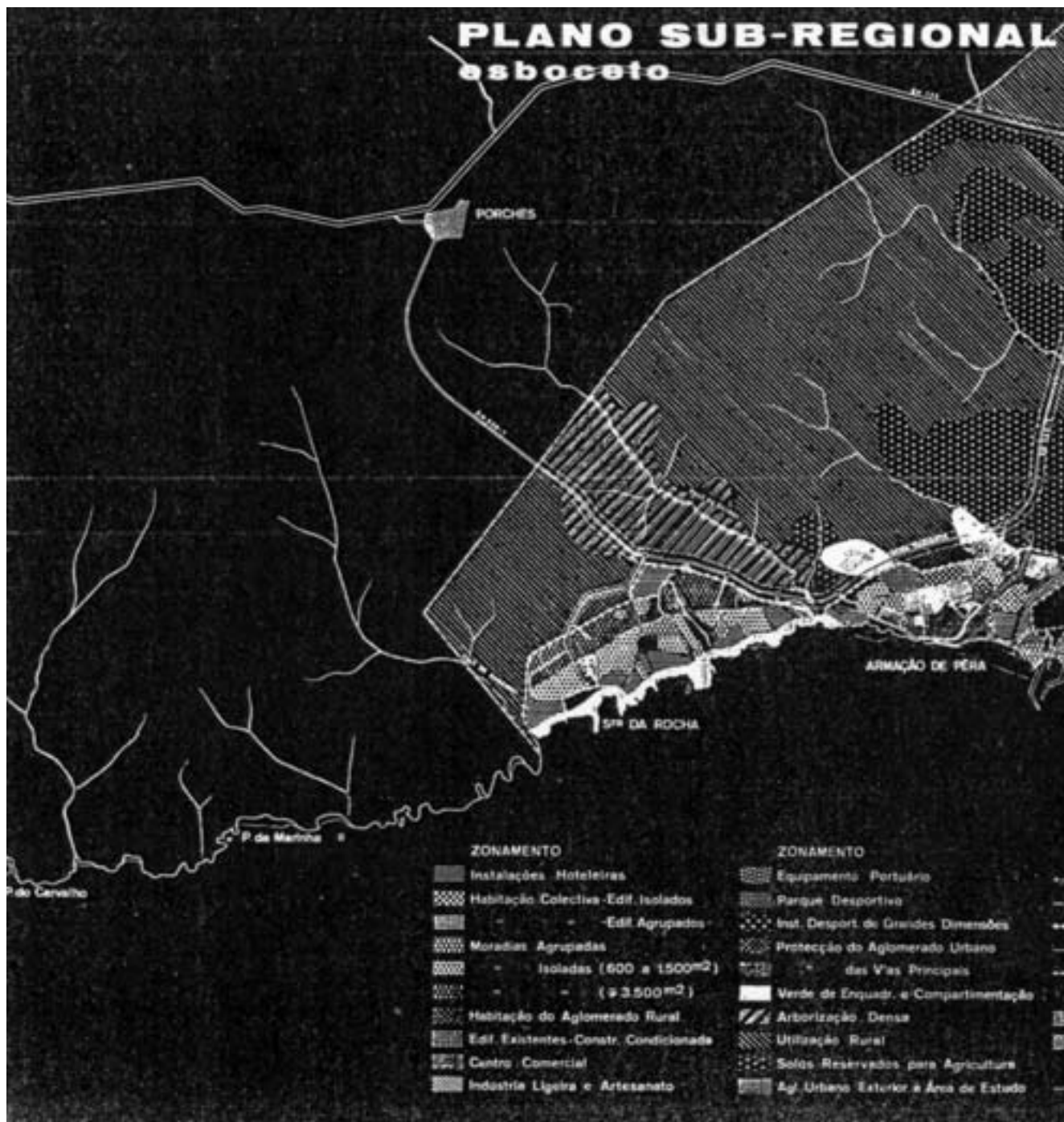
M. Norberto Corrêa, 1966
(imagem CORRÊA, M. Norberto,
“Plano Sub-Regional de Armação de
Pêra: Esboço”, *Arquitectura*, Lisboa,
N.º 99, Setembro-Outubro 1967,
p. 207)



*Plano Sub-Regional de
Armação de Pêra: Esboço
10 - Condicionamentos e
Recomendações*

M. Norberto Corrêa, 1966
(imagem CORRÊA, M. Norberto,
“Plano Sub-Regional de Armação de
Pêra: Esboço”, *Arquitectura*, Lisboa,
N.º 99, Setembro-Outubro 1967,
p. 207)

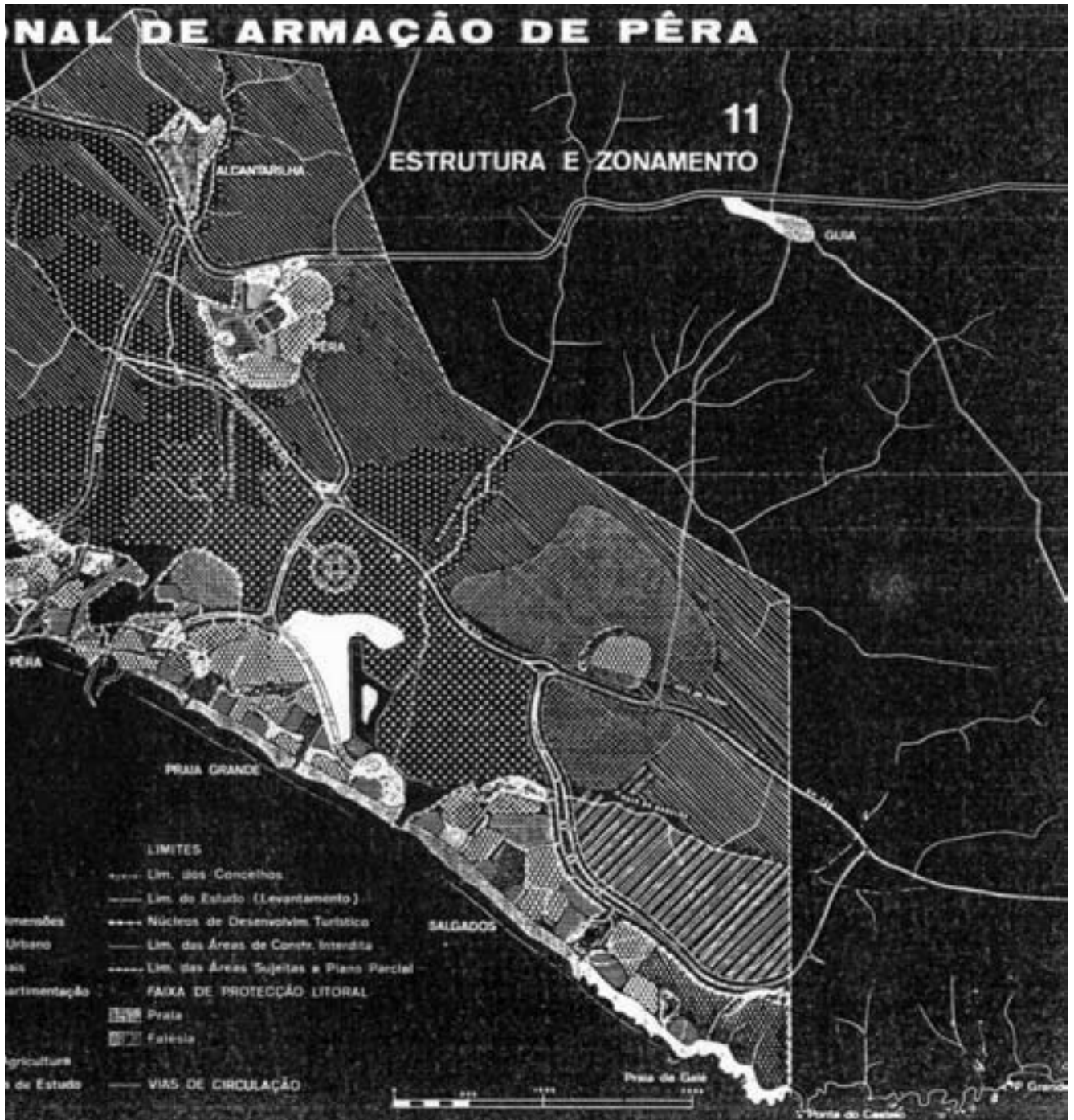
Do cruzamento dos dados recolhidos “e do conhecimento das tendências actuais das expansões urbano-turísticas”, a proposta assentava na criação de um Centro Turístico estruturado em três momentos de carácter distinto: a ocupação da faixa litoral, dividida em quatro núcleos autónomos, mas complementares - Senhora da Rocha, Armação de Pêra, Praia Grande e Salgados;



Plano Sub-Regional de Armação de Pêra: Esboceto II - Estrutura e Zonamento
 M. Norberto Corrêa, 1966
 (imagem CORRÊA, M. Norberto, "Plano Sub-Regional de Armação de Pêra: Esboceto", *Arquitetura*, Lisboa, N.º 99, Setembro-Outubro 1967, p. 209)

a promoção das povoações de Pêra e de Alcantarilha, no interior, como centros urbanos de interesse local e de apoio ao desenvolvimento turístico do sector; e a delimitação de “*um pequeno núcleo rural*”, também no interior, “*para apoio da exploração agrícola*”.¹²⁴

¹²⁴ Idem, p. 209.



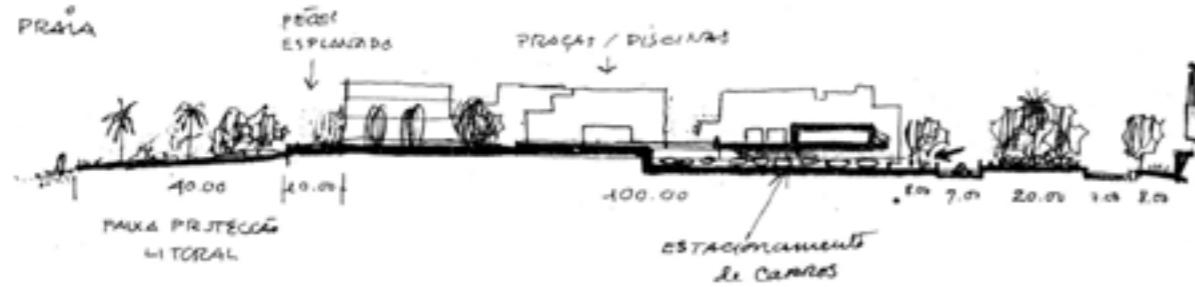
Dos quatro núcleos situados na costa, o da Senhora da Rocha funcionaria como Centro de Turismo de luxo e estância de férias, destinado “a uma ocupação individual predominante e a estadias de maior duração, ou seja, de carácter mais permanente”; o de Armção de Pêra como pólo central de todo o conjunto; e os da Praia Grande e de Salgados como áreas de ocupação intensiva, próximas “da extensa zona de areal [e] mais indicad[a]s para

uma ocupação colectiva e para estadias de menor duração”. Com base na capacidade teórica de acolhimento das praias, procurando, no entanto, evitar-se uma densidade de ocupação excessiva, é estabelecido um total de 30.000 camas previstas, distribuídas por zonas de moradias e unidades hoteleiras.

No núcleo da Senhora da Rocha, indicado para uma população reduzida e para construções de pequena altura, os cuidados a ter seriam *“essencialmente de ordem paisagística, exigência de qualidade arquitectónica e com nível de realização, coma construção do respectivo equipamento balnear, devidamente integrado”*¹²⁵. O núcleo de Armação de Pêra, base do desenvolvimento projectado, *“pressupõe uma ordenada e inteligente renovação do aglomerado, simultâneamente com uma franca expansão no sentido noroeste. Considerou-se que se deverá respeitar tudo quanto de característico existe na povoação, conservando a escala dos arruamentos, sempre que possível (...) [e s]ugere-se a [sua] vivificação (...) com um Centro Comercial localizado nos espaços livres existentes em vizinhança imediata”* do centro urbano consolidado, organizando novos circuitos de circulação pedonal. Já em Alcantarilha, previa-se a regularização da ribeira existente para a *“criação de um porto para embarcações de recreio”*, reservando-se em seu redor *“amplas áreas para um adequado equipamento, clubes e instalações diversas relacionadas com desporto náuticos”*. O núcleo da Praia Grande seria ocupado por várias unidades hoteleiras *“(próximas do areal e intercaladas com grupos de moradias agrupadas), dispondo de um centro comercial secundário, com características de centro de convívio (...). Para melhorar o serviço de transportes colectivos sugere-se a montagem de um circuito de ‘monorail’, que permitirá uma deslocação agradável ao longo dos centros de interesse e uma ligação cómoda da praia aos grupos de alojamento”*. Por fim, o núcleo de Salgados teria uma *“composição idêntica ao da Praia Grande”*, introduzindo-se, na zona de aluvião, *“um lago*

artificial, formando uma zona mista de recreio e habitação (blocos de apartamentos)”. O acesso automóvel a estes diferentes núcleos no litoral era feito “em pente”, ou “em penetração”, pelo interior, libertando-se a frente marítima exclusivamente para o usufruto dos peões, com a transformação da Avenida Marginal tradicional numa ampla Esplanada aberta sobre a Praia.

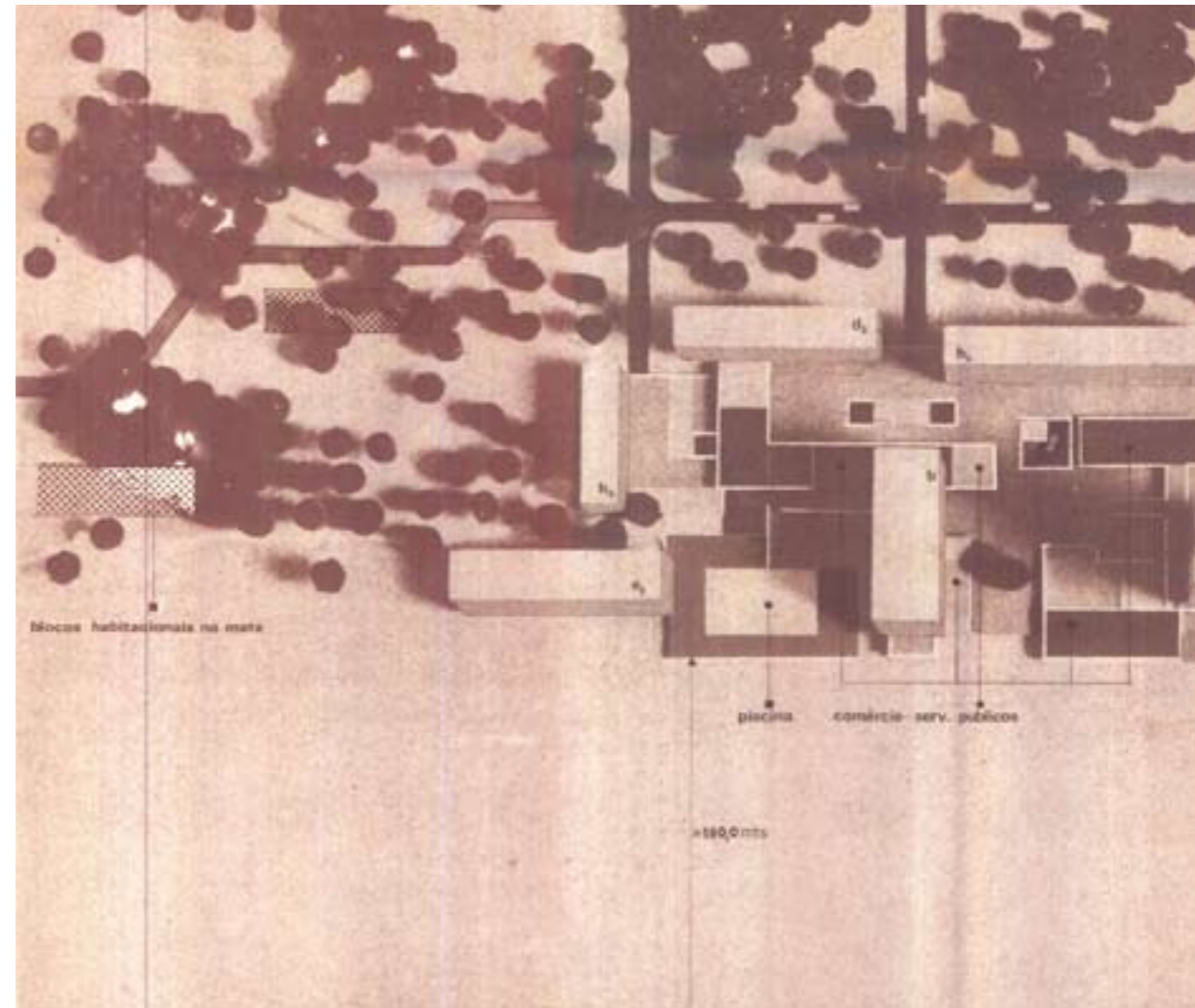
O Presente e O Futuro
(imagem “Plano Sub-Regional do Sector 6”, Albufeira, *Notícias de Albufeira*, N.º 23, 25 Agosto 1968, p. 7)



Uma caracterização mais detalhada destes Centros Turísticos ficava para a fase de Antepiano, etapa de que, neste caso, não encontramos qualquer informação¹²⁶. É pela leitura de outros Planos Sub-Regionais que temos uma percepção dos princípios que orientam, de uma forma geral, a sua formalização.

Praia Grande
Perfil transversal da faixa marginal
M. Norberto Corrêa, 1966
(imagem CORRÊA, M. Norberto, “Plano Sub-Regional de Armação de Pêra: Esboceto”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 99, Setembro-Outubro 1967, p. 210)

¹²⁶ Provavelmente porque nunca chegaria a ser concretizada, uma vez que, pela Informação da DGSU de 28 de Fevereiro de 1972, deste processo apenas se dispunha, ainda nesta altura, do “Esboceto”.



Plano Sub Regional de Cacela - Vila Real de Santo António
Unidade Turística de Grande Ocupação - Planta Geral
Desenho N.º 9
Manuel Laginha, Pedro Cid, Vasconcelos Esteves, 1969
(imagem Arquivo DGOTDU)

Páginas interiores:
Plano Sub Regional de Cacela - Vila Real de Santo António
Planta Geral
Desenho N.º 2
Manuel Laginha, Pedro Cid, Vasconcelos Esteves, 1969
(imagem Arquivo DGOTDU)

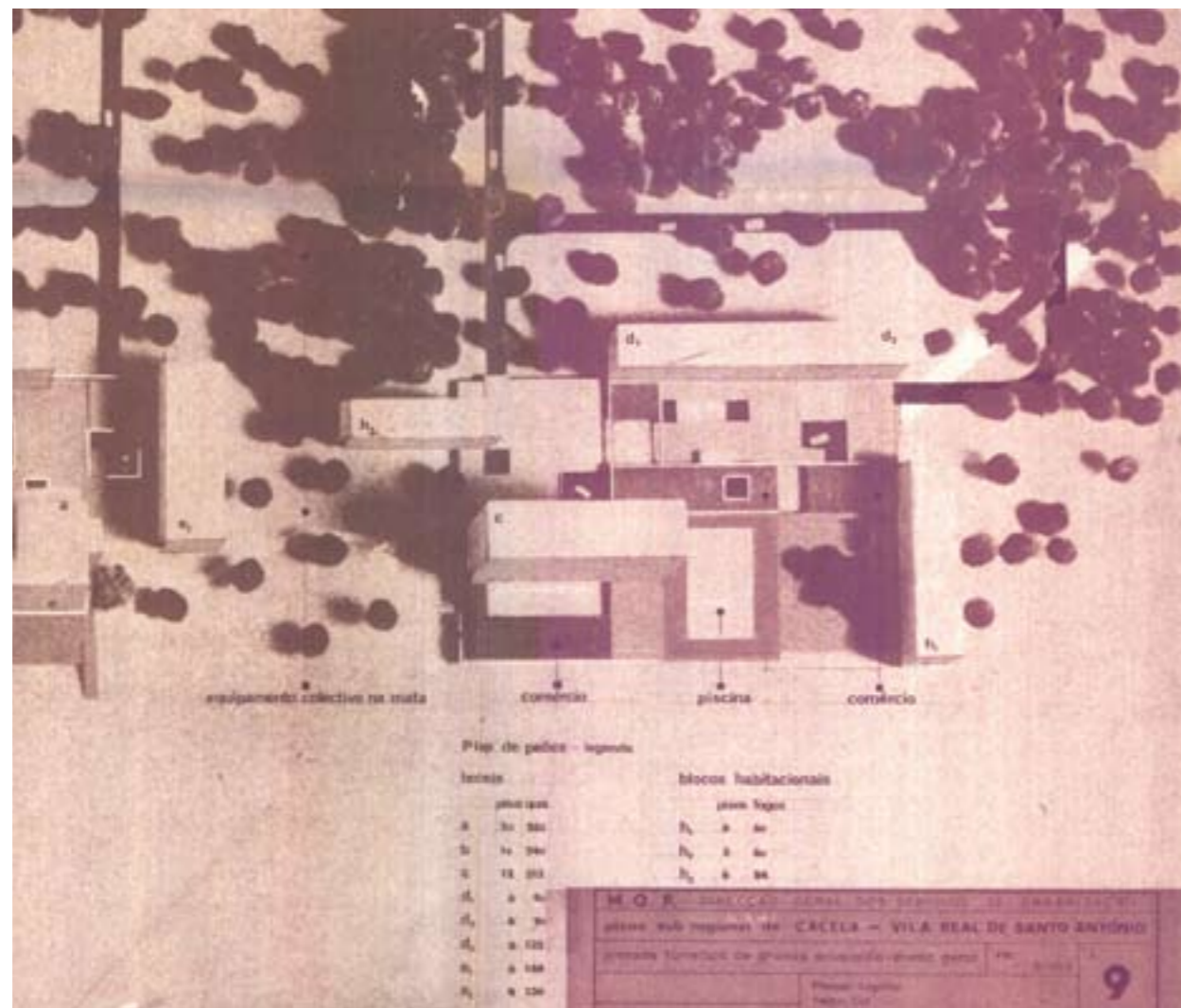
No caso do *Plano Sub-Regional de Cacela-Vila Real de Santo António*, por exemplo, para além de Cacela, classificada como “Aglomerado Urbano a recuperar para o Turismo (Ut)”, e de um novo “Aglomerado Residencial e Turístico (H)” criado, em torno da projectada “Lagoa Artificial (VI)”, entre Manta Rota e Monte Gordo¹²⁷, é desenvolvido o anteprojecto das chamadas “Unidades Turísticas de Grande Ocupação”, núcleos localizados em terrenos do Domínio Público Marítimo ou das Matas Nacionais, também de propriedade estatal, existentes neste sector. Ao todo, estava prevista a criação de cinco destas unidades¹²⁸, para um total de 31.000 habitantes, entre os quais 28.230 turistas.

¹²⁷ Estâncias balneares onde, também, se propõe a criação de novos “Aglomerados Residenciais e Turísticos”.

¹²⁸ Uma a sul de Manta Rota, outra em Lagoa, duas junto a Monte Gordo e a última em Três Paus, mas só as quatro primeiras aparecem, efectivamente, referenciadas como tal na “Planta Geral”.







Concebidos a partir de um modelo tipo, pretendia-se dotar estes conjuntos de uma unidade e coesão facilmente reconhecíveis pela sua imagem arquitectónica e volumétrica, e, embora dependentes dos aglomerados urbanos principais (Manta Rota, Lagoa e Monte Gordo), estes núcleos seriam dotados do equipamento necessário para um funcionamento relativamente autónomo. De uma forma sintética, cada conjunto seria composto por dois momentos: um horizontal, correspondendo a uma vasta plataforma, elevada do chão, com um ou mais níveis, onde se resolvem os equipamentos de recreio e de lazer, e, outro, de desenvolvimento vertical, determinado pelos Blocos de Habitação e pelos volumes dos Hotéis, dispostos, paralelos ou perpendiculares à costa, de forma a conformar diferentes zonas de estar sobre aquele plano.

Página seguinte:
Plano Sub Regional de Cacela
 - Vila Real de Santo António
 Unidade Turística de Grande
 Ocupação - Volumetria de uma
 Unidade-Tipo

Manuel Laginha, Pedro Cid,
 Vasconcelos Esteves, 1969
 (imagem LAGINHA, Manuel, CID,
 Pedro, ESTEVES, Vasconcelos, *Plano*
Sub-Regional Cacela-Vila Real S.
Antonio: Memória, Lisboa, MOP/
 /DGSU, 1969, p. 64)

e
 Perspectivas da “Plataforma”
 (imagens LAGINHA, Manuel, CID,
 Pedro, ESTEVES, Vasconcelos,
Plano Sub-Regional Cacela-Vila Real
S. Antonio: Montegordo-Unidade
Nascente, Lisboa, MOP/DGSU, 1969)

“O partido arquitectónico adoptado para estes núcleos, consiste essencialmente na criação de uma plataforma artificial, ao nível da crista da duna e distanciando, em média, 200 metros da orla marítima. Esta plataforma que cobre as zonas de estacionamento e de serviço, possui aberturas superiores para acessos, ventilação e iluminação natural.

Haverá, assim, uma vasta esplanada sobreelevada que poderá desenvolver-se em vários níveis e onde se instalam: cafés, restaurantes, boites, cinemas, piscinas, etc. etc.

(...)

Este piso, exclusivamente reservado à circulação e permanência de peões, deverá ter, pelo uso adequado de materiais, [pelo] aspecto típico dos estabelecimentos, pela decoração e ajardinamentos, um ambiente acentuadamente regional.

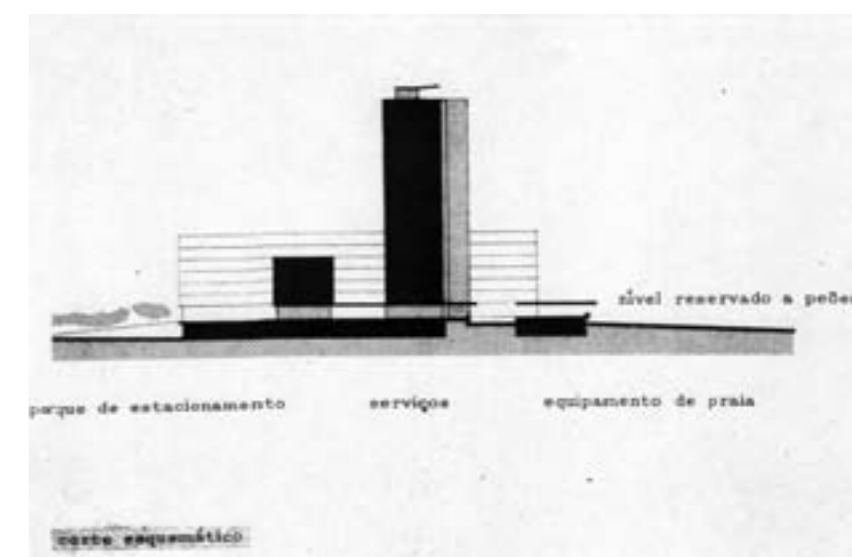
(...)

Acima das coberturas deste rés-do-chão, erguem-se os variados volumes dos corpos de hotelaria e de habitação, já com um carácter mais cosmopolita, não parecendo de aceitar edifícios em altura com um carácter pretensamente regional, de que já há alguns tristes exemplos.

A sua composição volumétrica, bem como o uso de materiais e de cores, devem ser estudados, com vista, sobretudo, ao seu aspecto à distância - quando observados do mar ou dos pontos panorâmicos, do Sector.”¹²⁹

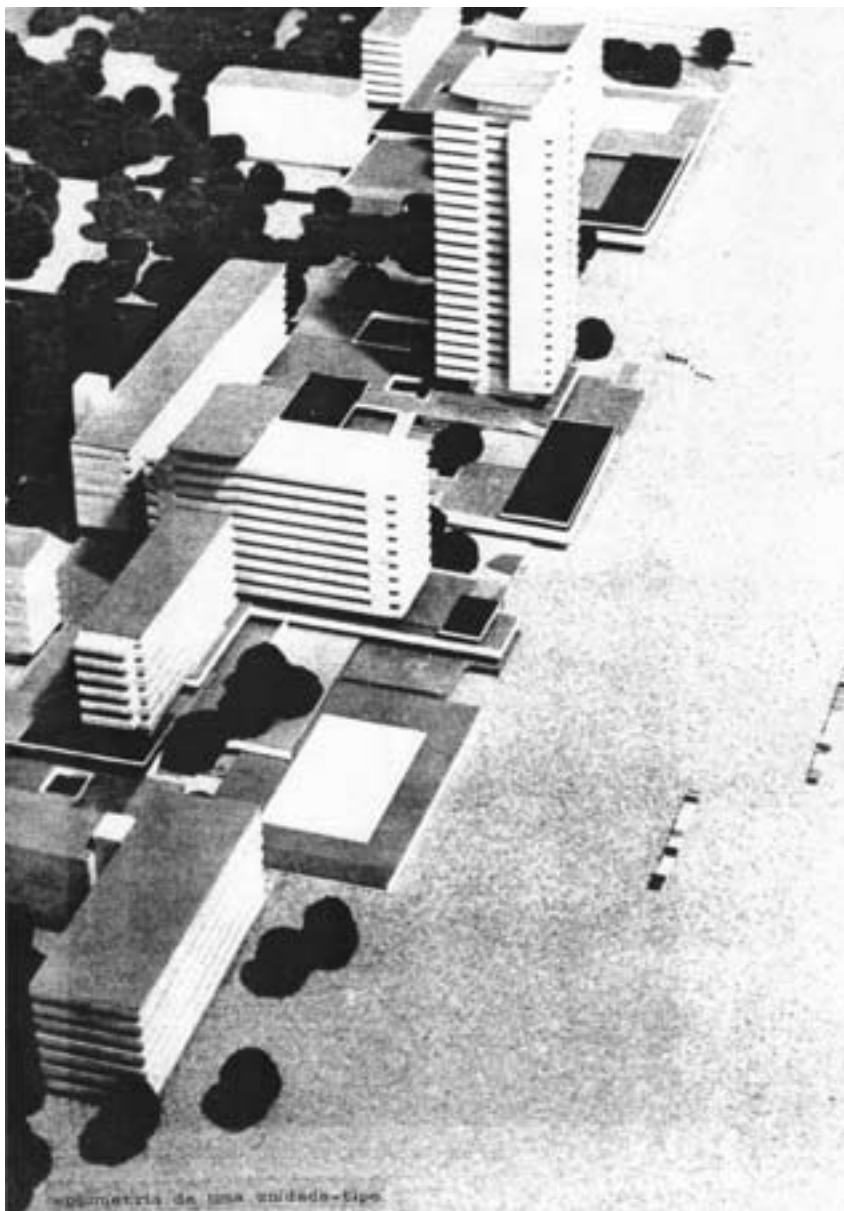
Com este artifício procurava-se contrariar uma certa monotonia e aridez que caracterizava os extensos areais do Sotavento algarvio, criando uma espécie de “muralha” habitada, entre o mar e o pinhal, animada por uma vivência “mais urbana e atractiva”¹³⁰. Ideia condensada nas perspectivas que acompanham a Memória Descritiva.

Plano Sub Regional de Cacela
 - Vila Real de Santo António
 Unidade Turística de Grande
 Ocupação - Corte Esquemático
 Manuel Laginha, Pedro Cid,
 Vasconcelos Esteves, 1969
 (imagem LAGINHA, Manuel, CID,
 Pedro, ESTEVES, Vasconcelos, *Plano*
Sub-Regional Cacela-Vila Real S.
Antonio: Memória, Lisboa, MOP/
 /DGSU, 1969, p. 48)

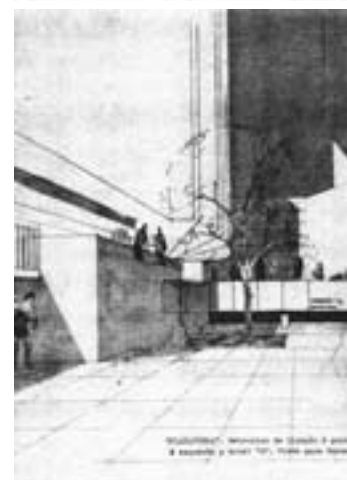


¹²⁹ LAGINHA, Manuel, CID, Pedro, ESTEVES, Vasconcelos, *Plano Sub-Regional Cacela-Vila Real S. Antonio: Memória*, Lisboa, MOP/DGSU, 1969, pp. 47-48.

¹³⁰ Idem, p. 62.



Tal como o proposto, vinte anos antes, na Costa da Caparica, toda esta frente marítima avança sobre a Praia, encurtando a largura da incómoda faixa de areia, aqui, para os duzentos metros, mas, ao contrário do desenvolvimento linear preconizado por Faria da Costa ao longo de uma Avenida Marginal, neste caso tratam-se de núcleos pontuais, independentes, com acesso pelo interior. Por outro lado, a disposição dos volumes de construção em altura já não se limita a uma única direcção, introduzindo-se uma outra dinâmica e movimento à composição até pela livre articulação entre o “Bloco” e a “Torre”, solução tipológica que viria a marcar o *skyline* da nossa costa, sobretudo, a partir da década de setenta.



Interessante é o confronto de linguagens que se propõe para estas unidades, reflexo, ainda, do momento de revisão disciplinar e de experimentação formal que se vive a partir dos anos sessenta, em que a “Plataforma”, pela sua situação mais próxima do “chão”, procura uma maior integração no contexto regional, recriando, de alguma forma, os ambientes dos núcleos urbanos tradicionais envolventes, e os “Blocos”, soltos no “ar”, assumem, pela sua própria essência tipológica e construtiva, uma imagem mais moderna e internacional.

Em contraste com estas “Unidades Turísticas de Grande Ocupação”, nos “Aglomerados Residenciais e Turísticos (H)” propunha-se uma construção dispersa de baixa densidade (com um índice de ocupação de 0.5), admitindo-se a presença de moradias unifamiliares isoladas, geminadas, em pátio ou em banda, com apenas um pavimento acima do solo e de marcada feição regional. São propostos três núcleos deste tipo, um a nascente de Manta Rota, outro a poente da nova localidade de Lagoa (de “Lagoa Artificial”) e, o último, a nascente de Monte Gordo, implantados na parte norte daqueles aglomerados e integrados em “Zonas de Protecção ou Verde Urbano”.

Nesta dicotomia entre “Centro Turístico”, de desenvolvimento, concentrado, em altura, no litoral, e “Zona Residencial”, de urbanização extensiva, no interior, é reconhecível a concepção de estância balnear formulada, em 1946, por Faria da Costa para a Costa da Caparica. A diferença fundamental entre as duas propostas é o desaparecimento da Marginal como elemento estruturador da vida à beira-mar e da colonização da linha de costa, substituído, aqui, pela “Plataforma” elevada do chão, gesto que condensa o ideal moderno da separação do trânsito automóvel da circulação pedonal. Perdia-se, assim, o sentido urbano e a continuidade da fachada marítima tradicional, passando o território litoral a ser pensado e organizado numa sucessão de episódios isolados e independentes, espalhados pela paisagem, privatizando-se o panorama marítimo.



Perspectivas da
Zona de baixa densidade
(imagens LAGINHA, Manuel, CID,
Pedro, ESTEVES, Vasconcelos, *Plano*
Sub-Regional Cacela-Vila Real S.
Antonio: Manta Rota, Lisboa, MOP/
/DGSU, 1969)

De fora deste primeiro grupo de Planos Sub-Regionais ficava o Sector VIII, relativo a Quarteira, zona para a qual se encontrava já em estudo o projecto de dois importantes núcleos de desenvolvimento turístico, ambos promovidos por sociedades privadas, originariamente de capitais britânicos, a primeira, e portugueses e norte americanos, a segunda: Vale do Lobo, a nascente de Quarteira, e Vilamoura, a poente.

O empreendimento de Vale do Lobo, resultado de uma parceria entre a empresa construtora Richard Costain Ltd, a Trust Houses Ltd e a família Leacock, residente em Portugal, é fundado em 1962, sendo, ainda nesse ano, aprovada a primeira fase do plano de urbanização, que incluía a construção de três Hotéis, de um Campo de Golfe, de 18 buracos, desenhado por Henry Cotton, de uma “Praça Comercial”, de instalações desportivas de diversa ordem e de uma série de “Villas” residenciais¹³¹. Acima de tudo, tratava-se da criação de um novo complexo turístico vocacionado para a prática do Golfe, associada, aqui, a um Turismo de Praia, e que tirava partido da anunciada inauguração do Aeroporto de Faro para atrair uma clientela internacional.



¹³¹ Desdobrado, entretanto, em dois campos de 9 buracos, o “The Orange” e o “The Yellow”, as obras do núcleo do Golfe têm início em de Junho de 1965, estando os trabalhos concluídos três anos depois. Em Janeiro de 1968 é inaugurado o Hotel D. Filipa, mas só em Julho de 1971 se dá por finalizado o primeiro complexo de casas ou “Aldeamento” (Zonas 1A, 1B e 1C). No ano seguinte, é terminado o terceiro campo de 9 buracos, o “The Green”, e o *Clubhouse* de Vale do Lobo. (Cf. www.valedolobo.com)

Vale do Lobo
Primeiros Núcleos Residenciais
e
Hotel D. Filipa
Fotografias, c. 1970
(imagens www.valedolobo.com)



Vale do Lobo
Urbanização de Luxo
Mapa Desdobrável, c. 1980
(com a indicação, a cores,
da primeira fase de
urbanização)
(imagem adaptada da versão a cores
existente no Arquivo CCDR Algarve)

Já o plano de Vilamoura partia de pressupostos bem mais ambiciosos. Por iniciativa do bancário Arthur Cupertino de Miranda¹³², em 1964, a antiga Quinta da Quarteira era adquirida para aí se implantar o “*maior empreendimento turístico privado da Europa*”. De facto, projectava-se a construção, num prazo de vinte anos, de uma verdadeira “Cidade de Turismo”, programa que seria fixado no *Ante Plano de Urbanização de Vilamoura*, aprovado, por Despacho oficial, a 21 de Março de 1966. Segundo este estudo, o novo aglomerado estruturava-se em oito “Sectores”, cada um deles com carácter próprio conferido por um equipamento nuclear: a “Marina”, o “Pinhal”, o “Centro de Recreio”, o “Golfe”, o “Lago”, o “Aldeamento Algarvio”, a “Praia” e a “Zona Agrícola”. Assim, de certa forma, Vilamoura prefigurava-se como oito “Vales do Lobo”. Pela escala e pelo “tempo longo” da intervenção planeada, este último projecto será analisado, mais à frente, com maior atenção.¹³³

Plano Geral Vilamoura
 Mapa Desdobrável
 GEUR-Lusotur, c. 1980
 (com indicação, a vermelho,
 dos terrenos vendidos, a
 roxo, dos lotes para venda,
 e a “branco”, dos sectores a
 urbanizar)
 (imagem Arquivo CCDR Algarve)



¹³² Fundador, com o seu irmão Augusto, da Casa Bancária Cupertino de Miranda & Irmão, Lda., no Porto, transformada, em 1942, no Banco Português do Atlântico (BPA).

¹³³ Ver Capítulo 4.2..

Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve

Em paralelo ao *Plano Regional*, desenvolvido por Luigi Dodi, a DGSU encarrega, em 1965, os arquitectos paisagistas António Viana Barreto, Duarte Frazão Castello-Branco e Álvaro Ponce Dentinho de elaborarem o *Estudo Preliminar do Ordenamento Paisagístico do Algarve*. Em causa estava garantir “*a defesa e a valorização da paisagem como objectivo primário de planeamento em estudos de carácter regional*”¹³⁴, de acordo com o recomendado no “Despacho” do Director-Geral dos Serviços de Urbanização, de 16 de Março desse ano.

Na medida em que “*o homem, e o ambiente que o serve, fazem parte de um conjunto que permanentemente se ajusta*”, uma paisagem só seria equilibrada se a sua forma de utilização não fosse predadora das suas potencialidades de exploração e das suas possibilidades de regeneração. Nesse sentido, era necessário verificar qual a real “*capacidade de uso da paisagem*” algarvia, para que o estímulo do Turismo, enquanto novo elemento em equação, não constituísse factor de desgaste permanente dos recursos em consideração. Daqui resultava que “*as possibilidades de regeneração e promoção de paisagem condicionarão o número de utentes e a sua forma de uso*” e, por isso, o estudo que, agora, se realizava era entendido, “*não [como] uma sobreposição a quaisquer estudos anteriormente realizados, mas antes [como] uma base (...) sobre a qual se poderá apoiar o planeamento*”. Afirmação que deixava subentendida uma crítica à forma como se tinha vindo a conduzir o processo de desenvolvimento urbano-turístico do Algarve, deixando para o fim aquele que deveria ter sido o estudo fundador da valorização regional pretendida.

Da análise da “Paisagem natural como substracto humano”¹³⁵,

“*Assim como ao homem adulto e actual – como de resto à sociedade evoluída – correspondem as esferas natural, cultural, estética e de doação – que sucessiva, embora simultaneamente, evoluem – assim também a paisagem reflecte estes mesmos aspectos consoante a fase de desenvolvimento da sociedade. São exemplo de paisagem natural as formações climace ou os processos naturais que convém salvarguardar; de paisagem cultural o reflexo das técnicas de cultivo ou de extracção; de paisagem estética as que satisfazem necessidades espirituais do homem e lhe alargam o âmbito da acção cultural; finalmente será paisagem de doação a que o homem cria para benefício da sociedade futura. Não será demais acentuar que as características apontadas se combinam, sem tão nitidamente se poderem separar.*”

BARRETO, António F.V., DENTINHO, Álvaro, BRANCO, Albano Castelo, *Ordenamento paisagístico do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, DGSU, 1967.

^[1] BARRETO, António F.V., DENTINHO, Álvaro, BRANCO, Albano Castelo, Ordenamento paisagístico do Algarve: Estudo Preliminar, Lisboa, DGSU, 1967.

da “Paisagem humanizada como reflexo da experiência”¹³⁶ e do “Uso e doação da paisagem natural e humanizada”¹³⁷ resultaria uma extensa lista de “Recomendações Gerais” a ter em conta no ordenamento preliminar da região:

“1 - Integração na paisagem dos novos núcleos de desenvolvimento.

2 - Defesa das panorâmicas da orla marítima.

3 - Guarda e respeito da raíz tradicional da paisagem urbana e da paisagem rural.

4 - Reforço da unidade da paisagem, acentuação da sua variedade.

5 - Concentração da expansão urbano-turística.

6 - Salvaguarda de largos tractos da paisagem natural.

7 - A capacidade de uso da paisagem deverá ser a da capacidade de regeneração actual.

8 - O uso da paisagem deverá ser feito de acordo com a sua vocação e capacidade de regeneração.

9 - Só se deverão adoptar exotismos e usos de paisagem estranhas depois de convenientemente assimiladas.

10 - O restauro e promoção da paisagem exigem uma prioridade de intensidades de actuação.

11 - Os centros urbanos a todas as escalas têm sua justificação fisiográfica e as implantações arbitrárias comprometem a sua vitalidade e a da paisagem, e assim o pleno uso das suas aptidões, capacidades e potencialidades.

12 - A dispersão de urbanização onera a comunidade em equipamento e serviços.

13 - A unidade de planeamento deverá ser a bacia hidrográfica a qualquer escalão e tendo em conta as hemibacias confinantes.

14 - As estruturas viárias e de serviços deverão condicionar-se às linhas fisiográficas.

15 - O Algarve a Nascente do fêsto Sagres-Monchique pertence à hemibacia do Guadiana que chega a Elvas e complementa a grande região do Vale do Tejo, a Sul.

16 - Do Atlântico Ocidental ao fêsto de Sagres-Monchique é necessária a economia da radiação directa do Sol.

17 - Os aspectos especiais a que ficam sujeitas as construções sobre os xistos condicionam a implantação nesses terrenos.

18 - A água é factor limitante do desenvolvimento da região.

^[2] Ponto dedicado aos seguintes parâmetros: 1. Sinais de ocupação primitiva; 2. O habitat natural; 3. Intensidade da ocupação; 4. A implantação do habitat e o relevo; 5. Habitat concentrado, linear e disperso; 6. A orientação das construções; 7. A capacidade do uso do solo e o povoamento; 8. A ocupação em solos de qualidade; 9 A ocupação em solos de qualidade intermédia; 10. A ocupação em solos de qualidade inferior; 11. Os solos em mosaico e sua ocupação; 12. Os moinhos, o vento e a paisagem; 13. Interpretação da implantação na paisagem das vias existentes; 14. Vias actuais, compartimentação e escala da paisagem; 15. Climogramas e condições de conforto; e 16. Análise toponímica, suas relações com a paisagem. (Cf. Idem)

^[3] Ponto final que se ocupa de: 1. Relação entre a população e o solo; 2. Incidência da Carta Geral de Ordenamento Agrário no Estudo Preliminar; 3. Demarcação das zonas sensíveis de protecção à natureza e sua incidência no Estudo Preliminar; e 4. Prioridades de actuação. (Cf. Idem)

19

19 - Nos cursos de água com predomínio de escoamento superficial poderão ser indicadas soluções de retenção, sem descorar o revestimento biológico marginal.

20 - Nos cursos de água com predomínio de água de percolação deverá garantir-se a permeabilidade marginal mediante correcção biológica.

21 - Os sapais da Ria de Faro deverão ser preservados bem como alguns das baixas do Alvor e Guadiana, mormente nas notáveis associações vegetais e da fauna.

22 - Deverá proceder-se a estudos de pormenor com vista ao revestimento vegetal e arborização dos terrenos e margens da Ria de Faro.

23 - Deverá urgentemente definir-se como reserva natural o planalto do Promontório de Sagres e o alto da Serra de Monchique que se encontraam já demarcados (C. Tavares-G. Sacarrão, M. Beliz) a integrar nas áreas assinaladas como de interesse biocenótico (37b).

24 - Sendo os cumes das Serras de Monchique e Caldeirão origens da rede hidrográfica do Algarve e de parte do Alentejo, recomenda-se a prioridade do estudo do seu adequado revestimento vegetal.

25 - Considera-se indispensável que todo o revestimento vegetal a levar a efeito tenha como objectivo primário a captação e retenção hídricas.

26 - Considera-se base da conservação portuária e de albufeiras o revestimento adequado de vegetação dos terrenos degradados das bacias interessadas.

27 - A grande compartimentação deverá apoiar-se sobre as linhas de água existentes e a partir das formações climáticas.

28 - O aproveitamento e revestimento marginal dos cursos de água provenientes de Monchique deverão preceder os demais.

29 - A compartimentação deverá ser mais naturalística na Serra e mais formal nas baixas.

30 - Dada a importância da água como factor limitante deverá impedir-se qualquer forma de poluição das linhas de água ou intervenções que possam comprometer as suas funções.

31 - Paisagisticamente o ordenamento do litoral deverá iniciar-se a montante das primeiras ramificações das principais linhas de água.

32 - Com vista a uma urgente necessidade de economia hídrica deverá atender-se à substituição dos métodos tradicionais da rega de pé pelos sistemas actuais de rega por aspersão, e bem assim para a exploração de culturas regadas menos exigentes.

33 - A altitude e as situações de alternância conjuntamente com os índices Ex determinados deverão orientar o zonamento vegetal da Serra.

34 - Deverá garantir-se a drenagem atmosférica dentro dos aglomerados urbanos.

35 - Dado o interesse cultural e turístico é de salvarguardar e valorizar urgentemente a notável riqueza arqueológica, do Algarve, aliás perfeitamente reconhecida pelo Dr. O. Veiga Pereira.

36 - Devem manter-se as características de implantação relacionadas com a ecologia, com excepção da ocupação dispersas.



D I R E C C Ã O G E R A L D O S S E R V I Ç O S D E U R B A N I Z A Ç Ã O

ORDENAMENTO PARAGUÍSTICO DO ALGARVE

D	E	F
A	B	C

ESTADO PRELIMINAR

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

ESTADO PRELIMINAR

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS



D I R E C C Ã O G E R A L D O S S E R V I Ç O S D E U R B A N I Z A Ç Ã O

ORDENAMENTO PARAGUÍSTICO DO ALGARVE

D	E	F
A	B	C

ESTADO PRELIMINAR

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

ESTADO PRELIMINAR

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS

ESTADOS DE ALGUNS EQUIPAMENTOS



SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO



DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DO ALGARVE

SECRETARIA MUNICIPAL DO ALGARVE

SECRETARIA MUNICIPAL DO ALGARVE

37 - *A nova ocupação deverá procurar distribuições análogas, nos relevos que a caracterização por sectores definiu.*

38 - *A orientação das construções nos sectores deverá procurar, em situações semelhantes, uma proporção idêntica à que o inquérito revelou.*

39 - *Nas áreas urbanas as bandas de inversão deverão ser ocupadas com intensidade directamente proporcional ao gradiente.*

40 - *Dados os sintomas de sobreturação verificados, a ocupação de solos de qualidade nos sectores de Armação de Pera-Loulé e principalmente de Faro-Vila Real deverá ser impedida, mesmo quando essa ocupação se faz isoladamente, devendo antes promover-se a urgente concentração urbana.*

41 - *Considera-se medida fundamental de planeamento o impedimento de construções sobre solos de boa qualidade para uso agrícola (36), devendo as próprias construções agrícolas necessárias à exploração ser do tipo de ocupação temporária.*

42 - *Recomenda-se a associação livre de explorações fomentadas através das indispensáveis infraestruturas.*

43 - *Em solos de qualidade (36) as redes viárias e de serviços deverão servir directamente e em boas condições os centros de lavoura.*

44 - *Na zona serrana aplicam-se sobre os solos de qualidade intermédia as normas estabelecidas no n.º 41.*

45 - *É urgente o revestimento arbóreo, arbustivo e de pastagem dos solos de inferior qualidade da Província em situação degradada (37a); porém, tal actuação deverá sujeitar-se a estudos pormenorizados de zonamento e compartimentação que respondam aos objectivos do Planeamento e Ordenamento.*

46 - *Nos solos degradados e onde as circunstâncias o permitam deverá promover-se a reconstituição dos solos de forma a constituírem-se unidades em mosaico com representação conjunta dos três escalões de qualidade.*

47 - *Consideram-se acessos naturais ao Algarve o fêsto central alentejano, as linhas de fêsto secundárias paralelas ao litoral ocidental e o Vale do Guadiana.*

48 - *A estrutura viária principal da Província deverá delimitar as manchas do zonamento proposto.*

49 - *A rede viária actual deverá ser beneficiada e servir até ao escalão das explorações; em especial nas áreas rurais planas e marginais deverá promover-se a segregação das redes e necessária hierarquização até ao nível do peão.*

50 - *A rede viária nos solos de qualidade deverá ter em conta os condicionamentos de compartimentação do campo e a necessária regularização das correntes atmosféricas.*

51 - *Considera-se de maior importância no planeamento que quaisquer trabalhos interessados de vias e sua actualização, respeitem os valores da paisagem natural e humanizada em que se integram.*

52 - *Deverão ser aproveitadas excepcionais condições naturais dos sectores Poente para usufruto do recreio e de contacto com a natureza, preservando-se tal carácter a todo o transe.*

53 - *Secunda-se inteiramente a proposta de exploração da caça sobretudo nos sectores Nascente.*

54 - *Dados os valores culturais detectados na análise toponímica considera-se aviltamento do património cultural a sua supressão ou alteração.*

55 - *O valor ímpar da luz algarvia recomenda que se impeça intransigentemente o estabelecimento de fontes de poluição da transparência e pureza da atmosfera.*

56 - *As excepcionais qualidades de conforto e as condições naturais das variadas paisagens locais confirmam a excelência das praias algarvias e recomendam a intransigente salvaguarda deste valores.”*

Estas orientações seriam, como dissemos, condensadas e traduzidas numa “Carta de Ordenamento Paisagístico”, dividida, por razões práticas, em seis partes iguais¹³⁸, na qual se fixa um zonamento esquemático do uso do território¹³⁹, diferenciando-se as áreas de urbanização (residencial e industrial) não condicionadas das em que quaisquer alterações ao ordenamento proposto seriam condicionadas e muito condicionadas. Ao longo da costa são, ainda, indicados possíveis novos núcleos de assentamento urbano no litoral, uns de desenvolvimento global não superior a 3 hectares (círculos a preto) e outros a 12 hectares (rectângulos a preto).

Precisamente ao contrário do definido no Plano Regional, aqui são classificadas como zonas de “Protecção Litoral” os trechos entre Lagos e Alvor, Armação de Pêra e a Galé, e desde Olhos de Água à foz do Guadiana. À excepção das localidades já existentes, nestas zonas apenas na Praia da Falésia e na extensão de Ria e de Praia entre Cabanas de Tavira e Montegordo se previa uma ocupação urbana¹⁴⁰, em ambos os casos de carácter “*dominantemente pontual e concentrado em altura*”. Modelo de urbanização que, para além destes dois locais, só era considerado junto dos principais aglomerados urbanos e estâncias turísticas do Algarve¹⁴¹ e, sempre, em núcleos implantados do lado interior.

^[138] Das quais reproduzimos apenas as três respeitantes à faixa costeira meridional (as Cartas A, B e C, do Barlavento para o Sotavento).

^[139] Onde são definidos o “Habitat Urbano” e o “Habitat Rural”, a “Indústria”, o “Uso Agrícola” e as “Áreas Complementares do Equilíbrio Agrícola”, os “Espaços Verdes Complementares dos Aglomerados Rural e Urbano” e a “Protecção do Litoral”.

^[140] Não considerando os novos assentamentos apontados ao longo da costa.

^[141] Lagos, Portimão, Armação de Pêra, Albufeira, Quarteira, Faro, Fuseta e Tavira.

Este tipo de discrepâncias entre uns estudos e outros levantava dúvidas sobre qual das estratégias a seguir, abrindo espaço para que surgissem situações ambíguas, que, naturalmente, seriam resolvidas consoante a solução mais vantajosa para os interesses em jogo. Isto porque, embora a sua realização tivesse partido de diversos serviços do Estado, não existia, à altura, legislação que enquadrasse o planeamento referente “*a toda uma ‘região’ ou a ‘sub-regiões’*”, *com recomendações inclusivamente sobre a protecção e defesa das paisagens urbana e rural, ainda não cobertas por disposições legais adequadas*”.¹⁴²

Só com a publicação do Decreto-Lei N.º 560/71, de 17 de Dezembro, que, na alínea c) do seu Art.º 2.º, obrigava as Câmaras Municipais a promover a elaboração de Planos Gerais de Urbanização “*das áreas territoriais em que a estrutura urbana justifique planos de conjunto abrangendo vários centros urbanos e zonas rurais intermédias ou envolventes*”¹⁴³, se estabelece a base legislativa para que os planos sectoriais, ou sub-regionais, do Algarve fossem, formalmente, respeitados e seguidos. É na sequência da aprovação deste diploma que, em Março seguinte, o Ministro das Obras Públicas determina o seu envio para apreciação do CSOP. Já “*o ‘Plano de orientação geral’*, *que foi chamado ‘Anteplano regional do Algarve’ não é mais que um instrumento, como que marginal, no aspecto legal, para orientação e coordenação geral: não obriga, legalmente, a ser seguido, mas encaminha e coordena o que se fez, o que se vai fazendo e o que falta fazer*”.¹⁴⁴

E em curso estava o estudo de mais três sectores territoriais, “*um já na fase de plano (com o esboçeto concluído) - sector 5*”, relativo ao concelho de Lagoa, e, “*os outros, na fase de ‘esboçeto’ - sectores 7 e 8*”, referentes aos concelhos de Albufeira e de Loulé,

^[142] MOURA, José Horácio de, Urbanização do Algarve: Informação N.º 40-DG-72, Lisboa, DGSU, 28 Fevereiro 1972, p. 1.

^[143] Revogando o Decreto-Lei N.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944, relativo à realização de Planos Gerais de Urbanização e Expansão, e o Decreto-lei N.º 35:931, de 4 de Novembro de 1946, que instituiu a figura de “Anteplano”. (Cf. Decreto-Lei N.º 560/71, Diário do Governo, I Série, N.º 294, 17 Dezembro 1972)

^[144] MOURA, José Horácio de, op. cit., p. 7.

respectivamente. Por trabalhar ficavam os concelhos de Vila do Bispo¹⁴⁵, na costa ocidental, e de Faro, de Olhão e Tavira¹⁴⁶, na costa sul.

No entanto, tal como, trinta anos antes, na Costa do Sol, a iniciativa do Estado em tomar as rédeas da gestão do território litoral e orientar o seu desenvolvimento urbano-turístico iria encontrar alguma resistência junto dos proprietários e investidores privados, muitas vezes com a própria conivência do poder local que, ignorado por Lisboa há muito tempo, se vê aliciado pelas contrapartidas, financeiras e urbanísticas, que o “negócio” do Turismo trazia consigo, facilitando ou “fechando os olhos” aos crescentes desvios que são introduzidos no zonamento proposto. Isto também porque, pela leitura de qualquer um dos estudos elaborados para a região, era fácil perceber que, no que respeitava à localização dos novos Centros Turísticos e, implicitamente, à distribuição do financiamento público, havia municípios claramente privilegiados em relação a outros. Situação que, no final, viria a funcionar em seu desfavor, por um lado porque, uma vez tornadas públicas as intenções oficiais do governo para o Algarve, o preço dos terrenos nessas zonas dispara exponencialmente, e, por outro, porque muitas das intervenções programadas incidiam sobre áreas do Domínio Público, Marítimo e Florestal, colocando questões burocráticas morosas de resolver, e, por isso, seriam preteridas relativamente a outras que possibilitavam uma mais rápida rentabilização dos investimentos realizados.

Neste contexto, tornava-se cada vez mais difícil garantir a qualidade das intervenções, mas, ainda assim, em 1972, o então Director-Geral da DGSU, Jorge Horácio de Moura, elogiava os esforços e os bons resultados dos serviços oficiais em assegurar a implementação dos padrões superiormente defendidos para o Turismo do Algarve.

¹⁴⁵ Sector para o qual existia o *Plano de Urbanização da Praia de Odeceixe*, apresentado em 1960 e, entretanto, aprovado.

¹⁴⁶ Sectores com Anteplanos de Urbanização aprovados para a Ilha de Ancão e a Ilha de Armona e um Esboçeto para a Ilha de Tavira.

“Desde o início paladinos duma defesa acérrima da qualidade - custasse o que custasse - dos empreendimentos a autorizar, houve que argumentar àrduamente contra as teorias do ‘turismo das massas’ e do ‘turismo social’, movimentos evidentemente a respeitar mas inadequados a uma das regiões turísticas mais valiosas da Europa.

(...) Fases houve em que as reacções verificadas nos jornais, em órgãos oficiais responsáveis e em certos sectores de iniciativa privada - aqueles em que só se ocupam da rentabilidade imediata e vultosa dos seus investimentos - fizeram temer pela solidez dos critérios até então adoptados. [Só] a firmeza então evidenciada pelos mais altos responsáveis permitiu que, hoje, o Algarve se caracterize pelo invulgar nível das realizações efectuadas.”¹⁴⁷

Mas o nível invulgar do que se estava a fazer no Algarve não era devido apenas à “firmeza dos mais altos responsáveis”. Pelo contrário. Em grande parte, seria a iniciativa privada a proporcionar aos arquitectos portugueses a oportunidade de explorarem novos conceitos urbanísticos e arquitectónicos, aqui associados ao Lazer, abrindo o caminho para um “acertar de agulhas” com o momento de revisão e de experimentação que se vive no panorama disciplinar internacional. Uma oportunidade que poucos iriam recusar.

Arquitectos

João Abel Manta, 1972
(imagem MOITA, Irisalva (coord.),
João Abel Manta: Obra gráfica,
Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa,
1992, p. 173)



O Algarve e o *Littoral Languedoc-Roussillon*

Não é possível falar do planeamento urbano-turístico do Algarve sem fazer referência à experiência da *Mission Interministérielle d'Aménagement Touristique du Littoral Languedoc Roussillon*, também conhecida como *Mission Racine*¹⁴⁸, criada, por Decreto de 18 de Junho de 1963¹⁴⁹, pelo Presidente General De Gaulle e o seu Primeiro Ministro, Georges Pompidou, como resposta do governo francês a um Turismo de massas favorecido pelo crescimento económico alcançado no período dos *Trente Glorieuses*.¹⁵⁰

A tarefa dessa Missão era a de transformar a faixa costeira mediterrânica compreendida entre Montpellier e a fronteira com Espanha numa nova estância turística, de alcance nacional e internacional, capaz de complementar a oferta da Côte d'Azur, já demasiado saturada e sem capacidade para responder à dimensão das necessidades que agora se colocavam. E o programa estabelecido para a região, em termos da oferta de camas, era o mais ambicioso alguma vez promovido pelo Estado na área do Turismo.

*“S’agissant d’une vaste opération d’aménagement et de mise en valeur touristique d’un territoire qui s’étend sur près de 200 km de long et de 20 km de profondeur qui relève de 4 départements et de 67 communes; s’agissant de créer 5 villes balnéaires nouvelles destinées à devenir le centre d’unités touristiques plus vastes, capables chacune d’accueillir 100 à 120 000 personnes; s’agissant de construire sur l’ensemble du littoral 400 000 lits nouveaux en villa, hôtels, immeubles collectifs, villages de vacances, de construire 20 ports de plaisance, de reboiser 6 000 ha de collines, d’approvisionner en eau l’ensemble des communes du bord du mer, de faire disparaître les moustiques et d’assainir les étangs, (...)”*¹⁵¹

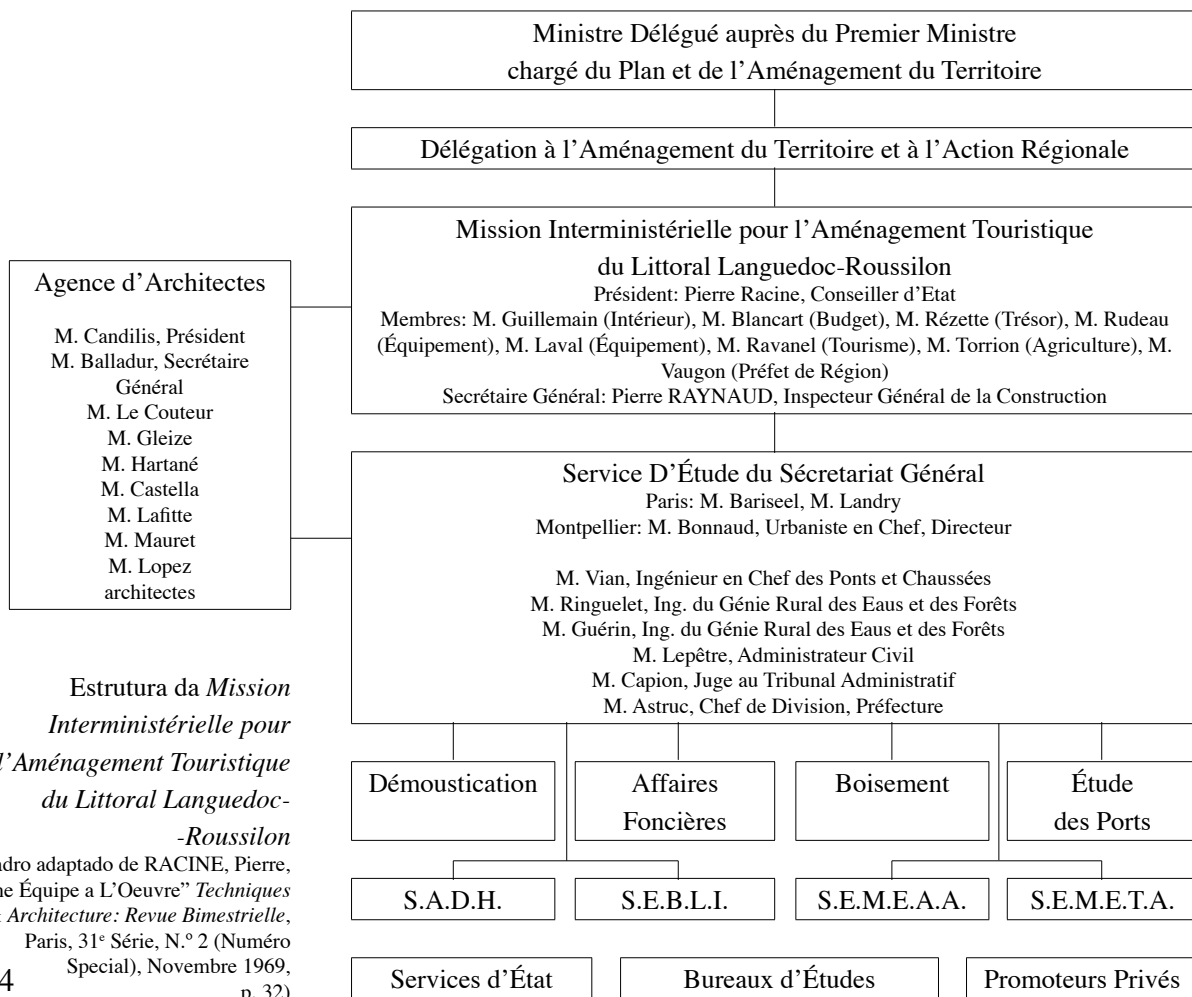
¹⁴⁸ Em nome do Presidente escolhido para coordenar essa Missão Interministerial, o Conselheiro de Estado Pierre Racine, da qual faziam parte representantes dos ministérios do Interior, das Finanças e Assuntos Económicos, do Tesouro, do Equipamento, do Turismo e da Agricultura, assim como o *Préfet* daquela região.

¹⁴⁹ Sob a tutela da *Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale* (DATAR).

¹⁵⁰ Termo introduzido pelo economista Jean Fourastié para designar o período compreendido entre 1946 e 1975, em França e em grande parte dos países ocidentais, durante o qual se assiste a um crescimento exponencial da população como resultado da prosperidade económica alcançada no pós-guerra, em que se combinam elevados níveis de produção interna com o aumento do salário médio nacional, o aumento do poder de compra e, conseqüentemente, da capacidade de consumo da população e o desenvolvimento, em simultâneo, de novas políticas de apoio social, dentro dos princípios do Estado de Providência. Com a crise petrolífera internacional de 1973 verifica-se uma desaceleração nesse crescimento, anunciando o fim da euforia desenvolvimentista que caracteriza este período.

¹⁵¹ Cf. RACINE, Pierre, “Une Équipe a L’Oeuvre”, *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Spécial), Novembre 1969, p. 33.

Para a sua realização, contava-se com a colaboração de um grupo alargado de técnicos, provenientes dos mais diversos serviços públicos do Estado e das administrações locais, organizados em equipas especializadas, responsáveis, cada uma delas, por uma área de actuação específica - *Foncière, Démoustication, Étude des ports, e Boisement*, e de quatro sociedades de economia mista, encarregues de estabelecer a ligação entre os vários departamentos técnicos e administrativos envolvidos no processo e os promotores privados associados à intervenção. Todas elas a trabalhar em estreita relação com a equipa interministerial encarregue da concepção do plano geral de valorização turística da região e a equipa de nove arquitectos contratada para desenvolver e coordenar os estudos de urbanização das novas unidades turísticas. Esta era, assim, uma obra de conjunto, em que todos partilhavam da mesma “*unité d’esprit et d’action*”.



Segundo Pierre Raynaud, Secretário Geral da Missão Interministerial, o principal valor do projecto residia no facto de se tratar, simultaneamente, de “*une opération d’aménagement du territoire*”, de “*une expérience administrative*” e de “*une nouvelle conception d’urbanisme*”.¹⁵²

No que respeitava ao planeamento territorial, procurava-se responder a certos objectivos fixados a nível nacional e regional. No plano nacional, era necessário dar resposta à procura de um crescente “*nombre de familles partant chaque année en vacances*”, numa migração interna que exigia “*des équipements à la mesure des besoins qu’il engendre*”. Se em 1937 contavam-se dois milhões de veraneantes franceses, em 1958 atingiam-se quase os dez milhões e, em 1965, pouco menos que quinze milhões¹⁵³. Mas, também a evolução do Turismo internacional se apresentava como uma das preocupações do governo. “*L’Espagne créait des hébergements touristiques par milliers sur la Costa del Sol et la Costa Brava. Entre 1958 et 1968, tandis que les recettes touristiques de la France ne progressaient que de 128% eles s’accroissaient de 190% en Italie, 251% en Grèce et de 1.474% en Espagne*”¹⁵⁴. No sentido de aumentar essas receitas, apostava-se em fomentar no Languedoc-Roussillon a criação de uma corrente turística, “*particulièrement à partir des pays européens*”¹⁵⁵, com, pelo menos, a mesma importância da estabelecida na Côte d’Azur. Já no plano regional, “*les motifs qui ont justifié cette opération sont de deux ordres: création d’emplois (...) et accroissement para la diversification des activités économiques du revenu moyen des habitants*”, tanto nas áreas de incidência do plano, como, por acção indirecta, no território interior associado a esse espaço litoral. Clarificava-se, desta forma, que não se pretendia “*une suite d’opérations de mise en valeur foncière mais une action cohérente cherchant à donner à toute une région un caractère touristique*”.

¹⁵² RAYNAUD, Pierre, “*Une opération d’aménagement du territoire, une expérience administrative, une nouvelle conception d’urbanisme*”, *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Spécial), Novembre 1969, pp. 34-35.

¹⁵³ Cf. VLÈS, Vicent, *Politiques publiques d’aménagement touristique. Objectifs, méthodes, effets*, Pessac, Presses Universitaires de Bordeaux, 2006, p. 59.

¹⁵⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵⁵ RAYNAUD, Pierre, op. cit., p. 34.

Como experiência administrativa, dois princípios guiavam o projecto, “*l’idée de coordination interministérielle*” e “*l’idée d’administration de mission*”, que aqui se conjugavam no sentido delegar num número restrito de funcionários “*la réalisation de certains objectifs précisés dans le temps et dans l’espace*”, personalizando, assim, a responsabilidade de cada interveniente.

Finalmente, quanto à concepção urbanística do plano, introduziam-se algumas soluções inovadoras, “*tant du point de vue foncier qu’en matière d’urbanisme, d’architecture et d’animation de la vie de vacances*”.

Em primeiro lugar, é adoptada uma política de aquisição sistemática de terrenos, ainda antes de delineado o plano detalhado dos equipamentos a criar, permitindo ao Estado decidir livremente quais as zonas a urbanizar e quais a deixar livres de construção e distribuir equilibradamente as densidades de ocupação previstas, sem ceder à pressão dos interesses privados. Estratégia que funcionava, simultaneamente, como forma de fixar o valor do solo “*et éviter la spéculation foncière qui accompagne souvent les grandes opérations d’équipement*”. Em torno dos terrenos já adquiridos são, ainda, definidas, *Zones d’Aménagement Différé* (ZAD), nas quais o Estado detinha o direito de preferência de compra, no caso dos proprietários se decidissem pela venda dos seus terrenos.

Em matéria de urbanismo, procurava-se evitar, a todo o custo, “*le mur quasiment ininterrompu de résidences et d’hôtels de La Côte d’Azur*”¹⁵⁶, condicionando a circulação automóvel junto ao mar. Nesse sentido, a região é dividida em *Unités Touristiques*, separadas, entre si, por zonas de reserva natural e ligadas, pelo interior, por uma via rápida que, pontualmente, estabelecia a relação com a auto-estrada regional. Contra o desenvolvimento linear habitual em zonas de costa, o acesso às praias era, assim, feito em forma de “pente”.

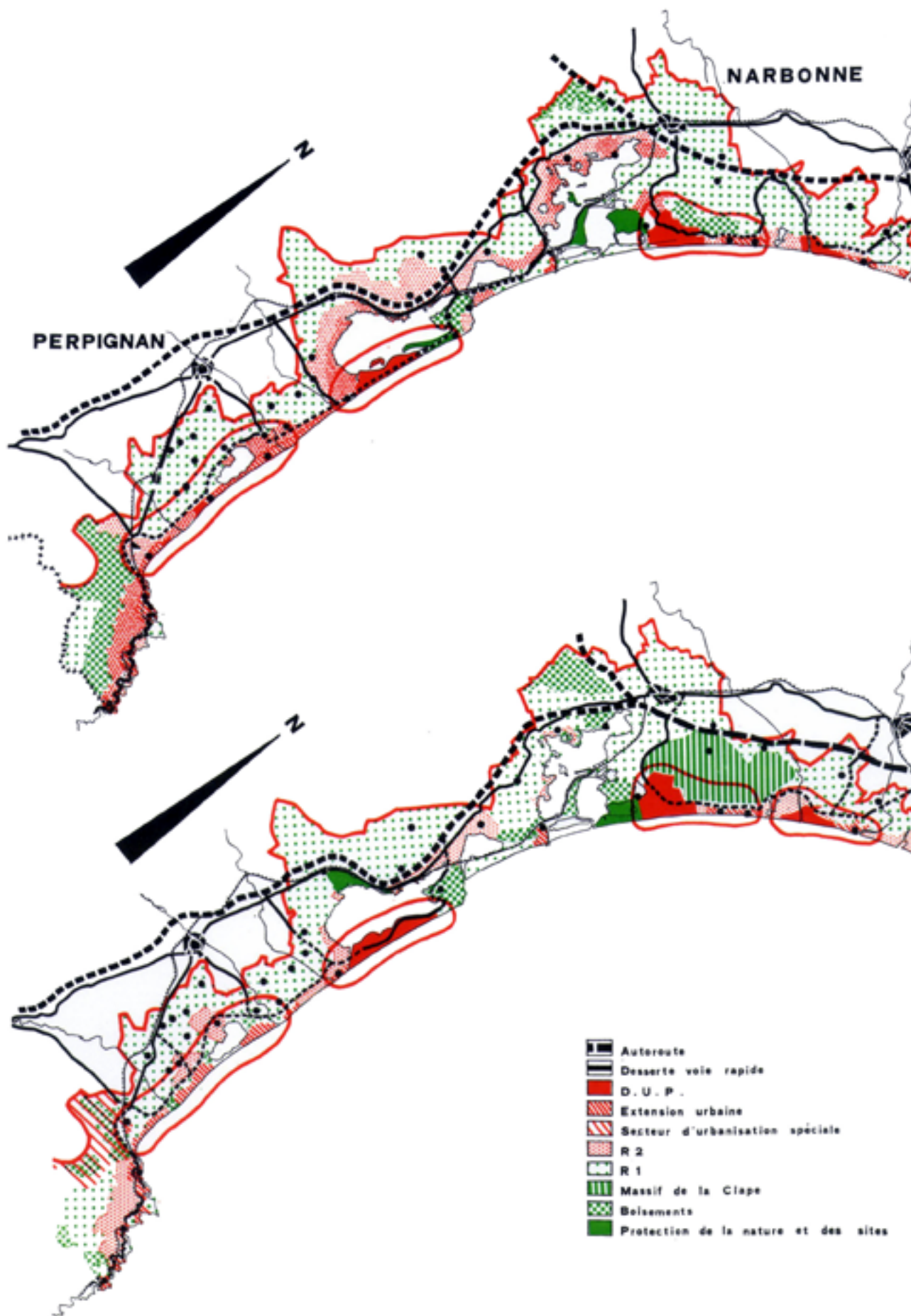
Cada *Unité Touristique* seria, por sua vez, estudada mais detalhadamente por um Arquitecto-Chefe, ou uma equipa de arquitectos, responsável por definir a organização da nova estação balnear (Zonamento, Circulação e Equipamentos) e coordenar e aprovar todas as intervenções nela inseridas. Da sua autoria seriam, também, os projectos dos equipamentos públicos e dos principais núcleos residenciais a criar. Entregue a concepção do plano geral e dos seus elementos chave a um único arquitecto estava, à partida, garantida a unidade e o carácter do conjunto, o que permitia conceder toda a liberdade de idealização às propostas dos construtores privados.

Em relação à animação da vida em férias, *“l'idée qui dominé est de considérer les équipements nécessaires à ces activités comme les équipements nécessaires à la vie journalière (eau, égout, électricité) et de les réaliser préalablement et selon le même système financier d'imputation, en partie tout au moins, sur le prix des terrains.*

Il faut que l'investissement d'hébergement soit valorisé par l'existence des équipements d'animation”.¹⁵⁷

Iniciada a intervenção do Estado, em 1962, com a compra de terrenos através do *Fonds National d'Aménagement Foncier Urbain* (FNAFU), o *Plan d'Urbanisme d'Intérêt Régional* (PUIR) seria publicado a 26 de Março de 1964, estudo a partir do qual seriam elaborados os Planos Parciais das *Unités Touristiques*. Inicialmente são delimitadas cinco destas unidades, sempre na dependência directa de um dos principais aglomerados populacionais existentes no interior - *Unité Turistique de Le Grau-du-Roi* (Montpellier), *Unité Turistique du Bassin de Thau* (Béziers), *Unité Turistique de Gruissan* (Narbonne), *Unité Turistique Leucate-Le Barcarès* (Perpignan), e *Unité Turistique Canet-Argelès* (Perpignan). Revisto o PUIR, em 1969, é introduzida uma sexta destas unidades - *Unité Turistique de l'Embouchure de l'Aude* (Narbonne).

¹⁵⁷ RAYNAUD, Pierre, op. cit., p. 35.

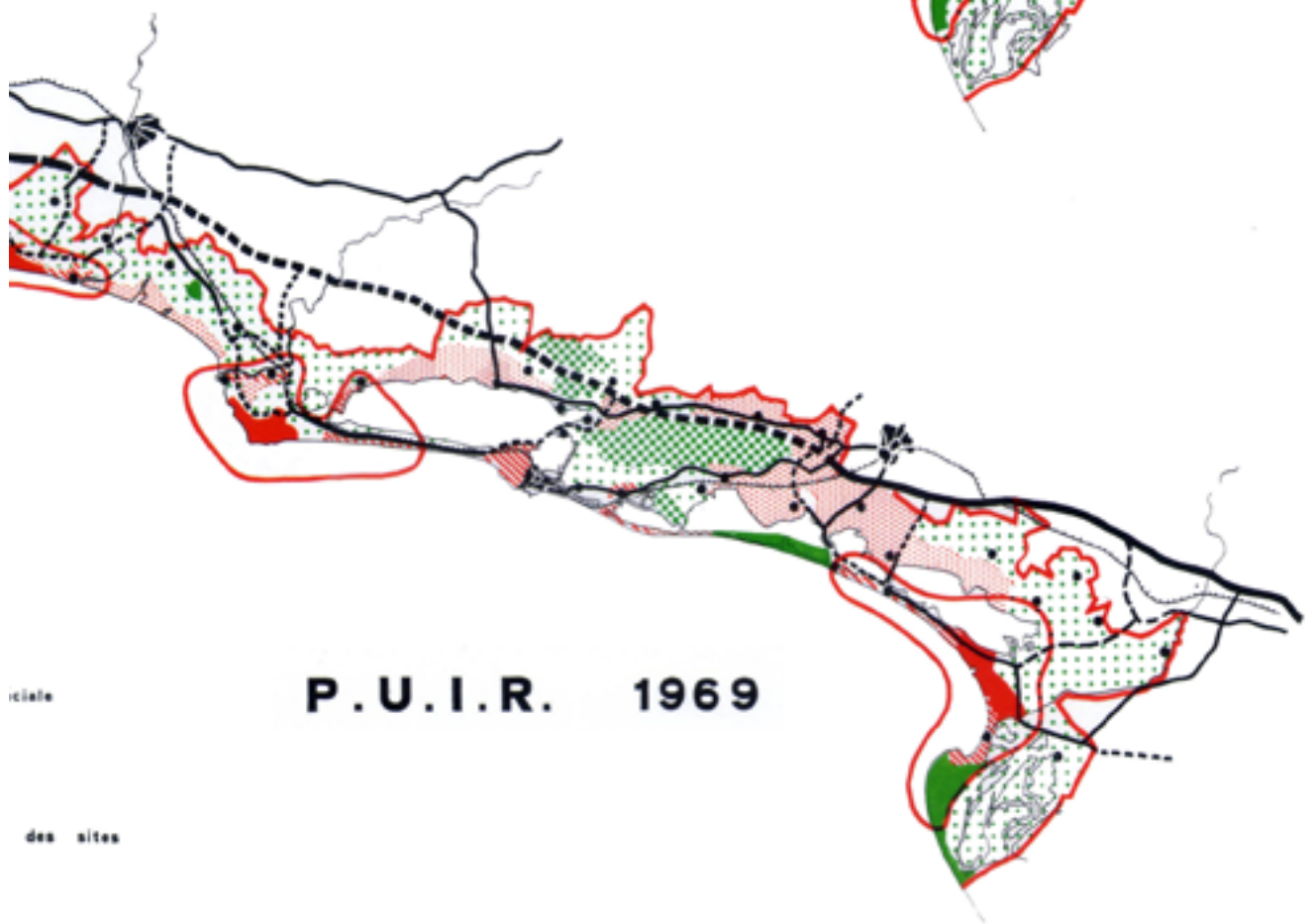
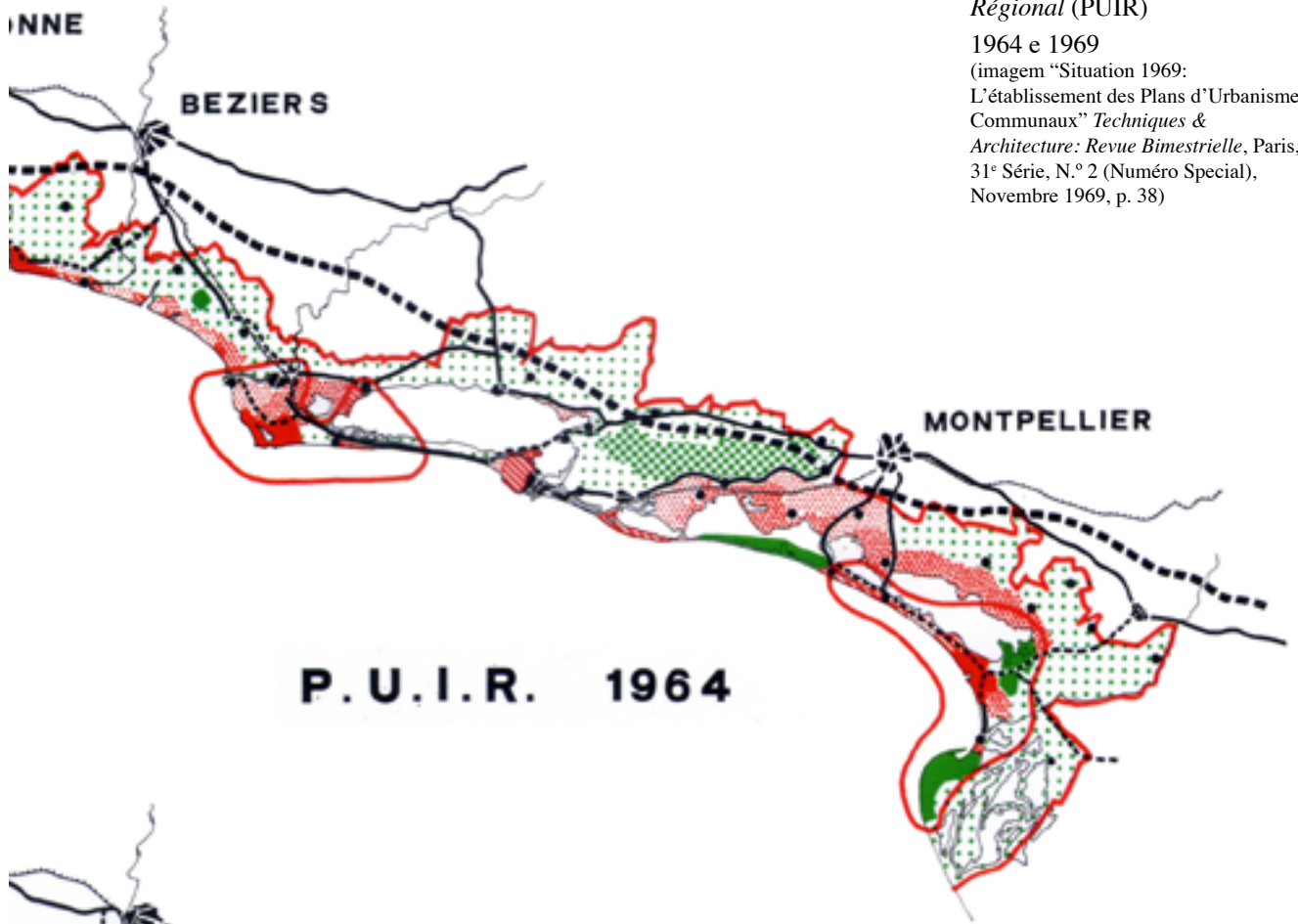


Plan d'Urbanisme d'Intérêt Régional (PUIR)

1964 e 1969

(imagen "Situation 1969:

L'établissement des Plans d'Urbanisme Communaux" *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.° 2 (Numéro Special), Novembre 1969, p. 38)



riale

des sites

Os arquitectos escolhidos para coordenar o plano geral destas unidades seriam: Jean Ballardur (Grau-du-Roi); Jean Le Conteur (Bassin de Thau); Raymond Gleize (Gruissan); Henri Castella e Pierre Lafitte (Embouchure de l'Aude); e Georges Candilis (Leucate-Le Barcarès e Canet-Argelès).

Cada *Unité Touristique* compreendia uma ou mais Estâncias Balneares, também elas objecto de planeamento e para as quais os mesmos arquitectos, e outros, desenvolvem diversos projectos de arquitectura, abrangendo Equipamentos Públicos e núcleos de Habitação. Pelo número especial da revista *Techniques & Architecture*, dedicado ao *Aménagement Touristique do Littoral Languedo-Roussillon*, em Novembro de 1969 estavam lançadas as seguintes intervenções:

1. U.T. Grau-du-Roi

Jean Ballardur, Architecte en Chef

- Grau-du-Roi - L'Espiguet Jean Ballardur, Architecte en Chef
Chambre de Commerce de Nimes,
Maitre d'Ouvrage
- Station de La Grande Motte Jean Ballardur, Architecte en Chef
S.A.D.H., Maitre d'Ouvrage
 - Les Pyramides du Port
 - Le Village de Vacances
 - Camping des Houillères
 - Le "Point Zero"
- Station de Carnon Paul Mertens, Architecte
S.A.D.H., Maitre d'Ouvrage

2. U.T. du Bassin de Thau

Jean Le Couteur, Architecte en Chef

- Station du Cap d'Adge Jean Le Couteur, Architecte en Chef
S.E.B.L.I., Maitre d'Ouvrage
- Station de Balaruc A. Gomis, Architecte
B.G. Huidobro, Maitre d'Ouvrage
 - Établissement Thermal
 - Village-Vances-Familles

3. U.T. de Gruissan

Raymond Gleize et Édouard Hartané, Architectes en Chef

- Station de Gruissan R. Gleize, E. Hartané, Architectes en Chef
S.E.M.E.A.A., Maitre d'Ouvrage

4. U.T. de L'Embouchure de l'Aude

H. Castella et P. Lafitte, Architectes en Chef

- Station de L'Embouchure de l'Aude
H. Castella, P. Fafitte, Architectes en Chef
S.E.B.L.I. et S.E.M.E.A.A., M. d'O.

5. U.T. Leucate-Le Barcarès

Georges Candilis, Architecte en Chef

- Station de Leucate-Le Barcarès
G. Candilis, Architecte en Chef
S.E.M.E.A.A., Maitre d'Ouvrage (Leucate)
S.E.M.E.T.A., Maitre d'Ouvrage (Barcarès)
- Habitat des Canaux
- Logements Marinas
- Promenade de Mer
- Rue Commerciale, Zone N
- Pavillon du Port, Zone N
- Équipements Portuaires

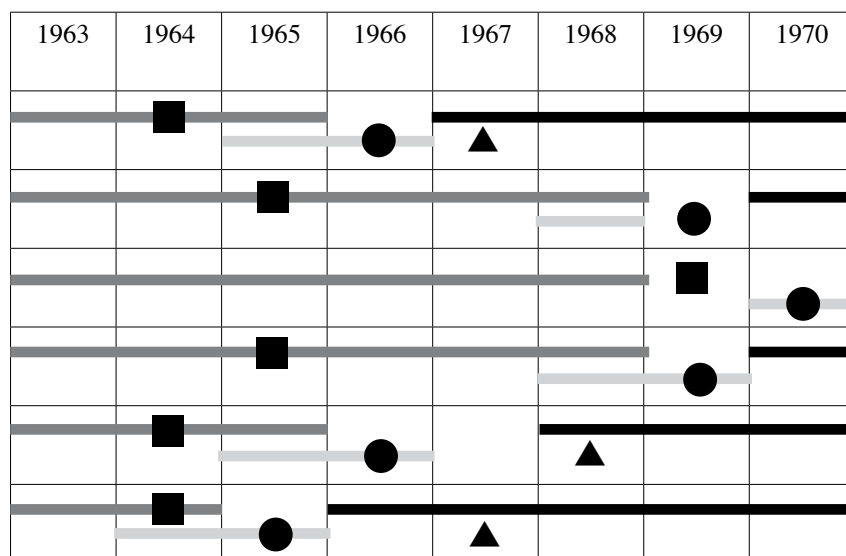
6. U.T. Canet-Argelès

Georges Candilis, Architecte en Chef

- Station de Saint-Cyprien
E. Beaudouin, J. Genard, Architectes en
Chef
SCATSCY, Maitre d'Ouvrage
- Station de Canet-Plage J. Genard, Architecte en Chef

Por esta sistematização, ficam claros os vários níveis de actuação que estruturam *l'Aménagement Touristique do Littoral Languedo-Roussillon*: o Plano Regional, os Planos das Unidades Turísticas (ou *Plans Communaux*), os Planos das Estâncias Balneares, e, por fim, os Projectos de Arquitectura.

LA GRANDE MOTTE
LE CAP D'ADGE
L'EMBOUCHURE DE L'AUDE
GRUISSAN
PORT LEUCATE BARCARES
SAINT-CYPRIEN



- Aquisição Terrenos —
- Infraestruturas Base —
- Construção Imobiliária —
- Aprovação Plano Urbanização ■
- Infraestruturas ●
- Porto de Recreio ▲

“Il n’y a que deux règles fermes en architecture: respecter la commodité de l’habitant et la solidité de la construction (-...). Cela dit, comme un bâtiment est un objet visible et comme toute apparence est ‘significative’, (...), il importe plutôt de savoir à quelle signification la forme architecturale ‘renvoie’”

BALLADUR, Jean, “L’Architecture de La Grande-Motte” *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, p. 66.

As primeiras estâncias a ter Plano de Urbanização aprovado, em 1964, seriam a de *La Grande Motte*, de Jean Balladur, e as de *Leucate-Le Barcarès* e de *Saint Cyprien*, de Georges Candilis, situadas, respectivamente, nos extremos nascente e poente da área de incidência do Plano Regional. São estas, também, as estâncias mais emblemáticas do Languedoc-Roussillon, a primeira pelo skyline de arquiteturas “significantes” que Jean Balladur (1924-2002) idealiza para o Porto de Recreio e as outras duas pela procura tipo-morfológica que Georges Candilis (1913-1995) e os seus colaboradores desenvolvem em torno de novos conceitos e modelos do habitar em férias, experiências, estas, que iriam fundamentar a publicação, em 1972, de *Recherches sur l’Architecture des Loisirs*¹⁵⁸, traduzido para espanhol, no ano seguinte, com o título *Arquitectura y urbanismo del turismo de masas*.¹⁵⁹

As intervenções de Balladur e de Candilis no Languedoc-Roussillon representam, assim, abordagens diferentes a uma “Arquitectura do Lazer”. Se um explora a forma arquitectónica, sobretudo, como expressão, isto é, como imagem, o outro entende essa forma como conteúdo, ou seja, enquanto espaço de relações (público/privado, colectivo/individual). Noutras palavras,

¹⁵⁸ CANDILIS, Georges, *Recherches sur l’Architecture des Loisirs*, Stuttgart, Karl Kramer Verlag, 1972.

¹⁵⁹ CANDILIS, Georges, *Arquitectura y urbanismo del turismo de masas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973.



*Station de la Grande Motte,
La silhouette vue de la mer*

Fotografia, c. 1969
(imagem "Station de la Grande Motte"
*Techniques & Architecture: Revue
Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2
(Numéro Special), Novembre 1969,
p. 65)



*Station de la Grande Motte,
Les immeubles
pyramidaux du port*

Fotografia, c. 1969
(imagem "Station de la Grande Motte"
*Techniques & Architecture: Revue
Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2
(Numéro Special), Novembre 1969,
p. 67)



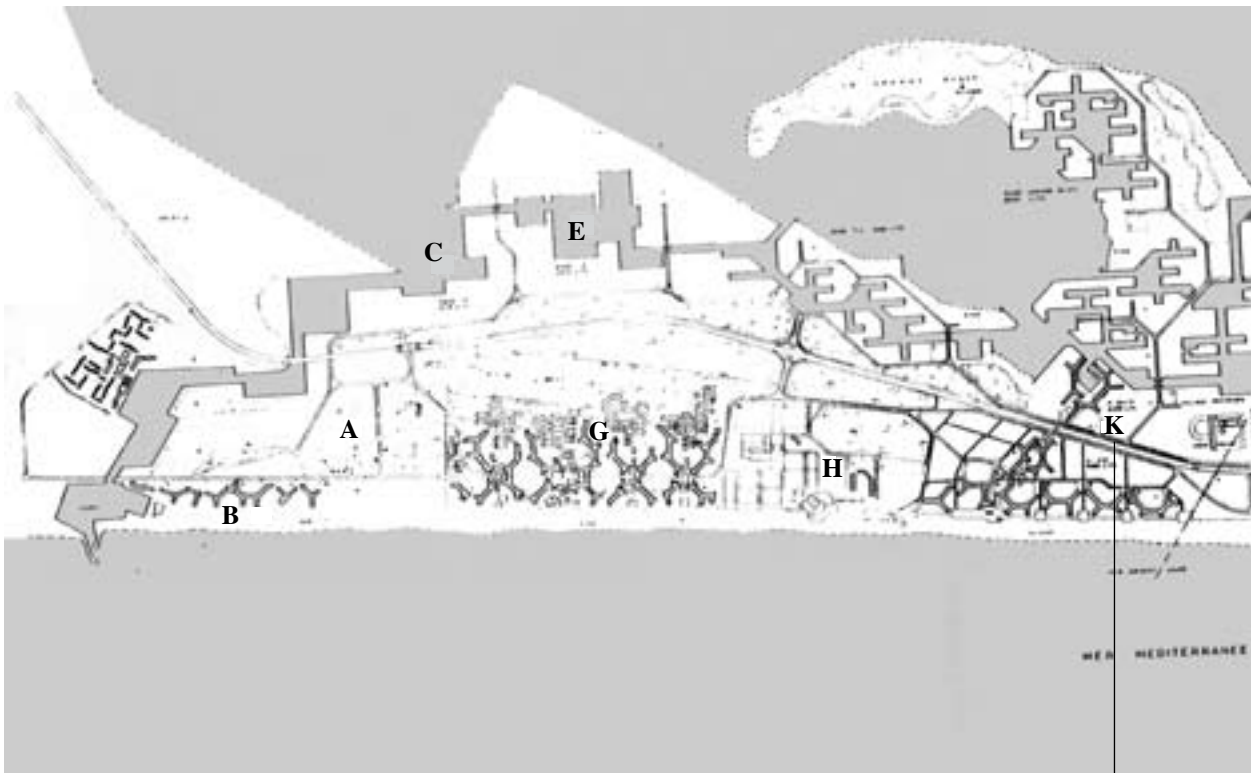
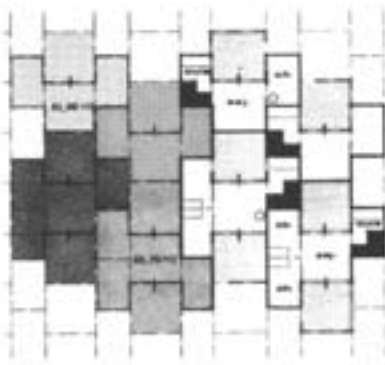
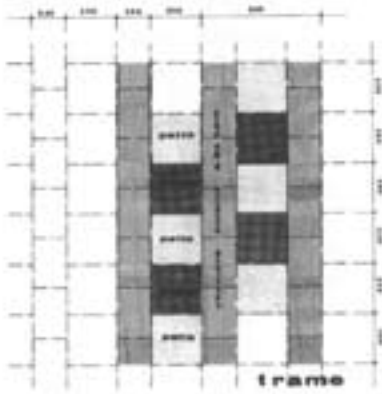
*S.C.I. du port de la Grande
Motte - Le Provence*

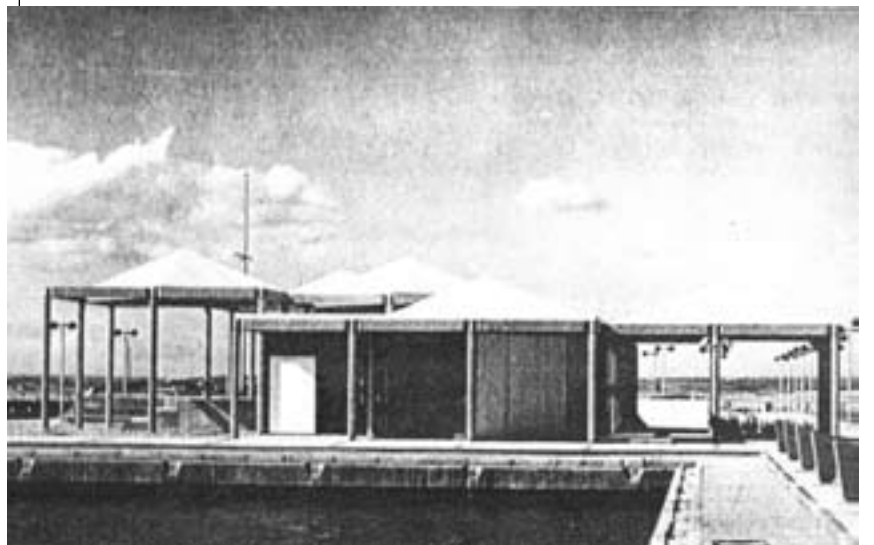
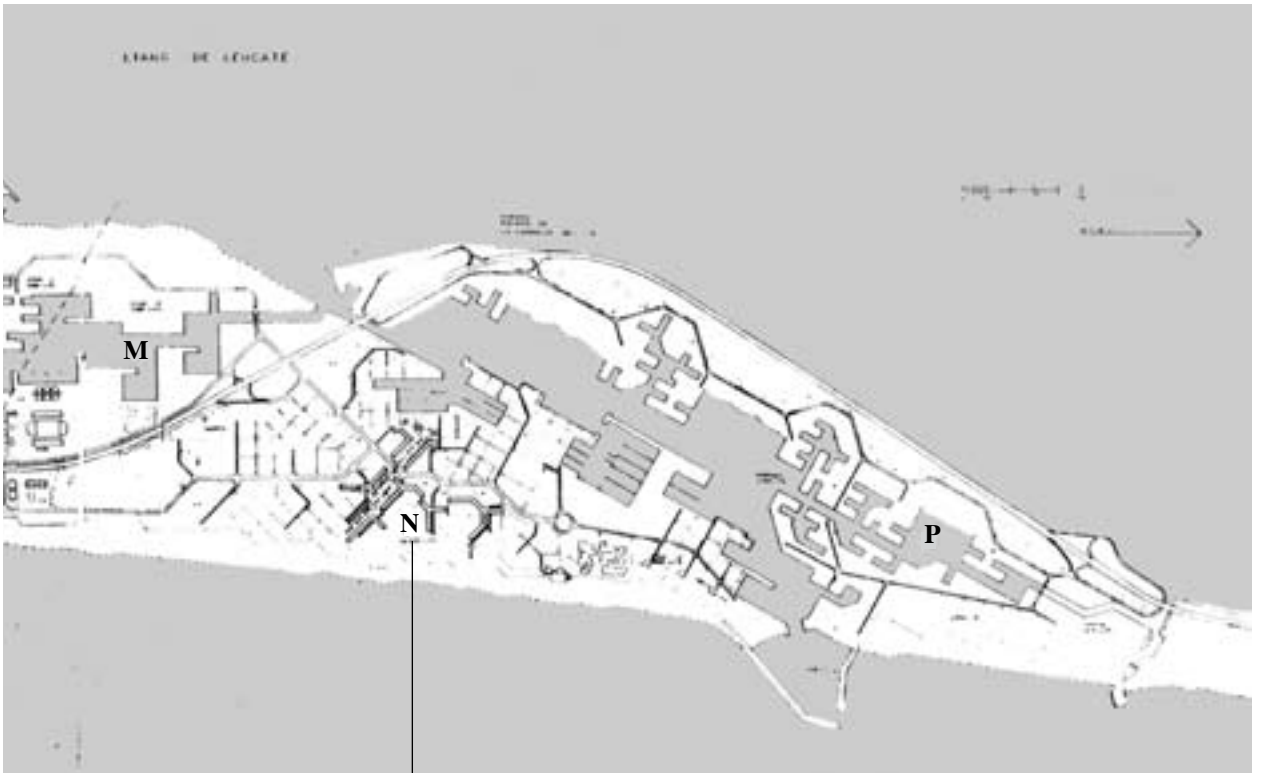
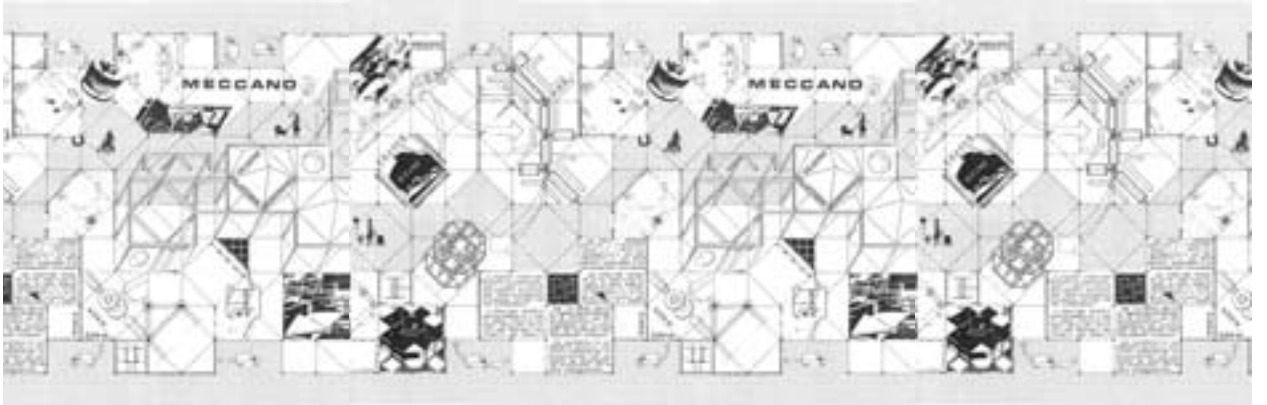
Perspectiva
Jean Balladur, c. 1969
(imagem www.citechaillot.fr)



*Station de la Grande Motte
Les équipements*

Jean Balladur, 1964
(imagem "Station de la Grande Motte"
*Techniques & Architecture: Revue
Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2
(Numéro Special), Novembre 1969,
p. 64)





Página 1104:

Leucate - Le Barcarès

Maisons

“Les Marines” - Zone K

Plantas a diferentes escalas

Georges Candilis, c. 1969

(imagem adaptada de AVERMAETE, Tom, “Travelling Notions of Public and Private: The French Mass Tourism Projects of Candilis-Josic-Woods, OASE, Rotterdam, N.º 64, 2004, p. 34)

Leucate - Le Barcarès

Plan Masse

Georges Candilis, 1964

(imagem adaptada de “Unité Touristique Leucate - Le Barcarès” *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, pp. 88-89)

Leucate - Le Barcarès

Maisons

“Les Marines” - Zone K

Fotografias, c. 1969

(imagens AVERMAETE, Tom, “Travelling Notions of Public and Private: The French Mass Tourism Projects of Candilis-Josic-Woods, OASE, Rotterdam, N.º 64, 2004, p. 35 e www.coac.net)

Página 1105:

Leucate - Le Barcarès

Rue Commerciale - Zone N

Estrutura “Meccano”

Georges Candilis, c. 1969

(imagem CANDILIS, Georges, *Arquitectura y urbanismo del turismo de masas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 114)

Leucate - Le Barcarès

Pavillon du Port - Zone N

Détail de la structure

e

Vue d'ensemble du pavillon

Fotografias, c. 1969

(imagens “Unité Touristique Leucate - Le Barcarès” *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, p. 99)

um trabalha a partir do exterior, do “fora”, o outro pelo interior, o “dentro”.

No entanto, se para Jean Balladur “*une ville doit être un ensemble bâti vivant, et pour ce faire, doit éviter la répétition et la monotonie*” através de “*l’aventure des espaces et des formes sans référence, mais non sans raison*”¹⁶⁰, também para Georges Candilis “*los conjuntos destinados específicamente a las vacaciones estivales deben diferenciarse de los inmuebles convencionales y sin personalidad que han invadido nuestras aglomeraciones urbanas en los últimos veinticinco años (...) para cumplir una de las funciones básicas del ocio: el cambio de ambiente*”¹⁶¹. Neste sentido, em ambos os casos, tratava-se de defender a diversidade dos ambientes criados, na medida em que “*un problema nuevo exige una arquitectura nueva*”¹⁶² e “*una nueva actitud (...) urbanística*”.¹⁶³

“*Es inconcebible construir colonias de vacaciones sin proyectar de antemano la ordenación urbanística de su emplazamiento e incluso de toda la región. La metamorfosis brutal sufrida por el litoral español de la Costa Brava, abandonado a promotores y especuladores sin organización alguna, ha tenido unos resultados catastróficos; la anarquía, la confusión, la promiscuidad o el aislamiento, la falta de instalaciones para las actividades y manifestaciones colectivas forman una imagen caricaturesca. El predominio del beneficio inmediato en detrimento del respecto a la naturaleza y de la dignidad del hombre son la expresión de una explotación abusiva del ocio de masas. Este ejemplo ha hecho que, en casi todas partes, las regiones costeras adecuadas para vacaciones se estén desarrollando y equipando de acuerdo con planes a corto, medio y largo plazo.*”

“*El caso del Languedoc-Rosellón, sobre todo desde el punto de vista de la aproximación metodológica (forma de concebir el urbanismo de vacaciones) se ha convertido en arquetipo de innumerables realizaciones.*”¹⁶⁴

Na continuidade deste “*supercomplejo turístico del Mediterráneo occidental*”, o planeamento do Algarve seria uma dessas realizações.

¹⁶⁰ BALLADUR, Jean, “L’Architecture de La Grande-Motte” *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, p. 66.

¹⁶¹ CANDILIS, Georges, *Arquitectura y urbanismo del turismo de masas*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973, p. 57.

¹⁶² Idem, p. 11.

¹⁶³ Idem, p. 7.

¹⁶⁴ Idem, p. 129.

Na verdade, embora a experiência do Languedoc-Roussillon não seja considerada particularmente relevante por Luigi Dodi no seu estudo de 1966, são claras as influências do modelo francês na estruturação do planeamento urbano-turístico do Algarve em quatro níveis de aproximação ao território - como vimos, desde o Plano Regional aos Planos Sub-Regionais, até ao desenvolvimento das Unidades Turísticas de Grande Ocupação, separadas, entre si, por zonas verdes naturais, e dos respectivos Projectos de Arquitectura. Por outro lado, encontramos várias referências àquele caso na documentação do Gabinete do Plano Regional do Algarve. Inclusivamente, numa “Informação”, datada de 11 de Julho de 1969, sobre as *Infraestruturas Urbanísticas do Algarve*, o Engenheiro Alberto Pessanha Viegas faz um resumo comparativo entre os projectos do Languedoc-Roussillon, “*que visitámos há poucas semanas*”¹⁶⁵, e do Algarve, depois de uma breve apresentação:

“1.4. (...)

Citem-se, a propósito, duas realizações em curso na Europa de que tivemos oportunidade de colher elementos detalhados, em recente ciclo de estudos, realizado pela ONU. Trata-se dos casos romeno do Mar Negro e francês do Languedoc-Roussillon, este o projecto mais espectacular do continente na hora actual. Muito embora se situem em países com sistemas político-económicos diferentes, as bases fundamentais dos dois desenvolvimentos urbano-turísticos em questão são praticamente idênticos, quer no que respeita ao estudo quer no que respeita à execução dos projectos. (...) [T]anto no Mar Negro como na zona do Languedoc-Roussillon (...) todo o comando do planeamento é feito pelo Estado.

Assim, e resumidamente, em relação ao último, assinala-se que:

a) Todo o terreno necessário (mais de 5.000 ha) foi adquirido pelo Governo francês, ou directamente aos seus proprietários ou por meio de expropriação. Neste caso os preços fixados nas avaliações foram idênticos aos praticados em transacção, livre, antes de ser do conhecimento público a intenção de se proceder a tal planeamento.

b) A zona litoral abrangida pelo projecto tem cerca de 160 km de extensão – praticamente a mesma da costa algarvia – e visa o estabelecimento de cerca de 400.000 camas turísticas – contra as 334.000 camas previstas no Algarve.

(...)

f) Finalmente cabe à iniciativa privada a construção dos edifícios, segundo os planos de loteamento estudados e aprovados pela Comissão Interministerial.

¹⁶⁵ VIEGAS, Alberto Pessanha, *Infraestruturas Urbanísticas do Algarve: Estudo Prévio*, Lisboa, DGSU, 11 Julho 1969.

(...)

g) *A realização do plano do Languedoc-Roussilon está programada para 12 anos, devendo terminar em 1975.*

Espera-se que depois da sua conclusão, a zona tenha uma frequência superior a 30 milhões de dormidas por ano, o que representa uma ocupação de 74 dias/ano e um coeficiente anual de utilização de 20% apenas.

1.5. Um estudo comparativo, mesmo sumário, entre os projectos do Languedoc-Roussilon e do Algarve mostra, em resumo, que:

a) A extensão de costa marítima a equipar e o número de camas turísticas a instalar são sensivelmente iguais nos dois casos.

b) No empreendimento francês o terreno pertence todo ao Estado, no empreendimento português só uma pequena parte não está na posse de particulares.

c) No Languedoc-Roussilon a iniciativa privada só entrou em acção depois de estabelecidos os projectos de execução dos loteamentos e depois de construídas as infraestruturas gerais e locais. No Algarve os empresários particulares adiantaram-se à intervenção oficial, em condições tais que só agora se elabora a esquematização geral das infraestruturas, enquanto o plano urbanístico da região não foi aprovado ainda.

d) O Governo francês e as autarquias locais investiram nesta altura, em que o sector privado entrou em acção, uma verba da ordem dos 2 milhões de contos em infraestruturas. No Algarve, a verba investida neste capítulo pelo sector oficial é de cerca de 250.000 contos, contra os 2.500.000 contos investidos pelo sector particular em construções de carácter turístico.

e) No projecto francês toda a acção tem sido dirigida pelo Governo, com uma intervenção pouco mais do que simbólica pelas autarquias locais. No português tem sido atribuído a estas o principal papel no desenvolvimento da acção, reservando-se ao sector oficial a elaboração dos estudos – quantas vezes desrespeitados – e uma fiscalização do tipo, “paternal”, pouco mais do que teórica.

(...)”¹⁶⁶

Deste excerto é evidente o enorme desfasamento entre a realidade de uma intervenção e da outra, em muito devido à incapacidade do Governo português “- por falta de meios financeiros - (...) de estabelecer [o] comando [das operações] por intermédio duma política de terrenos a seu tempo sugerida pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, (...) evitando a dispersão de empreendimentos (...) registada”. Como referimos, em último recurso avança-se com um *Plano geral de infra-estruturas urbanísticas de interesse turístico do Algarve*, na tentativa de ordenar e hierarquizar, por essa via, a implantação dos

empreendimentos promovidos pela iniciativa particular. Mas, nem assim, o Estado consegue ganhar o controlo da situação. Como sabemos, e apesar do esforço técnico dispendido em todo este processo, a verdade é que a urbanização turística do Algarve iria seguir, precisamente, a orientação contrária à definida no Plano de Valorização Turística e no Plano Regional, registando-se uma maior concentração da construção e da ocupação no Barlavento algarvio e não no Sotavento, como o preconizado.

Com a crise petrolífera internacional, em 1973, e a Revolução de Abril, em 1974, o planeamento do Algarve é deixado em suspenso, sendo retomado, em 1975, com a transferência das atribuições da Direcção de Urbanização de Faro e da Comissão Regional de Turismo do Algarve para o Gabinete do Planeamento da Região do Algarve (GAPA), criado, pelo Decreto-Lei N.º 278/75, de 5 de Junho. Inicialmente orientado apenas “*para a resolução de problemas urbanísticos e ambientais*”¹⁶⁷, “*assegurando a sua inserção na política geral e sectorial do Governo*”, o Gabinete vê “*progressivamente alargada a sua competência*”, acabando por ficar responsável pela “*coordenação da execução de uma política de planeamento a nível regional*”.

Na sequência da institucionalização da Comissão de Coordenação Regional do Algarve, regulada pelo Decreto-Lei N.º 494/79, de 21 de Dezembro, aquele organismo acabaria por ser extinto em 1981¹⁶⁸, altura em que é apresentado um novo instrumento de planeamento - o *Plano de Ordenamento da Área Territorial do Algarve* (POATA) - que, curiosamente, omitia por completo qualquer referência à actividade turística. Facto que comprometia, à partida, a própria essência do plano, enquanto exercício de urbanismo, porque “*desligado da realidade socioeconómica da Região*”.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Decreto-Lei N.º 278/75, *Diário da República*, I Série, N.º 129, 5 Junho 1975, p. 779.

¹⁶⁸ Pelo Decreto-Lei n.º 121/81, de 23 de Maio. (Cf. Decreto-Lei n.º 121/81, *Diário da República*, I Série, N.º 118, 23 Maio 1981, pp. 1196-1197)

¹⁶⁹ BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003, p. 846.

Vinte anos depois do “Plano Dodi”, “*período este que para o Algarve corresponde a uma ausência de estratégia das autoridades*”¹⁷⁰, a Secretaria de Estado do Turismo lança um *Plano Nacional de Turismo* para 1985-1988, “*documento definidor do quadro de desenvolvimento são e ordenado do sector, atentos os condicionalismos económicos e financeiros do País, as potencialidades e desequilíbrios existentes e as perspectivas da procura interna e externa*”.¹⁷¹

“A actividade turística portuguesa tem evoluído mais em termos de espontaneidade e ao sabor das perspectivas individuais do que em obediência a estratégias definidas em função de objectivos claros e conducentes à obtenção de um crescimento equilibrado.

É certo que as causas desta situação residem fundamentalmente na falta de um adequado ordenamento dos espaços e em carências resultantes da incapacidade de dotar o país com convenientes estruturas base, mas resultam também da subalternização a que o turismo tem sido votado no âmbito das políticas económicas (...) apesar da importância que, nos últimos 20 anos, o turismo passou a ter para a economia nacional (...).”

Plano Nacional de Turismo 1985-1988: Relatório, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, 1984, pp. 5-6.

Em relação ao Algarve, regista-se, então, a “*degradação urbanística de algumas zonas*”¹⁷² e “*uma ocupação desordenada e anárquica de vastas zonas do Litoral*”, em especial nos “*pólos Lagos-Portimão, Lagoa-Silves e Albufeira-Loulé. Ou seja, em concelhos que em 1964 se considerava deverem ser ‘poupados’ a um elevado crescimento da oferta em equipamentos turísticos*”. Constituindo “*o mais importante destino turístico do país e aquele que continua a oferecer as melhores e mais válidas potencialidades de desenvolvimento*”¹⁷³, era, por isso, necessário dispensar-lhe “*uma atenção permanente*”, cabendo ao Estado “*agir como moderador*”¹⁷⁴ do desenvolvimento turístico da região, “*por um lado, criando mecanismos de contenção do crescimento desordenado e, por outro, intervindo a nível do lançamento das infraestruturas e do ordenamento*”.

No fundo, apontavam-se as linhas de orientação de uma mesma política de actuação oficial que tinha vindo a ser sucessivamente adiada desde a década de sessenta. E não seria, ainda, com este *Plano Nacional* que a situação se iria alterar, uma vez que também este documento nunca chegaria a ser aprovado e posto em prática. Sem um instrumento vinculativo, que regulasse a urbanização do território, o Algarve vai sendo construído ao sabor do “dinheiro”. Dinheiro que chega com a adesão de Portugal à CEE, em 1986.

¹⁷⁰ SILVA, João Albino, “O planeamento turístico do Algarve: um breve balanço”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais (Territórios do Lazer & do Turismo)*, Porto, N.º 28, Agosto 1998, p. 53.

¹⁷¹ *Plano Nacional de Turismo 1985-1988: Relatório*, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, 1984, p. 1.

¹⁷² SILVA, João Albino, op. cit., *ibidem*.

¹⁷³ *Idem*, p. 165.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 166.

A organização do sector:

O II Congresso Nacional e os Planos de Fomento

Mas, não é só no Algarve que se faz Turismo em Portugal. Em 1962, a par das *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve* de Keil do Amaral, o Ministério das Obras Públicas encomenda aos especialistas suíços Kurt Krapf e Oscar Michel¹⁷⁵ um estudo sobre as condições de desenvolvimento do Turismo no país. Estudo apresentado, sob a forma de *Rapport d'Expertise*, em Dezembro desse ano e segundo o qual as regiões portuguesas com maior potencial turístico eram os já clássicos triângulo Lisboa-Estoril-Sintra e a Madeira, a que se juntava, então, o Algarve.

Com base na análise de “A. *La structure actuelle du tourisme au Portugal*”, “B. *Les attractions touristiques du Portugal*” e “C. *L'équipement touristique existant*” é definido um “D. *Programme d'action*”, onde se traçam uma série de medidas “*susceptibles de donner un nouvel élan au tourisme portugais et de lui assurer un rythme de croissance analogue à celui des autres pays*”¹⁷⁶. De uma forma geral, os dois especialistas defendem o aumento da capacidade receptiva do país pela construção de novos equipamentos hoteleiros, aconselhando o investimento, privado, em estruturas mais acessíveis à grande massa de turistas europeus e, portanto, de construção menos onerosa, articulados com uma mais completa oferta de atracções turísticas - desportivas (Piscinas, Campos de Golfe e de Ténis, Portos de Lazer) e recreativas (Casinos¹⁷⁷, Bares, Discotecas), na convicção de que “*un seul hôtel isolé ne crée pas une station*”, e localizados em centros bem delimitados. Para atrair a participação de capitais estrangeiros “*les facilités financières et fiscales offertes par le Gouvernement ne suffisent pas*”, devendo, por isso, ser revistas.

¹⁷⁵ O primeiro, Director da Federação Suíça do Turismo e, o segundo, Director da Sociedade Fiduciária Suíça para a Hotelaria. (Cf. “Discurso do Sr. Dr. Augusto de Castro, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, na Sessão Inaugural”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. *Congresso Nacional de Turismo: Documentos*, I Volume, Lisboa, [s.n.], 1964, p. 57)

¹⁷⁶ KRAPF, Kurt; MICHEL, Oscar, *Développement du Tourisme Au Portugal: Rapport d'Expertise*, Berne/Zurich, 15 Décembre 1962, p. 13.

¹⁷⁷ Neste capítulo, aconselha-se a abertura de casinos na Madeira e no Algarve. “*Pour cette dernière zone le produit des jeux contribuerait à financier, dans les meilleurs délais, l'infrastructure touristique*”. (Cit. Idem, p. 14)

Ao Estado cabia reforçar as relações de aproximação às correntes do Turismo internacional, quer pelo estreitamento do diálogo com o Comité do Turismo da OEEC/OCDE, exigindo um maior apoio técnico neste sector, quer por uma maior aposta na publicidade turística, intensificando a propaganda de Portugal nos países do norte da Europa (França, Alemanha e Escandinávia) e explorando a possibilidade de uma acção conjunta com Espanha no sentido de publicitar a Península Ibérica, enquanto destino turístico, como um todo, e, finalmente, pela rápida conclusão das obras do aeroporto do Funchal e pela instalação de um aeroporto em Faro, recomendando-se, neste campo, a adopção de “*une politique aérienne libérale susceptible de faciliter la venue des services de charter*”.¹⁷⁸

É na sequência deste relatório que o SNI apresenta os *Planos de Valorização Turística do Algarve* e da *Madeira*¹⁷⁹ e o MOP avança com o *Plano Regional do Algarve*.

Um ano depois, em 1963, regista-se a entrada de mais de meio milhão de turistas na Metrópole (514.000) o que equivale a uma entrada de receitas na ordem dos dois milhões de contos, colocando o Turismo no topo da lista das indústrias de exportação nacionais, com uma taxa de crescimento sem paralelo em qualquer outra rubrica da balança de pagamentos. E, isto, numa altura em que o Estado Novo se via a braços com o início da Guerra Colonial, dividida em três frentes quase simultâneas¹⁸⁰, exigindo ao país um esforço financeiro, e humano, extraordinário que iria durar mais de uma década.

Em poucos anos, estes valores aumentam consideravelmente, atingindo-se, em 1964, um milhão de entradas turísticas e os 3.480.000 contos de receitas, ou seja, 44,2% da dívida pública externa, e, em 1967, os dois milhões e meio, os 7.403.000 contos e os 68,2%, respectivamente. Em 1970, eram já três milhões de turistas e mais de seis milhões de contos de receitas.

¹⁷⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁷⁹ Este elaborado pelo Arquitecto António Teixeira Guerra.

¹⁸⁰ Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964).

Atento ao momento de rápida transformação que se estava a viver no sector, o Conselho Nacional de Turismo promove¹⁸¹, em Outubro de 1964, o 1.º Congresso de Estudos Turísticos, ou II Congresso Nacional de Turismo, no sentido de se fazer “*um balanço do passado e das linhas do futuro*”¹⁸² e “*colocar o panorama turístico português no lugar e na hierarquia nacionais que lhe competem*”. Acima de tudo, presidia à iniciativa a ideia de “*difundir e desenvolver no País uma consciência turística*”¹⁸³, inculcando junto da população a noção de que o desenvolvimento do Turismo nacional era um projecto colectivo e não da responsabilidade exclusiva do Estado.

Sinal do alcance da mensagem que se pretendia transmitir, ao Congresso inscrevem-se mais de quatrocentos participantes, reunidos, entre 19 e 24 de Outubro, no pavilhão da Feira Internacional de Lisboa (FIL), para ouvir as cento e quarenta comunicações apresentadas às cinco Secções que estruturam a ordem de trabalhos¹⁸⁴: I Secção: Promoção e orientação das actividades turísticas¹⁸⁵; II Secção: Desenvolvimento turístico regional¹⁸⁶; III Secção: Valor turístico do património natural e cultural¹⁸⁷; IV Secção: Motivações do Turismo e Mercados Turísticos; e V Secção: Formação Profissional e Ensino do Turismo.¹⁸⁸

No final, resumiam-se as conclusões das várias sessões temáticas.

¹⁸¹ Por sugestão do Dr Augusto de Castro do *Diário de Notícias* e Presidente da Comissão Organizadora do Congresso.

¹⁸² “Discurso do Sr. Dr. Augusto de Castro, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, na Sessão Inaugural”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. Op. cit., p. 50.

¹⁸³ “Discurso pronunciado pelo Dr. Miguel Quina, Vice-Presidente da Comissão Organizadora, na Sessão de Encerramento”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. Op. cit., p. 69.

¹⁸⁴ Cf. *Congresso Nacional de Turismo: Documentos*, I Volume, Lisboa, [s.n.], 1964, pp. 31-35.

¹⁸⁵ Dividida nas seguintes Subsecções: A - Transportes; B - Hotelaria e Similares; c - Realizações culturais e artísticas; D - Manifestações desportivas. Espectáculos e Diversões; E - Financiamento das actividades turísticas.

¹⁸⁶ A - Planos regionais de Turismo; análise regional; definição de centros e zonas; condicionantes urbanísticas; e B - Promoção e coordenação das actividades públicas e privadas relativas ao desenvolvimento turístico regional.

¹⁸⁷ A - Aspectos paisagísticos; monumentos; arquitectura regional; integração das novas construções no meio local; B - Turismo e folclore; costumes locais de interesse turístico (artesanato, espectáculos regionais, festividades religiosas, danças, arraiais, música popular, etc.); e C - Turismo e Museus; Museus de Belas-Artes (constituição e organização de colecções; roteiros; exposições temporárias e itinerantes); Museus de Arte Popular.

¹⁸⁸ A - Formação profissional; e B - Institutos de Estudos Turísticos; Estruturação do ensino turístico; Colaboração das Universidades e das escolas Profissionais.

“Assim, ficou resolvido que é urgente e necessário: criar uma consciencialização e uma mentalidade turísticas gerais; promover o estudo sistemático e aprofundamento do fenómeno turístico, tendo em particular atenção as suas características, motivações e tendências; organizar, com a colaboração da Universidade e a participação de técnicos de reconhecido mérito, nacionais e estrangeiros, seminários dedicados ao estudo dos altos problemas turísticos, especialmente destinados aos dirigentes e quadros superiores das actividades constitutivas do sector turístico; instituir, desenvolver e intensificar a preparação profissional para as diversas actividades e profissões turísticas ou com elas directamente correlacionadas, utilizando-se todos os meios aptos.

E ainda: dignificar e valorizar as ‘profissões turísticas’, adoptando-se medidas que conduzam á preferência efectiva dos diplomados pelas correspondentes escolas profissionais.

(...)

Foi, também, considerado que os aspectos paisagísticos histórico-culturais são factores primordiais de atracção turística. O seu aproveitamento exige uma coordenação de esforços, desde o mais alto nível (instituições universitárias, academias, etc.), até aos órgãos regionais de turismo e ás colectividades regionalistas.

As infra-estuturas deverão articular os locais de desenvolvimento turístico com os trechos de interesse natural ou cultural.

Em todos os lugares com valor pitoresco, histórico ou paisagístico, as características das novas construções devem obedecer ao condicionalismo geográfico e aos factores tradicionais da arquitectura regional.

É necessário levantar a carta folclórico-turística do País e orientar, por etnógrafos competentes, os grupos folclóricos representativos de cada região, oficialmente reconhecidos.

Foram, ainda aprovadas mais as seguintes conclusões:

(...)

É urgente completar o inventário dos bens culturais, quer do Estado ou da Igreja, quer da propriedade privada e bem assim o dos valores naturais.

A defesa dos valores arqueológicos, artísticos ou de qualquer interesse cultural ou natural tem que assegurar-se, quer permaneçam nos próprios monumentos locais e origem, quer sejam guardados em museus.

A valorização indispensável dos museus (nacionais, regionais ou monográficos) exige que se reforcem as dotações essenciais para uma orgânica actualizada.

Reconhecida a importância das exposições temporárias, fixas ou itinerantes, convém prover ás suas necessidades de equipamento.

Deve estabelecer-se o mínimo de requisitos fundamentais para a elaboração de folhetos, guias roteiros, opusculos ou quaisquer outras publicações de propaganda turística. É necessário fomentar sistematicamente a investigação e a propaganda da cultura portuguesa, sendo de preconizar a criação de institutos especificamente culturais no estrangeiro, institutos que são, indirectamente, factores de divulgação turística.

Depois houve mais 20 sugestões.”¹⁸⁹

Mas, mais do que os conteúdos e das conclusões em si, a importância do Congresso está, sobretudo, no momento em que se realiza. Pelo discurso do Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, na Sessão Inaugural de dia 19 de Outubro, ficamos a saber que tinha sido recentemente apresentado ao Governo um “*Relatório preparatório do Plano de Investimentos para 1965-67 realizado pelo grupo de trabalho do Turismo da Comissão Interministerial de Planeamento e Integração Económica*”. De acordo com esse estudo, previa-se, para aquele triénio, um investimento de um milhão e meio de contos na construção de novos equipamentos hoteleiros, “*a realizar essencialmente pelas empresas privadas interessadas na indústria hoteleira e a financiar pelo Fundo de Turismo, pelo mercado de capitais e pelo crédito externo privado*”¹⁹⁰. E era junto dessas empresas privadas, dos seus proprietários, que, realmente, se procurava promover a tal consciência turística que fundamentava a realização do Congresso, porque, no fundo, era delas que dependia o futuro imediato do Turismo português.

Nesse sentido, este evento funciona como uma espécie de plataforma de discussão e de divulgação dos conceitos que os órgãos oficiais entendiam dever orientar o desenvolvimento da indústria, em especial a hoteleira, nos anos seguintes. Longe de gerar consensos, a questão é abordada estrategicamente nas sessões inaugural e de encerramento do Congresso.

Ao contrário das indicações do *Rapport d'Expertise*, o Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho era da opinião de que se devia preconizar “*uma política de qualidade quanto à fase próxima da promoção do nosso turismo*”¹⁹¹,

¹⁸⁹ “Foram aprovadas as conclusões das secções do Congresso de Turismo”, *Diário de Lisboa*, Ano 44.º, N.º 15036, 24 Outubro 1964, pp. 10 e 14.

¹⁹⁰ “Discurso do Senhor Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, Dr. Paulo Rodrigues, na Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Turismo, em 19/10/1964”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. Op. cit., p. 46.

¹⁹¹ *Idem*, p. 45.

defendendo que “o turismo de qualidade programa-se e fomenta-se, o turismo de massas acontece”. Já o Dr. Augusto de Castro, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, considerava que “o turismo português não poderá ser um turismo caro”¹⁹², apontando como exemplo a seguir a experiência espanhola. Entre uma posição e a outra, o Dr. Miguel Quina, Vice-Presidente da Comissão Organizadora, fazia um balanço do “binómio turismo de massas - turismo de escol”, deixando subentendido que a solução, em Portugal, teria de passar por uma combinação equilibrada dos dois modelos.

“Ele condiciona a planificação da super-estrutura turística, mormente hoteleira; o caminho a tomar quanto à natureza e teor das instalações hoteleiras ou para-hoteleiras, segundo a categoria económica e social dos turistas.

Não creio admissível aqui soluções extremistas. Não podemos esquecer que os aumentos explosivos do turismo moderno se devem principalmente ao turismo de massas. Ignorar essa realidade e dimensionarmo-nos apenas ou principalmente para o turismo de escol - o turismo das camadas de mais alto nível económico e social, arricar-nos-ia a ficar colocados fora das correntes turísticas da actualidade, pois tudo indica que a curto prazo, fatalmente, o turismo de massas será um importantíssimo componente da procura no nosso país.

A opção consiste em retermos esse caudal, criando estruturas adequadas e permitindo o aproveitamento de preços que compensem as distâncias a percorrer, ou assistir à absorção dessas correntes pelos países do litoral mediterrâneo.

(...)

Mas também não é menos verdade que o turismo de escol, com mais alto nível económico, cultural e social oferece ao país maior rendimento económico, por turista, é menos devastador, tende a beneficiar directamente sectores mais vastos da economia, não se circunscrevendo aos transportes, à hospedagem, à alimentação, aos artigos de uso pessoal e ao baixo artesanato. Dá um maior rendimento per capita. (...) Fomenta, pois, o desenvolvimento das formas superiores da arte e da cultura.

(...)

Não esqueçamos finalmente que o Turismo cosmopolita e mundano atrai o Turismo médio, ao passo que, em regra, a inversa não é a verdadeira.”¹⁹³

¹⁹² “Discurso do Sr. Dr. Augusto de Castro, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, na Sessão Inaugural”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. Op. cit., p. 62.

¹⁹³ “Discurso pronunciado pelo Dr. Miguel Quina, Vice-Presidente da Comissão Organizadora, na Sessão de Encerramento”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964.

A importância que o Turismo passa a assumir enquanto elemento “acelerador” e “multiplicador” na economia portuguesa, quer pelo impacto directo no crescimento económico de determinadas regiões, quer pela influência que exerce sobre outras actividades, mas também como factor “estabilizador”, no sentido em que as receitas provenientes do Turismo vêm contrabalançar o crescente recurso ao crédito externo, justifica a introdução de um capítulo dedicado exclusivamente a este sector no Plano Intercalar de Fomento de 1965-1967. Interessante é constatar que, também pela primeira vez, se consagra neste tipo de diplomas um capítulo referente à Habitação, reflexo da rápida suburbanização dos principais centros populacionais do país em consequência do crescente êxodo rural que se verifica nesta altura, e de outro relativo à Saúde, sinal de uma, aparente, aproximação do Estado Novo aos princípios ideológicos do Estado Social.

Inicialmente centrados na consolidação dos sectores Agrícola (I Plano de Fomento, 1953-1958) e Industrial (II Plano de Fomento, 1959-1964), mas sempre atentos à necessidade da infra-estruturação do território português, os Planos de Fomento acusam, a partir do pico de entradas de turistas observado em 1964, o peso que a actividade turística começa a ter para a balança de pagamentos nacional. O Plano Intercalar de Fomento, de 1965-1967, atribui prioridade aos investimentos a realizar nesta área, e, com a chegada do segundo milhão de turistas em 1967, o III Plano de Fomento, para 1968-1973, aponta já o Turismo como sector estratégico do crescimento económico, quer como mecanismo de exportação de serviços, quer como catalisador de efeitos noutras áreas de actividade. Nos objectivos do Plano de Fomento de 1974-1979, cuja execução é interrompida com a Revolução de Abril, é ainda evidente o valor que se atribuía ao Turismo no equilíbrio das finanças internas, das assimetrias regionais e, mesmo, sociais do país.

Numa leitura mais detalhada, a consideração de um Plano Intercalar, entre o II e o III Planos de Fomento, seria resultado da “*firme determinação de se assegurar a necessária coordenação entre as exigências da defesa e os objectivos do fomento económico*”¹⁹⁴, entendendo-se “*ser mais realista, [naquele] momento, programar em definitivo apenas para um período de três anos*”. Mas, ainda que de carácter transitório, o Plano Intercalar avança, pela primeira vez, com um programa global de desenvolvimento para a Metrópole, fixando uma ordem de prioridade nos investimentos a realizar a partir de uma política de actuação mista: “*ele é imperativo para o sector público, meramente indicativo para o sector privado*”¹⁹⁵. Uma abordagem inovadora que seria complementada por medidas económicas “activas” de incentivo à iniciativa particular.

Na sequência de directrizes anteriores, os objectivos principais do Plano seriam o da “*aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional*”¹⁹⁶ - agora sujeita à “*coordenação com o esforço de defesa*”, a “*manutenção da estabilidade financeira interna e da solvabilidade exterior da moeda nacional*” e do “*equilíbrio do mercado de trabalho*” - e uma “*repartição mais equilibrada dos rendimentos formados*”, preocupação que é formulada pela primeira vez “*no quadro da política económica do Estado Novo*”¹⁹⁷. Para o seu cumprimento, é dada preferência ao investimento em: “*empreendimentos de mais acentuada, directa e imediata reprodutividade*”¹⁹⁸; “*actividades de produção de bens e serviços susceptíveis de satisfazer a procura nos mercados externos ou de substituir a importação de outros bens e serviços originários do estrangeiro*”; e “*infra-estruturas que mais directamente contribuam para o alargamento e melhoria do potencial produtivo da população*”.

O investimento no sector do Turismo respondia a qualquer um destes critérios.

¹⁹⁴ Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967: Proposta de Lei e Projecto, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1965, p. 19.

¹⁹⁵ Idem, p. 23.

¹⁹⁶ Idem, p. 24.

¹⁹⁷ ROSAS, Fernando (coordenação), Portugal e o Estado Novo (1930-1960), op. cit., p. 331.

¹⁹⁸ Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967: Proposta de Lei e Projecto, op. cit., pp. 25-26.

Neste capítulo¹⁹⁹, o Plano Intercalar previa três níveis de investimentos:

- A) Hotéis, pensões e pousadas (1.504.000 contos)
- B) Investimentos complementares
 - 1. Infra-estruturas urbanísticas (com prioridade para o Algarve, Madeira e Fátima);
 - 2. Obras de conservação e utilização de arribas e praias
 - 3. Conservação e recuperação de monumentos nacionais
 - 4. Infra-estruturas de interesse económico geral (portos, estradas e caminhos-de-ferro; formação profissional; fomento da caça e da pesca para fins turísticos; outras infra-estruturas urbanísticas)
- C) Reforço do Fundo de Turismo (600.000 contos no triénio)

Paralelamente, são propostas medidas de política turística nas seguintes áreas:

- 1. Crédito turístico
- 2. Regulamentação e incentivos no sector da hotelaria²⁰⁰
- 3. Incentivos à instalação de formas complementares de alojamento
- 4. Política de transportes aéreos
- 5. Publicidade
- 6. Formação profissional
- 7. Política de núcleos turísticos²⁰¹
- 8. Abastecimento de produtos alimentares para turistas
- 9. Regulamentação da actividade dos guias e intérpretes e das agências de viagens

¹⁹⁹ Idem, pp. 417-435.

²⁰⁰ Neste ponto, destaca-se a alínea d) na qual “*consideram-se necessárias medidas urgentes destinadas a facilitar a cedência de terrenos em condições razoáveis para construções de interesse turístico com o fim principal de evitar a especulação; além das expropriações e do imposto sobre maior valia de terrenos, a introduzir em breve, será de prever a possibilidade de aquisição pelo Estado de terrenos em zonas de interesse turístico ainda pouco desenvolvidas, destinados a serem depois cedidos a preços razoáveis para neles se instalarem empreendimentos de reconhecido interesse turístico, bem como a concessão, para o mesmo fim, de terrenos do domínio público, em especial do domínio marítimo*”. (Cit. Idem, p. 432)

²⁰¹ Onde se defende a reserva de zonas destinadas a “*um turismo mais selectivo e susceptível de suportar preços mais elevados*” e “*a constituição de aglomerados turísticos como maneira de reduzir os custos resultantes da dispersão*”. (Cit. Idem, p. 434)

10. Reorganização dos serviços responsáveis pela concepção e execução da política de Turismo

Por comparação com o quadro dos investimentos programados na Metrópole, apresentado no início da redacção do Plano Intercalar, percebemos que no capítulo do Turismo são apenas considerados os relativos à alínea A) *Hotéis, pensões e pousadas*, no valor total de 1.504.000 contos, dos quais 1.220.000 contos correspondiam à construção de Hotéis, 260.000 contos a Pensões e 24.000 contos a Pousadas. Ficava claro, desta distribuição, que as dotações inscritas neste parâmetro estavam dependentes, quase exclusivamente, do capital privado.

O mesmo acontecia no, também novo, capítulo da Habitação, mas aqui reconhecia-se não *“poder dispensar mais a directa intervenção do sector público, não só para suprir a iniciativa privada na construção de habitações de interesse social como também para imprimir harmónica orientação ao conjunto do sector, no sentido do bem comum nacional”*²⁰². Isto porque, embora *“no passado recente, a iniciativa privada [tenha] sido capaz de mobilizar (...) importantes meios de financiamento destinados ao investimento na construção de habitações”*, os seus interesses eram guiados por valores de rentabilidade e de lucro, acabando por incorrer, quase sempre, *“em três vícios”* - *“a especulação com o valor dos terrenos”*, *“a preferência por construções luxuosas”* e *“a descoordenação de iniciativas”* - que em nada contribuía para ajudar a resolver a grave carência de alojamentos que então se regista nos meios urbanos, sobretudo ao nível da habitação social.

É, assim, sob o impulso realizador do capital privado, que Turismo e Habitação vão constituir, a partir da década de sessenta, os dois grandes motores da organização do território e os principais temas de trabalho dos arquitectos, assistindo-se ao ensaio de novos modelos urbanísticos e arquitectónicos que iriam revolucionar o panorama disciplinar nacional.

Antecipando, de certa forma, o “*aparecimento de uma ‘nova política económica’ e o ‘fim’ do Estado Novo*”²⁰³, anunciado pela substituição de António Oliveira Salazar por Marcelo Caetano²⁰⁴ e pela perspectiva de mudanças estruturais na orgânica do Estado Corporativo, o III Plano de Fomento introduz dois novos factores de ponderação nos objectivos já enunciados no Plano Intercalar: a “*correção progressiva dos desequilíbrios regionais de desenvolvimento*” e “*a adaptação gradual da economia portuguesa aos condicionalismos decorrentes da sua integração em espaços económicos mais vastos*”.²⁰⁵

Por um lado, procurava-se amenizar, ao nível interno, as disparidades de desenvolvimento regional, acentuadas nos últimos dez anos, através de uma política de planeamento económico, coordenada a essa escala, que garantisse um maior “*equilíbrio da rede urbana*”²⁰⁶, “*a expansão descentralizada da indústria e dos serviços*” e “*a progressiva especialização da agricultura regional*”. Por outro, tornava-se necessário, ao nível das relações externas, assegurar “*a progressiva abertura da (...) economia às correntes de trocas internacionais por forma a permitir-lhe substituir gradualmente certo número de actividades ineficientes por outras mais próximas dos graus de aperfeiçoamento tecnológico conseguidos nos países industrializados*”²⁰⁷, promovendo “*o aumento rápido das nossas vendas em mercados estrangeiros*”²⁰⁸, “*o alargamento da gama dos produtos exportados*”; a continuidade do “*programa de substituição de importações*” e uma “*maior diversificação por destinos do comércio de exportação da metrópole*”. Para isso, previam-se, como medidas complementares, a concessão de facilidades prioritárias de crédito a certas empresas, o acolhimento de empresas estrangeiras e a adaptação do condicionamento industrial às regras de mercado.

²⁰³ ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, op. cit., p. 333.

²⁰⁴ Pelo Decreto N.º 48:597, de 27 de Setembro de 1968.

²⁰⁵ *Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, p. 10.

²⁰⁶ *Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973*, Volume II, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967, p. 591.

²⁰⁷ *Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973*, Volume I, op. cit., p. 273.

²⁰⁸ *Idem*, p. 299.

No tocante ao Turismo, “*permanece, pois, como objectivo fundamental, o tentar obter o máximo de vantagens da exploração de recursos naturais cuja valorização beneficia da preferência internacional*”²⁰⁹, mas impunha-se racionalizar ao máximo o esforço financeiro do Estado a favor de uma crescente preponderância do investimento privado, em especial em empreendimentos do tipo hoteleiro e similar, encarando-se, neste ponto, “*a possibilidade de boa parte do respectivo financiamento ser de origem externa*”.²¹⁰

É face a esta “liberalização”, condicionada, do investimento que se assiste, em Portugal, a uma nova fase de desenvolvimento turístico, com o aparecimento, a par dos pequenos investidores nacionais, de grandes companhias multinacionais, de capitais predominantemente estrangeiros, ligadas a empreendimentos direccionados ao Turismo.

O IV Plano de Fomento, para 1974-1979, nunca chegaria a ser concretizado, interrompendo-se a sua implementação na sequência do 25 de Abril e da instauração do regime democrático. Não deixa, no entanto, de ser relevante a referência, neste documento, de importantes medidas de “*promoção do progresso social da população portuguesa, em ordem ao fortalecimento da individualidade e coesão da comunidade nacional e à sua projecção no mundo*”²¹¹, através de uma “*mais equitativa repartição dos rendimentos*” e de uma “*melhor satisfação das necessidades sociais básicas em educação e cultura, saúde, segurança social e habitação*”. Medidas que, no entanto, ficavam registadas apenas no papel.

Só com o advento da Democracia e a gradual abertura aos fundamentos do Estado Social estariam criadas as bases para a adopção, em Portugal, de algumas políticas de “bem-estar”, influenciadas pelos modelos de *Welfare State* desenvolvidos, na Europa Ocidental, no pós-II Guerra Mundial.

²⁰⁹ *Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973*, Volume II, op. cit., p. 427.

²¹⁰ *Idem*, p. 428.

²¹¹ *IV Plano de Fomento: 1974-1979*, Tomo I - Metrópole, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974, p. 6.

Na História de Portugal de José Mattoso, Fernando Rosas diz que *“olhar para o país na década de 60 é enfrentar um mundo completamente diferente”*. Sob o ponto de vista do Turismo, esta afirmação ganha especial pertinência. A uma oferta dedicada quase exclusivamente à procura interna, centrada na propaganda dos “Valores Turísticos Nacionais” e estruturada a partir de uma rede de Pousadas espalhadas pelos principais itinerários turísticos do país, sobrepõe-se, então, a necessidade de dar resposta à crescente entrada de estrangeiros que atravessam as nossas fronteiras à descoberta do “Sul”.

O “veraneante” dá, assim, lugar ao “turista”. Evolução tipológica que iria revolucionar o mapa do Turismo português, fomentando o aparecimento de novas geografias do lazer que era preciso planear e equipar. O litoral, principal cenário da construção de um “tempo de férias”, será o território de eleição para a experimentação de outras formas de produção turística, em que urbanistas e arquitectos se aliam aos grandes investimentos privados, nacionais e, a partir desta década, internacionais, para criar as novas paisagens do ócio.

Na costa, os anos sessenta vão dar continuidade aos grandes programas turísticos da década anterior: o “Hotel de Praia” e as “Piscinas de Mar”. Com o surto de construção hoteleira que se verifica nesta altura, em muito favorecido pela criação, em 1956, do Fundo de Turismo, podemos perceber uma evolução tipomorfológica neste tipo de equipamentos.

As “Piscinas de Mar”, de certa forma, desaparecem para passarem a estar integradas nos complexos hoteleiros e os “Hotéis de Praia” ganham crescente independência em relação aos aglomerados urbanos que lhes dão origem, para construir o seu próprio território, a sua própria paisagem, anunciando as megaestruturas hoteleiras do final da década. Estruturas auto-referenciáveis e auto-suficientes em que o hóspede encontra à sua disposição uma série de programas complementares - Restaurante, “Boîte”, Piscina, Golfe - que procuram responder às suas necessidades recreativas e ancorar a actividade turística no interior da unidade de alojamento.

Ainda neste período, surgem os primeiros ensaios em torno de novas formas de organização turística, como é o caso dos “Aldeamentos”, modelo que procura resgatar relações ancestrais de ocupação humana, recriando ambientes e traços do povoamento tradicional e recuperando elementos identitários da arquitectura local. Paradoxalmente, a sua condição de empreendimentos privados nega, logo à partida, a pretendida unidade territorial, e a necessária descontinuidade física que estabelecem com a envolvente próxima transforma-os em comunidades fechadas sobre si mesmas, verdadeiros condomínios fechados.

Estas propostas iriam evoluir para um outro nível, o das “Cidades de Lazer” ou de “Turismo”. Intervenções à grande escala, e a longo prazo, que vão implicar uma crítica às formas tradicionais de organização da cidade, pensando-a, agora, a partir da perspectiva, monofuncionalista, do Lazer, e o reequacionar do papel do arquitecto no processo de produção da Arquitectura. Reposicionamento que iria ter as suas repercussões nas metodologias de trabalho, até então, defendidas no seio da disciplina, fomentando o aparecimento de grandes empresas multidisciplinares em concorrência com os pequenos ateliers. Uma evolução tipológica e metodológica a que, como dissemos, iria corresponder, também, uma evolução no carácter dos investimentos envolvidos na promoção de uma Arquitectura do Turismo - de nacionais a estrangeiros.

O “Hotel de Praia” e a “Piscina de Mar”

Embora o “Hotel de Praia” e a “Piscina de Mar” apareçam como conceito nos anos trinta, é na década de cinquenta que se fixa o modelo morfo-tipológico e, conseqüentemente, a imagem que viria a caracterizar este gênero de equipamentos. Directamente relacionados com a vivência do espaço físico da Praia, é junto a ela que se vão localizar, ancorados no núcleo urbano de gênese da estância balnear e assinalando o arranque da Avenida Marginal. De resto, estabelecem com esta infraestrutura uma relação dialéctica singular, acompanhando o seu alinhamento na sua implantação, o Hotel, a maior parte das vezes, do lado de “dentro” e a Piscina, preferencialmente, do lado do Mar. Encontram-se, por isso, numa situação de limite, condição que suporta o próprio conceito que lhes dá origem e o modelo que lhes determina a forma.

Em ambos os casos, a vista para o Mar impera, condicionando, à partida, a organização volumétrica e espacial dos programas. O “Hotel de Praia” define-se pelo seu corpo vertical de quartos, mais, ou menos, compacto, paralelo à linha de costa, e organizado em uma ou duas frentes - “Mar” e “Terra” - sendo os quartos virados para o interior os menos privilegiados. A este desenvolvimento vertical contrapõe-se, geralmente, o terraço-solário, espaço de remate que abarca toda a linha do horizonte. A “Piscina de Mar”, “entalada” entre a Avenida e a Praia, é, por contraste, uma estrutura predominantemente horizontal, avançando-se numa progressão sequencial de espaços que conduzem ao tanque de mergulho, onde marca presença escultórica o elemento vertical da prancha de saltos.

Em conjunto ou em separado, são estes equipamentos que determinam, agora, a actualidade da estância balnear. Actualidade que justifica, por si, a actualização de linguagens que, então, se experimenta e que, na sequência do I Congresso Nacional de Arquitectura e do Inquérito à Arquitectura Regional, vem balizada entre a afirmação moderna e uma aproximação mais contextualizada ao meio português.

Inaugurado no início dos anos cinquenta, o conjunto do Grande Hotel da Figueira da Foz e da Piscina Praia define o paradigma do equipamento turístico da estância balnear moderna. Alinhados pela Avenida Marginal, consolidando-a, reforçam, pela sua localização, o seu programa e a sua linguagem, o espírito cosmopolita associado à vivência da Praia e a vontade de uma estância apostada em modernizar a sua oferta e a sua imagem. Curioso é que, aparentemente constituindo um todo, resultam de encomendas e de projectos completamente distintos.

Reposta a Zona de Jogo da Figueira da Foz, em 1948, a nova empresa concessionária - a Sociedade Figueira Praia - compromete-se, em cumprimento do Decreto 14.643 de 3 de Dezembro de 1927, “a construir um hotel com cem quartos no valor mínimo de cem contos - ouro - e a tê-lo em completo funcionamento em 9 de Julho de 1950”¹. Nesse sentido, encomenda, ainda naquele ano, o *Ante Projecto para um Hotel* à secção técnica da OSMARE Lda., engenheiros civis da Figueira da Foz. Com *Memória Descritiva e Justificativa* de Outubro de 1948, o anteprojecto seria aprovado pelo SNI, do qual “merece uma referência especial pela maneira cuidada como está elaborado”², sendo o projecto final concluído em Dezembro de 1948 e, submetido, em Janeiro seguinte, a novo Parecer.



*Projecto para um Hotel
Pretensão da Sociedade
Figueira Praia, Concessionária
da Zona de Jogo na Figueira
da Foz, para cumprimento
do Decreto 14.643 de 3 de
Dezembro de 1927
Projecto elaborado na Secção
Técnica da OSMARE, Ld.^a
Engenheiros Civis
Figueira da Foz
Capa
OSMARE, 1948
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)*

E é aqui que vão surgir os problemas.

Encarregado da apreciação do novo estudo, o Arquitecto Chefe dos Serviços Técnicos do SNI, Leonardo Castro Freire, solicita à OSMARE, a 20 de Janeiro de 1949, a indicação do nome do responsável pelo projecto, “notóriamente da autoria de um arquitecto”³, sendo informado, em resposta, pelo engenheiro civil Mário Seco Júnior⁴ que aquele “foi executado pela Secção Técnica desta Empresa, a qual é constituída pelos seus três

¹ Carta do Presidente do Conselho de Inspeção de Jogos ao Secretário Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, datada de 26 de Outubro de 1948.

² Carta do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz ao Arquitecto Chefe dos Serviços Técnicos do SNI, datada de 9 de Agosto de 1949.

³ Carta enviada pelo Chefe dos Serviços Técnicos do SNI à OSMARE, Ld.^a, datada de 20 de Janeiro de 1949.

⁴ Que assina os desenhos, tanto do anteprojecto, como do projecto realizados pela OSMARE.

engenheiros sócios, sem a interferência de qualquer arquitecto”⁵. No final, esta informação acabaria por condicionar a aprovação do SNI, que, considerando “*em princípio o projecto (...) aceitável*”, impunha, no entanto, que, “*dado a projecção e tamanho da obra, [o mesmo fosse] assinado por um arquitecto que perante nós se responsabilize pela boa conclusão do (...) trabalho*”⁶. O Parecer dos técnicos do SNI mudava, assim, face ao conhecimento de que a responsabilidade do projecto era de um engenheiro.

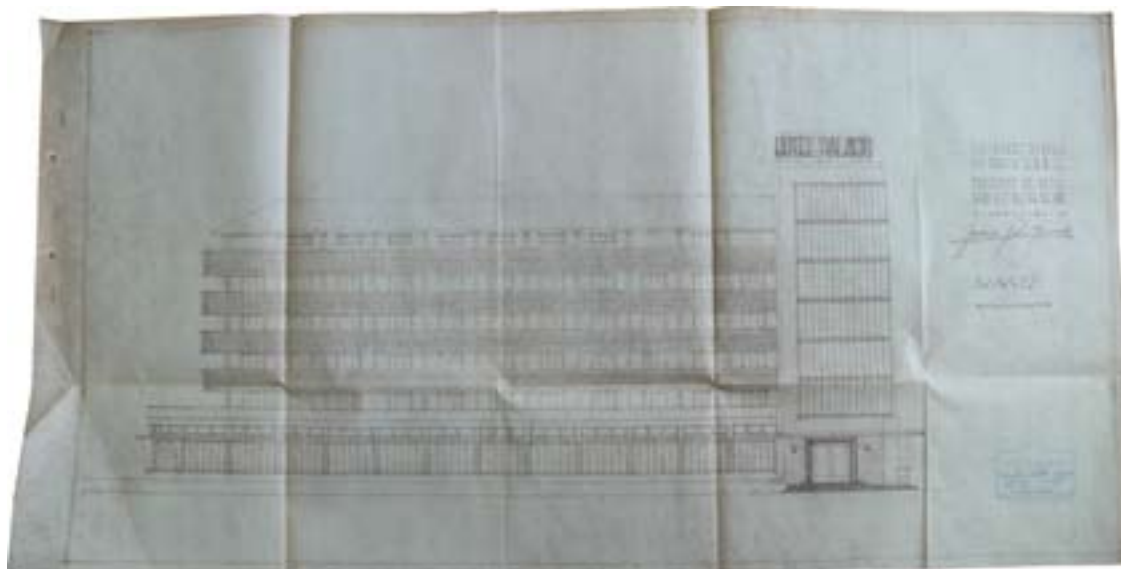
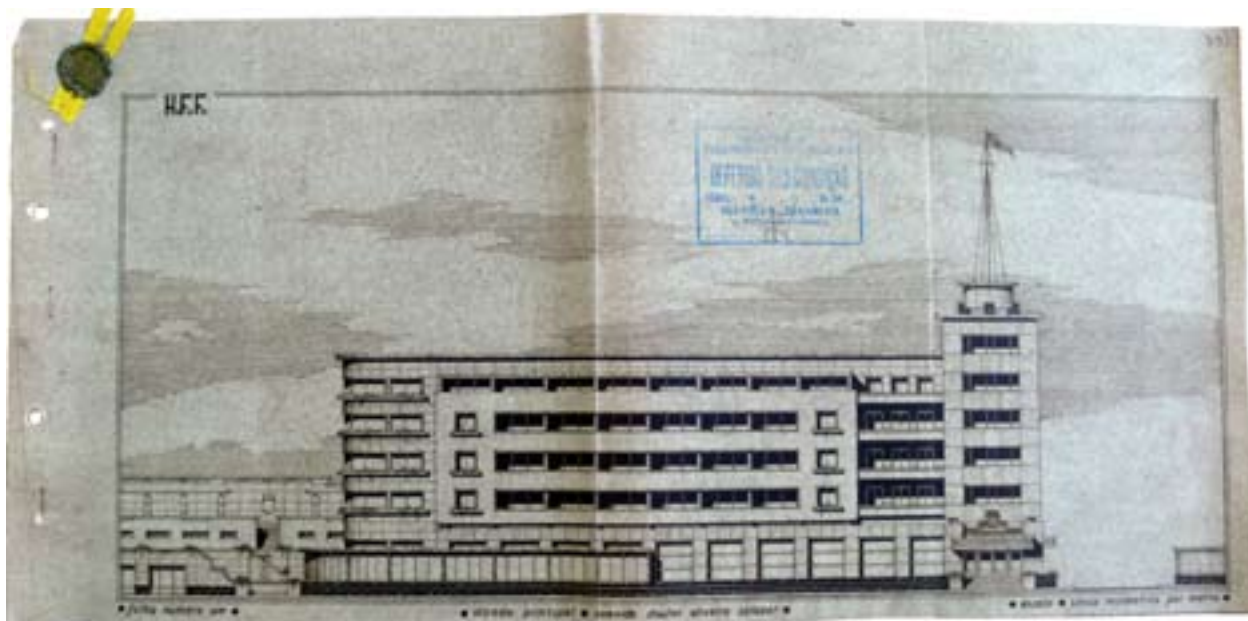
É na sequência deste episódio que a sociedade Figueira Praia contrata o arquitecto Ignácio Peres Fernandes (1910-1989), encarregando-o de dar continuidade ao processo⁷. Substituição que conduziria à remodelação do projecto existente e à apresentação de uma nova proposta. Mas a tarefa de Peres Fernandes não se ia revelar fácil. Pressionada pelos prazos impostos para a conclusão da obra e, de alguma forma, legitimada pela aprovação do primeiro anteprojecto, a Sociedade Figueira Praia havia iniciado, ainda em 1948, a construção do edifício, encontrando-se a estrutura resistente já à altura do primeiro andar aquando do parecer final do SNI.

Obrigado a trabalhar sobre uma pré-existência, o arquitecto fica condicionado ao estudo da empresa de engenharia, incidindo a sua intervenção na reorganização e clarificação funcional dos espaços do Hotel e numa actualização da linguagem formal do conjunto. É neste ponto que o seu contributo é realmente significativo, contrapondo a uma certa monumentalidade do projecto anterior uma expressão de claros contornos modernos, onde a fachada é pensada como uma “pele” quase contínua de *brises-soleil* em betão e o corpo vertical, sobre a entrada, ganha outro simbolismo no desenho “transparente” do amplo envidraçado de canto, a anunciar a transição para o Bairro Novo.

⁵ Resposta da OSMARE ao SNI, datada de 7 de Fevereiro de 1949.

⁶ Ofício N.º 475/H-III, de 12 de Fevereiro de 1949, enviado pelo Sub Director do SNI ao Presidente do Conselho de Inspeção de Jogos.

⁷ Sabemos da existência de um projecto para o Grande Hotel da Figueira da Foz no Arquivo Arménio Losa/Cassiano Barbosa, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), projecto que, aparentemente, só poderá ser justificado no caso de a Sociedade Figueira Praia ter contactado esta dupla de arquitectos antes de se decidir a contratar o arquitecto Ignácio Peres Fernandes, o que dataria aquele estudo do período entre Fevereiro de 1949 (data da apreciação do SNI) e Dezembro de 1949 (data do novo Anteprojecto).

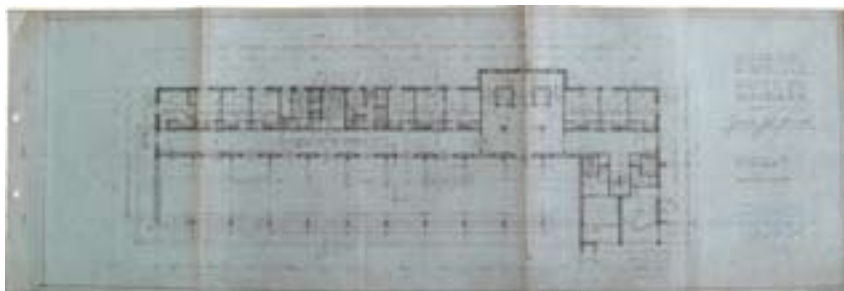


HFF
folha número um
alçado principal - avenida
doutor oliveira salazar
 OSMARE, 1948
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)

Sociedade Figueira-Praia
(S.A.R.L.)
Projecto de Hotel para a
Figueira da Foz
Alçado Principal
 Ignácio Peres Fernandes, 1950
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)

Mantendo a implantação já definida, o edifício desenvolve-se ao longo da Avenida Marginal, concentrando nesta frente a maior parte dos quartos de hóspedes e os espaços de convívio social do Hotel, relegando para as traseiras, o corpo de serviços e das dependências dos funcionários. Na fachada principal são demarcados os diferentes momentos funcionais do programa: a Entrada, afirmada sob a torre vertical das *suites* e realçada por uma expressiva pala lançada sobre a Marginal; a zona de estar e de restaurante, marcada por um amplo envidraçado inclinado que acompanha a rua e remata na forma curva da Sala de Jantar; os cinco pisos dos quartos, uniformizados sob o desenho linear

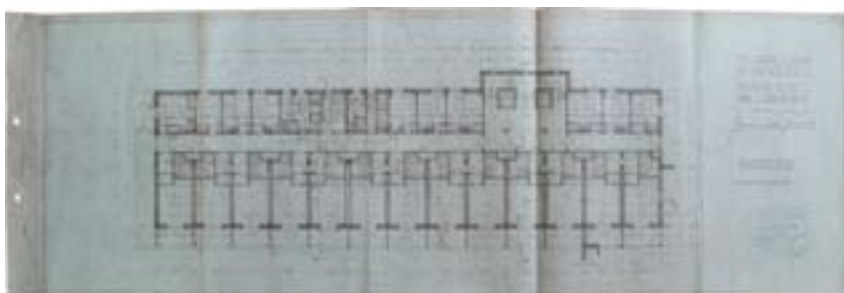
das varandas contínuas que animam o alçado; e o terraço/solário, trabalhado na cobertura.



Sociedade Figueira-Praia
(S.A.R.L.)

Projecto de Hotel para a
Figueira da Foz
Planta do 5.º Andar

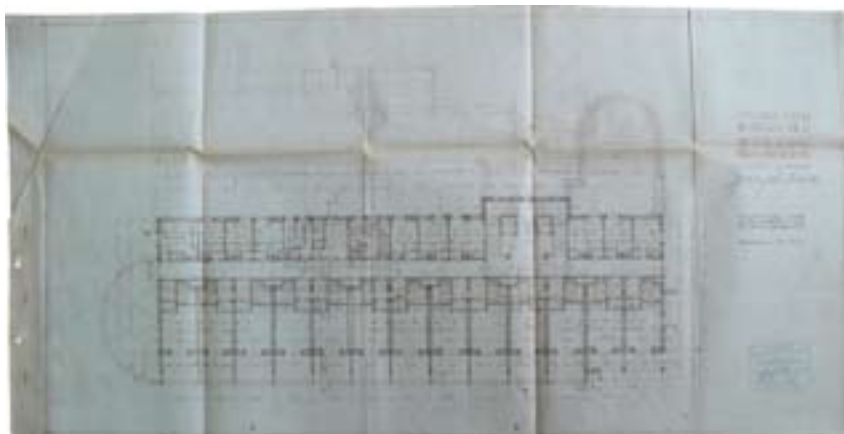
Ignácio Peres Fernandes, 1950
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Sociedade Figueira-Praia
(S.A.R.L.)

Projecto de Hotel para a
Figueira da Foz
Planta dos 2.º, 3.º e 4.º And.

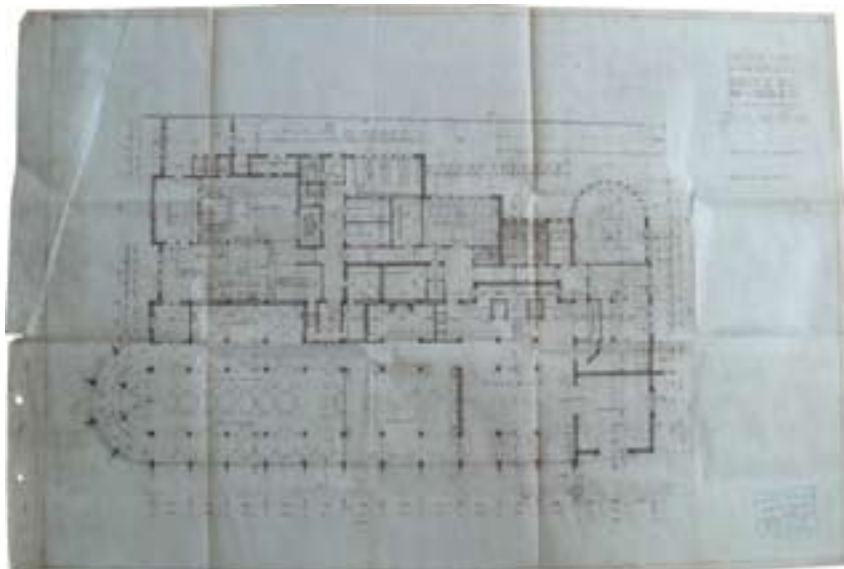
Ignácio Peres Fernandes, 1950
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Sociedade Figueira-Praia
(S.A.R.L.)

Projecto de Hotel para a
Figueira da Foz
Planta do 1.º Andar e da
Cobertura da Zona de Serviço

Ignácio Peres Fernandes, 1950
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Sociedade Figueira-Praia
(S.A.R.L.)

Projecto de Hotel para a
Figueira da Foz
Planta do R/Chão

Ignácio Peres Fernandes, 1950
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Com um anteprojecto, datado de 31 de Dezembro de 1949, e projecto, de 31 de Maio de 1950⁸, a nova solução seria aprovada a 11 de Junho desse ano, encontrando-se, por esta altura, concluída a toda estrutura porticada do corpo de quartos.

Grande Hotel da
Figueira da Foz
Fotografia, c. 1950
(imagem
www.skyscrapercity.com)



Grande Hotel da
Figueira da Foz
Fotografia, c. 1951
(imagem
www.figueira.com)

Três anos depois, a 27 de Junho de 1953, é realizada a vistoria final da Comissão do SNI. No geral, considera-se o conjunto bem conseguido, de *“linhas modernas, bem proporcionadas, que se conjugam harmónicamente”*⁹. No interior, as salas comuns para hóspedes apresentam-se *“cuidadosamente mobiladas e decoradas, tendo-se empregado os melhores materiais nos acabamentos”*. Levantam-se, no entanto, algumas dúvidas quanto à qualidade dos 110 quartos criados, em particular os voltados para nascente, avaliados como demasiado pequenos. Apesar disso, havia *“que ter em conta (...) o que o hotel representa para a Figueira da Foz e para o seu turismo e o conjunto de esforços e boas vontades movidas para realizar esta obra. Nestes termos e porque se atende aos motivos referidos temos a honra de propor para o Grande Hotel da Figueira a classificação de Luxo”*.

A inauguração seria no dia seguinte.

⁸ Em que, curiosamente, no desenho do Alçado Principal (apresentado nas páginas anteriores), aparece no topo do corpo em torre a designação de “Hotel Palácio”, remetendo-nos para um conceito que nada tinha a ver com a imagem que agora se projectava.

⁹ *Relatório da Vistoria efectuada ao Grande Hotel da Figueira da Foz*, Lisboa, SNI, 27 Junho 1953, p.1.



Grande Hotel da
Figueira da Foz
Fotografia, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Grande Hotel da
Figueira da Foz
Zona de Estar na Entrada
Fotografia, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Grande Hotel da
Figueira da Foz
Bar
Fotografia, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



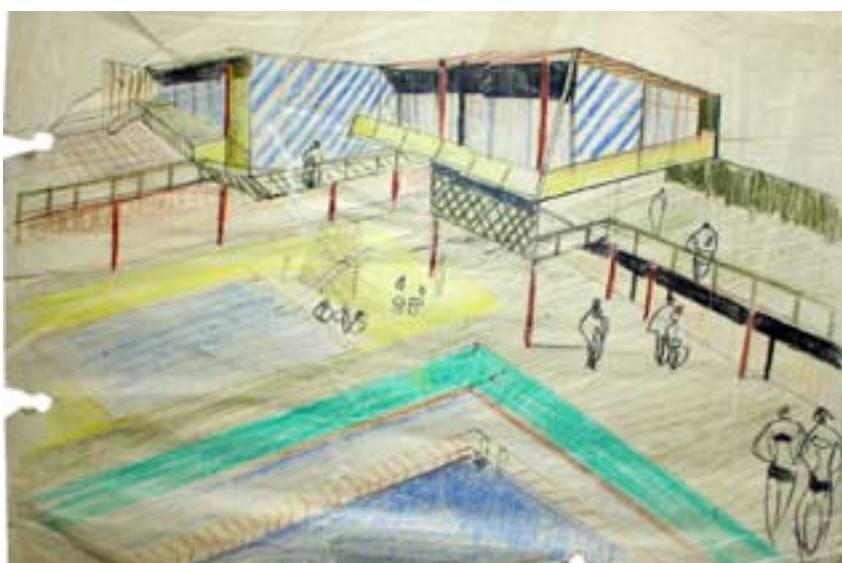
Grande Hotel da
Figueira da Foz
Sala de Jantar
Fotografia, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Poucos dias depois, a 6 de Agosto, no lote imediatamente a norte do Grande Hotel, abria ao público a Piscina Praia, obra do arquitecto José Isaiás Cardoso (1922) para Augusto Alves da Silva.

Como vimos¹⁰, as Piscinas ganham autonomia, como programa, a partir da década de trinta, para, gradualmente, se estabelecerem como novos espaços de lazer e bem-estar público, funcionando, quando inseridos num contexto urbano, simultaneamente como centros para a prática de desporto. A ideia da construção de uma “Piscina de Mar” na Figueira da Foz procura aliar estas duas valências, constituindo-se, esta como pólo dinamizador de uma nova urbanidade.

Isaiás Cardoso começa por desenvolver o estudo da Piscina Praia em 1950, ainda como estudante, projecto que, quatro anos depois, aproveita para apresentar no âmbito do seu CODA (Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto), na Escola de Belas-Artes do Porto, já depois de inaugurada aquela estrutura. Num contexto urbano de formação recente, a novidade do programa iria permitir ao arquitecto a oportunidade de dar corpo às suas convicções modernas, moldadas, aqui, por ressonâncias tropicais, que chegavam até nós através das imagens da moderna arquitectura brasileira.¹¹



¹⁰ Ver Capítulo 3.3.

¹¹ Não é por acaso que o catálogo da exposição *Brazil Builds, Architecture New and Old. 1652.1942*, organizada pelo MOMA de Nova Iorque, em 1943, integra a biblioteca deste arquitecto.



PP

(Piscina Praia)

Capa

José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)

Piscina Praia, Figueira da Foz
Perspectiva

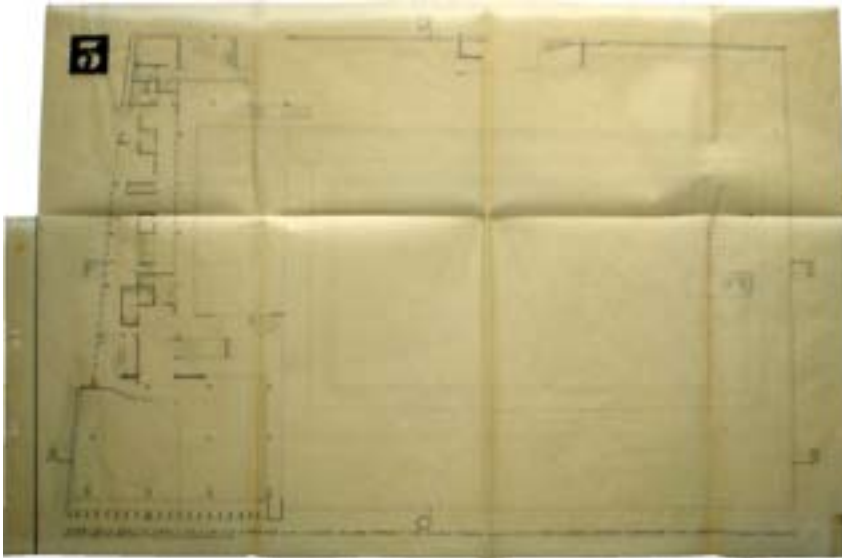
José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)

Combinando funcionalidade com inovação técnica, o conjunto da Piscina Praia apresenta-se, assim, como espaço de experimentação. A partir de um percurso que explora a dualidade interior/exterior e público/privado, o programa organiza-se em plataformas, articulando sequencialmente, a partir da rua, os diferentes núcleos funcionais. Trabalhando com o desnível do terreno, à cota mais baixa seria definida a entrada principal do complexo e uma frente de lojas associada à Avenida Marginal. Os principais núcleos programáticos estabelecem-se a uma cota intermédia: o restaurante-bar, fechando o conjunto a norte, as cabinas e balneários, a nascente, e o espaço de piscinas e esplanadas/solário abertas a sul e poente. Num plano secundário, o escritório e habitação do proprietário resolvem a articulação com a Rua de Santa Catarina, nas traseiras do conjunto.

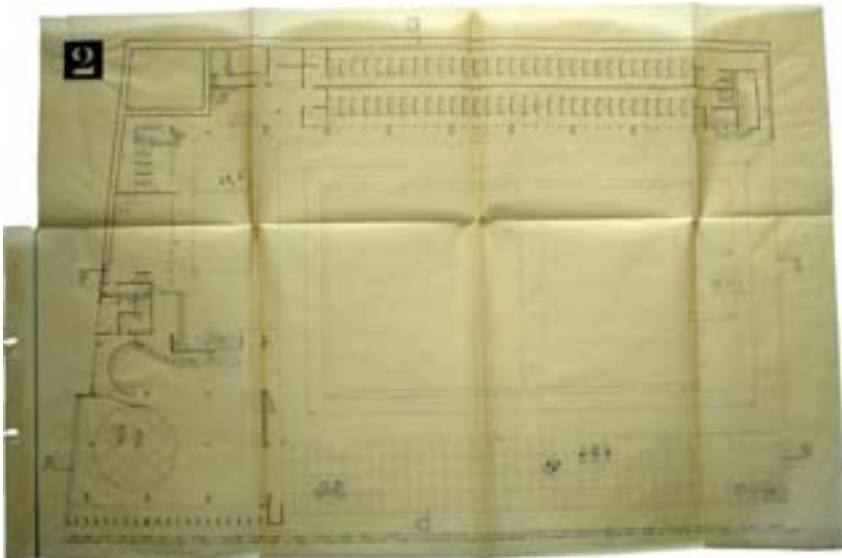
O uso do betão permitirá a liberdade desejada, ultrapassando a sua condição meramente estrutural para reforçar uma leitura plástica do conjunto, no lançar de grandes vãos em consola e no jogo de *brises-soleil* e de palas que anima as fachadas. Neste sentido, a colaboração do Eng. José Nunes da Costa Redondo seria da maior importância, numa parceria que consegue levar aos limites a capacidade expressiva do novo material e propor soluções técnicas inovadoras.

Piscina Praia, Figueira da Foz
Estudo do
Alçado Principal
José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)





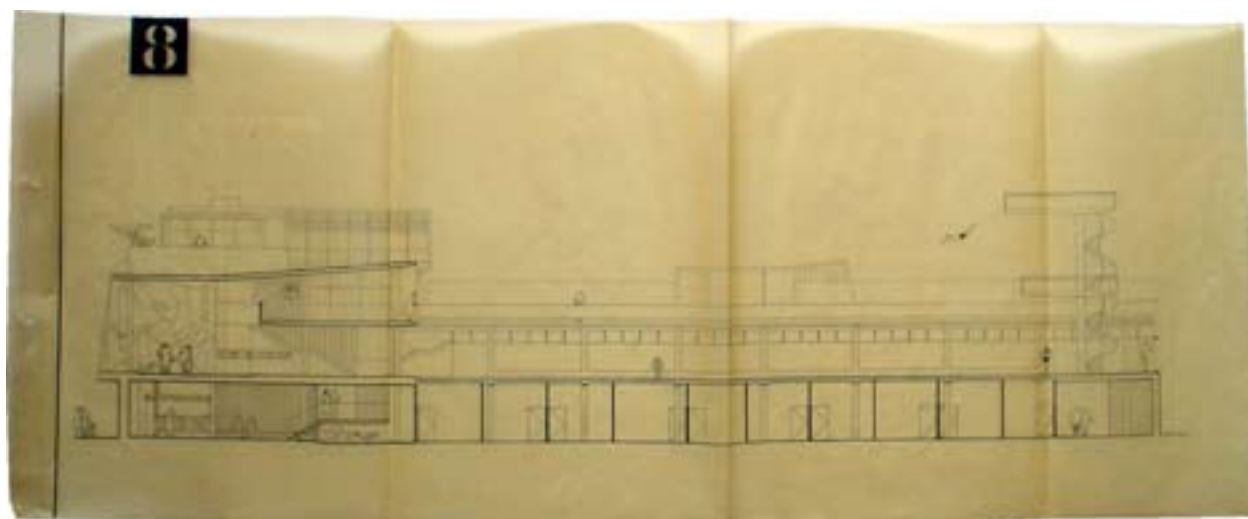
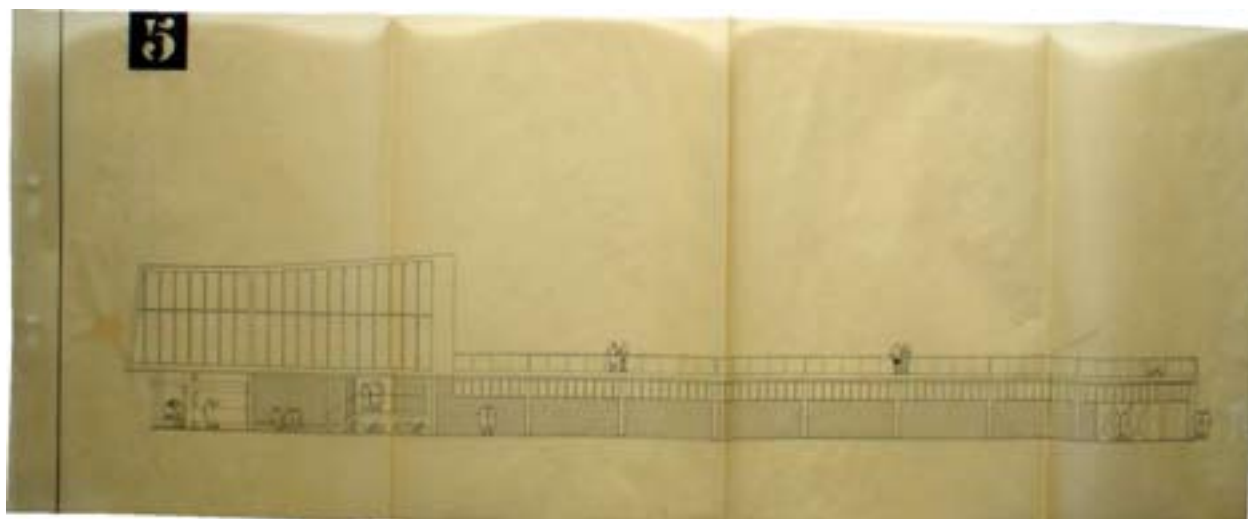
Piscina Praia, Figueira da Foz
Planta do Piso do Escritório e
Habitação do Proprietário
José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
Planta do Piso do
Restaurante-Bar
José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
Planta dos Piso da Entrada
José Isaiás Cardoso, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
 Alçado Principal
 e
 Corte Longitudinal
 José Isaías Cardoso, 1950-1953
 (imagens Arquivo Isaías Cardoso)

Ainda tirando partido estético do sistema construtivo, a estrutura de betão seria evidenciada, quer na composição dos alçados, quer na concepção dos interiores, pelo tratamento cromático dado aos planos de parede e pelo recurso a grandes envidraçados, revestimentos cerâmicos e grelhas, que contribuem, pelo contraste entre materiais, para a caracterização, formal e espacial, do novo equipamento. Também as intervenções do escultor Gustavo Bastos revelam a preocupação de se criar um ambiente total, com a integração de outras formas artísticas na obra de arquitectura.

Ambiente total para o qual concorre o próprio desenho do mobiliário, aqui de linhas direitas, em consonância com a linguagem do edifício, onde predominam a madeira e os laminados de cor.



Piscina Praia, Figueira da Foz
Estudos para o Bar-Piscina
e
para o Escritório
José Isaías Cardoso, 1951
(imagens Arquivo Isaías Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
Construção da
plataforma da Piscina
Fotografia, 1950-1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
Plataforma da Piscina
Fotografia, c. 1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



Piscina Praia, Figueira da Foz
Vista do Exterior
Fotografia, c. 1953
(imagem Arquivo Isaiás Cardoso)



De forma a rentabilizar a Piscina Praia fora da época balnear, em 1958, surge a ideia de se complementar o conjunto com uma Estalagem. Implicando uma reorganização do programa inicial, Isaías Cardoso propõe a construção de uma primeira ala de Quartos sobre o volume do solário, que, em 1961, seria completada com um novo corpo de quartos e de sala de jantar na cobertura-terraço do Restaurante. Gesto que transformaria a volumetria do conjunto, acentuando a relação com a Marginal e dinamizando, por outro lado, a frente voltada para a Rua de Santa Catarina.



Lado a lado na Avenida, o Grande Hotel e a Piscina Praia fixam a imagem de partida para o desenvolvimento, em Portugal, dos modelos do “Hotel de Praia” e da “Piscina de Mar”. Mas, se na Figueira da Foz, a implantação destes equipamentos é claramente subordinada à importância daquela infraestrutura, enquanto domínio público em continuidade com o espaço da Praia, a tendência que se verifica, a partir daqui, é a de estas estruturas “saltarem” para o “outro lado” e passarem a ocupar um lugar privilegiado sobre a falésia ou o areal, rompendo com aquela relação.

A Marginal deixava, portanto, de ser “marginal”.

Figueira da Foz
Grande Hotel da Figueira da Foz e Av. Dr. Oliveira Salazar
Bilhete Postal, c. 1953
(imagem
www.postaisportugal.canalblog.com)

Em Albufeira, a ideia de se construir um “Hotel de Praia” no núcleo urbano existente é levada ao extremo. Alcandorada nas arribas sobranceiras ao mar, a vila dispunha de um Plano de Urbanização, realizado, em 1948, por Miguel Jacobetty Rosa e submetido, em 1951, a Parecer do CSOP, mas nunca aprovado¹². Segundo esse Plano, tinham-se vindo, no entanto, a realizar uma série de melhoramentos urbanos, entre os quais, a abertura, através da rocha, de um túnel de ligação entre a principal artéria de penetração na vila e a Praia do Peneco, a “Praia de Banhos” de Albufeira, e a construção de uma Esplanada de acesso ao areal, no remate desse percurso.



Plano de Urbanização da Vila de Albufeira
Planta Esquemática dos Arruamentos
(com indicação, a vermelho, do percurso do Túnel e da Esplanada)
Miguel Jacobetty, 1948
(imagem Arquivo CCRA)

É, precisamente, por cima desse túnel, que o banqueiro e industrial Joaquim Vinhas Cabrita se propõe implantar “*um moderno Hotel, de quarenta e dois quartos todos com casa de banho privativa, com privilegiada situação sobre o mar [e] numa posição muito central na Vila de Albufeira*”¹³. Para isso, submete à apreciação do SNI, em Novembro de 1955, o Ante-Projecto do Hotel, realizado pelo arquitecto Fernando Silva (1914-1983), acompanhado pelo pedido de declaração prévia de “Utilidade Turística” para o empreendimento.

¹² Cf. LÔBO, Margarida de Souza, op. cit. pp. 273-294.

¹³ Requerimento de 21 de Novembro de 1955, enviado ao Chefe dos Serviços Técnicos do SNI.

Junto com o requerimento enviado aos Serviços Técnicos daquele organismo, são apresentadas duas fotografias da maquete do edifício, a qual estaria em exposição, a partir de 7 de Fevereiro de 1956, na Casa do Algarve, em Lisboa, sendo o projecto amplamente divulgado na imprensa nacional, regional e estrangeira.¹⁴

Apropriadamente, a nova unidade adoptava a designação de “Hotel Sol e Mar”.



Hotel Sol e Mar, Albufeira
Fotografia da Maqueta do
Ante-Projecto
(vista do lado da Vila)
Fernando Silva, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Sol e Mar, Albufeira
Fotografia da Maqueta do
Ante-Projecto
(vista do lado do Mar)
Fernando Silva, 1955
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

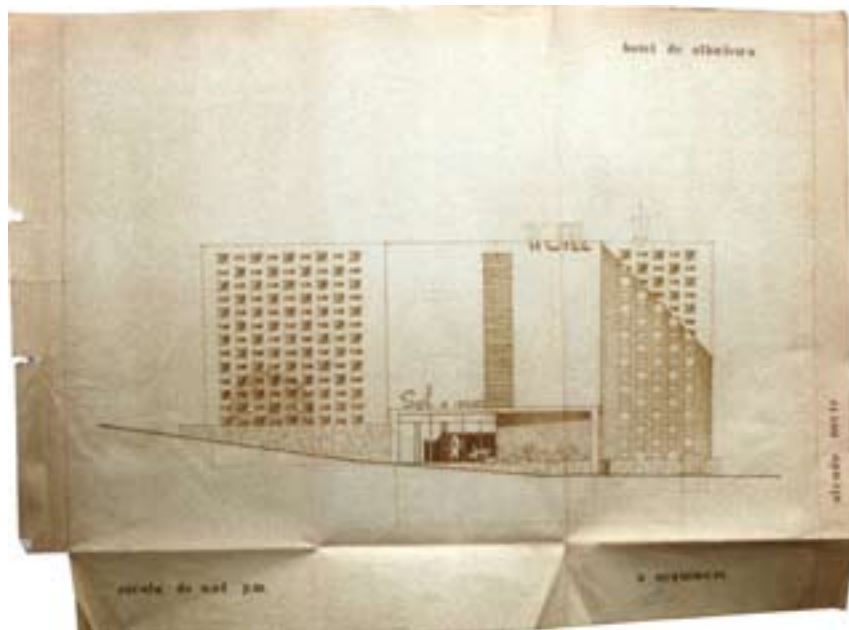
¹⁴ A primeira notícia referente à construção de um Hotel em Albufeira surge no jornal *O Século*, a 21 de Outubro de 1955, ainda antes de submetido o anteprojecto ao parecer do SNI. Mas é ao longo de Fevereiro de 1956, na sequência da exposição organizada pela Casa do Algarve, que aparece o maior número de referências ao novo empreendimento, nomeadamente no *Diário Popular*, *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Notícias do Algarve*, *Correio do Sul*, *Notícias da Tarde* (Lourenço Marques), *Voz do Sul*, *Voz de Portugal* (Rio de Janeiro), *Folha de Domingo*, *O Volante* e *A Voz de Loulé*.

Hotel de Albufeira

Alçado Norte

Fernando Silva, 1955

(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

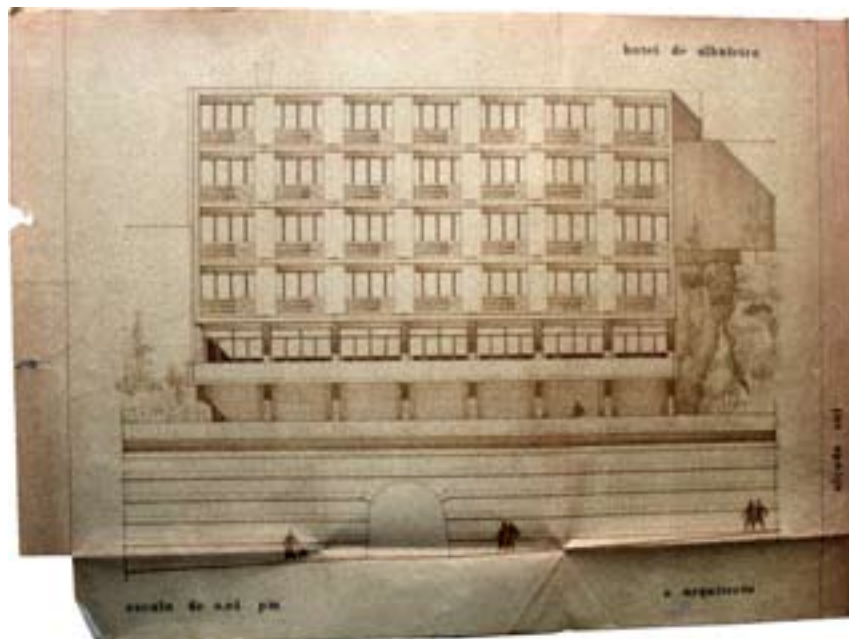


Hotel de Albufeira

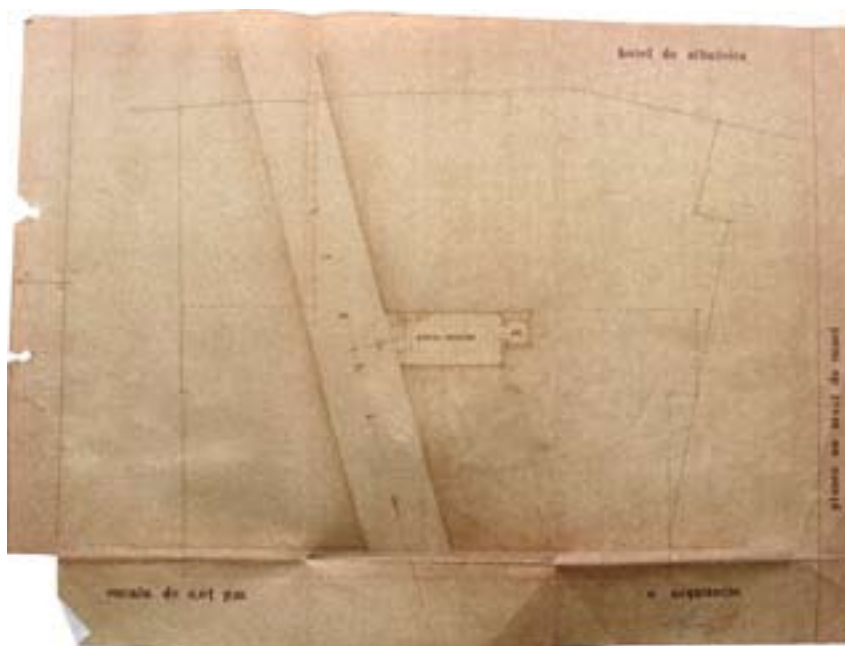
Alçado Sul

Fernando Silva, 1955

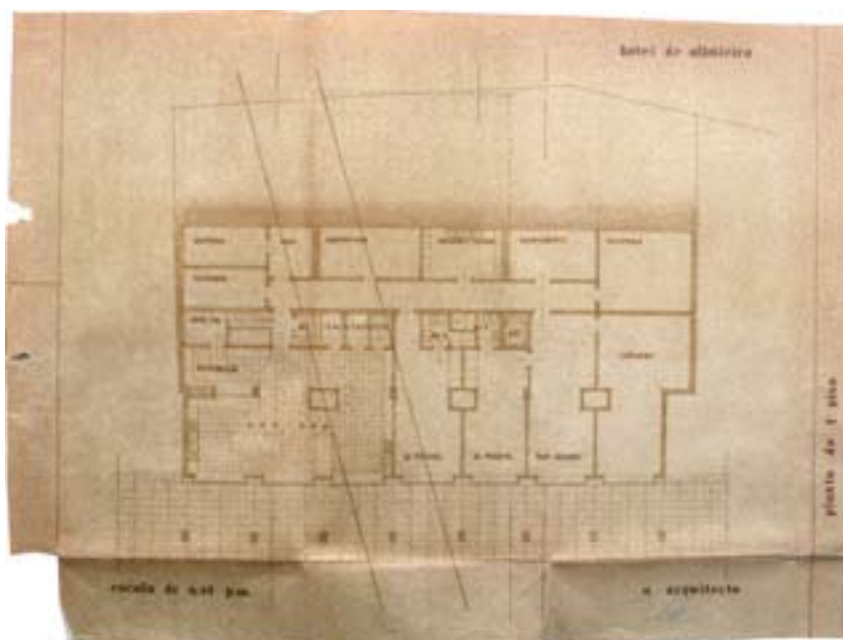
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



De acordo com a Memória do Ante-Projecto, datada de 18 de Novembro de 1955, o programa organizar-se-ia em seis pisos, encontrando-se a Recepção, resolvida à cota de entrada do lado da Vila, no terceiro piso, no qual se instalavam, com vista para o mar, os primeiros seis dos quarenta e dois quartos previstos. Os três pisos acima eram exclusivamente destinados a quartos, divididos, estes, em duas categorias: os voltados ao Mar, organizados na fachada sobre a Praia, e os voltados à Serra, concentrados no corpo perpendicular, a norte, colocado sobre a Recepção.



Hotel de Albufeira
Planta do nível do túnel
 Fernando Silva, 1955
 (imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel de Albufeira
Planta do 1.º Piso
 Fernando Silva, 1955
 (imagem Arquivo Turismo de Portugal)

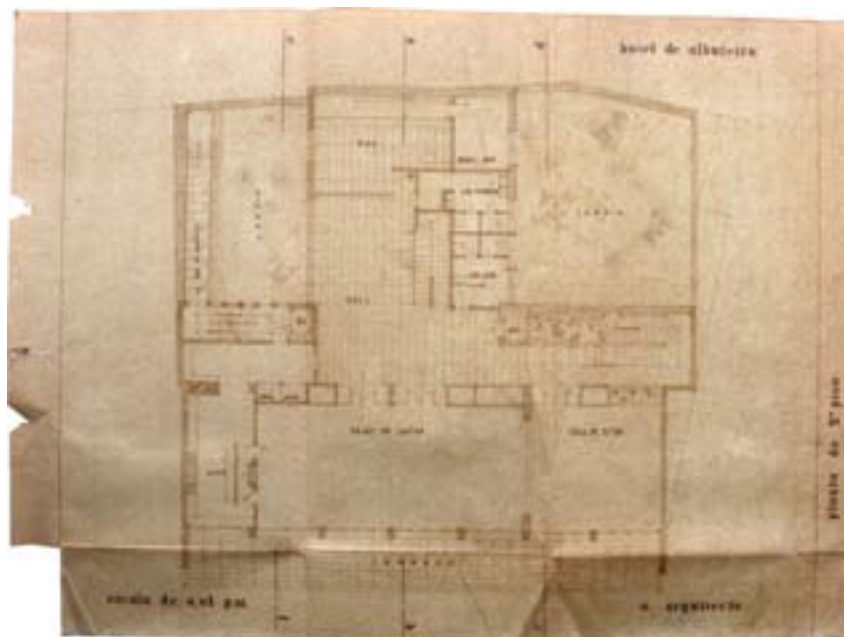
Para baixo, encontrava-se o piso das zonas comuns, com Bar, Salão de Jantar e Sala de Estar, aquele primeiro espaço ladeado por duas áreas de jardim e, os dois últimos, servidos por um terraço exterior corrido, virado ao Sul. No piso inferior, situavam-se as zonas de serviço e o alojamento do pessoal, beneficiando de um amplo logradouro, ou “passeio”, coberto, trabalhado no coroamento do muro de suporte das arribas. *“Para comodidade dos hóspedes, o ascensô principal atingirá o nível do túnel, através de um pequeno vestíbulo de uso privativo do Hotel”.*

Hotel de Albufeira

Planta do 2.º Piso

Fernando Silva, 1955

(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

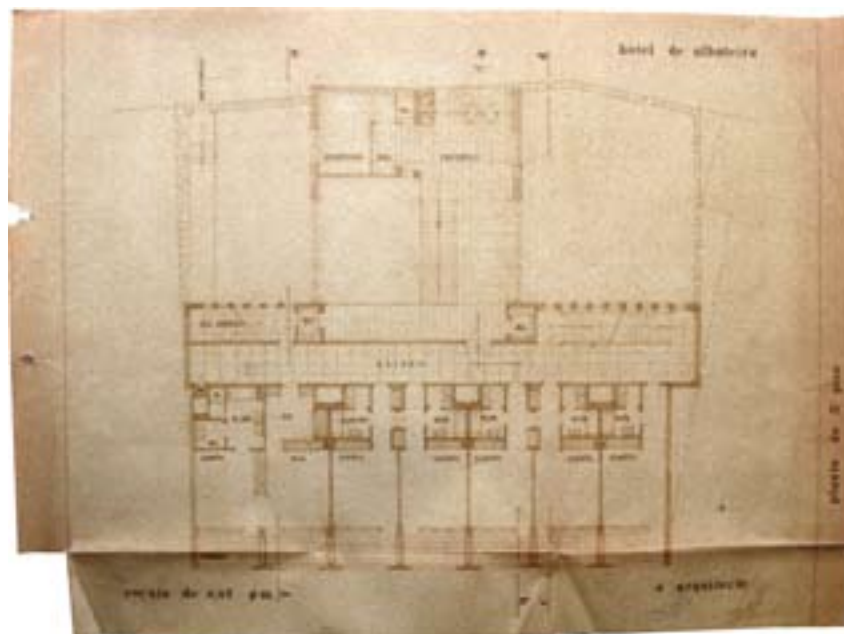


Hotel de Albufeira

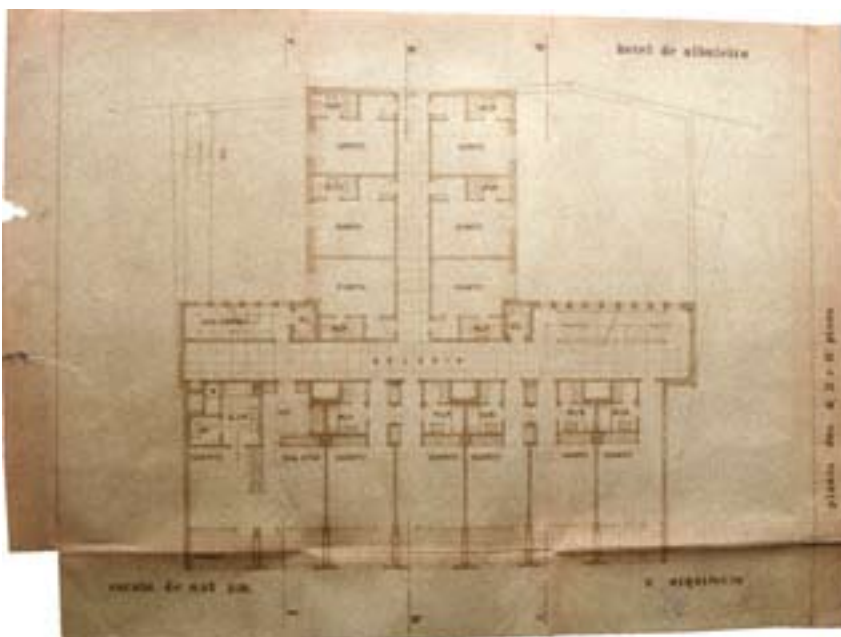
Planta do 3.º Piso

Fernando Silva, 1955

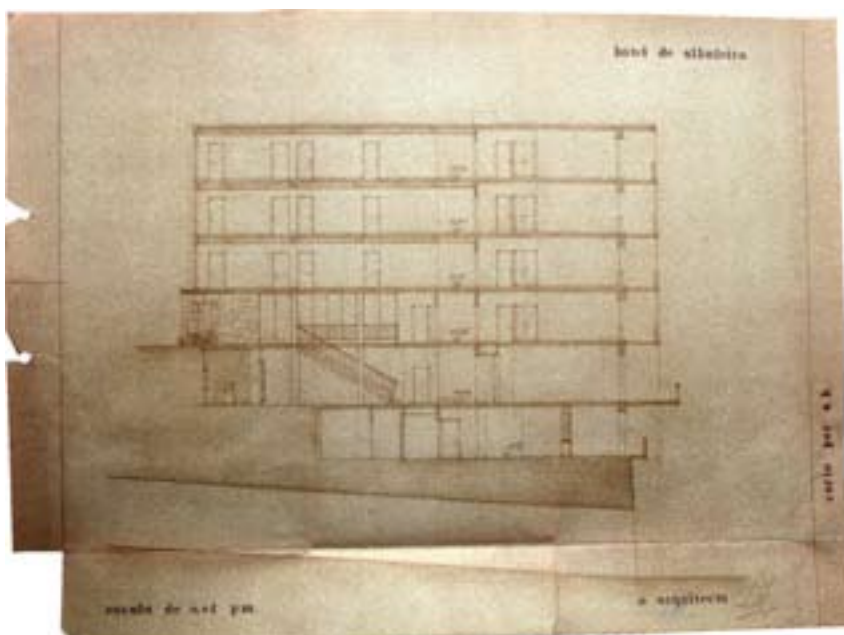
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



*“O esquema proposto, reúne um somatório de vantagens, que o aconselham, pois estabelecendo uma eficiente distribuição dos vários sectores, assegura também condições de execução técnica normais e proporções e preceitos estéticos que desde já e para além dos acabamentos, são por si só, elementos altamente valorisadores dos seus ambientes, que acentua-se, serão concebidos sem luxo, mas com o cuidado e requinte que a sua categoria impõe e aconselha”.*¹⁵



Hotel de Albufeira
Planta dos 4.º, 5.º e 6.º Pisos
 Fernando Silva, 1955
 (imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel de Albufeira
Corte por A-B
 Fernando Silva, 1955
 (imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Quanto ao aspecto exterior do edifício, “*embora resolvido nos princípios da moderna arquitectura, terá, pelo largo emprego de grelhas e reixas (que deverão ser tratadas com base nos elementos de bastante interesse na região) e, as grandes superfícies caiadas, as condições que marcadamente lhe darão o carácter das coisas portuguesas que o adaptam perfeitamente ao local*”¹⁶. E esse era um dos requisitos para a aprovação de qualquer projecto pelo SNI.

Novembro 1955, p. 2.

¹⁶ Comunicação interna do SNI, do Chefe da 3.ª Secção (Indústria Hoteleira), da 1.ª Repartição, para o Chefe da 4.ª Repartição, de 21 de Janeiro de 1956.

Mas, ainda antes da apreciação do SNI, a pretensão de Joaquim Vinhas Cabrita obtém a concordância da Câmara Municipal de Albufeira, que, tendo consultado o responsável pelo Plano Geral de Urbanização daquela localidade¹⁷, delibera, por unanimidade, em reunião ordinária de 13 de Dezembro de 1955, a aprovação do Ante-Projecto. Dez dias depois, a 23 de Dezembro, o mesmo estudo seria aprovado pelos Serviços de Turismo do SNI.

Quanto à declaração prévia de “Utilidade Turística”, esta seria concedida pelo próprio Oliveira Salazar, a 8 Agosto de 1956, sendo oficializada com a sua publicação em Diário do Governo. Pelo conteúdo esclarecedor do “Despacho” do Presidente do Conselho, relativo ao Hotel de Albufeira, não resistimos a transcrevê-lo:

“Dada a crise que atravessa entre nós a arquitectura, convém que de futuro os serviços técnicos se pronunciem sobre o valor arquitectural dos hotéis que pretendam ser declarados de utilidade turística. A referência a que os problemas são ‘resolvidos nos princípios da moderna arquitectura’ não basta. Nós podemos exercer uma acção útil e moderadora dos destemperos ou caprichos da moderna arte de construir que não se deve confundir com a arquitectura, ao menos não declarando de utilidade turística os prédios sem um mínimo de requisitos artísticos. A outras entidades caberá melhor o exame e juízo deste aspecto, mas o SNI pode actuar, independentemente delas, e dentro da sua competência.

Embora com algumas dúvidas acerca do projecto que a perspectiva fornecida não desvaneceu, declare-se de utilidade turística o novo hotel, assegurando-se o SNI de que os serviços corresponderão ao prometido.”¹⁸

Clarificavam-se, desta forma, os termos em que Salazar entendia dever ser a actuação do SNI em relação à concessão da classificação de “Utilidade Turística” a empreendimentos hoteleiros e similares. Servia, esta, no seu entender, como forma de orientar a iniciativa privada no sentido da adequação das propostas apresentadas a uma desejada integração arquitectónica no meio regional. Uma integração que, como sabemos, até pelo próprio exemplo das Pousadas oficiais, passava mais por questões

¹⁷ JACOBETTY, Miguel, *Parecer ao Ante-Projecto de construção do Hotel sobre o túnel de acesso à Praia*, Lisboa, 14 de Dezembro 1955.

¹⁸ Informação enviada pela Presidência do Conselho ao SNI, datada de 13 de Agosto de 1956.

formais e de decoração do que por uma verdadeira consciência das implicações conceptuais e metodológicas de tal pretensão. Pouco tempo depois, a propósito da publicação do projecto da Pousada de Valença do Minho na revista *Arquitectura*¹⁹, João Andersen elucidava que “*é preciso meditar sobre este assunto com franqueza. Estas coisas não se encomendam. Estas coisas acontecem. (...) [O] tradicionalismo não é uma coisa estática, pelo contrário, é dinâmica, é metamorfose*”.²⁰

Com a aprovação do Ante-Projecto, o estudo definitivo seria enviado ao SNI em Novembro de 1957 e aprovado no mês seguinte, iniciando-se a construção do Hotel, no final de 1958, a par das obras de consolidação da falésia, promovidas pelo Ministério das Obras Públicas. É na sequência desta intervenção que se coloca a necessidade de rever a proposta apresentada para o Hotel de Albufeira. Os ajustamentos introduzidos ao projecto inicial da muralha de contenção da arriba, devido a derrocadas imprevistas e a problemas de carácter geológico verificados no local, levariam os serviços oficiais a sugerir a Joaquim Vinhas Cabrita a adequação da implantação do Hotel ao novo desenho daquela estrutura, extendendo-se para nascente. Sugestão que implicava a expropriação do lote, também, a nascente do Hotel e a realização de um novo projecto de arquitectura, que seria apresentado a 28 de Setembro de 1960.

A instrução de um novo processo, porque se tratava de uma nova circunstância, abria a oportunidade para o SNI recuar na sua decisão e recusar a renovação da “Utilidade Turística”, agora pelo “*facto dos alçados apresentados não satisfazerem aos requisitos de integração local que se julgam convenientes*”.²¹

O Secretariado tinha aprendido a lição.

¹⁹ Em “Quatro novas Pousadas”, artigo em que eram apresentadas as propostas de Manuel Tainha, para Oliveira do Hospital, de João Andersen, para Valença do Minho, de Francisco Blasco, para a Portela da Gardunha, e de Nuno Teotónio Pereira, para Vilar Formoso, estas duas últimas nunca concretizadas. (Cf. “Quatro Novas Pousadas”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 62, Setembro 1958, pp.5-23)

²⁰ ANDRESEN, João, “Projecto de uma pousada para Valença do Minho”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 62, Setembro 1958, pp. 11-16.

²¹ Carta do Director dos Serviços de Turismo do SNI, Álvaro Roquette, a Joaquim Vinhas Cabrita, de 27 de Outubro de 1960.

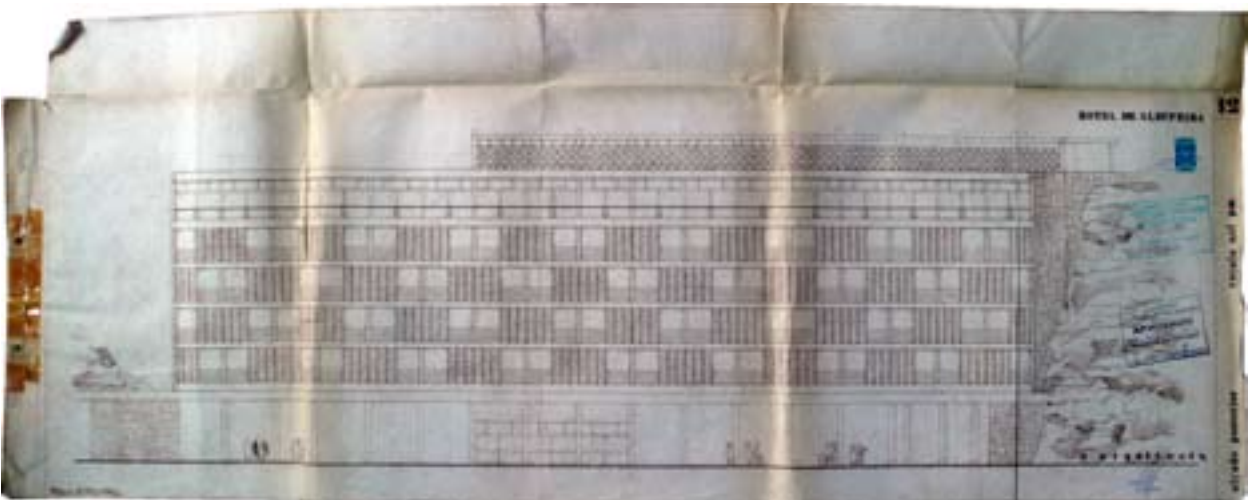
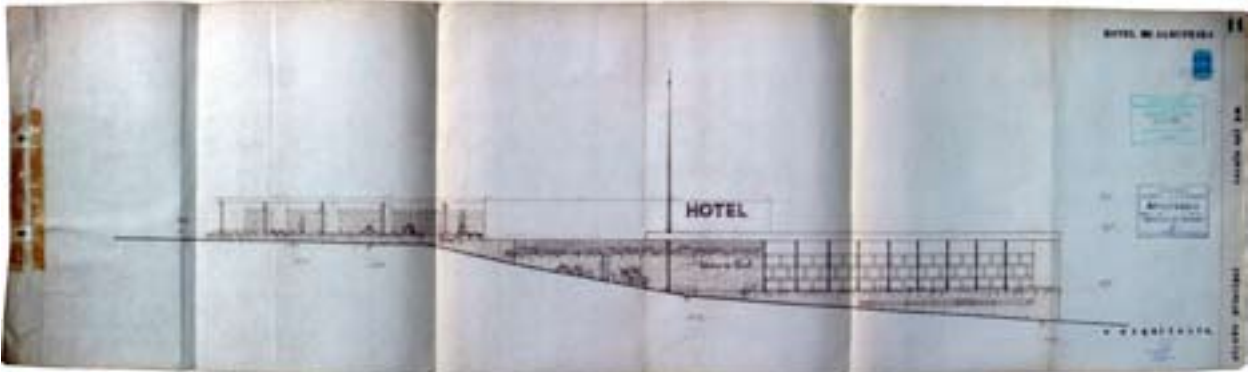
Em resposta, a solução é revista e entregue para nova apreciação, em Fevereiro de 1961, acabando por ser aprovada a 11 de Abril seguinte.

*“Estes serviços analisando o projecto que se submete à apreciação e que procura satisfazer os reparos postos superiormente quanto a anteriores soluções, entendem encontrar-se agora em condições de merecer aprovação. Na verdade, o novo arranjo dado aos pisos superiores, conduz não só a uma solução estética mais agradável e que, a nosso ver, permitiu uma melhor integração no local, como também conduz a uma solução funcional de maior interesse.
(...)”*

Informação N.º 144, [Lisboa], Serviços Técnicos SNI, 11 Abril 1961.

Mantendo os seis pisos iniciais, o desenvolvimento do programa fazia-se, agora, da cota da entrada pela vila até à Esplanada da Praia, reduzindo-se o impacto do volume do Hotel sobre o centro urbano histórico. Apenas o refeitório do pessoal e as dependências dos motoristas seriam instaladas num piso superior, de menor área de implantação, onde se resolve, também, a localização das máquinas. Assim, junto à Recepção concentravam-se, agora, os espaços de utilização comum e os serviços de apoio ao seu funcionamento, seguindo-se os quatro pisos de quartos, aqui num total de sessenta e oito, e a entrada à cota baixa, já não a partir do túnel, mas da área de Esplanada, onde se agenciava um pequeno Snack-Bar de serviço à Praia.

Estava definido, em linhas gerais, o esquema de distribuição funcional do Hotel Sol e Mar.

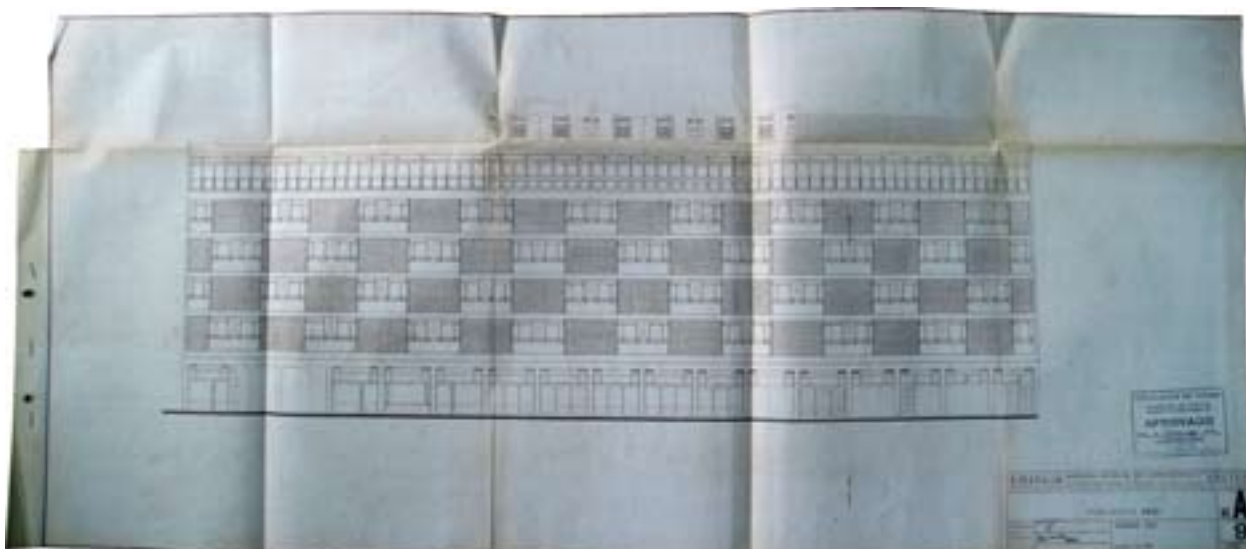
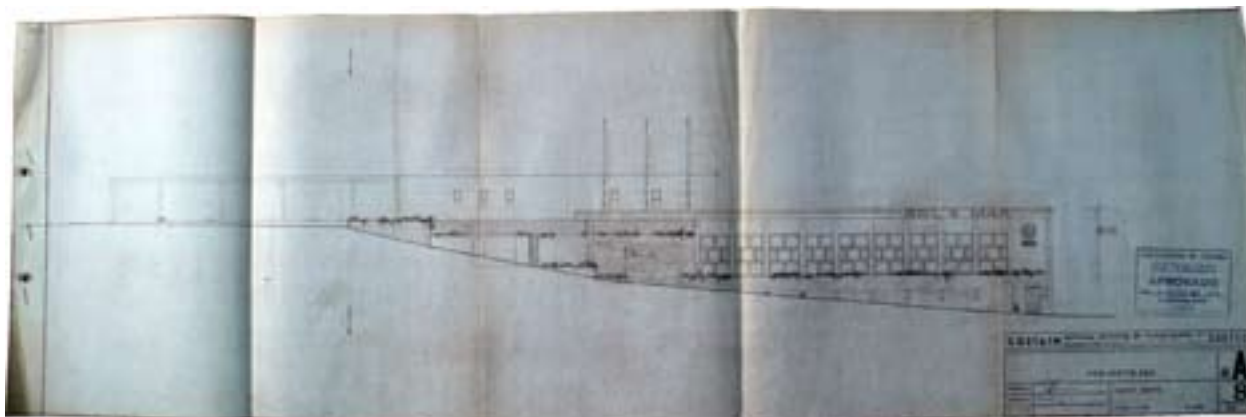


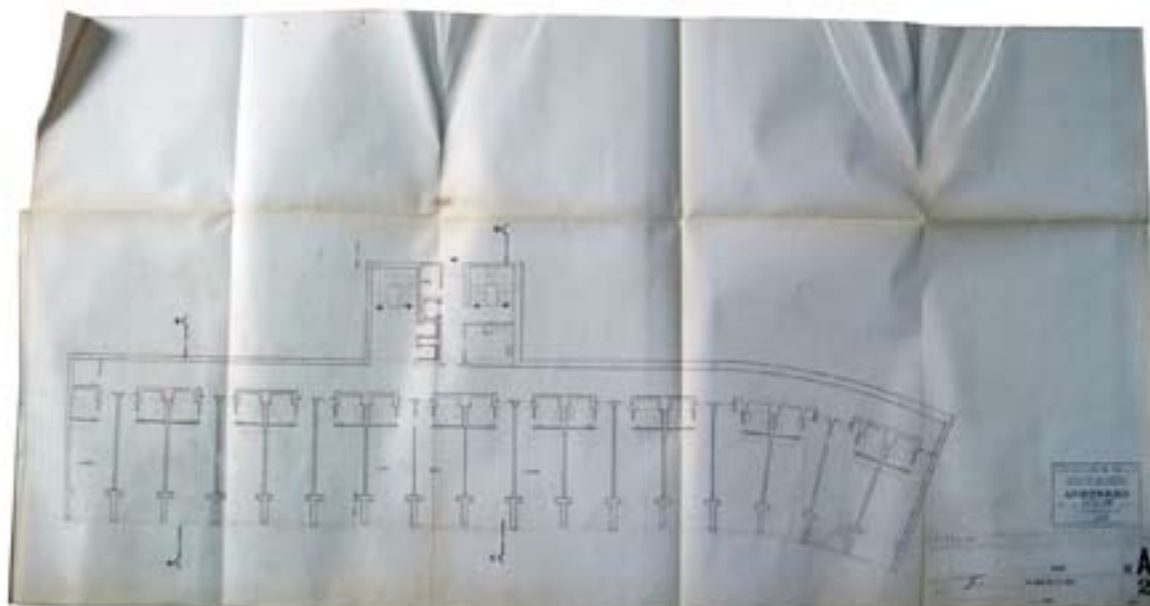
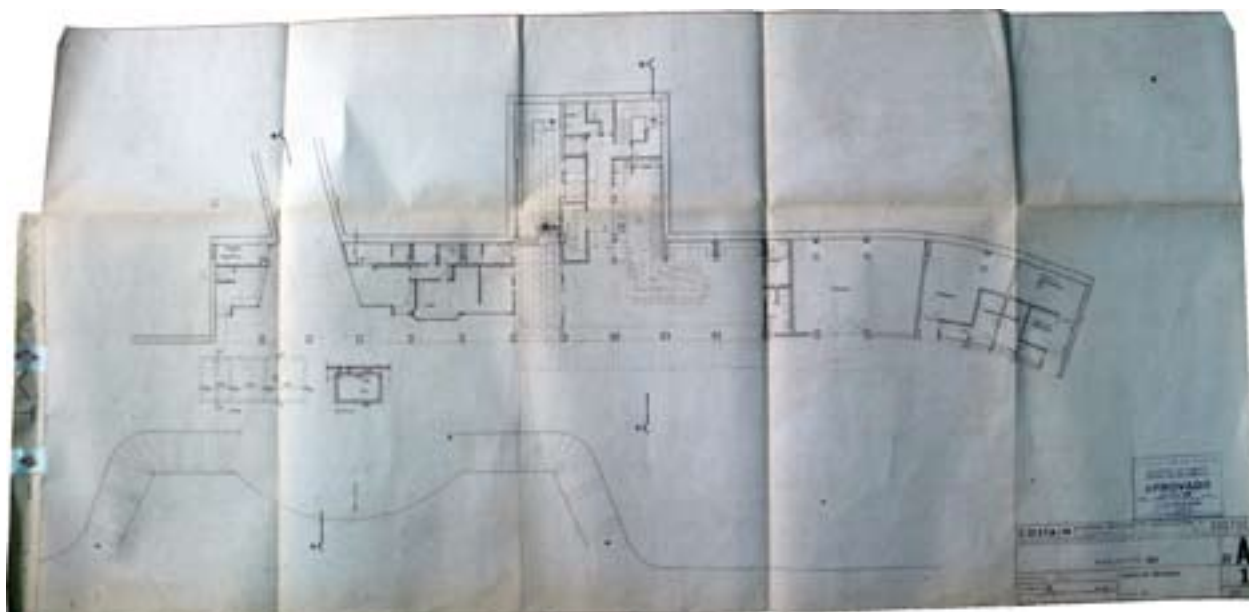
Com a morte, em Janeiro de 1962, do grande promotor da iniciativa, os herdeiros de Joaquim Vinhas Cabrita decidem-se pela venda do edifício, ainda em construção, às Organizações Hoteleiras RANK, Lda., transacção efectuada por escritura pública de 9 de Junho de 1964. Neste contexto, e no sentido de dar prossecução às obras do Hotel, seria encomendada uma revisão geral do projecto, em execução, à COSTAIN - Serviços Técnicos de Construções, Lda.. Revisão que segue de perto, com pequenas alterações, o estudo realizado, em 1961, por Fernando Silva.

Pelos desenhos, podemos verificar que, com a ocupação do lote a nascente do Hotel, a solução clarifica-se na sua relação volumétrica com a falésia, já não se demarcando o Hotel do muro de suporte da arriba, mas constituindo-se, ele próprio, como edifício-muralha. O conjunto ganha, também, horizontalidade e, conseqüentemente, uma maior leveza na composição dos alçados, em especial na proposta de 1961, acabando por perder alguma delicadeza de desenho no projecto final.

Página anterior:
Hotel de Albufeira
Alçado Principal
e
Alçado Posterior
Fernando Silva, 1961

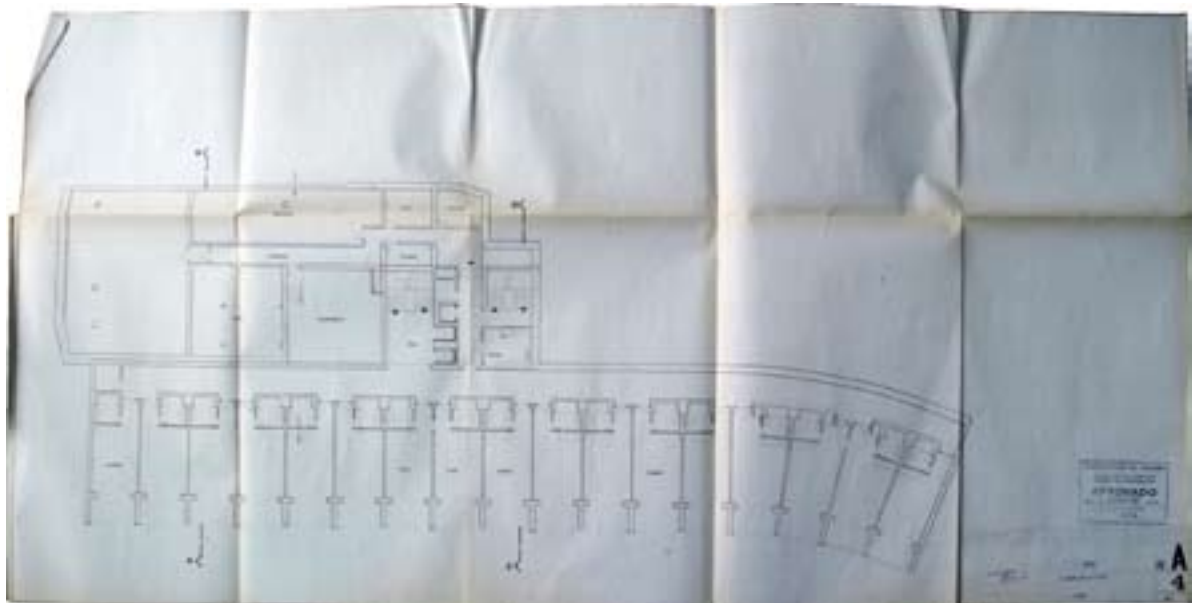
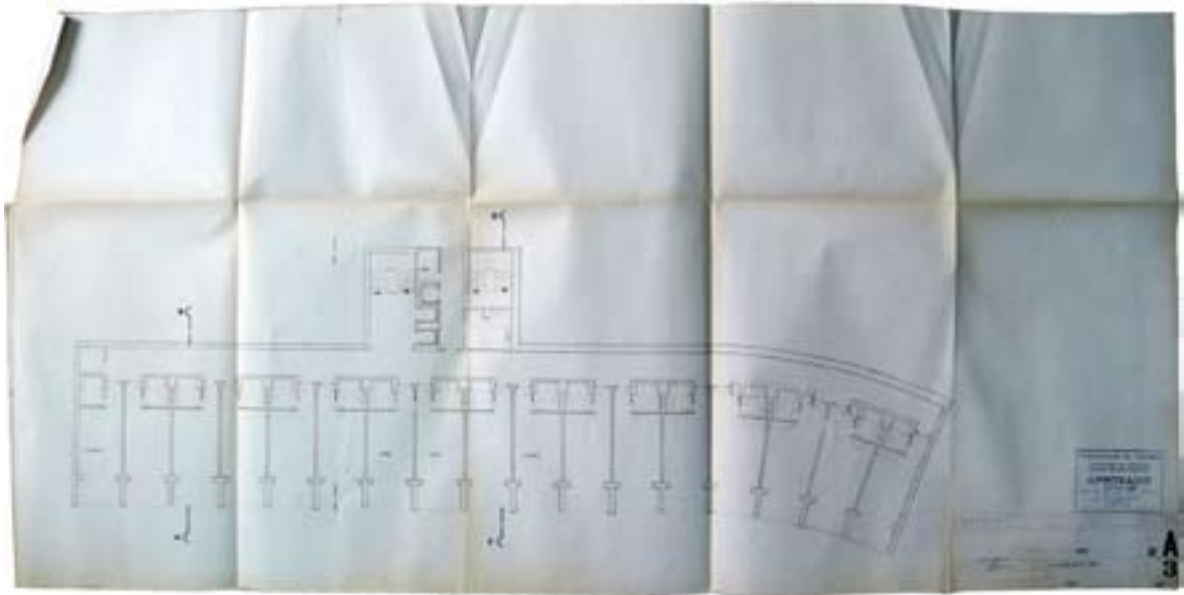
Nesta página:
Projecto XX/V
Alçado Norte
e
Alçado Sul
COSTAIN, 1964-1966
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)





Projecto XX/V
Planta da Esplanada
 e
Planta do 1.º Piso
 COSTAIN, 1964-1966
 (imagens Arquivo Turismo de Portugal)

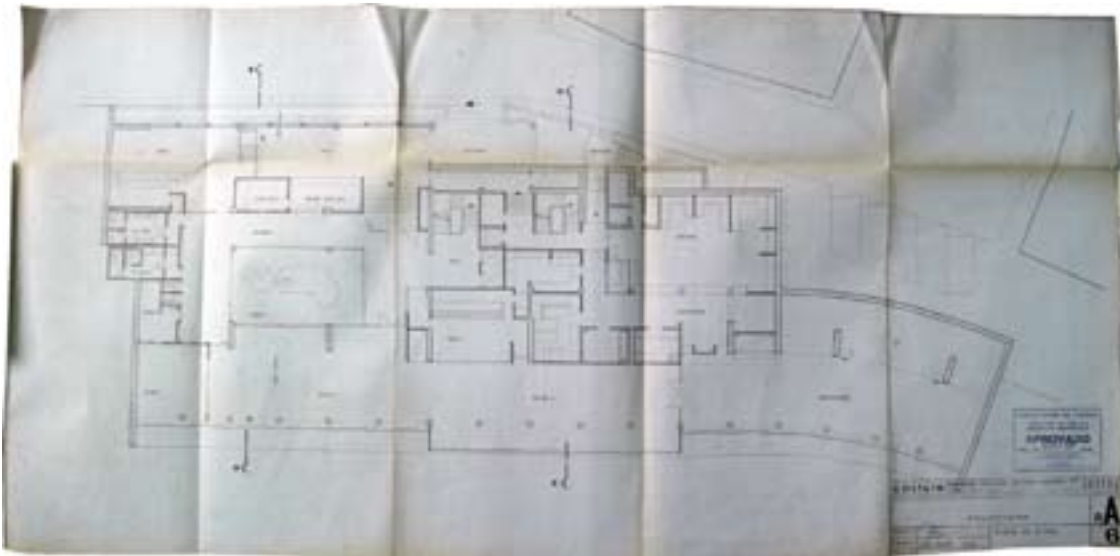
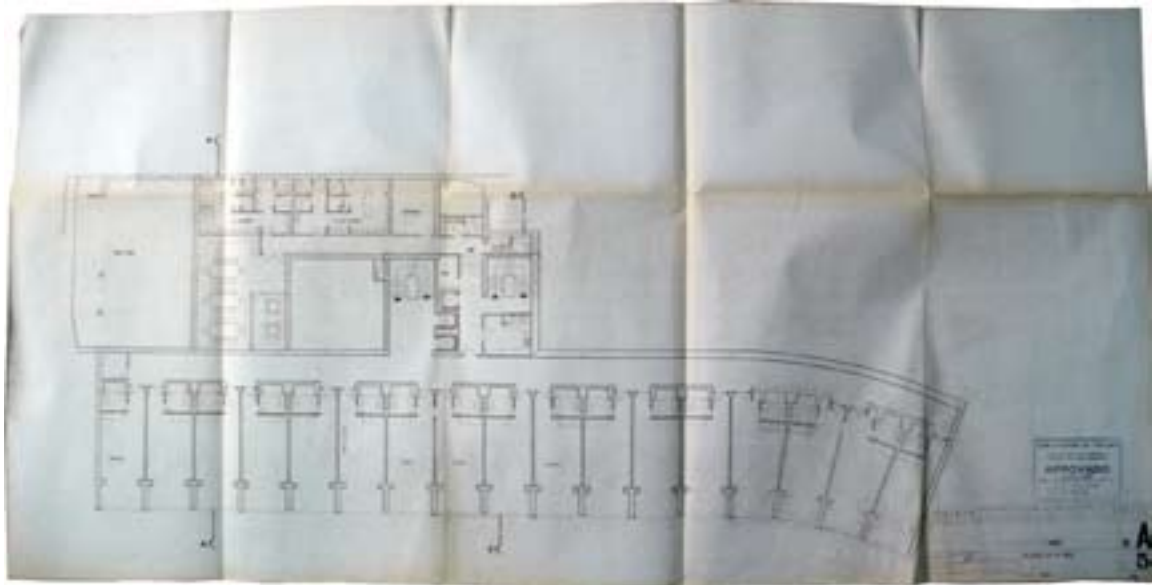
A concentração dos espaços comuns e dos serviços num único piso, à cota alta da vila, e a ampliação do programa funcional previsto ao nível da Esplanada, que no projecto de 1964-1966 é trabalhado a toda a largura do edifício, permite, por outro lado, reformular a organização da fachada sul, reportando-nos, agora, para uma distribuição tripartida de tradição clássica: embasamento, corpo e coroamento. Mas é na articulação dos pisos dos quartos que a proposta ganha maior clareza, passando, logo naquele primeiro estudo, todos os quartos a ocupar a frente de Mar e a ter a mesma categoria.



A versão final realizada pela COSTAIN para a nova empresa proprietária do Hotel é enviada ao, agora, Comissariado do Turismo a 31 de Maio de 1966, que só aprova o projecto um ano depois, a 20 de Fevereiro de 1967, entrando o Hotel em funcionamento, provavelmente, nessa época balnear, dez anos depois do inicialmente previsto por Joaquim Vinhas Cabrita.²²

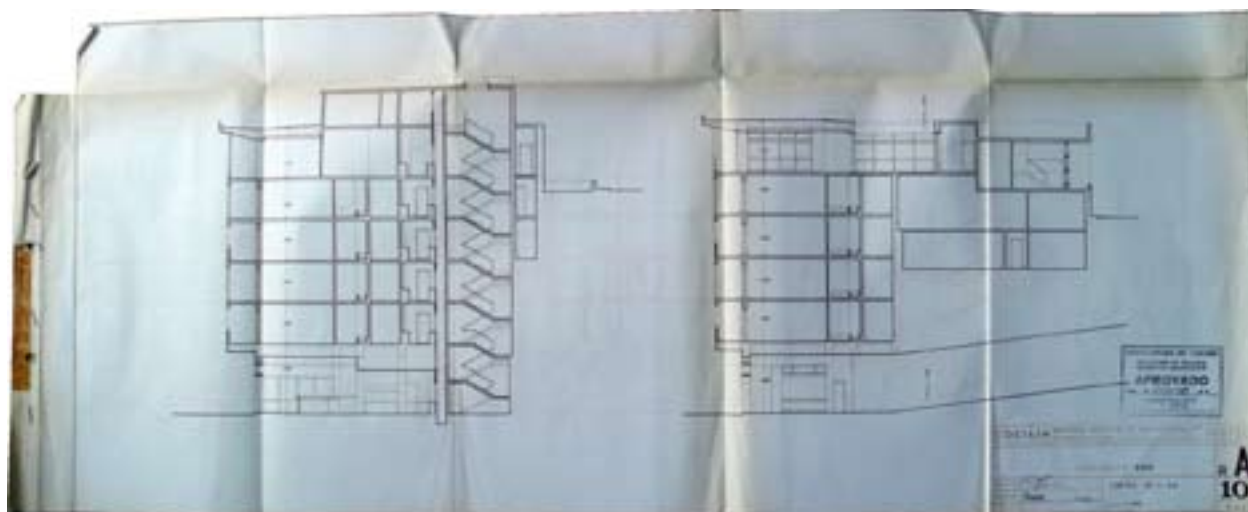
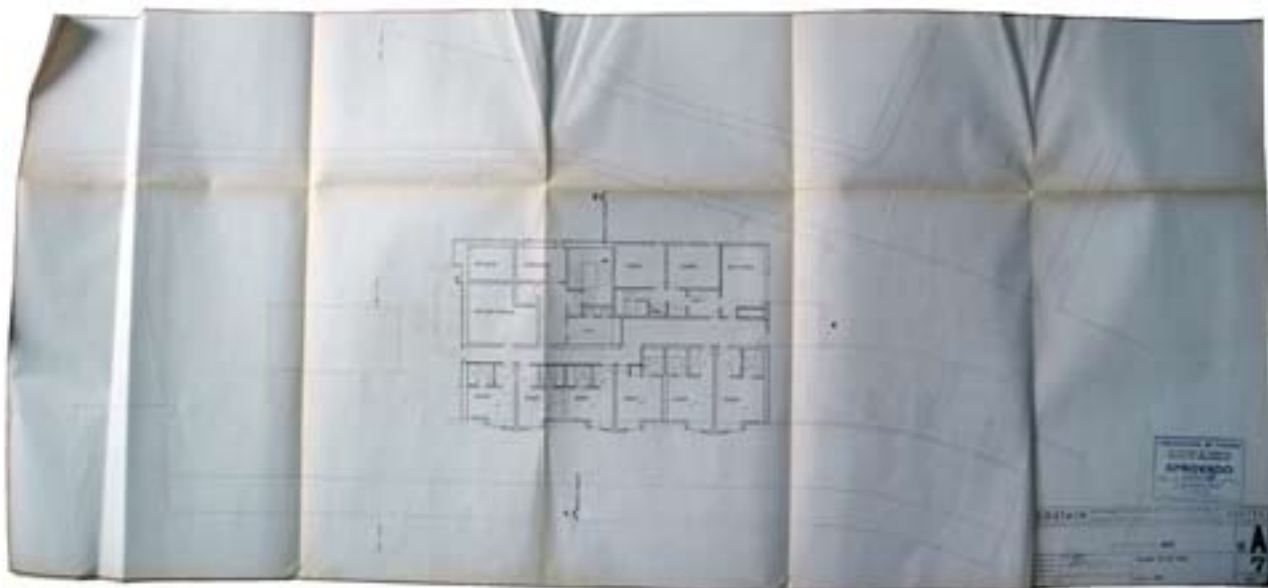
Projecto XX/IV
Planta do 2.º Piso
 e
Planta do 3.º Piso
 COSTAIN, 1964-1966
 (imagens Arquivo Turismo de Portugal)

²² Segundo o *Diário de Lisboa*, o Hotel Sol e Mar de Albufeira havia oferecido, já a 13 de Julho de 1965, o “jantar de despedida” da visita oficial do Presidente da República ao Algarve, a propósito da inauguração do Aeroporto de Faro dois dias antes. Jantar que seria “seguido de queima de fogo de artifício na baía”. Durante a sua estadia de três dias na região (11, 12 e 13 de Julho), a comitiva do Presidente Almirante Américo Thomaz instalou-se na Pousada de São Brás de Alportel. (Cit. “A visita Presidencial ao Algarve”, *Diário de Lisboa*, Ano 45.º, N.º 15292, 13 Julho 1965, p. 2)



Projecto XXIV
Planta do 4.º Piso
e
Planta do 5.º Piso
COSTAIN, 1964-1966
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)

De acordo com a vistoria, realizada, a 2 de Agosto de 1966, pelos serviços da Repartição de Actividades Turísticas, o novo estabelecimento hoteleiro seria classificado na categoria de 1.^a-A, e não de luxo, como se pretendia, por não dispor de: Sala de Reuniões, Salão para Banquetes, Sala de Televisão, Sala de Leitura ou Biblioteca, Refeitório para crianças, *suites*, quartos com casa-de-banho “especial” ou com dois lavatórios, instalação sonora ou de rádio nos quartos, qualquer instalação desportiva (piscina, ténis, bowling, sala de ping-pong), garagem e parque guardado, ar condicionado nos quartos e entrada e depósito para bagagens.



“Além do exposto, há que referir que o serviço de restaurante não tem o requinte necessário a uma categoria de luxo, no que diz a confecção dos pratos, nem no que se refere a pessoal de mesa, que é constituído por grande número de elementos do sexo feminino. Cabe notar, também, que os materiais empregados na construção, embora com bom nível, não são luxuosos”.

No piso térreo do Hotel, com entrada pelo exterior, tinha sido, entretanto, inaugurada a *boîte* “O Pescador”, espaço de diversão nocturna para os hóspedes, onde marcava presença o mobiliário de verga e a decoração com aparelhagem da faina do mar.

*Projecto XXIV
Planta do 6.º Piso
e
Cortes CD e AB
COSTAIN, 1964-1966
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)*

Hotel Sol e Mar, Albufeira
Fotografias, 1967
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel Sol e Mar, Albufeira
Recepção,
Zona de Estar
e
Sala de Jantar
Fotografias, 1967
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Sol e Mar, Albufeira
Bar,
Quarto
e
Boîte
Fotografias, 1967
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)



O aparecimento e o início da construção, ao longo dos anos sessenta, de uma série de novos hotéis no Algarve, retirava, no entanto, a importância inicialmente atribuída ao empreendimento de Albufeira, considerado, à altura da apresentação do projecto de 1955, a primeira unidade hoteleira moderna a ser edificada na região e a mais excepcional iniciativa de valorização turística local. Um desses hotéis era o Hotel do Garbe, na Praia de Armação de Pêra, inaugurado em 1963.²³

Encomenda, em 1959, de Francisco Oliveira Santos aos arquitectos Jorge Ferreira Chaves (1920-1981) e Frederico Sant'Ana (19??-1961), o Hotel do Garbe vai implantar-se fora do núcleo urbano de Armação de Pêra, anunciando o seu desenvolvimento, para poente, a partir da Avenida Marginal. Pensado inicialmente para dispor de apenas trinta quartos, ocupa, tal como o Casino existente, um lote sobre a falésia de limite à Praia, ou seja, já do “lado de lá” daquela artéria.

À escolha dos arquitectos não terá sido, certamente, indiferente a sua colaboração no projecto e na execução da obra do Hotel Ritz, em Lisboa, inaugurado, nesse ano de 1959, a 25 de Novembro. Propriedade da SODIM - Sociedade de Investimentos Imobiliários, grupo financeiro criado, em 1953²⁴, para a construção de um hotel de luxo na capital portuguesa, a iniciativa conta com o apoio político do próprio Oliveira Salazar, sendo considerada “*não só de interesse económico para o país, como de interesse político e cultural*”²⁵. A localização do Hotel terá sido sugestão do autor do projecto, o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro, que propõe a compra de um terreno público, na Rua Castilho, junto ao Parque Eduardo VII.

²³ Durante a pesquisa realizada no arquivo da antiga Direcção-Geral do Turismo, actual Turismo de Portugal, não foi possível ter acesso ao processo relativo a este empreendimento, uma vez que o mesmo se encontrava requisitado por aqueles serviços.

²⁴ Com um capital social de 30 mil contos e constituído por dez sócios, cada um com 10% do capital e importantes nomes da economia nacional: António de Medeiros e Almeida, António Manuel de Almeida, Caetano Beirão da Veiga, José Eduardo Guedes de Sousa, José e Ricardo Espírito Santo, Manuel Boushosa, Manuel Queirós Pereira, a empresa Bensaúde e a Empresa Geral de Fomento.

²⁵ TOSTÕES, Ana (Texto), VIEIRA, Joaquim (direcção), *Fotobiografias Século XX: Pardal Monteiro*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2009, p. 163.

Grande Hotel
Propriedade da SODIM
3 - Planta de Conjunto
 e
Grande Hotel - Perspectiva
do lado da Rua Rodrigo da
Fonseca
 P. Pardal Monteiro, c.1953
 (imagens Estúdio Mário Novaes/
 /Biblioteca de Arte FCG)



Maqueta do Hotel Ritz
 P. Pardal Monteiro, c.1953
 (imagem TOSTÕES, Ana (Texto),
 VIEIRA, Joaquim (direcção),
Fotobiografias Século XX: Pardal
Monteiro, Mem Martins, Círculo de
Leitores, 2009, p. 166)

Com um primeiro projecto traçado, ainda, em 1952, a solução evolui, até 1955, altura em que o estudo é aprovado pelos serviços do SNI, “*de uma versão em L para uma implantação em curva alongada e finalmente para uma solução próxima da arquitectura internacional que se praticava na altura e que passou a caracterizar os modelos de hotel de luxo referidos à cadeia americana Holiday Inn*”²⁶. Nesse sentido, e enquadrado no movimento de renovação urbana que se vive em Lisboa na década de cinquenta²⁷, o Hotel Ritz afirma a sua presença cosmopolita desenhando-se como um volume puro singular, assente, parcialmente, sobre pilotis, numa plataforma elevada, ajardinada²⁸, que resolve, a partir dos espaços comerciais criados ao nível da rua, o diálogo com a envolvente urbana.

Mas, apesar de apadrinhada pelo Governo, a verdade é que, pela sua linguagem, esta obra encontra alguma resistência dentro dos próprios círculos oficiais, como ficava claro no discurso do, então, Ministro da Presidência, Pedro Theotónio Pereira, proferido no dia da inauguração:

*“O Ritz pode ter linhas modernas porque foi edificado numa parte nova da cidade. (...) Essa opção não deve ser seguida nas outras situações (...). Em velhas povoações do interior ou do litoral, na Beira como no Algarve, onde houver carácter e beleza local, o papel dos artistas não é reproduzir indiscriminadamente pequenos Ritzes de tipo mais ou menos económico, mas reinterpretar as sugestões do ambiente (...). Não faltam espaços vazios onde ensaiar novos estilos e novas ideias (...). Entretanto, criemos de Norte a Sul do País uma verdadeira consciência do que é preciso preservar, defender e até melhorar e completar, se possível, em matéria de paisagens urbanas tradicionais. É isso que a grande massa dos que nos visitam mais aprecia e procura conhecer. (...) Toda a vasta infra-estrutura que o moderno turismo nos impõe deve ser sensível a esse espírito de compreensão dos valores locais.”*²⁹

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Com intervenções como o Bairro das Estacas (Formosinho Sanchez e Ruy Jervis d’Athouguia, 1949-1955), o conjunto da Avenida Infante Santo (Alberto José Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1955), ou os Olivais Norte (Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, 1955-1958).

²⁸ Intervenção do arquitecto paisagista António Viana Barreto.

²⁹ PEREIRA, Pedro Theotónio, “O futuro demonstrará, firmemente o creio, que foi avisado dotar Lisboa com um hotel desta classe e dar tão bela realização a esta necessidade de uma grande capital”, *O Século*, 25 Novembro 1959, p. 7. (Citado em TOSTÕES, Ana (Texto), *Pardal Monteiro*, op. cit., p. 164 e AGAREZ, Ricardo, “Local Inspiration for the Leisure of Travellers: Early Tourism Infrastructure in the Algarve (South Portugal), 1940-1965”, INTERNATIONAL CONFERENCE, Leuven, 2012. GOSSEY, Janina, HEYNEN, Hilde (eds.), *Architecture for leisure in Post-War*

Aprendida a lição moderna no Ritz, é precisamente essa “*compreensão dos valores locais*” que Jorge Ferreira Chaves e Frederico Sant’Ana propõem em Armação de Pêra.

“Foi nossa principal preocupação projectar um edifício (...) que não constituísse uma surpresa para quem chega a Armação de Pêra, ferindo a sensibilidade por ser grande, majestoso ou exótico; antes pelo contrário um edifício que antes de ser visto, já tenha sido pressentido, por ser igual em espírito a outras massas construtivas, encontradas aqui e ali, um pouco por toda a parte, no Algarve, (...). Para isso nada mais é preciso do que (...) compreender e respeitar a sabedoria que o ‘arquitecto’ do Algarve patenteia ao estabelecer uma escala humana para dimensionar, um carácter para modelar os seus edifícios, que vem da lógica da aplicação dos seus materiais e principalmente, muito principalmente do seu próprio conceito de habitar, que ele sente na massa do seu sangue; (...).”³⁰

Mais do que responder ao apelo do Ministro da Presidência, estava, aqui, em causa a procura da essência de uma arquitectura algarvia, lida nas suas maneiras ancestrais de construir e de habitar, não como receituário de formas, mas como modelo aberto a aproximações e a reinterpretações de carácter contemporâneo. Uma procura fundamentada nos ensinamentos recolhidos, *in locu*, pelo *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, trabalho que se ultimava para publicação.

O Ante-Projecto para o Hotel do Garbe é a tal ponto apreciado pelos técnicos do SNI que o seu proprietário é incentivado a duplicar a capacidade de alojamento inicialmente prevista, reformulando-se o projecto para que a nova unidade passasse a dispor de sessenta quartos. É, inclusivamente, o próprio SNI que defende a proposta, junto da DGSU, contra a evidência de que a implantação escolhida não respondia aos afastamentos mínimos exigidos pela delimitação do Domínio Público Marítimo, alegando a relevância turística da iniciativa³¹. Ficava explícito, pela actuação daquele organismo, que a abordagem desenvolvida pela dupla de arquitectos era a que se pretendia para a região.

Europe: 1945-1989, Leuven, Katholieke Universiteit, Leuven, 2012, p. 190)

³⁰ Da Memória Descritiva do Ante-Projecto do Hotel do Garbe, datada de 5 de Fevereiro de 1960, citada em AGAREZ, Ricardo, op. cit. p. 187.

³¹ Em ofício de 24 de Maio de 1960, enviado pelo SNI à DGSU. (Cf. Idem, *ibidem*)

Página seguinte:

Hotel do Garbe,

Armação de Pêra

Plantas dos Pisos

Jorge Ferreira Chaves e

Frederico Sant'Ana, 1960

(imagem adaptada de PAULA, Rui M.,

“Hotel do Garbe”, *Arquitetura*,

Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro

1964, p. 104)

Legenda:

1 - Hall

2 - Bar

3 - Salão

4 - Sala de Jogos

5 - Restaurante

6 - Esplanada

7 - Salão de Inverno

8 - Barbeiro

9 - Cabeleireiro

O novo projecto seria finalizado em Dezembro de 1960, sendo aprovado em Abril seguinte e o Hotel classificado de “Utilidade Turística”. Em vez de um volume único, paralelo à linha de costa, os arquitectos optam por fragmentar o programa, distribuindo-o por vários corpos, articulados entre si, que acompanham o recorte da falésia. O edifício desenvolve-se em quatro pisos: no piso térreo, localizam-se os espaços de utilização comum (Bar, Salão, Sala de Jogos, Restaurante e Esplanadas), com vista para o mar, e a administração e os serviços de apoio, junto à entrada; os dois andares superiores, são ocupados, exclusivamente, por quartos, organizados em três corpos que, em planta, formam um “Y”, favorecendo a orientação para sul e nascente; por fim, o piso inferior, com o Salão de Inverno, mais íntimo e acolhedor, alguns espaços técnicos e um quarto corpo de quartos, encastrado na rocha e com ligação directa à Praia.

Vista do mar, esta organização dos pisos é reforçada pelo tratamento plástico do conjunto, em que à horizontalidade linear do piso inferior se contrapõe a massa compacta dos dois pisos superiores, “soltos do chão” pelos envidraçados contínuos das Salas de Estar e de Jantar. Nestes dois últimos pisos, o jogo de cheios e vazios, luz e sombra, saliências e reentrâncias introduzido pelas varandas dos quartos é explorado no sentido de conferir um maior dinamismo e expressividade à composição dos alçados.

Hotel do Garbe,

Armação de Pêra

Fotografia, c.1964

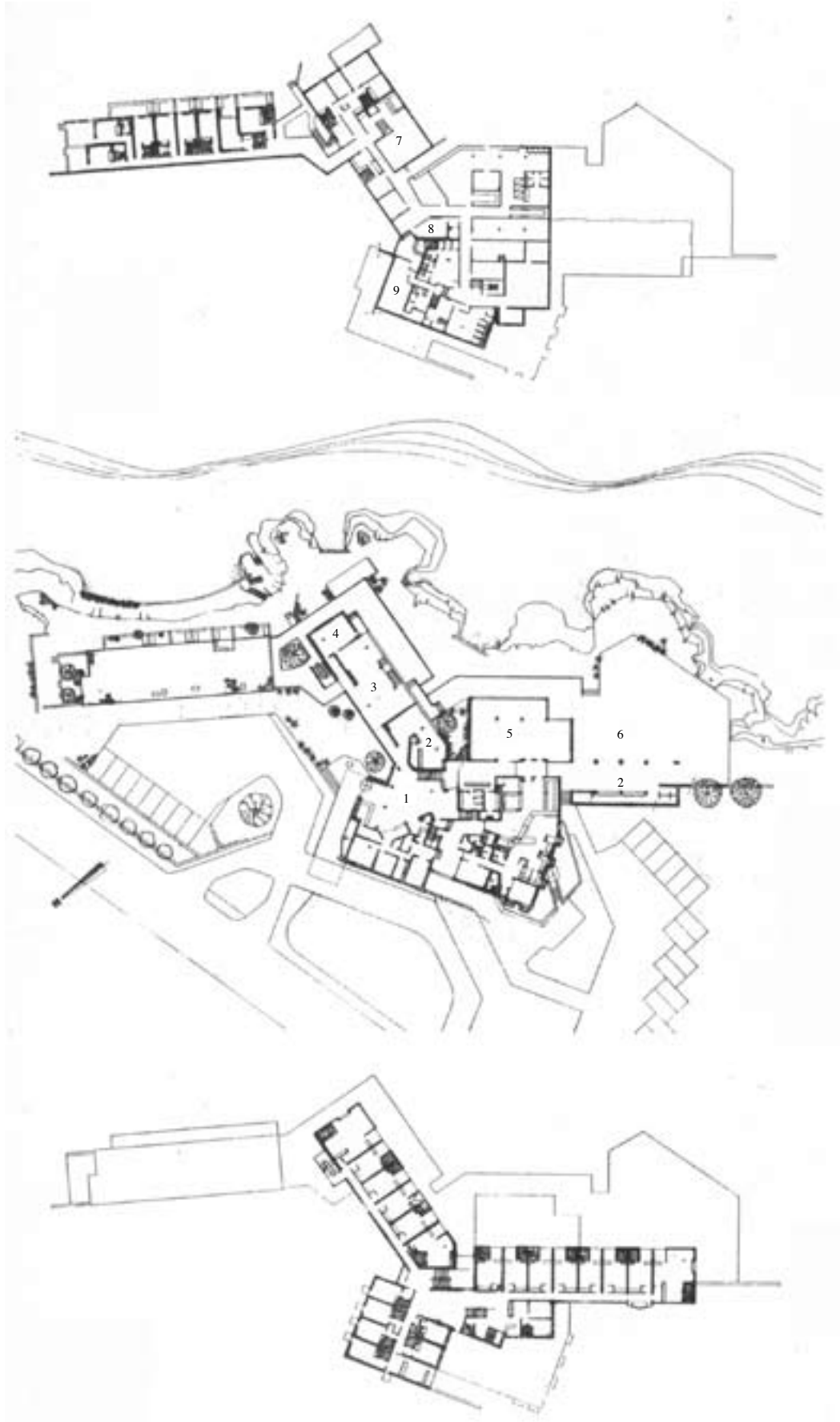
(imagem PAULA, Rui M.,

“Hotel do Garbe”, *Arquitetura*,

Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro

1964, p. 101)





Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Fotografia, c.1964
(imagem PAULA, Rui M.,
"Hotel do Garbe", *Arquitectura*,
Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro
1964, p. 102)



Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Fotografia, c.1964
(imagem PAULA, Rui M.,
"Hotel do Garbe", *Arquitectura*,
Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro
1964, p. 105)





Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Restaurante
Fotografia, c.1964
(imagem PAULA, Rui M.,
“Hotel do Garbe”, *Arquitectura*,
Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro
1964, p. 108)



Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Terraço da Sala de Estar
Fotografia, c.1964
(imagem PAULA, Rui M.,
“Hotel do Garbe”, *Arquitectura*,
Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro
1964, p. 108)



Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Esplanada
Fotografia, c.1964
(imagem PAULA, Rui M.,
“Hotel do Garbe”, *Arquitectura*,
Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro
1964, p. 109)

Desde o início, a intervenção de Chaves e de Sant’Ana em Armação de Pêra estrutura-se a partir de três elementos-chave: o “Sítio”, o “Espaço” e a “Matéria”. Por um lado, houve a vontade de respeitar a envolvente natural e de valorizá-la pela distribuição das novas massas construídas, que realçam o contorno irregular da falésia, *“criando-lhe um novo perfil mais puro e nítido”*³², pelo contraste do branco da cal sob o azul do céu. Por outro, explorou-se a fragmentação do conjunto com base no programa funcional, expondo a organização espacial interna num jogo movimentado de volumes *“que oferece a cada posição do espectador novos aspectos ricos e diversificados”*. Organização interna que se pauta por um mesmo conceito de fluidez: *“Do amplo ‘hall’ (...) tem-se uma noção imediata do esquema do hotel, uma vez que os elementos construtivos e os espaços se demarcam e se fundem, num processo espacial dinâmico, que patenteia, aos olhos de quem se desloca um pouco, todos os órgãos que completam este andar”*³³. E, por último, procurou-se dar uma expressão e carácter locais ao conjunto, através de uma certa materialidade que é conferida à construção, não só em termos da composição da forma, como na própria escolha dos acabamentos, sugerindo um edifício que *“brotou do solo e do espírito humano, agarrado ao terreno e perfeitamente ‘aclimatado’”*.³⁴

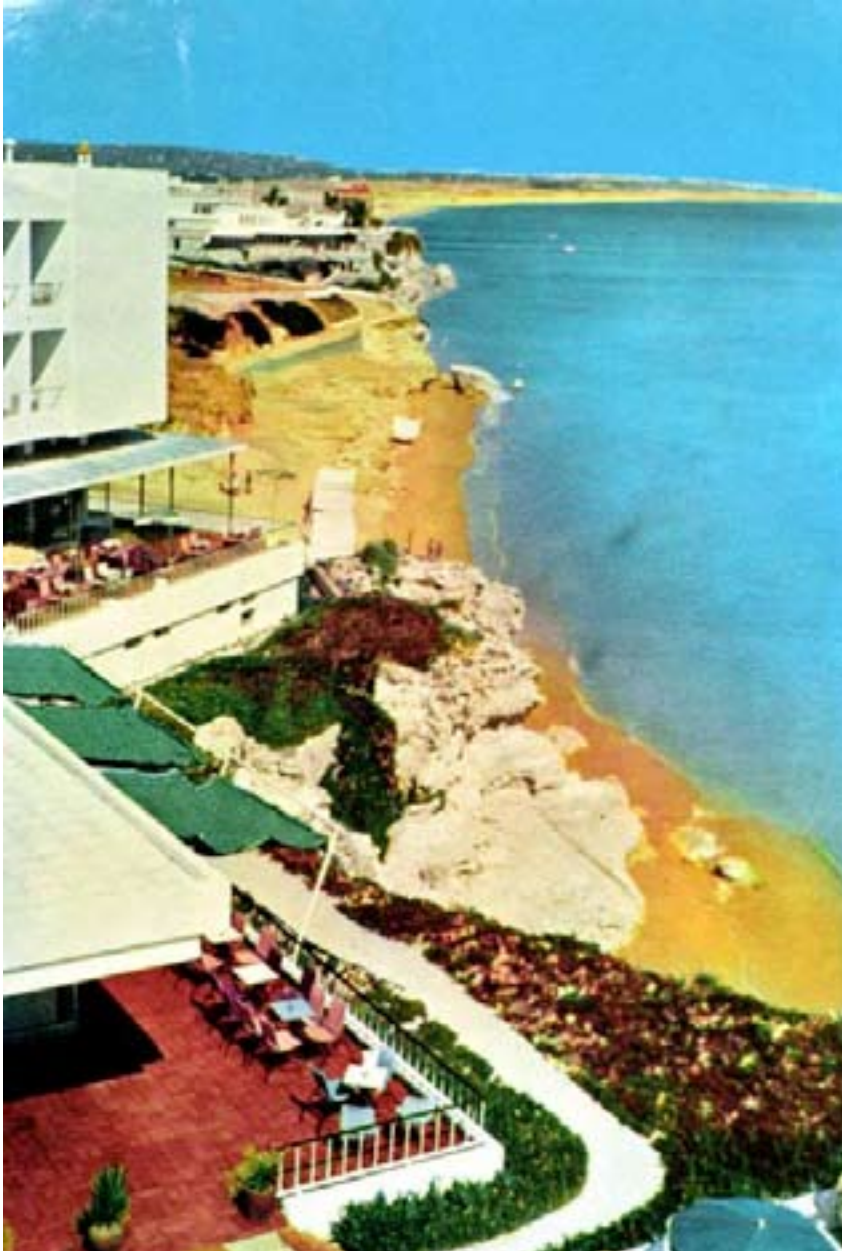
Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Fotografia, c.1964
(imagem www.skyscrapercity.com)



³² Da Memória Descritiva do Ante-Projecto, citada em PAULA, Rui M., “Hotel do Garbe”, *Arquitetura*, Lisboa, IV Série, N.º 83, Setembro 1964, p. 107.

³³ Idem, p. 103.

³⁴ Da Memória Descritiva do Ante-Projecto, citada em idem, p. 108.



Hotel do Garbe,
Armação de Pêra
Fotografia, c.1964
(imagem www.skyscrapercity.com)

No seu número de 23 de Outubro de 1964, a americana *Life Magazine* anunciava o Algarve como “*Europe’s Best Travel Bargain*”³⁵. O artigo, profusamente ilustrado com fotografias de Farrell Grehan, revela alguns aspectos desta “*lovely, little-known land of sandy coves on sun-warmed shores*”, entre eles a hora do pequeno-almoço na Esplanada do Hotel do Garbe, inaugurado no ano anterior e aqui, curiosamente, apresentado como “o Ritz do Algarve”.³⁶

³⁵ “Portugal’s Algarve - lovely, little-known, Europe’s best travel bargain”, *Life Magazine*, Vol. 57, N.º 17, 23 October 1964, pp. 62-75.

³⁶ Em 1973, dez anos depois da sua inauguração, o Hotel do Garbe seria alvo de uma primeira ampliação, projecto de Jorge Ferreira Chaves, sendo, nessa altura, também construída a Piscina.

A propósito do comentário ao Hotel do Garbe, publicado em Setembro de 1964 na *Arquitectura*, Rui Mendes Paula (1924-1996), então director da revista, aproveitava a ocasião para fazer um extenso reparo à forma como, em Portugal, se tinha vindo a processar a urbanização e o equipamento das chamadas “Zonas Turísticas” e, em particular, à situação do Algarve:

“Ao termos conhecimento de que, pelo menos, cerca de uma dúzia de novos conjuntos hoteleiros estão neste momento na fase de projecto - o que nos faz pensar que dentro de três anos, o máximo, eles serão uma realidade na costa algarvia, não podemos deixar de ficar apreensivos quanto ao futuro daquelas zonas, na medida em que conhecemos muito bem o que tem sucedido a outras, que, embora menos favorecidas pela Natureza, se transformaram ou pretendem transformar-se em ‘zonas turísticas’.

O Hotel do Estoril, neste momento na fase de acabamentos, sem escala com a Natureza e as construções próximas, a zona da Praia Grande no Rodízio, onde se procede à destruição das suas arribas, o Guincho, aquelas escassas zonas do Algarve já ‘invasivas’, quer se chamem Praia da Rocha, onde a paisagem se transforma, Albufeira, ou mesmo Armação de Pêra, onde neste momento a Junta de Turismo procede à execução de arranjos completamente incompreensíveis, são exemplos que nos fazem temer o pior, quando, como agora, se pretende, de um jacto, equipar toda a costa algarvia por forma a responder às exigências dum turismo que, por nada se ter feito, não obriga necessariamente a recuperar, em pouco tempo, os anos perdidos.

A beleza das suas arribas e areais, conjugados com os aglomerados piscatórios que se antevêm de quando em quando e que formam um conjunto harmonioso e profundamente característico, merece - e ainda estamos a tempo disso -, todo o carinho e generosidade da nossa parte. Merece que os tratemos com verdadeira paixão e respeito ao estabelecer-se a planificação para o seu aproveitamento e a forma de ocupação do seu solo.

Sem dúvida que não será através de regulamentos rígidos de limites de ocupação ou do estabelecimento de cêrceas. Construções a 200m da costa, porque não a 1000 ou a 20? Qual o critério? Edifícios com 4 pisos, porque não 10 ou 1? Qual o critério?

Só através do estudo profundo, zona por zona, atendendo às características e composição existentes, é possível definir qual a melhor ocupação, qual o melhor enquadramento a estabelecer, por forma a não destruir o que existe mas sim a completá-lo. E isto mesmo em relação à paisagem (...).

Pelas dificuldades em que se encontram os hotéis existentes no Algarve e pressupondo que dentro de 3 a 4 anos eles duplicam, reveste-se de toda a acuidade o esclarecimento do seguinte:

Está prevista para essa altura, a construção, a rectificação ou o completamento do sistema viário existente?

Está prevista a construção das redes de abastecimento de águas e de electricidade? Está prevista a construção da rede de saneamento e das respectivas estações de tratamento de esgotos?

Está prevista a construção de todas aquelas indústrias de apoio - aviários, matadouros, etc. - necessárias ao desenvolvimento da indústria hoteleira?

Está previsto o sistema de abastecimento de carne fresca e outros produtos?

Por outro lado, está prevista, para aquela altura, a construção do equipamento indispensável e de apoio às praias - balneários, equipamento infantil, restaurantes, 'snaks', parques de campismo, etc.?

Todos estes problemas se levantam na medida em que, se não forem executadas as infra-estruturas necessárias, todo o desenvolvimento e valorização do Algarve fica comprometido.”³⁷

O aumento da construção hoteleira no Algarve, de que a revista *Arquitectura* nos daria conta com a apresentação de algum dos seus melhores exemplos em números posteriores, colocava, agora com outra pertinência, a necessidade de se planear o território litoral para o seu aproveitamento turístico. Como vimos, nesta altura, estava já em curso a elaboração do *Plano Regional do Algarve* que, no entanto, só estaria concluído dois anos depois, na sua fase preliminar, porque os estudos sectoriais, esses, só começam a ser apreciados pelo CSOP em 1972.

Interessante é que a chamada de atenção do director da revista portuguesa surge quatro meses depois da divulgação na sua congénere espanhola³⁸ dos resultados do *Pequeño Congreso* de Tarragona, o terceiro destes eventos dedicado à questão do Turismo e das suas implicações na *Arquitectura* e no *Urbanismo*. Congresso no qual Georges Candilis havia apresentado o caso francês do Languedoc-Roussillon.³⁹

³⁷ PAULA, Rui M., op. cit., pp. 101 e 103.

³⁸ *Arquitectura: Organó del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 6, Num. 65, Mayo 1964.

³⁹ Criados por iniciativa de Oriol Bohigas, ligado ao “Grupo R” de Barcelona (em actividade de 1951 a 1959), e Carlos de Miguel, director (desde 1948 a 1973) da revista *Arquitectura* espanhola, órgão oficial do Colégio de Arquitectos de Madrid, os *Pequeños Congresos* (PPCC) surgem como plataforma colectiva de apresentação e de debate de projectos e de temas relacionados com a actividade dos arquitectos espanhóis e a realidade contemporânea. Entre 1959 e 1968 são realizados dez destes encontros: 1.º Madrid (14 a 16 Novembro 1959), em que se discutem questões relacionadas com “*Urbanismo*”, “*Los materiales de construcción a utilizar en España*” e “*Lo desaburguesamiento de la familia española*”; 2.º Barcelona (30 Abril a 2 Maio 1960), sem um tema específico, focando-se na apresentação e crítica de projectos concretos; 3.º San Sebastián (9 a 11 Outubro 1960), dedicado a “*La arquitectura vinculada al uso turístico del territorio*”; 4.º Córdoba

“Editorial

En este número de la Revista se presenta el desarrollo del último de los llamados Pequeños Congresos de Arquitectura. Se celebró en Tarragona, hace ya unos meses; (...)

Se habló del turismo, como se había hablado también del turismo en el anterior Congreso, celebrado en Málaga. Participaron profesionales de toda España, y no sólo arquitectos; acudió Candilis. Se presentaron,

y se discutieron, un número de trabajos. (...)

Y por qué se habló del turismo? No tiene nada de particular, por de pronto, puesto que del turismo están hablando hoy casi todos los españoles. Pero es claro que a los arquitectos el turismo nos toca más de cerca que a otros.

En primer lugar, porque nos da mucho trabajo; el turismo es el cuerno de la abundancia para los arquitectos, como lo es para los terratenientes, los contratistas, los especuladores, los hoteleros, y para tantos otros. (...)

Pero, por otro lado, los arquitectos asumen en este respecto una enorme responsabilidad para con el país. (...) Somos quienes creamos el medio físico de una industria para la que el medio lo es casi todo.”

RICRUEJO, Juan A., “Editorial”, *Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 6, Num. 65, Mayo 1964, p. 3

Já dois números antes, em Março de 1964, a portuguesa *Arquitectura* havia publicado a tradução de “Consideraciones sobre el Urbanismo en relación con el turismo en España”⁴⁰, artigo do arquitecto Federico Correa (1924), membro da Comissão Organizadora do *Pequeño Congreso* de Barcelona⁴¹. Neste texto, o arquitecto defendia a salvaguarda do litoral espanhol pelo alargamento da Zona Marítimo-Terrestre de protecção às Praias e a sua articulação directa com “*una faixa de baixo coeficiente de edificação e de edifícios de uso mais ou menos colectivo*”⁴². Fora destas zonas, e “*particularizando no que se refere à arquitectura, torna-se desejável uma maior concentração em zonas determinadas com edifícios em blocos, em altura ou vivendas unifamiliares tipo ‘town houses’ e, [em alternativa], grandes zonas de parques nacionais ou vivendas unifamiliares com baixo coeficiente de edificação. É contraditória a actual situação do desenvolvimento em cidade-jardim extensiva*”. A “*continuem as coisas como estão actualmente, poder-nos-emos encontrar num futuro mais ou menos próximo com a desagradável situação de termos a nossa costa totalmente construída e em mãos de particulares mais ou menos especuladores e ainda por cima estrangeiros*”.

É sobre essa situação que, dez anos depois, Mario Gaviria e os seus colaboradores iriam reflectir, em *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*.⁴³

(9 a 11 de Outubro 1961), sobre “*La planta de viviendas modestas*”; 5.º Málaga (19 a 21 Abril 1963) e 6.º Tarragona (6 a 8 Dezembro 1963), ambos incidindo sobre os problemas do “*Urbanismo turístico*”; 7.º Toledo e Segovia (4 e 5 Dezembro 1965), abordando “*El planeamiento urbanístico de las ciudades histórico-artísticas*”; 8.º Tarragona (4 a 7 Maio 1967), dedicado a “*La agrupación de la vivienda*”, e que conta, pela primeira vez, com a participação de arquitectos portugueses (Nuno Portas e Eduardo Anahory); 9.º Tomar, Portugal (8 a 10 Dezembro 1967), sob o tema “*Unidades habitacionais: território comum entre a Arquitectura e o Urbanismo*”; e 10.º Vitoria (11 a 13 Outubro 1968), com o título “*Lenguaje y tecnología*”. Existem, ainda, referências a encontros realizados em Sitges, Barcelona, em 1969 e em 1972. (Cf. CORREIA, Nuno, *O nome dos Pequenos Congressos: A primeira geração de encontros em Espanha 1959-1967 e o Pequeno Congreso de Portugal*, Tesina de Master em Teoria e Historia de la Arquitectura, Barcelona, Departamento de Composición Arquitectónica ETSAB, Universitat Politècnica de Catalunya, Maio 2010)

⁴⁰ CORREA, Federico, “Consideraciones sobre el Urbanismo en relación con el turismo en España”, *Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 5, Num. 55, Julio 1963, pp. 39-44.

⁴¹ Com Oriol Bohigas, Francisco Escudero e Vincent Bonet. Por sua vez, a Comissão do Congresso de Madrid tinha sido composta por Javier Carvajal, Miguel Fisac, Carlos de Miguel, Antonio Perpiná e Alejandro de La Sota.

⁴² CORREA, Federico, “Considerações sobre o Urbanismo e suas relações com o turismo em Espanha”, *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 81, Março 1964, p. 40.

⁴³ GAVIRIA, Mario, *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid

Não era, no entanto, só em Espanha que a classe profissional dava atenção ao problema da colonização da linha de costa para fins turísticos. Também em Itália, na sequência do seminário *Le coste e il turismo in rapporto alla conservazione del paesaggio*, realizado, em Roma, no âmbito do programa “Italia Nostra”, a 8 e 9 de Novembro de 1963, a revista *Casabella Continuità*, então dirigida por Ernesto Nathan Rogers (1909-1969), dedica os seus números de Janeiro e Fevereiro de 1964 à questão da transformação turística do litoral, em “Coste Italiane 1: Urbanistica” e “Coste Italiane 2: Esempi Tipologici”.⁴⁴

Abordando, no primeiro número, o tema do desenho urbano em situações de costa e do desenvolvimento de novos modelos espaciais e, no segundo número, o estudo de novas propostas tipológicas em alternativa às formas de especulação tradicionais, são apresentadas na revista as intervenções mais qualificadas então em curso no contexto italiano. Exemplos que serviam para advertir para três questões de carácter geral:

“1. anche la buona architettura e la buona ‘urbanistica’ non bastano a modificare lo sviluppo globalmente negativo della ‘valorizzazione’ turistica in atto sulle nostre coste. (...) Di più: gli interventi ad ‘alto livello’ sulle coste riproducono il fenomeno segregativo, dal punto de vista sociale, dei ‘quartieri alti’ delle città (...). Il fenomeno di fondo, il cosiddetto turismo di massa con le sue molteplici esigenze, rimane - d’altra parte - escluso da queste isole, senza risentirne la benché minima influenza o condizionamento positivo;

2. le opere di valorizzazione turistica, quindi anche quelle qualitativamente migliori, si inseriscono in un quadro generale, nazionale, di ‘spreco’ del territorio naturale (...);

3. fin tanto che il problema del turismo sarà visto settorialmente (slegato cioè da tutti altri problemi di sviluppo sociale, economico e civile) e per comprensori limitati (che, nella quasi totalità degli esempi, costituiscono solo frazioni spesso molto piccole dell’intera superficie dei Comuni in cui i nuovi insediamenti si trovano) non esisteranno possibilità di modifica alla paurosa e caotica prospettiva dello sviluppo in corso.”⁴⁵

Ediciones Turner, 1974.

⁴⁴ O primeiro, com editorial de Rogers intitulado “*Homo Additus Naturae*” e, o segundo, “*Creazione del Paesaggio*”. (Cf. ROGERS, Ernesto Nathan, “*Homo Additus Naturae*”, *Casabella Continuità (Coste Italiane 1: Urbanistica)*, Milano, N.º 283, Gennaio 1964, pp. 2-3 e ROGERS, Ernesto Nathan, “*Creazione del Paesaggio*”, *Casabella Continuità (Coste Italiane 2: Esempi Tipologici)*, Milano, N.º 284, Febbraio 1964, p. 1)

⁴⁵ *Casabella Continuità (Coste Italiane 1: Urbanistica)*, Milano, N.º 283, Gennaio 1964, p. 4.

Conclui-se, daqui, que a solução para a valorização turística da costa não passava apenas pela qualidade das intervenções programadas, mas, e sobretudo, por uma planificação racional do território como um todo, contínuo e alargado, tendo em conta as suas dinâmicas espaciais e humanas. Lembrando Fernando Távora, pensar o território como um “composto” e não como uma “mistura”. A essa visão, Ernesto Nathan Rogers acrescentava a importância de se alcançar um equilíbrio entre preservação e invenção da paisagem.

Mas, voltando ao Hotel do Garbe e ao Algarve, o comentário de Rui Mendes Paula na revista *Arquitectura* ganha outra dimensão se tivermos em conta que dez anos mais tarde, já depois do 25 de Abril, será ele o Comissário do Governo para o Planeamento do Algarve, acabando, também, por ser director do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve (GAPA).

Acompanhando o aumento do equipamento hoteleiro que se regista, no Algarve, na década de sessenta, também a Praia da Rocha iria dispor de um novo “Hotel de Praia”. Por um Ofício da DGSU dirigido ao SNI, de 19 de Dezembro de 1962, ficamos a saber que, por Despacho de 23 de Julho de 1956, o Ministro das Obras Públicas havia concordado “*com a construção de um novo hotel, a levar a efeito no local onde existiam as ruínas do edifício que deveria ser o Hotel Infante de Sagres naquela Praia*”⁴⁶. Iniciativa da Sociedade Foz do Arade, o projecto desse Hotel tinha sido aprovado pela Câmara Municipal de Portimão, em reunião de 21 de Fevereiro de 1957, emitindo-se a respectiva licença de construção. Licença que, por novo Despacho ministerial, de 25 de Julho de 1960, seria renovada, então a favor da Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, SARL⁴⁷, anulando-se a aprovação daquele primeiro projecto.

⁴⁶ Ofício N.º 6458, relativo ao Processo U-35-A-5, enviado pela DGSU ao Secretariado, em 19 de Dezembro de 1962.

⁴⁷ É, certamente, relativo a esta renovação da licença de construção que o *Projecto de um Hotel para a Praia da Rocha no Algarve*, realizado em 1959-1960 por Raul Lino, diz respeito. (Ver Capítulo 2.2.)

Verificando-se que, passados dois anos, as obras do Hotel não tinham sequer sido iniciadas, a mesma Câmara adverte aquela Sociedade “*que só será mantida a possibilidade de construção de uma unidade hoteleira naquele sítio da Praia da Rocha (...) se o novo projecto de edifício a construir der entrada nesta Secretaria Municipal até ao fim do corrente ano e desde que as respectivas obras tenham início no mesmo prazo*”⁴⁸. Sete meses depois Raul Tojal (1899-1969) finaliza o *Projecto dum “Hotel” para a Praia da Rocha que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende ali construir*⁴⁹, estudo aprovado pelo SNI, a 24 de Dezembro de 1962, com um ligeiro reparo:

*“No aspecto arquitectónico, embora os serviços Técnicos venham há muito exercendo uma orientação com vista a que os edifícios apresentem características próprias consoante as regiões onde se erguem, nem sempre este objectivo é atingido. No caso presente regista-se um esforço neste sentido.”*⁵⁰

Aparentemente, a questão da integração regional dependia, em grande medida, da interpretação do técnico responsável, dentro dos serviços oficiais, por avaliar o projecto, porque de algarvio o, agora, Hotel Algarve só tinha o nome.



Hotel Algarve,
Praia da Rocha
Fotografia Aérea, c.1967
(imagem “O Hotel Algarve na Praia da Rocha”, *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 100)

⁴⁸ Carta da Câmara Municipal de Portimão enviada à Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, em 26 de Janeiro de 1962, p. 2.

⁴⁹ Com Memória Descritiva datada de 8 de Setembro de 1962.

⁵⁰ Informação interna do SNI, de 24 de Dezembro de 1962, p. 1.

Página seguinte:
Hotel Algarve
na Praia da Rocha
Perspectiva,
8 - *Alçado Norte*
e 9 - *Alçado Sul*
Raul Tojal, 1962
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)

Implantada sobre as arribas da Praia, entre o Hotel Bela Vista e o Casino e alinhada pela Avenida Marginal, a nova unidade hoteleira vinha consolidar a frente marítima do núcleo mais antigo da Praia da Rocha, afirmando-se como um novo marco arquitectónico no perfil daquela estância balnear.



Hotel Algarve,
Praia da Rocha
(implantação do Hotel no
Plano de Urbanização da Praia
da Rocha de 1959, elaborado
pelo arquitecto Paulo Cunha e
aprovado, com reservas, a 26
de Setembro de 1961)
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

O programa pedia um estabelecimento com cem quartos e a ser dotado “*de todas as condições inerentes a um hotel de praia, mas, provido de atractivos próprios, como sejam: ‘Boite’, bares, esplanadas, piscina recreativa e banhos de água salgada aquecida*”⁵¹. A panorâmica sobre o mar determina a organização de todo o programa, concentrando-se os alojamentos e espaços de convívio dos hóspedes a sul e as distribuições e os serviços a norte. A imagem do conjunto resultaria da exteriorização dessa lógica interna, com o alçado norte, mais fechado, a revelar “*as galerias de comunicação e ao mesmo tempo a estruturação do edifício*”⁵², e o alçado sul, francamente aberto, animado pelos “*elementos de grelhagem*” das varandas dos quartos e que servem de “*protecção parcial em cada célula*”.

⁵¹ TOJAL, Raul, *Projecto dum Hotel para a Praia da Rocha que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende ali construir*, Lisboa, 8 Setembro 1962, p. 1.

⁵² Idem, p. 5.

No geral, “procurou-se o pormenor com sentido expressivo e o seu equilíbrio com sinceridade, sem artifícios nem pastiche, com o único desejo de que resulte um conjunto bem equilibrado com as características que o local pede, patenteando a época da sua realização”.



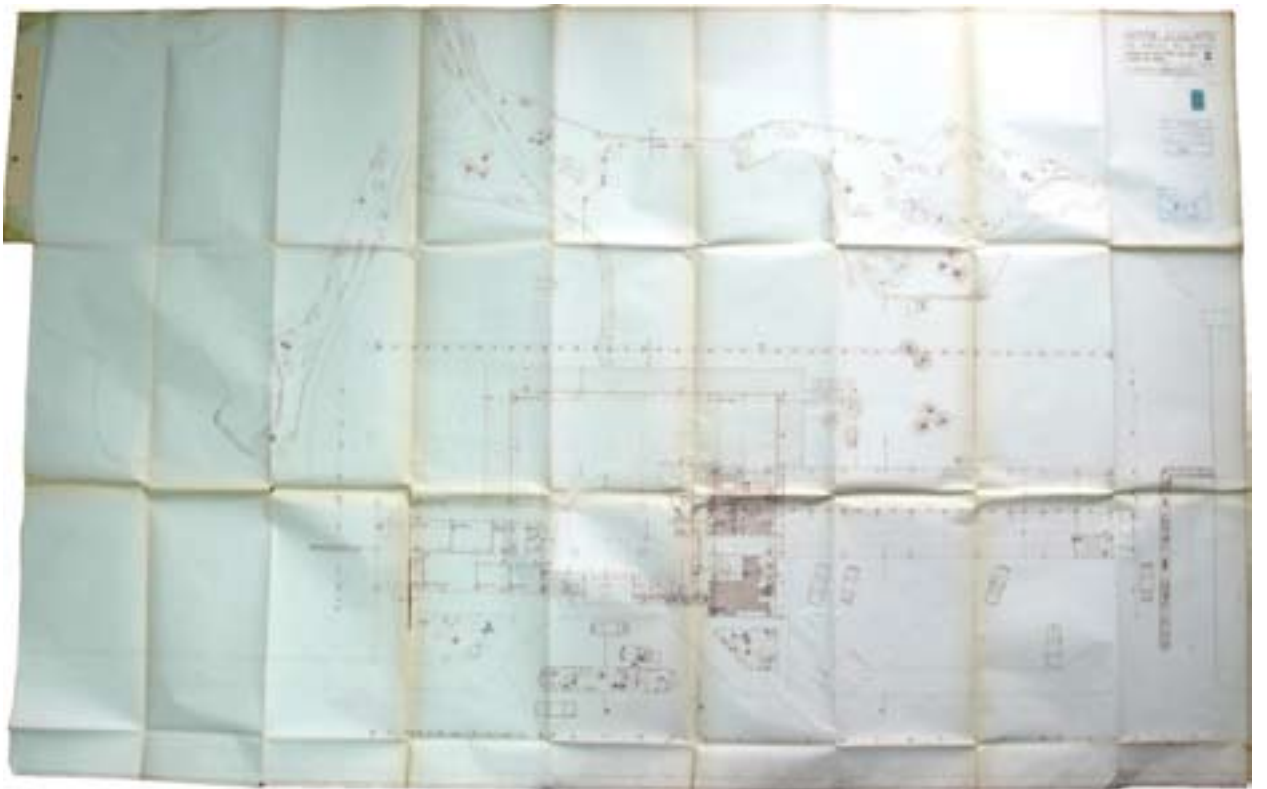
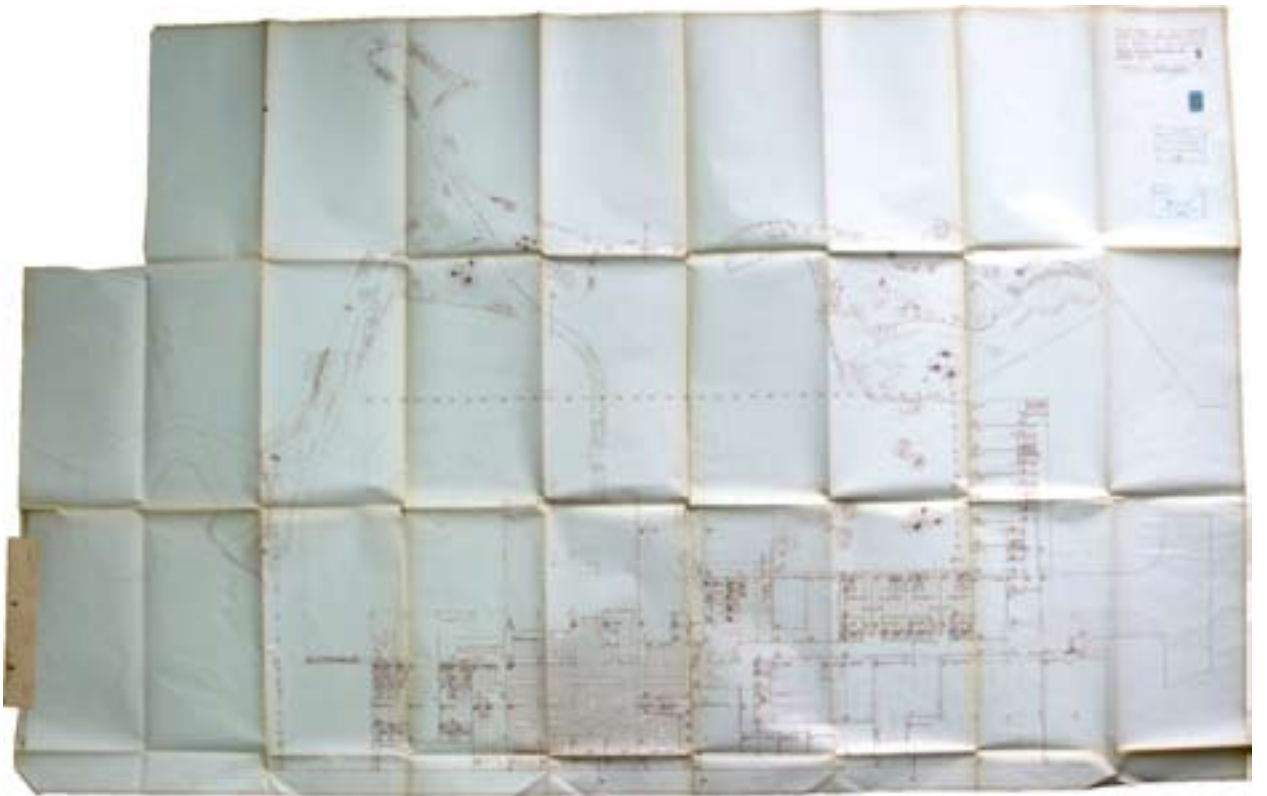
Página seguinte:
Hotel Algarve
na Praia da Rocha
2 - *Planta ao nível da Sala de*
Jantar (Cave)
e
3 - *Planta ao nível da entrada*
(Sala de Estar)
Raul Tojal, 1962
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)

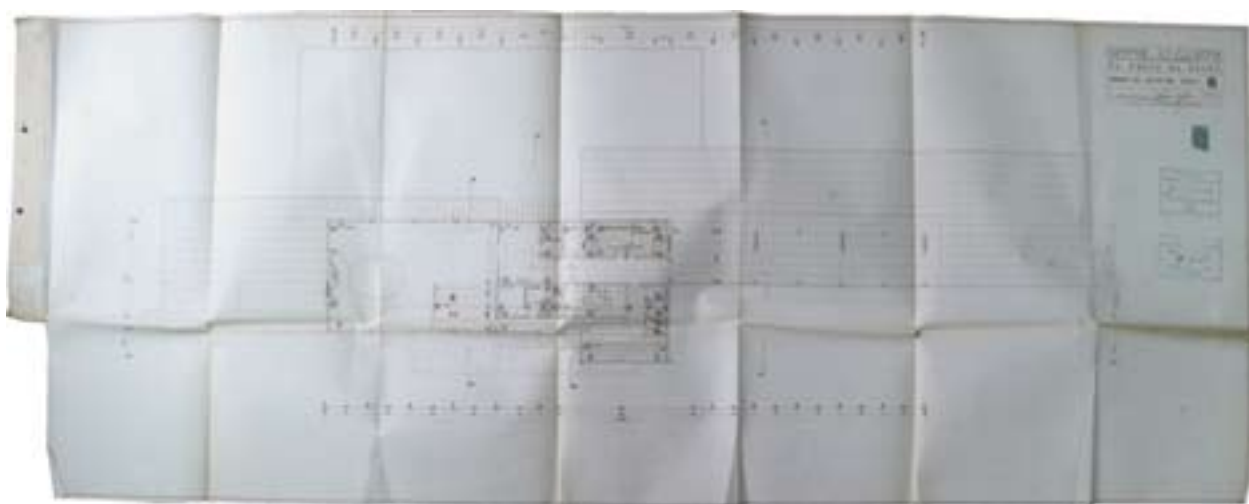
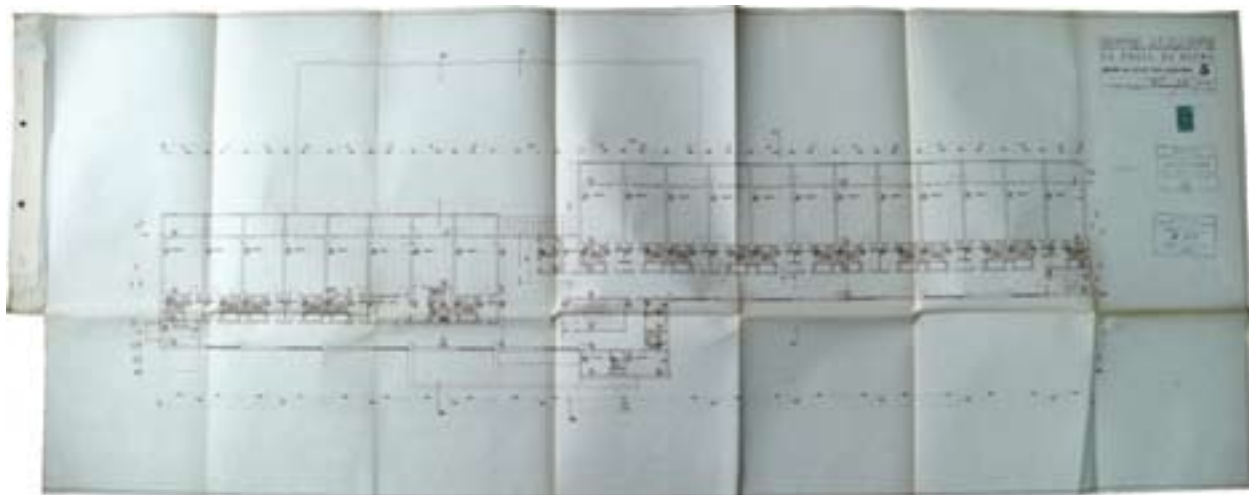
O edifício desenvolve-se em nove pisos, oito acima da cota da entrada, resolvida ao nível da Avenida Marginal, e um abaixo, aproveitando o desnível do terreno, que se estende pela arriba. No piso principal, de acesso, localizam-se o Grande Hall e Recepção, alguns espaços complementares de apoio aos hóspedes (Tabacaria, Agência de Câmbio, Agência de Turismo, Cabeleireiro e Barbeiro), o Grande Salão de Estar e a Sala de Jogos, e o acesso à Piscina, a nascente. No chamado “Piso Térreo”, inferior, concentram-se o Restaurante e o Bar e os serviços de cozinha. A nascente deste núcleo central, instalam-se os balneários e vestiários de apoio à Piscina exterior e um *snack-bar* com esplanada, coberta pelo próprio edifício. A poente ficam as instalações e o alojamento do pessoal. Sobre o piso da entrada é criado um andar técnico, que permite resolver “*o problema da distribuição dos esgotos, electricidade, águas quentes e frias, condicionamento do ar e ventilação*”⁵³. Seguem-se os cinco pisos de quartos, todos orientados a sul e com amplas varandas com vista para o mar. Em cada um destes andares, dois módulos de quartos são associados para criar um *apartment* ou *suíte*. A *boîte* é instalada no piso da cobertura, tirando partido do extenso Terraço aí criado. Por fim, a Casa das Máquinas e o Depósito de Água são colocados no ponto mais elevado do edifício.

“*Aproximando-se a data de conclusão do imóvel*”⁵⁴, a Sociedade proprietária, dedicada “*a empreendimentos de natureza imobiliária e não, como se poderia supor, à exploração de hotéis*”, contacta várias empresas, nacionais e estrangeiras, interessadas em explorar o equipamento, quase todas elas pondo “*como senão, o número de quartos do hotel, que, no caso presente, consideram insuficiente para o pleno exito duma unidade hoteleira da categoria da que se pretende levar a efeito*”. Perante tal panorama, a SIIPR requer ao arquitecto um primeiro *Projecto de Ampliação e Alterações*.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ TOJAL, Raul, *Projecto de Ampliação e Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel em construção na Avenida Marginal na Praia da Rocha: Memória Justificativa e Descritiva*, Lisboa, 20 Setembro 1963, p. 1.





*Hotel Algarve
na Praia da Rocha
5 - Planta ao nível dos quartos*

e

*6 - Planta ao nível da boite
Raul Tojal, 1962
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)*

Com o Hotel em construção, as alterações são condicionadas pela estrutura já levantada.

“Conforme o projecto, o maior número de quartos [é] conseguido com o aumento de mais um andar de quartos comuns, e no último piso em vez da boite projectada distribuem-se dez suites de luxo.

No piso ao nível da entrada do hotel, no lado Poente, distribuem-se oito quartos tipo ‘singles’, cuja inexistência, no projecto inicial, mereceu reparos por parte das entidades interessadas na exploração.

Neste mesmo piso, com frente para a Avenida Marginal, localizam-se pequenas lojas de venda de artigos regionais e outros.

Quanto à boite que se pretende eliminar e afastar do edifício, será localizada na arriba sobre a Praia da Rocha, cujo projecto está sendo elaborado.

Com a ampliação pretendida o hotel ficará então dotado de 120 quartos comuns, 10 suites de luxo e 8 quartos ‘singles’”.

Mas, estes números revelar-se-iam, ainda, insuficientes.

“Para que ofereça as condições seguras de exploração, por empresa hoteleira de reconhecida categoria”⁵⁵, é realizado um novo estudo de alterações, bem mais ambicioso que o anterior, ampliando a capacidade de alojamento com “mais 48 quartos distribuídos pela seguinte forma:

a) Num anexo, implantado ao sabor topográfico do terreno, a Nascente do edifício principal, serão distribuídos 26 quartos dotados dos requisitos correntes;

b) No lado Nascente do edifício será aumentado mais um módulo de construção para permitir a distribuição de 10 quartos pelos cinco andares do edifício;

c) Ao nível do terraço do corpo Poente do edifício, serão distribuídas 6 ‘suites’, constituídas por dois quartos e os competentes sanitários; (...)”

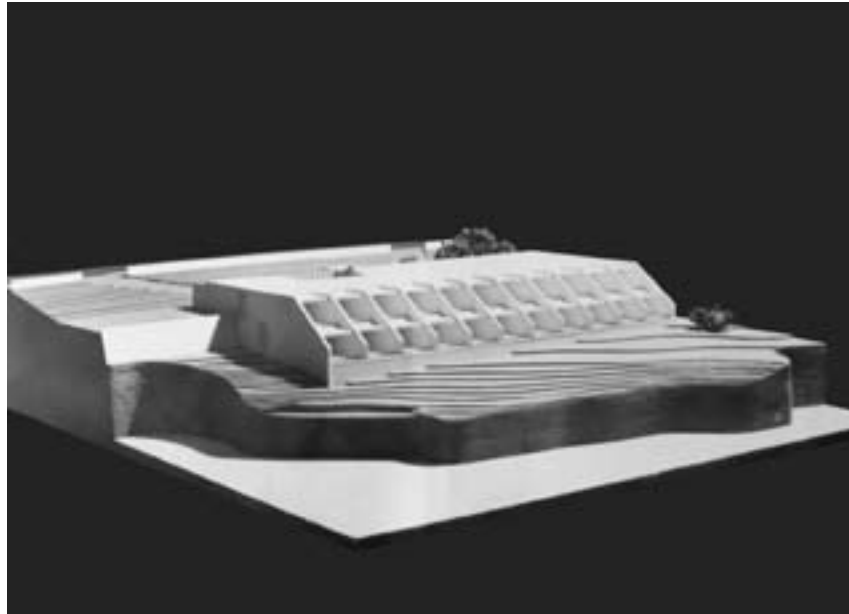
Este projecto seria aprovado pelo SNI a 23 de Dezembro de 1963, renovando-se o pedido de “Utilidade Turística” em Janeiro seguinte.

Hotel Algarve,
Praia da Rocha
Fotografia do edifício em
construção, 1964
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



⁵⁵ TOJAL, Raul, *Projecto de Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel em construção na Praia da Rocha: Memória Descritiva*, Lisboa, 2 Dezembro 1963, p. 1.

Hotel Algarve,
Praia da Rocha
Maqueta do novo corpo de
quartos a nascente, 1963
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Dois anos depois, em 1965, a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha, submete novo projecto de alterações, este, também, da autoria de Raul Tojal⁵⁶, e, mais uma vez, com o objectivo de dotar o edifício de um maior número de quartos, aumentando-se um piso, com cinco *suites*, no corpo a nascente e adicionando sete quartos à ala poente do piso térreo do Hotel.

Inaugurado em 1967⁵⁷, o Hotel Algarve acabaria por dispor “*de 184 quartos e 25 suites, sendo 14 de luxo, com 2 casas de banho, instalação sonora especial, etc.*”⁵⁸. No interior, contava, ainda, com o projecto de decoração da autoria da dupla de arquitectos Eduardo Anahory e Luís Possolo e intervenções plásticas de Estrela Faria (pintura nas escadas entre o Hall e o Restaurante), Sá de Nogueira (vitrais do Restaurante e *boîte*), Camarinha (tapeçaria do Restaurante), Rui Sérgio (biombos Sala de Estar) e Kukas (tecto da “Boite” em cristais e correntes metálicas).

⁵⁶ TOJAL, Raul, *Projecto de Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel Algarve, em construção na Praia da Rocha: Memória Descritiva*, Lisboa, 30 Março 1965.

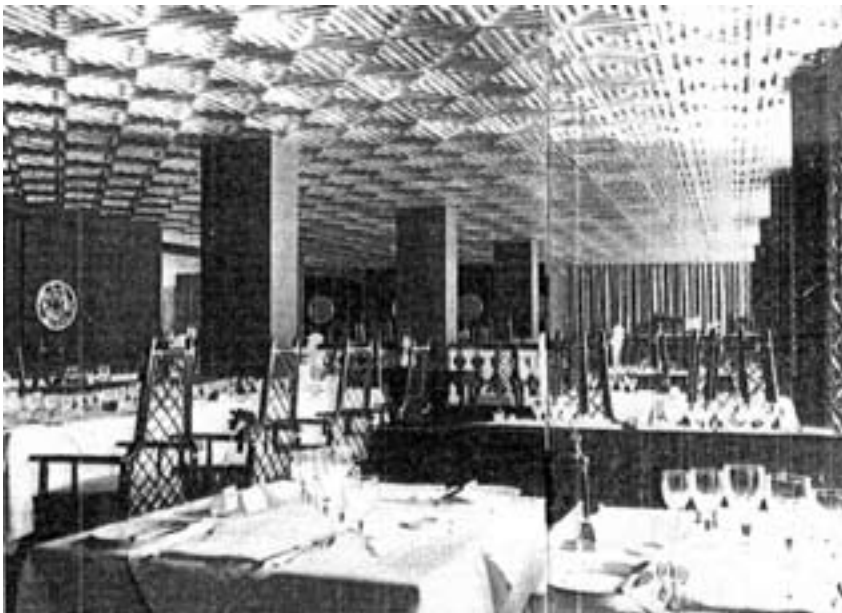
⁵⁷ Em 1971, já depois da morte de Raul Tojal, o arquitecto António Emídio Ferreira Abrantes da GEFEL, realizaria um novo estudo de ampliação para o Hotel Algarve, propondo-se, nessa altura, a construção de uma Sala de Congressos sobre a cobertura da garagem existente. (Cf. ABRANTES, António, 239.0 - *Hotel Algarve. Anteprojecto de Ampliação: Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Abril 1971)

⁵⁸ “O Hotel Algarve na Praia da Rocha”, *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 101.



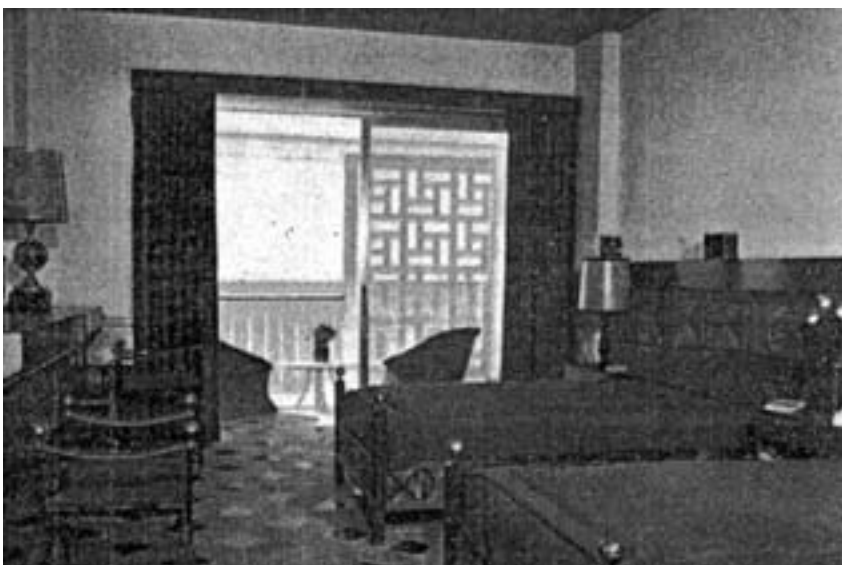
Hotel Algarve, Praia da Rocha
Recepção

Fotografia, c.1967
(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 104)



Hotel Algarve, Praia da Rocha
Restaurante

Fotografia, c.1967
(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 104)



Hotel Algarve, Praia da Rocha
Quarto-tipo

Fotografia, c.1967
(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 104)

Hotel Algarve, Praia da Rocha

Bar

Fotografia, c.1967

(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 105)



Hotel Algarve, Praia da Rocha

Boite

Fotografia, c.1967

(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 105)



Hotel Algarve, Praia da Rocha

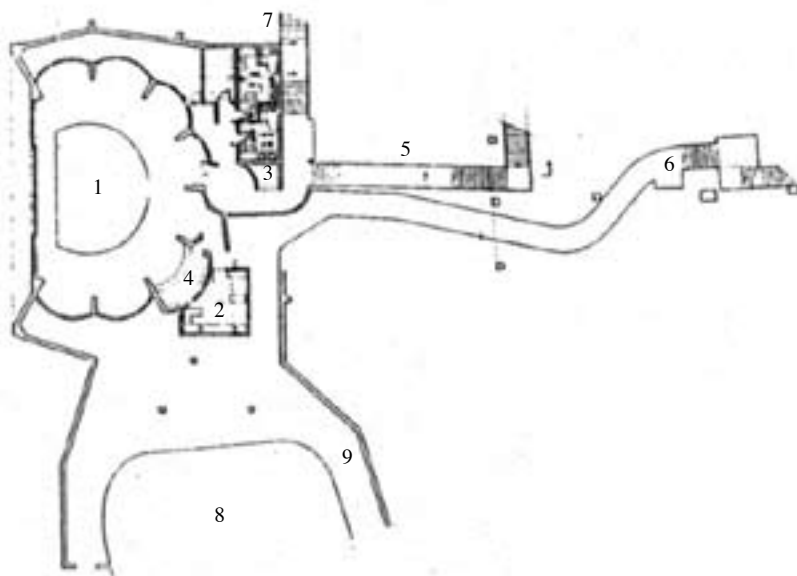
Planta da Boite

Raul Tojal, c.1967

(imagem "O Hotel Algarve na Praia da Rocha", *Arquitectura*, Lisboa, IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, p. 105)

Legenda:

- 1 - Pista de Dança
- 2 - Copa
- 3 - Bengaleiro
- 4 - Bar
- 5 - Acesso ao Hotel
- 6 - Galeria de ligação à Cozinha
- 7 - Acesso exterior
- 8 - Piscina
- 9 - Acesso à Piscina



Aqui, a aposta da equipa de decoradores é no sentido de uma saturação ambiental dos espaços criados, associada a uma certa ideia de riqueza e de luxo, que explora a justaposição de cores, de padrões, de materiais e de texturas em combinações novas e inusitadas.

*“Toda a decoração do hotel foi inspirada em motivos árabes. O pavimento em tijoleiras vidradas de cores verde-escura e vermelha repete-se em todas as zonas comuns, nos quartos e nas circulações. Com excepção de algumas zonas especiais, as paredes das zonas comuns e dos quartos são rebocadas e caiadas a branco com socos de azulejo decorativo; o mesmo motivo dos azulejos forma os tectos de estuque moldado, sendo os do ‘foyer’ e do restaurante de madeira revestidos a ouro fino”.*⁵⁹

Uma espécie de incursão sensorial ao universo fantástico das “mil e uma noites”, que reportava para o exotismo das culturas do sul e para as raízes muçulmanas do Algarve - o *Garb al-Ândaluz*, mas pouco, ou nada, tinha que ver com a imagem de depuramento formal do edifício. Nesse sentido, a “*expressão física de atmosfera*”, como João Leal iria caracterizar o desenho de interiores, alguns números mais tarde, na revista *Arquitectura*⁶⁰, contrastava com a “*expressão física da arquitectura*”.



Hotel Algarve, Praia da Rocha
Bilhete Postal, c.1970
(imagem www.cgi.ebay.com)

⁵⁹ “O Hotel Algarve na Praia da Rocha”, op. cit., p. 105.

⁶⁰ LEAL, João, “Desenho de Interiores: O Novo Casino Estoril”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 102, Março-Abril 1969, p. 75.

Página seguinte:
Hotel Estoril-Sol,
Morro da Castelhana (Cascais)
1.º Ante-Projecto
Perspectiva
Raul Tojal, 1958
e
Hotel Estoril-Sol,
Morro da Castelhana (Cascais)
2.º Ante-Projecto
Perspectiva
Raul Tojal, 1959
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)

Ao mesmo tempo que desenvolve o projecto da Praia da Rocha, Raul Tojal encontra-se a finalizar a obra do Hotel Estoril-Sol, encomenda, como dissemos⁶¹, da nova empresa concessionária da Zona Permanente de Jogo do Estoril, que estava obrigada, por contrato de 28 de Junho de 1958, a construir, para além do novo Casino, “*um hotel com trezentos quartos, todos com casa-de-banho*”⁶². Tendo viajado com o empresário José Teodoro dos Santos, fundador da Sociedade Estoril-Sol, para visitar alguns dos melhores exemplos europeus e preparar o programa do novo equipamento, Raul Tojal elabora um primeiro anteprojecto em meados de 1958, ou seja, logo a seguir à constituição formal da Sociedade Estoril-Sol.⁶³

As condições naturais do terreno, servido por duas artérias viárias, uma a Norte, a Avenida da Venezuela, e outra a Sul, a Estrada Marginal, “*a nêveis diferenciados cerca de trinta metros*”⁶⁴, a sua situação panorâmica e a “*impertinência do vento dominante*”, do quadrante Norte, aliadas às exigências funcionais do programa, determinariam a implantação do conjunto, que procura adaptar-se às características topográficas do lote, sem as alterar. Como princípio básico, é definido que a entrada principal seja estabelecida à cota da Marginal, garantindo um acesso fácil e directo ao Hotel, e o piso social à cota do planalto, tirando partido das vistas sobre a Baía de Cascais e sobre o Estoril.

Em Janeiro de 1959, é apresentada uma *Nova concepção arquitectónica para o “Hotel” que se pretende construir no “Môrro da Castelhana”*, em Cascais, resultado das observações feitas pela Comissão do Plano de Obras da Zona do Estoril, “*nomeada para dar parecer sobre o estudo do Hotel*”⁶⁵, em relação ao “*efeito volumoso que se observa na perspectiva do estudo apresentado*”.

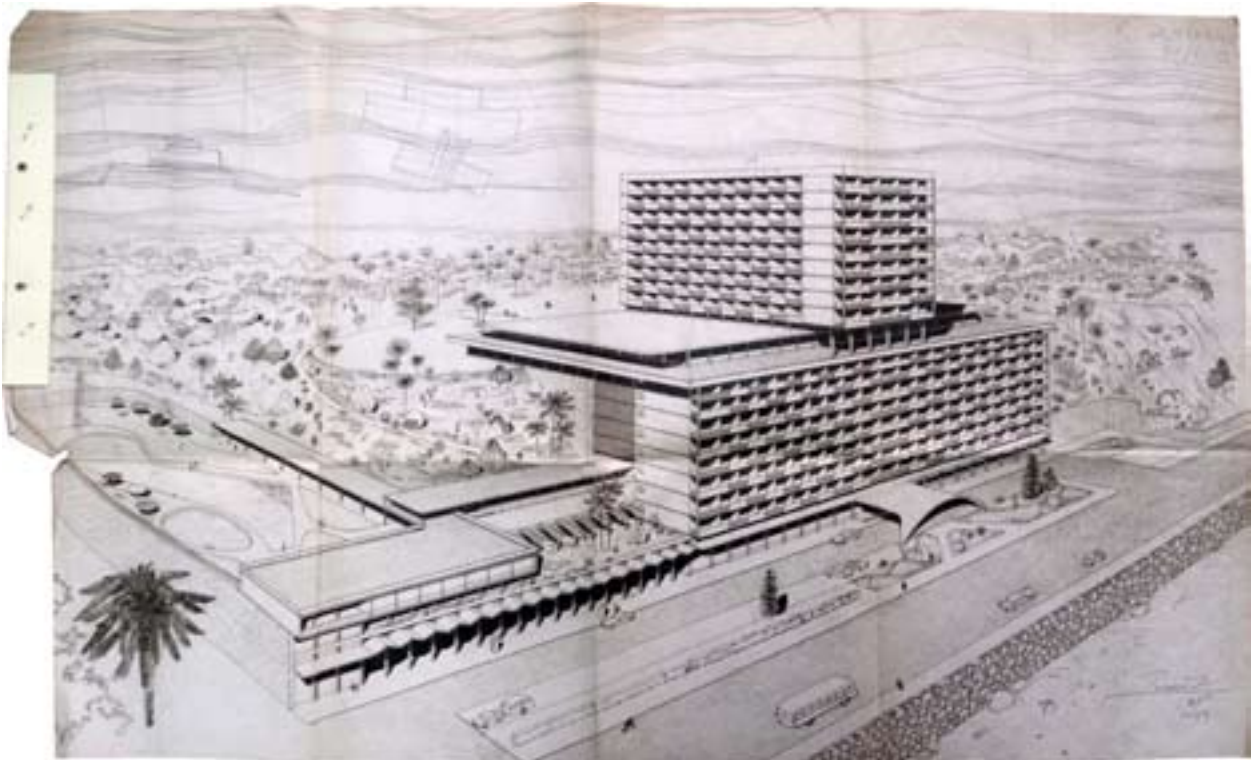
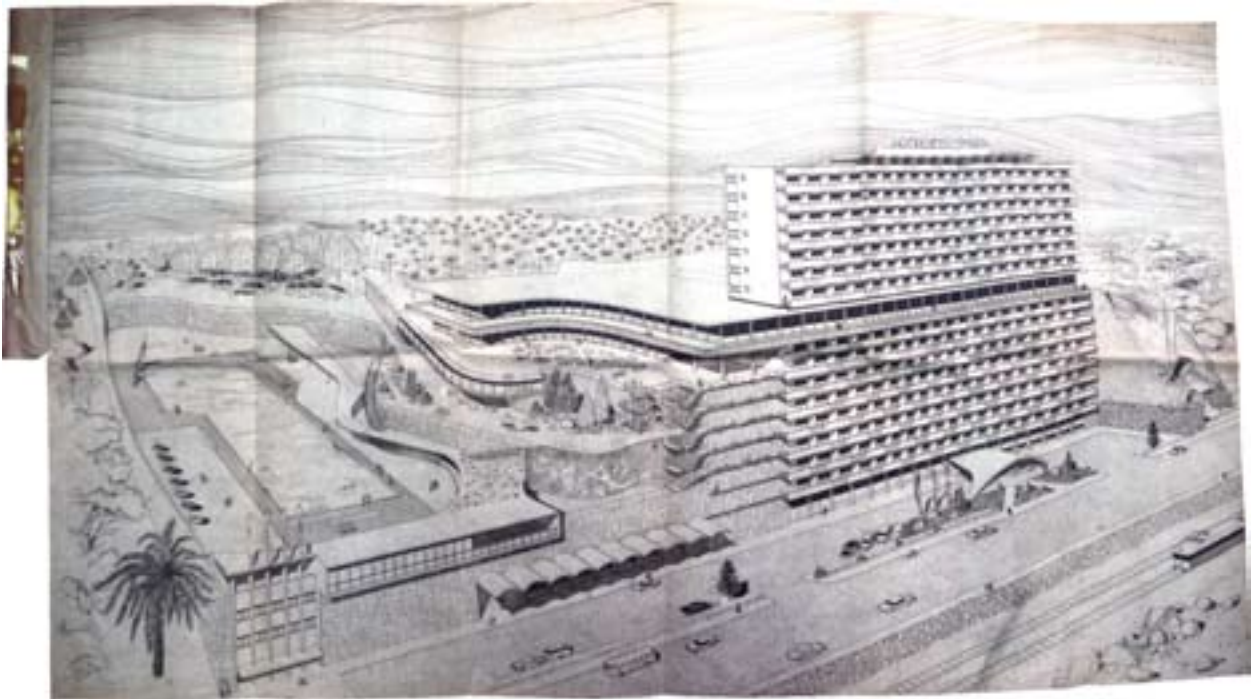
⁶¹ Ver Capítulo 2.1..

⁶² José Teodoro dos Santos: *O Empresário de Turismo da Renovação*, Estoril, Estoril-Sol, 1985.

⁶³ Com *Estatutos* fixados no Diário do Governo N.º 149, III Série, de 27 Junho de 1958, e N.º 140, III Série, de 18 Junho de 1966.

⁶⁴ TOJAL, Raul, “Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da Castelhana”, *Binário*, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964, p. 332.

⁶⁵ TOJAL, Raul, *Nova concepção arquitectónica para o “Hotel” que se pretende construir no “Môrro da Castelhana”*, em Cascais, Lisboa, 21 Janeiro 1959, p. 1.



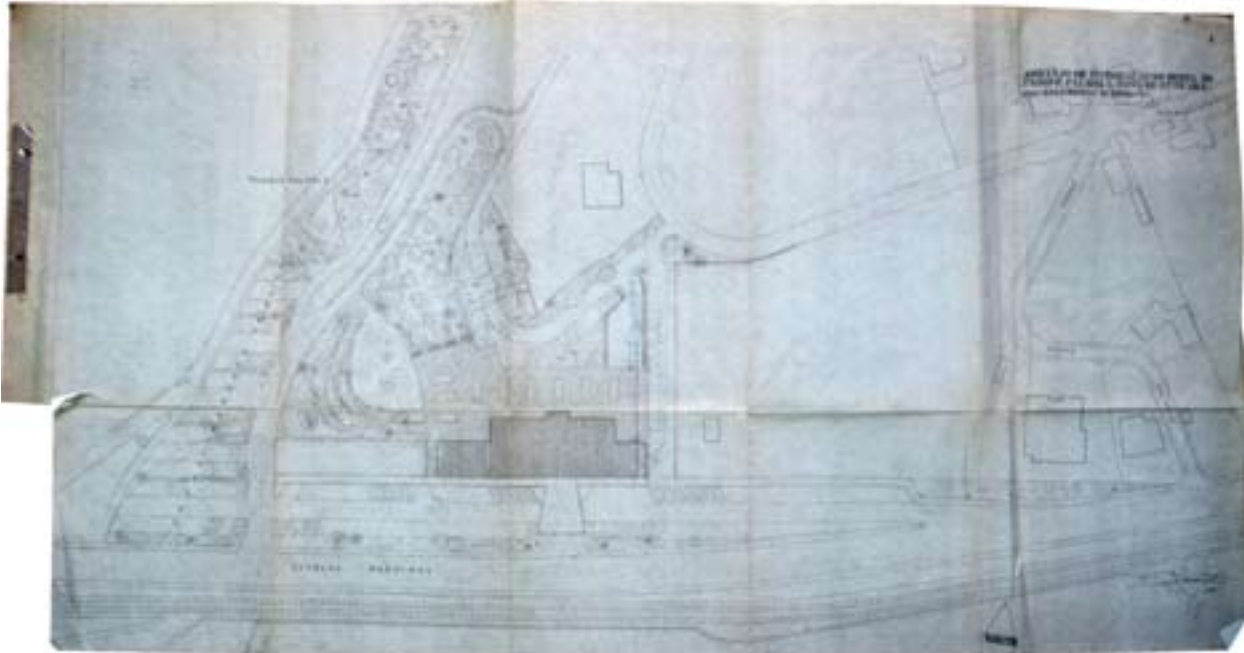
Deste processo, percebem-se as diferenças entre as soluções ensaiadas. A primeira⁶⁶, partindo de uma distribuição unilateral, acompanhando o morro e abrindo para a panorâmica a sul; e a segunda, “*de compromisso*”, considerando um bloco transversal, de topo à Marginal, com distribuição bilateral dos quartos.

⁶⁶ Em que, curiosamente, o novo equipamento aparece designado, na Perspectiva de conjunto realizada, como Hotel Colombo.

Até Fevereiro de 1959, são realizados quatro estudos diferentes, dos quais a Comissão, “*encarando o assunto apenas sob o ponto de vista técnico-urbanístico*”⁶⁷, prefere o segundo, “*visto ser aquel[e] em que menos se evidenciam os inconvenientes apontados*”, e os técnicos do SNI o estudo inicial, “*susceptível de ser melhorado*”⁶⁸, mas melhor resolvido “*tanto no aspecto funcional dum edifício desta natureza, como também na adaptação integral à topografia do terreno*”. Em todas “*as soluções subsequentes (...) se nota os esforço do autor do projecto no sentido de ir ao encontro das objecções formuladas pela Comissão quanto ao partido adoptado. Quanto a nós qualquer das soluções (sòmente esquemas de volumes) não são mais do que consequências torturadas do primeiro estudo, que mais nos parecem remediar do que resolver o problema levantado pela Comissão*”.⁶⁹

*Arranjo de Integração do Hotel
no Parque Palmela
(Zona de Entrada)*
Raul Tojal, 1959
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Em resposta aos melhoramentos sugeridos pelos órgãos oficiais, em Junho de 1959 é submetido um novo *Ante-Projecto*⁷⁰ acompanhado do *Arranjo de Integração do Hotel no Parque Palmela*.



⁶⁷ Comunicação da “Comissão Encarregada do Estudo e Elaboração do Plano de Obras da Zona de Jogo do Estoril” ao SNI, datada de 6 de Fevereiro de 1959, p. 1.

⁶⁸ COSTA, Jorge Santos, *Informação sobre o projecto do Hotel a construir no Morro da Castelhana, em Cascais*, Lisboa, 4 Março 1959, p. 2.

⁶⁹ *Idem*, p. 3.

⁷⁰ TOJAL, Raul, *Ante-Projecto do “Hotel Estoril-Sol” para o Morro da Castelhana em Cascais: Memória Justificativa*, Lisboa, 30 Junho 1959.

Trabalho que seria novamente revisto, apresentando-se em Novembro seguinte um novo Ante-Projecto.

“Da revisão do estudo resultaram profundas alterações ao trabalho inicial, quer no sentido de o melhorar, quer no sentido de dar satisfação às directrizes estabelecidas na nota [emanada pelos Ministros da Presidência e das Obras Públicas, em 20 de Março de 1959], principalmente no que se refere ao acesso directo ao nível superior do morro (...), obrigando (...) a estabelecer destringa entre este acesso e o dos Serviços do Hotel, (...).

A elaboração do presente ante-projecto que foi produto de aturados estudos, foram assistidos pelos Delegados, da Comissão de Obras para a Zona do Estoril e dos Serviços Técnicos do S.N.I., respectivamente Senhores arquitectos, Paulo Carvalho Cunha e Santos Costa.

*Na revisão mereceu especial estudo as zonas destinadas á vida mundana do hotel e seus serviços, no sentido de melhorar a função de cada peça e d'aí, o seu conjunto, tendo em vista estabelecer franca circulação. O objectivo foi atingido como se pode observar”.*⁷¹

De uma forma geral, mantem-se a estrutura pensada desde o início, melhorando-se a integração do edifício na envolvente, em particular em relação à entrada para o Parque Palmela a poente, onde se veio a localizar a Piscina do Hotel⁷², a composição dos alçados do conjunto e a distribuição funcional interna do programa, agora *“dotado de mais requisitos de utilização”*, no que o *Diário de Notícias* iria considerar *“um pequeno mundo”*⁷³. Este estudo seria aprovado pelos Serviços de Turismo do SNI, em Fevereiro de 1960, estando o projecto definitivo finalizado em 23 de Março seguinte e aprovado a 1 de Agosto.

Por Despacho do Presidente do Conselho, o Hotel Estoril-Sol é previamente declarado de “Utilidade Turística” a 12 de Julho de 1960⁷⁴, estando, já, em andamento os trabalhos de desmonte de terras necessários à implantação do equipamento hoteleiro junto ao Morro da Castelhana.

⁷¹ TOJAL, Raul, *Ante-Projecto do Hotel “Estoril-Sol” a construir no Morro da Castelhana no Parque Palmela: Memória justificativa e descritiva*, Lisboa, 20 Novembro 1959, pp. 2-3.

⁷² Que chegou a ser pensada para se situar nos terrenos compreendidos entre a linha de caminho-de-ferro e o Mar, a sul da Estrada Marginal, e ligada ao Hotel por um túnel subterrâneo.

⁷³ Em “Foi aprovado o projecto definitivo do Hotel Estoril-Sol e começaram os respectivos trabalhos de construção”, notícia do *Diário de Notícias* de 1 de Maio de 1960 (recorte existente no processo do Hotel Estoril-Sol, no Arquivo Turismo de Portugal).

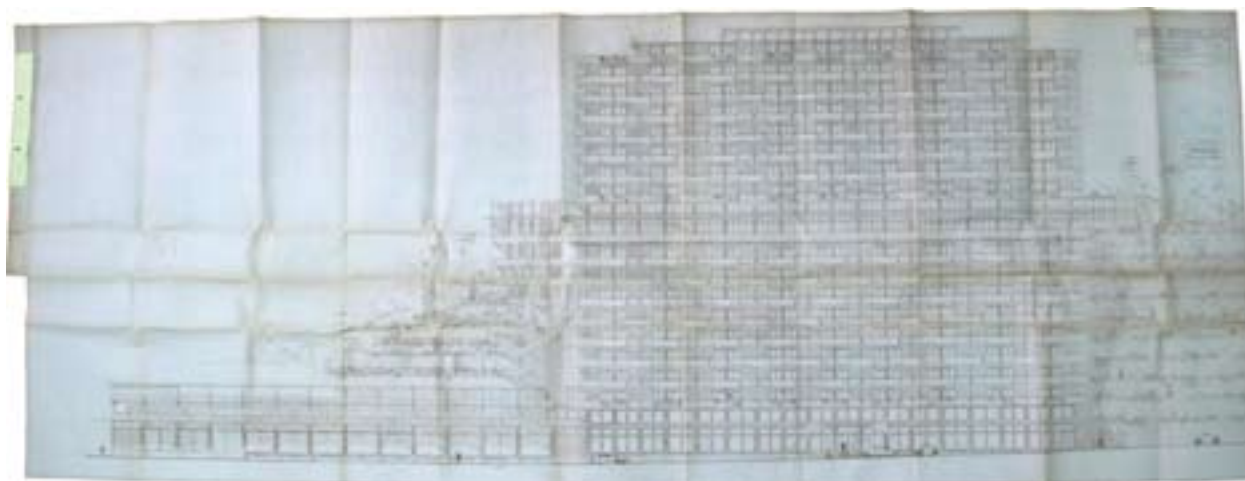
⁷⁴ Declaração oficializada por publicação no *Diário do Governo*, II Série, de 26 de Julho seguinte.

Estabelecida a estratégia de intervenção, Raul Tojal define um volume de vinte andares, paralelo à costa e voltado a Sul, servido, ao nível térreo, por uma rua secundária que permite criar áreas de estacionamento exterior e uma distância de desafogo, em relação à Estrada Marginal, para acesso ao grande Hall de Entrada, expressivamente marcado por uma pala de vinte e cinco metros de comprimento.

Neste corpo vertical concentram-se os principais espaços de recepção aos hóspedes e a maioria dos 350 quartos do Hotel, distribuídos por dois núcleos, um “inferior” e outro “superior”, articulados funcionalmente pelo piso das Salas de Refeição e de Estar, que se destaca formalmente no alçado. Momento de exceção, este “andar intermédio” é trabalhado a par com um dos pisos técnicos do Hotel, tal como o piso térreo e o piso recuado de quartos, no remate superior da composição.

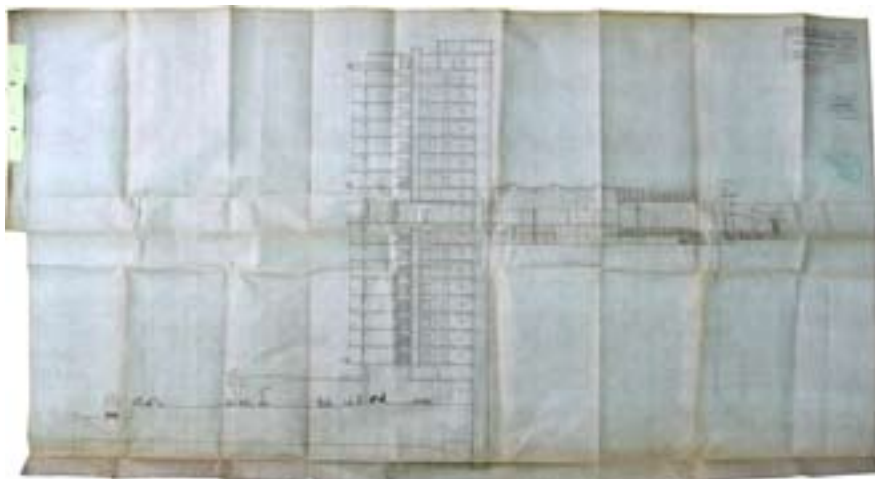
Hotel Estoril-Sol
II - Alçado a sul sobre a
estrada marginal

Raul Tojal, 1960
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Ao nível da entrada principal, para poente, segue-se um volume mais baixo de três andares, com a Garagem e a Estação de Serviço, os Vestiários e a Piscina, esta implantada, por trás, à cota média, e a Esplanada-Solário, servida de Bar. Perpendicular ao edifício principal e articulando-se com o seu núcleo “inferior” no topo poente, acompanhando as linhas de nível da encosta, ergue-se um corpo curvilíneo de três andares onde são resolvidos os restantes quartos, com vista sobre a Piscina, a Boite, serviços e instalações do pessoal, e, ao nível do piso social, junto à Sala de Refeições,

o Salão de Banquetes e Cozinha. Para Norte, resolvem-se os serviços de apoio do Hotel, com acesso independente, num volume de dois andares, à cota alta do Morro, que amarra todo o conjunto ao planalto.



Hotel Estoril-Sol
15 - Corte transversal em 1
Raul Tojal, 1960
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

No exterior, a expressão do edifício reflecte a organização funcional do programa, explorando plasticamente a modulação da estrutura de betão armado, numa grelha espacial e construtiva que se assume como dispositivo de composição formal. Espécie de “unidade de habitação” *corbusiana* adaptada ao Turismo, de que o Ritz de Pardal Monteiro se pode considerar modelo paradigmático, o Hotel Estoril-Sol afasta-se, no entanto, do purismo radical do volume solto sobre pilotis para procurar um diálogo mais integrado com o contexto que o envolve, fragmentando-se.

Nesse sentido, é interessante a cumplicidade que o projecto de Raul Tojal para o Hotel Estoril-Sol estabelece com o conjunto do Vá-Vá, em Lisboa, não só formal como conceptual. Relação que é reconhecível, em especial nas torres implantadas de frente para o cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América, no modo como o programa é estruturado, privilegiando o panorama sobre as avenidas numa sequência vertical marcada pelo pórtico comercial do piso térreo, pela “albeta” horizontal do piso intermédio (inicialmente projectado para lojas) e pelo recuo dos estúdios do piso superior; e no modo como os edifícios se articulam com a envolvente próxima, cosendo a intervenção ao tecido urbano existente.

Esta comparação é ainda mais curiosa se atendermos ao facto de que, como indicámos num capítulo anterior⁷⁵, o projecto para o novo Casino do Estoril, da mesma Sociedade Estoril-Sol, é entregue a Filipe Figueiredo e José Segurado, autores daquele conjunto.

Conjunto Vá-Vá, Lisboa
Bilhete Postal, c. 1953
(imagem www.delcampe.net)



Retomando a obra do Estoril, com a execução dos trabalhos de escavação do Morro para a implantação do Hotel, vão sendo introduzidas sucessivas alterações ao projecto aprovado, sobretudo no núcleo “inferior” do corpo principal, que, “*com o desterro a tardoz do edifício*”, ganha vinte e dois novos quartos (distribuídos por seis pisos), voltados para o muro de suporte criado a norte, “*que se diz destinar-se aos empregados dos hóspedes, (...) sem ventilação e iluminação directas, (...) contraria[ando] o Art.º 71 do Cap.º III do Regulamento Geral das Edificações Urbanas*”⁷⁶. Também o corpo curvilíneo da encosta voltada a poente avança em relação à implantação originalmente prevista, acabando as suas fundações por se fixarem “*numa cota de terreno muito mais baixa do que aquela prevista no projecto inicial*”⁷⁷. Daqui resultaria um aumento do número de pisos neste corpo, de três para sete.

⁷⁵ Ver Capítulo 2.1..

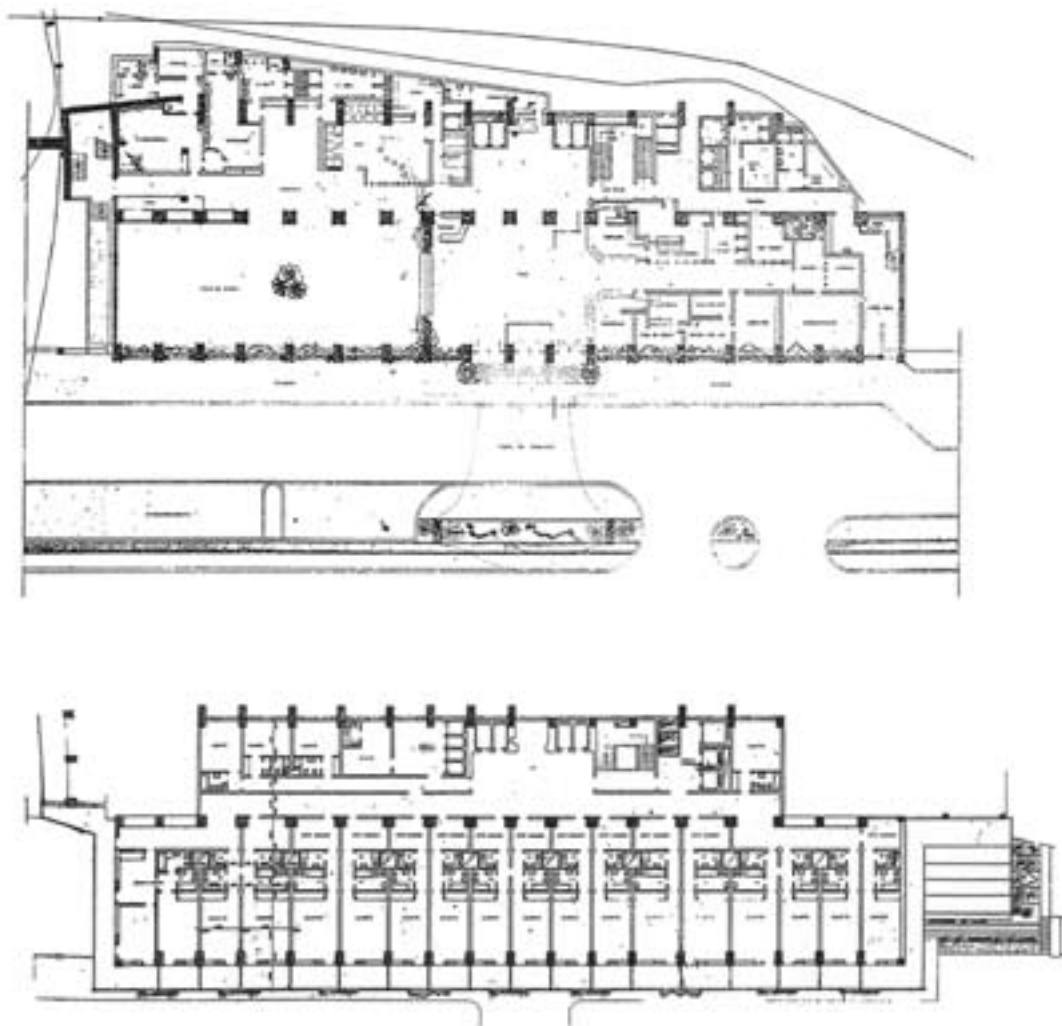
⁷⁶ COSTA, Jorge Santos, *Informação N.º 239*, Lisboa 18 Julho 1962, p. 1.

⁷⁷ TOJAL, Raul, *Projecto de Alterações a executar no Hotel Estoril-Sol, Parque de Palmela, Cascais*, Cascais, 10 Maio 1962, p. 2.

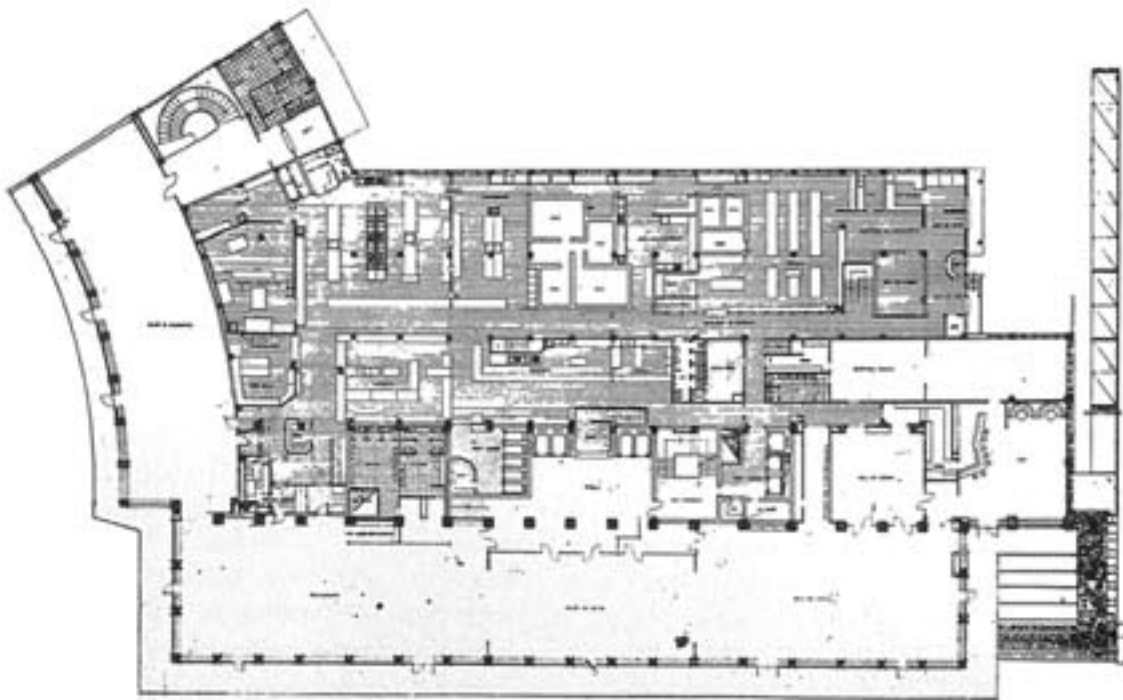
Já no volume mais baixo a poente do conjunto, anexo à Piscina e com frente para a Estrada Marginal, o programa proposto é revisto no sentido de se aumentar a capacidade de estacionamento da Garagem, de se introduzir, na frente urbana associada à Marginal, um conjunto de estabelecimentos comerciais para venda de artesanato, e de se redimensionar os espaços de apoio à Piscina, agora de dimensões olímpicas na perspectiva do Hotel vir a acolher competições desportivas de carácter internacional.⁷⁸

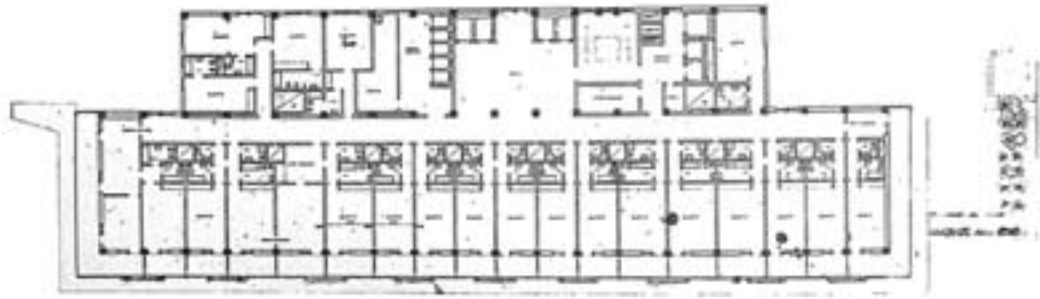
As plantas do projecto construído seriam publicadas na revista *Binário*, em Dezembro de 1964, um mês antes da inauguração oficial do Hotel Estoril-Sol, a 15 de Janeiro de 1965.

Hotel Estoril-Sol
Planta do R/Ch do Edifício
Principal
e
Planta dos andares de quartos
do corpo inferior
Raul Tojal, 1964
(imagens TOJAL, Raul, "Projecto
do Hotel Estoril-Sol no Morro da
Castelhana", *Binário*, Lisboa, N.º 75,
Dezembro 1964, pp. 335 e 336)



⁷⁸ É, ainda, neste volume que, já depois de inaugurado o Hotel, se viriam a instalar um Snack-Bar, um Café e cinco pistas de *Bowling*, segundo estudo de decoração elaborado em Agosto de 1965 e aprovado em Março de 1966.





No piso térreo, situa-se o átrio principal, com a Recepção e zonas administrativas, à direita, “*ao fundo (...), em mais plano elevado, (...) as comunicações verticais*”⁷⁹, e à esquerda, “*um grande Hall largamente aberto sobre a E.M. e em ligação directa, por meio de uma galeria, com dependências destinadas para Agências de Viagens, Câmbio, Tabacaria, Delegação do S.N.I., Cabines Telefónicas, Cabeleireiro, Barbeiro, Bar e Sanitários*”.

No nono piso, da boíte, “*além de se distribuírem frontalmente alguns quartos, distribuem-se peças complementares dos Serviços estabelecidos no 10.º piso, como sejam, instalações do pessoal de várias categorias, (...) garrafeiras, despensas, engomadoria, lavandaria, etc.. Para a esquerda, do eixo do bloco, está localizada a Sala de Baile e Variedades que se denomina por ‘Boíte’, servida pela Cozinha do andar superior através de uma Copa. Dada a situação da Boíte e a importância mundana que se pretende imprimir na sua exploração, foi estabelecido um acesso directo da*

Página anterior:
Hotel Estoril-Sol
Planta do 9.º andar
e

Planta do 10.º andar (salão principal, restaurante, etc.)

Raul Tojal, 1964
(imagens TOJAL, Raul, “Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da Castelhana”, *Binário*, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964, pp. 337 e 338)

Nesta página:
Hotel Estoril-Sol
Planta dos andares de quartos do corpo superior
e

Planta do andar recuado do edifício principal
(imagens TOJAL, Raul, “Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da Castelhana”, *Binário*, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964, pp. 336 e 339)

⁷⁹ TOJAL, Raul, “Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da Castelhana”, op. cit., p. 336.

Estrada Marginal, através do Parque Palmela até ao nível da sua implantação com parques de estacionamento”.

No décimo piso, ou andar “intermédio”, “*distribuíram[-se] as Salas de Estar dos hóspedes, Sala de Leitura, Jardim de Inverno, Bar, Sala de Restaurante com apartado para Pequenos Almoços e uma grande Sala de Banquete para grande lotação*”. A toda a extensão do edifício principal é criada uma varanda panorâmica “*sobre o Atlântico e Baía de Cascais para Poente e, para Nascente a zona do Estoril*”. “*Na parte posterior dos Salões desenvolvem-se, para a direita, uma Sala de refeições para crianças, dotada de um Jardim Infantil, e ainda no mesmo sentido a Recepção do Pessoal e Abastecimento de toda a espécie para manutenção do Hotel*”. “*Para a esquerda, em vizinhança com as Salas de Refeições, a Grande Cozinha e Peças complementares*”.

Hotel Estoril-Sol, Cascais

Fotografia

Horácio Novais, c. 1973

(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



No total, são criados trezentos e trinta e sete quartos, de diferentes categorias: três apartamentos (no último piso, recuado, dispondo de amplos terraços exteriores), trinta e sete *suites*, setenta e sete quartos de luxo, cento e noventa e três quartos correntes e vinte e sete quartos *courriers*.



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Vista da Piscina
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Em estreita colaboração com o arquitecto e a equipa de técnicos, os interiores são desenhados por José Espinho, cuja principal preocupação seria a de conseguir uma unidade e um equilíbrio de escala entre o desenho do mobiliário, o pormenor decorativo e os espaços arquitectónicos. Neste desafio, conta com a colaboração de artistas contemporâneos nacionais, numa “conjugação das artes” característica deste período: vitrais do pintor Manuel Lapa, painéis de cerâmica policromada e esgrafite mural do pintor Fred Kradolfer, conjunto escultórico em alumínio do escultor Euclides Vaz, cerâmica decorativa da ceramista Cecília de Sousa, pintura mural do artista Oskar Pinto Lobo, frisos cerâmicos e painel da ceramista Maria Manuela Madureira, tapeçaria da pintora Maria Keil, esgrafite mural do pintor Lino António e motivos decorativos do pintor Júlio Santos.

Hotel Estoril-Sol
Antevisão do hall de entrada
José Espinho, c.1964
(imagem ESPINHO, José, “A
decoração interior do Hotel
Estoril-Sol”, *Binário*, Lisboa, N.º 75,
Dezembro 1964, p. 361)



No exterior, Cláudio T. Spies, encarrega-se do “*ajardinamento do talude existente entre a piscina e o edifício*”⁸⁰, numa intervenção que procura aliar o aspecto estético com o utilitário e que resultou na criação de um *rock-garden*, animado com espécies arbustivas luxuriantes sugerindo “*a ideia de ‘eterna primavera*’”.

⁸⁰ SPIES, Cláudio T., “Jardins do Hotel Estoril-Sol”, *Binário*, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964, p. 367.



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Recepção e Portaria no Hall de
Entrada
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Salão de Estar no Piso de
Entrada
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel Estoril-Sol, Cascais
Hall dos elevadores e Tabacaria
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Bar do Piso de Entrada
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Bar “Estoril” no Piso Principal
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel Estoril-Sol, Cascais
Restaurante
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Salão de Estar no Piso
Principal
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel Estoril-Sol, Cascais
Quarto do tipo corrente
(com uma cama)
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Quarto do tipo “studio”
(com vista para a Piscina)
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Estoril-Sol, Cascais
Quarto das *Suites* dos
apartamentos de luxo
Fotografia, 1965
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Obra que revela um diferente entendimento da Arquitectura Moderna, o Hotel Estoril-Sol, tal como o Grande Hotel da Figueira da Foz, o Hotel do Garbe e o Hotel Algarve, anuncia a transição para uma outra abordagem à modernidade. Uma modernidade “marginal” na Estrada Marginal.⁸¹

Três outros equipamentos hoteleiros marcam presença, pela sua qualidade arquitectónica, no panorama turístico dos anos sessenta. São, também eles, “Hotéis de Praia”, mas já não se submetem ao alinhamento da Marginal. Antes procuram construir o seu próprio “lugar” no meio da paisagem, e, por isso, experimentam uma certa liberdade na aproximação àquele conceito: o Hotel de Porto Santo, de Eduardo Anahory e Pedro Cid (1925-1983), o Hotel da Baleeira, de Jorge Chaves e Frederico Sant’Ana, e o Hotel Alvor-Praia, de Alberto Cruz (1920-1990).

Todos eles se implantam sobre a Praia. Todos eles têm acesso pelo lado norte e privilegiam a orientação espacial para sul. Todos eles resultam de uma fragmentação volumétrica determinada pela organização funcional do programa e pelas condicionantes topográficas do terreno em que se inserem. Todos eles propõem, por isso, uma desconstrução do modelo tipo-morfológico que lhes dá origem. O Hotel de Porto Santo e o Hotel da Baleeira aproximam-se em termos de escala do empreendimento (71 quartos e 60 quartos, respectivamente). O Hotel Alvor-Paria, anuncia, pela sua dimensão (217 quartos) e diversidade de programa, as megaestruturas hoteleiras das décadas seguintes. Um situa-se na Madeira, os outros dois no Barlavento algarvio, as principais regiões turísticas do país, a par de Lisboa. Os três são fruto da iniciativa de capital privado português: a Empresa Insular de Turismo, SARL, o empresário Álvaro Calhau Rolim e a SALVOR - Sociedade de Investimento Hoteleiro, SARL.⁸²

⁸¹ LOBO, Susana, “O Hotel Estoril-Sol: modernidade (na) marginal, *A[três] (Ambição Moderna)*, Coimbra, Junho 2009, pp. 75-81.

⁸² Esta última ligada ao Grupo CUF, da família Mello, e constituída por escritura de 21 de Junho de 1963.



Pavilhão de Portugal
Exposição Universal e
Internacional de Bruxelas
Pedro Cid, 1955-1958
Fotografias Horácio Novais
(imagens Estúdio Horácio Novais/
Biblioteca de Arte FCG)

Antes do Hotel de Porto Santo, Eduardo Anahory e Pedro Cid já haviam trabalhado juntos no Pavilhão de Portugal da *Exposition Universelle et Internationale de Bruxelles*, de 1958, o primeiro destes eventos realizado depois da II Guerra Mundial. Num momento crucial para a afirmação do país no novo contexto internacional, a representação portuguesa assume claros contornos modernos, marcando a “*aceitação do modelo de ‘estilo internacional’ por parte do regime*”.⁸³

Vencedor do concurso lançado em 1955, Pedro Cid será o responsável pelo projecto do Pavilhão, organizado em dois volumes independentes - o corpo expositivo e um anexo, no qual ficavam instalados o Restaurante e o Bar de Vinho do Porto -, articulados entre si por uma *passerelle* elevada sobre um espelho de água exterior. Inspirada na construção pré-fabricada da América dos anos cinquenta, que, aqui, se cruza com uma certa expressão “tropical” pela sugestão das coberturas invertidas e a utilização de grelhas e de quebra-sóis verticais no tratamento plástico dos planos de fachada⁸⁴, a imagem do conjunto é pensada em função do sistema construtivo adoptado: estrutura resistente em perfis de ferro, montada a seco no local, preenchida por amplos envidraçados e por painéis de revestimento, aparafusados ou agrafados. Uma arquitectura efémera para uma celebração efémera.

A própria caracterização do espaço de exposição acompanha a ideia de modernidade que se pretende projectar, tanto na decoração e na concepção dos suportes materiais e gráficos⁸⁵, como no desenho do percurso de visita, animado por uma rampa, de ligação ao *mezzanino*, aberta para a zona de pé-direito duplo.

⁸³ TOSTÕES, Ana, “Pavilhão de Portugal na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958”, in BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana, WANG, Wilfried (organização), *Arquitectura do Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém, 1997, p. 232.

⁸⁴ Expressão, certamente, influenciada pela Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira realizada, em 1954, na Sociedade Nacional de Belas Artes.

⁸⁵ A zona expositiva encontrava-se organizada em cinco sectores, cada um deles entregue a uma dupla de “decoradores”: I - Introdução: Jorge Matos Chaves e Roberto de Araújo; II - Riquezas Espirituais da Nação: Frederico George e Fred Kradolfer; III - Riquezas Materiais da Nação: Tomaz de Mello e Marcello de Moraes; IV - Aspirações do Povo Português: Manuel Rodrigues e Sebastião Rodrigues; e V - Províncias d’Além-Mar: Manuel Lapa e Fernando Azevedo. (Cf. Guia-desdobrável do Pavilhão de Portugal, disponível em www.restosdecoleccion.blogspot.com)



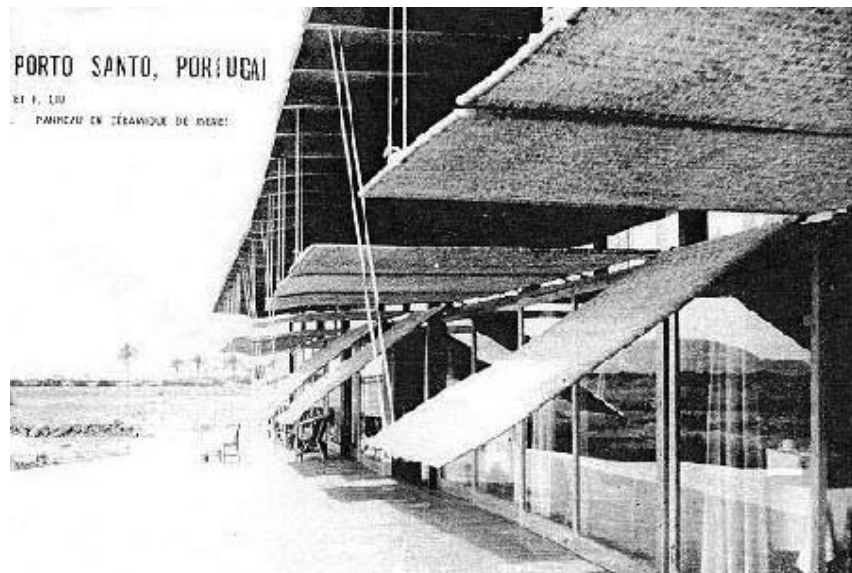
Pavilhão de Portugal
Exposição Universal e
Internacional de Bruxelas
Restaurante e
Bar
Eduardo Anahory e
José Rocha, 1958
Fotografias Horácio Novais
(imagens Estúdio Horácio Novais/
Biblioteca de Arte FCG)

Em diálogo directo com o pavilhão principal, o volume do Restaurante e Bar segue a mesma lógica compositiva. No interior, o estudo dos ambientes ficaria a cargo de Eduardo Anahory e José Rocha, que, em contraste com o espírito industrial da construção e numa aproximação a uma cultura e tradição portuguesas, reinterpretando-as, introduzem nos espaços trabalhados elementos manufacturados a partir de materiais correntes, como os painéis de cana entrançada que forram os tectos e servem de divisória.

Uma combinação entre “técnica” e “artesanato” que Anahory viria a afinar, com Pedro Cid, no projecto do Hotel do Porto Santo e a explorar nas obras que realiza, simultaneamente, na Arrábida.

De facto, cronologicamente, o Hotel para a Madeira é contemporâneo da Casa de Férias na Arrábida (1960) e do Bloco de Apartamentos da Praia de Galapos (1961), que analisámos num capítulo anterior⁸⁶, dando continuidade às inovadoras experiências de pré-fabricação e de *assemblage* que Anahory ensaia naquelas obras. Neste ponto, e tendo em consideração a sua participação no Pavilhão de Bruxelas, não deixa, no entanto, de ser pertinente interrogar até que extensão não terá sido determinante para o percurso de Eduardo Anahory, enquanto “arquitecto”⁸⁷, a abordagem conceptual de Pedro Cid àquele desafio.

Hotel de Porto Santo
Sistema de painéis basculantes
em vime da fachada sul
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962
(imagem TABORDA, Pedro,
“Reposição da Casa-Abrigo Eduardo
Anahory: Arrábida, 1960”, 9
Novembro 2007, disponível em
www.infohabitar.blogspot.com)



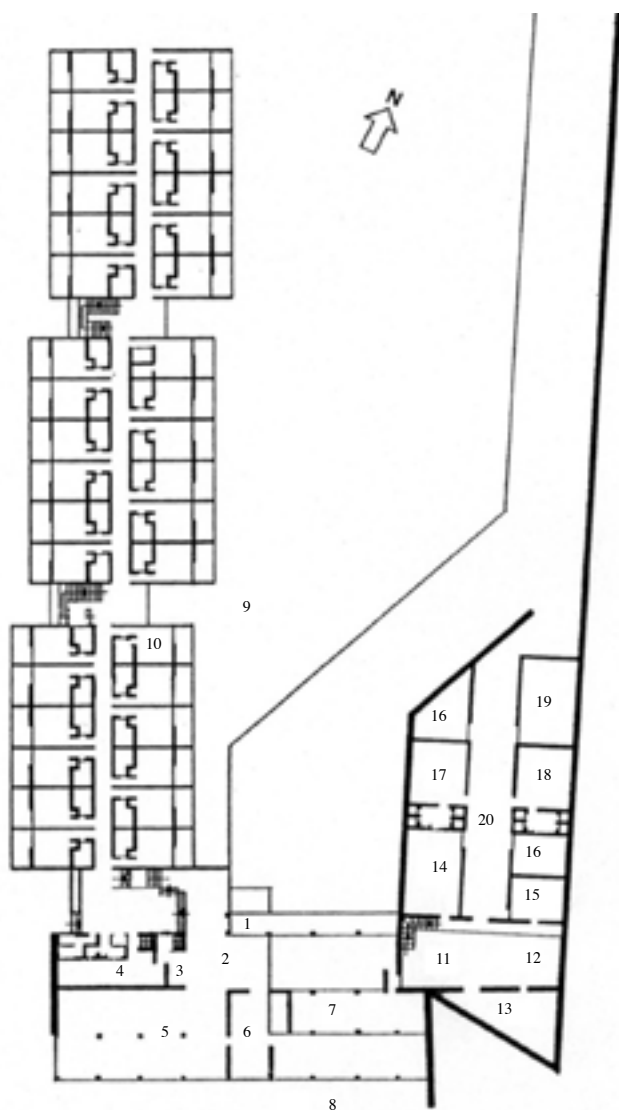
Encomenda da Empresa Insular de Turismo, o Hotel de Porto Santo “*teve de ser construído num tempo muito limitado*”⁸⁸, condição que impunha, à partida, e “*em face das condições locais (a ilha não tem materiais de construção nem mão-se-obra especializada)*”, a opção por soluções alternativas. A normalização, a pré-fabricação e a montagem a seco dos diversos componentes facilitava, em muito, a concretização de tal objectivo.

⁸⁶ Ver Capítulo 3.2..

⁸⁷ Embora tendo ingressado, em 1935, no Curso Especial de Arquitectura da EBAL, transferindo-se, dois anos depois, para o Porto, Anahory nunca chegaria a obter o diploma de Arquitecto, vendo-se obrigado a recorrer, ao longo da sua vida, a colegas, como Pedro Cid, Alberto Pessoa ou Manuel Alzina de Meneses, para assinar os seus projectos, como acontece com o Hotel de Porto Santo. (Cf. BORGES, José António Brás, *Eduardo Anahory: Percurso de um designer da arquitectura*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Lisboa, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Instituto Superior Técnico, 2010)

⁸⁸ ANAHORY, Eduardo, “Hotel de Porto Santo”, *Binário*, Lisboa, N.º 88, Janeiro 1966, p. 28.

Trabalhando com a forma triangular do terreno, a implantação do conjunto desenvolve-se em “U”, garantindo-se, desta forma, uma total independência das três zonas funcionais do Hotel: Zona de Serviço, a nascente, Zona Social, a sul, e Zona de Quartos, a poente, com distribuição bilateral. O ponto de entrada é definido no interior do pátio criado por esta configuração, na frente norte do corpo da Recepção, Salão de Estar, Bar e Sala de Jantar.



Hotel de Porto Santo
Planta do Piso Térreo
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962
(imagem adaptada de ANAHORY,
Eduardo, “Hotel de Porto Santo”,
Binário, Lisboa, N.º 88, Janeiro 1966,
p. 28)

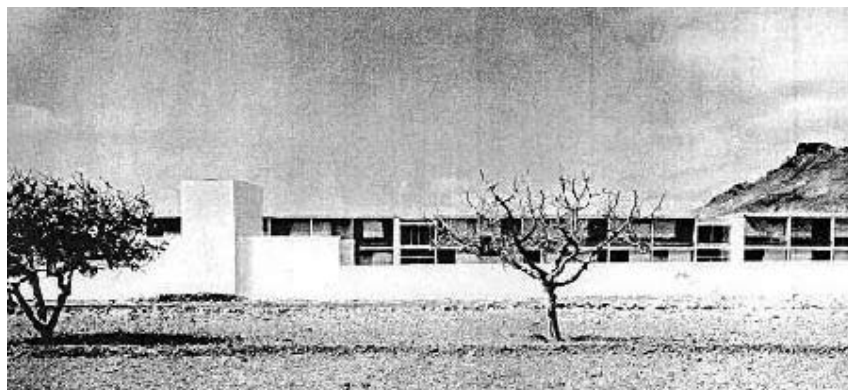
- Legenda:
- 1 - Entrada
 - 2 - Hall
 - 3 - Recepção
 - 4 - Administração
 - 5 - Salão
 - 6 - Bar
 - 7 - Sala de Jantar
 - 8 - Terraço Sul
 - 9 - Jardim
 - 10 - Serviço do Andar
 - 11 - Copa
 - 12 - Cozinha
 - 13 - Pátio de Serviço
 - 14 - Lavandaria
 - 15 - Sala de Jantar do Pessoal
 - 16 - Armazém
 - 17 - Dormitório Pessoal Feminino
 - 18 - Dormitório Pessoal Masculino
 - 19 - Instalações Técnicas
 - 20 - Pátio de Distribuição

*“A circulação entre os blocos de quartos e a zona de serviço (abastecimento e cozinha) faz-se através de um túnel por baixo da zona social”.*⁸⁹

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

Hotel de Porto Santo
Fachada Nascente
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962

(imagem TABORDA, Pedro,
“Reposição da Casa-Abrigo Eduardo
Anahory: Arrábida, 1960”, 9
Novembro 2007, disponível em
www.infohabitar.blogspot.com)



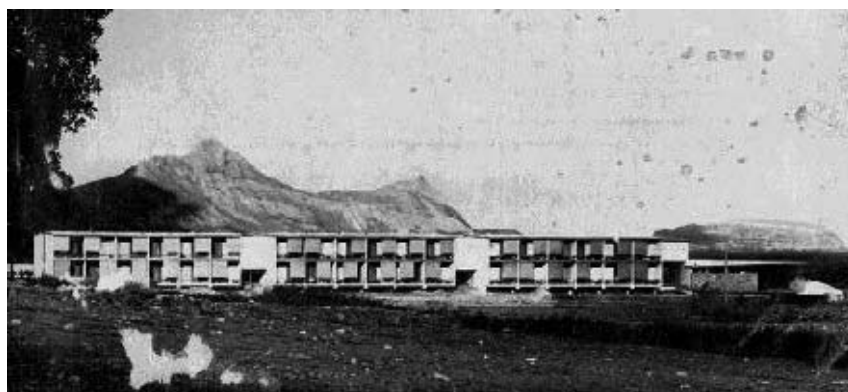
Hotel de Porto Santo
Fachada Sul
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962

(imagem TABORDA, Pedro,
“Reposição da Casa-Abrigo Eduardo
Anahory: Arrábida, 1960”, 9
Novembro 2007, disponível em
www.infohabitar.blogspot.com)



Hotel de Porto Santo
Fachada Poente
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962

(imagem *Binário*, Lisboa, N.º 88,
Janeiro 1966 - Capa)



O programa da Zona de Serviço e da Zona Social organizam-se, em ambos os casos, num único piso, enquanto que o corpo da Zona dos Quartos é articulado em dois andares, fragmentando-se, em planta, em três blocos escalonados, que aproveitam da melhor forma o desnível do terreno e evitam “*corredores demasiado compridos*”. Entre cada um destes blocos são criados pequenos átrios de distribuição para o piso superior e de ligação com o exterior.

Em termos construtivos, a dupla de arquitectos, apoiada pelo engenheiro Goulart de Medeiros e pelo construtor Matias Franco, optou por utilizar um sistema misto, empregando técnicas correntes de construção no corpo da Zona de Serviços e, no resto do edifício, uma “*infra-estrutura de betão e estrutura aparente de aço*”, com uma cobertura leve, em “*vigas de madeira contraplacada que apoia placas de aglomerado de cortiça de 10cm de espessura com impermeabilização betuminosa*”, e “*paredes divisórias (tabiques) (...) feitas de painéis de aglomerado de materiais isolantes com um revestimento de contraplacado de pinho ou de termolaminado plástico nas casas de banho*”. Todos os elementos de portas e janelas seriam normalizados⁹⁰, o que simplificou os detalhes de produção na oficina e os trabalhos de montagem no local.

Recorrendo a mão-de-obra do continente e a sistemas inovadores de pré-fabricação, em apenas 286 dias o Hotel estava terminado.



Hotel de Porto Santo
Sistema Construtivo
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962
(imagem ANAHORY, Eduardo, “Hotel de Porto Santo”, *Binário*, Lisboa, N.º 88, Janeiro 1966, p. 31)

⁹⁰ Excepto no corpo de Serviços.

Tal como no Pavilhão da Exposição de Bruxelas, na caracterização dos espaços criados, Eduardo Anahory procura aproveitar e integrar elementos inspirados no artesanato local, mas imprimindo-lhes um cunho moderno, no sentido de amenizar a lógica industrial do sistema de construção e dos acabamentos produzidos em série.

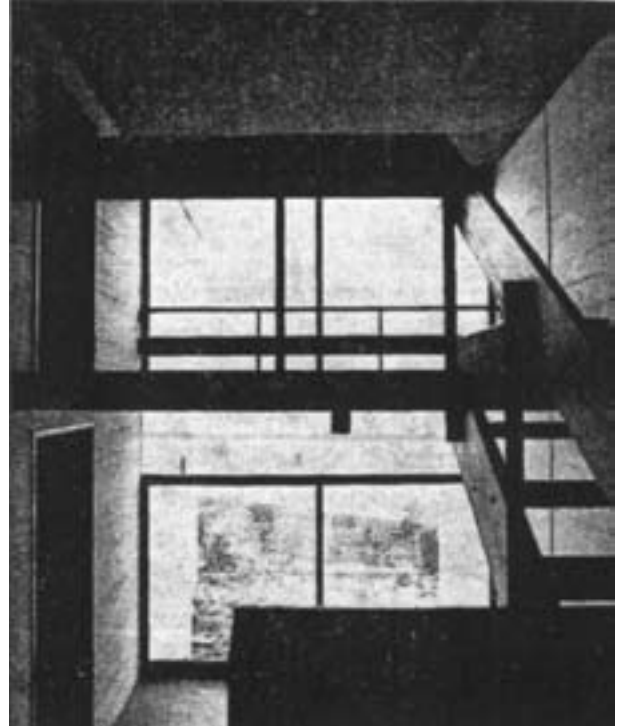
Hotel de Porto Santo
Terraço Sul
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962
(imagem TABORDA, Pedro,
“Reposição da Casa-Abrigo Eduardo
Anahory: Arrábida, 1960”, 9
Novembro 2007, disponível em
www.infohabitar.blogspot.com)



Página seguinte:
Hotel de Porto Santo
Vista de um dos Quartos
para a Varanda,
Escadas de distribuição
no corpo dos Quartos,
Corredor de um
dos andares de Quartos
e

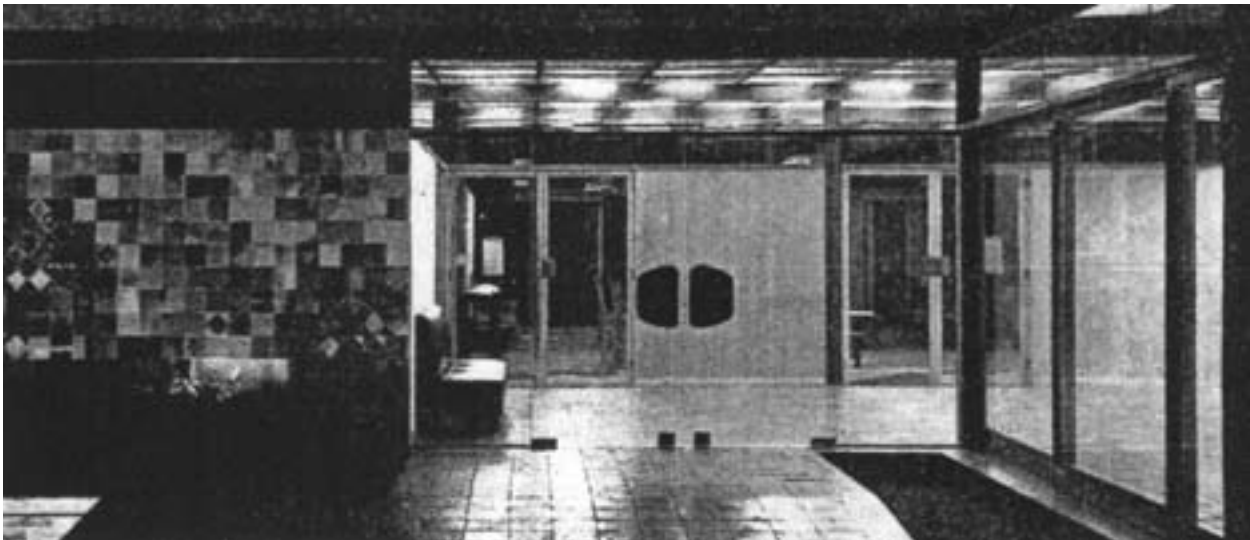
Sala de Jantar
(imagens ANAHORY, Eduardo,
“Hotel de Porto Santo”, *Binário*,
Lisboa, N.º 88,
Janeiro 1966, pp. 30-31)

Retomando o tema dos entrançados, toda a fachada envidraçada da Zona Social, voltada a sul e abrindo-se numa panorâmica de 180° sobre a Praia, é tratada por meio de um sistema de painéis basculantes, idêntico ao ensaiado na “Casa de fim de semana em Alportuche” e na “Casa de Férias na Arrábida”, que, aqui, vai recuperar a técnica do trabalho manual do vime, típico da Madeira, também presente no mobiliário de exterior.



Nas varandas dos quartos, voltadas a nascente e poente, é utilizado o mesmo tipo de painéis, agora funcionando como quebra-sóis de correr, “*que deslizam nos parapeitos dos terraços*”.⁹¹

Por sua vez, nos tectos dos corredores e das áreas comuns empregaram-se “*painéis de palha sobre os quais se instalou a iluminação artificial, permitindo uma única superfície de tecto para toda a zona social, recepção, sala de estar, bar e sala de jantar*”, solução que proporciona “*um jogo de volumes muito amplo visto que as paredes que separam as salas vão somente até dois metros de altura, sendo a parte superior de vidro*”.



Hotel de Porto Santo
Entrada
Eduardo Anahory e Pedro Cid,
1960-1962
(imagem ANAHORY, Eduardo, “Hotel
de Porto Santo”, *Binário*, Lisboa, N.º
88, Janeiro 1966, p. 30)

“*Um único painel de azulejos, revestimento tipicamente português, veio enriquecer a entrada principal do hotel*”, obra de Menez, com quem Anahory trabalhou no Restaurante do Pavilhão de Bruxelas.

Não existindo qualquer outro tipo de unidade de alojamento na ilha de Porto Santo, o empreendimento da Empresa Insular de Turismo seria declarado de “Utilidade Turística”, por *Despacho* da Presidência do Conselho publicado no Diário do Governo de 4 de Agosto de 1960, ainda em fase de projecto, sendo este aprovado pelo SNI a 1 de Fevereiro de 1962, poucos meses antes da inauguração do Hotel, ainda nesse ano.

⁹¹ ANAHORY, Eduardo, “Hotel de Porto Santo”, op. cit., p. 31.

Naturalmente, a criação de um hotel, nesta altura, nesta ilha, e com um prazo apertado de concretização, não era acaso nenhum. Em 1959, tinha sido adjudicada a primeira fase de construção do Aeroporto de Porto Santo, a primeira infraestrutura deste tipo a ser instalada no arquipélago da Madeira⁹², iniciando-se as obras a 28 de Setembro, segundo o projecto do engenheiro Correia Mendes. Depois de um voo experimental a 20 de Julho de 1960, realizado pela TAP, a pista, de 2.000 metros de comprimento, com o seu pequeno terminal de passageiros provisório, entra oficialmente em funcionamento a 28 de Agosto seguinte, efectuando-se, então, dois voos semanais para Lisboa, às quartas-feiras e sábados.⁹³



Aeroporto de Porto Santo
Fotografia, 1960
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.com)

Percebe-se, assim, a aposta da empresa promotora na proposta inovadora de Anahory e Cid e a pronta adesão do próprio Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, ao empreendimento. Proposta que, “*relativamente a outros projectos apresentados*[, tinha] *duas vantagens: rapidez de execução e baixo custo*”.⁹⁴

Pedro Cid e Eduardo Anahory voltariam a cruzar-se, nos anos seguintes, na obra do Museu e Sede da Fundação Calouste Gulbenkian (1959-1969), também aqui, tal como em Bruxelas, o primeiro, como arquitecto⁹⁵ e, o segundo, como decorador⁹⁶,

⁹² O Aeroporto do Funchal só viria a ser inaugurado a 8 de Julho de 1964.

⁹³ Cf. “Aeroporto de Porto Santo”, disponível em www.restosdecoleccion.blogspot.com.

⁹⁴ *Nota Explicativa*, relativa ao Hotel de Porto Santo, emitida pela Empresa Insular de Turismo a 27 de Outubro de 1961. (Arquivo Regional da Madeira)

⁹⁵ Com Ruy Jervis d’Athouguia (1917-2006) e Alberto Pessoa (1919-1985).

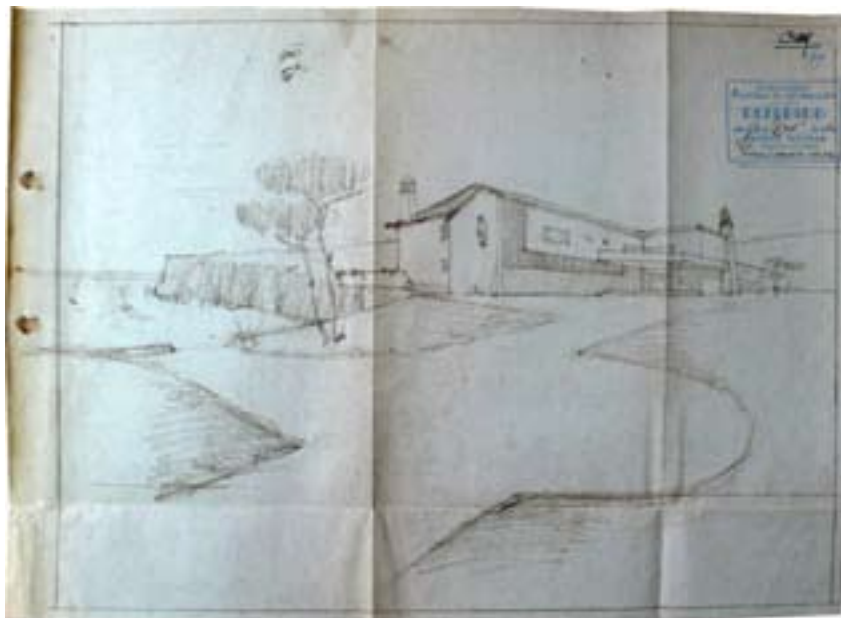
⁹⁶ A par de Daciano Monteiro da Costa (1930-2004) e Rogério Ribeiro (1930).

mas, agora, num registo completamente diferente, até porque a importância desta iniciativa para o contexto, cultural e político, português assim o exigia.

Não deixa de ser interessante, no entanto, que aquela que foi, provavelmente, a dupla de arquitectos portugueses mais internacional do seu tempo, pelo menos a mais “americana”, no sentido de uma experimentação técnica, e criativa, associada à pré-fabricação e à produção em série - Cid com o seu pavilhão para Bruxelas e Anahory com as suas casas na Arrábida -, vá encontrar espaço para materializar um novo conceito de arquitectura, que implicava, necessariamente, uma nova ideia de sociedade, numa pequena ilha, no “meio” do Oceano Atlântico, e em resposta, precisamente, a um programa turístico.⁹⁷

Noutro sentido, uma outra dupla de arquitectos, Jorge Chaves e Frederico Sant’Ana, desenvolve, em simultâneo com os primeiros estudos para o Hotel do Garbe, o projecto do Hotel da Baleeira, inicialmente para ser chamado de “Estalagem D. Henrique, o Navegador”, trabalho que resulta da revisão de um estudo anterior,

Estalagem D. Henrique,
o Navegador, Baleeira
Guilherme Gomes, 1952
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



⁹⁷ Encerrado a 30 de Setembro de 1971, o Hotel de Porto Santo seria inicialmente adquirido pela SALVOR - Sociedade de Investimento Hoteleiro e, três anos depois, pela Sociedade Turística da Penina. Depois de um incêndio que destruiu por completo o corpo da Zona Social do Hotel, a reconstrução ficaria concluída em 1975, acrescentando-se, nessa altura, um novo módulo de quartos no corpo poente.

já aprovado, em 1952, pelo SNI, realizado pelo arquitecto Guilherme Gomes para o empresário Álvaro Calhau Rolim. Estudo que previa a construção de uma “Pousada-Estalagem” com vinte e cinco quartos.

Com o início, em Março de 1960, da celebração das Comemorações Henriquinas, que marcavam o quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, o empresário decide avançar com a construção de parte do estudo aprovado, um corpo de vinte quartos distribuídos em dois andares, ocupando uns terrenos de que dispunha sobranceiros à enseada da Praia da Baleeira. Contava-se ter este primeiro núcleo de quartos concluído até 20 de Maio desse ano, para que servissem de apoio à recepção dos turistas e dos visitantes esperados naquele evento, complementando a oferta de 15 quartos da Pousada do Infante, construída, pelo Estado, de propósito para as celebrações.

No sentido de acompanhar as obras que estavam em curso e preparar o projecto definitivo da nova unidade hoteleira, Álvaro Rolim contacta os arquitectos Jorge Chaves e Frederico Sant’Ana, então a realizar o projecto do Hotel do Garbe.⁹⁸



Estalagem D. Henrique,
o Navegador, Baleeira
(primeiro corpo de 20 quartos
em construção)
Fotografia, 1960
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

⁹⁸ O arquitecto Guilherme Gomes havia falecido entretanto e, com a construção da Pousada do Infante, o projecto inicial é revisto e actualizado, prevendo-se a construção, agora, de um Hotel com cerca de sessenta quartos - provavelmente por sugestão do próprio SNI, como aconteceu no Hotel do Garbe.

Por esta encomenda, os arquitectos ficavam incumbidos de “*projectar um hotel com cêrca de 60 quartos, todos com casa de banho, dos quais se encontram construídos 20, em dois andares. Deverão ser previstos os serviços e zonas comuns de hóspedes com o desenvolvimento necessário para servir refeições a um elevado número de comensais (não hospedes) durante os meses de verão. A decoração e o nível dos acabamentos deverá contribuir para que este hotel possa ser classificado na 1.ª classe*”.⁹⁹

O Ante-Projecto é finalizado a 10 de Março de 1960 e aprovado, pelo SNI, no dia 25.

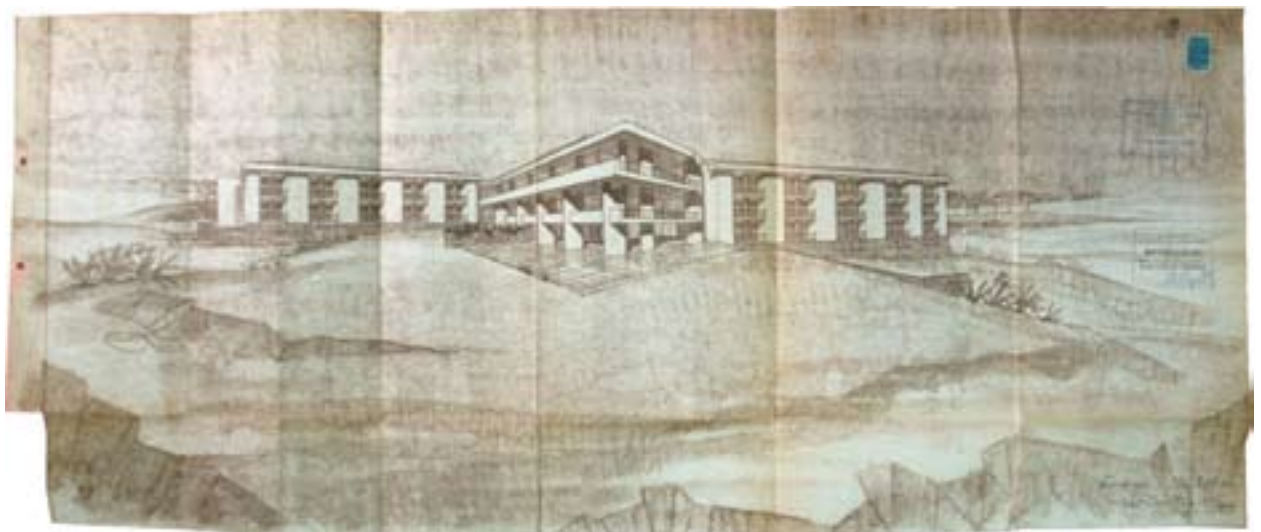
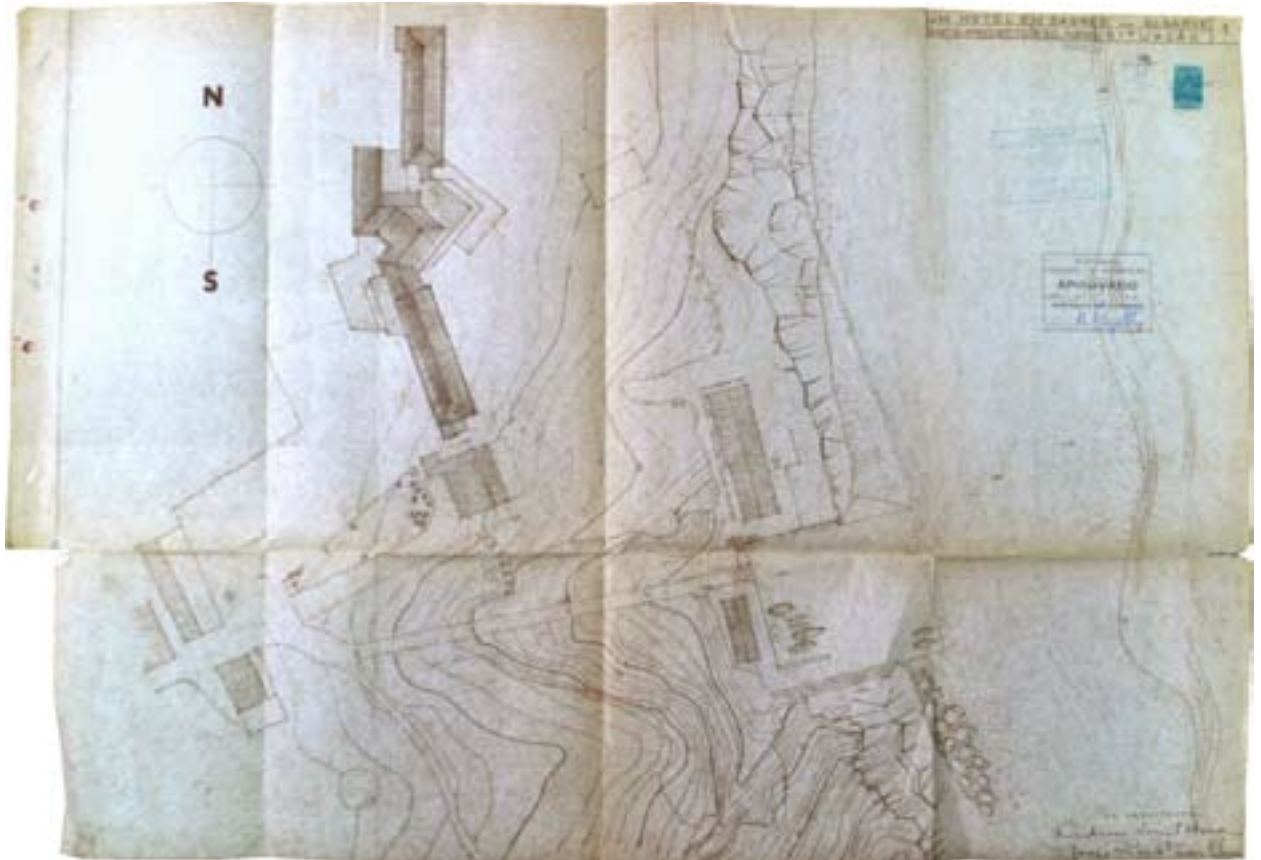
Trabalhando em estreita colaboração com os Serviços Técnicos do SNI, e, por isso, a imediata aprovação deste estudo, Chaves e Sant’Ana optam pelo “*abandono puro e simples do esboço existente*” e por encontrar “*uma solução que embora comprometida com a zona já em construção e na qual os signatários têm procurado introduzir os melhoramentos aconselháveis com a marcha rápida dos trabalhos, seja funcionalmente certo e plásticamente valioso*”¹⁰⁰. O novo programa, condicionado pela pré-existência, propõe a criação de um outro corpo, este de trinta quartos, organizado em três pisos, que se articula, para norte, com o corpo em construção através da zona de serviços e espaços comuns, colocada no centro da composição.

Tal como no Hotel do Garbe, também aqui foi “*principal preocupação projectar um edifício que constitua um elemento de franco enriquecimento do local onde vai ser construído, integrado num ambiente geográfico e humano do Algarve, um edifício que não constitua uma surpresa para quem chega a Sagres, ferindo a sensibilidade por ser grandioso ou exótico. Procurou-se um edifício aparentado em espírito a outras massas construtivas que se encontram por toda a parte, no Algarve, onde expontaneamente o homem fez surgir uma arquitectura nitidamente diferenciada*”.¹⁰¹

⁹⁹ CHAVES, Jorge, SANT’ANA, Frederico, *Ante-Projecto do Hotel que o Exm.º Sr. Alvaro Calhau Rolim pretende construir em Sagres, Junto á Praia da Baleeira: Memória Descritiva*, Lisboa, 10 Março 1960, p. 2.

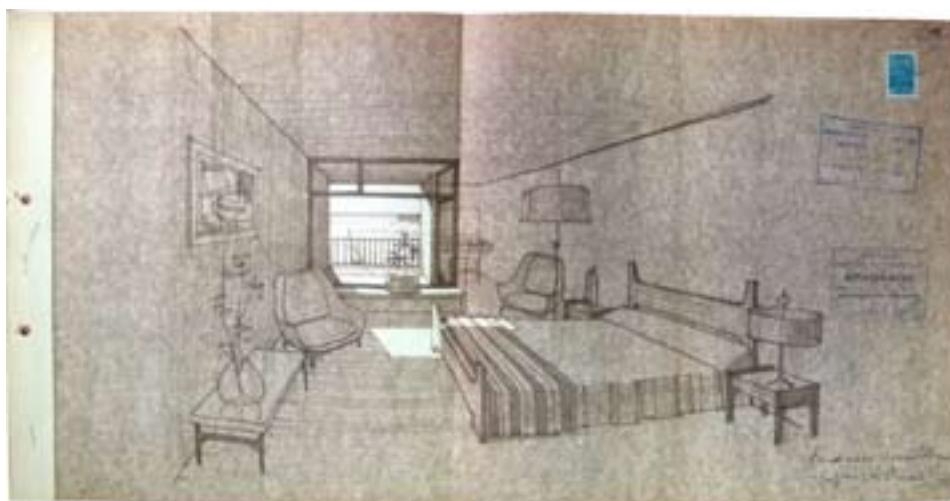
¹⁰⁰ Idem, p. 1.

¹⁰¹ Idem, pp. 2-3.



Seguindo a mesma lógica de fragmentação volumétrica e espacial do projecto de Armação de Pêra, o edifício de Sagres decompõem-se em três tramos de construção, a acompanhar o desenho orgânico da falésia. Como dissemos, no tramo central, que serve de rótula entre os corpos de quartos a sul e a norte, concentram-se os espaços de serviço, virados a poente, e as salas de utilização comum dos hóspedes e visitantes, situando-se a Sala de

*Um Hotel em Sagres - Algarve
Ante-Projecto
1 - Situação
e
Perspectiva do conjunto*
Jorge Chaves e
Frederico Sant'Ana, 1960
(imagem Arquivo
Turismo de Portugal)



Um Hotel em Sagres - Algarve
 Ante-Projecto
 Perspectiva do Restaurante
 e
 Perspectiva de um dos quartos
 Jorge Chaves e
 Frederico Sant'Ana, 1960
 (imagens Arquivo Turismo de Portugal)

Estar, a Sala de Jogo e o Bar no piso térreo e o Restaurante no piso superior, todos eles virados a nascente e servidos por amplas varandas com vista panorâmica sobre o Mar. No piso inferior, é criada uma Esplanada, coberta pelo edifício, de ligação directa ao exterior. Os dois corpos de quartos são, aqui, organizados num esquema unilateral tradicional, com as galerias de distribuição a poente e as unidades de alojamento a nascente.

O Hotel para a Praia da Baleeira resulta, desta forma, de uma simplificação do projecto do Hotel do Garbe, clarificando-se a distribuição funcional do programa. Este exercício de depuração é evidente no desenho do próprio módulo dos quartos, em que as casas-de-banho deixam de estar na fachada, ao lado das varandas, para assumir o seu lugar habitual junto da entrada.

Em termos formais, esse exercício iria reflectir-se na imagem do conjunto, perdendo-se a ideia de “massa” trabalhada expressivamente em Armação de Pêra, para, agora, se centrar numa composição relativamente corrente de planos de laje e de parede, animada, unicamente, pelo ritmo das varandas dos quartos e dos espaços comuns.

É sobre esta base que Jorge Chaves vai desenvolver o projecto definitivo do “Hotel D. Henrique - o Navegador”, submetido à apreciação do SNI, a 25 de Fevereiro de 1961, e aprovado cinco meses depois.

Hotel em Sagres

D. Henrique, O Navegador

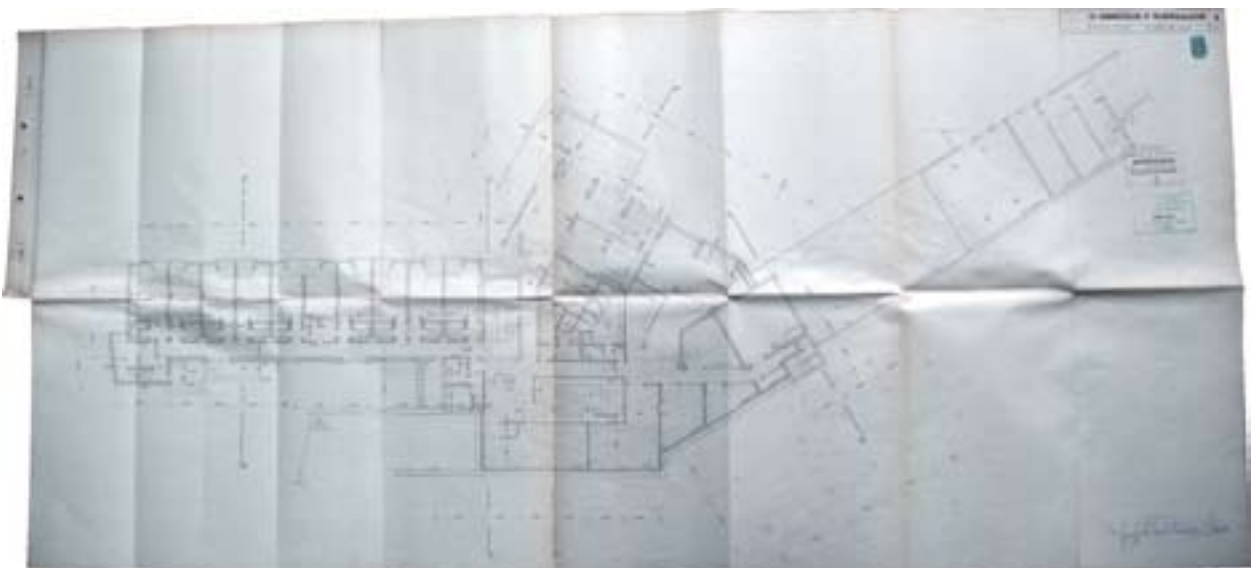
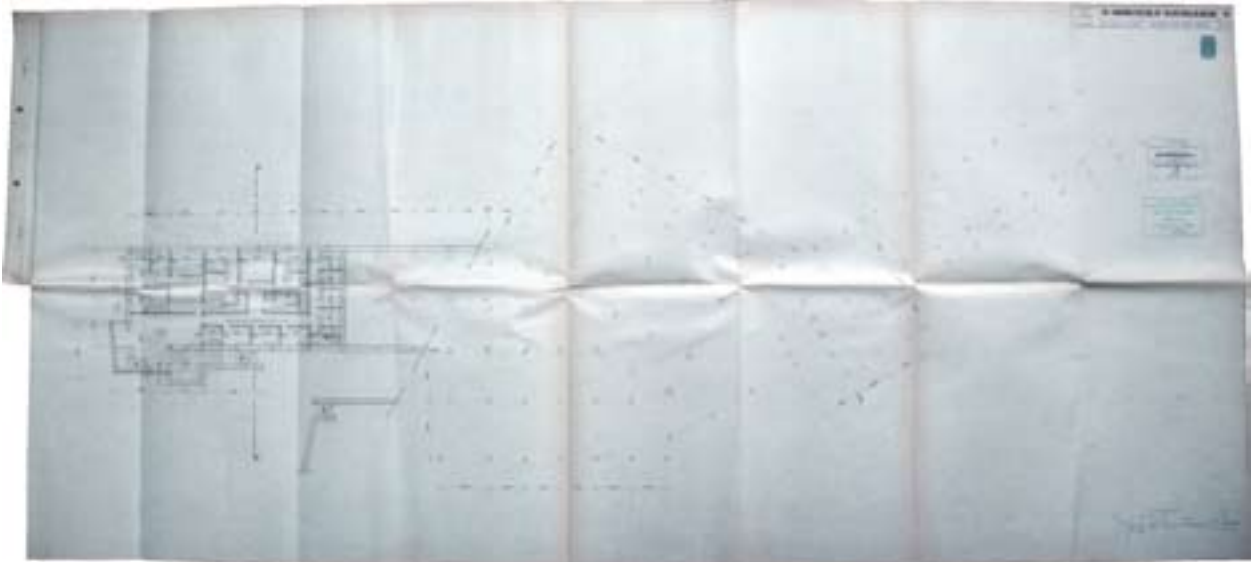
4 - Planta da Sub-Cave

e

3 - Planta da Cave

Jorge Chaves, 1961

(imagens Arquivo Turismo de Portugal)



A organização dos pisos é praticamente a mesma da do Anteprojecto: na Sub-Cave, instalam-se os quartos dos empregados dos hóspedes e *courriers*; na Cave, uma ala de quartos, a norte, e espaços de serviço e técnicos do Hotel; no Piso Térreo, a Recepção, a Administração, o Bar, a Sala de Estar, a Sala de Jogos e duas alas de quartos, uma a norte e outra a sul; e no Piso Superior, a Cozinha, o Restaurante e duas outras alas de quartos, com a mesma disposição do andar anterior.

Mas, o que, aparentemente, tinha sido um processo de trabalho relativamente pacífico, revelar-se-ia tudo menos isso.

Hotel em Sagres

D. Henrique, O Navegador

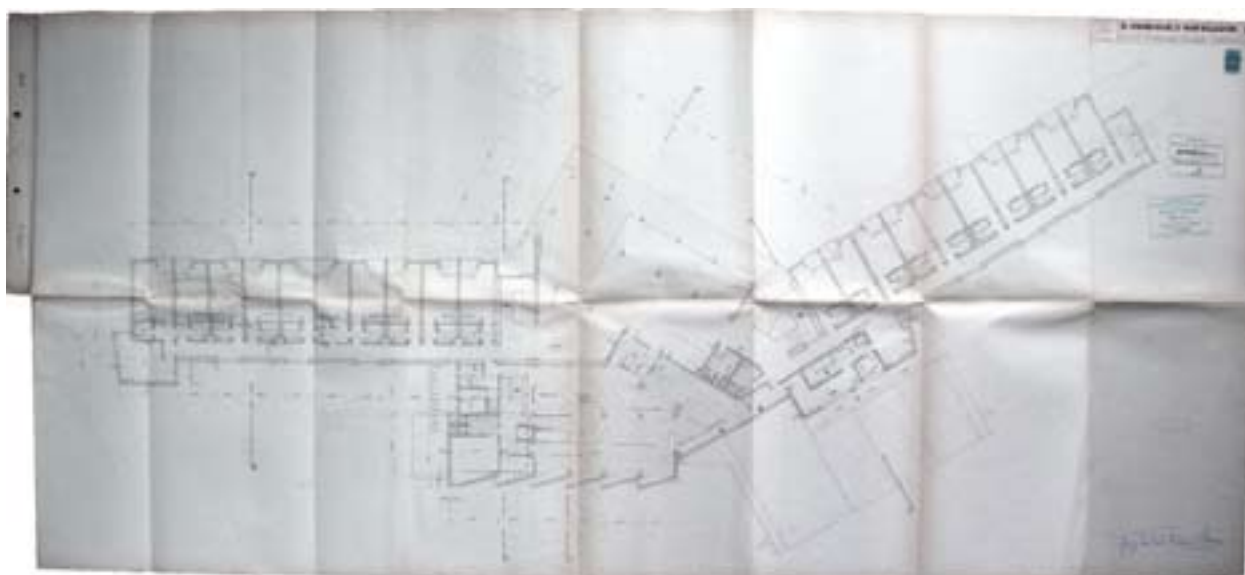
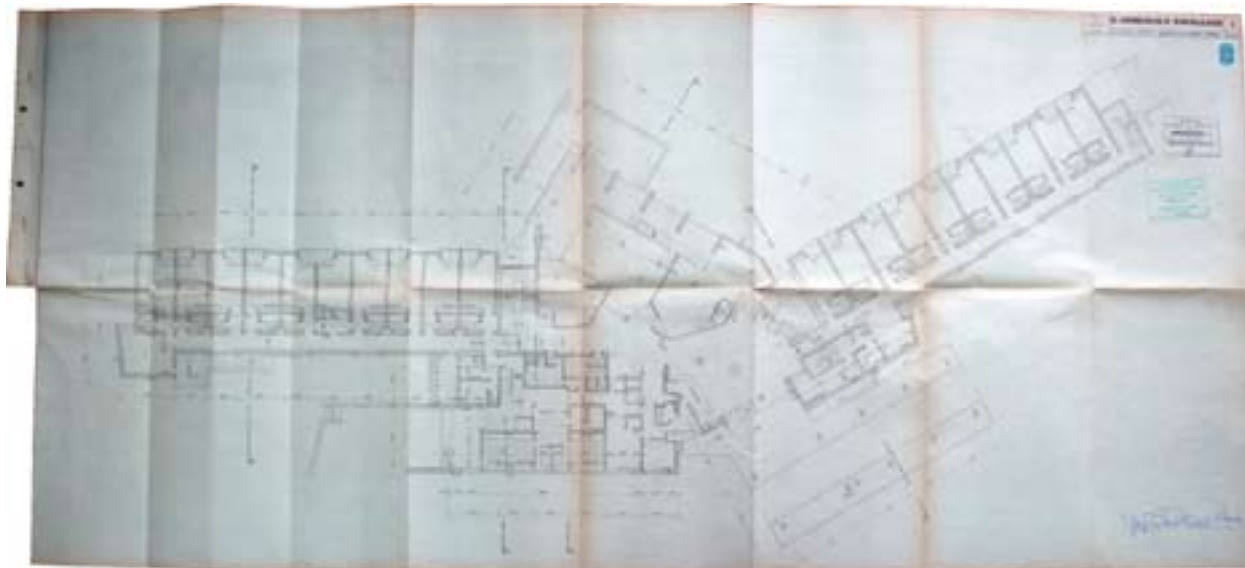
1 - Planta do Andar Térreo

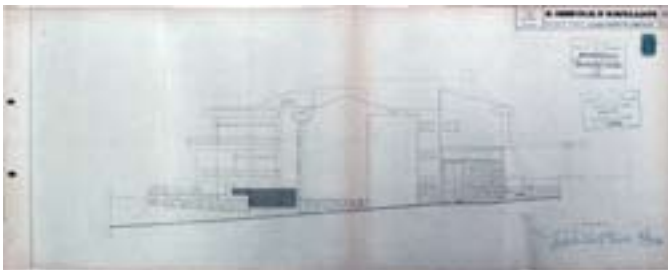
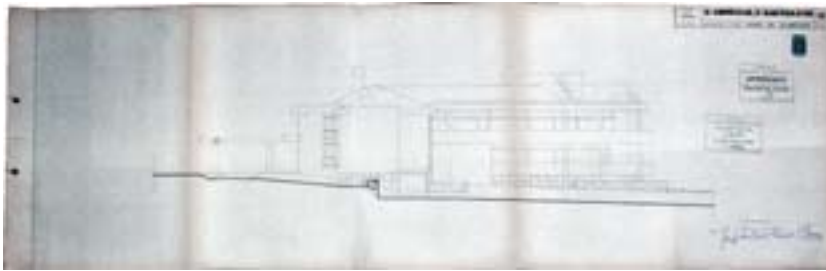
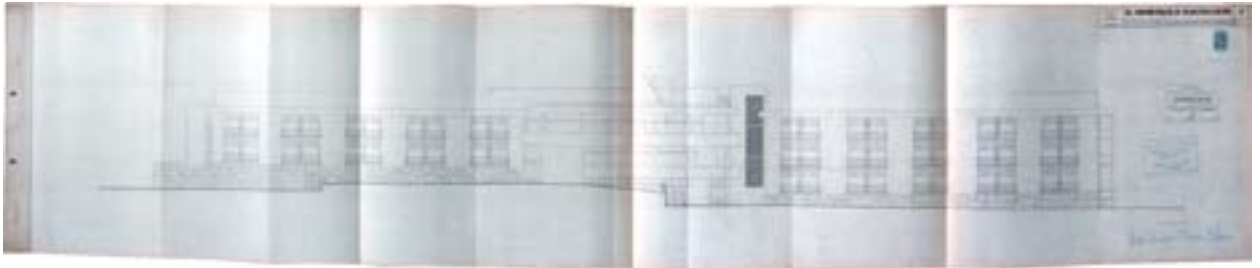
e

2 - Planta do Andar Superior

Jorge Chaves, 1961

(imagens Arquivo Turismo de Portugal)





O desabafo do arquitecto na *Memória Descritiva* que acompanha esta versão final do projecto, deixa claro o seu descontentamento em relação à forma como a obra tinha sido conduzida ao longos dos anos e a sua desilusão face ao resultado alcançado:

“Posto isto, pouco ou nada mais há a dizer acerca do projecto do Hotel “D. Henrique - o navegador” em construção há dois anos em Sagres. Ao contrário do que deveria ser, a sua meninice tem sido doentia e já por várias vezes... morreu. Alguma coisa lhe tem faltado para que ela tenha crescido e vivido, em entusiasmo e alegria. Por várias vezes o seu crescimento foi interrompido e um estertor de morte se foi apoderando dela. Os seus operários foram por várias vezes lançados no desemprego e a lama, a poeira, o lixo e a ferrugem, dela foram tomando conta.

De cada vez que um novo sopro de esperança encheu de entusiasmo aqueles que tem por missão materializá-la, uma nova palpitação de vida fez vibrar aquele pobre cadáver abandonado. De novo os materiais começaram a afluir para a alimentar. De novo o pensamento dos técnicos recomeçou a ocupar-se dela, a conceber as suas soluções, os seus pormenores, os seus materiais e as suas cores. Novas encomendas de materiais se planearam e se executaram; novos operários se contrataram; para logo tudo se interromper, se abandonar, se esquecer. Alguma coisa faltou novamente para que a obra crescesse e vivesse em entusiasmo e alegria.

Hotel em Sagres

D. Henrique, O Navegador

7 - Alçado Nascente

(Planificado),

10 - Alçado Sul (Planificado)

e

11 - Alçado Norte (Planificado)

Jorge Chaves, 1961

(imagens Arquivo Turismo de Portugal)

Difícilmente se concebe que desta maneira alguma vez esta obra satisfaça o fim para que foi projectada, isto é, atrair e transmitir alegria de viver, enfim, dar plena satisfação ao turista que por ali passar.

Um aleijão triste e surumbático, doentio e pustulento, parecerá aos olhos do turista aquele casarão frio, aquela casa assombrada.

O sonho de alguns, que nós alguma vez tivemos a veleidade de querer, e até saber materializar transformou-se pouco a pouco no mais horrível pesadelo. Só o pensar nele enche de amargura os nossos corações.

A vida que palpita naquelas construções espontâneas do Algarve, aquele sensualismo que transpira das construções que surgiram naturalmente do solo para satisfação de necessidades sentidas por quem as realizou, jamais o poderemos conseguir. Quando um período de gestão é alterado para mais ou menos tempo, alguma coisa de horrível irá certamente acontecer ao ser que vai ser gerado.

E é por todas estas razões e outras que sentimos mas não sabemos exprimir, é que agora, ao estendermos à nossa frente os desenhos do projecto há muito executados, para elaborarmos uma 'Memória descritiva e justificativa' não sabemos que descrever e nem sabemos já como justificar.

Tudo foi há muito tempo concebido e projectado. Tudo teve nessa altura a sua justificação. Agora parece-nos que as coisas estão assim... porque estão; porque sempre foram assim.

Isto era para ser um Hotel com cerca de 50 quartos a construir sobre as arribas da baía da Baleeira em Sagres, com todos os quartos voltados para o mar e para o Sul e para o Sol, com todos os serviços devidamente estabelecidos, proporcionados e localizados.

Hotel D. Henrique,
O Navegador
em construção
Bilhete Postal, c.1961
(imagem
www.cgi.ebay.com)





Sagres - Portugal
Praia da Baleeira
Bilhete Postal, c.1963
(imagem
www.omeumundoempostais.blogspot.com)

Pretendemos nessa altura projectar um edificio que constituisse um elemento de franco enriquecimento do local, integrado no ambiente geográfico e humano do Algarve, onde o Homem fez surgir uma arquitectura que é viva e que é orgânica, porque vive e sobrevive nesse clima, porque nela o homem vive e faz a sua vida como o molusco - dentro e fora da sua casca.”¹⁰²

Para Jorge Chaves esta era uma solução de compromisso, não com o sítio e a sua cultura material, como se desejaria, mas com as circunstâncias, sempre imprivisíveis, da encomenda.

Com o primeiro núcleo de quartos a funcionar desde Agosto de 1961, por uma *Informação* de Outubro de 1962 ficamos a saber que “as obras de ampliação”¹⁰³ do, aqui já designado, Hotel da Baleeira “estão quase concluídas”, passando esta unidade hoteleira a dispor “antes do fim do ano um total de 50 quartos”. Em Janeiro seguinte, Álvaro Calhau Rolim queixava-se ao Secretário Nacional da Informação pelo facto de as brochuras realizadas pelo SNI, para propaganda no estrangeiro, chamarem o seu Hotel de “Pensão” e pelos Serviços de Informação daquele organismo, em Lisboa, não terem conhecimento da existência da nova estrutura hoteleira. Depreende-se, desta carta, que o Hotel da Baleeira terá sido inaugurado nos últimos meses de 1962.¹⁰⁴

¹⁰² CHAVES, Jorge, *Projecto do Hotel “D. Henrique - O Navegador” em construção na Praia da Baleeira. Sagres - Algarve. Memória Descritiva*, Lisboa, 17 Fevereiro 1961, pp. 2-4.

¹⁰³ GUERRA, Carlos de Miranda, *Informação*, [s.l.], Outubro 1962.

¹⁰⁴ Carta de Álvaro Calhau Rolim, dirigida a Álvaro Roquete, Director do Turismo de Portugal, do

Depois do desabafo sentido na *Memória Descritiva* do projecto definitivo do Hotel da Baleeira, não deixa de ser curioso encontrarmos Jorge Chaves a tratar, em 1966, da sua ampliação. Verificada a incapacidade desta unidade em responder ao volume da procura, tanto nos meses de Verão, como nos meses de Inverno, é proposta a construção de um novo corpo de quartos, a sul, com um único piso, elevado, deixando, assim, livre a panorâmica sobre a Praia desde o pátio de acesso ao Hotel, e da ampliação, também para sul, dos pisos em Cave e Sub-Cave, criando uma série de plataformas artificiais que acompanham a topografia do terreno, que seriam “cobertas em toda a superfície, com terra vegetal para ajardinar”¹⁰⁵. Quanto aos restantes serviços do Hotel, considerava-se apenas necessário aumentar a área do Restaurante, ocupando-se, para isso, parte da varanda existente. No total, o Hotel da Baleeira passava a ter cem quartos.

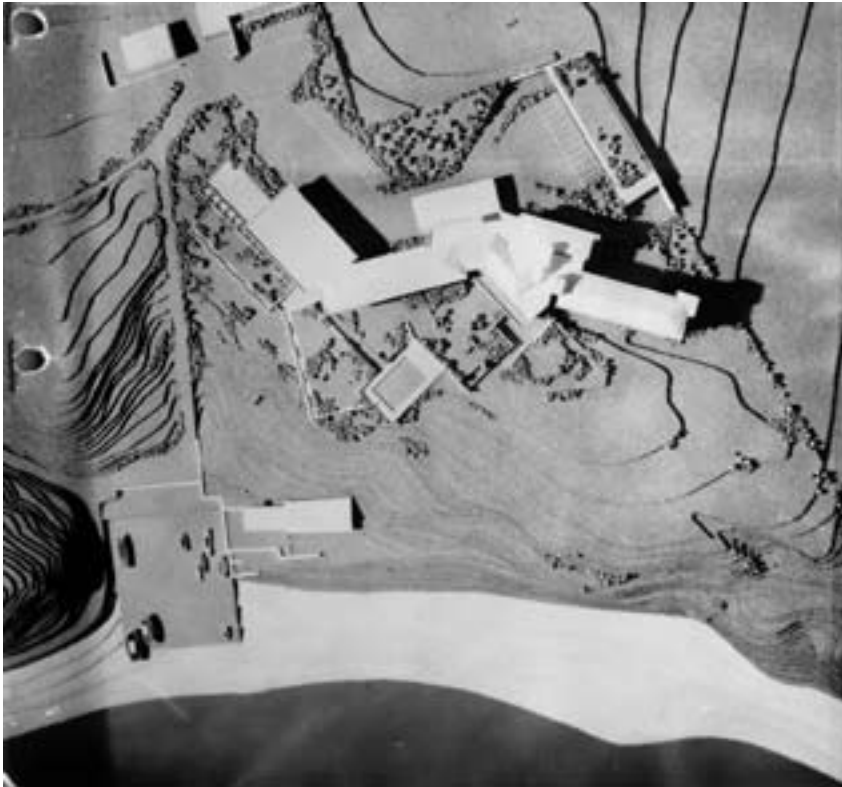
A ilustrar a proposta são apresentadas uma perspectiva do conjunto, antevendo o efeito das novas construções vistas da enseada, e uma série de fotografias da maqueta geral.

Ampliação do Hotel da
Baleeira
Anteprojecto
Perspectiva
Jorge Chaves, 1966
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Secretariado Nacional de Informação, datada de 7 de Janeiro de 1963.

¹⁰⁵ CHAVES, Jorge, *Ampliação do Hotel da Baleeira em Sagres: Anteprojecto*, [Lisboa, 10 Fevereiro 1966], p. 2.



Ampliação do Hotel da Baleeira
Anteprojecto
Fotografias da Maqueta
Jorge Chaves, 1966
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)



Este estudo é bem recebido pelo SNI, que o aprova, a 11 de Agosto de 1966, e ao projecto final, a 10 de Julho de 1967.

Também o arquitecto parecia, agora, mais reconciliado com a sua obra:

*“Haverá apenas o cuidado de integrar a construção nova no espírito plástico dos volumes existentes, o que de forma alguma será difícil. A mesma escala, os mesmos pormenores, os mesmos materiais, as mesmas cores... numa palavra, a mesma atitude frente à natureza geográfica e humana de Sagres”.*¹⁰⁶

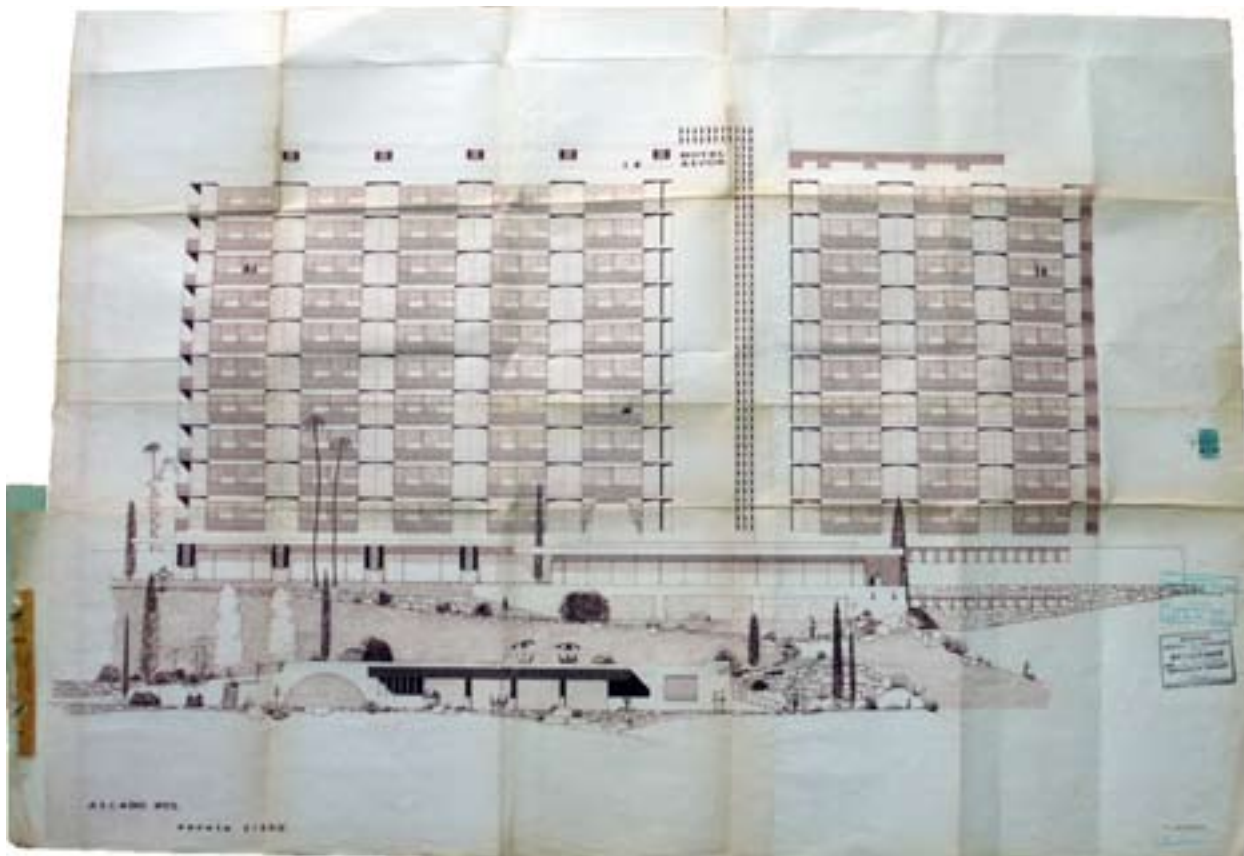
Hotel da Baleeira, Sagres
Fotografia, c.1970
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Se podemos considerar o Hotel Estoril-Sol como o culminar de um certo modelo de “Hotel de Praia” (em que se inscrevem o Grande Hotel da Figueira da Foz, o Hotel Sol e Mar e o Hotel Algarve), o Hotel Alvor-Praia é a expressão máxima de outro (que compreende o Hotel do Garbe, o Hotel de Porto Santo e o Hotel da Baleeira). Um celebra a certeza inabalável no projecto moderno, com o volume único, compacto, paralelo ao mar, o outro questiona a rigidez dos seus princípios, fragmentando-se na procura de uma identidade própria.

Obra de um, já, especialista em matéria de equipamentos hoteleiros - o arquitecto Alberto Cruz¹⁰⁷ - o Hotel Alvor-Praia começa, curiosamente, por ser concebido dentro daquele primeiro modelo, constituindo-se como um bloco de treze andares sobre a Praia dos Três Irmãos. Encomenda da Salvor - Sociedade de Investimento Hoteleiro, o anteprojecto inicial é realizado em pouco mais de um mês.¹⁰⁸

Hotel Alvor, Praia dos Três Irmãos
1.º Anteprojecto
Alçado Sul
Alberto Cruz, 1963
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Num segundo estudo, e em resposta às objecções levantadas pela DGSU, optou-se por recuar a implantação do Hotel, em relação à Praia, e respeitar as cêrceas impostas, passando-se “*de um partido em altura para uma solução francamente em extensão*”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Autor da Pousada da Ria (1960), na Murtosa, da Pousada de S. Jerónimo (1962), no Caramulo, e da Pousada de Santa Maria (1967), em Marvão - esta em parceria com J. Santos Costa, do Hotel Baía (1962) - com Elísio Summavielle, em Cascais, do Hotel Grão-Vasco (1964), em Viseu, do Hotel Eva (1966) em Faro, e do Hotel Cidadela (1966) em Cascais, entre outros. (Cf. FERNANDES, José Manuel, “Alberto Cruz, arquitecto”, *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, Lisboa, N.º 20, Março 2004, pp. 161-165)

¹⁰⁸ Como dissemos, a Sociedade é constituída a 21 de Julho de 1963 e o primeiro anteprojecto do Hotel tem *Memória Descritiva* datada de 2 de Agosto. Este estudo seria aprovado pelo SNI a 7 de Setembro seguinte.

¹⁰⁹ CRUZ, Alberto, [Hotel Alvor-Praia:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 21 Maio 1964, p. 3.

Daqui resultaria o aumento do número de quartos propostos e, conseqüentemente, da área do edifício, acabando por se conseguir um Hotel com duzentos quartos, distribuídos, em duas frentes - Mar e Serra - por sete andares (sendo o piso superior recuado). Para isso, a Sociedade viu-se obrigada a comprar mais terreno do que aquele que tinha inicialmente garantido.

Com uma experiência considerável no projecto de hotéis e, em particular, de Pousadas - estas enquanto arquitecto da Direcção de Serviços de Construção da DGEMN - a abordagem de Alberto Cruz ao desenho deste tipo de estruturas revela-se, acima de tudo, pragmática.

“Escusado será dizer que a preocupação dominante, no traçado geral do Hotel, foi, desde início, concebê-lo por forma a que trabalhe perfeitamente como uma máquina, onde todas as peças terão que ocupar o competente lugar, afim de que esta possa dar o rendimento para a finalidade para que foi concebida.

É justamente num Hotel onde a palavra “funcional” terá a mais justa e lata aplicação, pois é praticamente impossível tirar-se o rendimento económico de um edifício desta natureza e dar-se aos hóspedes a comodidade a que têm direito, se a palavra “funcional” ali não tiver total e franco cabimento.

Deste modo, todas as zonas e suas dependências ocuparão o lugar que lhes compete, permitindo por um lado separação bem definida, mas não esquecendo também a sua fácil inter-comunicação, que como a primeira condição é igualmente importante.”¹¹⁰

Em termos de linguagem, a sua produção oscila entre um registo influenciado pelas formas e os materiais de uma arquitectura regional, em especial nas encomendas de carácter oficial, e outro mais descomprometido, de raízes modernas. No Alvor, *“quanto ao aspecto exterior do Hotel, houve a intenção de um integrar, [sem recurso de falsos regionalismos,] dentro do ambiente e simplicidade das construções algarvias, evitando soluções arrojadas e policromas, que em nosso entender não parecem ali ter cabimento.”¹¹¹*

¹¹⁰ Idem, p. 4.

¹¹¹ Idem, p. 9.



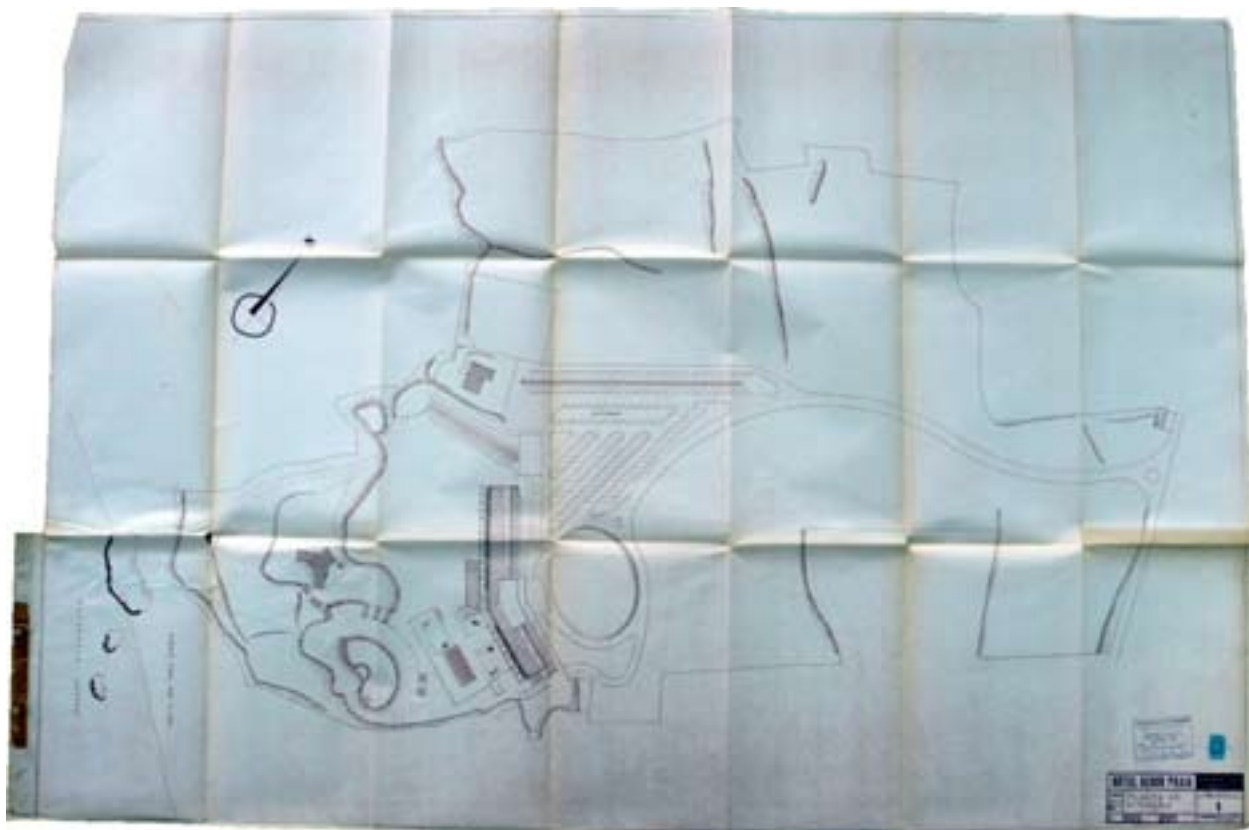
Pousada da Ria, Murtosa
Bilhete Postal, c.1960
(imagem
www.diasquevoam.blogspot.com)



Hotel Baía, Cascais
Bilhete Postal, c.1962
(imagem
www.restosdecoleccion.blogspot.com)



Hotel Eva, Faro
Bilhete Postal, c.1966
(imagem
www.messines-alte.blogspot.com)

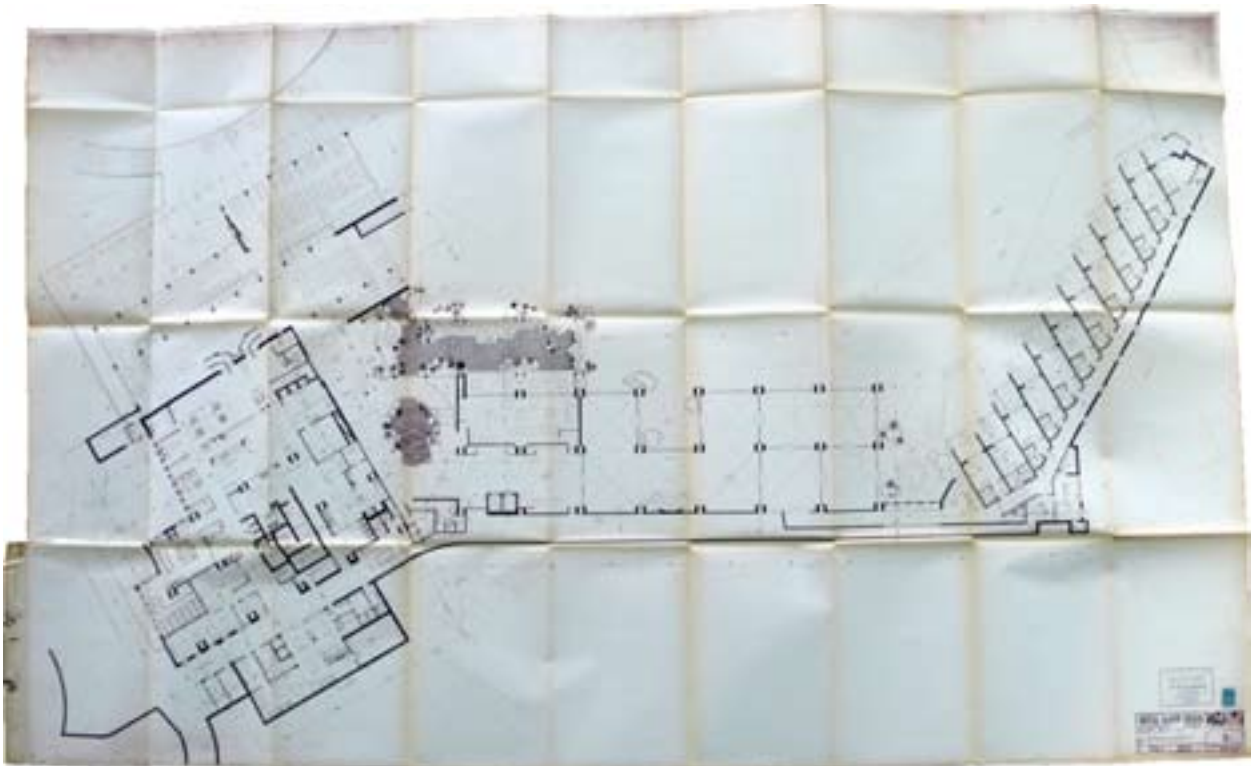
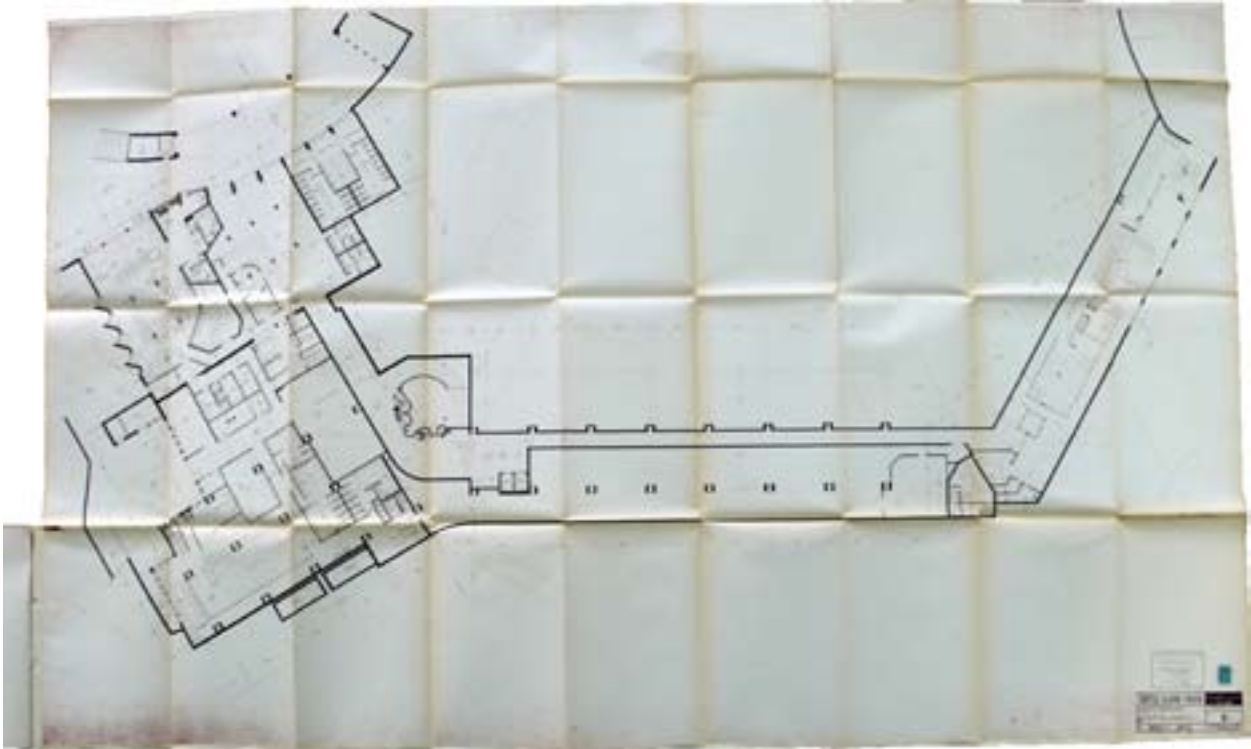


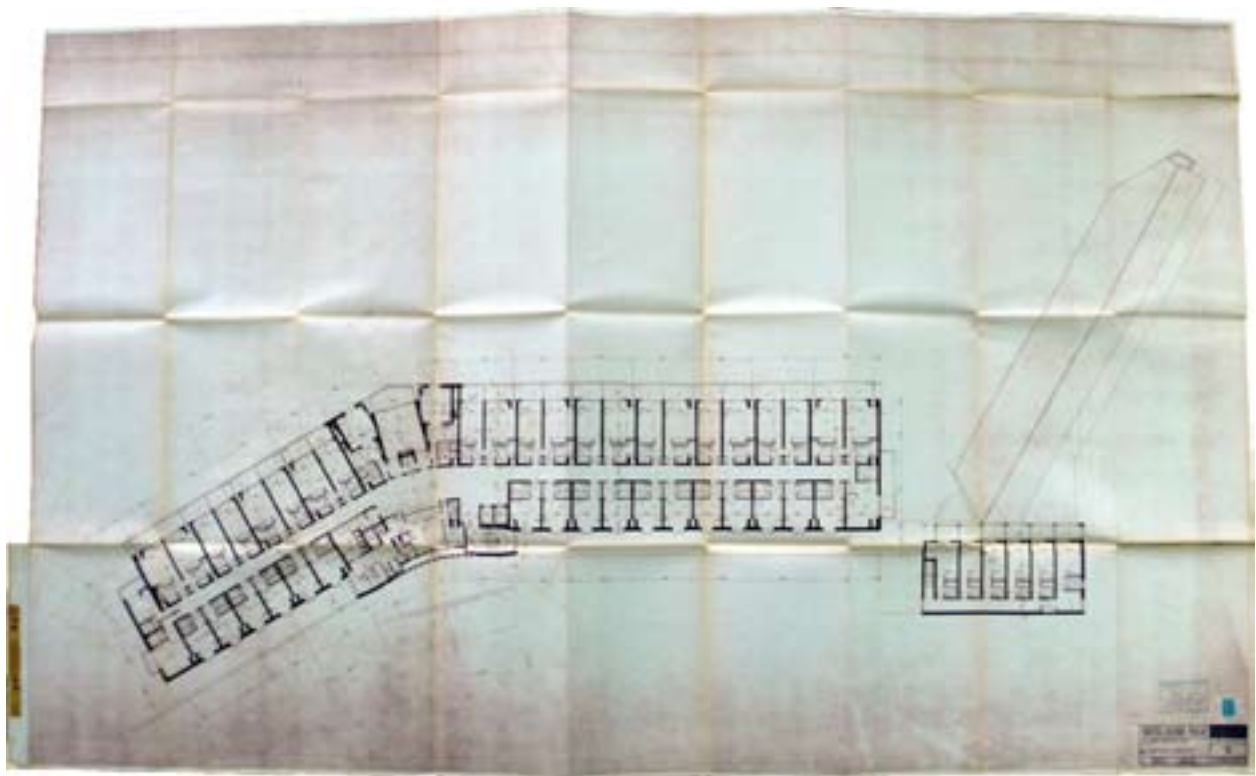
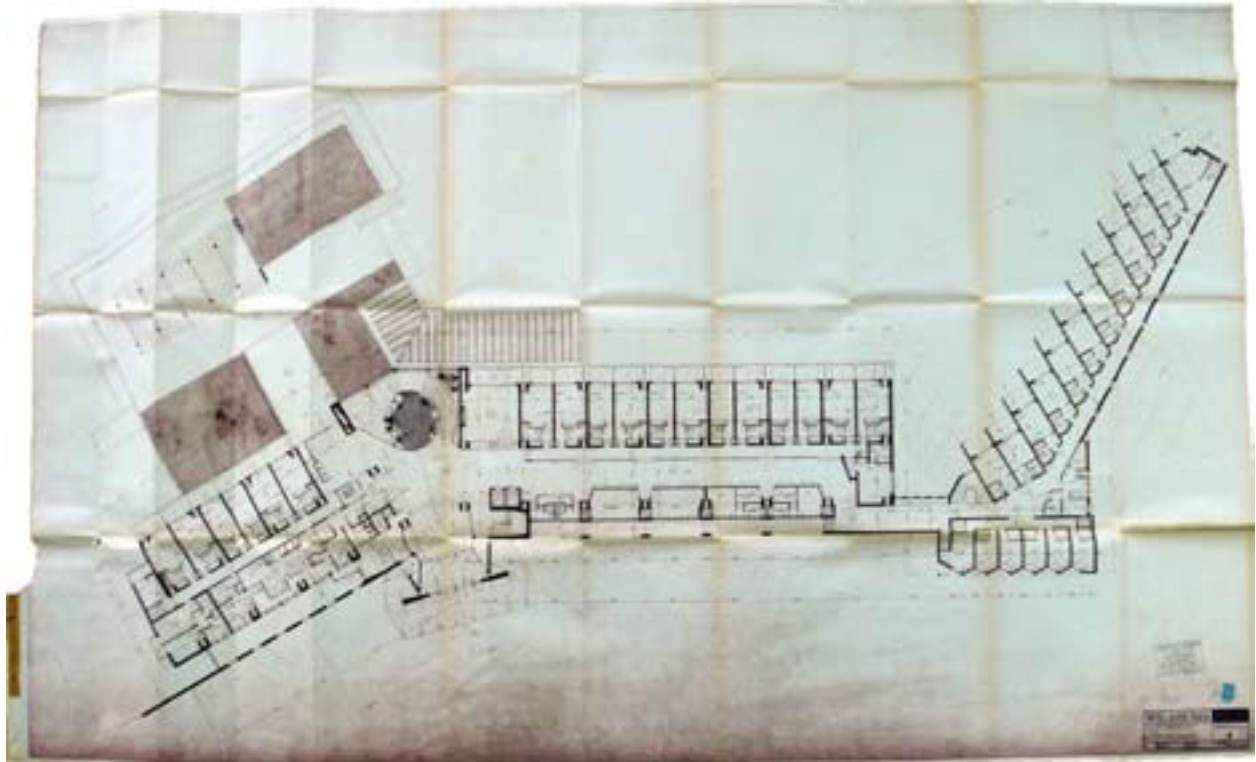
Hotel Alvor Praia
1 - Planta de Situação
2.º Anteprojecto
Alberto Cruz, 1964
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

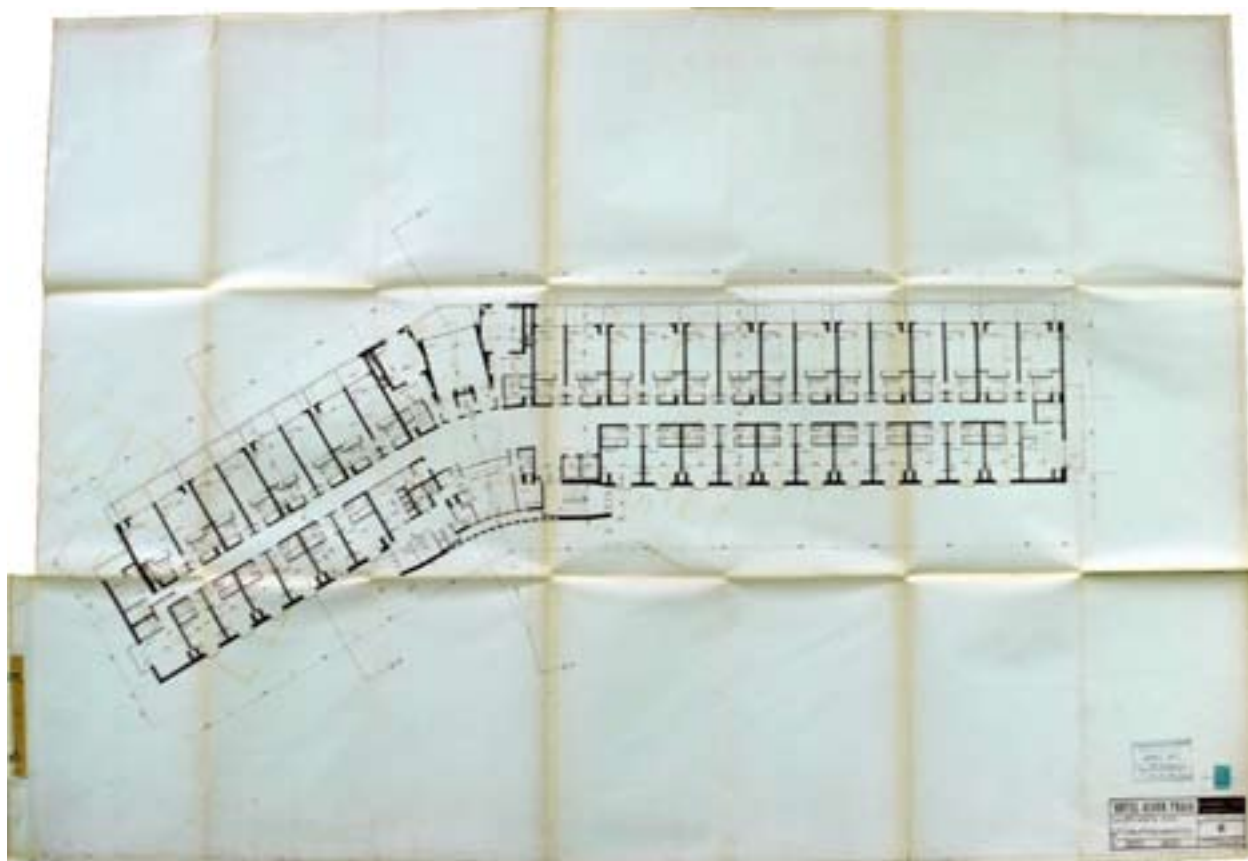
Acompanhando o desenho das arribas sobranceiras à Praia, nesta segunda versão a implantação do edifício sofre uma ligeira inflexão, sensivelmente, a meio, dividindo-se o volume principal do Hotel em dois tramos, um orientado a sul-norte e outro a nascente-poente, na junção dos quais, do lado interior, se define o momento da Entrada e o núcleo principal de distribuição vertical. A poente deste núcleo, articula-se um terceiro tramo de construção, de apenas três pisos, orientado, também, a sul-norte.

A partir da cota de soleira, o programa desenvolve-se em dois pisos inferiores e cinco superiores. No piso de chegada encontramos a Recepção, os espaços administrativos e o Gabinete Médico, uma pequena Sala de Estar, serviços de apoio aos hóspedes - Cabeleireiro, Barbeiro, Sauna e Massagens - e três alas de quartos, uma em cada um dos tramos indicados, todos virados para o mar. Uma ampla escadaria semicircular, localizada no eixo exterior da rotação, faz a ligação aos pisos inferiores. Num primeiro nível, instalam-se os espaços de utilização comum dos hóspedes - Sala de Estar, Sala de Jogos e Sala de Leitura, o Bar, com varanda sobre o

Página seguinte:
Hotel Alvor Praia
2A - Planta do 1.º Pavimento
e
3A - Planta do 2.º Pavimento
Projecto de Alterações
Alberto Cruz, 1965
(imagem
Arquivo
Turismo de Portugal)







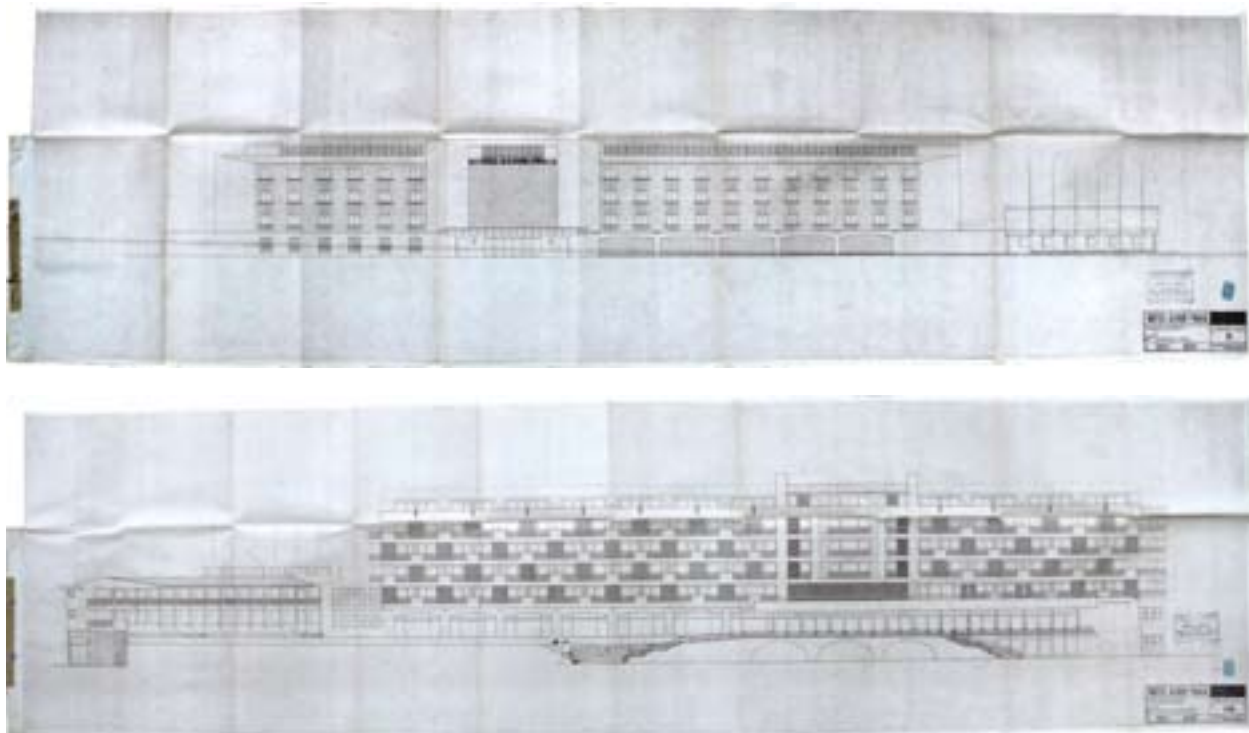
Jardim de Inverno, e a Sala de Jantar, servida por uma ampla esplanada panorâmica, voltada a sul, e por uma complexa Cozinha, junto à qual se resolvem os espaços técnicos do Hotel. Uma única ala de quartos marca presença neste piso, no tramo poente do edifício. Continuando a descer a escadaria, no nível inferior, à cota da plataforma da Piscina, encontram-se o *snack-bar* e os balneários de apoio àquela estrutura e a *boîte*, todos eles com ligação ao exterior. Por baixo da Cozinha, ficam as instalações do pessoal e outros serviços enquanto que no corpo poente se reserva uma grande área de armazém.

Os quatro pisos acima do da Entrada são ocupados exclusivamente por quartos, concentrados no volume principal, sendo o último andar recuado em relação às fachadas principais. Os quartos dividem-se em três categorias - “Luxo”, “Semiluxo” e “Correntes” - consoante a sua localização, área e acabamentos.

A Piscina, construída na arriba, entre o Hotel e a Praia, seria abastecida com água do mar, aquecida.

Hotel Alvor Praia
6 - Planta do 5.º e 6.º Pavimentos
2.º Anteprojecto
Alberto Cruz, 1964
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Página anterior:
Hotel Alvor Praia
4 - Planta do 3.º Pavimento (Entrada)
e
5 - Planta do 4.º Pavimento
2.º Anteprojecto
Alberto Cruz, 1964
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel Alvor Praia
 9 - Alçado Principal
 e
 10 - Alçado Posterior
 2.º Anteprojecto
 Alberto Cruz, 1964
 (imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Com o Hotel em construção¹¹², em Novembro de 1965 são introduzidas pequenas alterações nos dois pisos de serviços, aproveitando áreas vazias resultantes da abertura das fundações. É nos desenhos desta fase que se fixa a solução final do projecto de arquitectura.¹¹³

Tal como Raul Tojal no Hotel Estoril-Sol, no Hotel Alvor-Praia Alberto Cruz conta com a colaboração de uma vasta equipa de decoradores e artistas plásticos. José Espinho e António Garcia ficam responsáveis pelo Vestíbulo de Entrada, do Bar, do Restaurante e dos Quartos; Eduardo Medeiros e Paulo Guilherme da Recepção, Escadaria, Salas de Estar, de Jogos e de Leitura; e Daciano Monteiro da Costa e Eduardo Dias do Snack-Bar e do “Grill-Boite”. O arranjo de interiores é complementado com mobiliário de João Alcobia, com tapeçarias de Jean Luçart, Luís Filipe de Abreu, Paulo Guilherme e Maria José Risques Pereira, e com pinturas de Luís Filipe de Abreu, Manuel Lapa e Fred Kradolfer.

¹¹² O segundo anteprojecto é aprovado a 14 de Agosto de 1964.

¹¹³ O *Projecto de Alterações* é concluído a 16 de Novembro de 1965 e aprovado a 24 de Janeiro de 1966. Neste processo constam alguns desenhos aprovados a 20 de Agosto de 1965, o que nos leva a concluir que um “Projecto Definitivo” do Hotel Alvor-Praia terá sido elaborado poucos meses antes.



Hotel Alvor Praia,
Praia dos Três Irmãos
Perspectivas dos Interiores
c. 1967

Fotografias Horácio Novaes
(imagens Estúdio Mário Novaes/
/Biblioteca de Arte FCG)



Hotel Alvor Praia,
Praia dos Três Irmãos
Recepção,
Escadaria
e
Sala de Estar
Fotografias, c.1967
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel Alvor Praia,
Praia dos Três Irmãos
Bar,
“Grill-Boite”
e
Suite
Fotografias, c.1967
(imagens Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel Alvor Praia,
Praia dos Três Irmãos
Vista Aérea, c. 1967
Fotografia Horácio Novaes
(imagem Estúdio Mário Novaes/
/Biblioteca de Arte FCG)

No exterior, a intervenção do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles procura amenizar o impacto da nova construção e “valorizar as áreas envolventes do hotel através da previsão de jardins, procurando-se a integração de todo o conjunto na paisagem local (...) por meio de um adequado relevo do relvado e pela distribuição dos maciços herbáceos e arbustivos”¹¹⁴. Mistura-se vegetação mais exótica, colocada junto ao edifício, com “espécies da formação climace, ou tradicionais do litoral algarvio”, no contacto com a envolvente natural próxima. “Em frente da entrada do hotel (...) previu-se (...) um arranjo naturalista, consistindo como que um cenário, em que a flora espontânea do local e um espelho de água com vegetação aquática darão uma sensação ao mesmo tempo luxuriante e selvagem”. Também a localização das zonas de estacionamento automóvel é cuidadosamente estudada, assim como todo o enquadramento paisagístico da Piscina e do caminho

¹¹⁴ “Hotel Alvor-Praia: Algarve, Praia dos Três Irmãos, Alvor”, *Arquitectura*, Lisboa, III Série, N.º 100, Novembro-Dezembro 1967, p. 250.

privativo até à Praia. A complementar a oferta de actividades de lazer e recreio proporcionadas aos hóspedes, são, ainda, criados, nos terrenos do Hotel e devidamente integrados no projecto dos exteriores, um circuito de Mini-Golfe e dois campos de ténis.

Obviamente, o isolamento desta estrutura e o seu afastamento aos principais centros urbanos mais próximos - Lagos, a poente, e Portimão, a nascente - obrigaria à realização, de raiz, das obras de infraestruturação imprescindíveis ao seu funcionamento, desde as redes de águas e esgotos, ao abastecimento eléctrico e de comunicações. Obras que ficariam a cargo da empresa Profabril - Centro de Projectos Industriais, pertencente, como a Salvor, ao Grupo CUF. Pelo mesmo motivo, tinha sido necessário sobredimensionar as áreas de armazém e de serviços desta unidade hoteleira, situação devidamente salientada na revista *Arquitectura*, num artigo dedicado ao Hotel Alvor-Praia a propósito da sua inauguração em 1967, que abre com um comentário crítico em relação à estratégia de implantação que se vinha a adoptar, no Algarve, para este tipo de equipamentos turísticos.

“As unidades hoteleiras que começam a surgir localizam-se, naturalmente, nos locais de maior atractivo, tornando-se assim como que ‘ilhas’ isoladas, obrigadas a um certo grau de auto-suficiência nos capítulos dos abastecimentos e serviços. Daí, como no caso do Hotel Alvor-Praia, a necessidade de previsão de certas instalações técnicas de dimensão invulgar (câmaras frigoríficas de armazenagem e lavandarias, por exemplo).

Verifica-se assim que, ao contrário dos nossos vizinhos espanhóis, que em geral têm seguido o critério de concentrar as suas grandes realizações turísticas em grandes núcleos de atracção (Torre Molinos, Benidorme, etc.) entre nós, no Algarve, se tem preferido o das implantações isoladas próximo do mar.

Ambos os critérios apresentam vantagens e inconvenientes: ao primeiro corresponde a possibilidade de uma maior escolha de distrações e serviços, com o perigo possível de uma ‘massificação’ dos ambientes; o segundo permitiria, teòricamente, a preservação da paisagem e do carácter das terras; com frequência, porém, a construção especulativa que se segue à valorização dos locais, provocada pela própria construção dos hotéis, vem depois prejudicar a existência desses mesmos valores.”¹¹⁵

¹¹⁵ Idem, p. 247.



Hotel Alvor Praia,
Praia dos Três Irmãos
Fotografia, c.1967
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Sinal dessa tendência, dois anos depois do Hotel Alvor-Praia abrir ao público, a Salvor avança com um projecto de loteamento dos terrenos que, entretanto, havia adquirido em torno daquele núcleo, no sentido de o tornar “*mais rentável [e] permitir a afluência de turistas menos abastados*” e de “*particulares que tenham interesse em possuir habitação própria*”¹¹⁶. O plano, iniciado pela Profabril e finalizado pelo arquitecto Alberto Cruz¹¹⁷, previa a construção de uma série de moradias isoladas, realizadas segundo projectos-tipo, com um ou dois pisos, de três núcleos de moradias em correnteza, de um bloco de apartamentos, com oito pisos de altura, oferecendo habitações mais económicas, e de um Aparthotel, numa torre de doze andares, com Centro Comercial, *Snack-Bar*, Restaurante privativo e Piscina. A presença de um Aparthotel junto ao Hotel existente era justificada por se supor “*ser este o tipo de habitação que mais necessário se torna construir para o desenvolvimento do turismo no Algarve, visto que permite uma substancial redução no preço das diárias, condição da maior importância para que seja*

¹¹⁶ CRUZ, Alberto, [Projecto de Loteamento da Zona Residencial. Revisão:] *Memória Descritiva*, [Lisboa], 5 Novembro 1969, p. 1.

¹¹⁷ Iniciado em Julho de 1969 e finalizado em Novembro seguinte.



*possível a turistas portugueses gozar férias na costa algarvia*¹¹⁸.

Fazendo parte deste conjunto, é, ainda, projectada uma Estação de Serviço, com garagem para carros de aluguer, junto à estrada principal. Por fim, propõe-se o alargamento da esplanada da Piscina do Hotel Alvor-Praia, numa segunda fase de construção, prevista desde o início da obra, que considerava o *“preenchimento do pequeno vale junto”* desta estrutura através da *“construção de uma lage em betão armado com condições próprias à realização de um relvado”*, ocupada, ao nível inferior, por uma nova ala de quartos, um Cinema, com capacidade para trezentas e cinquenta pessoas e que poderia funcionar como Sala de Conferências, um Bowling, de quatro pistas, e uma Garagem para automóveis.

O que tinha começado como uma simples, embora ambiciosa, operação de investimento hoteleiro ganhava, assim, uma escala bem mais complexa. E uma intervenção que se pautava pela preocupação em preservar e em se integrar na paisagem algarvia atingia uma densidade de ocupação que destruía, por completo, a sua essência e o seu equilíbrio.

¹¹⁸ Idem, p. 2.



Hotel Alvor
Loteamento da Zona
Residencial
Maqueta e Plano Geral
Alberto Cruz, 1969
(imagem Arquivo Turismo de Portugal)

Pela maqueta do *Loteamento da Zona Residencial* ficava explícita a extensão do empreendimento agora idealizado, sobretudo na leitura da frente marítima, na qual o Hotel Alvor-Praia passava a estar rodeado por uma massa de construção quase contínua, de que se destacava o volume vertical do Aparthotel. Solução que contrariava os princípios fundamentais estabelecidos no plano sub-regional, entretanto, elaborado para aquele sector, pelo Atelier Conceição Silva e Maurício Vasconcellos.¹¹⁹

¹¹⁹ Ver Capítulo 4.1..

Integrado no Sector 4 - Portimão-Praia da Rocha, um dos considerados como prioritários no desenvolvimento turístico do Algarve, o empreendimento da Salvor seria alvo de duras críticas por parte do CSOP, que considera o plano de loteamento apresentado de fraca qualidade urbanística.

“17. (...) Quanto ao estudo apresentado pela SALVOR SARL, Conj. Turístico do Salvor entende-se perfeitamente deslocado para o esquema actual, e contrariando igualmente a mancha de ocupação prevista no plano do sector.

Isto é, podia admitir-se um determinado tipo de ocupação que não utilizasse o terreno até à exaustão, até aos seus limites, e que pudesse coexistir com um hotel de luxo (neste caso luxo igual a espaço), que possui indiscutivelmente um ambiente de interesse na sua zona de influência e protecção.

Não se compreende como se apresenta um loteamento do tipo proposto, que envolve do modo mais inconveniente não só os acessos principais do hotel, como ainda invade, sobre a frente de mar, a área que se situa dentro das panorâmicas de maior interesse que se disfrutam do edifício.

Os pontos fundamentais são portanto os seguintes:

A) Os estudos de ocupação dos terrenos deverá obedecer ao espírito do plano aprovado, susceptível de determinados acertos, mas mantendo-se as zonas de protecção necessárias e já consideradas naquele.

B) Convirá que a base do loteamento não seja a moradia isolada, mas sim a banda contínua que permite soluções mais adequadas, mantendo o interesse económico da solução.

A insistir-se pela solução de moradias, o seu número deverá ser reduzido de maneira sensível.

C) Considera-se a existência de edifícios torre em franco conflito com o ambiente existente (ambiente restrito do sítio) pelo que o aparthotel e o bloco de apartamentos deverão utilizar outro tipo de volumes, de preferência sobre o baixo (2 ou 3 pavimentos).

(...)”¹²⁰

De resto, era convicção dos técnicos daquele organismo que *“este tipo de edifícios-torre, que são quanto a nós fórmulas de habitat urbano de utilização corrente em países fortemente industrializados, inserem-se com certa dificuldade nos aglomerados algarvios e seriam talvez de evitar quando se destinam a ocupação turística”¹²¹*. Apreciação que, no caso específico de Alvor, não

¹²⁰ [Hotel Alvor - Loteamento da Zona Residencial:] *Parecer*, [Lisboa, CSOP], s.d., p.8. (Cópia dactilografada)

¹²¹ *Idem*, p. 3.

deixava de ser um tanto ou quanto irónica, tendo em consideração o complexo turístico da Torralta - Club Internacional de Férias, criada em 1967, que se começava a desenhar a poente do Hotel da Salvor e que, estrategicamente, aparecia representado na maquete do *Loteamento da Zona Residencial*.



Complexo Turístico da
Torralta, Alvor
Fotografia aérea, anos 1970
(imagem www.prof2000.pt)

Assiste-se, portanto, no final da década de sessenta, a uma clarificação da política de urbanização e de valorização turística defendida pelo Governo para o Algarve. E apesar das dúvidas que ainda persistiam - “*Frente contínua ou descontínua? Existência ou não de zonas de protecção? Qual o tipo de estruturas de índole turística a adoptar[:]*”¹²² - tornava-se, cada vez mais, evidente para os organismos oficiais a necessidade de se controlar devidamente a vontade individual dos investidores particulares.

¹²² Idem, p. 2.

“1. (...) somos efectivamente chegados a um ponto crítico [do desenvolvimento turístico do Algarve], a partir do qual urge fixar determinadas directrizes capazes de orientar a iniciativa privada.

2. Se numa primeira fase, por falta de outros elementos motores, foi necessário aceitar o princípio de se ir procurando integrar nos vários planos e estudos os empreendimentos, que mercê dos interesses criados e da propriedade do solo, se dispersaram numa vasta frente, é evidente que na fase imediata interessará estruturar mais sólidamente esses polos de desenvolvimento para que, através da sua vitalização, se alcançassem melhores resultados de exploração dos actuais e futuros empreendimentos, investimentos públicos em infra estruturas mais concentradas e, ao nível da promoção, aquela pressão turística capaz de fazer funcionar essas máquinas, compensando assim os grandes investimentos neste sector de actividade.”¹²³

Nesse esforço conjunto de “vitalização”, “concentração” e “promoção” dos investimentos realizados era, no entanto, imperativo nunca se perder uma visão alargada do território, e esse era, em grande medida, o papel dos planos sub-regionais de urbanização promovidos pelo Estado.

“9. Os princípios que agora se defendem quanto à liberdade que os planos devem deixar aos projectistas para, dentro das suas malhas, poderem resolver do modo mais conveniente os conjuntos arquitectónicos que virão a preencher as referidas malhas, constituem uma das técnicas que poderá estabelecer convenientemente a transição entre escalas de trabalho tão diferentes.

10. Simplesmente essa liberdade entendida unicamente nesse sentido (nisto temos critério oposto ao Arq.º C. Silva) pode destruir os elementos efectivos de controle que um urbanista possui em relação a problemas de conjunto cuja escala excede largamente a escala das malhas, e que têm mais relação com as funções e carácter do aglomerado, com a sua silhueta e recorte, o seu tipo de economia fazendo assim corresponder os conteúdos às formas finais de ocupação do solo.”¹²⁴

Curiosamente, na revisão do plano de *Loteamento da Zona Residencial*, de Novembro de 1969, o bloco de apartamentos mais económicos não aparecia representado e da intervenção, então, proposta seriam apenas realizados a ampliação do Hotel Alvor-Praia, a Estação de Serviço e, no lugar do Aparthotel, um Hotel em torre (Hotel Delfim), também este da autoria de Alberto Cruz.

¹²³ Idem, *ibidem*.

¹²⁴ Idem, p. 4.

Embora concretizada só parcialmente, a pretensão da Salvor era reflexo de um novo modelo de empreendimento turístico que começava, então, a despontar no Algarve, já não limitado ao equipamento hoteleiro isolado, mas integrando-o, como elemento “âncora”, em complexos mais vastos, que compreendiam a combinação de diferentes tipos de alojamento apoiados por uma, cada vez mais, diversificada oferta de actividades recreativas e de lazer. Naturalmente, a este aumento de escala física das intervenções projectadas correspondia um equivalente aumento de escala dos investimentos envolvidos, possível, agora, graças à crescente participação de capital estrangeiro nas sociedades promotoras, em conjunto com empresas nacionais.

É neste contexto que assistimos, ao longo da década de sessenta, ao lançamento de projectos como o Vale do Lobo (1962), a expansão turística da Praia Maria Luísa (1964), em que se insere o Hotel da Balaia, ou a urbanização de Vilamoura (1966), este último, como já fizemos referência, propondo a criação de uma verdadeira “Cidade de Turismo”. Muitos outros ficariam pelo caminho, entre eles o conjunto urbanístico de Pena Furada (1965), idealizado por Oscar Niemeyer (1907-2012) para o Grupo Grão Pará, fundado, em 1960, por Fernanda Pires da Silva.¹²⁵

Ao contrário dos “Hotéis de Praia”, cuja evolução vai no sentido de uma fragmentação e uma complexificação funcional, as “Piscinas de Mar” tendem para uma anulação volumétrica, ou uma desmaterialização, que não implica a ausência de desenho, na procura da sua verdadeira essência: o ritual do “Banho de Mar”. Em ambos os casos, resulta a desconstrução do modelo que lhes dá origem, e, nesse processo, assiste-se ao seu gradual desaparecimento.

¹²⁵ Grupo também responsável pelo projecto e pela construção do Complexo Turístico de Água de Pena, desenvolvido a partir do final da década de 1960 (em 1968 já há notícia deste empreendimento) pela Sociedade de Empreendimentos Turísticos da Madeira, SARL (MATUR), junto ao Aeroporto de Santa Catarina, este inaugurado a 8 de Julho de 1964. (Cf. GAMA, José Gil, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2011, pp. 83-90)

Relação das Piscinas e Tanques de Banho existentes no Continente e Ilhas Adjacentes em 1947

Distritos	Total	Piscinas					Tanques e Lagos	
		Do Estado	Municipais	Públicas	Privadas	Particulares		
Aveiro	5	-	-	5	-	-	-	
Beja	1	1	-	-	-	-	-	
Braga	1	-	-	1	-	-	-	
Castelo Branco	2	-	1	-	-	-	-	
		-	-	1	-	-	-	
Coimbra	5	1	-	-	-	-	-	
		-	1	-	-	-	-	
		-	-	2	-	-	-	
		-	-	-	1	-	-	
Évora	3	-	-	-	-	-	3	
Guarda	1	-	1	-	-	-	-	
Lisboa	27	10	-	-	-	-	-	
		-	-	5	-	-	-	
		-	-	-	4	-	-	
		-	-	-	-	3	-	
		-	-	-	-	-	5	
Portalegre	1	-	-	-	-	-	1	
Porto	5	2	-	-	-	-	-	
		-	-	1	-	-	-	
		-	-	-	-	-	2	
Santarém	2	-	-	-	-	2	-	
Funchal	3	-	-	1	-	-	-	
		-	-	-	1	-	-	
Ponta Delgada	1	-	-	1	-	-	-	
Viseu	2	1	-	-	-	-	-	
		-	-	-	1	-	-	
Total:	58	15	3	17	7	5	11	

Locais
Curia, Espinho, Luso (Termas), Luso (Águas) e Oliveira de Azeméis.
Liceu Diogo Gouveia.
Gerez (Termas).
Fundão (Mocidade Portuguesa), Covilhã (Clube Desportivo).
Liceu D. João III, Campo de Jogos, Santa Cruz (Associação Académica) e Fluvial (Associação Desportiva). Colégio Luiz de Camões.
Balneário dos Bravos (Câmara Municipal), Quinta do Boleto (M. Gonçalves Ribeiro) e Lago da Gadanha (Estremoz, Futebol Clube).
Pinhel.
Base Aérea n.º 1, Mocidade Portuguesa, Base Aérea n.º 2, Mafra (Depósito de Remonta), Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, Colégio Militar, Instituto dos Pupilos do Exército, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia e Estádio Nacional.
Estoril (Termas), Sport Algés e Dafundo, Alhandra Sport Clube, Clube Nacional de Natação e Clube Sportivo de Pedrouços.
Colégios Infante de Sagres, Sagrado Coração de Maria, S. José (Sintra), e Sapadores de Bombeiros (Sede).
Sr. Fred Kraus (Estoril), Sr. R. Espírito Santo (Boca do Inferno) e Grupo do Pessoal dos Tabacos.
Sapadores Bombeiros (Graça), Alcaçarias do Duque (encerrado), Colégio Pina Manique, Colégio Nun'Alvares e Colégio D. Maria Pia.
Jardim da Cidade.
Liceu Rodrigues de Freitas (Mocidade Portuguesa) e Liceu Alexandre Herculano, Sport Clube do Porto, Praia da Granja e Antiga Fábrica de Fiação.
Sr. João Miguel (Tomar) e Sr. Jorge Monte Real (Santarém).
Lido, Hotel Savoy.
Beira-Mar (Câmara Municipal).
Liceu Latino Coelho, Colégio Tomás Ribeiro (Tondela).

Piscina Municipal de Abrantes
(c.1960),
Piscina Municipal de Tomar
(1961),
Piscina Municipal de Évora
(1964),
Piscina Municipal de Beja
(1968), e
Piscina Municipal da Covilhã
(1968)
Bilhetes Postais, anos 1960
(imagens
www.retratosdeportugal.blogspot.pt)



A crescente adesão à prática da natação, em muito favorecida pela introdução desta modalidade desportiva nos currículos escolares e, conseqüentemente, da “Piscina” no programa-tipo dos Liceus construídos a partir da década de 1920¹²⁶, levaria à regulamentação, em 1944, da construção deste tipo de recintos e do seu funcionamento, pelo Decreto N.º 33:583, de 24 de Março. Com esta medida, pretendia o Governo “*acarinhar e estimular a multiplicação das piscinas, como instrumento de valorização física do homem e atractivo turístico*”¹²⁷, em especial “*nas regiões do interior do País, em que se verifica a ausência de rios, lagos e lagoas oferecendo condições naturais adequadas*”.¹²⁸

Mas, apesar do relativo desenvolvimento que estes equipamentos vão conhecer, sobretudo nos anos sessenta, sob a iniciativa das administrações municipais, no litoral a frequência, gratuita, da Praia torna a sua presença algo redundante. Só em zonas da costa em que o Mar apresenta condições menos favoráveis ou se verifica a ausência de areal elas têm sentido, domesticando e proporcionando a relação com o elemento marítimo. Em qualquer caso, as Piscinas são sempre espaços de acesso limitado e, por isso, de uso exclusivo. Nas “Piscinas de Mar” de exploração privada, pela sua conotação estritamente turística, essa distinção é marcada de uma forma ainda mais evidente.

Genericamente, as “Piscinas de Mar” dividem-se em dois tipos de intervenção: as que se constroem como um edifício autónomo, apenas aproveitando a proximidade da costa para alimentar, através de potentes sistemas de bombagem, os seus tanques com água salgada¹²⁹, e as que usam a própria matéria rochosa do local onde se implantam para delimitar o recinto de natação, também chamadas de “Piscinas Oceânicas”, “Naturais” ou de “Marés”.

¹²⁶ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitectura e Instrução: O projecto moderno do liceu 1836-1936*, Coimbra, eldlarq, 2007.

¹²⁷ *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, I Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1947, p. 77.

¹²⁸ Decreto N.º 33:583, *Diário do Governo*, I Série, N.º 61, 24 Março 1944, pp. 335-336.

¹²⁹ Como vimos, é neste tipo que se enquadram as Piscinas da Granja (1938), de Espinho (1943), da Póvoa de Varzim (c.1940), da Figueira da Foz (1953) e de S. Pedro de Moel (1967).

Em termos de programa, qualquer um destes tipos é definido pela articulação de zonas funcionais distintas: o recinto de banho, com um ou dois tanques (um para adultos e outro para crianças), os Balneários e a Esplanada-Solário, esta, quase sempre, servida por um Restaurante ou Snack-Bar de apoio. No tanque principal, a Prancha de Saltos constitui, tal como nas Piscinas de província, o elemento distintivo e mais emblemático destas construções.

Três anos depois da inauguração da “Piscina Praia”, na Figueira da Foz, surgem, perto de Lisboa, duas importantes instalações daquele primeiro tipo: a “Piscina Concha”, na Praia das Maçãs, e as “Piscinas do Tamariz”, no Estoril. A primeira, projecto conjunto de João Faria da Costa e Raul Tojal e, a segunda, da autoria de Manuel Taíña (1922). Ambas implantadas do “outro” lado da Marginal, junto à Praia.

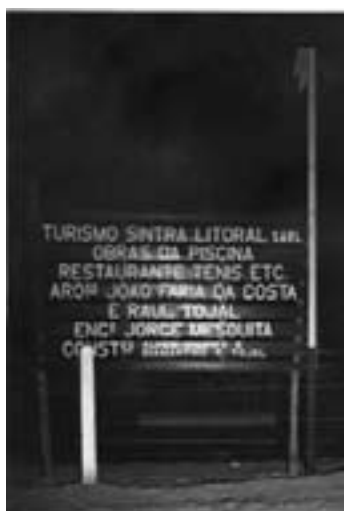
“Piscina Concha”,
Praia das Maçãs
(em construção)
Fotografia, ant. 1956
(imagem www.picasaweb.google.com)





“Piscina Concha”,
Praia das Mações
Bilhete Postal, c.1956
(imagem www.picasaweb.google.com)

“Piscina Concha”,
Praia das Mações
Informação de obra, c.1956
(imagem www.fariadacosta.no.sapo.pt)



Encomendada Turismo Sintra Litoral SARL, a “Piscina Concha” localiza-se à entrada da Praia das Mações, sobranceira ao areal, junto à estrada de ligação a Colares e a Sintra. Desde 1904 que este pequeno núcleo populacional conhecia alguma procura, nas redondezas, como estância balnear, em virtude da entrada em funcionamento do eléctrico Sintra-Praia das Mações, que acompanhava aquela via, da “Serra” até ao “Mar”. O projecto é entregue aos arquitectos João Faria da Costa e Raul Tojal, ambos com casa-de-férias no Bairro dos Arquitectos, no Rodízio¹³⁰. Tojal era, de resto, o autor da Piscina do Estádio Náutico do Sport Algés e Dafundo, inaugurada a 13 de Julho de 1930, a primeira, em Portugal, com condições para a realização de competições oficiais de natação.¹³¹

¹³⁰ Ver Capítulo 3.2..

¹³¹ Já desde 1915 que existia no Carvalhido, no Porto, um tanque para a prática da natação, construído, pelo Club Sportivo Nun’ Alvares (CSNA), como parte de um ambicioso projecto de aí se criar uma cidade desportiva. O recinto não dispunha, no entanto, de sistema de tratamento de água, o que condicionava a sua utilização, acabando as instalações por ser cedidas à Câmara Municipal do



A acompanhar o traçado da estrada, o conjunto projectado vai implantar-se a uma cota mais baixa para não interferir na panorâmica que daí se desfruta. São dois corpos, articulados, entre si, pelo momento da entrada. O corpo a nascente, rodado a 45° em relação àquela via, desenha-se em “leque”, ou em “concha” (daí o nome da Piscina), virando-se para o lado do mar numa expressiva varanda curva, que se afirma como um grande ecrã. Aqui instalam-se o Restaurante, no piso superior, de pé-direito duplo, com acesso directo do parque de estacionamento, e, no piso térreo, servindo de apoio aos banhistas, uma *cafetaria/snack-bar*. No corpo a poente, a fechar o recinto de banho do lado norte e resguardando-o dos olhares exteriores, concentram-se os balneários, distribuídos por dois pisos, com zona de solário.

“Piscina Concha”,
Praia das Maças
Bilhete Postal, c.1956
(imagem www.picasaweb.google.com)

Porto, a qual nunca conseguiu mantê-las em funcionamento durante muito tempo. (Cf. LIMA, Maria do Rosário Neves, *Gestão de Piscinas: Contextos e diferenças entre a gestão de piscinas públicas e privadas*, Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, 2006, disponível em www.sigarra.up.pt)

“Piscina Concha”,
Praia das Mações
Implantação
João Faria da Costa e
Raul Tojal, 1952-1956
(Escala aprox. 1:7500)
(imagem realizada pela autora
a partir de fotografia aérea actual)



O tanque das crianças é estrategicamente colocado junto à esplanada do *snack-bar*, num patamar inferior, permitindo aos pais deitar um olhar atento às actividades dos mais pequenos enquanto fazem uma pausa. O tanque principal, com zona, demarcada, de mergulho, estabelece-se numa terceira plataforma, mais próxima do areal, rematando o conjunto do lado da Praia. No sentido inverso, ou seja desde o Mar, a Piscina funciona, pela sua implantação, como fecho do vale da Ribeira das Mações, limitada pela estrada nacional, a norte, e por aquela linha de água, a sul.

A uma abordagem mais orgânica ao sítio contrapõem-se uma gramática de influências modernas, em que marcação da estrutura de betão, a definir o ritmo do corpo horizontal dos Balneários e assumida expressivamente na cobertura inclinada do Restaurante, é,

agora, amenizada pelo uso da pedra, no tratamento e caracterização dos volumes trabalhados e nos muros de suporte das diferentes plataformas, numa tentativa de aproximação à realidade local.

A obra é realizada sob a responsabilidade do engenheiro Jorge Mesquita, como era obrigatório por lei¹³², e levada a cabo pelos construtores Alves Ribeiro e Diamantino F. Tojal, irmão do arquitecto. Para além das Piscinas e do Restaurante, a intervenção compreendia, ainda, a instalação de um campo de ténis, como complemento do programa recreativo.

Praia das Maças
e Praia Grande, Sintra
Vista Aérea, 1965
(imagem
Instituto Geográfico Português)



¹³² De acordo com o referido Decreto N.º 33:583, que estipulava que “*Os projectos deverão ser elaborados por técnicos competentes e sempre sob a responsabilidade de um engenheiro civil*”. (Cf. Decreto N.º 33:583, op. cit., p. 336)

Hotel e Piscina das Arribas,
Praia Grande
Fotografia de Fátima Silva,
c. 2013
(imagem
www.facebook.com/HotelArribas)



Hotel e Piscina das Arribas,
Praia Grande
Bilhete Postal, c. 1961
(imagem
www.retratosdeportugal.blogspot.pt)

Abrindo um breve parênteses, em 1961, entra em funcionamento o Hotel e Piscina das Arribas, à entrada da Praia Grande, um pouco a sul da Praia das Maças, projecto este, também, de Raul Tojal, aqui com Manuel Coutinho de Carvalho, para as Organizações Alfredo Nunes Coelho. Combinando o modelo do “Hotel de Praia” com o da “Piscina de Mar”, o conjunto é definido pelo volume curvilíneo do Hotel “abraçando”, a nascente, a Piscina de cem metros de extensão, construída sobre as arribas que fecham a Praia do lado norte. O seu desenvolvimento acentuadamente horizontal e a repetição estrutural do modulo dos quartos na fachada marítima acusam, uma vez mais, a modernidade da arquitectura de Raul Tojal, que, no entanto, revela sempre uma sensibilidade de adequação e de adaptação ao sítio.

Mas é a Piscina que se assume como centro vital de toda a composição, ponto focal para onde se voltam os principais espaços do programa e não apenas um mero equipamento de apoio à vivência quotidiana do Hotel. Nesse sentido, poderíamos considerar que o complexo turístico das Arribas não é tanto um Hotel com Piscina, mas mais uma Piscina com um Hotel.

De qualquer forma, a forte presença destes dois elementos - o Hotel na paisagem e a Piscina no Hotel - e o equilíbrio complementar que estabelecem entre si torna único este conjunto, colocando-o numa categoria à parte.

Com uma solução relativamente idêntica à “Piscina Concha”, nesse mesmo ano de 1956, são inauguradas as Piscinas do Tamariz, no Estoril, resultado de um concurso público, lançado, dois anos antes, pela Sociedade Estoril-Praia, de que sai vencedora a solução apresentada pelo arquitecto Manuel Taíinha. Trabalhando um lote estreito e comprido, delimitado pelo traçado da Linha de Cascais e pelo muro de suporte do Passeio sobre a Praia, a intervenção do arquitecto é no sentido de criar um recinto abrigado e reservado, onde os banhistas possam desfrutar de ambientes diversificados.

“Factores ou forças locais importantes (...) terão determinado a forma proposta:

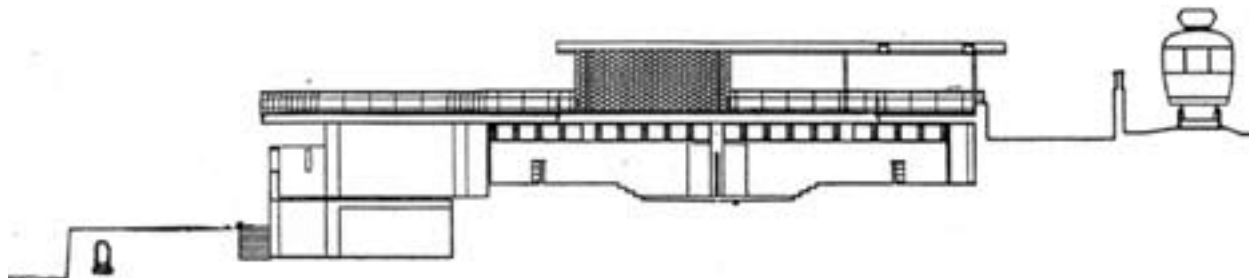
- terreno muito estreito, de forma vesicular, e limitado em toda a sua extensão por dois muros de suporte intocáveis (lado praia e lado mar);
- resguardado visualmente dos recintos e respectivos locais auxiliares (balneários) relativamente à linha dos comboios e à estrada Lisboa-Cascais e, do lado desta, o desimpedimento da visão da linha do horizonte para quem aí passa;
- presença da forte silhueta do Restaurante do Tamariz;
- preservação do máximo de árvores existentes (palmeiras e cedros);
- diferente caracterização dos dois recintos (adultos e crianças);
- consolidação estrutural do muro de suporte da linha dos comboios provocada pelas profundas escavações efectuadas.

Tudo isto enquadrado no propósito de dotar os recintos daquela variedade de situações pessoais e de ambientes, proporcionada ao tema. Que é ao mesmo tempo de lazer, recreio, recolhimento, desporto, espectáculo e convívio civilizado.”¹³³

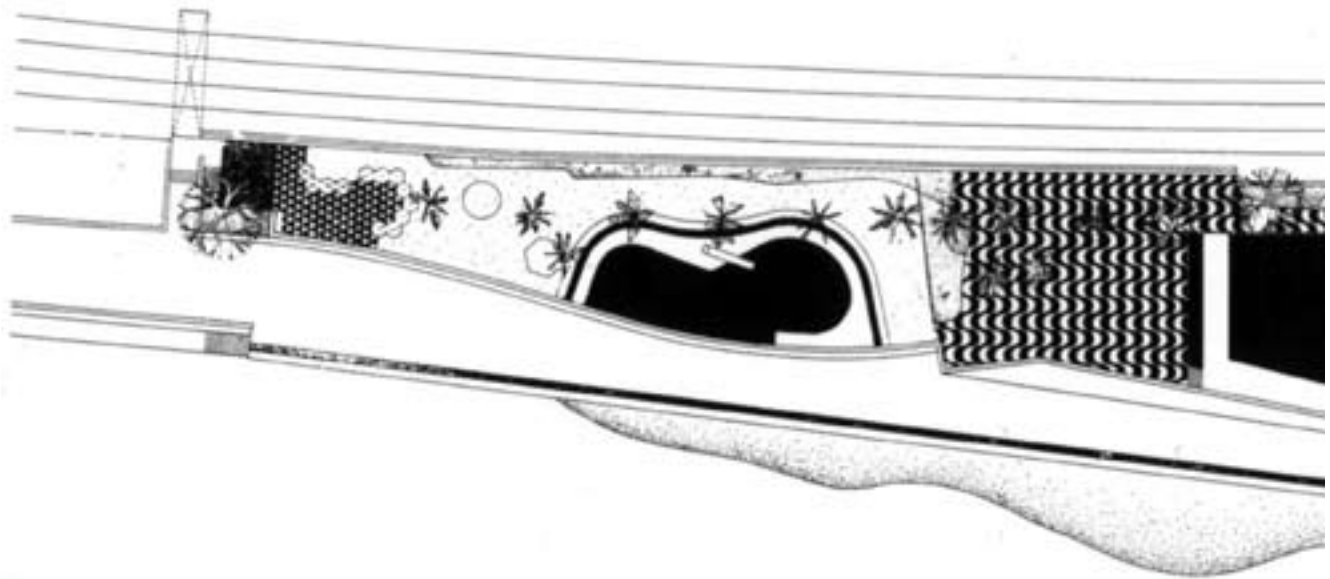
Piscinas do Tamariz,
Estoril

Corte Transversal

Manuel Taíinha, 1954-1956
(imagem TAÍINHA, Manuel, “Piscina no Tamariz”, *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, p. 6)



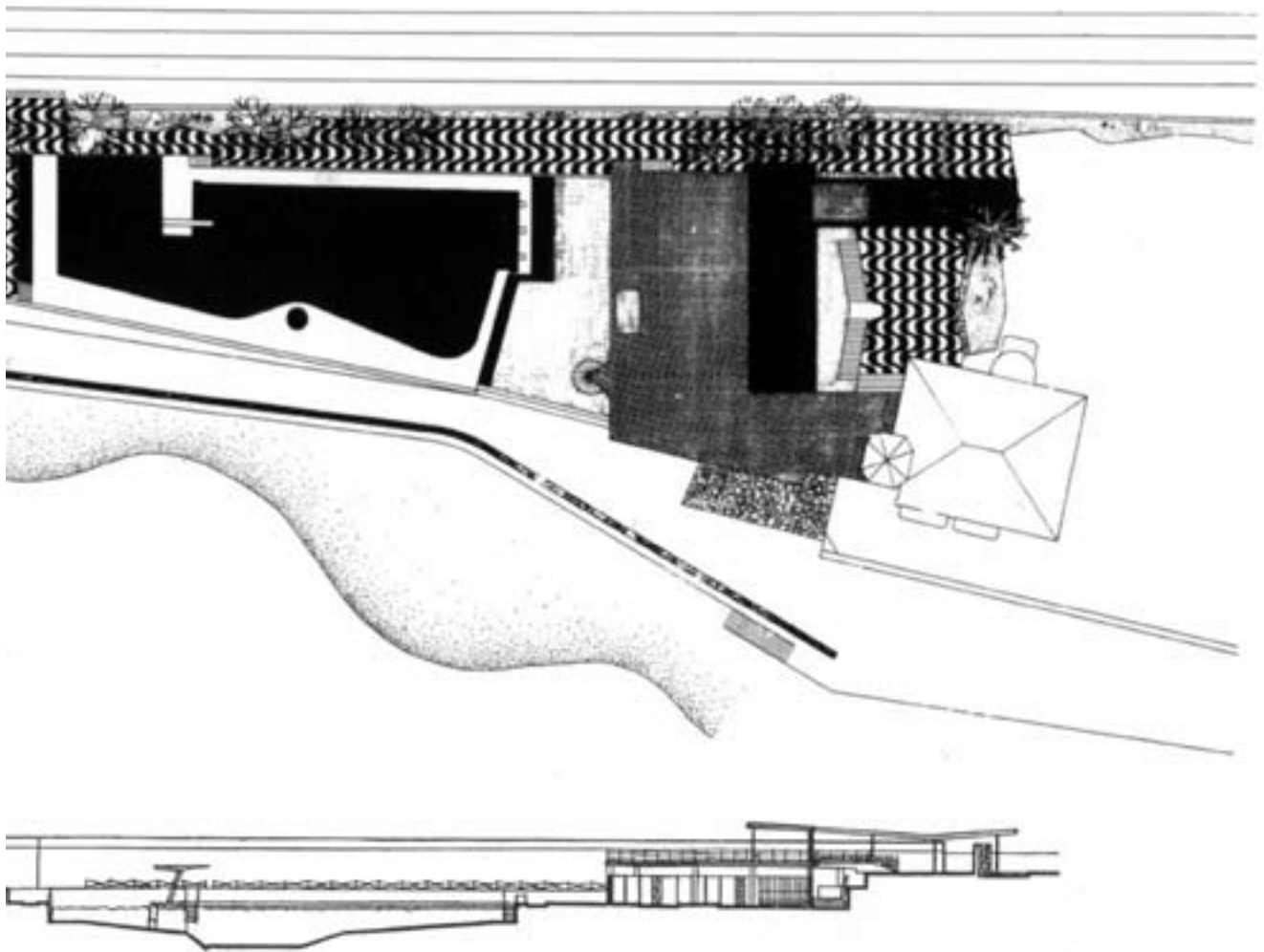
¹³³ “Piscinas do Tamariz: Estoril, 1954 | 56”, in NEVES, José Manuel das (coordenação editorial), *Manuel Taíinha: Projectos 1954-2002*, Porto, Edições ASA, 2002, pp. 39-40.



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Planta

Manuel Tainha, 1954-1956
(imagem "Piscinas do Tamariz: Estoril,
1954 | 56", in NEVES, José Manuel
das (coordenação editorial),
Manuel Tainha: Projectos 1954-2002,
Porto, Edições ASA, 2002, p. 39)

O acesso ao recinto é feito do lado do Restaurante Tamariz (antiga Casa Ernesto Diesel Schröeter), onde a entrada é anunciada por uma expressiva pala, com perfil longitudinal em "asa de borboleta", que conduz directamente ao Bar, implantado perpendicularmente em relação à linha férrea, resguardando, desta forma, o recinto de banhos do momento da chegada. Daqui tem-se ligação, como dissemos, ao Bar, a uma cota ligeiramente superior, à área de Solário, definida entre os dois tanques de banho, por uma plataforma arborizada que acompanha o muro de suporte da linha de caminho-de-ferro, reforçando-o, e aos Vestiários, instalados por baixo do Bar, através de uma escadaria dupla que divide, logo à partida, as zonas masculina e feminina.



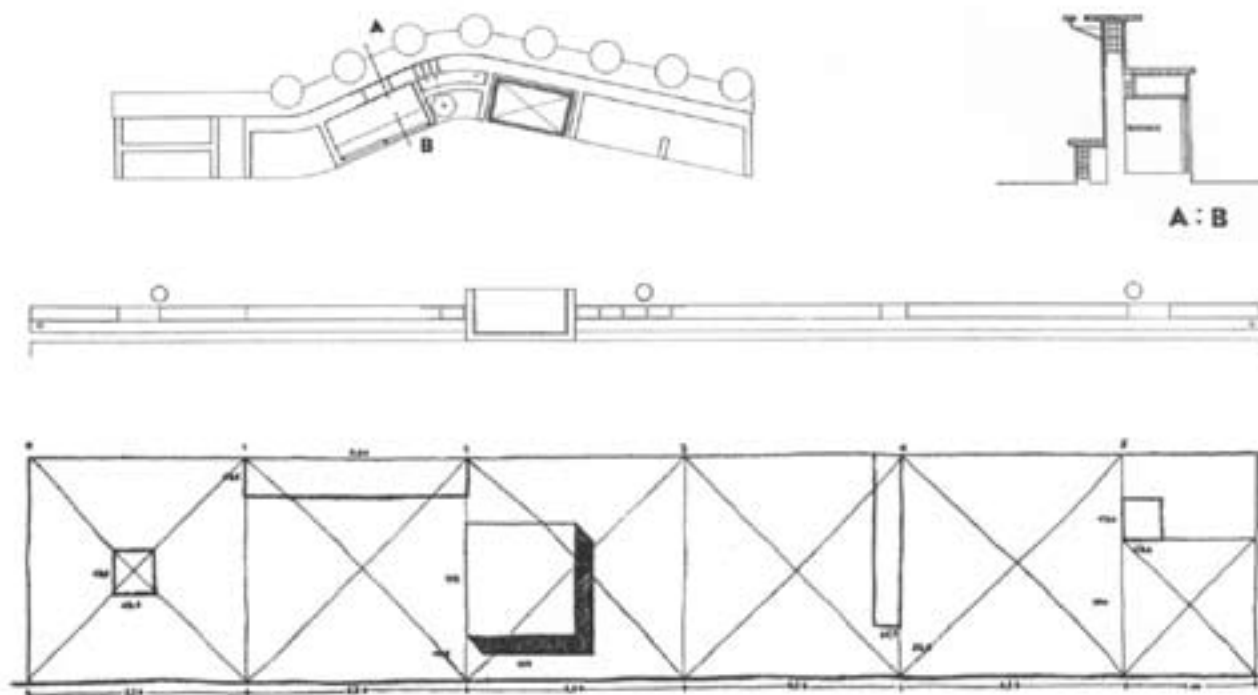
O Bar, em si, é definido por um jogo simples de dois planos - uma parede e uma laje de cobertura, apoiada em pilotis - numa composição neoplástica *miesiana*. O alçado da parede virado para a área de entrada é cuidadosamente estudado na proporção e desenho das suas aberturas. Do outro lado, o balcão de serviço ondula no espaço, que se abre francamente para o amplo terraço criado na cobertura dos Vestiários. A ligação entre este nível e a plataforma da Piscina principal é garantida por meio de uma escada de caracol em betão armado.

As duas Piscinas implantam-se longitudinalmente, numa sequência de plataformas a diferentes cotas, que rematam na zona infantil, mais afastada e com vestiários próprios.

Piscinas do Tamariz,
Estoril

Corte Longitudinal

Manuel Tainha, 1954-1956
(imagem TAINHA, Manuel, "Piscina
no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, p. 6)



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Estudo da Parede do Bar
Planta e Alçado
Manuel Taíña, 1954-1956
e

Fotografia, c.1958
(imagem TAÍÑA, Manuel, "Piscina
no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, p. 13 e p. 10)



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Bar e Terraço
Fotografia, c.1958
(imagem TAÍÑA, Manuel, "Piscina
no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, p. 13)



Toda a intervenção é pensada em função do desenho em corte, quer no sentido transversal, quer longitudinal, adaptando-se a construção às sucessivas plataformas que são criadas. Este jogo de desníveis permite diferentes panorâmicas sobre o recinto das Piscinas, mas também sobre a Praia, exponenciando a experiência dos banhistas no seu percurso pelas diversas zonas programáticas. Esta leitura é evidente na profusão de imagens que acompanham a publicação desta obra na revista *Binário*¹³⁴, dirigida, à altura, precisamente, por Manuel Taíña e o seu irmão, o engenheiro Jovito Taíña, os dois responsáveis pelo projecto das Piscinas do Tamariz.¹³⁵

A variedade de perspectivas é enriquecida pelo tratamento plástico dado aos elementos de separação e contenção dos espaços, onde se explora o contraste entre planos de betão rebocados, muros



de pedra e divisórias em grelha de tijolo para caracterizar os ambientes e definir zonas mais encerradas ou mais permeáveis. Também o desenho ondulante do pavimento em calçada portuguesa, que se estende desde a zona de entrada até à área de estar entre as duas Piscinas, contrasta com a linearidade das riscas do pavimento cerâmico do terraço do Bar.



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Entrada
(vista do interior e do exterior)
Fotografias, c.1958
(imagens TAÍNHA, Manuel, "Piscina no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, p. 9)

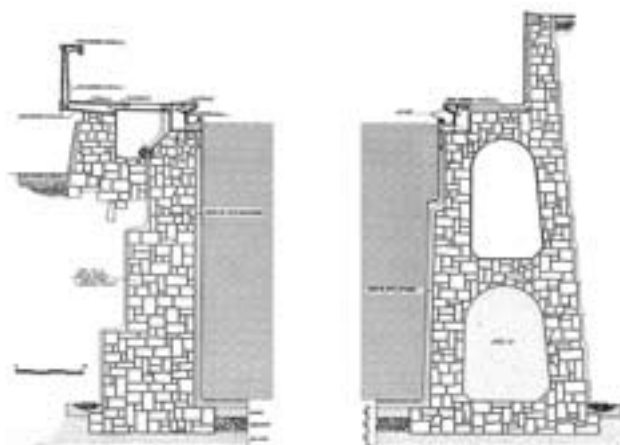
¹³⁴ TAÍNHA, Manuel, "Piscina no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, pp. 4-21.

¹³⁵ A revista *Binário*, criada em 1958, seria dirigida pelos irmãos Taíña até 1960, seguindo-se o engenheiro Aníbal Vieira, de 1960 a 1974, e J. Luís Quintino, de 1974 a 1976, num total de duzentos e sete números publicados. A sua criação surge na sequência da passagem de testemunho, em 1957, da revista *Arquitectura* do grupo Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT), que a havia adquirido em 1946, para as mãos de Frederico Sant'Ana, Carlos Duarte, José Santa-Rita, Fernando Gomes da Silva, Raul Hestnes Ferreira e Nuno Portas, que iriam encetar uma nova fase de teorização e reflexão sobre as novas correntes da arquitectura internacional, mas, sobretudo, da arquitectura nacional, revelando uma lucidez e uma distância crítica inéditas na divulgação e discussão de uma via de futuro para a produção arquitectónica portuguesa. Procurando contribuir para esse debate, também a *Binário* iria apostar na publicação das mais recentes obras construídas em Portugal.



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Vista Geral
Fotografia, c.1958
e

Corte Transversal pela Piscina
Manuel Taíña, 1954-1956
(imagens TAÍNHA, Manuel, "Piscina
no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, p. 12 e p. 4)





Piscinas do Tamariz,
Estoril

Piscina dos Adultos

Fotografia, c.1958

(imagem TAÍNHA, Manuel, "Piscina no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, p. 5)



Piscinas do Tamariz,
Estoril

Piscina das Crianças

Fotografia, c.1958

(imagem TAÍNHA, Manuel, "Piscina no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, p. 15)



Piscinas do Tamariz,
Estoril

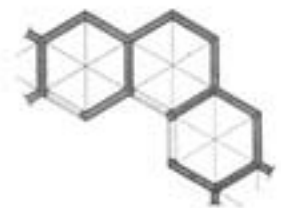
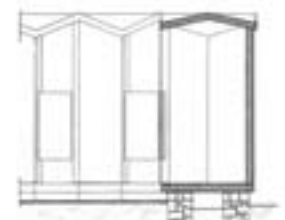
Vestiários Infantis

Fotografia, c.1958

e Alçado/Corte e Planta

Manuel Tainha, 1954-1956

(imagens TAÍNHA, Manuel, "Piscina no Tamariz", *Binário*, Lisboa, N.º 3, Junho 1958, p. 17 e p. 16)



Piscinas do Tamariz,
Estoril
Vista Geral
Fotografia de
Cisneiros de Faria, c.1958
(imagem TAÍNHA, Manuel, “Piscina
no Tamariz”, *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, p. 8)



Defende-se, assim, uma “*solução de modéstia arquitectónica, isto é: (...) uma solução de pouca movimentação espacial e plástica; modéstia, aliás, perfeitamente corroborada pela não complexidade funcional e humana do tema e pela estreiteza do terreno*”¹³⁶. “*Modéstia e simplicidade arquitectónicas [que] não são sinónimo de simplicidade e modéstia técnica*”, antes pelo contrário, para se atingir esse objectivo foi necessário calcular detalhadamente todos os componentes da construção.

Acima de tudo, houve a preocupação de orientar a proposta “*no sentido da não-imposição de massas cuja grandeza pudesse entrar em conflito com a escala dimensional do terreno e do lugar*” e “*no sentido da permanência dos valores essenciais do sítio*”. Dez anos depois, é este mesmo sentimento de pertença que orienta o projecto de Álvaro Siza Vieira (1933) para as Piscinas de Marés, em Leça da Palmeira.

Como o nome indica, nas “Piscinas de Marés” o recinto de banhos, desenhado sobre a rocha, é alimentado naturalmente pelo ciclo diário da maré. Em Portugal, as estruturas mais conhecidas deste género são, seguramente, o Complexo Aquático do Lido, no Funchal, inaugurado em 1947, equipamento que recupera um tanque existente naquele local desde, pelo menos, os anos vinte, e a Piscina Oceânica das Azenhas do Mar, construída, em meados da década de cinquenta, por iniciativa do Grupo de Cultura, Divulgação e Melhoramentos das Azenhas do Mar, provavelmente para fazer concorrência à “Piscina Concha”, da Turismo Sintra Litoral, SARL.¹³⁷



477 — Lido — Funchal — Madeira

Foto Perestrellos



Lido - Funchal, Madeira

Perestrellos

Lido - Funchal - Madeira
Foto Perestrellos
Bilhetes Postais, c.1947
(imagens www.delcampe.net)

¹³⁷ Entre 1930 e 1955, o eléctrico Sintra-Praia das Mações tem como estação terminal a Praia das Azenhas do Mar, o que não deixa de ser curioso, porque é por volta deste último ano que a Piscina Oceânica entra em funcionamento.

Azenhas do Mar (Sintra)
Vista panorâmica e praia
Bilhete Postal, c.1945
(a partir de fotografia de
António Passaporte para a
empresa espanhola Loty)
(imagem www.prof2000.pt)



Azenhas do Mar, Sintra
Vista da Praia e da Piscina
Oceânica
Fotografia, c.1955
(imagem www.prof2000.pt)



Implantadas em locais de costa escarpada e, por isso, de difícil acesso, estas Piscinas são expressão do instinto primordial do Homem de domesticar a Natureza, para seu benefício e usufruto. Condicionados pela topografia, os diversos serviços de apoio necessários ao funcionamento destas estruturas são “comprimidos” contra a falésia e escavados na própria rocha, num confronto que reforça a convicção do gesto humano. Desta situação particular, resultam intervenções que trabalham com apenas duas fachadas, a virada ao mar, cenográfica, e a cobertura, momento de pausa e de contemplação no percurso descendente até ao Oceano. Na fronteira entre a Terra e o Mar, pertencendo a ambos os domínios, estas obras materializam, assim, uma vontade de apropriar esse limite, redesenhando-o.

Mas é em Leça da Palmeira que essa ideia de redesenhar o “limite” é explorada ao limite, numa construção que se reduz, volumetricamente, à essência de um muro de betão. Um muro de betão que é matéria, espaço e percurso ao mesmo tempo.

Preferida pela colónia inglesa residente no Porto, “*cujos hábitos, cavalos, trens, toilettes imprimem ao sítio a principal animação do seu aspecto exterior*”¹³⁸, a Praia de Leça da Palmeira, ou “dos Ingleses”, desenvolve-se como estância balnear a partir de meados de oitocentos, em muito favorecida pela elevação, em 1853, desta pequena povoação de pescadores a Vila e pela ligação directa ao Porto, a partir de 1872, em Carro Americano e, depois, em Carro Eléctrico. No entanto, com os trabalhos continuados da construção do Porto de Leixões¹³⁹, a frequência desta Praia vai decaindo gradualmente. A própria abertura da Avenida Marginal, iniciada, no seu primeiro troço (de 500 metros), em 1928, “*por pressão da Direcção dos Faróis, para acesso ao farol recente da Boa Nova*”¹⁴⁰, inaugurado a 20 de Fevereiro de 1927, contribui para o afastamento dos banhistas.



Portugal - Leixões - Praia de
Leça da Palmeira
Bilhete Postal, c.1928
(imagem
www.doportoenaoso.blogspot.com)

¹³⁸ ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002, p. 51. (conforme a 1.ª edição de 1876)

¹³⁹ Entre 1884 e 1895, para a sua transformação em Porto de Abrigo e, entre 1914 e 1931, em Porto Comercial.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, José Maria, “Leça da Palmeira: lazer e evolução urbana litoral entre finais do século XIX e meados do século XX”, *Geografia: Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, Vol. XV/XVI, 1999-2000, p. 109.

Praia de Leça da Palmeira,
Matosinhos
(balaustrada e escadas de
acesso à Praia, construídos
pela Comissão de Iniciativa e
Turismo)
Fotografia, c.1928
(imagem
www.rotundadaanemona.blogspot.com)



Procurando reverter este processo, a Comissão de Iniciativa e de Turismo da Praia de Leça da Palmeira avança, nesse mesmo ano de 1928, com o *Projecto de um pequeno parque na Av. Beira-Mar* e com o anúncio da iluminação pública e de diversos melhoramentos a introduzir nesta via, concluindo-se, até ao final de Maio, as “*escadas que dão acesso à praia, a balaustrada, o bar, as retretes [e] os armazéns para arrecadação das barracas*”.¹⁴¹

Em 1944, o *Anteprojecto do Plano de Urbanização da Vila de Matosinhos-Leça*, de David Moreira da Silva, vem clarificar a vocação turístico-balnear desta frente marítima, propondo a ocupação de toda área, ainda desocupada, compreendida entre o núcleo urbano de Leça e a Capela da Boa Nova, com uma zona residencial e diversos equipamentos de lazer, entre os quais uma Piscina de Marés¹⁴², a construir na Praia e apoiada por uma Esplanada-Restaurante junto à prevista extensão para norte da Avenida Beira-Mar. Extensão que, no entanto, só seria iniciada em 1953, passando o troço até à Boa Nova a designar-se de Avenida dos Centenários. E com a inauguração, em 1959, da ponte móvel sobre o Porto de Leixões, a ligar Matosinhos a Leça¹⁴³, ficava facilitado o acesso rodoviário àquela faixa costeira.

¹⁴¹ *O Comércio de Leixões*, de 6 de Maio de 1928, citado em idem, *ibidem*.

¹⁴² Equipamento “*cuja planta chegou a estar incluída no plano de actividades da Câmara Municipal de 1940*”. (Cit. Idem, p. 110)

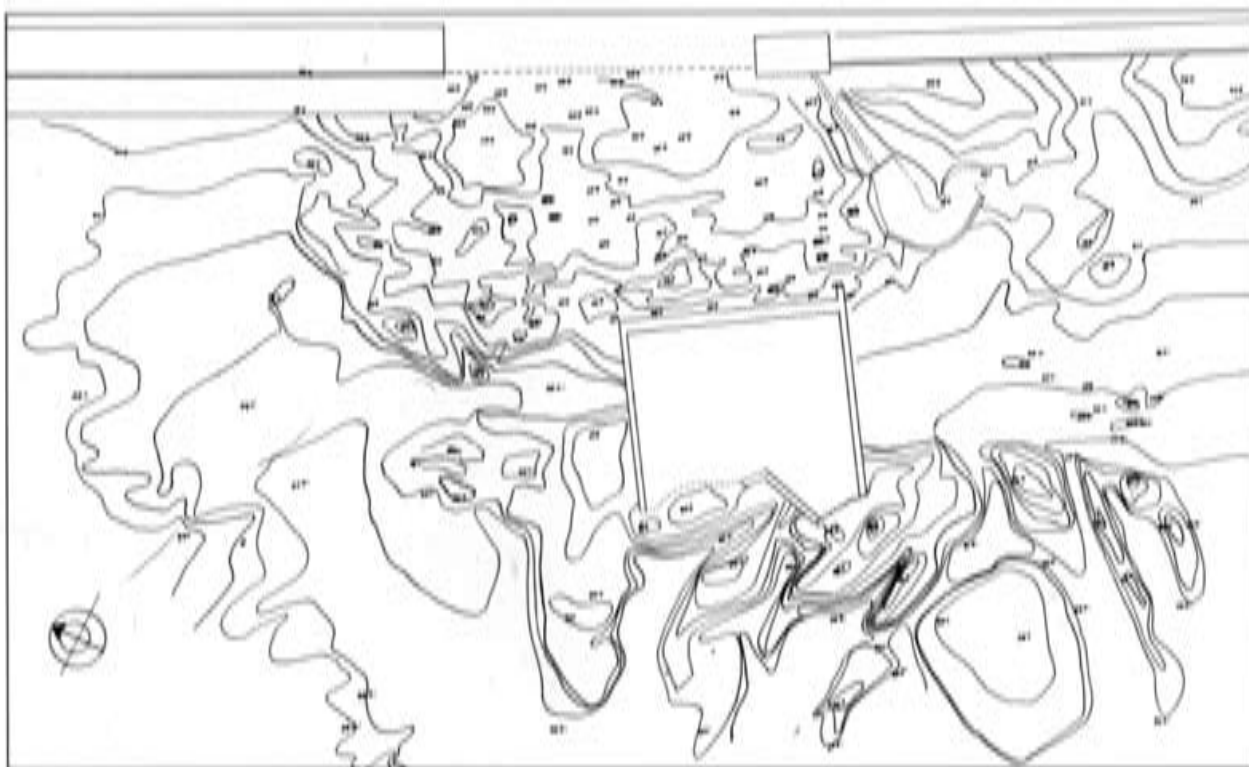
¹⁴³ Em alternativa à antiga Ponte de Pedra, construída mais para o interior.

É neste contexto, e na perspectiva de devolver a Leça alguma da sua importância como estância balnear, que, em Novembro desse ano, a Câmara Municipal de Matosinhos “*encomenda um estudo de viabilidade e um orçamento à empresa de construção Ribeiro da Silva Lda*”¹⁴⁴ para a tal “Piscina de Marés” à muito planeada. Aproveitando a existência, um pouco a norte da Praia de Banhos, de um pequeno viveiro de lagostas criado naturalmente na rocha, o engenheiro Bernardo Ferrão, co-proprietário daquela empresa, escolhe esse local para aí colocar o tanque rectangular da Piscina, propondo ao município a contratação do arquitecto Álvaro Siza para desenvolver o projecto.¹⁴⁵

Rejeitada a ideia inicial da “*construção de um grande lago, inserido entre as rochas*”, Siza propõe “*desfazer parcialmente o tanque rectangular de Ferrão, para que pelo menos o lado virado ao mar ficasse definido pelas rochas graníticas existentes*”. Melhor integrado no sítio e implicando custos menores, a Câmara acabaria por aprovar esta solução.

Piscinas de Marés, Leça da Palmeira

Levantamento Topográfico
Álvaro Siza Viera, c.1961
(imagem TRIGUEIROS, Luiz (editor)
GÄNSHIRT, Christian, *Piscina na praia de Leça da Palmeira. Álvaro Siza: 1959-1973*, Lisboa, Editorial Blau, 2003, p. 15)



¹⁴⁴ TRIGUEIROS, Luiz (editor), GÄNSHIRT, Christian, *Piscina na praia de Leça da Palmeira. Álvaro Siza: 1959-1973*, Lisboa, Editorial Blau, 2003, p. 10. (Architect Portfolio Series)

¹⁴⁵ Ferrão conhecia Siza por este ser, à altura, colaborador no escritório do seu irmão, o arquitecto Fernando Távora. (Cf. Idem, p. 19)

Na sequência desta primeira intervenção, em Agosto de 1961¹⁴⁶, Siza é encarregado de estudar as instalações complementares ao funcionamento da Piscina, sendo o *Ante-Projecto* concluído a 25 de Outubro do ano seguinte. Nesta fase são incluídos no programa um Restaurante e um tanque para crianças. As obras decorrem de 1963 até finais de 1964. Por falta de meios financeiros, o Restaurante seria, entretanto, substituído por um pequeno *snack-bar* provisório, iniciando-se a exploração das Piscinas no Verão de 1965.

Piscinas de Marés, Leça da
Palmeira
Vista Aérea
Fotografia, c.1967
(imagem ALMEIDA, Pedro Vieira
de, “Uma análise da obra de Siza
Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos
(Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa,
III Série, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 73)



Piscinas de Marés, Leça da
Palmeira
Vista Aérea
Fotografia, c.1967
(imagem ALMEIDA, Pedro Vieira
de, “Uma análise da obra de Siza
Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos
(Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa,
III Série, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 72)



¹⁴⁶ Segundo o contrato de adjudicação, de 31 de Agosto, assinado pelo, então, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, Fernando Pinto de Oliveira. (Cf. Idem, p. 91)



Implantado no local onde antes existia, a meio da Avenida dos Centenários, um miradouro em forma de “meia-laranja”, o edifício das Piscinas “cola-se” linearmente à muralha da Marginal e “enterra-se” para deixar livre a leitura da linha do horizonte. O acesso é feito por meio de uma rampa que conduz directamente à cota inferior, onde se desenvolve todo o programa, numa sequência fluida de espaços/acções - Vestiários, Depósito de Roupa, Lava-Pés, Duche, Tanque - que coreografa a progressão da Terra até ao Mar. Só depois deste ritual de passagem, ou “percurso”, tema recorrente na obra de Siza, é que o edifício se deixa revelar, num diálogo estreito entre geometria e topografia. Diálogo que, (in)conscientemente, traz à memória o traçado das fortificações militares da costa portuguesa.

Esta presença telúrica é reforçada pela tectónica dos materiais utilizados, o betão aparente e a madeira tratada com óleo queimado, mas logo é desconstruída num jogo plástico de planos, verticais e horizontais, que desenham espaço, luz e sombra. Planos que, por essa mesma materialidade, expressam lógicas construtivas distintas: as paredes portantes em betão, que ecoam a muralha da Marginal, desconstruindo-a, e se fundem com a rocha, “agarrando” o edifício ao chão, e as coberturas em madeira revestidas a folha de asfalto e chumbo¹⁴⁷, que se soltam no ar para deixar passar a luz, suspensas por uma elaborada estrutura de asnas e montantes que nunca chega a tocar o solo.

Piscinas de Marés, Leça da Palmeira
 Vista da Avenida dos Centenários (no sentido sul)
 Fotografia, c.1967
 (imagem ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Uma análise da obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos (Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa, III Série, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 73)

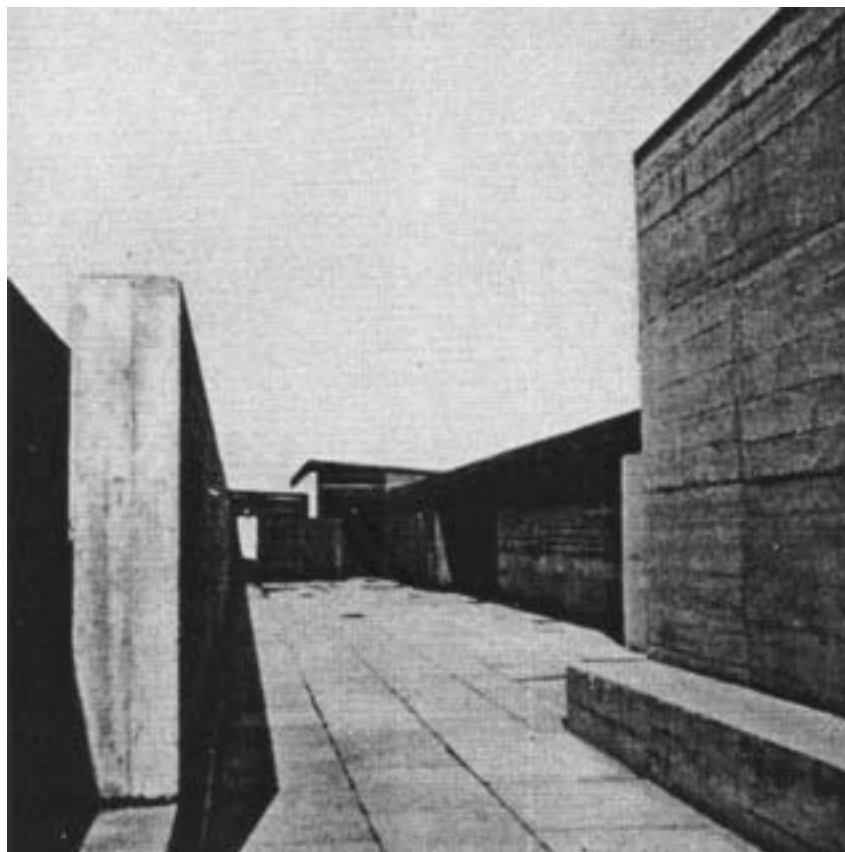
¹⁴⁷ De acordo com o projecto de execução original. (Cf. TRIGUEIROS, Luiz (editor), BARATA, Paulo Martins, *Álvaro Siza 1954-1976*, Lisboa Editorial Blau, 1997, p. 86)

Piscinas de Marés, Leça da
Palmeira

Corpo dos Vestiários

Fotografia, c.1967

(imagem ALMEIDA, Pedro Vieira
de, “Uma análise da obra de Siza
Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos
(Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa,
III Série, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 73)



O desenho diferenciado dos dois tanques de natação resulta da mesma vontade de articulação entre “artificial” e “natural” que suporta o conceito da intervenção arquitectónica, em que a Piscina de adultos *“formaliza uma ortogonalidade predeterminada, desafiando claramente a configuração natural das rochas”*¹⁴⁸ e a Piscina das crianças é *“desenhada como uma curva larga e elegante, remanescente da construção de barragens”*.

Curiosamente, as Piscinas de Marés não são, na verdade, piscinas de marés. *“Razões higiénicas e topográficas não o permitiram. O tanque encontra-se ligeiramente mais alto do que o nível do mar e, para cumprir o regulamento, a água tem de ser filtrada antes de ser utilizada”*.¹⁴⁹

Tal como as Piscinas de Marés não são bem piscinas de marés, também o edifício das Piscinas não é bem um edifício, antes é um “espaço-percurso”, ou uma “arquitectura de passagem”, como

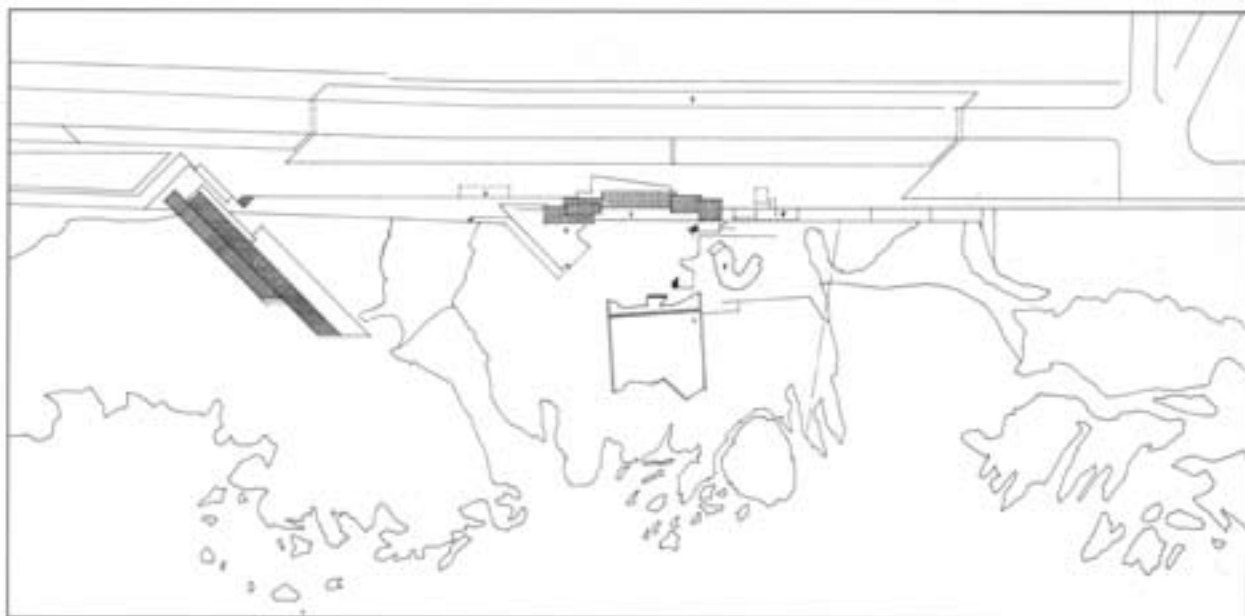
¹⁴⁸ Idem, p. 85.

¹⁴⁹ TRIGUEIROS, Luiz (editor), GÄNSHIRT, Christian, op. cit., p. 20.

Pedro Vieira de Almeida o classifica¹⁵⁰, e, nesse sentido, “*não cri[a] uma fronteira, mas o entre, um espaço no meio*”¹⁵¹, condição que, segundo Georges Teyssot, participa no conceito de “*umbral, como figura temporal e espacial*”. Daqui decorre que, ao contrário do que dissemos no início, em Leça da Palmeira, Álvaro Siza não trabalha com o “limite”, mas sim com o “limiar”, na percepção de que, à semelhança do “umbral”, o “limiar” “*é uma zona formada por uma tectónica precisa, uma região de cognição*”, em oposição ao “limite”, que não tem “espessura”.

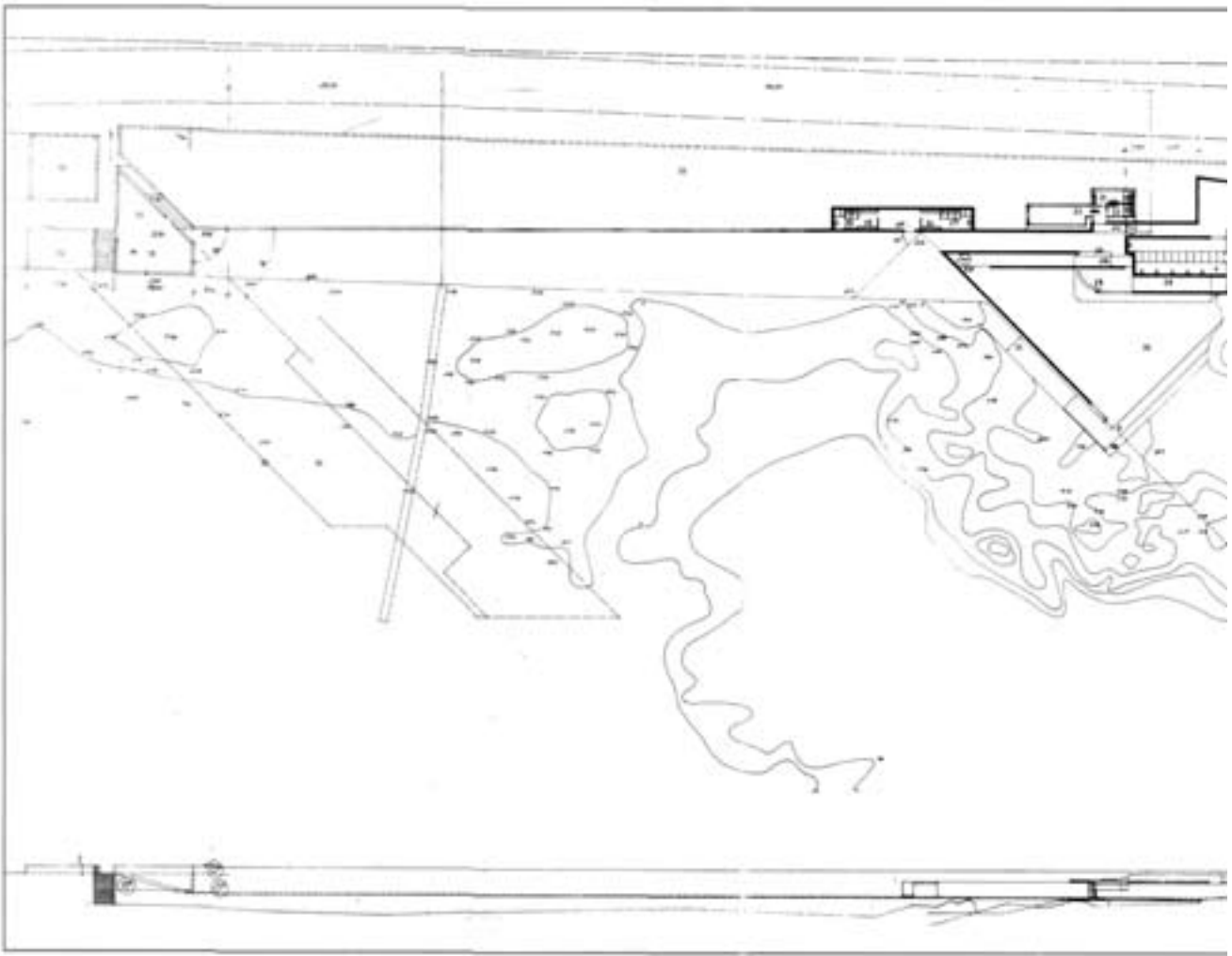
Pouco depois da inauguração das Piscinas, verifica-se que as instalações criadas não respondem às reais necessidades de funcionamento desta estrutura, apresentando-se, em Setembro de 1965, o *Ante-Projecto do Alargamento do Recinto*. Neste estudo, o arquitecto propõe a ampliação do conjunto para sul, com um novo corpo de sanitários e arrecadações, e para norte, substituindo-se o Snack-Bar provisório por uma construção definitiva, com uma Esplanada triangular protegida do vento norte por um muro em betão colocado a 45° em relação à Avenida.

Piscinas de Marés, Leça da Palmeira
Ante-Projecto do Restaurante
4.ª Fase
Álvaro Siza Viera, post.1973
(imagem TRIGUEIROS, Luiz (editor)
GÄNSHIRT, Christian, *Piscina na praia de Leça da Palmeira. Álvaro Siza: 1959-1973*, Lisboa, Editorial Blau, 2003, p. 86)



¹⁵⁰ ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Uma análise da obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos (Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa, III Série, N.º 96, Março-Abril 1967, pp. 65 e 67)

¹⁵¹ TEYSSOT, *Da Teoria de Arquitectura: doze ensaios*, Lisboa/Coimbra, Edições 70/eldlarq, 2010, p. 234.



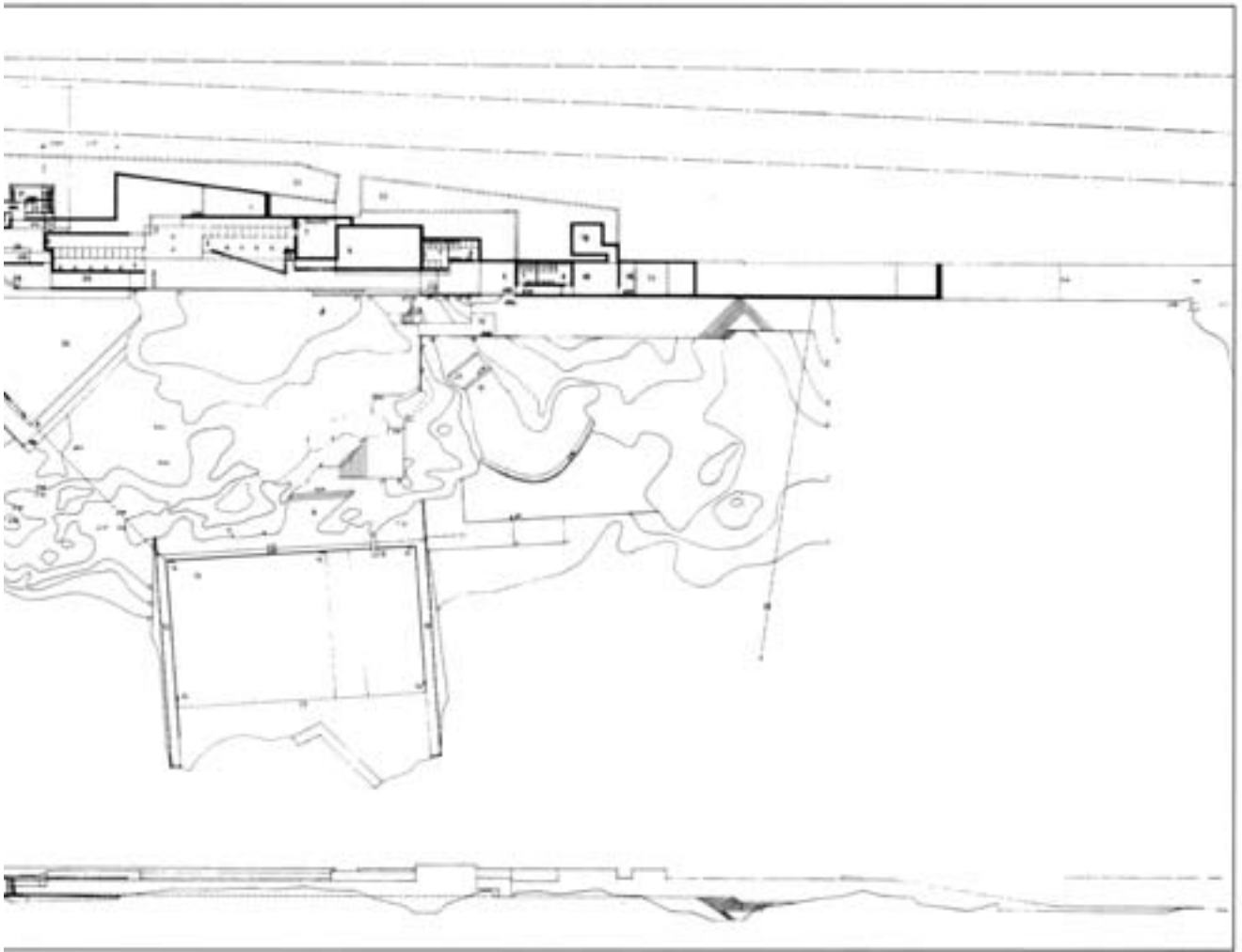
Piscinas de Marés, Leça da
Palmeira
Ante-Projecto Intercalar da
3.^a e 4.^a Fases
Álvaro Siza Viera, 1973
(imagem TRIGUEIROS, Luiz (editor)
GÄNSHIRT, Christian, *Piscina na
praia de Leça da Palmeira*. Álvaro
Siza: 1959-1973, Lisboa, Editorial
Blau, 2003, pp. 72-73)

Os vestiários, arrumos e instalações sanitárias deste novo núcleo são encaixados no muro de suporte daquela via, ao longo do qual se desenha, também, a ligação ao futuro Restaurante¹⁵², agora localizado mais a norte, “*um edifício linear com cerca de 70 metros de comprimento, implantado de acordo com o mesmo (...) ângulo de 45° (...) sobre as rochas*”.¹⁵³

A introdução desta rotação na lógica ortogonal do edifício das Piscinas é explicada pelo próprio Siza como uma alusão à obra de Frank Lloyd Wright:

¹⁵² O *Ante-Projecto do Alargamento do Recinto* seria, mais tarde, subdividido em duas fases: uma terceira fase, relativa a todas as propostas de ampliação entretanto introduzidas, apresentada em Fevereiro de 1966 e iniciada a sua execução em 1968; e uma quarta fase, relacionada com o Restaurante e a sua plataforma, que nunca chegaria a ser concretizada. Em Abril de 1973, é, ainda, apresentado um *Ante-Projecto Intercalar das 3.^a e 4.^a Fases*, estudo que reunia uma série de novos melhoramentos, impostos por lei, à instalação do Snack-Bar e dos seus serviços de apoio. (Cf. TRIGUEIROS, Luiz (editor), GÄNSHIRT, Christian, op. cit., p. 33)

¹⁵³ Idem, *ibidem*.



“Recordo que, quando começava o projecto, comprei uma publicação sobre a obra de Frank Lloyd Wright, e certos aspectos, certas partes da sua obra, como a Casa do Deserto, exerceram uma positiva influência sobre o meu trabalho. Na piscina está presente o poder da sua essencialidade geométrica concretizando-se, mesmo, a sua presença nos 45 graus de implantação utilizados por Wright no seu projecto. Lembro-me que, então, Wright foi para mim como uma via de libertação.”¹⁵⁴

Crítico face à vulgarização da arquitectura vernácula como referente universal para os programas de carácter turístico, que ele próprio enfrenta magistralmente na Casa de Chá da Boa Nova (1958-1963) e na Piscina da Quinta da Conceição (1958-1965), Siza ensaia aqui uma saída para o dilema “continuidade ou crise” que se vive, no seio da disciplina, nestes anos sessenta.

¹⁵⁴ “Fragmentos de uma experiência: Conversas com Carlos Castanheira, Pedro de Llano, Francisco Rei e Santiago Seara”, in *Álvaro Siza: Obras e Projectos*, Matosinhos/Milão, Centro de Documentação Álvaro Siza/Electa, 1995, p. 33.

Piscinas de Marés, Leça da
Palmeira
Fotografias de
Roberto Collovà, c.1997
(imagens TRIGUEIROS, Luiz (editor),
BARATA, Paulo Martins, *Álvaro Siza*
1954-1976, Lisboa Editorial Blau,
1997, pp. 81, 85 e 86)



*“A via da arquitectura vernácula, por razões muito diversas, foi absorvida por um conservadorismo e um mecanicismo terríveis no momento em que começam os programas turísticos. Com eles, a arquitectura popular passa a ser uma espécie de prescrição universal. O meu projecto para a piscina de mar em Leça não tem já nenhuma relação com a sua influência. É uma obra em betão e madeira, de expressão absolutamente alheia à arquitectura tradicional portuguesa.”*¹⁵⁵

Num momento em que os pressupostos ideológicos da arquitectura moderna são postos em causa no seio dos próprios CIAM, ou seja, a partir de “dentro”, a favor de uma reconciliação com a história, o contexto e a cultura locais, Álvaro Siza utiliza estes mesmos valores e essas dúvidas para restabelecer e reinventar o percurso do projecto moderno. Aprendida a lição da tradição com Fernando Távora¹⁵⁶, mas também a da modernidade, a sua arquitectura celebra a liberdade de cruzar as mais diversas influencias formais, estilísticas e construtivas, sobretudo da cultura moderna, na construção de uma síntese: a sua.¹⁵⁷

Mas, mais do que questões de semântica, o que interessa, aqui, ressaltar é o facto de ser uma “Arquitectura do Turismo” a lançar o arquitecto nesse caminho, nessa procura. Porque, se as Piscinas de Leça da Palmeira são, na opinião de Pedro Vieira de Almeida, “o primeiro trabalho que [se] poderia dizer completamente adulto na evolução da obra do Siza”¹⁵⁸, no qual “*formalmente (...) inicia (...) pela primeira vez com plena segurança, uma fase nova do seu trabalho*”¹⁵⁹, é caso para perguntarmos se o seu percurso teria sido o mesmo sem a reflexão que este projecto introduz na sua obra. Uma reflexão que é espoletada como reacção a uma crescente adulteração dos valores primordiais da arquitectura tradicional pela sua exploração turística, enquanto linguagem.

Certamente que sim, mas o caminho não seria o mesmo.

¹⁵⁵ Idem, pp. 32-33.

¹⁵⁶ Com quem trabalha, entre 1955 e 1958.

¹⁵⁷ FIGUEIRA, Jorge, “Explicado às Crianças”, in FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D’Água Editores, 2007, pp. 42-45.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Uma análise da obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos (Porto)”, op. cit., p. 65.

¹⁵⁹ Idem, p. 67.

Também com um percurso muito próprio, Eduardo Anahory continua a desenvolver a sua pesquisa em torno da pré-fabricação e da *assemblage* com o projecto para uma “Praia-Piscina-Flutuante”. Segundo o seu testemunho na revista *Binário*¹⁶⁰, “*esta ideia nasceu há 3 anos durante o estudo de um projecto para um centro turístico num local no Algarve, com uma magnífica vista para o mar. No entanto, o terreno findava numa orla de falésias com mais de 30 metros de altura. Em face disto imaginámos construir uma grande piscina de água salgada, o que parecia ser uma solução.*

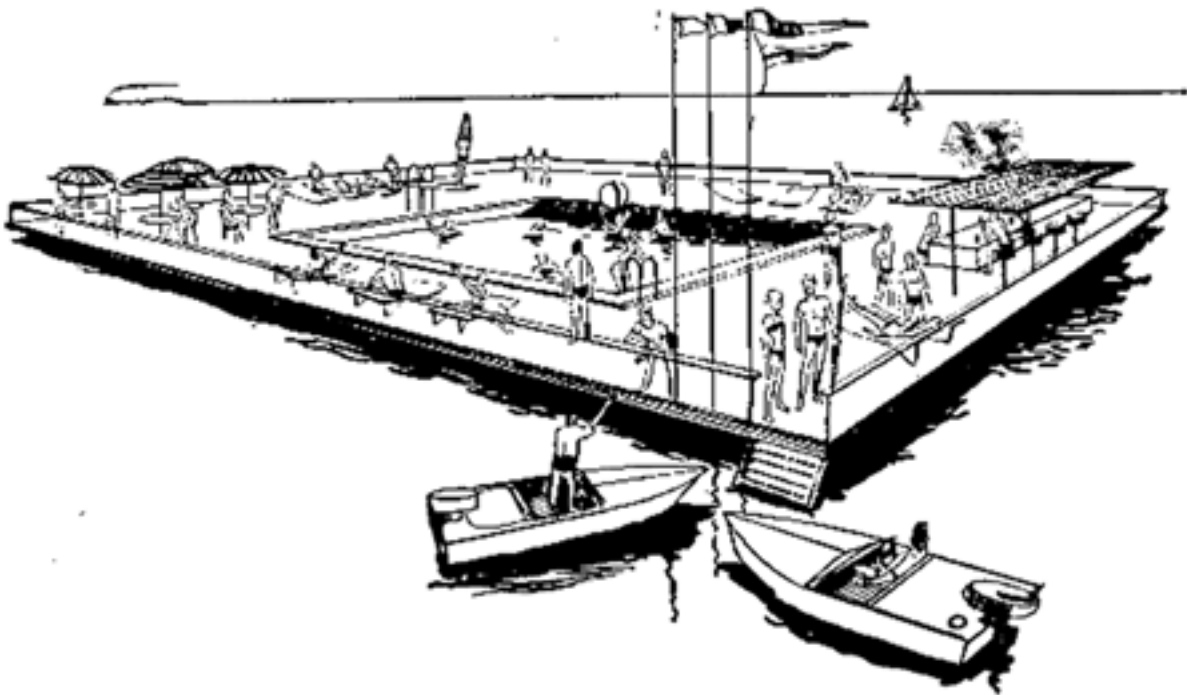
Porém, realizada a maquete do conjunto, verificámos que essa piscina parecia um pequeno tanque perdido lá nas alturas; perdia-se o contacto directo com a natureza, faltava a verdadeira presença do mar, para onde os banhistas olhariam de longe com a compreensível nostalgia...

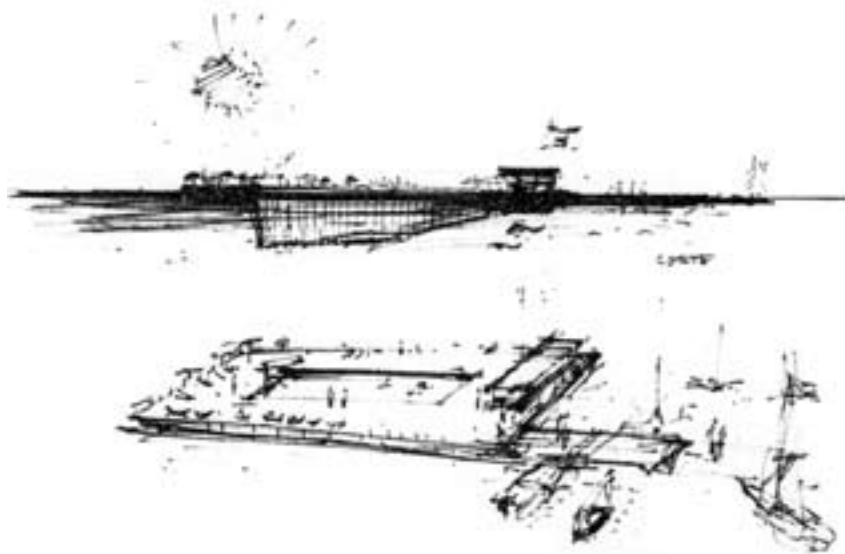
Foi então que nasceu a ideia de fazer essa piscina dentro do oceano e no ambiente natural. Pensando nos problemas das crianças e dos fracos nadadores, caminhámos para a concretização desta ‘Praia-Piscina-Flutuante’.

Antevisão das piscinas-praias flutuantes, segundo o projecto de Eduardo Anahory

Perspectiva, c.1967

(imagem “Piscinas-Praias Flutuantes - Uma ideia para zonas da costa sem praia ou praias superlotadas”, *Diário de Lisboa*, Ano 47.º, N.º 16011, 16 Julho 1967, p. 10)



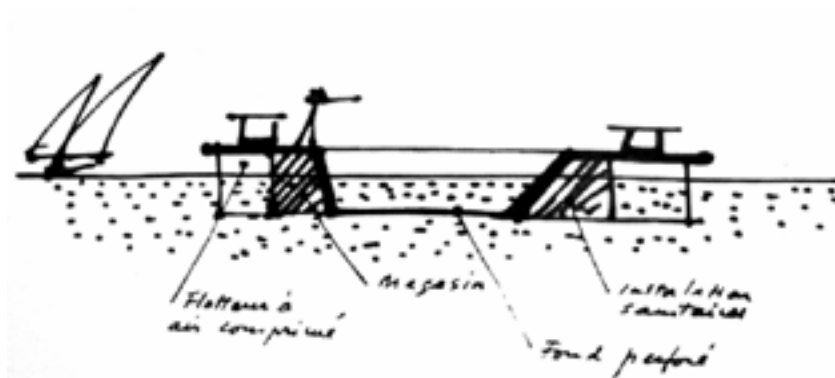


Praia-Piscina-Flutuante

Corte e Perspectiva

Eduardo Anahory, 1967

(imagem ANAHORY, Eduardo, "Praia-Piscina-Flutuante", *Binário*, N.º 119, Agosto 1968, p. 79)



Praia-Piscina-Flutuante

Corte

Eduardo Anahory, 1966

(publicado na *Domus*, N.º 443, Outubro 1966)

(imagem www.citizengrave.blogspot.pt)

Pensadas para serem estruturas efémeras, estas “Praias-Piscinas” funcionam “como uma grande jangada no centro da qual fica instalada uma piscina com paredes e fundo perfurados, de modo a que a água seja permanentemente renovada e filtrada. Esta jangada é constituída por elementos modulados que permitem uma fácil montagem, desmontagem e armazenagem. A forma e peso dos elementos foram estudados de maneira a estes serem facilmente transportados por estrada ou caminho de ferro e, naturalmente, rebocáveis na água”.

No fundo, a proposta de Anahory não é mais do que uma reinterpretação, actualizada e usando da mais recente tecnologia associada à construção, das antigas Barcas de Banhos que ancoravam no Rio Tejo. De facto, na sua essência, o sistema de funcionamento destas ‘Praias-Piscinas’ é praticamente o mesmo. A principal diferença é que, neste caso, o banho é na água do mar.



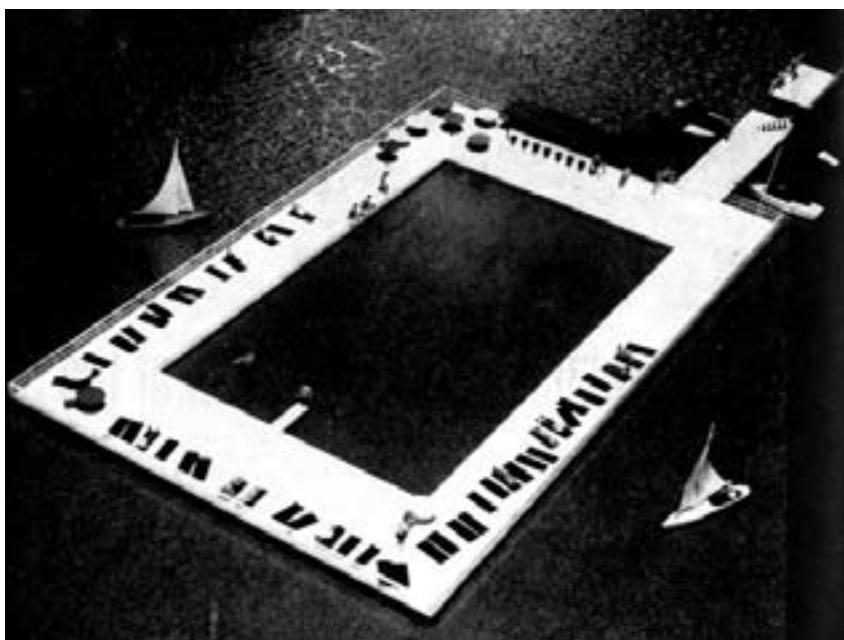
Praia-Piscina-Flutuante
 Esquema de montagem
 Eduardo Anahory, 1966
 (publicado na *Domus*, N.º 443,
 Outubro 1966)
 (imagem
www.citizengrave.blogspot.pt)

Por outro lado, a solução agora desenvolvida possibilita uma maior versatilidade de configurações: *“as medidas e a forma destas unidades, bem como as da piscina pròpriamente dita, podem variar, visto que a concepção do projecto assenta num elemento-base, modulado, o que permite diversas composições e ampliações”*. Para a comodidade dos banhistas *“a toda a volta da piscina haverá o equipamento e serviços necessários a uma verdadeira praia: guarda-sóis, colchões para banhos de sol, ‘snack-bar’, etc”*. Pelos esboços publicados, num nível inferior, debaixo de água, junto aos flutuadores de ar comprimido, seriam, ainda, colocadas instalações sanitárias para os utentes da Piscina e arrumos para guardar aqueles equipamentos.

A acrescentar, sublinha-se a adaptabilidade destas estruturas a diversas circunstâncias: *“estas ‘Praias-Piscinas-Flutuantes’ podem prestar serviço não apenas onde não existem praias mas também onde estas são pouco acessíveis - alagadiças ou menos acolhedoras - ou possuem uma fauna marítima de algum modo pouco tranquilizadora (medusas, tubarões, etc.) e, ainda, quando se trata de boas praias, mas que estão habitualmente apinhadas de gente, não podendo oferecer nem espaço nem sossego”*. Esta era, sem dúvida, a situação das praias do Estoril.

Nova proprietária da concessão de jogo do Estoril, para além da construção de um Hotel e de um novo Casino, uma das obrigações da Sociedade Estoril-Sol era, como vimos, a de “remodelar, ampliar e modernizar o estabelecimento de banhos de mar”¹⁶¹. Inaugurado o Hotel Estoril-Sol, a 15 de Janeiro de 1965, e o Casino do Estoril, a 28 de Março de 1968, faltava, agora, endereçar este ponto. Sendo as Piscinas do Tamariz relativamente recentes e sem grandes alternativas, em termos de implantação, para ampliar a estrutura existente, José Teodoro dos Santos, que tem conhecimento da proposta de Eduardo Anahory através da sua publicação na revista italiana *Domus*¹⁶² e da notícia no *Diário de Lisboa*, decide patrocinar a realização de um protótipo do projecto, reservando para a Estoril-Sol a prioridade da sua utilização.

No sentido de aprofundar “o estudo das possibilidades técnicas”¹⁶³ do sistema construtivo idealizado, são “realizadas várias consultas particulares nos Estados Unidos e em França”, avançando-se, então, com a construção daquele primeiro modelo nos estaleiros da empresa Estoril-Sol, em Alcoitão. Constituída por elementos modulados, com cinco metros de comprimento por



Praia-Piscina-Flutuante
Maqueta
Fotografia, 1968
(publicada na revista *Lisbon
Courier*, em Agosto de 1968)
(imagem www.retrovisor.blogs.sapo.pt)

¹⁶¹ Decreto-Lei N.º 41:562, *Diário do Governo*, I Série, N.º 56, 18 Março 1958, p. 115.

¹⁶² No número de Outubro de 1966.

¹⁶³ ANAHORY, Eduardo, “Praia-Piscina-Flutuante”, op. cit., p. 79.

dois metros e meio de largura, pesando cada um deles quatrocentos quilos, a jangada teria “30 metros por 20, sendo a superfície da piscina de 200 metros quadrados (20x10 metros), ficando assim 400 metros quadrados de ‘deck’, o que permite a instalação confortável de mais de 100 pessoas”¹⁶⁴. A estabilidade desta estrutura era garantida por dois flutuadores instalados a todo o comprimento da Piscina, resultando que cada um daqueles módulos, “mesmo posto a flutuar isoladamente, pode suportar dez pessoas no mesmo bordo sem perigo de adornar, podendo igualmente suportar uma carga de dois mil quilos sem deixar de ficar à tona de água”.¹⁶⁵

Concluída a produção do protótipo, este seria baptizado de *Seapool* e colocado, em pleno mar, a trezentos metros da Praia do Tamariz, garantindo-se o trajecto desde a Praia até à Piscina por ligações regulares de barco. Inaugurada oficialmente a 2 de Julho de 1970, a Piscina abre ao público no dia seguinte.

Seapool

Fotografia, 1970

(publicada na revista *Lisbon Courier*, em Outubro de 1970)
(imagem www.retrovisor.blogs.sapo.pt)



¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ “Frente à Praia do Tamariz a primeira Praia-Piscina Flutuante”, notícia publicada no jornal *A Capital*, a 2 de Julho de 1970, citada em www.citizengrave.blogspot.pt, a partir da transcrição do artigo “Eduardo Anahory: o arquitecto sem curso”, de Pedro Ferreira Mendes, publicado na revista *Arquitectura & Construção*, em Dezembro de 2011.

Aparentemente, a *Seapool* da Estoril-Sol terá tido algum sucesso, mas apenas se sabe que “*a despeito do seu elevado número de utentes e de ter suportado por vezes ventos e ondulações fortes, não sofreu quaisquer estragos nas peças componentes. Agora desmontada e armazenada, voltará a ser instalada no próximo Verão*”.¹⁶⁶

A proposta de Eduardo Anahory marca o fim, em Portugal, das “Piscinas de Mar”. E da melhor maneira. Porque, que forma mais adequada haveria para encerrar a pesquisa tipológica em torno deste tema do que alcançar a própria essência do conceito que o suporta: o “Banho de Mar” no meio do mar.

Fechava-se, assim, o círculo, voltando à origem.

Com a crescente complexificação dos programas hoteleiros e o gradual afastamento destas unidades dos principais centros urbanos, na procura das melhores vistas e implantações, os “Hotéis de Praia” passam a integrar uma série de novas valências que funcionam, simultaneamente, como pólos de atracção e como factores de distinção, entre os quais as “Piscinas de Mar”. Mas, não é só ao nível da oferta de distrações e de actividades de recreio que estas estruturas evoluem. A generalização do Lazer e o alargamento do tempo de férias obriga à consideração de novas formas de veraneio e de novas tipologias de turistas, a que correspondem diferentes necessidades de alojamento.

É em resposta a esta nova circunstância que se começam a ensaiar, no nosso país, outros modelos de infraestruturização turística, em muito influenciados pelas experiências realizadas lá fora. Modelos que vão pôr em questão a presença do “Hotel de Praia” como referente universal na colonização da linha de costa e que testemunham uma evolução numa Arquitectura e num Urbanismo do Turismo: do “Hotel de Praia”, à “Megaestrutura Hoteleira” e à “Cidade do Lazer”, passando pelo “Aldeamento Turístico”.

¹⁶⁶ Notícia publicada na revista *Lisbon Courier*, Ano XXV, N.º 294-295, Outubro 1970, citada em www.retrovisor.blogs.sapo.pt

Tipologias emergentes:

Megaestruturas, Aldeamentos e Cidades de Turismo

Numa progressão tipo-morfológica, não, necessariamente, linear no tempo, as “Megaestruturas Hoteleiras”, os “Aldeamentos Turísticos” e as “Cidades de Turismo” encerram, em si, distintos conceitos de organização turística a que correspondem escalas de intervenção diferentes: o edifício, a aldeia e a cidade.

As “Megaestruturas Hoteleiras” são pensadas como unidades de alojamento auto-suficientes, que condensam num único edifício, ou num pequeno conjunto de edifícios interligados, uma grande diversidade de oferta, quer em termos de soluções de hospedagem, quer de actividades recreativas. No caso da Praia, isso implica a presença de programas-chave, como o Hotel, o Casino e a Piscina, apoiados por uma série de serviços complementares (Restaurante, Bar, Discoteca, Campos de Ténis ou de Golfe, etc). Nesse sentido, constituem-se, elas próprias, como verdadeiras estâncias de Turismo.

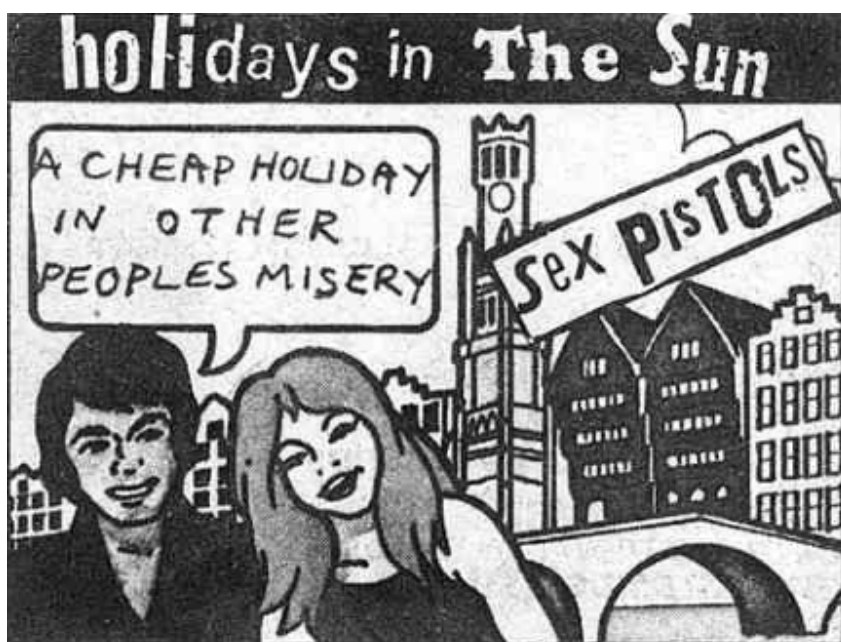
Já os “Aldeamentos Turísticos” procuram resgatar relações ancestrais da ocupação humana do território, recriando ambientes e traços do povoamento tradicional, centrados na vivência da Rua e da Praça, e recuperando elementos identitários de uma arquitectura local, na formalização dos diferentes programas que encerram. Paradoxalmente, a sua condição de empreendimentos privados nega, logo à partida, a integração espacial pretendida, e a necessária descontinuidade física que estabelecem com a envolvente próxima transforma-os em comunidades fechadas sobre si mesmas. Aqui, o Hotel é substituído pela Casa-de-Férias como modelo de referência do alojamento turístico.

Por fim, as “Cidades de Turismo” são, como o nome indica, estruturas urbanas inteiras idealizadas, de raiz, sob a perspectiva monofuncionalista do Lazer, cuja organização é determinada pela articulação espacial de núcleos funcionalmente autónomos, mas interdependentes, normalmente associados a um equipamento

central, ou conjunto de equipamentos que lhes conferem características, tipológicas e morfológicas, próprias e garantem a variedade dos ambientes dentro do todo urbanizado.

Mas, apesar de distintos na sua materialização, em qualquer um destes modelos de organização turística prevalece o princípio de que os empreendimentos resultantes são fruto da iniciativa privada, envolvendo uma ou mais empresas, e a ideia de que dentro desses recintos o hóspede, ou o turista, encontra resposta para todas as suas necessidades de alojamento temporário, de lazer e de recreação. Qualidades que caracterizam o conceito de “Resort”, generalizado com a criação, em 1950, do *Club Méditerranée*, ou *Club Med*, pelo belga Gérard Blitz.¹⁶⁷

¹⁶⁷ O *Club Med* é fundado como uma organização sem fins lucrativos, em que cada membro pagava uma quota de adesão e tinha direito a gozar de duas semanas de férias, por um preço fixo que incluía todas despesas de alojamento, de alimentação e de recreação (desportiva e cultural), numa das *Villages* construídas por esta organização, em vários pontos exóticos da costa mediterrânica (daí a sua designação). O primeiro *Club Med* foi criado na ilha de Mallorca, em Espanha, nesse mesmo ano de 1950, uma estrutura ainda muito rudimentar em que os hóspedes ficavam instalados em cabanas de palha junto à Praia, sem iluminação e com instalações sanitárias colectivas. Em 1956, o *Club Med* expande a sua área de actuação com a criação de uma *Village d'Hiver*, na Suíça. Só em 1965 é inaugurada a primeira destas estruturas fora do raio de influência do Mediterrâneo, mais precisamente, no Tahiti, já sob a direcção do Barão Edmond de Rothschild, que adquire a companhia, em 1961. Inicialmente direccionado para um público mais jovem, o *Club Med* vai, gradualmente, ganhando uma conotação familiar, por oferecer ambientes seguros e controlados para a presença de crianças. Associado a um certo estilo de vida e a um certo nível social, o *Club Med* seria alvo de fortes críticas durante a revolução estudantil de Maio de 1968, em França, por proporcionar “férias baratas no meio da miséria dos outros” (“*A cheap holiday in other peoples misery*”), frase que iria dar o mote, dez anos depois, para a canção *Holidays in the Sun*, dos Sex Pistols, a primeira faixa do seu álbum de estreia *Never Mind the Bollocks, Here's the Sex Pistols*, lançado em 1977. (Cf. www.en.wikipedia.org)



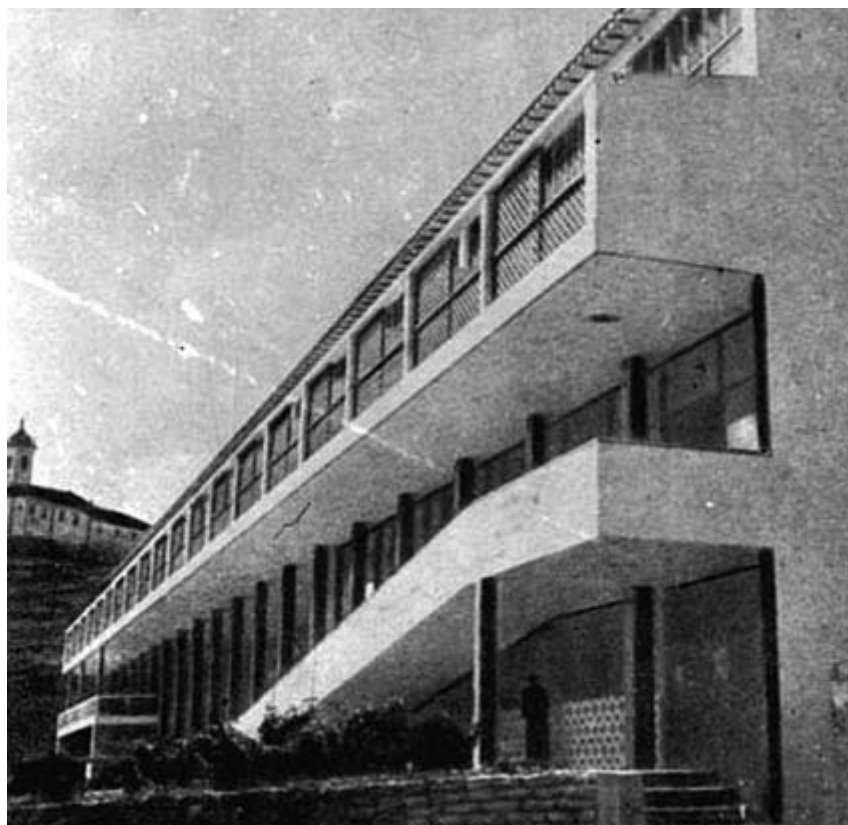
Holidays in the Sun, Sex Pistols
Capa do Single, 1977

e
Anúncio de Jornal, 1977
(imagens
www.flickrriver.com e
www.philjens.plus.com)

O Casino Park Hotel

A “Megaestrutura Hoteleira” mais emblemática construída, no século XX, em Portugal é, certamente, o Casino Park Hotel, na capital do Arquipélago da Madeira. Emblemática em vários sentidos. Por ser uma obra de Oscar Niemeyer (1907-2012), o representante mais carismático da arquitectura moderna brasileira. Por ser a única obra deste arquitecto construída no nosso país. E por ser a única Arquitectura do Turismo construída por Niemeyer fora do Brasil. Mais ainda, dos cinco projectos para Hotéis que concretizou, apenas o Casino Park Hotel, no Funchal, e o Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, ambos iniciados no final dos anos sessenta e concluídos na década seguinte, abordam o problema da construção em situações de costa, cada um deles propondo uma solução única para a urbanização da faixa litoral. Para além do Hotel, em si, estes dois complexos incluem uma série de outras comodidades que proporcionam aos hóspedes uma ampla variedade de distrações dentro da própria estrutura hoteleira, enquadrando-se, assim, na categoria de “Resort” turístico.

Grande Hotel de Ouro Preto,
Minas Gerais
Fotografia, c. 1944
(imagem
www.teturaarqui.wordpress.com)





Hotel Tijuco, Diamantina,
Minas Gerais

Fotografia, c. 1951
(imagem PUPPI, Lionello,
A Arquitectura de Oscar Niemeyer,
Rio de Janeiro, Editora Revan, 1988,
p. 45)



Palace Hotel de Brasília,
Brasília

Fotografia Aérea, c. 1958
(imagem
www.mulher.uol.com.br)

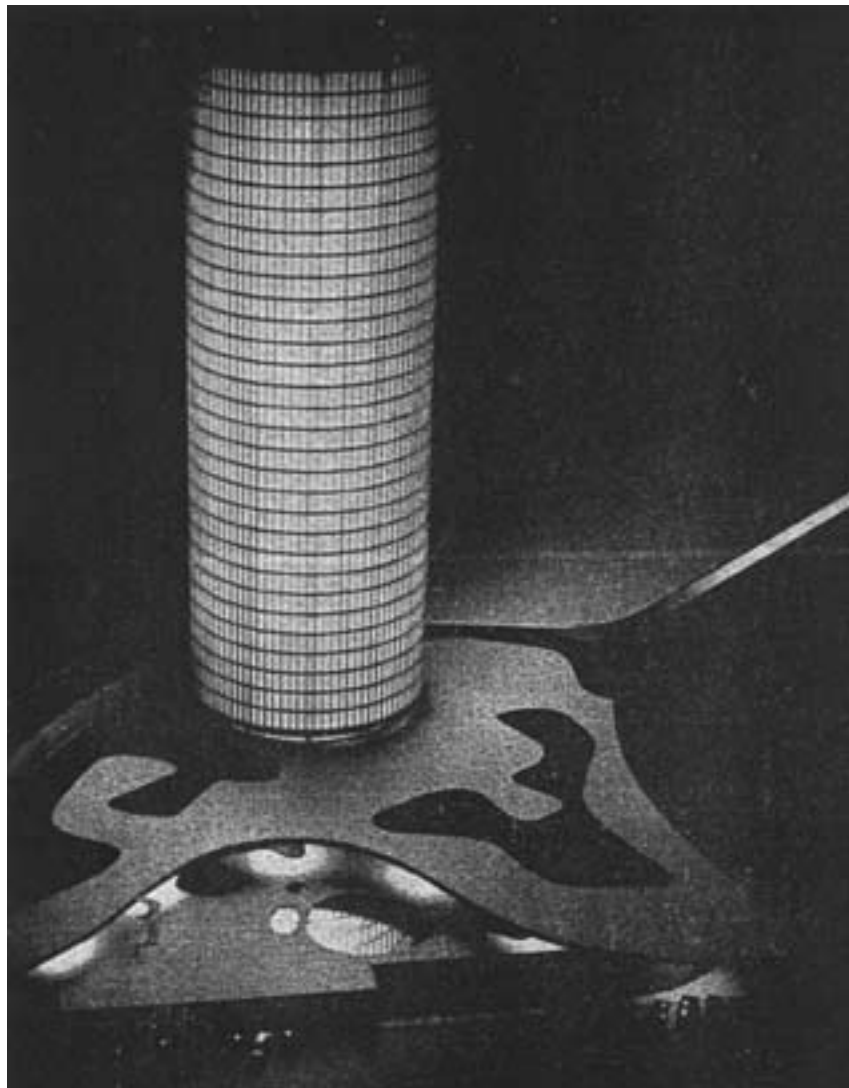
Os três outros Hotéis, projectos anteriores - o Grande Hotel de Ouro Preto (1938-1944), o Hotel Tijuco (Diamantina, 1951) e o Palace Hotel de Brasília (1957-1958) - seguem o modelo convencional de Hotel. É, no entanto, na vincada horizontalidade destas três propostas e na sua grande extensão em comprimento, onde a repetição do módulo de quartos, acusado nas fachadas longitudinais, marca a cadência racional da estrutura construtiva, que podemos, de certa forma, encontrar as raízes do edifício do Hotel para o Funchal.

O que não deixa de ser interessante, se tivermos em consideração que, ao mesmo tempo que desenvolve este projecto, Niemeyer realiza o Hotel Nacional Rio, obra, que, à partida, pela sua localização, deveria ter mais afinidades com aquela solução.

Mas, verifica-se, precisamente o contrário.

Implantado sobre a via expresso Lagoa-Barra, entre Ipanema e a Tijuca, em frente à Praia de São Conrado, o Hotel do Rio de Janeiro é concebido para ser “*o mais alto, o maior e o mais bem equipado hotel da América do Sul*”¹⁶⁸. Com trinta e quatro andares e quinhentos e vinte quartos, a construção é dividida em dois corpos, um vertical, em torre cilíndrica, e outro horizontal, que “*ocupa quase todo o terreno, e separa, visualmente, a torre do que se*

Hotel Nacional Rio, Rio de Janeiro
Maqueta do conjunto
Oscar Niemeyer, 1968-1972
(imagem
VIEIRA, Aníbal S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”,
Binário, Lisboa, N.º 152, Maio 1971,
p. 288)





venha a construir nas proximidades, valorizando-a plásticamente. Linhas simples e elegantes, puras e sinceras, que expressam o que contêm. É um hotel e parece um hotel. (...)

*Para Niemeyer, hoje, a forma segue a função”.*¹⁶⁹

Nesta lógica, a torre concentra todos os quartos, divididos em três categorias - normais, *suites* e apartamentos - e dispostos 360° em torno da coluna central de elevadores e escadas, gozando de amplas vistas para o Mar e a Montanha. Em cada extremo deste núcleo de vinte e cinco pisos situa-se um Restaurante, o do trigésimo primeiro andar com *boîte* e bar. Nos pisos inferiores concentram-se algumas zonas de utilização pública e de serviço do Hotel - um piso com oito salas de reuniões, outro com “*sauna e fisioterapia (banco, agência de turismo, farmácia, florista, livraria, salão de beleza, etc.) barbeiro e instalações sanitárias*” e o piso da Administração. No piso térreo, de contacto com a plataforma horizontal, situam-se o Hall de entrada e um amplo Salão de Estar. Segue-se o piso das garagens e espaços técnicos do Hotel, com instalações para o pessoal. No corpo baixo, resolvem-se os programas abertos a um uso exterior mais intensivo - duas Piscinas (para adultos e crianças), Centro de Congressos (com auditório para três mil pessoas) e Teatro - para além de mais três Restaurantes, outra *boîte*, *snack-bar* e bar.

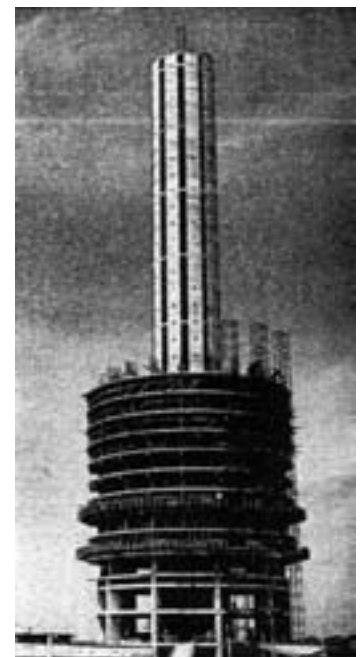
¹⁶⁹ Idem, p. 290.

Hotel Nacional Rio, Rio de Janeiro

Fotografia, c.1971

(imagem

VIEIRA, Aníbal S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”, *Binário*, Lisboa, N.º 152, Maio 1971, p. 289)



Hotel Nacional Rio, Rio de Janeiro

(em construção)

Fotografia, ant.1971

(imagem

VIEIRA, Aníbal S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”, *Binário*, Lisboa, N.º 152, Maio 1971, p. 289)

São Conrado, Rio de Janeiro
Bilhete Postal, c. 1990
(imagem
www.28dayslater.co.uk)



À imagem mais sofisticada e contida da torre cilíndrica, trabalhada como uma “*curtain wall*” - *parede de vidro isolante térmico e acústico suportado por perfis de alumínio anodizado* - [que lhe confere] *as características de marco visual cuja cor, adequadamente escolhida, contribui para a integração no ambiente*”, contrapõe-se a expressividade “ondulante” da extensa plataforma horizontal, verdadeiro jardim suspenso que se funde com a paisagem circundante e onde a presença do paisagista Roberto Burle Marx (1909-1994) é inconfundível.

Iniciativa da Sociedade Hotéis e Turismo da Guanabara, SA, da qual quarenta por cento “*pertencem à Hotéis Reunidos SA - Horsa, a quem caberá a administração deste hotel*”¹⁷⁰, o Hotel Nacional Rio acabaria por encerrar em 1995, por falência da principal empresa proprietária, passando para as mãos do Ministério da Fazenda brasileiro, que o vende, em 2009, ao empresário Marcelo Gonçalves com vista à sua reabertura a tempo do Mundial de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016.¹⁷¹

¹⁷⁰ Idem, p. 293.

¹⁷¹ Em Setembro de 2012 o início das obras de recuperação do Hotel Nacional Rio, consideradas estratégicas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pela Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, continuavam incertas, por atraso nas negociações com o Grupo Internacional, que se prevê vir a assumir a exploração desta unidade hoteleira. O projecto, já aprovado e pronto para execução, é da responsabilidade do arquitecto João Niemeyer. (Cf. LIMA, Leandra, VASCONCELLOS, Fábio, “A um mês do fim da licença, reforma do Hotel Nacional ainda não começou”, publicado a 10 Setembro 2012 e disponível em www.oglobo.globo.com)

Idealizado em 1966, o Casino Park Hotel do Funchal apresenta uma solução volumétrica bem distinta. Em contraste com o Hotel Nacional Rio, que se constrói em altura¹⁷², apresentando-se como uma “*escultura sobre uma plataforma*”¹⁷³, o complexo do Casino Park Hotel fragmenta-se em três corpos distintos - Hotel, Casino e Cine-Teatro - que, apesar de autónomos, se articulam espacialmente. O edifício do Hotel é, aqui, concebido como um volume em comprimento, desenhando uma curva larga que abraça e contém os outros dois equipamentos.

E se no Rio de Janeiro o corpo dos quartos nasce do corpo horizontal dos espaços sociais e de serviço, estabelecendo, com ele, relações francas de continuidade funcional, no Funchal estes dois momentos separam-se formalmente, apenas ligados pelos elementos de distribuição vertical. Este corte decorre da decisão de elevar a construção do chão, sobre *pilotis*, de forma

Casino Park Hotel, Funchal
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem
www.cgi.ebay.com)



¹⁷² O projecto inicial previa sessenta andares, mas, por razões financeiras, a torre de quartos acabaria por ficar com trinta e quatro pisos.

¹⁷³ VIEIRA, Aníbal, S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”, op. cit., p. 290.

a garantir a permeabilidade visual ao nível do piso térreo. Solução que ajuda, também, a conferir alguma leveza à grande massa do edifício.

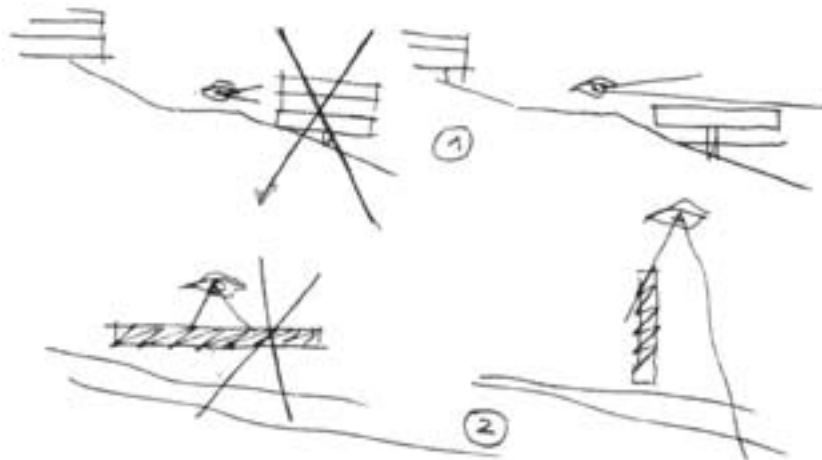
É, de resto, a intenção de proteger os panoramas que se desfrutam, da encosta, sobre o porto do Funchal que orienta e determina a implantação do conjunto, defendendo-se a colocação do edifício do Hotel na perpendicular em relação ao declive do terreno.

“Hotel na Ilha da Madeira

Oscar Niemeyer, arquitecto

O projecto de um hotel na Ilha da Madeira, apresenta uma série de problemas fundamentais. Primeiro, as características do lugar, a beleza da ilha, seu aspecto pitoresco e acolhedor, que cumpra proteger. Segundo, os problemas que daí decorrem, problemas de gabarito, escala, visibilidade, etc.

Trata-se a meu ver de problemas tão importantes que ao redigir esta explicação, sinto-me obrigado a abordá-los, advertindo as autoridades locais da conveniência de estabelecer medidas de protecção paisagística: Fixação máxima de gabaritos: 4 pavimentos, inclusive “pilotis”, para os prédios de apartamentos; e 8 pavimentos, inclusive “pilotis”, para os edifícios especiais (hotéis, etc) que o turismo exige. Protecção indispensável do panorama nas avenidas que contornam os morros, evitando nas mesmas, construções que possam cortar a visibilidade (des. 1), o mesmo acontecendo com os edifícios mais extensos que não deverão, depois de construídos, constituir como que um muro contra a cidade (des.2).



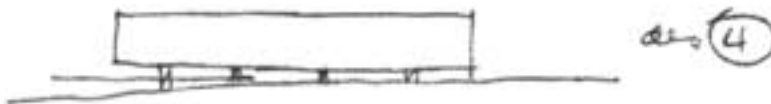
Dentro destes princípios elaboramos nosso projecto que apresenta as seguintes características:

1 - O hotel foi projectado com 8 pavimentos, inclusive “pilotis”, e localizado na disposição que defendemos no desenho 2.

2 - Os três elementos que constituem o conjunto foram distribuídos no terreno de maneira a não ocupar as áreas mais arborizadas, e isso, sem prejudicar suas conveniências de interligação, independência, etc.



[3 -] No hotel, todos os quartos abrem sôbre o porto, na orientação justa, e as salas, aproveitando os desníveis do terreno, foram localizadas no terreo, em contacto mais íntimo com os jardins e a piscina.



O hotel compreende: portaria, escritório, salas de estar, leitura, jogos, biblioteca, bar, restaurante, piscina, tennis, etc.

4 - O casino atendendo as normas usuais, compreende no terreo, os controles e acessos. No primeiro pavimento, o salão de jogos, vestiários, escritório, toilets, bar etc. No segundo, a boite e o restaurante.

5 - O cine-teatro aproveita o terreno para evitar estrutura onerosa, tendo no terreo os acessos, o “foyer”, sala de exposições, etc, e no subsolo, a sala de espectáculos.

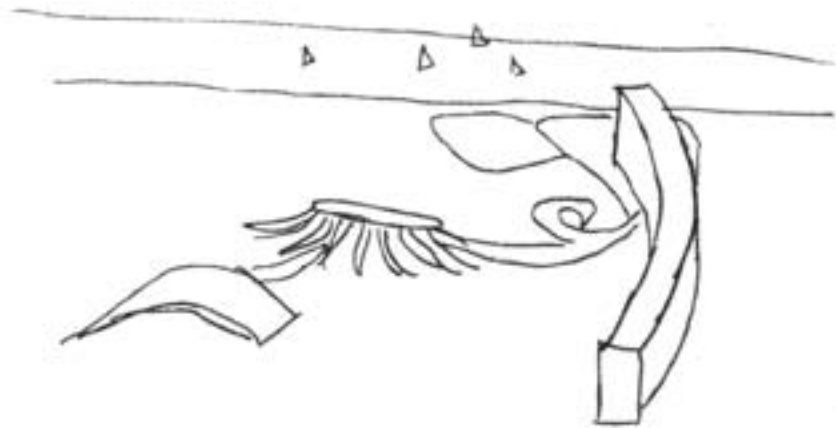
Eis as características essenciais do nosso projecto, obra que deverá exprimir a técnica e a arte contemporânea e constituir - assim esperamos - o elemento novo e diferente que o turismo da Ilha da Madeira reclama.



Hotel na Ilha da Madeira

Explicação

Oscar Niemeyer, 1966
 (imagens SANTOS, Carlos Oliveira,
O Nosso Niemeyer: Edição comemorativa dos 100 anos de Oscar Niemeyer, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Teorema, 2007, pp. 60, 62-63)

Paris, 22.6.966¹⁷⁴

Niemeyer pega, assim, no modelo tradicional do “Hotel de Praia” e dá-lhe, literalmente, uma “volta” - de 90° - implantando-o ortogonal à linha de costa e colocando-o sobre *pilotis*, no sentido de amenizar o seu impacto visual na paisagem do Funchal e de não criar barreiras construídas na relação entre a Marginal - neste caso, a Avenida do Infante¹⁷⁵ - e o Mar. Mas, mais do que isso. Sem nunca ter ido à Madeira, o arquitecto aproveita o projecto do Hotel para sugerir, às entidades responsáveis, um conjunto mínimo de normas urbanísticas que, a seu ver, deveria orientar toda a construção na ilha, quanto à delimitação de *cérceas* e à valorização das panorâmicas paisagísticas.

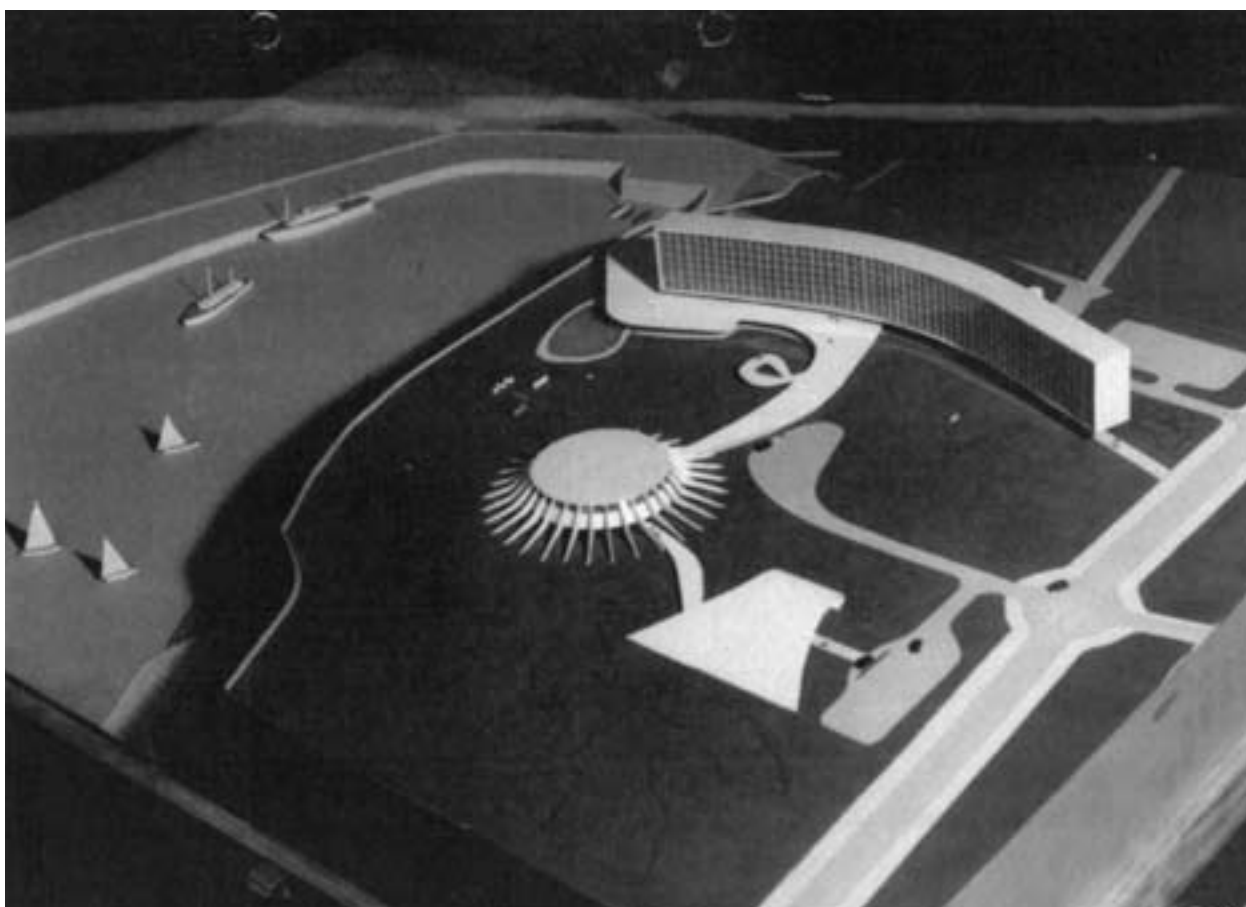
¹⁷⁴ NIEMEYER, Oscar, *Hotel para a Ilha da Madeira*, Paris, 22 Junho 1966. (Manuscrito)

¹⁷⁵ Principal eixo de expansão da cidade para poente, já apontado - com a indicação de Avenida N.º 2 - no *Plano Geral de Melhoramentos do Funchal* (1913-1915), de Ventura Terra e recuperado - como a Avenida de Oeste - no *Plano de Urbanização do Funchal* (1931-1933), de Carlos Ramos. É junto a esta via, que liga o centro da cidade ao Reid's Palace Hotel e, daí, tem seguimento pela Estrada Monumental, que se vão implantar os primeiros equipamentos hoteleiros do Funchal, apontando a tendência, confirmada no *Plano de Urbanização do Funchal*, de 1959, elaborado pelo arquitecto João Faria da Costa e o engenheiro Jorge de Carvalho Mesquita, de aí se definir uma Zona Turística. (Cf. GAMA, José Gil, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2011)

Posição que, de resto, já havia sido defendida por Carlos Ramos no seu *Plano de Urbanização do Funchal*, realizado entre 1931 e 1933, no qual advoga, para a expansão urbana daquela cidade, a observância de “*determinados princípios entre eles, a higiene, a sobriedade e economia, e a lógica*”¹⁷⁶. Lógica que passava por tirar partido das vistas privilegiadas sobre o Mar e a Montanha.

A acompanhar esta espécie de Memória Descritiva do “Esboçeto” do complexo turístico do Funchal, é apresentada, ainda, uma maquete do conjunto, elaborada pelo colaborador argelino de Niemeyer, Louis Dimanche. Nela se clarificam as intenções do arquitecto e a organização geral do conjunto. Estudo que, como vimos¹⁷⁷, merece aprovação e que, segundo o Director-Geral dos Serviços de Urbanização, confirmava “*o elevado nível arquitectónico e plástico que caracteriza aquele técnico*”.¹⁷⁸

Casino Park Hotel, Funchal
Maqueta
Fotografia, c. 1966
(imagem
Delegação de Turismo da Madeira,
Arquivo Regional da Madeira)

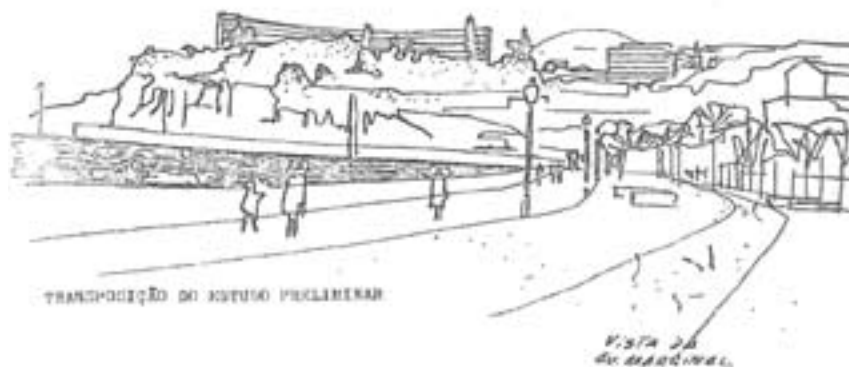
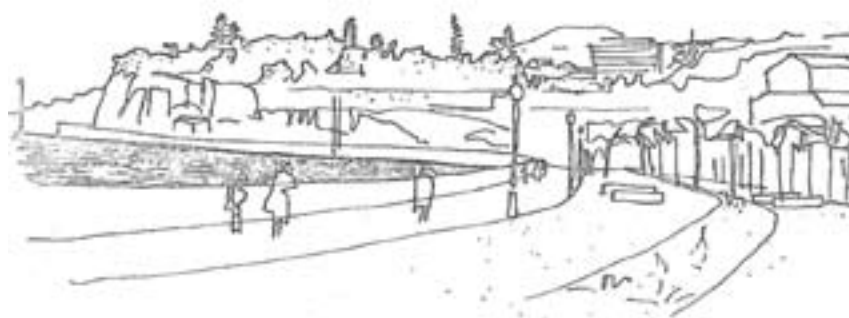


¹⁷⁶ “O Funchal do futuro”, *Diário de Notícias*, 6 Janeiro 1932, citado em GAMA, José Gil, op. cit., p. 37.

¹⁷⁷ Ver Capítulo 2.1..

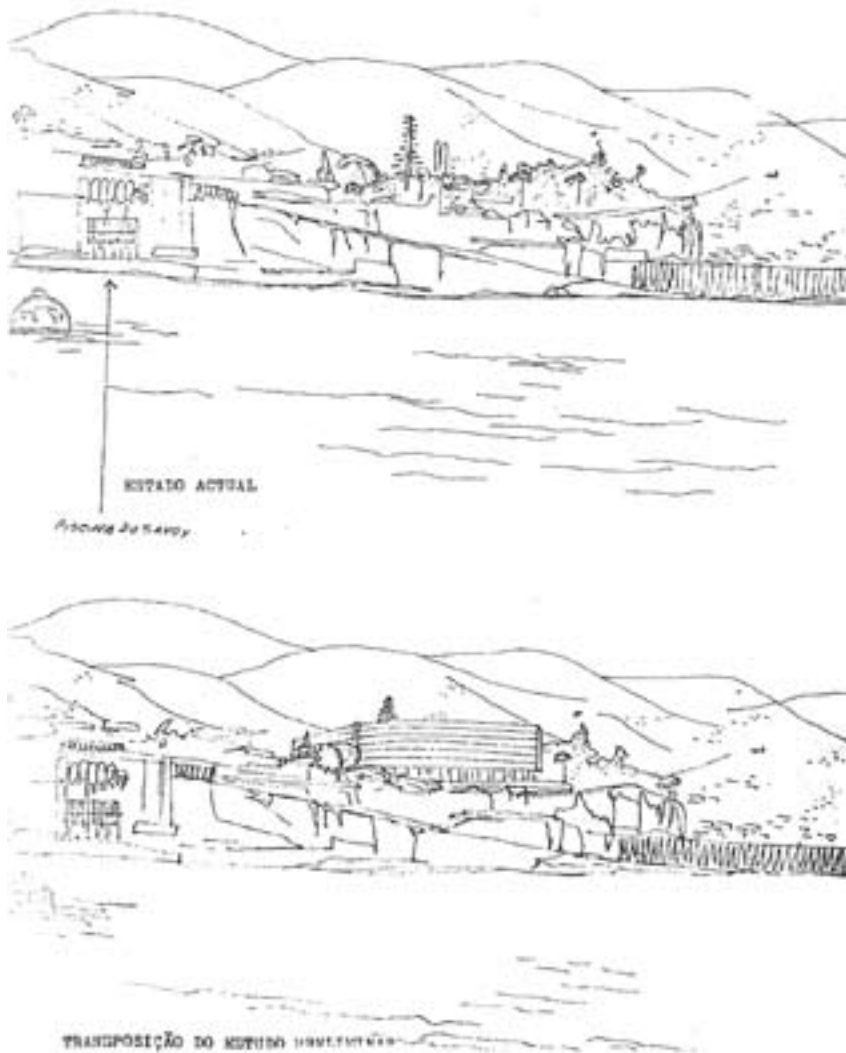
¹⁷⁸ LIMA, Viana de, Porto, [Casino Park Hotel, Ante-Projecto:] *Memória Descritiva*, 17 Fevereiro 1969, p. 10.

Casino Park Hotel, Funchal
Esquissos do
Estado Actual e da
Transposição do
Estudo Preliminar,
c. 1966
(imagens
Delegação de Turismo da Madeira,
Arquivo Regional da Madeira)



Numa composição volumétrica tripartida, cada elemento tem a sua própria imagem e identidade. E, embora seja reconhecível, no Casino e no Cine-Teatro, o recurso a estruturas espaciais já experimentadas em projectos anteriores - a hiperbolóide, da Catedral (1958) e do Aeroporto (1965, não construído) de Brasília, e a cúpula em concha, do Monumento a Rui Barbosa (1949) - é o diálogo estabelecido entre as diferentes partes, reforçado por um sistema de rampas que ligam o todo, que confere singularidade ao conjunto.

Na Madeira, é o volume do Hotel que condensa o “Poema da Curva” da forma mais evidente: um corpo de mais de duzentos metros de extensão que ganha “velocidade” e “perspectiva” no contraste entre a superfície deslizante, do lado de fora, que nos



escapa a cada momento, e o abraço que nos centra e contém, a nós e ao volume do Casino, do lado de dentro.

Exilado em Paris¹⁷⁹, o arquitecto convida o português Alfredo Viana de Lima (1913-1991), com quem partilha idênticas raízes modernas, para acompanhar o desenvolvimento da obra do Funchal¹⁸⁰, parceria que iria durar até 1979.

¹⁷⁹ Membro do Partido Comunista Brasileiro, desde 1945, Oscar Niemeyer vê-se impedido de continuar a trabalhar no seu país depois do golpe que, em 1964, instaurou o governo de ditadura militar no Brasil. Em 1966, emigra para Paris, onde, por influência de André Malraux, consegue uma autorização especial, decretada por decisão ministerial de 17 de Fevereiro de 1967, para exercer a profissão de arquitecto em França. País no qual permanece até ao início dos anos oitenta. (Cf. www.niemeyer.org.br)

¹⁸⁰ Os dois arquitectos conhecem-se pessoalmente, em 1965, aquando das comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, no âmbito das quais Viana de Lima acompanha o professor e historiador de arte português Mário Tavares Chicó (1905-1966) na Comissão Organizadora das Exposições de Arte e Arquitectura. Deste encontro resultaria o convite de Niemeyer a Viana de Lima para colaborar no projecto que estava a desenvolver para a Pena Furada, no Algarve, e, em 1968, para supervisionar a obra da Madeira. Fundador da ODAM e participante activo nos CIAM, Viana de Lima deslocou-se várias vezes ao Brasil, entre 1966 e 1977, como consultor da UNESCO.

“Guanabara, 14 de março de 1968

Prezado amigo Barreto,

Com a presença do meu amigo e colega Viana de Lima aqui no Rio, para comigo estudar o problema do Algarve, dêle aproveito-me para esclarecer o assunto da Madeira.

Inicialmente comunico-lhe que convidei êsse amigo para colaborar no projecto do Hotel-Casino da Madeira e por êsse motivo peço-lhe atendê-lo com sua habitual atenção.

Sõmente pelo Hugo e agora pelo Viana, tomei conhecimento da aprovação do projecto pelo Govêrno Português, tudo de acôrdo com as plantas publicadas no Diário do Govêrno, e daí estranhar seu silêncio, uma vez que o Govêrno, aprovando o projecto, fixou data para seu desenvolvimento.

Estou certo de que, em contacto com o Viana, o amigo tudo explicará a fim de que o esforço inicial não seja prejudicado e o projecto que defendemos com tanta habilidade e interêsse junto às autoridades locais, prossiga como desejamos.

*Aguardando notícias, envia-lhe um abraço,
Oscar Niemeyer”*

SANTOS, Carlos Oliveira, *O Nosso Niemeyer: Edição comemorativa dos 100 anos de Oscar Niemeyer*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Teorema, 2007, p. 80.

I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
[1 -] *Planta Geral*
Oscar Niemeyer e
Viana de Lima, 1971
(imagem
Arquivo das Obras Públicas da Câmara
Municipal do Funchal)

Em 1969, Viana de Lima assina, já, o Ante-Projecto do empreendimento promovido pela Sociedade de Investimentos Turísticos da Madeira (ITI), com *Memória Descritiva* de 17 de Fevereiro. Nesta solução, são introduzidas as primeiras alterações ao Estudo Preliminar. De forma a rentabilizar a estrutura projectada, o corpo principal do Hotel, desenhado, inicialmente, com sete pisos e com uma distribuição unilateral de quartos, todos voltados a nascente, passa a ter apenas cinco pisos e uma nova banda de quartos, a poente, alterando-se as proporções volumétricas deste elemento.

O Hotel passava, assim, a ter um total de nove pisos, dividindo-se, a partir do piso “transparente” da Entrada (3.º piso) em dois núcleos distintos: nos dois pisos inferiores instalam-se, primeiro, o Restaurante, com os seus prolongamentos exteriores - nomeadamente a Piscina, a Cozinha, os serviços administrativos, Barbearia e Salão de Beleza e o acesso dos funcionários e, no piso a seguir, os balneários da Piscina, as instalações do pessoal e os espaços técnicos; nos pisos superiores, as Salas de Estar e de Conferências, associadas à *passerelle* elevada que liga o Hotel ao Casino, e, nos cinco pisos acima, os quartos (380 normais e 20 *suites*) e respectivas Salas de Estar.

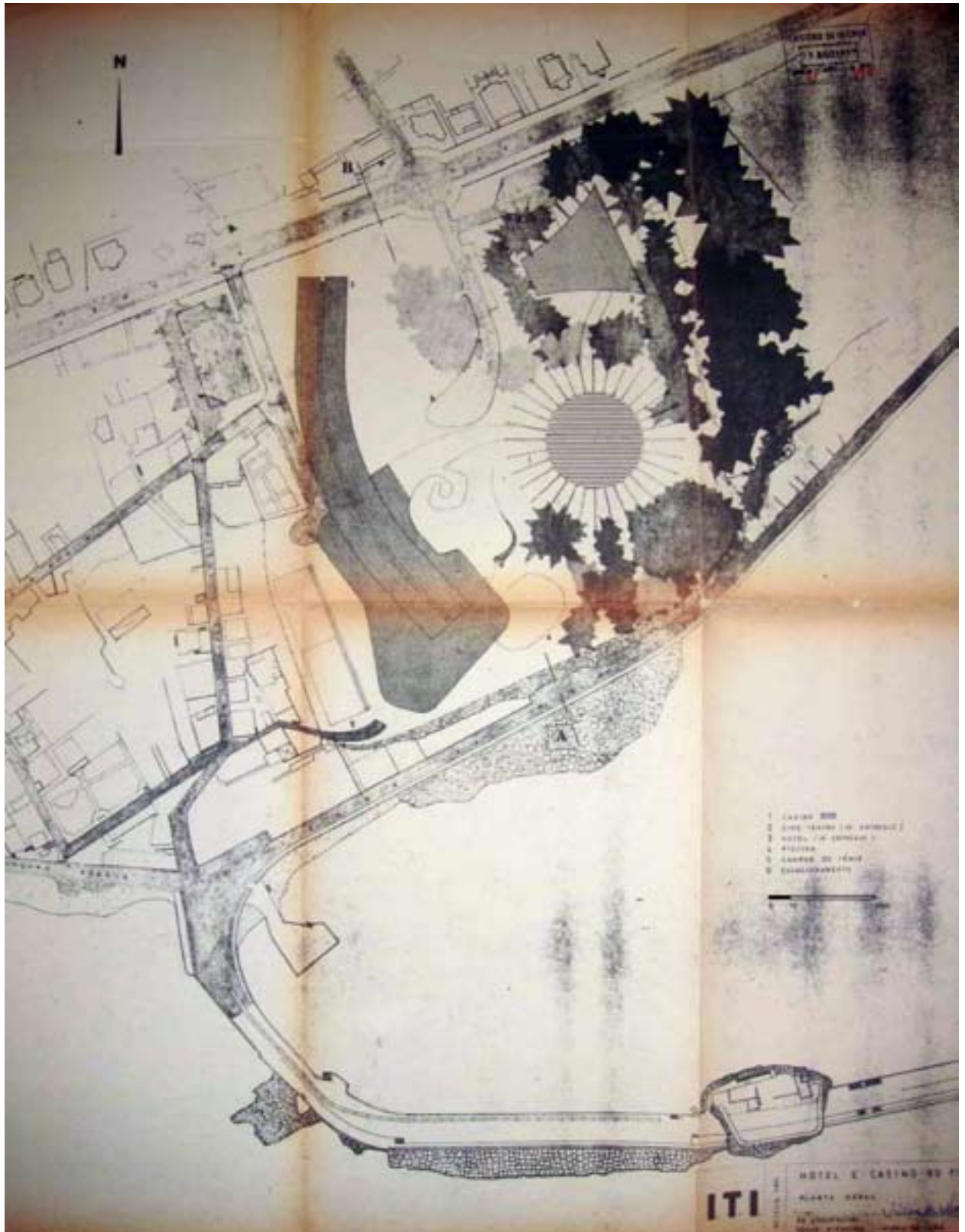
O Casino, de planta circular, seria constituído, essencialmente, por Salas de Jogo, Bar e Restaurante (no último piso) e uma Boite, construída, no sub-solo, junto da escarpa sobre o Porto do Funchal e ligada ao edifício principal por uma galeria em túnel¹⁸¹. Num edifício à parte, mas ligado funcionalmente ao Casino, o Cine-Teatro, dispunha, ao nível do terreno e sob a enorme concha de betão da cobertura, de uma zona aberta, destinada a exposições, e de *Foyer*, “*que engloba bar, vestiários e acesso por meio de rampa à sala de espectáculos*”¹⁸², esta resolvida num piso inferior, enterrado.

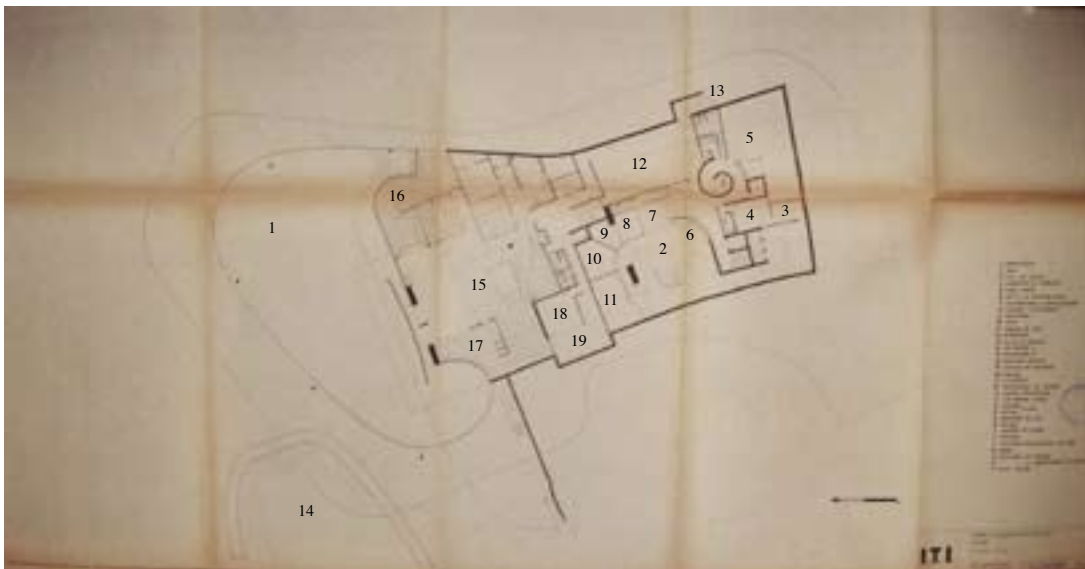
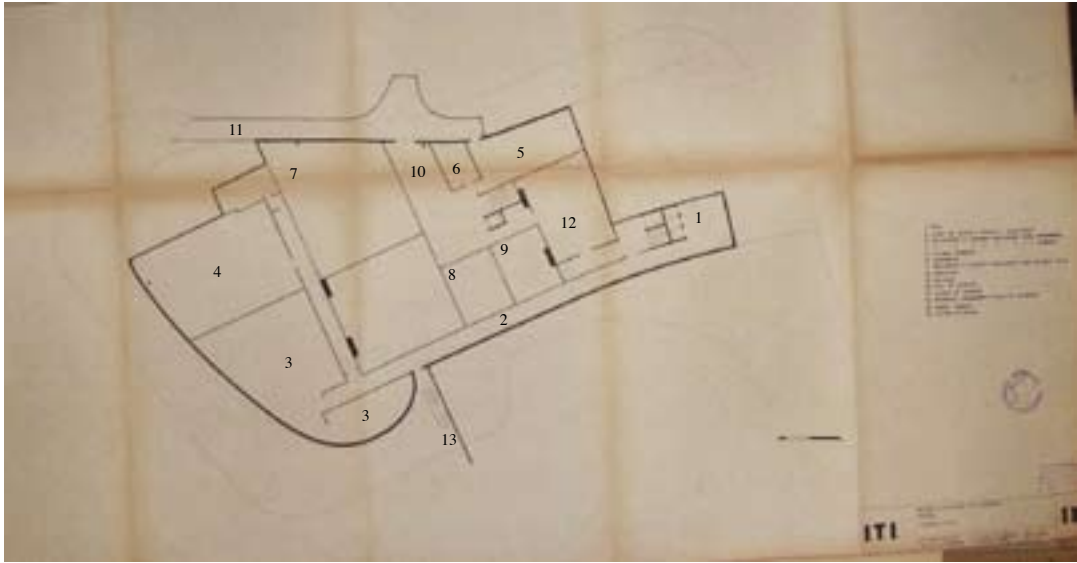
(Cf. SANTOS, Carlos Oliveira, *O Nosso Niemeyer: Edição comemorativa dos 100 anos de Oscar Niemeyer*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Teorema, 2007, p. 81)

¹⁸¹ Solução idêntica à do Hotel Algarve, na Praia da Rocha.

¹⁸² LIMA, Viana de, op. cit., p. 4.

O Projecto do Casino Park Hotel seria finalizado em Dezembro de 1971, iniciando-se a execução do complexo, no ano seguinte, com a construção do Hotel. Para isso, é demolida a Quinta da Vigia,

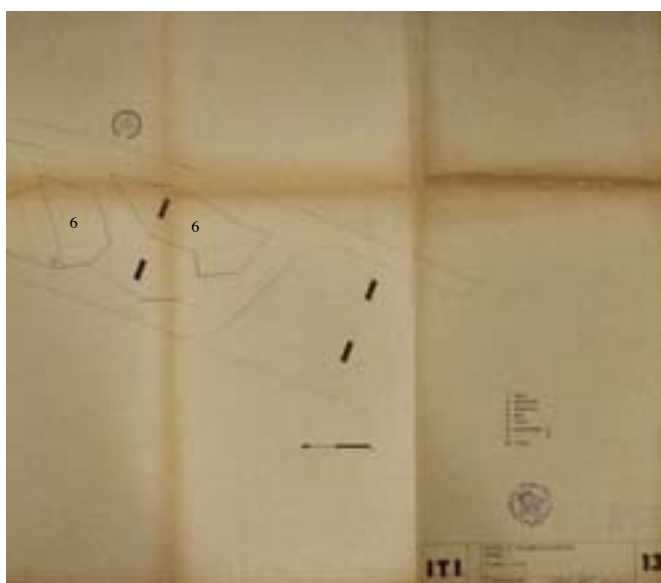




instalando-se o Casino num edifício provisório criado para o efeito.

A obra é entregue à Sociedade de Construções ERG, empresa também responsável pela edificação do Hotel Madeira Hilton (1965-1972)¹⁸³ e da qual era sócio o engenheiro José Lampreia, antigo aluno de Edgar Cardoso no Instituto Superior Técnico (IST). Face à complexidade estrutural das peças desenhadas por Niemeyer, é ao seu mestre que Lampreia pede colaboração para levar a cabo a tarefa em mãos. No final, seria um outro ex-aluno, o engenheiro João Madeira Costa, a acompanhar o projecto, por indicação pessoal daquele professor.

Autêntico edifício-ponte, com duzentos e vinte e um metros de comprimento e vinte e quatro de largura, assente em apenas seis pares de pilares, a construção do Hotel levantou alguns desafios técnicos, a começar com a própria constituição geológica do terreno, até ao cálculo das cargas e sobrecargas de um volume com seis pisos de altura apoiado em vãos que chegavam a ter trinta e seis metros, à previsão de consideráveis contra-flechas de construção, e à combinação de vários sistemas construtivos - estrutura em betão armado, vigas de betão pré-esforçado e vigas metálicas - e lógicas estruturais distintas - no núcleo dos quartos e no núcleo social.



¹⁸³ Projecto do arquitecto Carlos Ramos, o Hotel Madeira Hilton é inaugurado em 1972, o mesmo ano em que tem início a obra do Casino Park Hotel.

I.T.I

Hotel e Casino do Funchal
Hotel

11 - Planta 1.º Piso

Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1971

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Hall; 2 - Túnel Acesso Piscina; 3 - Balneários Senhoras; 4 - Balneários Homens; 5 - Central Térmica; 6 - Economato; 7 - Vestiários; 8 - Armazéns; 9 - Oficinas; 10 - Hall de Serviço; 11 - Acesso de Serviços; 12 - Rouparia Lavandaria e Sala de Engomar; 13 - Acesso à Piscina

I.T.I

Hotel e Casino do Funchal
Hotel

[12 -] Planta 2.º Piso

Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1971

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Restaurante; 2 - Hall; 3 - Sala Espera; 4 - Gabinete Director; 5 - Secretariado e Contabilidade; 6 - Gabinetes Telefónicos; 9 - Telefones; 10 - Barbearia; 11 - Salão de Beleza; 12 - Bagagens; 13 - Entrada de Bagagens; 14 - Piscina; 15 - Cozinha; 16 - Lavagem de Louça; 17 - Cafeteria Pastelaria; 18 - Refeitório; 19 - Pátio

I.T.I

Hotel e Casino do Funchal
Hotel

13 - Planta 3.º Piso

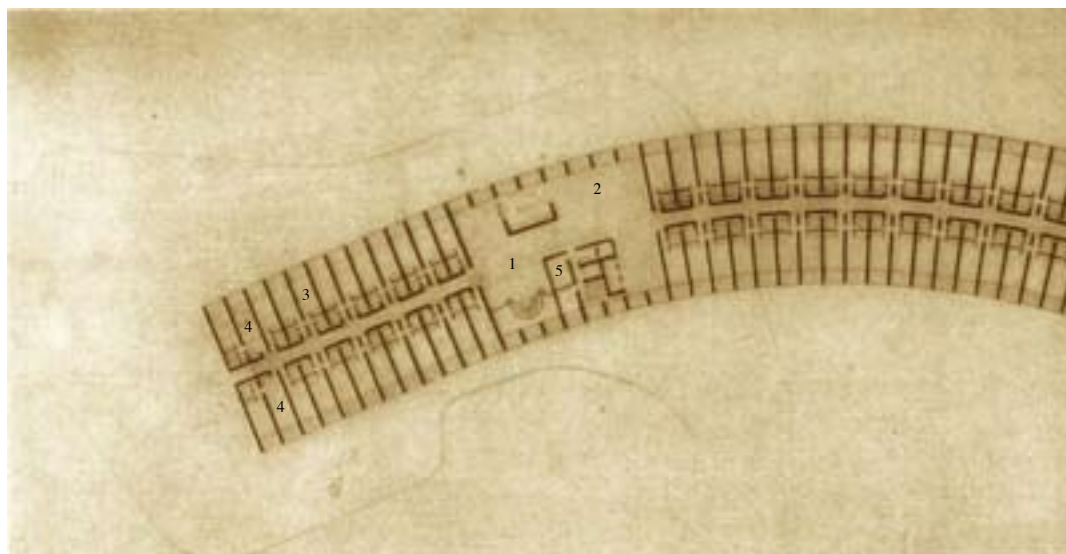
Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1971

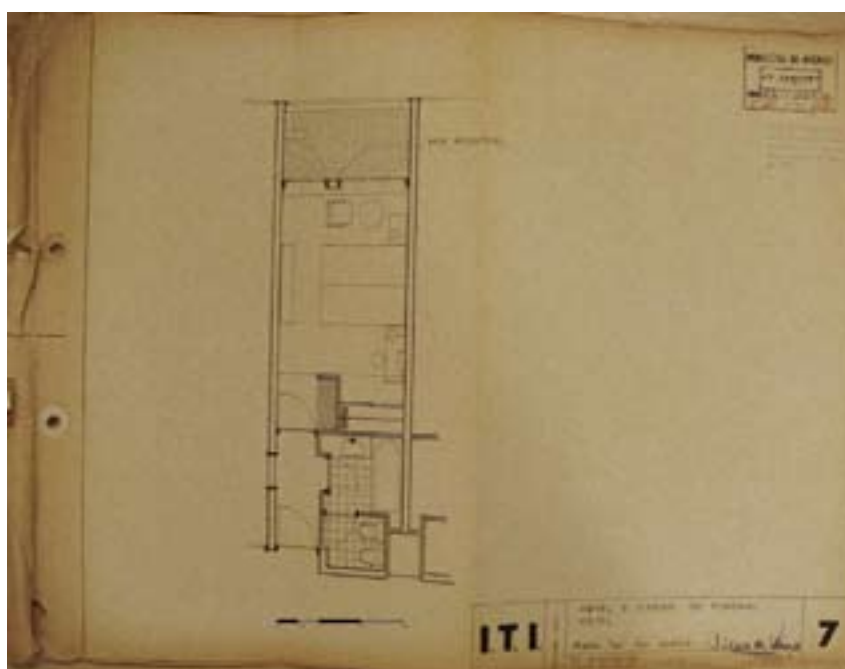
(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

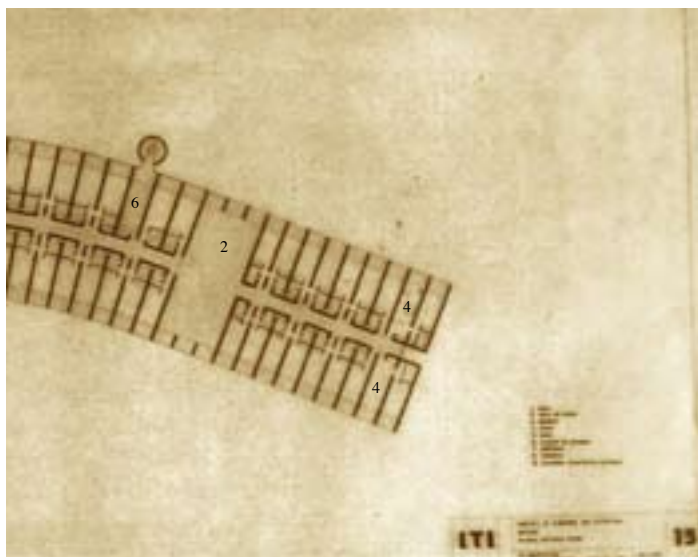
Legenda: 1 - Hall; 2 - Recepção; 3 - Portaria; 4 - Bar; 5 - Copa; 6 - Lojas



I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Hotel
 7 - Planta Tipo dos Quartos
 Oscar Niemeyer e
 Viana de Lima, c.1971
 (imagem
 Arquivo das Obras Públicas da Câmara
 Municipal do Funchal)



Tudo convenientemente detalhado no atelier de Viana de Lima, no Porto, pelo arquitecto Luís Cerqueira, e testado, previamente, em modelos reduzidos¹⁸⁴. De resto, Niemeyer era já conhecido por “*não detalha[r] ou não acompanha[r] suficientemente as obras*”¹⁸⁵, e mesmo que se reconhecesse que os seus projectos eram de tal forma “*claros e evoluídos*” que facilitavam essas tarefas, a



I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Hotel
14 - Planta 4.º Piso
Oscar Niemeyer e
Viana de Lima, c.1971
(imagem
Arquivo das Obras Públicas da Câmara
Municipal do Funchal)
Legenda: 1- Hall; 2- Salas Conferência

I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Hotel
15 - Planta 5.º, 6.º, 7.º 8.º e 9.º
Pisos
Oscar Niemeyer e
Viana de Lima, c.1971
(imagem
Arquivo das Obras Públicas da Câmara
Municipal do Funchal)
Legenda: 1 - Hall; 2 - Sala de Estar;
3 - Quarto; 4 - Suite; 5 - Copa de
Serviço; 6 - Escadas de Emergência

equipa portuguesa nunca deixou de consultar directamente o arquitecto brasileiro, durante todo o processo de construção.

Esse envolvimento vai ao ponto de, em 1973, Oscar Niemeyer “*indagar sobre a possibilidade de entregar ao Eduardo Anahory parte da decoração - o casino por exemplo*”¹⁸⁶ - do complexo turístico da Madeira¹⁸⁷. Em resposta, é informado que a ITI se havia comprometido, previamente, com Daciano Monteiro da Costa para assumir esse encargo, “*recomendado pelo inspector-chefe do Ministério do Interior e com quem estamos satisfeitiíssimos*”¹⁸⁸. Por outro lado, Daciano era já conhecido do engenheiro José Lampreia,

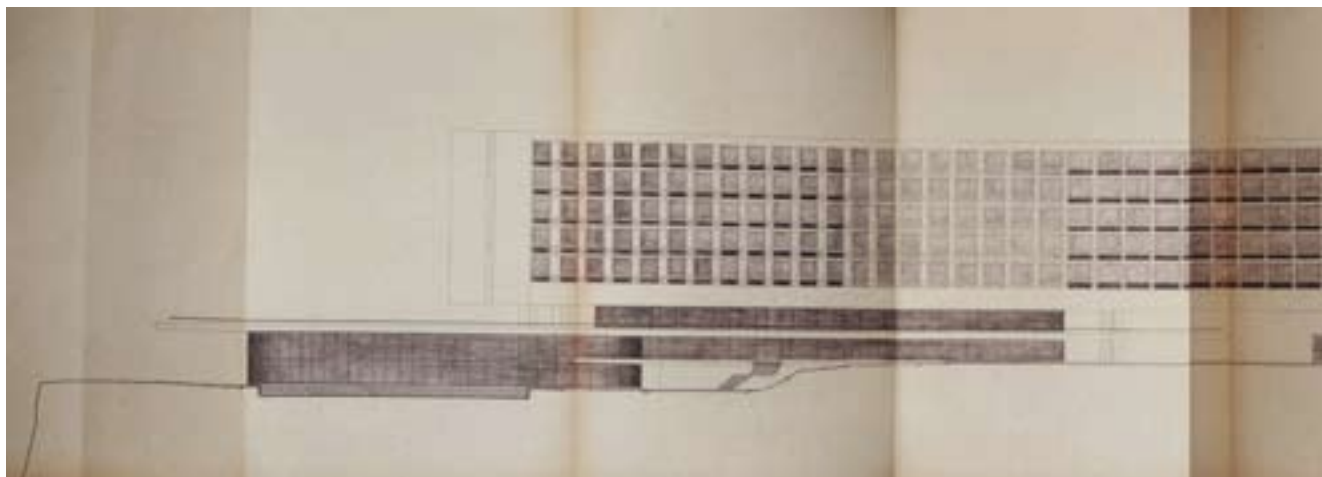
¹⁸⁴ SANTOS, Carlos Oliveira, op. cit., pp. 100-117.

¹⁸⁵ VIEIRA, Aníbal, S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”, op. cit., p. 290.

¹⁸⁶ Carta de Oscar Niemeyer dirigida a Eurico Barreto, datada de 9 de Janeiro de 1973. (Cf. SANTOS, Carlos Oliveira, op. cit., p. 91)

¹⁸⁷ Os dois conheciam-se do Brasil, onde Anahory havia vivido, entre 1940 e 1945, e trabalhado com Oscar Niemeyer, Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Roberto Marcelo, entre outros, em várias exposições. (Cf. BORGES, José António Brás, *Eduardo Anahory: Percurso de um designer da arquitectura*, op. cit)

¹⁸⁸ Carta de José Barreto ao arquitecto Oscar Niemeyer, de 3 de Fevereiro de 1973. (Cf. SANTOS, Carlos Oliveira, op. cit., pp. 92-93)



I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Hotel

17 - Alçado (Lado Nascente)

Oscar Niemeyer e

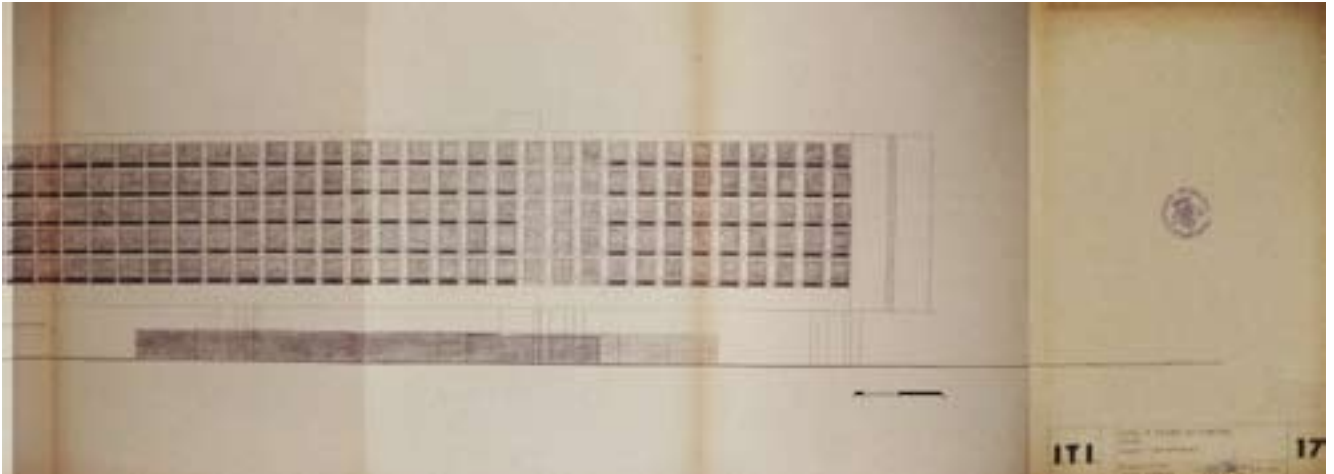
Viana de Lima, c.1971

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara
Municipal do Funchal)

com quem havia trabalhado no Hotel Madeira Hilton (1970-1971), para não falar das suas anteriores colaborações em projectos de grande visibilidade, como a Reitoria e a Aula Magna da Universidade de Lisboa (1960-1961), a Biblioteca Nacional (1965-1968) e a Fundação Calouste Gulbenkian (1966-1969), ou dedicados ao Turismo, como o novo Casino do Estoril (1966-1967) e o Hotel Alvor-Praia (1966-1968). Na Madeira, a encomenda “chave na mão” obrigou a pensar em todos os pormenores do apetrechamento e da caracterização dos ambientes interiores, mas, também, exteriores, para o que se contou com intervenções plásticas de José Rodrigues, Maria Velez, Fernando Conduto e Charrua.

Mas, a conclusão do Hotel do Funchal atravessa tempos conturbados. Com a crise petrolífera, de 1973, e a Revolução de Abril, em 1974, que levaram a um aumento considerável dos preços da construção, a que se somavam as recorrentes greves de trabalhadores e o congelamento das contas da ITI, a família Barreto vê-se obrigada a recorrer a diversos apoios financeiros para manter os trabalhos em curso. É, assim, graças à parceria com uma sociedade de investimento alemã, que garantiu parte do capital necessário, à venda de 20% da ITI ao Estado português, por iniciativa de José Barreto, e a um empréstimo de 150.000 contos, da Caixa Geral de Depósitos, que a 3 de Outubro de 1976, dois dias depois da entrada em funções do primeiro Governo Regional, é inaugurada a nova unidade hoteleira.



Faltavam, no entanto, o Casino e o Cine-Teatro, que só abrem ao público a 1 de Agosto de 1979, numa festa que se prolonga por três dias.

O Casino sofreria algumas alterações na distribuição funcional prevista no projecto aprovado, em grande parte determinadas pela “*experiência já colhida na exploração do Hotel*”¹⁸⁹ e que levou a considerar o aumento da “*capacidade de armazenamento de géneros, consequência dos problemas de abastecimento da Ilha*”.

I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Projecto do Casino

9 - Alçado Sudeste

e

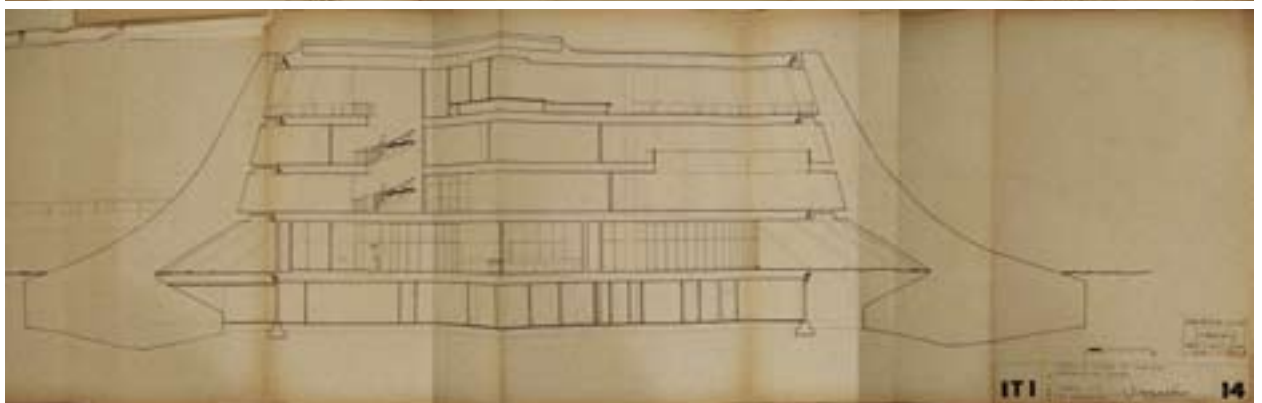
14 - Corte C-D

Oscar Niemeyer e

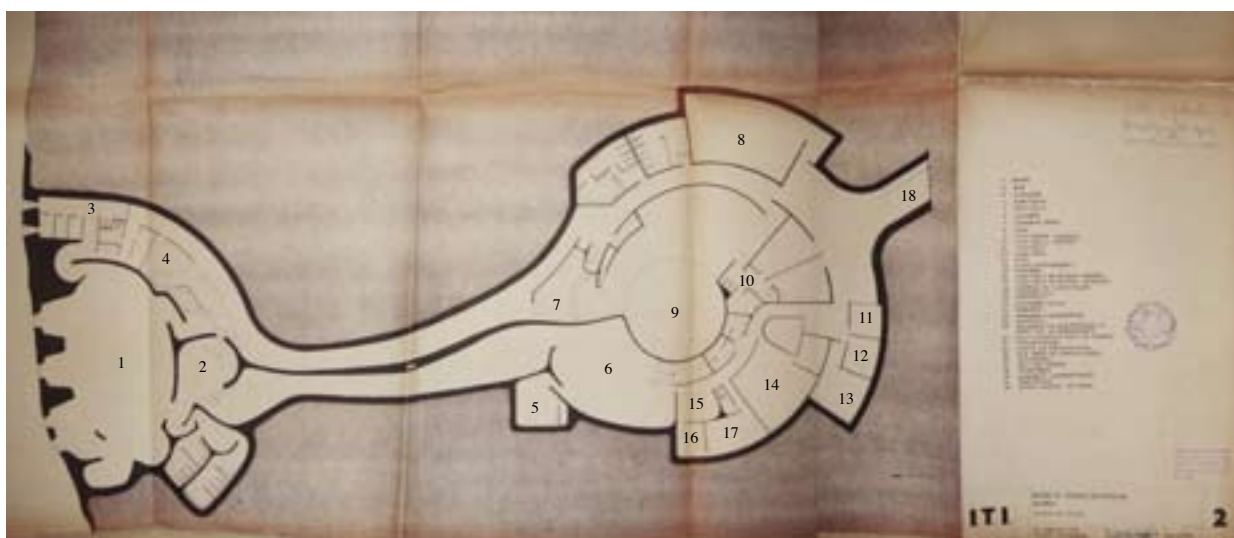
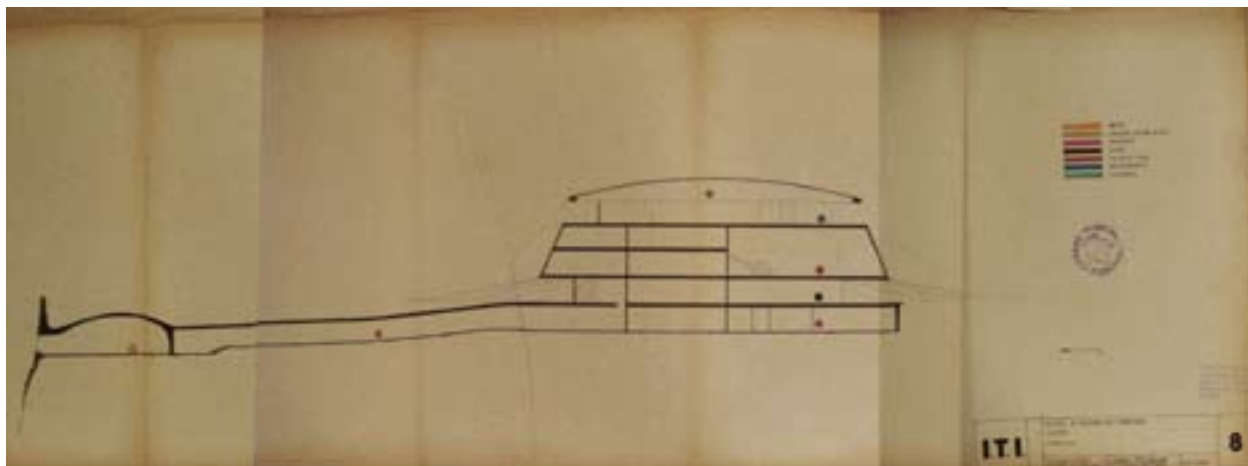
Viana de Lima, 1974

(imagens

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)



¹⁸⁹ LIMA, Viana de, LIMA, Viana de, [Casino Park Hotel:] *Memória Descritiva*, Porto, 25 Outubro 1977, p. 1.



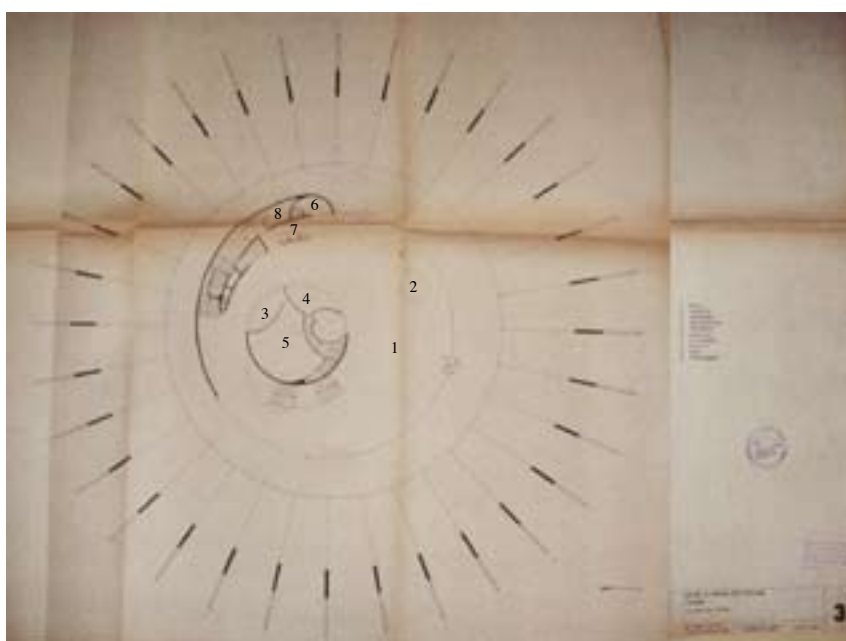
I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Projecto do Casino
 8 - Corte A-B
 e
 2 - Planta do 1.º Piso
 Oscar Niemeyer e
 Viana de Lima, c.1972
 (imagens
 Arquivo das Obras Públicas da Câmara
 Municipal do Funchal)

- Legenda: 1 - Boite; 2 - Bar;
 3 - Camarins; 4 - Copa; 5 - Vestiário;
 6 - Hall; 7 - Copa de Distribuição;
 8 - Cozinha; 9 - Central de
 Climatização; 10 - Armazéns e
 Frigoríficos; 11 - Controle;
 12 - Director Restaurante; 13 - Chefe
 de Compras; 14 - Contabilidade e
 Tesouraria; 15 - Sala de Espera;
 16 - Secretaria; 17 - Gabinete da
 Administração;
 18 - Acesso ao exterior

1300

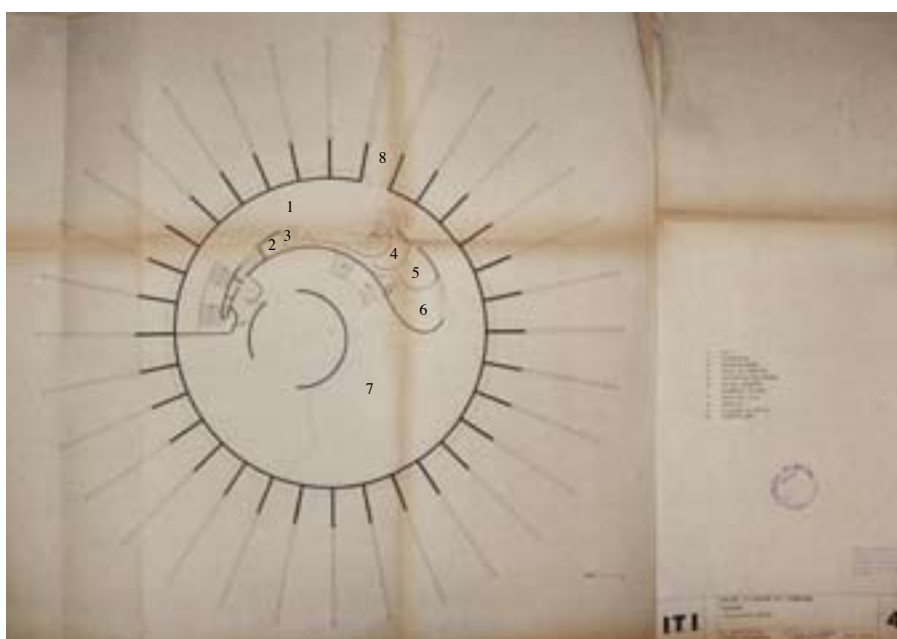
Revisto todo o esquema de funcionamento interno, o edifício mantém a sua imagem exterior, marcada pelos expressivos contrafortes curvos de betão que parecem nascer da terra, conferindo ao volume um sentido ascensional e uma dimensão escultórica singulares. Tal como no Hotel, a estrutura construtiva assume o protagonismo, embora, aqui, com uma maior liberdade de desenho e valor plástico. É este o centro de toda a composição, e, por isso, o Casino apresenta uma única fachada, contínua, circular.

Arte e técnica conjugam-se, da mesma forma, no projecto do Cine-Teatro, edifício, inicialmente, acusado à superfície apenas por uma cobertura, ou “casca” em betão, de leve curvatura, sem apoios laterais, mas que, na versão final seria bastante alterado, pela necessidade de se introduzir uma caixa de palco nesta estrutura, acabando por ganhar volume e uma forma mais regular.



I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Projecto do Casino
 3 - Planta do 2.º Piso
 Oscar Niemeyer e
 Viana de Lima, c.1972
 (imagem
 Arquivo das Obras Públicas da Câmara
 Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Hall; 2 - Florista;
 3 - Tabacaria; 4 - Bilheteira;
 5 - Vestiário; 6 - Porteiro; 7 - Telefones;
 8 - Polícia



I.T.I
Hotel e Casino do Funchal
Projecto do Casino
 4 - Planta do 3.º Piso
 Oscar Niemeyer e
 Viana de Lima, c.1972
 (imagem
 Arquivo das Obras Públicas da Câmara
 Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Hall; 2 - Ficheiros;
 3 - Identificação; 4 - Sala de Espera;
 5 - Inspeção do Estado; 6 - Caixa
 Cheques e Cambio de Fichas; 7 - Sala
 de Jogo; 8 - Ligação ao Hotel

I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Projecto do Casino

[5 -] Planta do 4.º Piso

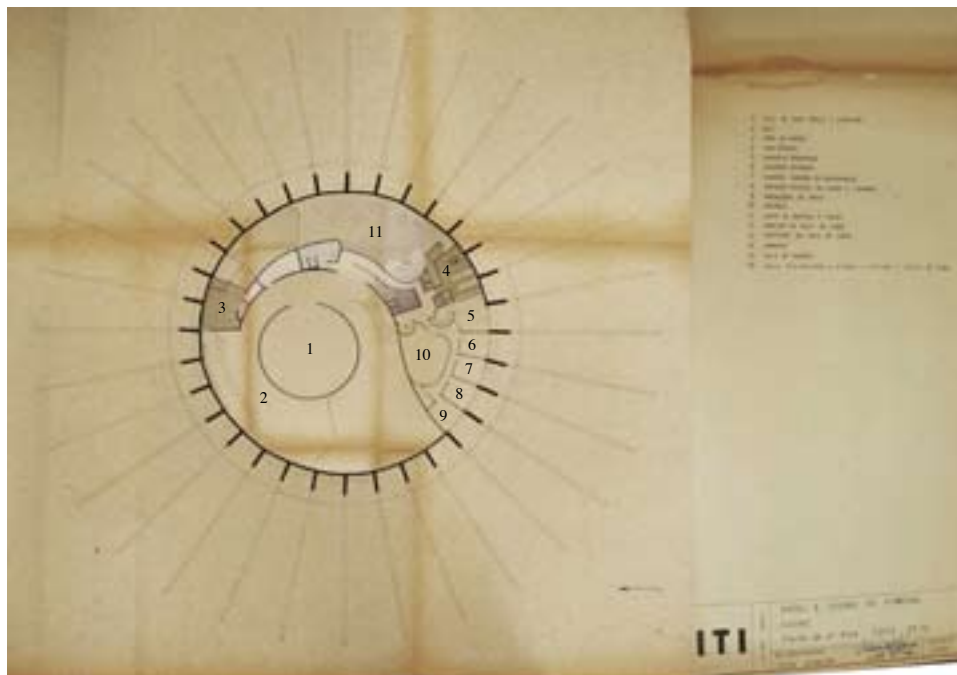
Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1972

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Sala de Jogo "Boule" e "Carteado"; 2 - Bar; 3 - Copa de Serviço; 4 - Vestiário do Pessoal; 5 - Inspeções de Jogos; 6 - Mecânico; 7 - Chefe de Partida e Fiscais; 8 - Director da Sala de Jogos; 9 - Escritório; 10 - Sala de Treinos; 11 - Sala Polivalente (Estar, Leitura, Jogos de Vaza)



I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Projecto do Casino

6 - Planta do 5.º Piso

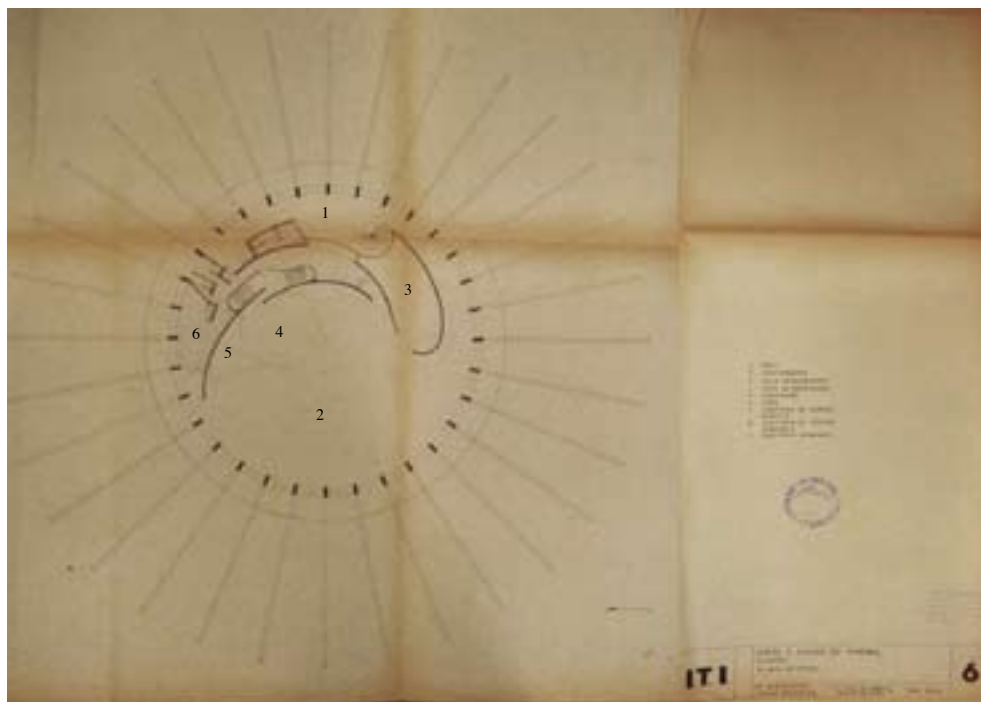
Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1972

(imagem

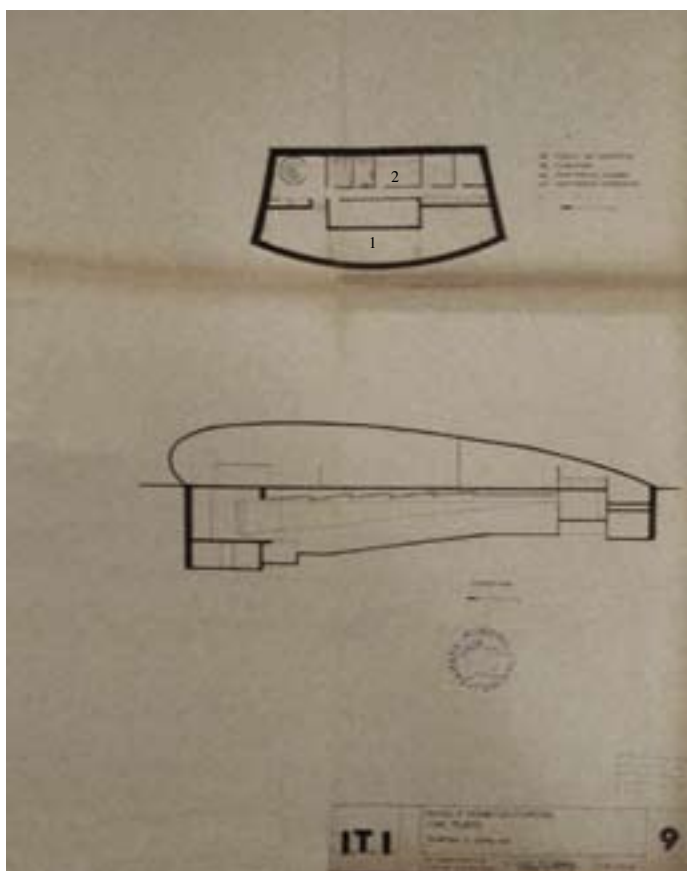
Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Hall; 2 - Restaurante; 3 - Sala de Banquetes; 4 - Pista de Variedades; 5 - Orquestra; 6 - Copa



Para além do programa de Teatro e Cinema, é contemplada a criação, no piso térreo deste corpo, de um “*recinto de exposições coberto, inexistente até à data na ilha, e de que resultarão evidentes vantagens de ordem cultural e económica, com relevo para as actividades artesanais*”¹⁹⁰. Espaço que, originalmente, seria exterior, remetendo, uma vez mais, para a ideia de transparência, ou de atravessamento, que sustenta a solução arquitectónica do Hotel e, mesmo, do Casino. No final, também essa ideia acabaria adulterada, com o encerramento, ainda que em vidro, de todo esse piso.

As transformações que os diferentes elementos do complexo turístico do Casino Park Hotel vão sofrendo, isoladamente, ao longo de mais de uma década de construção, não são, no entanto, suficientes para diminuir a convicção do gesto inicial de Oscar Niemeyer. Gesto que se fundamenta na preocupação de alcançar o equilíbrio justo entre volumes construídos e espaços livres,



I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Cine Teatro

9 - Plantas e Corte A-B

Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1972

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Fosso da Orquestra;

2 -Camarins

¹⁹⁰ LIMA, Viana de, *Memória Descritiva: Cine-Teatro*, Porto, Fevereiro 1972, p. 2.

[I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Cine Teatro

9 - Plantas e Corte A-B

Oscar Niemeyer e

Viana de Lima, c.1972]

(imagem

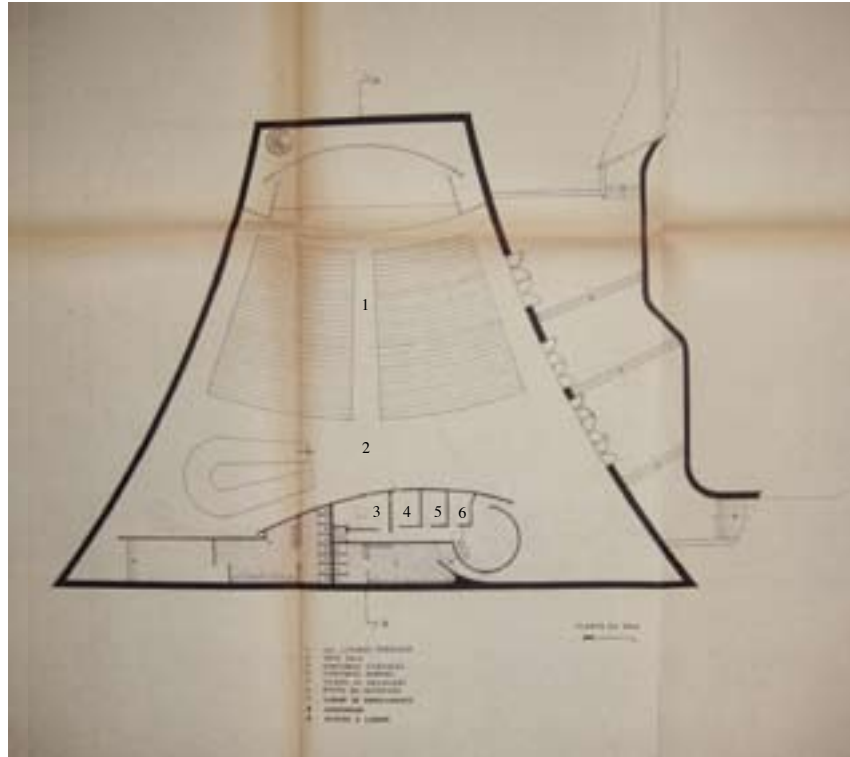
Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Sala;

2 -Ante Sala; 3 - Cabine de Projecção;

4 - Posto do Inversor; 5 - Cabine de

Enrolamento; 6 - Conversor



[I.T.I

Hotel e Casino do Funchal

Cine Teatro

9 - Plantas e Corte A-B

Oscar Niemeyer e

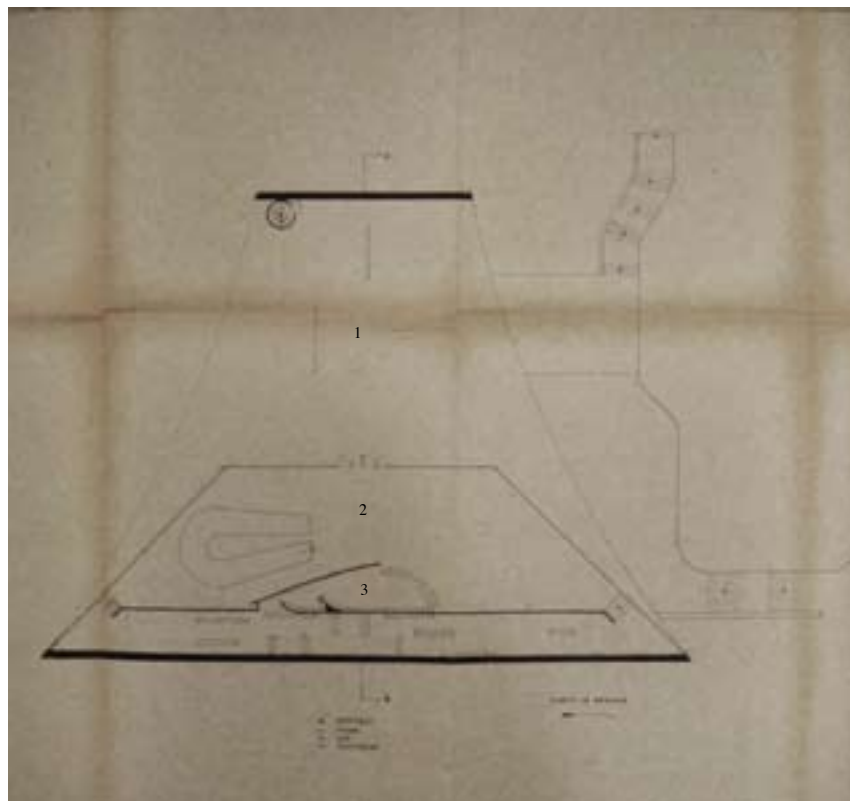
Viana de Lima, c.1972]

(imagem

Arquivo das Obras Públicas da Câmara Municipal do Funchal)

Legenda: 1 - Exposições;

2 -Foyer; 3 - Bar



evitando uma ocupação demasiado densa do terreno, conseguida, em grande medida, pela resolução de parte dos programas em pisos enterrados. É esse cuidado na integração da intervenção humana na paisagem que distingue o conjunto do Funchal, tanto, ou mais, do que a particularidade das suas arquitecturas. Mas, não só.

Numa abordagem moderna à urbanização do território, o “vazio” é, aqui, entendido como espaço público, colectivo, disponível à fruição de todos, promovendo-se a continuidade, visual e física, com a envolvente natural e urbana próximas. Assim, num momento em que a nossa linha de costa se vê privatizada por empreendimento turístico atrás de empreendimento turístico, num processo de apropriação do espaço litoral que se faz pelo somatório de episódios descontínuos e fechados sobre si mesmos, a intervenção de Niemeyer na Madeira revela-se de uma generosidade “fora de tempo”, disponibilizando à utilização comum, e na sequência do Parque Municipal de Santa Catarina, situado imediatamente a nascente, a paisagem criada nos terrenos do Casino Park Hotel. Daí o próprio nome escolhido para o complexo.

Casino Park Hotel, Funchal
Fotografia Aérea, c. 2000
(imagem
www.novasexpressoes.sa-arquitectos.com)







Casino Park Hotel, Funchal
Bilhetes Postais, c. 1979
(imagens www.delcampe.net)

Pedras d’el Rei e Aldeia das Açoteias

O conceito de “Aldeamento Turístico” ganha corpo, em Portugal, no final dos anos sessenta com as primeiras experiências deste tipo promovidas no Algarve. Inicialmente, “*o carácter experimental destes [empreendimentos] aconselhava (...) associar-lhes, pelo sim e pelo não, um hotel tradicional*”¹⁹¹, garantindo-se, à partida, o retorno financeiro dos investimentos realizados pela conjugação de um modelo de alojamento já plenamente testado - o Hotel - com outro, completamente novo - o Aldeamento.

Modelo novo que, em contraposição à solução compacta e em altura da tipologia hoteleira, oferecia a possibilidade de usufruir de todas as facilidades e requisitos próprios daquele género de estruturas ficando instalado, não em quartos, mas em moradias individuais e gozar de um ambiente mais intimista e familiar. A reforçar essa ideia, estes conjuntos são concebidos como pequenas aldeias, recriando, na sua organização espacial e na sua arquitectura, formas tradicionais de ocupação do território e um certo modo de vida, mais em comunhão com a Natureza. Assim, na sua essência, a fórmula “Aldeamento” surge como uma solução de compromisso, que combina a moderna moda das férias na Praia com o hábito ancestral da vilegiatura no Campo.¹⁹²

“Na verdade o que define o verdadeiro aldeamento é a oferta 2 em 1. Por um lado, convencendo os utentes que, ao passarem férias na praia, estão simultaneamente no campo. Por outro, dando-lhes a ilusão que vivem numa arquitectura genuinamente local, a roçar o vernáculo, que redime a má consciência de que o usufruto colectivo de uma paisagem excepcional contribui inexoravelmente para a sua degradação.

*[Nesse sentido, a] redenção dos veraneantes far-se-ia (...) tanto pela via do regresso à natureza como pela escolha de uma habitação cujo ‘regionalismo’, opondo-se à arquitectura internacional (...), não ferisse essa natureza nem ofendesse a arquitectura da região. Os utentes fugiam da sua vida urbana anual com a sensação de que, ao fazê-lo, não estariam a contribuir para a urbanização de mais território virgem”.*¹⁹³

¹⁹¹ CALDAS, João Vieira, “O conceito de Aldeamento”, *JA: Jornal Arquitectos (As Praias de Portugal 2)*, Lisboa, N.º 197, Setembro/Outubro 2000, p. 33.

¹⁹² Hábito que assume um novo significado e dimensão, a partir da segunda metade do século XX, com a democratização das férias e o crescente êxodo da população rural para os grandes centros urbanos.

¹⁹³ *Idem, ibidem.*

É essa procura de integração na paisagem e na cultura locais, em muito influenciada pela realização do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, que preside à criação de dois dos mais conhecidos Aldeamentos do Algarve, de entre os primeiros a ser desenvolvidos na região: a Aldeia Turística de Pedras d’el Rei, em Tavira, e a Aldeia das Açoteias, em Albufeira.

Com um primeiro alvará de construção datado de 1967 (dois anos depois da inauguração do Aeroporto de Faro), o projecto de Pedras d’el Rei seria coordenado pelo arquitecto Fernando Viana e pelo engenheiro José Pimentel Fragoso, que concebem o novo complexo turístico dentro do maior respeito pela escala e carácter do contexto natural e humano em que se enquadra, valorizando-o por extensão.

“[F]requentemente, as novas urbanizações turísticas surgem como se o terreno onde se instalam tivesse sido, antes, um deserto em terra de ninguém. Nada há que as ligue, quer na filosofia do empreendimento, quer no aspecto final das construções, ao chão e ao país onde se inserem. Os projectos seguem um estilo pseudo-modernista e estandardizado, tão internacional que é a negação de qualquer vínculo histórico, e tão vazio de alma como um armazém.

E o turista - por definição, uma pessoa que viaja - pouco ou nada fica a saber sobre o país que escolheu para passar férias; em especial, se não teve oportunidade de sair do ‘gheto dourado’ construído no deserto, e para onde o levaram mal saiu do avião.

Este facto, que é (com raras excepções) uma constante que percorre os empreendimentos turísticos construídos ao longo da bacia do Mediterrâneo, começa a ser repudiado pelo ‘inconsciente colectivo’ das grandes massas de pessoas que, todos os anos, saem de suas casas para passar férias no estrangeiro. Férias que devem ser um corte com a rotina, uma evasão ao ‘já visto e já vivido’; férias que devem responder a uma necessidade psíquica e biológica de contacto directo com a Natureza, com as próprias raízes do ser humano. Se, durante muitos anos, se pensou que bastava proporcionar a este turista sol e mar, comer e dormir, hoje este conceito está totalmente ultrapassado; é preciso dar-lhe também a oportunidade de uma experiência enriquecedora em termos humanos; é preciso que uma certa qualidade de vida acompanhe e dê alma às construções que, em termos de projecto, definem uma urbanização turística.”¹⁹⁴

¹⁹⁴ “Os aldeamentos turísticos Pedras d’el Rei, Tavira - Algarve”, *Casa e Jardim*, Lisboa, N.º 80, Novembro 1984. (Separata)

Esta mudança de paradigma, em que o turista deixa de ser entendido como um mero espectador, passivo, nas mãos dos agentes turísticos, reflecte a transição da sociedade moderna em direcção a uma nova ordem económica, agora com a ênfase no “consumo”, mais do que na “produção”¹⁹⁵, a alimentar o desenvolvimento de uma ampla gama de produtos, e de serviços, mais segmentados, flexíveis e personalizados. Sendo um factor determinante na construção do estilo de vida moderno¹⁹⁶, o Turismo acompanha essa transformação, evoluindo da chamada “Indústria da Hospitalidade” (centrada na criação de infra-estruturas) para a prestação de serviços especializados aos turistas (baseados na interacção pessoal e em bens intangíveis).

No sentido em que *“to buy the service is to buy a particular social or sociological experience”*¹⁹⁷, essa evolução iria implicar uma reflexão sobre o próprio significado de “Turismo” enquanto experiência. Assim, e partindo da ideia de que *“tourism connotes a change from routine, something different, strange, unusual or novel, an experience not commonly present in the daily life”*¹⁹⁸, no fundo o que estava em causa era a suspensão do tempo e do espaço “ordinários”, fosse na procura do “extraordinário”, segundo a abordagem de Dean MacCannell¹⁹⁹ à preocupação moderna com a “autenticidade”²⁰⁰, ou simplesmente em busca de “novidade e mudança”, de acordo com a definição do que Cohen designa de *tourist role*, ou “papel do turista”.²⁰¹

¹⁹⁵ Em *The Tourist Gaze*, John Urry diferencia dois modelos ideais de práticas de consumo modernas: o consumo de massas fordista, no qual o produtor, mais do que o consumidor, é dominante, e o consumo diferenciado pós-fordista, onde, ao contrário, os interesses do consumidor prevalecem sobre os do produtor. De um modelo para o outro, assiste-se à passagem de uma produção de massas estandardizada, *“that tends to reflect producer interests whether private or public”*, para uma produção diferenciada especializada, *“much more consumer-driven”*. (Cf. URRY, John, *The Tourist Gaze*, Second Edition, London, Sage Publications, 2002, p. 14)

¹⁹⁶ Como o mesmo John Urry sublinha *“to be a tourist is one of the characteristics of the ‘modern’ experience. Not to ‘go away’ is like not possessing a car or a nice house. It has become a marker of status”*. (Idem, p. 4)

¹⁹⁷ Idem, p. 60.

¹⁹⁸ COHEN, Erik, “Who is a Tourist?: A conceptual clarification”, in COHEN, Erik, *Contemporary Tourism: Diversity and Change*, Amsterdam, Elsevier, 2004, p. 22.

¹⁹⁹ MACCANNELL, Dean, *The Tourist: A new theory of the leisure class*, Berkeley, University of California Press, 1999.

²⁰⁰ *“All tourists for MacCannell embody a quest for authenticity, and this quest is a modern version of the universal human concern with the sacred. The tourist is a kind of contemporary pilgrim, seeking authenticity in other ‘times’ and other ‘places’ away from that person’s everyday life”*. (Cit. URRY, John, op. cit., p. 9)

²⁰¹ Na procura da *differentia specifica* do *tourist role*, Erik Cohen considera *“the expectation of*

Mas, se a suspensão do tempo “ordinário” sugere a ideia de tempo vazio (*vacant time*), como em férias (*vacations*), a suspensão do espaço “ordinário” reporta-nos, pelo contrário, para a noção de espaço significativo, em que conceitos como “sinal” e “memória” estão implícitos. Considerando que, na experiência turística *“part of the ‘service’, part of what is consumed, is in effect the context”*²⁰², a Arquitectura, no sentido em que está directamente envolvida na produção do espaço²⁰³, desempenha um papel central neste processo de “deslocamento”. Para isso, tem de ser capaz, ou de se constituir ela própria como atracção turística²⁰⁴, isto é de se revestir de significado simbólico, ou de transmitir um sentido de lugar, criar um ambiente suficientemente distinto para atrair potenciais turistas. E é, precisamente, esta leitura que os autores do projecto de Tavira defendem na sua intervenção.



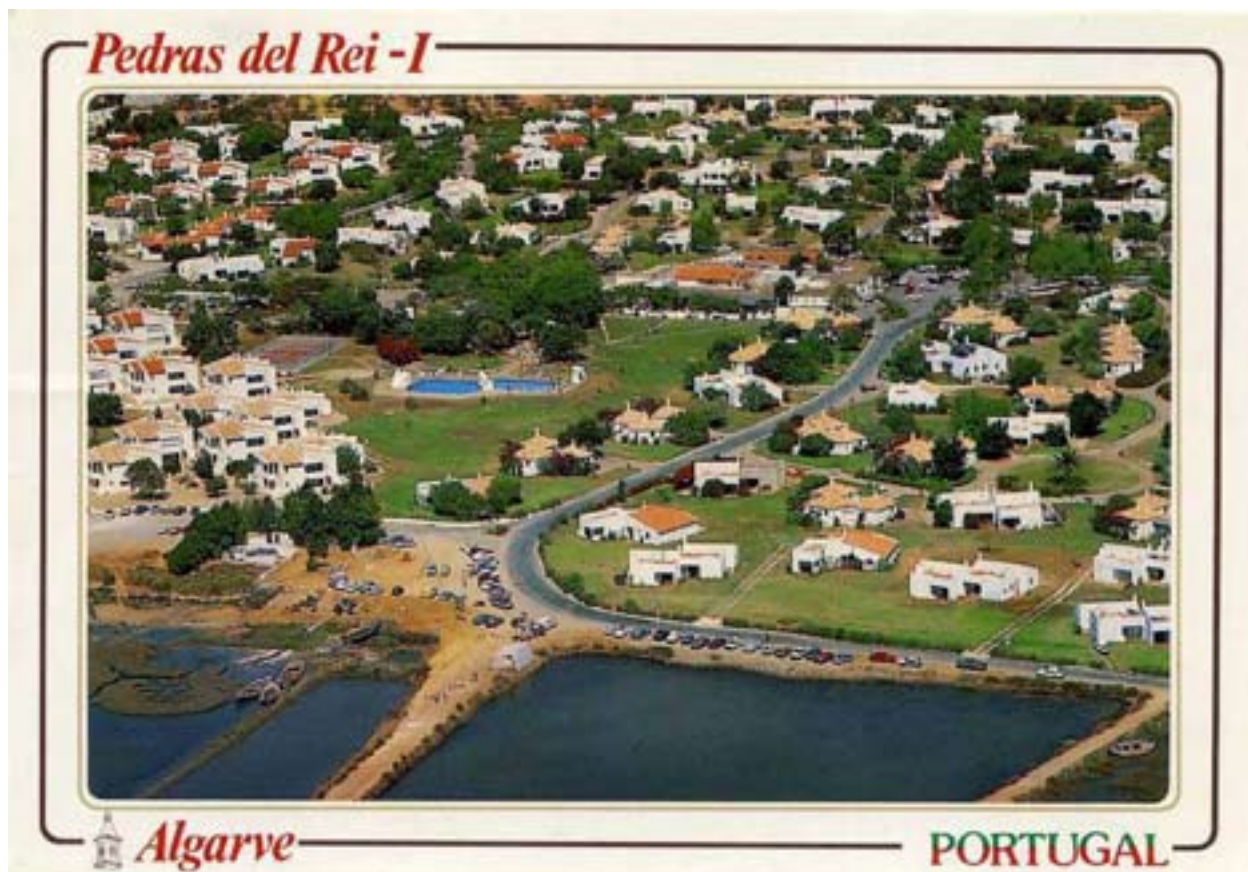
Aldeia Turística de Pedras d'el Rei, Tavira
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)

pleasure derived from novelty and change as the central non-instrumental purpose of the tourist trip and the major differentiating element between this and other traveller roles". Daqui, propõe a sua própria definição de turista: *“a ‘tourist’ is a voluntary, temporary traveller, travelling in the expectation of pleasure from the novelty and change experienced on a relatively long and non-recurrent round-trip”*. (Cf. COHEN, Erik, “Who is a Tourist?: A conceptual clarification”, op. cit., pp. 22-23)

²⁰² URRY, John, op. cit, p. 64.

²⁰³ Segundo Henry Lefebvre, a Arquitectura pode ser relacionada com as categorias conceptuais de “Representação do Espaço” - *“c’est-à-dire l’espace conçu, celui des savants, des planificateurs, des urbanistes, des technocrates (...), de certains artistes (...)”*, os quais *“identifiant le vécu et le perçu au conçu”*, e que é *“l’espace dominant dans une société (un mode de production)”*; e de “Espaços de Representação” - *“c’est-à-dire l’espace vécu à travers les images et symboles qui l’accompagnent, donc espaces des ‘habitants’, des ‘usagers’”*, e que é *“l’espace dominé, donc subi, que tente de modifier et d’appropriar l’imagination”*. (Cf. LEFEBVRE, Henry, *La production de l’espace*, 4^e edition, Paris, Anthropos, 2000, pp. 48-49)

²⁰⁴ Dean MacCannell define uma atracção turística como *“an empirical relationship between a tourist, a sight and a marker (a piece of information about a sight)”*. (Cf. MACCANNELL, Dean, op. cit., p. 41)



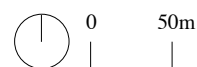
Pedras d'el Rei - I
Algarve - Portugal
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)

Pensada para dispor de 2.176 camas, distribuídas por moradias e apartamentos que vão da tipologia T0 à T4, a Aldeia Turística de Pedras d'el Rei “*oferece todas as possibilidades de alojamento, desde o simples estúdio às vivendas para grupos ou famílias numerosas*”²⁰⁵. De entre as vivendas, algumas seriam reservadas para venda a privados e, por isso, estariam “*fora do sistema de exploração turística*” do Aldeamento. No entanto, tal como os residentes temporários, os seus proprietários tinham acesso a todas as infraestruturas de apoio ao funcionamento do complexo turístico, que compreendiam, para além da Recepção, Rouparia e Posto de Socorros, um Restaurante, um *Self-Service* e uma Esplanada-Grill, Supermercado, Piscina, Campos de Ténis e Picadeiro. Este conjunto de serviços ocupa uma posição central na organização espacial da proposta, definindo uma espécie de “centro comunitário” aberto, também, a visitantes exteriores.

A complementar essa oferta, a antiga Armação dos Três Irmãos na Praia do Barril, estrutura do século XIX dedicada à pesca do atum, é recuperada e transformada, sem se alterar a sua traça arquitectónica, para acolher “*todos os serviços necessários a uma total fruição do mar e do sol: restaurante, bar para pequenas refeições, ‘boutiques’, ‘fast food’ e uma grande esplanada à beira mar. Em resumo, um extenso leque de serviços faz a ligação entre o passado e o presente; até o sino, que anuncia as horas das refeições, é o mesmo que, há mais de um século, chamava os pescadores para irem para o mar*”.



Aldeia Turística de
Pedras d'el Rei, Tavira
Planta Geral
Fernando Viana e
José Pimentel Fragoso,
1967-197[3?]
(montagem da autora)



Os hóspedes têm, assim, a possibilidade de escolher a forma mais adequada de ocupar o seu tempo de férias, de acordo com o temperamento de cada um: *“ou uma vida totalmente independente (casa, desporto, praia), que convém em especial a famílias com crianças pequenas; ou a utilização dos restaurantes, bares e boîte, dos programas de animação colectiva e de todas as amenidades em funcionamento. Há ainda uma terceira via - alternar a vida colectiva com a vida privada, as horas de sol, silêncio e paz com os momentos de convívio entre gente de muitas nacionalidades. Nenhum programa é imposto - e todos eles são possíveis, consoante o gosto e a personalidade do turista”*. Em família ou individualmente, valoriza-se, sobretudo, a vida ao ar livre, em contacto directo com a Natureza, num ambiente descontraído e relaxante, longe das rotinas do dia-a-dia na cidade.

Aldeia Turística de
Pedras d'el Rei, Tavira
Fotografias, c. 1984
(imagens “Os aldeamentos turísticos
Pedras d'el Rei, Tavira - Algarve”,
Casa e Jardim, Lisboa, N.º 80,
Novembro 1984)





Pedras Del Rei
 Zona da Piscina
 Bilhetes Postais, c. 1980
 (imagens www.delcampe.net)

O próprio conceito de habitar em férias que se propõe parte desse princípio, dispondo todos os apartamentos e vivendas de “pátios, varandas, açoteias e recantos de “barbecues” (consoante o tipo de fogo) [que] prolongam (...) num espaço intimista, as zonas de estar de cada” unidade residencial.

Quanto aos interiores, “houve a preocupação de evitar toda a sobrecarga de trabalhos domésticos; as casa e apartamentos têm tudo o que é necessário para uma vida autónoma mas, para a sua manutenção, basta uma vassoura... A maioria dos ‘móveis’ é imóvel, pois foi construída em alvenaria ao mesmo tempo que as paredes”.



Em todo o conjunto sentem-se as referências a uma arquitectura local - nas formas (as chaminés algarvias, os pátios e as açoteias) e nas texturas e nos materiais utilizados (a cal, a telha, a madeira e as tijoleiras) - sem, no entanto, se cair em regionalismos exacerbados já “fora de tempo”, e, mesmo, na caracterização e no arranjo da mancha verde envolvente, em que houve o cuidado de manter “*todas as árvores (e algumas são milenárias)*” existentes - prevalece a escolha de espécies autóctones, criando um justo enquadramento para as novas construções.

O acesso rodoviário é feito, pelo interior, a partir da Estrada Nacional N.º 125, principal eixo de distribuição este-oeste da região. Acesso, esse, que atravessa o Aldeamento, no sentido norte-sul, e segue, junto à costa, até Santa Luzia e, daí, continua para Tavira. É a partir deste eixo estruturador que a circulação automóvel dentro do complexo é definida. Tendo em atenção a filosofia que orienta o projecto, a presença do carro é relegada para segundo plano, favorecendo-se os circuitos pedonais entre os vários núcleos habitacionais e o centro de serviços. De resto, pela sua conotação urbana, a utilização do automóvel é desencorajada dentro do perímetro do complexo turístico e, mesmo, para as deslocações mais próximas apresentam-se aos turistas várias alternativas de transporte - barco, comboio, cavalo.

“A rede de acessos dentro d[a] aldeia turística de Pedras d’el Rei foi planeada de maneira a dispensar o automóvel; este fica perto da casa onde se vive, nos parques que orlam a rede viária e são independentes dos caminhos para peões. O turista não precisa do carro, pois tem ao seu dispor outros meios de transporte que prolongam o contacto directo com a Natureza e lhe permitem fazer umas férias totais.

De barco, ao longo da ria, pode ir até à cidade, ou a qualquer outro ponto da costa algarvia; vai para a praia num comboio ‘de brinquedo’; se gosta de andar a cavalo, é só montar. Mas, sobretudo, vai-lhe saber bem andar a pé, quer no percurso que, depois da ponte que atravessa a ria, faz a ligação ao mar, quer dentro d[a] aldeia turística: a relva, as flores por toda a parte, as árvores (...), e os frutos pendentes e que pode tocar (e comer...) formam o contraste exacto e necessário com a ‘selva de cimento’ em que vive todo o ano.”²⁰⁶

Aldeia Turística de
Pedras d’el Rei, Tavira
Fotografias, c. 1984
(imagens “Os aldeamentos turísticos
Pedras d’el Rei, Tavira - Algarve”, *Casa
e Jardim*, Lisboa, N.º 80, Novembro
1984)

²⁰⁶ “Os aldeamentos turísticos Pedras d’el Rei, Tavira - Algarve”, op. cit..

No início dos anos setenta o conjunto de Pedras d’el Rei é integrado na rede internacional do *Club Med*²⁰⁷, que obtém, em 1973, um segundo alvará de construção, para a ampliação das instalações existentes e a criação de um novo Aldeamento mais a nascente, em Cabanas de Tavira. Novo pólo turístico que se viria a chamar Pedras da Rainha, ou Pedras II. Dez anos depois, a gestão de ambos os empreendimentos está de volta às mãos de investidores portugueses.

Pelo meio, toda a área da Ria Formosa, numa extensão de sessenta quilómetros, desde o rio Ancão até à Praia da Manta Rota, é classificada como Reserva Natural, pelo Decreto N.º 45/78 de 2 de Maio, medida que vinha condicionar futuras intervenções nesta zona e garantir, por essa via, a sua integridade física e sócio-cultural.

“Na verdade, são grandes as pressões da urbanização, da indústria e do turismo, que têm vindo a acentuar a degradação de todo o litoral algarvio, pondo em risco a sua integridade e equilíbrio ecológico, ao ponto de comprometer a utilização correcta e, portanto, de perigar a função social que, potencialmente, está implícita em todas as zonas costeiras, em especial com as características do Algarve.

*Há, portanto, a necessidade urgente de uma intervenção na ria de Faro, harmonizando as diferentes intervenções na área, o que impõe um estudo interdisciplinar, sistémico e o respectivo ordenamento.”*²⁰⁸

Pedras d’el Rei, Tavira
Vista Aérea, 2005
(imagem www.crcarmo.com)



²⁰⁷ Que explora turisticamente o empreendimento sob o nome de “Maheva”, que em taitiano (maeva) significa bem-vindo. (Cf. Idem)

²⁰⁸ Decreto N.º 45/78, *Diário do Governo*, I Série, N.º 100, 2 Maio 1978, p. 798.

Situada, agora, em plena Reserva Natural, a Aldeia Turística de Pedras d’el Rei iria beneficiar desta política, vendo reforçada a sua vocação - a oferta de férias no meio da Natureza - e constituindo-se como um pequeno oásis, artificial, na paisagem protegida da Ria. Já a Aldeia das Açoteias, em Albufeira, não teria a mesma sorte.

Iniciativa da Sociedade Urbanizadora da Praia da Falésia, (SURFAL), uma das empresas integradas no Grupo Touring Club de Portugal²⁰⁹, a encomenda original feita à dupla de arquitectos Victor Palla (1922-2006) e Joaquim Bento d’Almeida (1918-1997) foi de projectar o Complexo Turístico da Praia da Falésia, uma intervenção urbanística à grande escala apostada em responder, num único empreendimento, a todas as necessidades do turista moderno. Com esse objectivo e na linha das mais recentes tendências de desenvolvimento turístico, cuja orientação se voltava, então, “para a formação de núcleos (...) em que além do repouso em ambientes de ‘regresso à natureza’ se encontram também todos os prazeres do convívio, dos divertimentos e das facilidades da vida cidadina”²¹⁰, a par “dos estabelecimentos hoteleiros tradicionais o complexo turístico permit[ia, ainda, aos hóspedes] fazer turismo através de habitações próprias em locais escolhidos, usufruindo das vantagens de um equipamento generalizado, na independência da sua casa”.

Para a elaboração do projecto, os dois arquitectos viajam, a convite do Crédito Predial Português, até Tanger²¹¹, para visitar as instalações do *Club Méditerranée* aí existentes e colher ensinamentos para o empreendimento do Algarve.

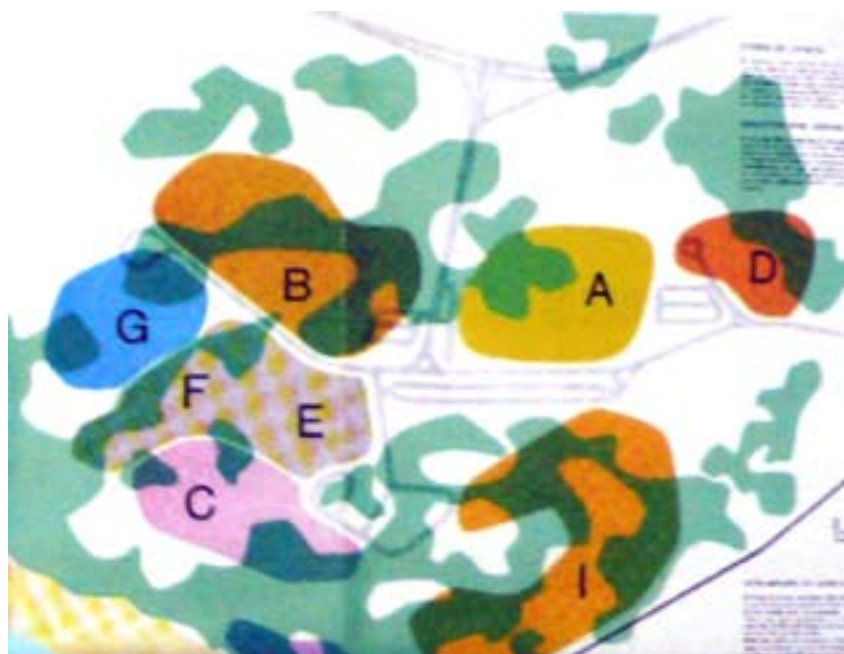
²⁰⁹ Herdeiro da Sociedade Propaganda de Portugal e do qual faziam, também, parte: a COPTA - Companhia Portuguesa de Turismo do Algarve, SARL; a FERIATUR - Empreendimentos Turísticos Internacionais, SARL; a FOPRA - Financiamentos Prediais Agrícolas; a FORURBANA - Fomento Rústico e Urbano, SARL; a ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, SARL; e a PRINTE - Promotora Internacional de Financiamentos. (Cf. Resolução N.º 556/77, que determina a desintervenção do Estado português no Grupo Touring de Portugal, disponível em www.legislacao.org)

²¹⁰ LOURO, José, *Praia da Falésia. Albufeira. Portugal*, s.l., Edição SURFAL, Maio 1967. (Catálogo promocional citado em D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 274)

²¹¹ Acompanhado pelo administrador do Banco, o engenheiro Quinhones-Levy, o que deixa subentendido que esta instituição estaria também envolvida na promoção do empreendimento da Praia da Falésia.

Complexo Turístico da
Praia da Falésia, Albufeira
Planta de Zonas
1967

(imagem LOURO, José, *Praia da Falésia. Albufeira. Portugal*, s.l.,
Edição SURFAL, Maio 1967)



Com uma oferta variada, o programa do complexo turístico é organizado em nove zonas, resultado, não “*de uma abstracção do espírito, mas da humanização de uma paisagem natural que se impôs pela sua riqueza em valores florestais e marítimos*”²¹²: A - Zona Desportiva; B - Zona Residencial de Apartamentos; C - Hotel de Luxo; D - Hotel Médio; E - Aldeamento; F - Zona Residencial de Moradias; G - Aldeamento Comercial e Administrativo; H - Hotel da Falésia; e I - Aldeamento e Hotel Turístico.

“*Apoiado por um complexo onde funciona um snack-bar-restaurante, uma dicoteca, etc., o parque desportivo [da Zona A] que servirá todo o conjunto urbanístico, compõem-se essencialmente de um conjunto de piscinas ligadas entre si por espelhos de água, de campos de ténis, de um picadeiro e, em local apropriado, de um campo de golfe*”. Na Zona B, “*os apartamentos [seriam] dotados de todo o mobiliário e equipamento doméstico (...) comportando 1 a 5 divisões assoalhadas, cozinha e casa de banho*”, num total de 486 apartamentos, “*distribuídos por edifícios de 2 a 5 pisos, constituindo autênticas unidades hoteleiras*”. “*Junto à praia e integrado no pinhal, o hotel [de Luxo da Zona C]*

desfruta de excepcionais panorâmicas. Com 200 quartos e possuindo todos os requisitos de conforto que o moderno turismo exige, ser[ia] equipado com zonas próprias de recreio interno e externo, nomeadamente amplas salas de convívio, cinema, piscinas, campos de ténis, etc.”. De dimensão mais reduzida, também o hotel do tipo médio da Zona D, “de elevado ‘standing’ e enquadrado em zona privilegiada, proporciona[ria] cómodo e atraente alojamento para 200 hóspedes, te[ndo] como apoio externo a zona desportiva comum do complexo”. Quanto ao Aldeamento da Zona E, este era “constituído por 192 apartamentos, dispondo de áreas que variam entre 41 e 90m², distribuídos por edifícios em banda contínua, com 2 pisos”. Na Zona F, “as moradias tipo-luxo ser[iam] implantadas em local especialmente privilegiado, sendo identificadas em estreita colaboração com os interessados, embora enquadradas harmoniosamente na paisagem local”. Naturalmente, “o elevado volume tornou indispensável a criação de um complexo destinado a satisfazer as múltiplas necessidades de ordem espiritual e material dos seus utentes”, para o que seria criada a Zona G, composta “por uma capela com serviços paroquiais, correios, edifício administrativo, mercado, salão de chá, uma estalagem e ainda um serviço de 116 apartamentos”. Na Zona H, o Hotel da Falésia, “directamente ligad[o] à vida na praia, ter[ia] além da sua função hoteleira, uma série de serviços para-turísticos - cabeleireiro, barbearia, farmácia, lavandaria, supermercado e lojas diversas”. Por fim, o Aldeamento da Zona I dispunha “de instalações turísticas tipo ‘pavilhão’ para uma população de 1000 camas, sendo análogas às já instaladas em zonas igualmente favorecidas no ponto-de-vista climático, em outras regiões do mundo”.

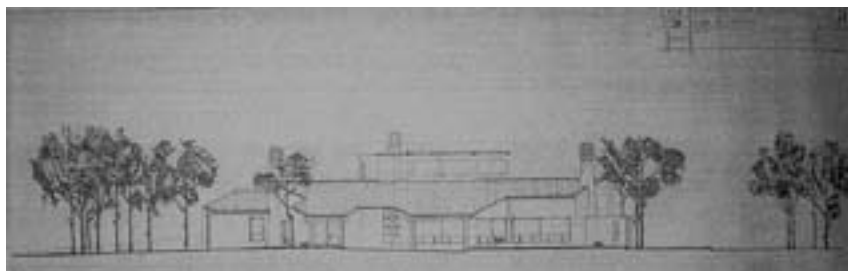
No final, apenas uma pequena parte do vasto complexo idealizado viria a ser construído, o chamado Touring Club de Portugal - Aldeia das Açoteias, implantado, sensivelmente, na Zona A do plano de conjunto inicial, ocupando uma área de nove hectares.

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Planta Geral
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1967
(imagem LOURO, José, *Aldeamento
Turístico do Touring Club de Portugal.*
Algarve, s.l., s.n., s.d.)

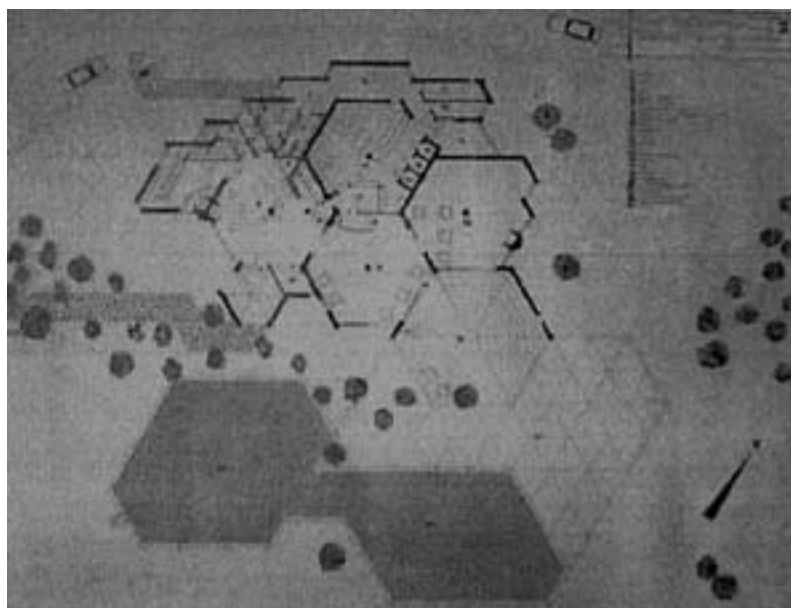


Amputado na sua grande maioria, o programa original é revisto e adaptado à nova situação, acabando por se optar pela construção de um Aldeamento constituído por apartamentos e moradias em banda, com tipologias do T1 ao T4, e apetrechado com um edifício de Recepção, Administração e Cabeleireiro, junto da entrada do complexo, e um núcleo cultural, comercial e recreativo, próximo desse ponto, dispondo de Sala de Congressos, Mesquita, Lojas, Bares, Restaurante, Discoteca, Anfiteatro ao Ar Livre e Piscina.

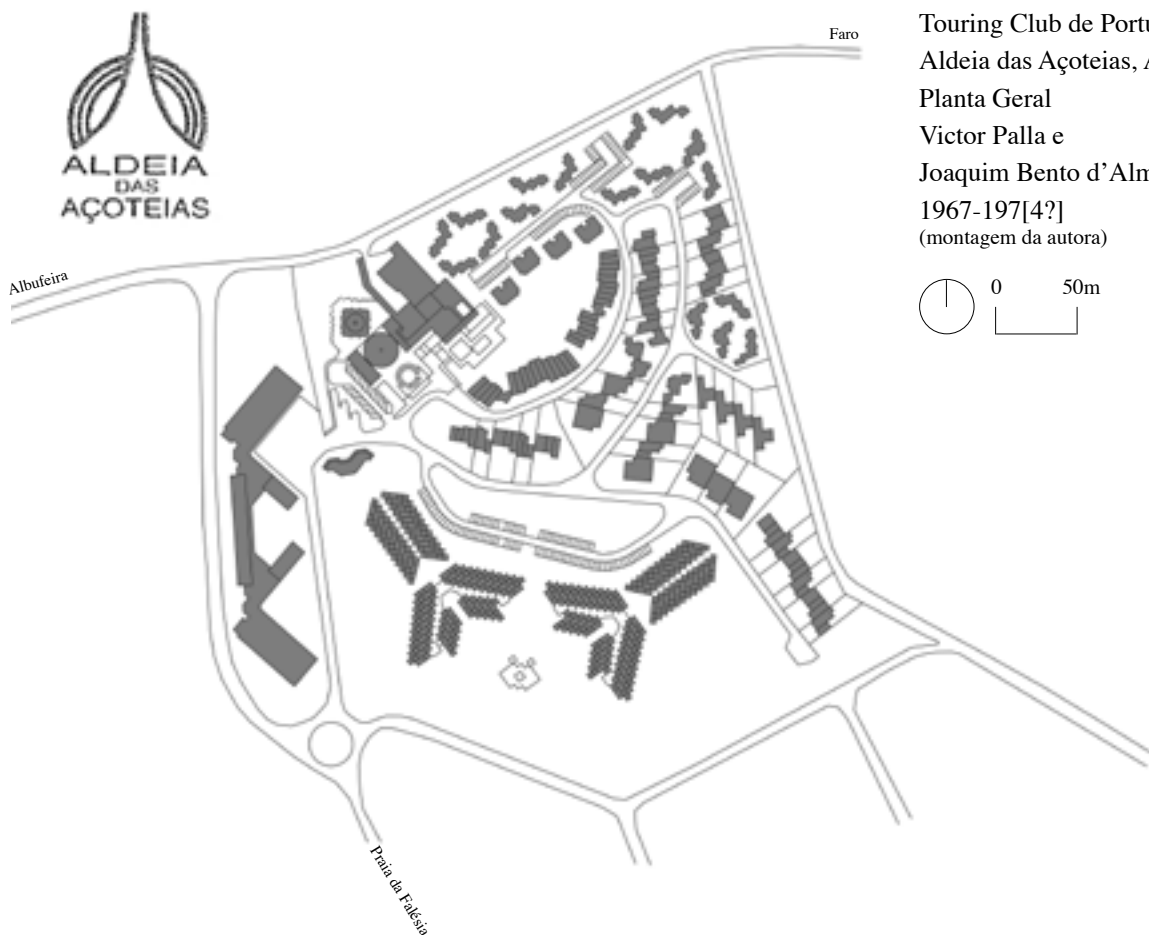
Num primeiro estudo, datado de 1967, este núcleo central de apoio dispunha apenas de um Restaurante, Salas de Convívio e Piscinas, dispostos numa composição planimétrica hexagonal, típica desta época, que vem, de alguma forma, completar as experiências espaciais ensaiadas, desde os anos cinquenta, pelos autores no âmbito do tipo residencial, com os projectos para a “Casa Eva de Natal”.²¹³



Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Áreas de Apoio (Piscina/
Restaurante/Salas de Convívio)
Alçado Sul e
Planta
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1968
(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973,*
Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de
Lisboa, 2006, p. 378)



²¹³ Entre 1952 e 1972, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida desenvolvem dezassete projectos diferentes de moradias para a revista *Eva* sortear, entre as suas leitoras, no seu número especial de Natal, concurso que, inicialmente, conta com a colaboração do arquitecto Luís Cristino da Silva



Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Planta Geral
Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1967-197[4?]
(montagem da autora)

Tal como em Pedras d'el Rei, também aqui se procura a integração arquitectónica da intervenção no meio local, recorrendo-se, para isso, ao uso de elementos, formais, espaciais e materiais característicos da região. Nesse sentido, para o núcleo central “*estudou-se um edifício adaptado ao terreno, respeitando a sua altimetria, a sua paisagem, e o aspecto geral das construções do aglomerado que já de si se integra nas características da arquitectura local. (...) [O] partido estético e construtivo é portanto baseado em paredes e pilares suportantes, rebocados e caiados, coberturas de telha da região, pavimentos em tijoleira*”.²¹⁴

(nos anos de 1933, 1934 e 1935) e do arquitecto João Simões (em 1936), tendo sido interrompido entre 1937 e 1950. Sem um cliente específico, estes projectos permitiram aos seus autores a liberdade de propor uma renovação ao nível dos conceitos estéticos e da organização tradicional do espaço de habitar e, simultaneamente, de ensaiar novos materiais e tecnologias de construção, acompanhando o surto modernista português da década de trinta e o debate, pós-I Congresso Nacional de Arquitectura, entre modernidade e tradição das décadas de cinquenta e sessenta. (Cf. LUÍS, Ana Leonor, *Eva: Reflexões sobre a domesticidade das casas Eva*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008)

²¹⁴ PALLA, Victor, D'ALMEIDA, Joaquim Bento, *Memória Descritiva*, [Lisboa], Abril 1968. (Citado em D'ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, op. cit., p. 277)

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Bilhetes Postais, anos 1970
(imagens www.delcampe.net)



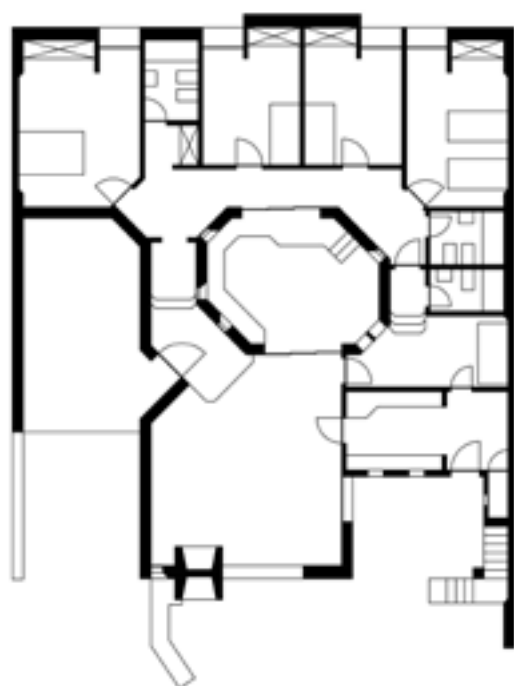


Aldeia das Açoteias



Aldeia das Açoteias





Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Moradias Tipo A, Tipo B,
Tipo C e Tipo D
Fotografias das Maquetas e
Plantas

Victor Palla e
Joaquim Bento d'Almeida,
1968

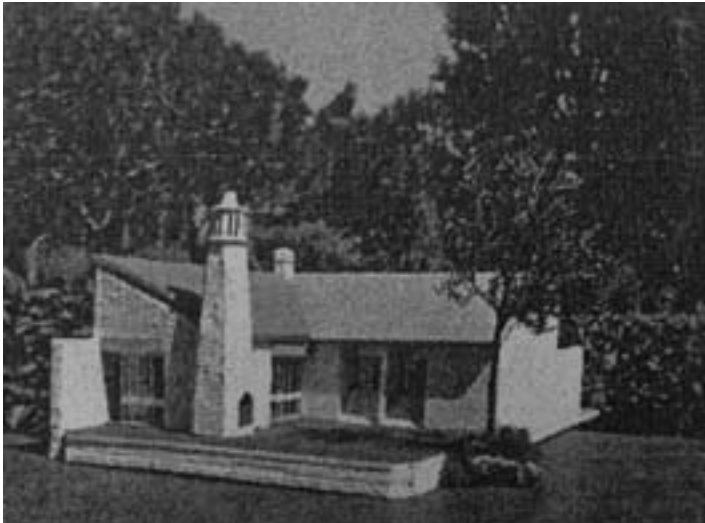
(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973,*

Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de

Lisboa, 2006, p. 374,
e montagens da autora)

1326

As moradias seguem a mesma orientação formal, organizadas em quatro tipologias, consoante o número de quartos de que dispõem (Tipo A - três quartos; Tipo B - quatro quartos; Tipo C - dois quartos; e Tipo D - um quarto), e todas elas oferecem espaços exteriores privativos para usufruto dos hóspedes, notando-se, em particular, a presença da açoteia, com acesso, por escadas, pelo exterior. As chaminés algarvias reforçam o carácter regional que



suporta a filosofia do projecto, assinalando, simbolicamente, a localização da lareira da sala de estar, associada, sempre, a uma lareira exterior que se relaciona com o pátio de convívio, mais intimista, ao ar livre. Curiosamente, para um empreendimento em que a circulação pedonal assume preferência, todas as moradias são equipadas com garagem privativa para o automóvel, o que não deixa de ser revelador do público alvo a que se destinam.

Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias, Albufeira
Combinação de Moradias
Tipo D com Tipo A
e
Tipo B com Tipo D,
Fotografias das Maquetas,
c. 1968

(imagens D'ALMEIDA, Patrícia
Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e
Bento d'Almeida: Obras e projectos de
um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*,
Volume II, dissertação de mestrado
em História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova
de Lisboa, 2006, p. 374)



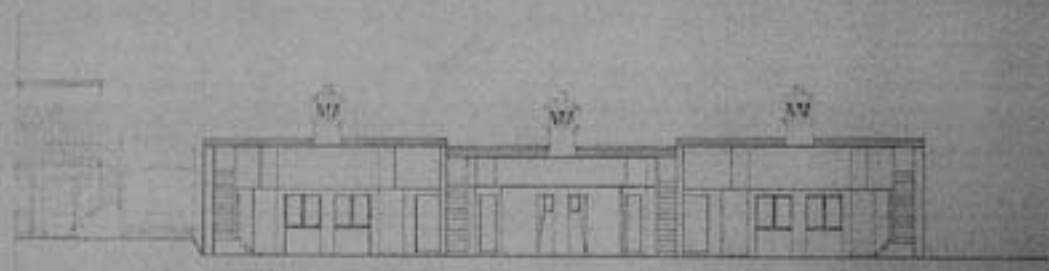


As diferentes tipologias possibilitam combinações variadas entre si, em conjuntos que são dispostos livremente no terreno. Não existem muros, “*apenas algumas sebes vivas marcam limites, permitindo um alongamento de paisagem*”²¹⁵. Também, aqui, houve o cuidado de manter, o mais possível, a florestação pré-existente, desenhando os novos arranjos paisagísticos em continuidade com esses elementos.

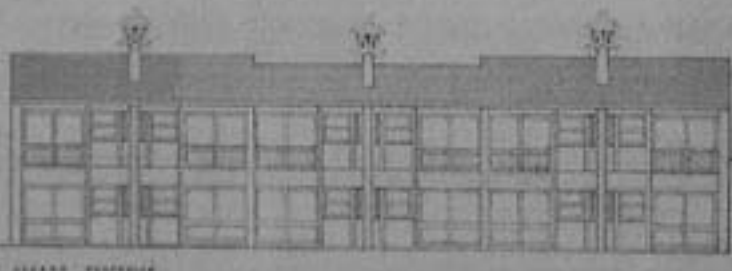
Por outro lado, a repetição, escalonada, de uma mesma tipologia permite fragmentar as massas de construção, imprimindo movimento às composições estudadas. Este artifício é explorado, com maior impacto, nos núcleos de apartamentos (com tipologias, essencialmente, T0 e T1), que, pela sua extensão e volumetria (em geral, dois pisos), ganham mais flexibilidade, adaptando-se melhor à topografia do terreno, ao mesmo tempo que se consegue garantir a privacidade das varandas que prolongam as zonas de estar para o exterior.

Aldeia das Açoteias, Albufeira
Perspectiva de Estudo
Victor Palla e
Joaquim Bento d’Almeida,
c. 1968
(imagem D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 278)

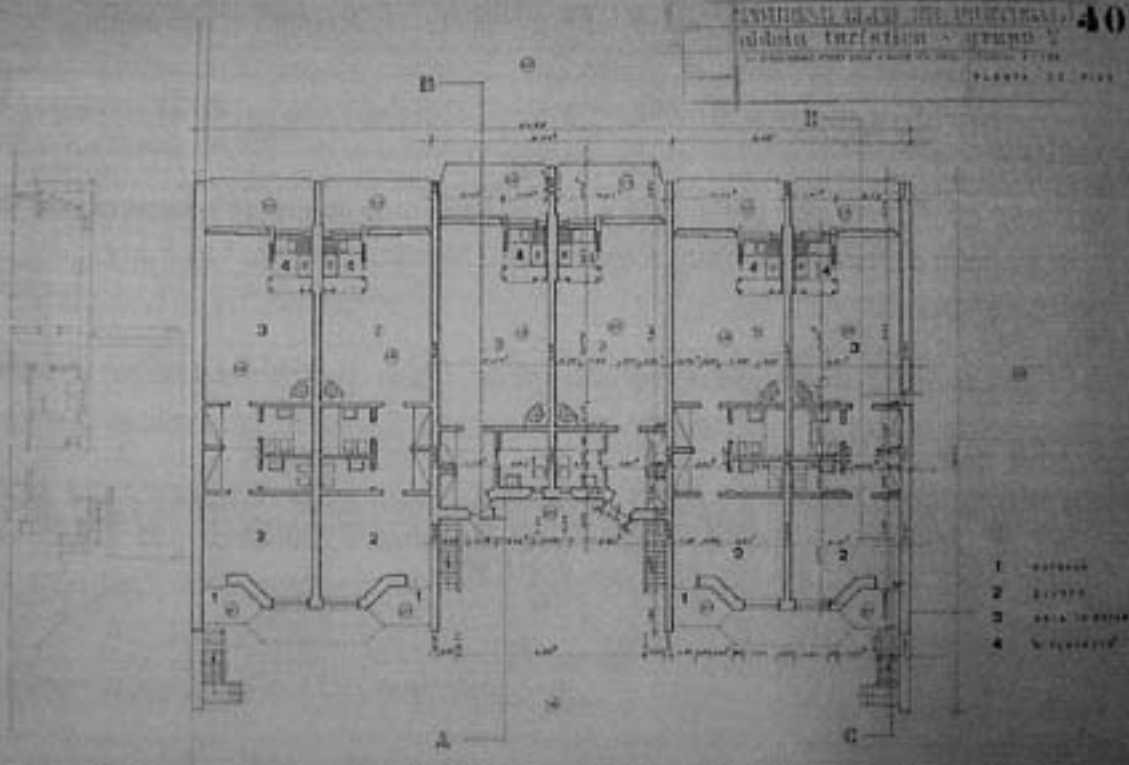
²¹⁵ LOURO, José, *Aldeamento Turístico do 'Touring Club de Portugal. Algarve, s.l., s.n., s.d.*



ALZADO INTERIOR



ALZADO EXTERIOR



- 1 ENTRADA
- 2 SALIDA
- 3 AREA DE SERVICIO
- 4 SERVICIOS

A presença da *Kitchenette* e, em alguns casos, o acesso pelo espaço de dormir põem em evidência o estilo de vida mais descomprometido e descontraído que se propõe nos apartamentos, em contraste com as moradias, que nas tipologias T3 e T4 dispõem, mesmo, de quarto de empregada junto à Cozinha, sempre independente. O que não deixa de ser interessante, se considerarmos que estamos, já, no final dos anos sessenta. Nesse sentido, os apartamentos - um tipo de alojamento, essencialmente, urbano - aproximam-se mais de uma ideia de vida em férias do que as próprias “Casas de Férias”, privilegiando, sobretudo, o estar “fora de casa”.

Mas, o maior paradoxo da Aldeia das Açoteias, como o da grande parte dos Aldeamentos, é o de ser um recinto fechado. Ambicionando, na sua essência, recriar a fisionomia dos pequenos aglomerados tradicionais, por questões de controlo e de segurança dos hóspedes, face à crescente urbanização da envolvente próxima (o que não acontece em Pedras d’el Rei), todo o perímetro do complexo é vedado, deixando-se aberta, apenas, uma entrada formal. As relações ancestrais de continuidade que aqueles núcleos estabelecem, naturalmente, com o território onde se implantam são, aqui, quebradas, e a estrutura criada tem um fim em si própria.

Assim, de certa forma, o conceito de Aldeamento explorado em Albufeira, como na generalidade das experiências deste tipo que, ainda hoje, são promovidas, aproxima-se de modelos já ensaiados anteriormente, muito em particular do das Colónias de Férias, como a “Um Lugar ao Sol”, na Costa da Caparica, do final da década de trinta²¹⁶. A única diferença entre um e outro registo reside na lógica de ordem social que regula espacialmente a organização destes núcleos, porque os equipamentos colectivos de apoio àqueles complexos turísticos são, com as devidas actualizações, praticamente os mesmos: a Música passa a ser Discoteca, o Refeitório, Restaurante, a Capela, Mesquita, e o Teatro ao ar livre, Centro de Congressos. A Piscina será sempre a Piscina.

Touring Club de Portugal
Aldeia Turística

[Apartamentos]

Grupo 7

42 - Alçados Principal e Posterior

e

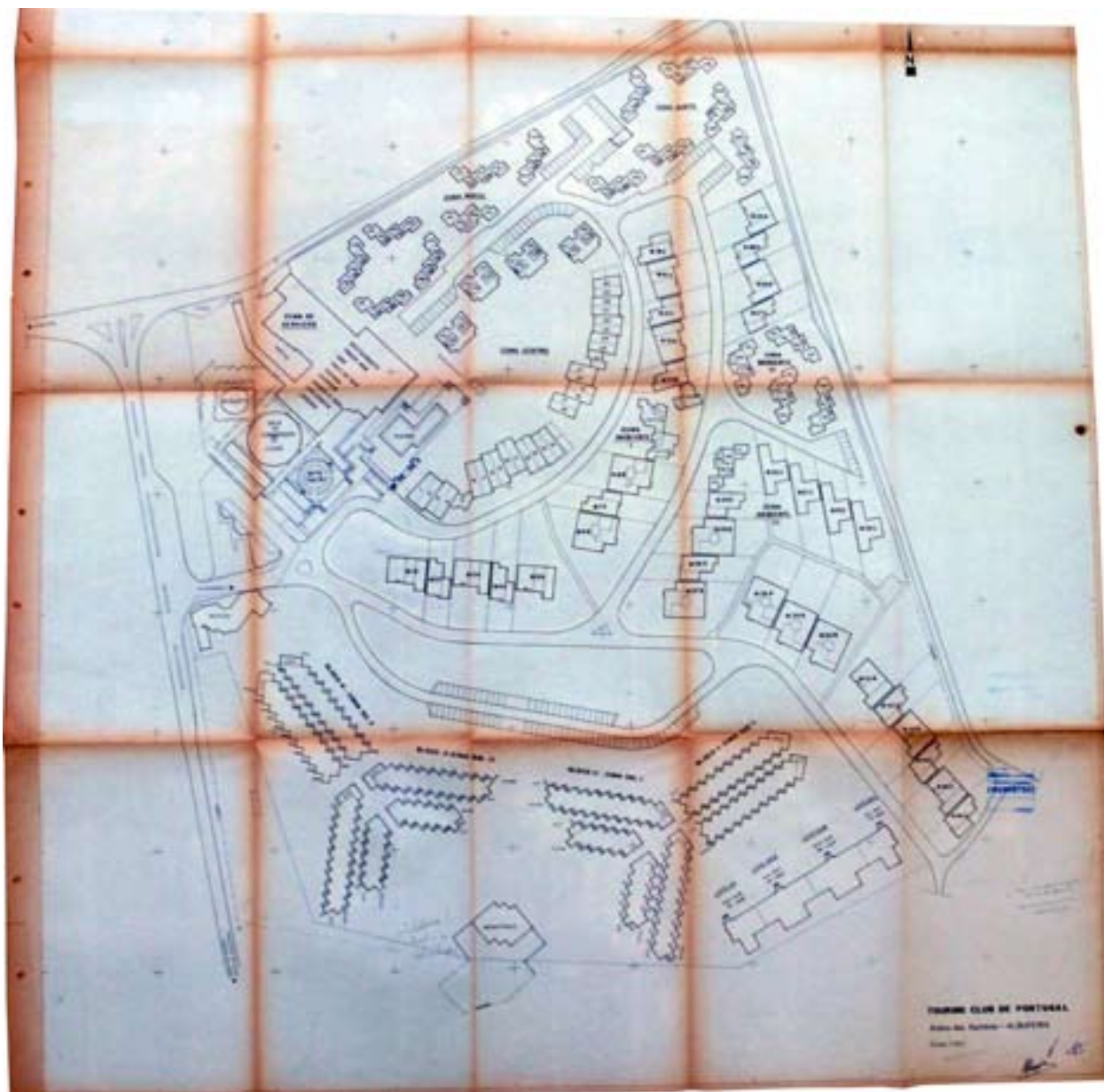
40 - Planta de Piso

Victor Palla e

Joaquim Bento d’Almeida,
1968

(imagens D’ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d’Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume II, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 372)

²¹⁶ Ver Capítulo 3.3..



*Touring Club de Portugal -
Aldeia das Açoteias - Albufeira*
Planta Geral, 1995
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

No final, o complexo turístico da Aldeia das Açoteias acabaria por dispor de quatrocentos e dezasseis apartamentos e vilas, “*construídos no estilo Algarvio*”²¹⁷ e dispostos por quatro zonas - Zona Norte, Zona Centro, Zona Nascente e Zona Sul -, Restaurante para trezentas e cinquenta pessoas, *Snack-Bar*, Bar, Boite com capacidade para cento e vinte pessoas, Posto Médico, Mini-Mercado, Lojas, Sala de Conferências para quatrocentas pessoas, duas Piscinas (para adultos e crianças) e Infantário.

²¹⁷ Portugal - Algarve: Aldeia das Açoteias, Praia da Falésia, Brochura Desdobrável, s.l., s.n., s.d.. (Arquivo Turismo de Portugal)

Vilamoura

Do “Hotel de Praia”, à “Megaestrutura Hoteleira” e ao “Aldeamento Turístico”, a oferta turística, no litoral, iria evoluir para uma quarta categoria tipo-morfológica: as “Cidades de Lazer” ou de “Turismo”. Vilamoura é um dos dois exemplos, em Portugal, desta nova geração de empreendimentos, a par de Troia (1962-1974).

Como vimos²¹⁸, no Plano Regional do Algarve, Quarteira é considerada um dos cinco núcleos de concentração prioritária de novos investimentos turísticos na região²¹⁹, directriz que reflectia, já, a intenção de Cupertino de Miranda de aí criar uma estância balnear de raiz. Na verdade, ainda antes de adquirir, a 27 de Outubro de 1964, a antiga Quinta da Quarteira, este empresário requer às entidades competentes²²⁰ *“que lhe fossem oficialmente definidas as possibilidades e limitações do empreendimento pretendido”*²²¹, a fim de melhor *“se informar sobre a natureza e as dimensões do (...) que lhe seria autorizado”*.

“Assim, enquanto os outros quatro sectores de concentração de alojamento turístico estão sendo objecto de estudos de urbanização promovidos e custeados pelo Ministério das Obras Públicas (...), o sector da Quarteira está inteiramente a cargo de uma iniciativa privada, embora enquadrada na orientação oficial que se preconizou.”

Para acompanhar o desenvolvimento do projecto é constituída, em 1965, a Lusotur - Sociedade Financeira de Turismo, SARL, que a 23 de Novembro desse ano apresenta, para apreciação do Governo, o *Ante Plano de Urbanização de Vilamoura*, nome por que é baptizada a nova estância. Este estudo seria aprovado a 21 de Março de 1966, considerando-se que o mesmo estava em condições de ser aprofundado em planos parciais.

²¹⁸ Capítulo 4.1..

²¹⁹ Junto com as zonas de Meia-Praia, de Alvôr-Praia da Rocha, de Armação de Pêra e de Manta Rota-Monte Gordo.

²²⁰ A 5 de Outubro de 1964.

²²¹ CARVALHO, Raul Campos de, *Parecer N.º 3550: Vilamoura - Planeamento do conjunto turístico*, [Lisboa], CSOP, 5 Abril 1968, p. 588.

Face à dimensão e escala do empreendimento, “*envolvendo problemas em que não existe experiência nacional que sirva de base e que implica a mobilização de muitos avultados meios de financiamento*”, a empresa promotora cria um Gabinete de Estudos Urbanísticos (GEUR) no qual reúne uma equipa internacional de projectistas, associados a três gabinetes diferentes: João Caetano, Eduardo Medeiros e António Abrantes, do português GEFEL - Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos (Lisboa); Philippe Gennet (advogado), Jean Dimitrijevic, Henry Coulomb e J. M. Charuet, da francesa SETAP - Société pour l'Étude Technique d'Aménagements Planifiés (Paris); e Frank Sata e Bill O'Dowd, do americano Carver L. Baker & Associates (Los Angeles).

O Carver L. Baker & Associates encontrava-se a desenvolver o *Master Plan* de Rancho de los Palos Verdes, a sul de Los Angeles, na Califórnia, para a Great Lakes Carbon Company, empresa mineira que adquire, em 1953, os últimos 3.000 hectares, dos 6.500 hectares iniciais, do empreendimento turístico-residencial lançado, em 1913, por Frank Vanderlip²²². De resto, a parceria com o gabinete de arquitectura americano resulta do envolvimento financeiro da Great Lakes Company no empreendimento do Algarve²²³, que, juntamente com o Banco Português do Atlântico, constitui um dos principais accionistas da Lusotur.

A SETAP tinha ganho, em 1961, o Concurso Internacional de Ideias para Maspalomas Costa Canaria, realizado, com o apoio da *Union Internationale des Architectes* (UIA)²²⁴, por iniciativa de Alejandro de Castillo y Bravo de Laguna, Conde de Vega Grande, com vista à criação de um novo centro turístico com 40.000 camas, implantado numa área de cerca de 1.000 hectares.²²⁵

²²² Presidente do National City Bank of New York, que compra os terrenos na Península de Palos Verdes para exploração imobiliária e encomenda, em 1914, à firma de arquitectos paisagistas Olmsted Brothers o plano de desenvolvimento daquela área. Plano, da responsabilidade de Charles Cheney e Frederick Law Olmsted Jr., que incluía a construção de um Campo de Golfe, Piscina, Campos de Ténis e de Pólo, e de um *Yatch Club*, para além da zona residencial de luxo, concebida, segundo a visão do promotor, como uma “pequena” vila mediterrânica. (Cf. MEGOWAN, Maureen, “History of Palos Verdes Estates”, disponível em www.maureenmegowan.com)

²²³ Através da subsidiária Great Lakes Properties Inc..

²²⁴ Fundada em 1948.

²²⁵ Cf. LEÓN, Iván Alvarez, “The tourist project of the SETAP Group for the International Bid of Ideas for Maspalomas Costa Canaria”, disponível em www.commonsupc.edu.

E o GEFEL, na sequência de Vilamoura, vai envolver-se no empreendimento de Vale do Lobo, a nascente de Quarteira.²²⁶

Para a coordenação dos trabalhos técnicos e de engenharia é contratada a Hidrotécnica Portuguesa, Lda., e o projecto do Campo de Golfe é realizado por C. K. Cotton & Co., J.J.F. Pennik e José Sousa Melo. Já “o estudo do regime administrativo do empreendimento foi encomendado a Marcelo Caetano (professor catedrático de direito administrativo) segundo carta da Lusotur para o MOP de 1966”.²²⁷



Quinta da Quarteira, Quarteira
Vista Aérea, c. 1964
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 53)



Vilamoura, Quarteira
Maqueta do conjunto, c. 1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 54)

²²⁶ Para o qual elabora o *Ante Plano de Urbanização da Quinta de Nossa Senhora da Piedade*, aprovado, sob condição, pelo Comissariado do Turismo, a 27 de Dezembro de 1968.

²²⁷ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, Volume I, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003, p. 407.

O objectivo da Lusotur era o de criar um novo pólo turístico na região que dispusesse “*de vastos equipamentos desportivos e de recreio, tais como: porto de recreio, golfe de categoria internacional [e] múltiplos espaços verdes*”²²⁸, mas que conservasse “*na sua organização e na sua arquitectura, um certo carácter tradicional*”. Incidindo sobre uma área total de 1.631 hectares, o *Ante Plano de Urbanização de Vilamoura* previa o aproveitamento de 1.054 desses hectares para “*a instalação de um centro turístico de grande categoria*”, reservando-se os restantes 557 hectares “*para diferentes explorações agrícolas*”. “*Admitindo que se reserve perto de 30% da área a ordenar prevista, isto é, perto de 300 hectares, para a constituição de reservas naturais, espaços verdes e Golfe arranjados ou não, a área disponível para a urbanização atingiria perto de 750 hectares.*”

Aplicando a esta área a densidade média considerada de 100 habitantes por hectare, [aconselhada, no Plano Regional do Algarve, como valor genérico a adoptar naquela zona], a população que seria possível receber atingiria assim perto de 70.000 pessoas”. No entanto, “*foi considerado preferível limitar a 50.000 pessoas a capacidade de recepção teórica da futura estância*”, das quais 38.000 seriam turistas e 12.000 população complementar.²²⁹

Esse máximo de ocupação prevista representava a construção de “*cerca de 13.000 fogos turísticos e 5.000 fogos complementares (...) num total de 18.000 fogos*”, dos quais 4.700 correspondiam a quartos de hotel, 3.100 a alojamentos de baixa densidade, 8.200 a alojamentos de alta densidade e 2.000 a lugares em campos de férias. “*Aproximadamente 13.000 veículos terão possibilidades de se encontrar ao mesmo tempo na estância*”.

Naturalmente, a escala do empreendimento, implicava o seu faseamento por etapas, a concretizar num prazo de vinte anos, antecipando-se que, quando terminada, Vilamoura constituísse

²²⁸ Vilamoura: *Ante Plano de Urbanização: Relatórios Técnicos*, (s.l.), GEUR-Lusotur, s.d..

²²⁹ Considerando-se “população complementar”, de uma determinada população, o “conjunto dos habitantes cujas actividades são inteiramente consagradas à satisfação das múltiplas necessidades dessa mesma população de uma maneira directa ou indirecta”. (Idem)

“o maior aglomerado do ALGARVE e, possivelmente, uma das maiores estâncias de PORTUGAL”. Salienta-se, ainda, que *“uma realização como esta só se poderá fazer no quadro de: uma estrutura bem definida, uma infraestrutura à escala dos objectivos em vista, e uma superestrutura suficiente de equipamentos colectivos, públicos e privados”*, apontando-se como modelo a seguir as *New Towns* inglesas, *“construídas nos arredores de Londres depois da guerra [e] estudadas para acolher uma população de 50.000 a 100.000 habitantes”*.

De acordo com as características físicas do terreno - dividido em duas zonas distintas: uma zona de colinas, a norte, e uma zona baixa (a várzea), situada junto ao mar - e com o plano oficial do desenvolvimento turístico do Algarve, de que *“o projecto de ordenação de Vilamoura constituirá (...) o primeiro núcleo”*²³⁰, são definidos alguns critérios urbanísticos gerais orientadores da intervenção:

“A - A ordenação turística da propriedade não poderá cobrir totalmente a área desta última, mas somente cerca de dois terços, pelo menos nos primeiros anos. De qualquer modo, parte das melhores terras de cultura deverão ficar em regime de exploração agrícola.

B - A densidade desta urbanização não deverá igualmente ultrapassar uma densidade média de 100 pessoas por hectare.

C - O traçado das estradas de acesso ao Centro deverá ter em conta as disposições do esquema das futuras comunicações regionais.

D - De uma maneira geral, a estância não deverá constituir um elemento estranho ao meio regional circundante, mas pelo contrário, ser quanto possível um elemento de desenvolvimento económico e de evolução desse meio regional.”

Daqui resultam seis princípios base que informam o partido de ordenação preconizado:

“1. Localização preferencial dos alojamentos habitacionais na zona das colinas.

2. Necessidade de sanear e animar a planície a fim de aumentar a capacidade de recepção da zona de atracção balnear e aproximar de certa maneira as colinas do mar, permitindo igualmente criar boas condições

²³⁰ “Vilamoura”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 56.

para receber a parte dos alojamentos que não tenha sido possível implantar nas colinas.

3. Vantagem em utilizar o vale principal, situado a NO, como passagem da via de acesso da serventia geral da estância.

4. Necessidade de prever na estância ou nas suas proximidades imediatas, os equipamentos colectivos de toda a espécie necessários a uma população permanente que deverá progressivamente atingir um total de 30 000 pessoas, das quais 15 000 complementares.

5. Necessidade de contar com a existência de Quarteira.

6. Necessidade de prever de qualquer modo, uma zona de extensão da estância, tanto para aumentar eventualmente a sua capacidade de recepção turística como para receber uma população complementar suplementar, não directamente ligada ao turismo mas beneficiando dele.”²³¹

Estes seis princípios são, por sua vez, traduzidos em nove linhas directrizes de actuação:

“1. Concentração de uma parte importante dos alojamentos e dos hotéis nos cumes e vertentes das colinas, acima da costa +20m, utilizando de preferência as encostas Sul e Sueste a fim de beneficiar da vista, da brisa marítima e da melhor exposição solar.

2. Animação e valorização da parte mais baixa da planície, pela criação de um porto interior e de um lago, transformando assim esta zona, sem grande interesse turístico, num local artificial de valor, em torno do qual será possível criar, em excelentes condições, um núcleo urbano importante.

3. Reservar o conjunto da orla costeira, numa profundidade superior a 200m, para a instalação de equipamentos colectivos, públicos e privados.

4. Utilização do pinhal mais importante, situado numa colina no centro da propriedade para a instalação de um Campo de Golfe, (...), que constituirá uma atracção comparável, em certa medida, à do porto.

5. Manter e acusar o carácter paisagístico, cultivado ou não, da zona da várzea, situado entre o porto e o sopé das colinas, a fim de: organizar perspectivas para os alojamentos situados nas colinas; quebrar a intensidade de urbanização; manter as características da paisagem.

6. Agrupar os alojamentos previstos em núcleos e zonas urbanizadas, dentro do espírito e da escala das aldeias existentes presentemente no Algarve.

7. Ligar o centro da zona a urbanizar tanto à actual estrada nacional como ao aerodromo de Faro e posteriormente à futura autoestrada regional por estradas de largas dimensões, fazendo passar: a primeira pelo vale principal, situado a Oeste da zona urbanizada; a segunda por uma depressão de menor importância, situada na extremidade Leste da propriedade.

8. Distribuir a maior parte dos equipamentos colectivos de toda a espécie, administrativos, económicos e sociais, necessários ao conjunto da população, por três centros principais, um no porto, dois sobre as colinas e deixar entre estas zonas de recreio ou núcleos predominantemente residenciais.

9. Concentrar na zona arborizada, os múltiplos equipamentos turísticos e de recreio, não forçosamente ligados à proximidade imediata do mar, a fim de diversificar geogràficamente os diferentes centros de interesse e criar assim motivos para deslocações entre os diversos centros do conjunto.”²³²

Com base nesta leitura de aproximação sucessiva à área em estudo, a estância é estruturada em oito sectores - sete urbanos e um, último, dedicado à exploração agrícola, para abastecimento e protecção natural do novo aglomerado - articulados por um eixo viário principal de atravessamento, ligando, a norte, à Estrada Nacional N.º 125 e, a nascente, a Quarteira, o qual distribui para um sistema mais apertado de vias secundárias, de acesso aos vários núcleos urbanos, que, por sua vez, é apoiado por uma rede de caminhos de circulação pedonal. Cada um desses núcleos é pensado como uma unidade independente, com identidade e vida próprias, complementando-se no seu conjunto.

Vilamoura, Quarteira
Planta de Zonamento Geral
GEUR-Lusotur, c.1967
(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*,
Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
p. 54)



²³² Idem, p. 57.

Com capacidades de recepção diferentes, o que se reflecte na distribuição dos serviços e equipamentos colectivos, estes sectores são caracterizados por um elemento central que lhes dá o nome:

Sector 1 - O Porto (17.000 pessoas)

Sector 2 - O Pinhal (7.000 pessoas)

Sector 3 - O Figueiral (7.000 pessoas)

Sector 4 - O Golfe (6.000 pessoas)

Sector 5 - O Lago (3.000 pessoas)

Sector 6 - O Olival (12.000 pessoas)

Sector 7 - A Praia (3.000 pessoas)

Sector 8 - Actividade Agrícola

Consideram-se, assim, “*três núcleos mais urbanizados e de maior densidade: o Porto, o Figueiral e o Olival; e três mais particularmente destinados a zonas de recreio: o sector da Praia, do Lago e do Golfe*”²³³. Já “*o sector do Pinhal é mais residencial do que urbano*”, para o que contribui a presença do Campo de Férias. De uma forma geral, as altas e médias densidades de ocupação do solo concentram-se em torno do Porto e no topo e vertentes das colinas, enquanto que as baixas densidades se situam na zona plana da várzea, nas zonas de recreio e junto ao Golfe.

No seu conjunto, as habitações turísticas e complementares ocupam uma área de 317,4 hectares, os equipamentos colectivos 412,99 hectares, os espaços verdes naturais 323,91 hectares, e a zona agrícola 576,70 hectares. Valores que, somados, perfazem os 1.631 hectares totais do perímetro de intervenção.

As zonas residenciais, nas quais se incluem algumas unidades hoteleiras, dividem-se em quatro tipos:

Tipo A - Zona Residencial de baixa Densidade

6 alojamentos/hectare, ou 60 quartos/hectare, e hotéis com 150 a 300 camas;

PLANO GERAL



- Tipo B - Zona Residencial de baixa Densidade
36 alojamentos/hectare, ou 100 quartos/hectare, e hotéis com 100 a 150 camas;
- Tipo C - Zona Residencial de média densidade
65 alojamentos/hectare, ou 150 quartos/hectare, e hotéis com 50 a 100 camas;
- Tipo D - Zona Residencial de alta densidade
106 alojamentos/hectare, ou 200 quartos/hectare, e hotéis com 20 a 50 camas;

Vilamoura, Quarteira
Plano Geral
 Manuel da Costa-Lobo, c.1967
 (imagem "Vilamoura", *Arquitectura*,
 Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967,
 p. 55)

Ou seja, a capacidade de alojamento dos hotéis é inversamente proporcional à densidade de ocupação do solo, privilegiando-se a construção de unidades de pequena dimensão nos núcleos mais urbanizados e de grande dimensão nos menos povoados.

Em termos da definição de uma “Política de Arquitectura”, coloca-se a questão de *“Como satisfazer a pressão da actividade turística nas regiões costeiras sem causar estragos ou perdas irreparáveis na paisagem natural? A resposta deverá ser dada pelo planeamento ligado à pesquisa sociológica, económica e ecológica. A investigação no campo da Arquitectura cingida a novas tipologias terá de ser objecto de estudos especiais”*.²³⁴

“Em estudos de investigação arquitectónica a realizar, será necessário igualmente ter presente que os tipos de aglomerados e de alojamentos, anteriormente existentes a uma pressão de actividade turística, em virtude de responderem às necessidades de uma população cuja principal actividade é a agricultura ou a pesca, dificilmente ofereceriam confronto com as necessidades de uma população de nível de vida mais elevado e que tem a sua actividade baseada num fenómeno social recente - o ‘tempo livre’ - principal gerador do actual turismo.

(...)

[A] arquitectura de uma dada região ou local poderá oferecer, eventualmente, do seu repositório, certas contribuições de interesse para a concepção dos novos tipos de alojamentos a criar. E estes dependerão ainda dos processos construtivos a adoptar, dos materiais a empregar e de uma real, e adequada investigação no campo da Arquitectura.

Em resumo, se não é possível nem desejável querer reproduzir exactamente as aldeias existentes num número dado de exemplares, poderá contudo, ser possível guardar o espírito e a escala dessas aldeias principalmente no que diz respeito: às alturas, intencionalmente limitadas, dos seus alojamentos, ao agrupamento desses alojamentos, ao desenho das ruas, praças e jardins, e na sobriedade dos materiais e harmonia das cores. O que implica por consequência: evitar toda a arquitectura incaracterística ou banalmente cosmopolita e evitar os edifícios altos e muito compridos, susceptíveis de constituir uma barreira que intercepe as vistas.”

Ficava, assim, explícito, logo no *Ante Plano de Urbanização*, o conceito arquitectónico que se pretendia vir a orientar os futuros estudos parcelares de cada sector e garantir uma certa unidade e harmonia entre as diversas intervenções. Mas isso não era suficiente. No ano seguinte à aprovação deste primeiro plano, o engenheiro Manuel da Costa Lobo (1929) é chamado a coordenar o desenvolvimento do *Plano Geral* da nova estância, ficando, também, responsável pela equipa de arquitectos, urbanistas

e engenheiros da Lusotur incumbida de acompanhar e de pré-aprovar todos os projectos realizados para as parcelas que fossem vendidas, antes de estes serem submetidos à apreciação das entidades oficiais, dando “*todas as indicações prévias respeitantes às possibilidades e modalidades de ocupação do solo (...) e os condicionamentos urbanísticos e arquitectónicos a respeitar*” e controlando “*as implantações e as condições de realização de todas e quaisquer obras efectuadas*”.²³⁵

A escolha de Costa Lobo para orientar o projecto de Vilamoura não é casual. Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico e membro fundador da *Association Internationale des Urbanistes* (AIU), criada em 1965²³⁶, este engenheiro trabalhou, até 1963, para a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, onde, em 1945, tem a oportunidade de frequentar “*durante alguns meses o curso de urbanismo da Universidade de Londres*”²³⁷. Relações institucionais que ajudavam ao mais fácil desenrolar dos estudos de pormenorização do *Plano Geral*.

Plano Geral que mantém as directrizes delineadas no *Ante Plano* aprovado, introduzindo modificações apenas no que respeita ao “*traçado da via central, agora mais adequada à sua função de penetração (...) e perdendo o carácter de atravessamento, que seria inconveniente*”²³⁸, ao limite “*do perímetro urbano do lado da Quarteira, por alteração da zona de tampão e reajustamento dos traçados envolventes, de forma a melhor rematar o próprio aglomerado de Quarteira e melhor individualizar a cidade turística de Vilamoura*”, e à “*definição do anel de protecção ao novo aglomerado*”.

²³⁵ Art.º 4.º do Capítulo I da *Proposta de Regulamento Geral (Urbanismo e Arquitectura)*, citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 419.

²³⁶ E da Sociedade Portuguesa de Urbanistas (SPU), fundada a 31 de Janeiro de 1983.

²³⁷ Com o engenheiro Matos Cardoso e os arquitectos Manuel Laginha, Ambrosina Gonçalves e Cabeça Padrão, e como, antes deles, o tinham feito, em 1944, os engenheiros Celestino da Costa e Pedro de Vasconcelos e o arquitecto Fernando Mesquita. Com esta prática, “*a partir de meados da década de quarenta começa a desenhar-se uma clivagem entre a formação anglo saxónica dos técnicos da administração e a influência francesa na preparação dos urbanistas trabalhando nas autarquias e na profissão liberal. Estes formulam um programa do plano de forma apriorística, aqueles exigem a sua fundamentação em extensos inquéritos e análises*”. (Cf. LÓBO, Margarida de Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 42)

²³⁸ *Desenvolvimento Urbanístico de Vilamoura*, [s.l., s.n. s.d.], documento do Arquivo da Lusotur citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 422.

De resto, a proposta de organização urbana avançada para Vilamoura tinha merecido apreciação positiva do próprio Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, de que fazia parte o arquitecto Manuel Laginha, ex-colega do engenheiro Manuel da Costa Lobo na DGSU. Uma apreciação em que se reconhece a influência da experiência das *New Towns* inglesas²³⁹ na concepção do plano de conjunto elaborado pelo GEUR e se defende a adequação deste modelo de planeamento urbano à criação de novas estâncias turísticas, que, pela sua escala, se constituem, agora, como autênticas cidades.

*“Toda a estruturação geral gira em volta de um conceito actualizado de organização urbana que tem a melhor exemplificação nas Novas Cidades inglesas e que se adapta - quase diremos, melhor se aplica - a estâncias turísticas de grandes dimensões como Vilamoura. A necessidade, por um lado, de se conceber um organismo em que cada uma das células possa realizar-se e funcionar com relativa independência das restantes e em que à desejável variedade de ambiente dentro do todo se contraponha uma procurada unidade arquitectural de cada parcela, e, por outro lado, a indispensável criação dum conjunto integrado na natureza, em que esta predomine, como ambiente, contrastando com o clima urbano de onde se desloca a grande maioria dos seus futuros utentes, - estas e outras condições implicam a estruturação fragmentada que se adoptou, em que os espaços livres públicos arborizados, as lagoas, a bacia portuária, a própria praia e os campos desportivos, penetram e envolvem todas as áreas residenciais, constituindo um natural e desejável prolongamento.”*²⁴⁰

Privilegiando o contacto directo com o espaço natural e, pela sua orgânica celular, a oferta de ambientes diversificados, o modelo inglês respondia às necessidades do turista contemporâneo,

²³⁹ Instituídas pelo *New Towns Act* de 1 de Agosto de 1946, diploma criado na sequência da política de descentralização urbana preconizada no *Great London Plan*, elaborado, dois anos antes, por Leslie Patrick Abercrombie (1879-1957), e revisto pelos *New Towns Acts* de 1965 e de 1981. Herdeiras das teorias do *Garden City Movement* do início do século, que combinam com alguns dos paradigmas da cidade funcionalista (segregação entre circulação e construção e entre circulação mecânica e pedonal, definição formal de um centro cívico e integração de espaços verdes colectivos), as *New Towns* constituem-se como núcleos urbanos de dimensão controlada, circunscritos por uma cintura verde de contenção e divididos em diferentes zonas, ou bairros, com ambientes próprios, funcionalmente independentes e separadas, entre si, por espaços verdes intersticiais de utilização comum. As zonas residenciais, de baixa densidade, são dispostas em torno de um centro cívico, cultural e comercial principal, no qual se privilegia a circulação pedonal, que, em todo o conjunto, é segregada do traçado viário. Para promover esta nova visão urbana, o *Ministry of Town and Country Planning* lança, em 1948, o filme de animação “Charley in New Town” (disponível em www.nationalarchives.gov.uk), que põe em evidência as vantagens de um planeamento urbano racional e equilibrado em oposição ao crescimento descontrolado das grandes cidades. (Cf. ALEXANDER, Anthony, *Britain's New Towns: Garden Cities to Sustainable Communities*, Oxon, Routledge, 2009)

²⁴⁰ COSTA, A. Celestino da, *Informação do Gabinete do Plano Regional do Algarve*, [Lisboa], DGSU, 15 Março 1966, pp. 4-5, documento citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 420.

combinando a velha aspiração de reconciliação com a Natureza da sociedade moderna com o valor da “diferença” e da “experiência” na cultura de consumo pós-moderna.

O que é, no entanto, interessante constatar é como, em Portugal, o mesmo modelo é utilizado, simultaneamente, em realidades completamente diferentes, ainda que, em ambos os casos, se trate da criação de “cidade nova”: a urbanização de Olivais Sul (1960-1966), na periferia suburbana de Lisboa, operação a cargo do Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal (GTH)²⁴¹ que previa a criação de um nova unidade urbana dedicada à construção de habitação social de custos controlados, com uma área de 187 hectares para uma população de 38.250 habitantes e 8.000 fogos; e Vilamoura (1966), no Algarve, empreendimento turístico de iniciativa privada, com uma área de 1.631 hectares e uma população de 50.000 habitantes. Assim, se nos Olivais estava em causa a construção de “cidade nova” para acolher a população trabalhadora da capital, em Vilamoura propunha-se na criação de uma “nova cidade” dedicada exclusivamente ao tempo livre desses, e de outros, trabalhadores. Ou seja, se uma intervenção é abordada da perspectiva do “Trabalho” a outra é da do “Lazer”.

²⁴¹ Criado, em 1959, na sequência do Decreto-Lei N.º 42:454, de 18 de Agosto, que “*estabelece o plano para a construção na cidade de Lisboa de novas habitações com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos*”. Deste plano faziam parte, para além dos Olivais-Sul, a urbanização dos Olivais-Norte, primeira intervenção do GTH lançada, ainda, nesse ano, com uma área de 40 hectares para 10.000 habitantes e 2.500 fogos, e a urbanização de Chelas, a mais ambiciosa das três intervenções, lançada em 1960, com uma área de 510 hectares para uma população de 53.300 habitantes e 11.500 fogos. Constituindo-se como autênticos laboratórios para a experimentação tipo-morfológica na área da habitação social de promoção estatal, agora desenvolvida no âmbito municipal, de que o Plano de Alvalade, elaborado, por Faria da Costa, em 1945, representa o primeiro ensaio de ruptura com a política de Casas Económicas do início do Estado Novo, as operações de Olivais e Chelas espelham a evolução da prática urbanística portuguesa nos anos sessenta, no sentido de uma crítica, tardia em relação ao contexto internacional, ao desenho da cidade moderna. Assim, se em Olivais-Norte é, ainda, evidente a influência da Carta de Atenas, no plano de tendência racionalista e nas propostas tipológicas fundamentadas no bloco de habitação, em Olivais-Sul adopta-se o modelo da estrutura celular hierarquizada, desenvolvido com base no conceito de “unidade de vizinhança”, da primeira geração de *New Towns* inglesas, de que Harlow (1947) constitui o exemplo mais paradigmático. Já em Chelas, a solução proposta reporta para os grandes conjuntos urbano-arquitectónicos da experiência italiana do INA-Casa, como o projecto do Quartiere Tiburtino (1950-1956), em Roma, coordenado por Mario Ridolfi e Ludovico Quaroni, francesa, onde se destaca a proposta vencedora do concurso para Toulouse-le-Mirail (1961-1966), de Candilis, Josic & Woods, e inglesa, com o complexo dos Robin Hood Gardens (1966-1972), em Londres, da autoria de Alison e Peter Smithson, todas estas obras construídas por iniciativa pública e resultado do debate europeu sobre o problema da habitação, lançado no segundo pós-guerra. (Cf. BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007; GRANDE, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, eldlarq, 2002; e PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991)

Na prática, esta diferença reflecte-se, não só na localização escolhida para implantar cada um destes núcleos - a “periferia” e a “costa”, como no programa de equipamentos que apoia e anima a vida quotidiana dos seus habitantes - nos Olivais direccionado para a assistência social, a educação e distrações de índole cultural, enquanto que em Vilamoura é muito mais vocacionado para a realização de actividades desportivas e de recreio ao ar livre e para a oferta de diversão nocturna. Isto é evidente na caracterização dos centros funcionais de cada uma das células do plano, em que a Escola dá lugar ao Campo de Golfe ou ao Casino, mas também nas categorias de alojamento disponíveis, exclusivamente residenciais, nos Olivais, agregadas em unidades de habitação colectivas, e residenciais - quer unifamiliares, quer plurifamiliares -, hoteleiras e para-hoteleiras, em Vilamoura. Por outro lado, a relação dos espaços livres por habitante, embora considerável no primeiro destes planos, é muito mais significativa no segundo, privilegiando-se, claramente, os espaços de sociabilização aos espaços de individualização em qualquer uma das urbanizações consideradas.

Quanto ao “Centro Cívico Comercial Principal” ou “Centro Primário”, no caso de Vilamoura, para além dos naturais ajustes de programa entre uma circunstância e a outra, verifica-se que, no Algarve, este se concentra à volta da zona baixa do Sector 1, núcleo que apresenta a maior densidade de ocupação residencial do plano. Mas, apesar da sua importância no conjunto geral da nova estância, não é por este Sector que se inicia o desenvolvimento dos trabalhos, ainda que a Hidrotécnica Portuguesa se encontrasse já a elaborar os estudos técnicos da futura Marina. O mesmo acontece nos Olivais-Sul, que só na década de noventa vê aprovado o loteamento da Célula G, destinada ao “Centro Cívico e Comercial” e apenas em parte executado, com alterações ao projecto inicial. O que não deixa de ser curioso, se tivermos em consideração o papel de aglutinador social e de articulação entre as várias células que se atribuía a estes núcleos centrais.

Sem ele, sem o seu “coração”, os Olivais-Sul não ultrapassariam a condição de “cidade-dormitório”. Para além disso, o grande ecletismo das propostas tipológicas que são avançadas, revelador da vontade experimentar outros modelos de habitação que não o bloco racionalista, a somar ao traçado orgânico da rede viária, aparentemente sem uma lógica estruturadora que não a da própria topografia do terreno, dava a impressão geral de “*um amontoado de objectos ‘semeados em dias de vendaval’*”²⁴², perdendo-se qualquer leitura de conjunto que amarre toda a intervenção. Já em Vilamoura, o funcionamento da nova cidade não é posto em causa pela concretização posterior do seu Centro Primário, quer pela autonomia de significado que cada célula encerra em si, quer pelas particularidades espacio-temporais do fenómeno turístico: “*temporal, episódico, precário*”²⁴³. E, na verdade, na costa, o principal espaço de interacção social e o centro de toda a vivência quotidiana é a Praia, ou seja, o próprio contexto natural que dá origem ao novo aglomerado urbano.

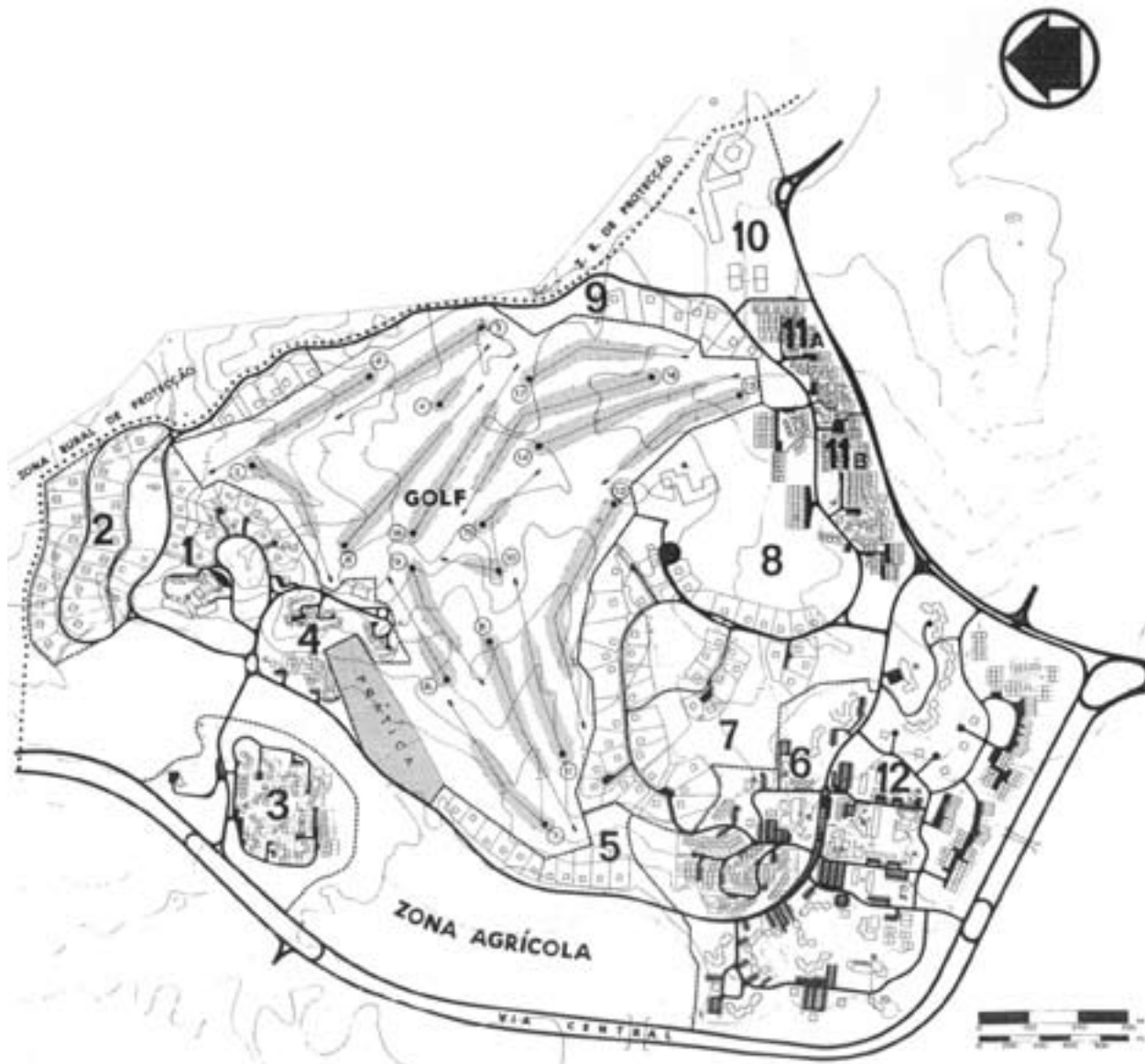
É este o grande factor diferenciador entre as duas urbanizações analisadas: na periferia o espaço natural é “complemento”, enquanto que na costa o espaço natural é “argumento”.

Em Vilamoura, os primeiros sectores a avançar seriam os do Golfe (Sector 4) e do Pinhal (Sector 2), decisão que só em parte tinha em consideração as indicações do Comissariado do Turismo e da DGSU, que aconselhavam “*dar prioridade ao desenvolvimento dos sectores 4 (sector do golfe) e 7 (sector da ribeira), seguidos imediatamente do desenvolvimento dos sectores 1 (sector da marina) e 5 (sector do lago)*”²⁴⁴. Os projectos urbanísticos para aqueles dois sectores seriam da responsabilidade do próprio engenheiro Costa Lobo e aprovados, respectivamente, a 28 de Abril e a 22 de Setembro de 1967.

²⁴² PORTAS, Nuno, *A Cidade como Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte, 1969, p. 129, citado em BANDEIRINHA, José António, op. cit., p. 102.

²⁴³ GAUSA, Manuel, “Lazer e Turismo. O espaço turístico: paisagem no limite”, in COSTA, Xavier, LANDROVE, Susana (direcção), *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*, Lisboa/Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses/Fundação Mies van der Rohe/DOCOMOMO Ibérico, 1997, p. 294.

²⁴⁴ CARVALHO, Raul Campos de, op. cit., p. 586.



Sector 4
 Planta Geral
 Manuel da Costa-Lobo, 1967
 (imagem Vilamoura:
 Planos de Loteamento, s.l., s.n.,
 Maio 1968)

O Sector 4 começa pela construção do Motel, na sub-zona 1, e do Campo de Golfe, ambos inaugurados em 1969, trazendo os primeiros turistas a Vilamoura. É junto ao Clube de Golfe, nas sub-zonas 1 e 4, que são edificadas, numa primeira fase, as primeiras tipologias residenciais: cerca de quarenta *bungalows* e cinco moradias. Segue-se a urbanização da “Aldeia do Golfe”, na sub-zona 3, um dos primeiros Aldeamentos do Algarve (se não o primeiro), constituído por “casas típicas”, que procuram incorporar certas formas arquitectónicas resultantes da “civilização” e das condições climatéricas locais²⁴⁵. Em qualquer um dos casos,

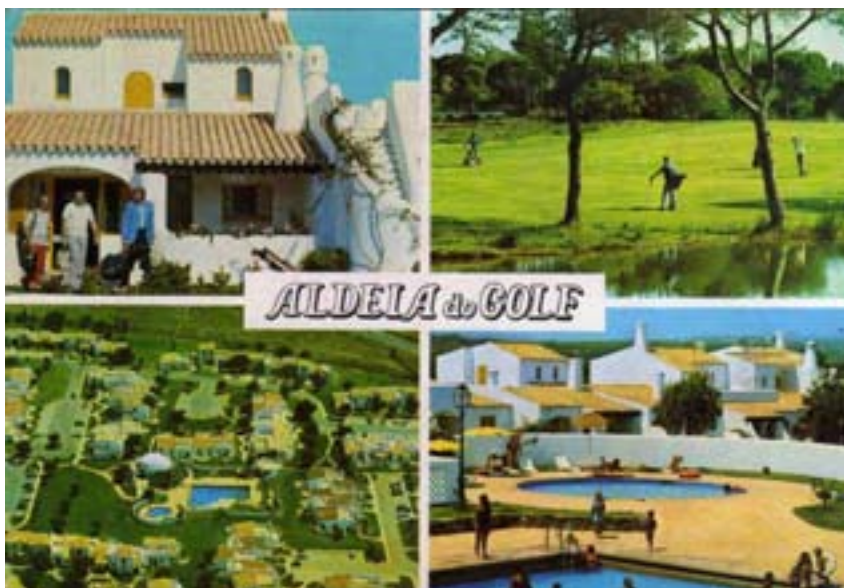
²⁴⁵ Como “pátios interiores, coberturas planas ou pouco inclinadas, vãos para o exterior reduzidos



Vilamoura
Sector 4 - Golfe
(com vista aérea do Motel)
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)



Vilamoura
Sector 4 - Golfe
(com fotografias de um dos
tipos de moradias e dos
bungalows)
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Golfe
Bilhete Postal, c. 1970
(imagem www.delcampe.net)

a sua construção podia ser encarada como um “*investimento de repouso pessoal ou como unidade de exploração em regime de aluguer*”²⁴⁶. Além das tipologias unifamiliares são, também, estudadas algumas soluções funcionais para apartamentos do tipo T0, T1 e T2.

Da autoria dos arquitectos J. Dimitrijevic e J.M. Charuet, da SETAP, são, ainda, publicados, na revista *Arquitectura*, três exemplos possíveis de conjuntos residenciais para este sector.

Conjunto residencial de alta densidade (70/130 aloj/ha) em banda contínua variando entre 5 e 7 pisos

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967

(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 60)



Conjunto de média densidade (30/70 aloj/ha) de habitações individuais agrupadas num terreno de pequena ou média inclinação

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967

(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 61)



Conjunto residencial de média densidade (30/70 aloj/ha) de habitações colectivas em banda contínua e individuais agrupadas variando entre 1 e 4 pisos

J. Dimitrijevic e J.M. Charuet,
c.1967

(imagem “Vilamoura”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, p. 62)



ou devidamente defendidos de uma forte insolação e intensa luminosidade”. (Cit. “Vilamoura”, *Arquitectura*, op. cit., p. 59)

²⁴⁶ Vilamoura. Algarve. Portugal, s.l., Lusotur, s.d., p. 18.

Como acontece com o “Hotel de Praia”, também o bloco de apartamentos tradicional sofre, na sua adaptação ao espaço litoral, uma fragmentação volumétrica, resultando em estruturas, escalonadas (vertical e/ou horizontalmente), que procuram tirar o melhor partido das vistas, da exposição solar e, ao mesmo tempo, minimizar o impacto das massas construídas na paisagem.

Do arquitecto Bill O’Dowd, do Carver L. Baker & Associates, são apresentados, na mesma publicação, os modelos de Moradias tipo F e H, ambos inspirados nas formas e nas técnicas de construção da arquitectura local.

Bastante pormenorizadas, estas soluções iriam servir como modelos indicativos para a empresa promotora orientar os projectos dos diferentes proprietários privados que vão comprando os lotes.

Já no Sector 2, “*os principais focos de interesse são a praia e a proximidade da Quarteira*”²⁴⁷, para a qual é planeado um novo perímetro de expansão (sub-zonas Q1 e Q2). A separar os dois aglomerados, “*sem total quebra de íntima relação ainda que haja forte diferenciação da ocupação do solo*”, é sugerida a delimitação de uma Zona Tampão, estrategicamente situada fora da área de actuação da Lusotur. O Pinhal existente, que dá o nome a este Sector, é mantido, dividindo-se em quatro sub-zonas com uma caracterização muito idêntica ao do Sector do Golfe. Em contraste, nas sub-zonas mais próximas do Porto e do futuro centro urbano é proposta uma maior densidade de ocupação do solo. De resto, é para aqui que se projectam “*muitos dos equipamentos previstos para o conjunto da ‘cidade’, desde o casino aos cinemas, escritórios e dependências bancárias, etc.*”, concentrados, na parte nascente da sub-zona 5, num núcleo comercial que seria projectado por Francisco Keil do Amaral, por encomenda directa da própria Lusotur. Na parte a poente é construída a “Aldeia do Mar”, zona de moradias e de blocos de apartamentos organizados em torno de Piscinas colectivas exteriores.

²⁴⁷ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 427.

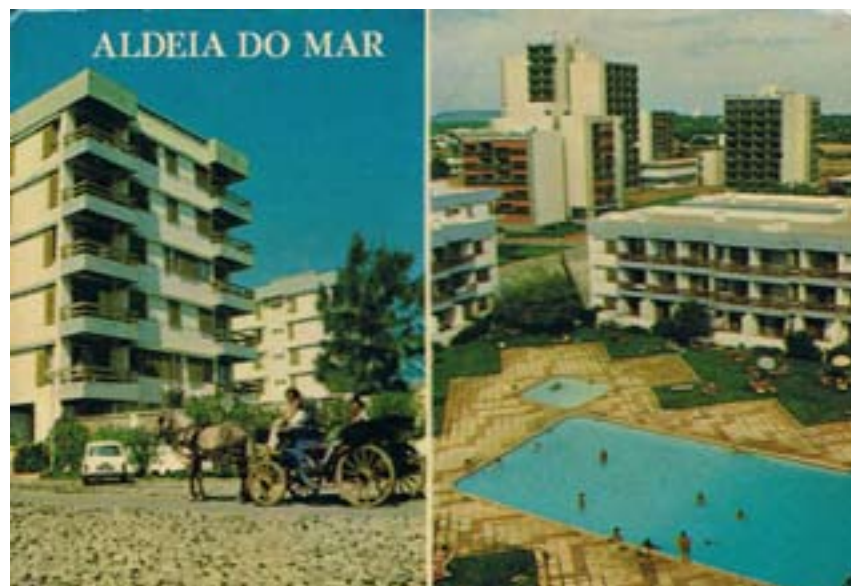
Vilamoura - Algarve - Portugal
Sector 2 - Pinhal
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Mar
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)



Aldeia do Mar
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)





O projecto de Keil do Amaral para o Centro Comercial de Vilamoura inclui o Casino Provisório, uma vez revistas as condições de exploração do Jogo na Zona Permanente do Algarve²⁴⁸, os escritórios da Lusotur, uma Igreja e alguns blocos de apartamentos apoiados por uma pequena zona de comércio local e por um Cinema. Todos estes projectos são desenvolvidos entre 1971 e 1974, vindo alguns a ser concretizados, já na década de oitenta, sob a orientação do arquitecto José Antunes da Silva, que assume a responsabilidade da obra depois da morte de Keil, em 1975.

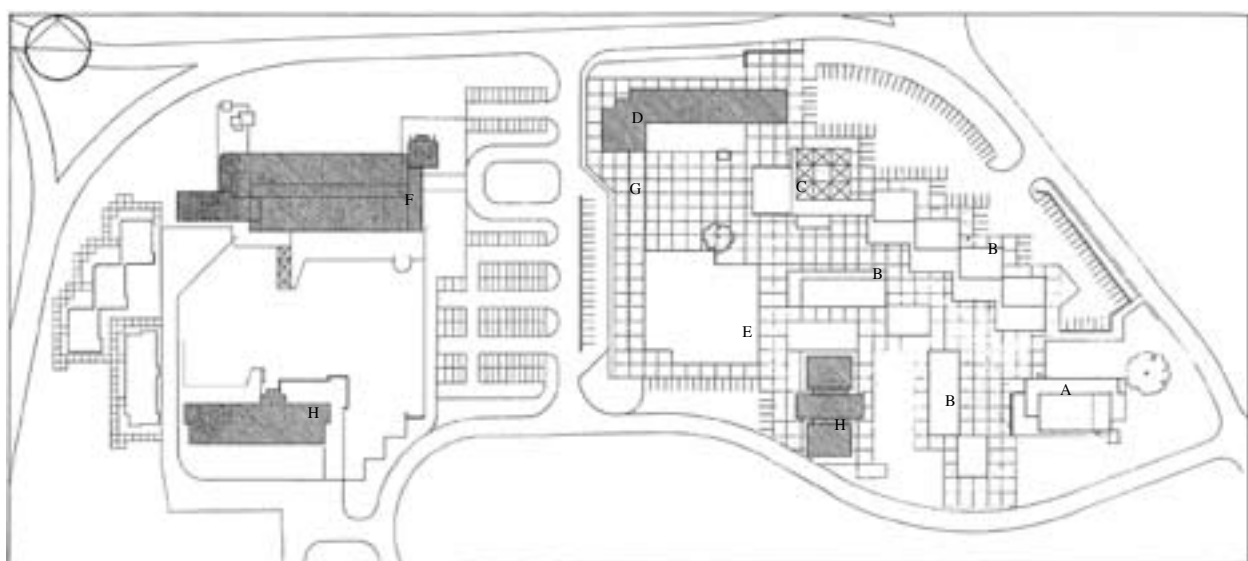
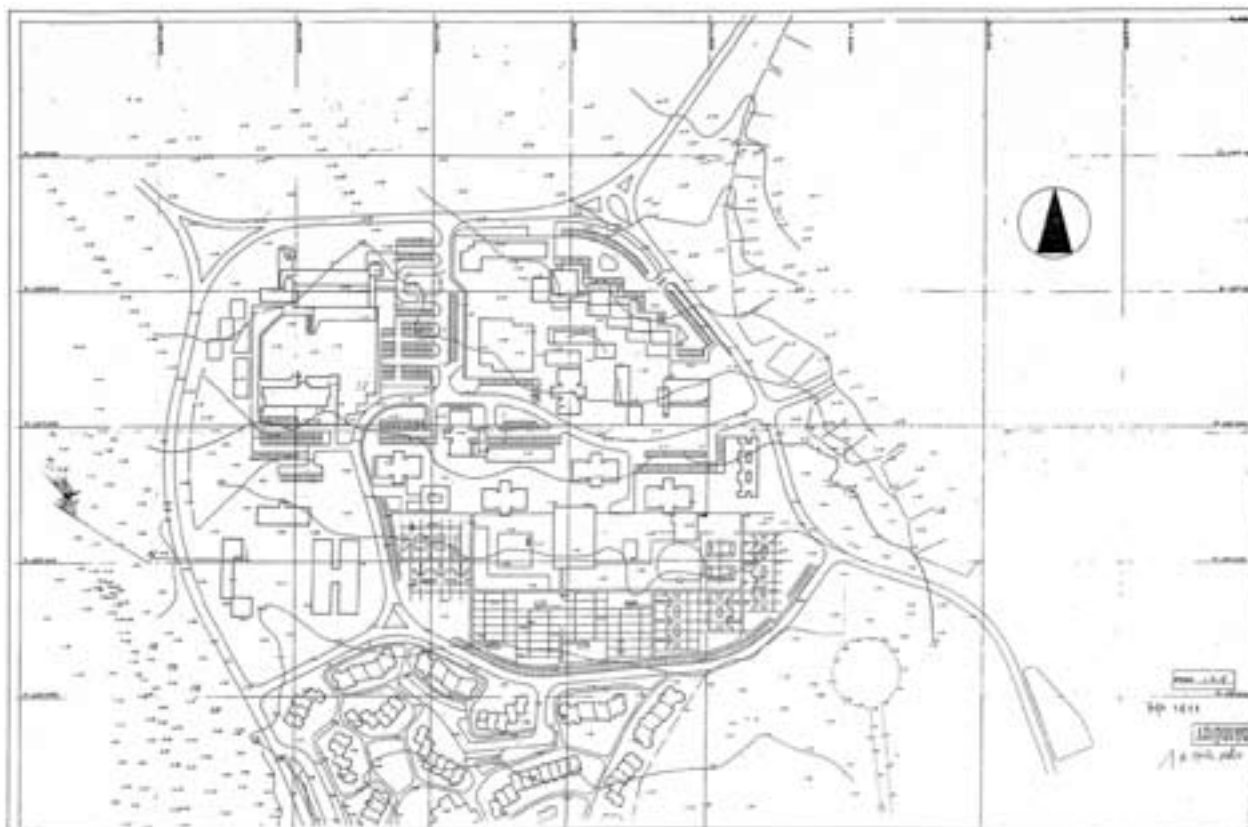
Sector 2

Planta Geral

Manuel da Costa-Lobo, 1967

(imagem Vilamoura:
Planos de Loteamento, s.l., s.n.,
Maio 1968)

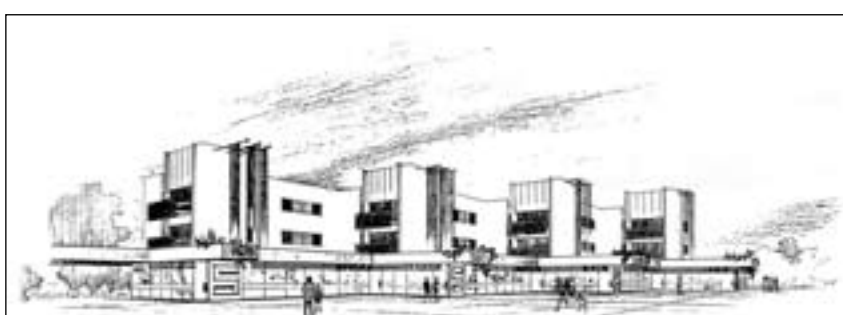
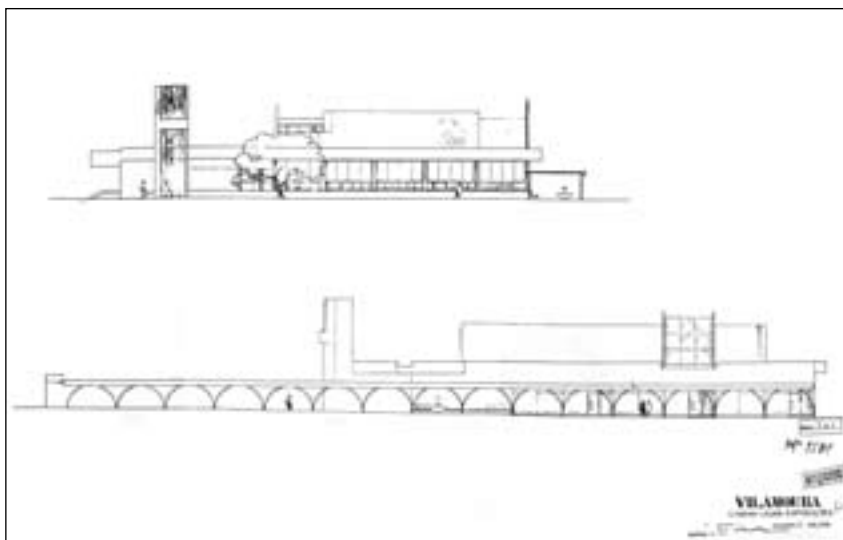
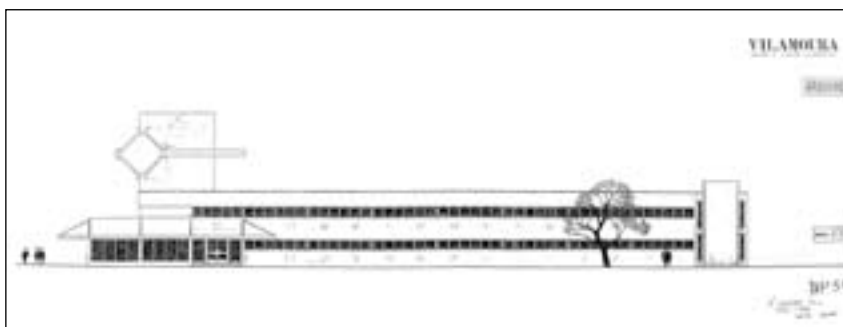
²⁴⁸ Pelo Decreto N.º 134/71, de 8 de Abril, que estipula que esta “*poderá efectuar-se em três casinos, situados em concelhos diferentes*”, ficando o Algarve equipado com instalações deste tipo no Alvor, Monte Gordo e, agora, Vilamoura. (Cf. Decreto N.º 134/71, *Diário do Governo*, I Série, N.º 83, 8 Abril 1971, p. 493)



- Legenda:
- A - Igreja
 - B - Habitação e Comércio
 - C - Comércio
 - D - Escritórios da Lusotur
 - E - Cinema
 - F - Casino Provisório
 - G - Passadiço Pedonal
 - H - Apartamentos

Respeitando o plano de conjunto realizado por Costa Lobo, os diferentes programas são dispostos de maneira a conformar pequenos largos ou praças interiores de circulação exclusivamente pedonal, relegando o trânsito e o estacionamento automóvel para a periferia dos quarteirões. Os edifícios adoptam uma implantação mais orgânica, ensaiando novas soluções tipo-morfológicas que

procuram recuperar a espacialidade da cidade pré-moderna e uma relação mais próxima com a escala humana. Nesta aproximação, a Arquitectura é o elemento que garante a unidade do conjunto, numa composição pensada, à partida, como um todo coerente dentro do somatório de parcelas que, aqui como nos Olivais-Sul, desenha o território urbanizado.



Vilamoura
Planta do Sector 2 - Zona 5
e
Planta Centro Comercial
[Francisco Keil do Amaral?],
1972
(imagens HENRIQUES, Susana Maria
Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
Urbanista. Tradição e Modernidade
na sua obra*, dissertação de mestrado
em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto
Superior das Ciências do Trabalho e
da Empresa, Janeiro 2000, Desenhos
V7 e V5)

Vilamoura
Sector 2 - Centro Comercial
[Escritórios da Lusotur]
Alçado Sul
e

Vilamoura
Cinema - Lojas - Exposições
Alçados
Francisco Keil do Amaral,
1972
(imagens HENRIQUES, Susana Maria
Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
Urbanista. Tradição e Modernidade
na sua obra*, dissertação de mestrado
em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE,
Janeiro 2000, Desenho V9 e Desenho
V10)

Vilamoura
Cinema e Escritórios da
Lusotur (ao fundo)
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem www.delcampe.net)

Vilamoura
Blocos de Habitação e Comércio
Perspectiva
c. 1972
(imagem HENRIQUES, Susana Maria
Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
Urbanista. Tradição e Modernidade na
sua obra*, dissertação de mestrado em
Desenho Urbano, Lisboa,
ISCTE, Janeiro 2000,
Desenho V11)

Vilamoura

Igreja

Fotografia, c. 1980

(imagem AMARAL, Francisco
Pires Keil Amaral (coordenação),
Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975,
Lisboa, Associação dos Arquitectos
Portugueses, 1992, p. 37)



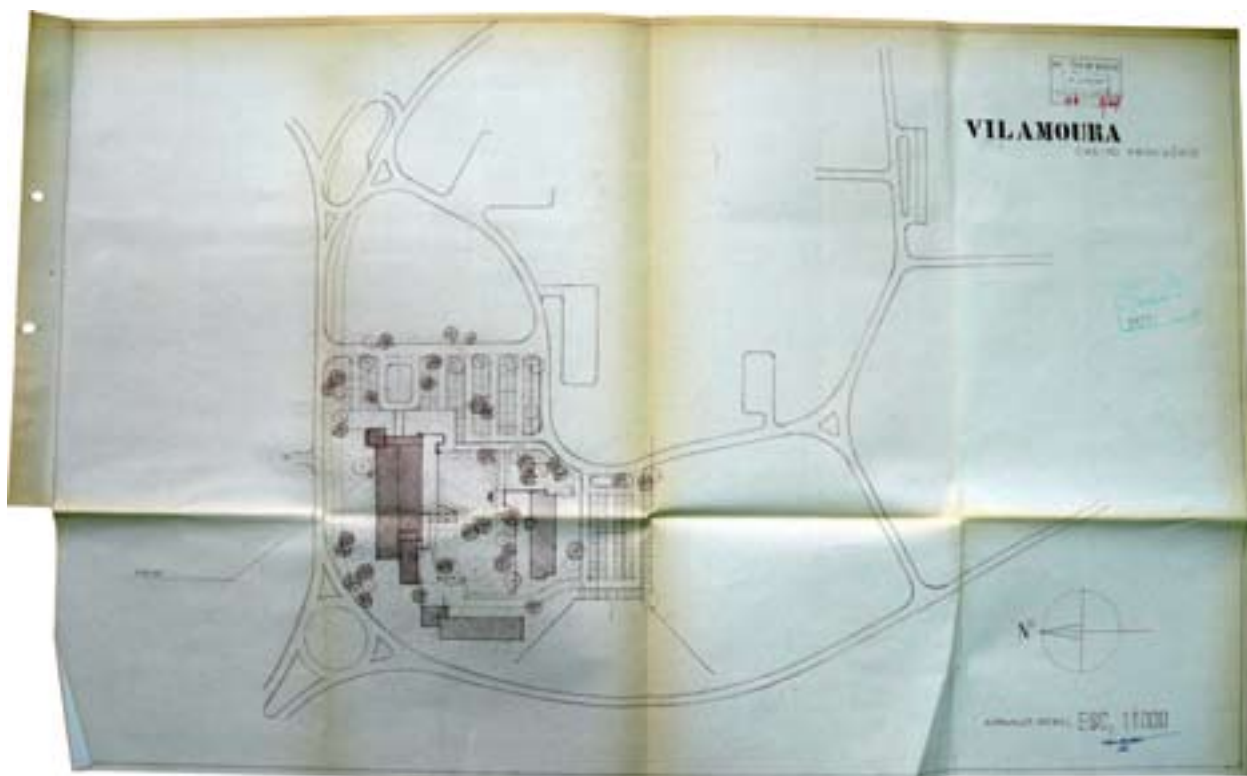
“Esteticamente pouco haverá a dizer (...). Os volumes serão simples, naturalmente decorrentes do partido arquitectónico interno, mas com certo movimento e uma sensível harmonia de proporções. Pretende-se (...) que o[s] edifício[s] se integre[m] num ambiente já localmente esboçado e caracterizado - como que um estilo de edificar sem carácter urbano, nem solenidade. Alegre, sóbrio, destinado a ser enquadrado por arvoredos, relvas e flores. Uma feição especial da arquitectura que acentue a ideia de férias numa região especial do nosso país (...) sem cair numa utilização directa de motivos da arquitectura tradicional algarvia, ou tidos agora como tais; antes numa adequação ao ambiente geral, à benignidade do clima, à composição geral dos conjuntos de Vilamoura e ao espírito que a arquitectura dos nossos dias vem tomando naquela parcela do nosso território.”²⁴⁹

Interessante é, no entanto, perceberem-se algumas influências da arquitectura moderna norte europeia neste conjunto, via Dudok e Alvar Aalto, sobretudo na caracterização da Igreja e do Casino Provisório, que nos reportam para as obras mais expressionistas de Keil, de início de carreira, para a Secil e a UEP.

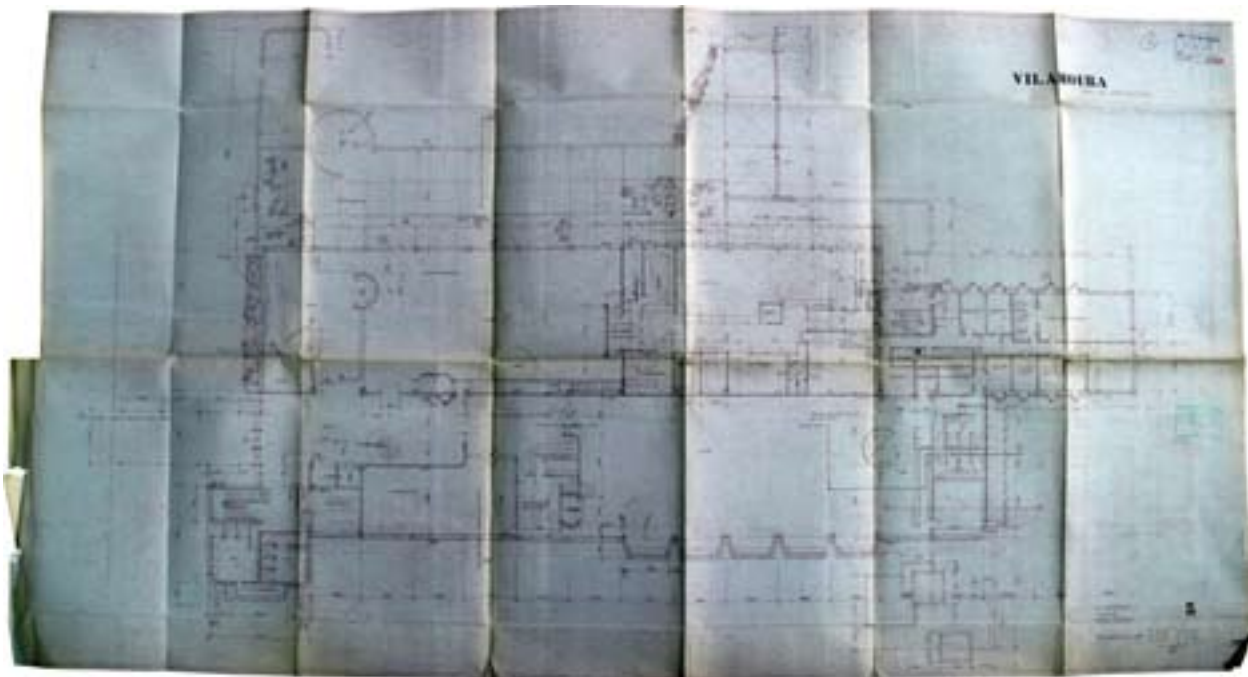
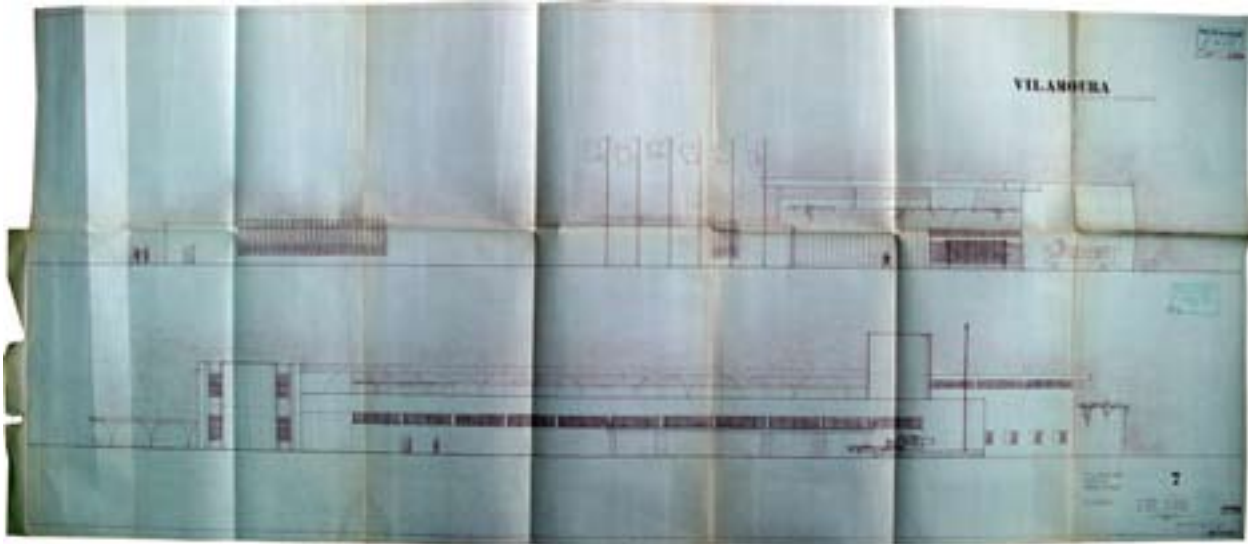
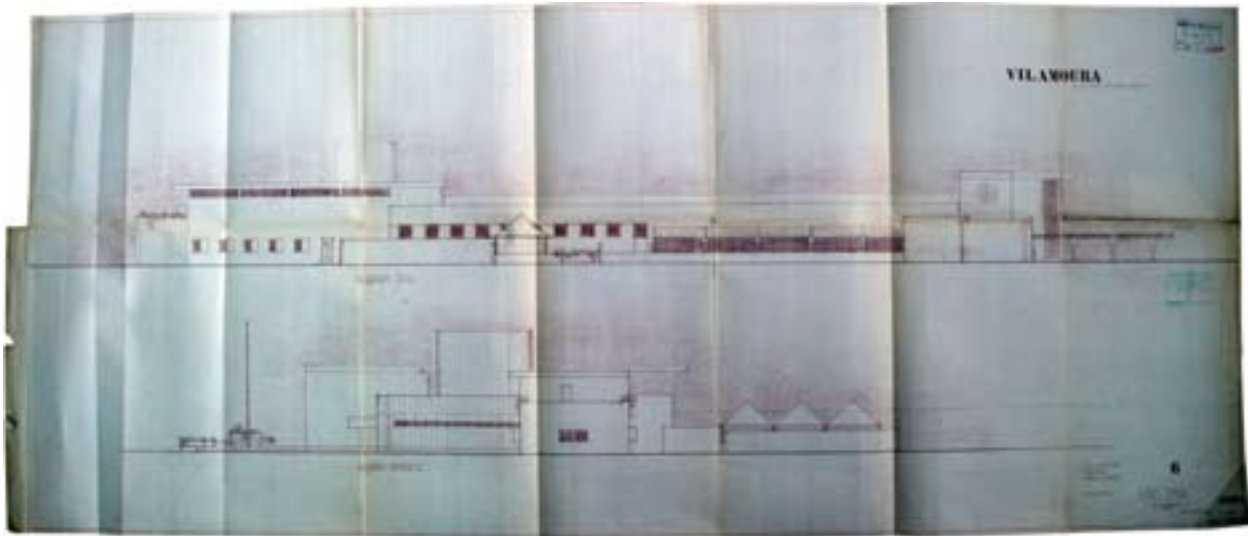
O Casino Provisório de Vilamoura, realizado para a Sociedade de Iniciativas Turísticas Algarvias (SOINTAL), vencedora da nova concessão de exploração do Jogo no Algarve e empresa associada da Lusotur, vai implantar-se no limite norte do Sector 2, junto ao Sector 1, onde se previa a construção de um edifício definitivo, passando aquele, depois, a albergar, para além do Restaurante já incluído no programa inicial, o Supermercado e a Boîte da Lusotur. Contrariamente ao que se poderia pensar, “o carácter ‘provisório’ conferido a este casino de modo algum pressupõe umas instalações menos cuidadas, quer do ponto de vista funcional, quer da qualidade arquitectónica. O edifício será feito de raiz e segundo um programa previamente estabelecido com bastante pormenor. É amplo, digno e arquitectonicamente cuidado. Embora sem monumentalidade, tem um volume que já marca presença sensível numa estância balnear”.²⁵⁰

Com uma organização interna relativamente simples, o Casino divide-se em dois núcleos fundamentais - o do Restaurante e o do Jogo - ambos com acesso directo desde o Hall de entrada e

Vilamoura
Casino Provisório
Arranjo Geral
Francisco Keil do Amaral,
1971
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



²⁵⁰ Idem, p. 1.



equipados com zona própria de Bar. Como complemento da área de refeições do Restaurante, o edifício é provido de uma ampla esplanada exterior, virada a sul e aberta para a área ajardinada no interior do quarteirão. E, embora “provisório”, só vinte anos depois de iniciada a sua construção, em Outubro de 1971, esta estrutura seria substituída por uma definitiva, inaugurando-se o Casino de Vilamoura em Outubro de 1991.²⁵¹

Os projectos finais para o Supermercado, Sala de Exposições, Cinema, Lojas, Pastelaria, Café e Self-Service são realizados em 1974, em colaboração com o arquitecto José Antunes da Silva²⁵², com quem Keil do Amaral desenvolve, em simultâneo, um dos empreendimentos turísticos construídos na área do Pinhal - a *Urbanização Turística do Pinhal da Marina* - para um promotor privado.

Vilamoura
Casino Provisório
3 - *Planta do R/C*,
6 - *Alçados* [Sul e Poente]
e
7 - *Alçados* [Nascente e Norte]
Francisco Keil do Amaral,
1972
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Vilamoura
Casino Provisório
Fotografia, c.1974
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



²⁵¹ Actualmente, o antigo Casino pertence à Junta de Freguesia de Quarteira, funcionando como Salão de Festas. (Cf. HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Janeiro 2000, p.139)

²⁵² AMARAL, Francisco Pires Keil Amaral (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, p. 104.

Vilamoura
Casino Provisório
Hall de Entrada,
Sala de Jogo
e
Bar da Sala de Jogo
Fotografias, c.1974
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





Vilamoura
Casino Provisório
Bar da Sala de Jogo,
Restaurante
e
Bar do Restaurante
Fotografias, c.1974
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Em Junho de 1971 a Lusotur anuncia a realização de um concurso internacional para o projecto da zona da Marina, “o primeiro [concurso deste tipo a ser realizado em Portugal] em cerca de duas décadas”²⁵³. No regulamento informa-se que este equipamento ocuparia 17 hectares dos 137 do Sector 1, o “Centro Primário” de Vilamoura, estando previsto ter uma capacidade para 1.000 embarcações e acesso por um ante-porto, delimitado por molhes, onde podiam acostar os barcos, de recreio e de pesca, de maiores dimensões.

Segundo um relatório do XXI Congresso Internacional de Navegação, as Marinas, para “além de oferecerem um número importante de postos de amarração, são verdadeiros supermarkets sobre o mar, capazes de fornecer tudo o que possa ser útil à segurança, ao conforto e ao recreio do navegante que as procura”²⁵⁴, e, por isso, “devem (...) estar aptas a satisfazer todas as eventuais necessidades derivadas das exigências sociais e recreativas da vida de família e estar também tècnicamente equipadas para a segurança da navegação”, oferecendo “estaleiros completamente equipados para os trabalhos exigidos pelas embarcações, (...) [e os] necessários operários especializados”. Em 1968, existiam, no Mediterrâneo, apenas dois portos projectados de raiz como Marinas: Cannes 2, no sul de França, e Porto Cervo, na Sardenha, servindo, estes, de modelo para a intervenção em Vilamoura.

O concurso tem o apoio da União Internacional dos Arquitectos (UIA) e da sua Secção Portuguesa, prevendo-se uma única fase de entrega de propostas. As inscrições estariam abertas até ao final de Junho e os trabalhos de cada equipa ou projectista submetidos até Dezembro, estando agendada a leitura dos resultados para Fevereiro de 1972. “A presença de ateliers estrangeiros resulta de convites feitos, a cerca de meia centena de profissionais, pela Lusotur”²⁵⁵.

²⁵³ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 428.

²⁵⁴ CARVALHO, Raul Campos de, *Parecer N.º 3550: Vilamoura - Planeamento do conjunto turístico*, op. cit., pp. 598-599.

²⁵⁵ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 429.

O júri do concurso reúne um grupo destacado de arquitectos, entre elementos efectivos e suplentes. Segundo Maria da Graça Briz, os efectivos são os ingleses Sir Leslie Martin e Percy Johnson Marshall, o espanhol Oriol Bohigas, o italiano Giancarlo de Carlo, e os portugueses José Rafael Botelho, engenheiro Celestino da Costa (da DGSU), e engenheiro Sá e Melo. Como suplentes, são nomeados o dinamarquês John Allpass e o português Nuno Portas, este em representação da Secção Portuguesa da UIA²⁵⁶. A estes nomes, Ana Tostões acrescenta, ainda, Ralph Rapson, Jean Guyton e Carlos Ramos²⁵⁷. Sem voto, o engenheiro Manuel Costa Lobo assume o papel de conselheiro, representante da Lusotur.

Ao primeiro classificado seria atribuído o prémio de 14.000 dólares americanos, prevendo-se idêntico valor pecuniário para os segundos classificados e recompensas para as menções honrosas. Uma vez seleccionada a proposta vencedora, os seus autores tinham até Outubro de 1972 para apresentar o projecto final da primeira fase de intervenção, que correspondia à construção de a 50.000 m² de área coberta e respectivos espaços exteriores, estando prevista a conclusão destas obras para Abril de 1974.

De acordo com o programa inicial, o Sector 1, do Porto, comportava uma população total de 17.000 habitantes, entre residentes permanentes (20% do total) e temporários (estes últimos pertencentes a estratos sociais médios e elevados). Para além das 4.000 camas previstas, distribuídas por diversas categorias de instalações hoteleiras, entre elas “*três unidades de grande capacidade e de nível de qualidade, 10 a 20% da área edificada dever[ia] ser destinada a [programas ligados à] alimentação, comércio e diversão*”, complementados por espaços de função cultural, como Biblioteca, Museu²⁵⁸ e Sala de Espectáculos.

²⁵⁶ Idem, pp. 429-430.

²⁵⁷ Cf. TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 208.

²⁵⁸ Associado à Estação Arqueológica do Cerro da Vila, localizada na zona do Porto, onde, desde 1963, e até hoje, se têm procedido a diversos trabalhos de escavação, que puseram a descoberto uma

Mais próximo da Marina, seriam implantados o Clube Náutico e os diversos serviços e estruturas de apoio necessárias ao abrigo, abastecimento e reparação das embarcações residentes e visitantes. Nesta primeira fase é exigido aos concorrentes o estudo pormenorizado do plano geral da intervenção, acompanhado de uma maquete à escala 1:500, de forma a clarificar “a distribuição dos tipos de edifícios, o tratamento dos espaços livres, as áreas de circulação de veículos e/ou peões, e ainda as características (...) arquitectónicas dos edifícios”.²⁵⁹

Cumprindo com os prazos estipulados, em Março de 1972 são divulgados os resultados do concurso e os trabalhos premiados expostos ao público. O primeiro prémio não é atribuído, sendo os projectos do arquitecto português Pedro Vieira de Almeida e do escritório inglês Eric Lyons, Cunningham & Partners classificados, em *ex-aequo*, no segundo lugar.

Sector 1 - Marina

Planta Geral

Manuel da Costa-Lobo, c.1967
(imagem *Vilamoura. Algarve. Portugal*,
s.l., Lusotur, s.d., p. 15)



villa romana, “um complexo de balneários públicos, outras casas menores com mosaicos, diversos tipos de tanques de salga de peixe e uma necrópole”. (Cit. Briz, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 405)

²⁵⁹ *Concurso Internacional para a Planificação da Área Central de Vilamoura: Programa do Concurso*, s.l., Lusotur, [1971], p. 5, citado em Briz, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 430.

Crítico em relação aos processos de urbanização vertical, então em voga na expansão residencial das grandes cidades e na concepção de outros empreendimentos turísticos, a que se associava a utilização de linguagens arquitectónicas com um sentido mais comercial, na perspectiva da sua vontade de comunicação, Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) “*não queria fazer corresponder as tipologias ensaiadas nas periferias urbanas a implantações em contextos naturais fortes com programas de lazer. Ao contrário, defendia que era preciso inventar essa ‘implantação’*”. Por outro lado, “*considerava que o plano de borda para a faixa costeira era o menos adequado à situação, contrapondo (...) um plano de penetração para colonizar o interior*” do território. “*Tratava-se de pensar novos modelos, de recusar [tanto a forma da “cidade-subúrbio”, como] o ambiente de opereta das aldeias turísticas [que começavam a proliferar por todo o litoral,] e propor um outro sentido de turismo que se baseava em primeiro lugar no espírito despreocupado, num ambiente de cidade alegre, mas viva. Em segundo lugar num espaço que permitia um grande grau de abertura à apropriação e iniciativa*”.

A partir da ideia já esboçada no Plano Geral de Costa Lobo, que propunha a ligação do Porto de Recreio ao Lago do Sector 5, situado a norte, por dois canais que criavam uma ilha, o arquitecto explora ao limite a intenção de “*integrar a água como elemento organizador do espaço (...) [e] da paisagem urbana*”²⁶⁰ numa intervenção que se apresenta como uma autêntica “cidade lacustre”. Estruturada por uma rede ortogonal de canais que se estende por toda a área central do sector, a solução apresentada articulava-se a dois níveis, resolvendo o sistema de circulação viária e os parques de estacionamento a uma cota inferior. “*Com os automóveis e transporte de mercadorias passando sob os canais*”²⁶¹, ganhava-se maior liberdade para distribuir as massas construídas à superfície do terreno.

²⁶⁰ TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral” op. cit., p. 209.

²⁶¹ BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 431.



Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura
Perspectiva
Pedro Vieira de Almeida, 1971
(imagem
Estúdio Mário Novais/Biblioteca de
Arte FCG)



Contra os princípios do zonamento funcionalista, os edifícios residenciais misturavam-se com os restantes programas, dispostos “centralmente, em socalcos, junto aos canais”.²⁶²

“Por outras palavras, [procurava-se] fazer uma cidade com urbanismo de lazer introduzindo a água como elemento privilegiado de fruição, levando a marina até à cidade, integrando as ruínas romanas no contexto e propondo, na sua utopia, um museu do mar com túneis transparentes”.

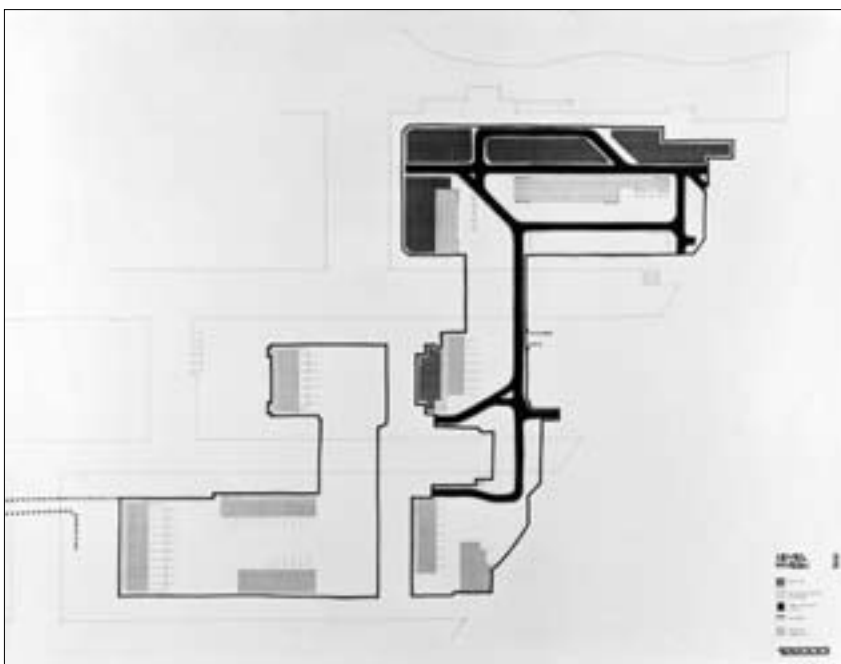
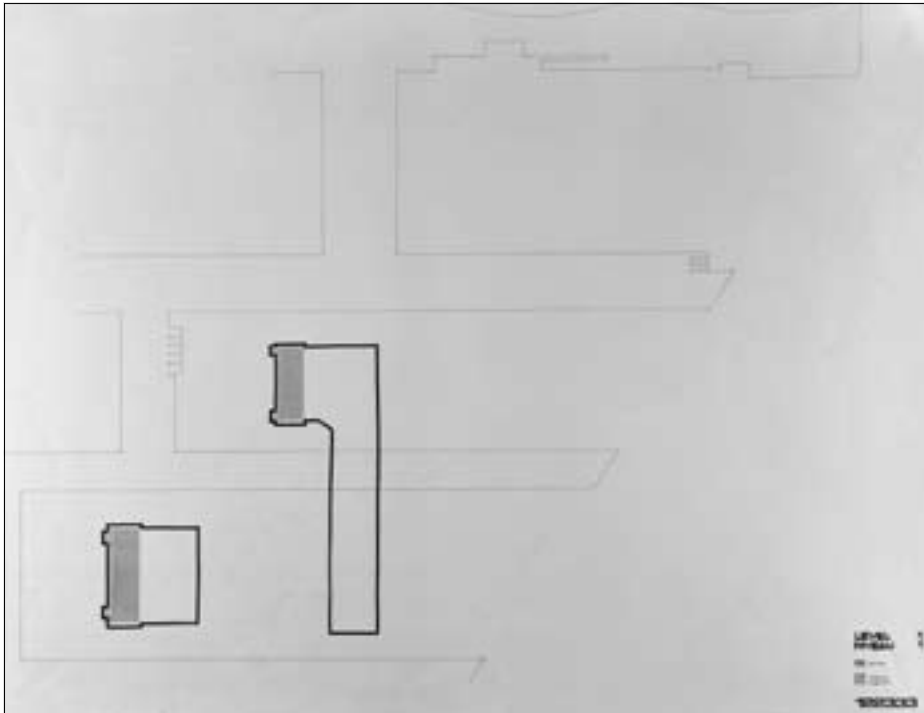
A complexidade da proposta, com implicações técnicas e financeiras difíceis de resolver, levaria a que a Lusotur decidisse pela sua não realização, preferindo o projecto da firma inglesa. Keil do Amaral, numa entrevista à revista *Arquitectura*, levanta uma outra questão pertinente para esta decisão, ao sublinhar que “ao recente concurso internacional para a urbanização do centro de Vilamoura concorreram várias empresas importantes, nacionais e estrangeiras. Pois ganhou um ‘outsider’ do sistema, o Pedro Vieira de Almeida, trabalhando praticamente sózinho. (...)”

Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura
General Plan

Pedro Vieira de Almeida, 1971
(imagem
TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional,
turismo e transformação do território
ou as ‘nuvens negras’ profetizadas
por Keil do Amaral”, CONGRESO
FUNDACIÓN DOCOMOMO
IBÉRICO, IV, Valencia, 2003.
*Arquitectura Moderna y Turismo
1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación
DOCOMOMO Ibérico, 2004, p. 209)



²⁶² TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral” op. cit., ibidem.



Concurso Internacional para a
Planificação da Área Central de
Vilamoura

Level 1

e

Level 2

Pedro Vieira de Almeida, 1971

(imagens

Estúdio Mário Novais/Biblioteca de

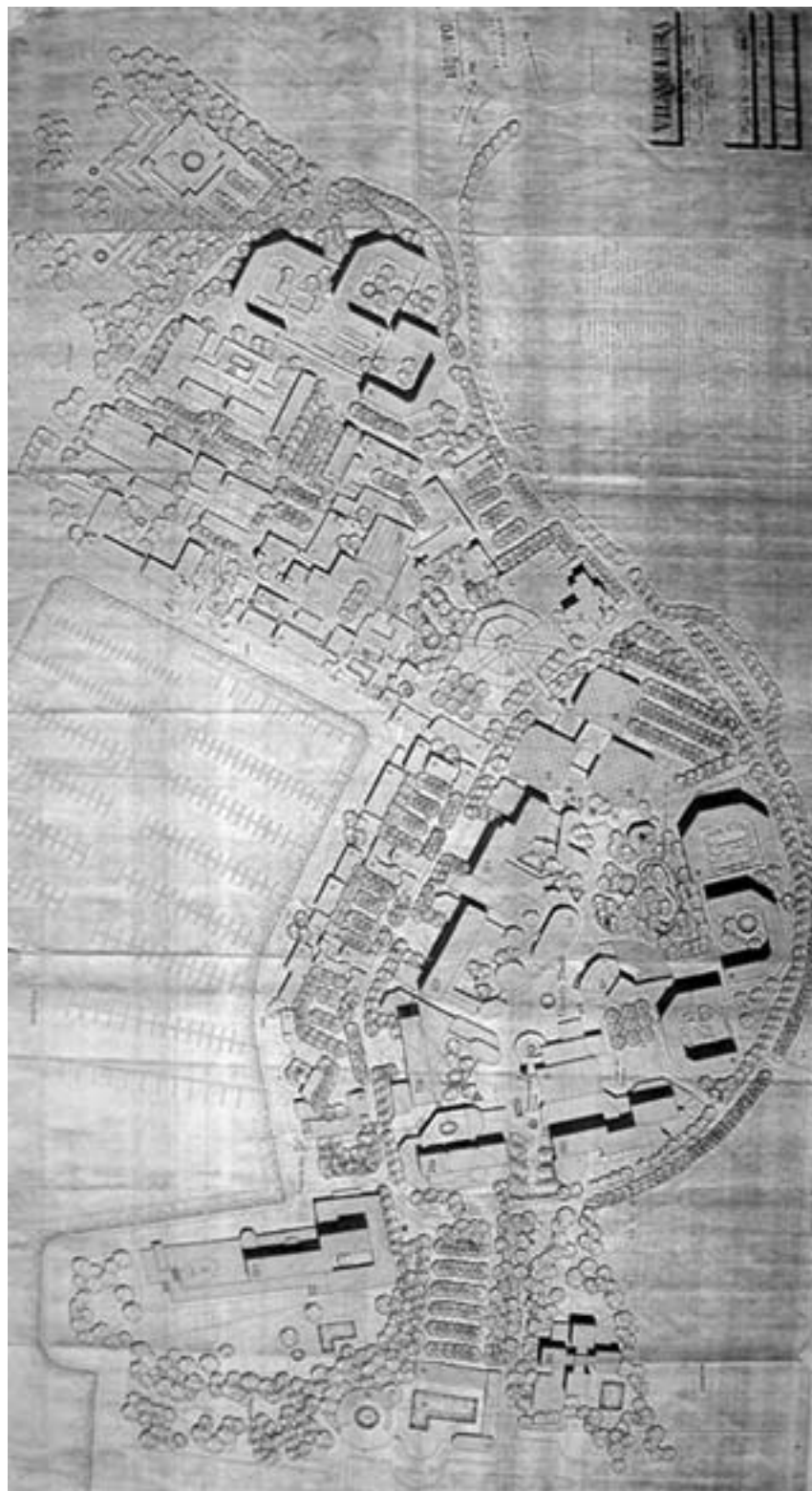
Arte FCG)

É natural que (...), se vier a realizar o seu plano, tenha de organizar o seu 'atelier' para o efeito, com uma outra colaboração. Mas não precisará de o transformar numa empresa comercial”²⁶³. Ora, num investimento que, na altura, se previa chegar a cerca de 260 mil contos, estas condições não eram as que davam as melhores garantias à sociedade promotora.

²⁶³ “Entrevista com o Arquitecto Francisco Keil Amaral”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 125, Agosto 1972, p. 79.

Vilamoura
Planta Geral da Sub-Fase A
Eric Lyons e Ivor Cunningham,
1973

(imagem
BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A
Vilegiatura Balnear Marítima em
Portugal (1870-1970): Sociedade,
Arquitectura e Urbanismo*, Volume II,
dissertação de doutoramento em
História da Arte Contemporânea,
Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de
Lisboa, 2003, p. 277)



A trabalhar em conjunto desde 1955 e com uma já vasta experiência na construção de “comunidades” residenciais para a empresa imobiliária *Span Developments* de Geoffrey Townsend²⁶⁴, a dupla Eric Lyons (1912-1980) e Ivor Cunningham (1928-2007) seria, no final, a escolhida para avançar com o projecto da Marina. O Ante-Projecto que apresentam para o sector divide-se em três sub-fases de concretização - A, B e C, das quais a primeira, correspondente às zonas situadas a norte e a nascente da Marina, é a que desenvolvem com maior pormenor e, por isso, pela qual se vão iniciar as obras. O programa delineado para este núcleo compreendia:

“1 - Casas sobrepostas, do lado ocidental, contidas em dois blocos (1 e 2) intimamente ligados. Basicamente, estes são edifícios de quatro andares, utilizando a forma ‘duplex’ de maneira a fornecer apartamentos familiares de dois andares que se denominam ‘moradias’ (VA e VB) devido à sua semelhança com moradias em banda.

2 - O Clube da Marina [que] funcionará como clube naval provisório enquanto não estiver construído o Clube Naval definitivo, previsto para uma fase posterior da evolução da Marina. (...)

3 - Lojas, encimadas por habitações (...), [e] mais algumas construções menores, tais como um café e um mercado ao ar livre na Praça da Marina.”²⁶⁵

Na *Memória Descritiva relativa à Sub-fase A*, finalizada em Junho de 1973, clarificam-se outros aspectos importantes do projecto de conjunto:

“A construção habitacional será na sua maior parte composta de apartamentos de 1, 2 ou 3 divisões assoalhadas (SA, SB e SC) dando blocos com alturas variando entre 3 e 4 pisos.

O sector das lojas é flexível e está concebido de maneira a facilitar uma grande variedade de lojas, prevendo muitas mudanças nos primeiros tempos de crescimento do Centro. As lojas serão quase todas de um piso, dando as traseiras para parques de automóveis ou pátios de serventia, aproveitando assim a possibilidade de terem entradas ou vitrinas dos dois lados.

²⁶⁴ Com a qual Eric Lyons colabora desde a sua criação em 1948. (Cf. www.weymede.co.uk e SIMMS, Barbara, *Eric Lyons and Span*, London, RIBA Publishing, 2012)

²⁶⁵ LYONS, Eric, *Vilamoura: Primeira Fase do Centro da Cidade: Memória Descritiva relativa à Sub-fase “A”*, s.l., Junho 1973, p.4, citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, op. cit., p. 432.

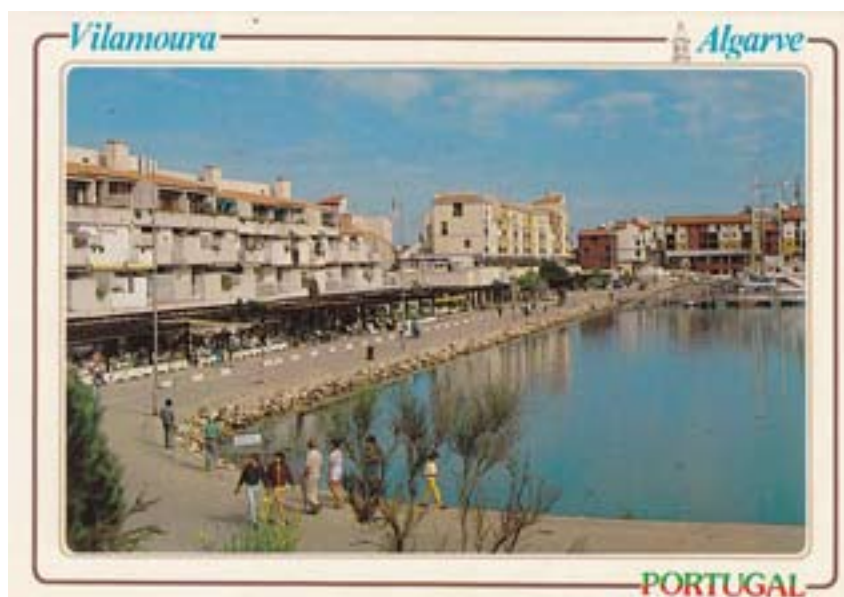
Chama-se a atenção para os blocos 7 e 8 onde estão previstas lojas de dois andares, havendo a possibilidade de comunicação interna entre o 1.º e o 2.º piso ou utilização independente entre os dois níveis. Daqui resulta do lado da Marina uma colunata sobreposta dando ligação ao nível superior da Praça da Marina e Clube da Marina; no nível inferior (nível do cais) há ligação com o beco traseiro onde estão projectadas boutiques e lojas pequenas de artesanato e outras atracções turísticas.

É de notar a previsão de estacionamento adequada para os carros cujo acesso deriva da Avenida da Marina. O estacionamento para os blocos 6 e 7 é previsto provisoriamente no terreno traseiro; mais tarde, quando da construção das sub-fases 'B' e 'C', serão criados parques de automóveis definitivos.

A notável vantagem desta concepção de estacionamento é que liberta o lado da Marina de carros. O cais será totalmente reservado aos peões, fora uns acessos de emergência especialmente controlados (...).”²⁶⁶

O objectivo dos arquitectos ingleses, tal como o de Keil do Amaral no projecto para o Centro Comercial da zona 5 do Sector 2, era o de alcançar um “*ambiente de escala humana e um total sentido de identificação do conjunto das construções*”²⁶⁷, numa composição que procura, acima de tudo, explorar a “*variedade de relações espaciais com as diferentes silhuetas dos edifícios*”. Nesse sentido, defende-se a maior simplicidade nos acabamentos dos volumes, que “*limitar-se-ão a tijoleira tradicional e tintas de cor*”.

*Vilamoura - Algarve
Portugal
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)*



²⁶⁶ Idem, pp. 4-5.

²⁶⁷ Idem, p. 5.



Marina Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)



Vilamoura
Algarve - Marina
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)



Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)

Vilamoura
Marina
(com a sub-zona 5 do Sector 2
ao fundo)
Bilhete Postal, c. 1974
(imagem
www.delcampe.net)



Vilamoura
Apartamentos da Marina
Eric Lyons e Ivor Cunninham,
1971-1974
(imagens www.ribapix.com)

“De maneira a cercar a Marina, criando, assim, um ambiente interessante e animado” estava “prevista a construção rápida da sub-fase ‘A’”, iniciando-se, logo em 1972, a edificação dos primeiros conjuntos de apartamentos e lojas situados na frente de cais, primeiro os do lado norte, seguindo-se os do lado nascente. A consolidação da envolvente próxima do Porto de Recreio permitiu a continuação dos trabalhos para o interior sem perturbar a vida junto à água. É, assim, que em 1974, poucos dias antes do 25 de Abril, se inaugura oficialmente a Marina, sendo o iate do Conde de Barcelona a primeira embarcação a estrear o novo equipamento.

Ultrapassados os tempos difíceis que se vivem, em Portugal, no contexto económico e político dos anos setenta e concluído o prazo de vinte anos da primeira fase de urbanização de Vilamoura, a Lusotur avança com um novo ciclo de construção, que, como estava previsto, propõe “*lotear parte do sector agrícola, entretanto esvaziado de interesse económico, (...) bem como completar os programas já aprovados para os sectores 5 e 7*”, do Lago e da Praia.

No entanto, a implementação deste novo plano, conhecido como “Vilamoura XXI”, iria encontrar alguma resistência por parte das autoridades oficiais e só a ameaça da densificação das áreas já concluídas, que apresentavam uma percentagem de ocupação muito abaixo da permitida por lei, levaria à sua aprovação pela

Assembleia Municipal de Loulé, a 27 de Março de 1998. Decisão que é ratificada, um ano depois, pelo Conselho de Ministros.

Entretanto a Lusotur havia sido adquirida, em 1995, pelo Grupo André Jordan, responsável pelo lançamento, em 1972, do empreendimento da Quinta do Lago, a nascente do Vale do Lobo.²⁶⁸

A segunda fase de urbanização de Vilamoura, ocupando uma extensão de 860 hectares, prevê uma série de novas intervenções, promovendo a expansão do núcleo existente para poente, ocupando, sobretudo, os Sectores 5, 6 e 8 do Plano Geral elaborado pelo GEUR. O Sector 7, da Praia, mantém-se desocupado, o que não deixa de ser interessante, privilegiando-se a colonização do território interior à ocupação da faixa costeira.

Algarve
Vilamoura
Bilhete Postal, c. 1980
(imagem
www.delcampe.net)



²⁶⁸ A sociedade promotora da Quinta do Lago chamava-se, então, Planal, e é sob a sua administração que se inicia a urbanização dos 550 hectares da antiga Quinta dos Ramalhos, comprada a 1 de Novembro de 1971. Com o 25 de Abril, André Jordan abandona o país para se refugiar no Brasil, sendo a empresa intervencionada pelo Estado português. Só em 1981 a gestão do empreendimento volta a ser confiada àquela sociedade. Em 2004, o Grupo André Jordan vende a Lusotur ao consórcio espanhol Prasa e Caixa da Catalunya, que cria a Lusort, empresa que administra actualmente o complexo turístico de Vilamoura. (Cf. www.algarvecoast-countryhomes.com)

Tal como no plano dos anos sessenta, também esta segunda fase é dividida em oito sectores²⁶⁹, entre os quais o mais mediático, é sem dúvida, o projecto da “Cidade Lacustre”, de 2005, realizado, para a Lusort, pelo arquitecto espanhol Rafael de la Hoz (1955). Numa área de 30 hectares, desenham-se três lagos artificiais ligados entre si por canais navegáveis, em torno dos quais são organizadas zonas de habitação, comércio e recreio, prevendo-se, nesta última, uma capacidade de alojamento de 3.000 camas, distribuídas por duas unidades hoteleiras de cinco estrelas e dois aldeamentos turísticos. As áreas residenciais oferecem uma grande variedade de ambientes, desde o mais reservado ao mais cosmopolita, a que correspondem arquitecturas de diferentes estilos, do “mediterrânico” ao “moderno”. Por fim, na zona comercial, mais próximo da Marina, projecta-se a construção de um grande palco no meio do lago, junto ao qual existirão postos de amarração para 150 embarcações.

Vilamoura XXI
Cidade Lacustre
Montagem digital sobre
fotografia aérea
Rafael de la Hoz, 2005
(imagem
www.rafaeldelahoz.com)

No total são mais de oito quilómetros de margens e passeios em contacto permanente com a água, num investimento que ascende aos 750 milhões de euros, quando, mesmo ali ao lado, temos a



²⁶⁹ Sector 1 - Aldeia Típica; Sectores 2 e 3 - Vilas do Pinhal Velho; Sector 4 - associado à Estação Arqueológica do Cerro da Vila; Sector 5 - zona de hotéis na Fonte do Ulme; Sector 6 - Colinas do Golfe; Sector 7 - Canais do Golfe; e Sector 8 - Cidade Lacustre. (Cf. www.skyscrapercity.com)

Vilamoura XXI
Cidade Lacustre
Maqueta
(vista de nascente e de poente)
Rafael de la Hoz, 2005
(imagens adaptadas de
www.skyscrapercity.com)



Praia da Falésia, um dos mais extensos areais do Algarve, mas onde a vigência do Domínio Público Marítimo não permite construir directamente sobre a água. E quem não sonha com uma casa ou com umas férias em que podemos sair da cama e molhar, logo, os pés no azul do Mar (ou, neste caso, do Lago). Basta lembrar a “Casa Branca”, de Raul Lino, nas Azenhas do Mar, ou a “Casa Aiola”, de Eduardo Anahory, na Arrábida.

Curioso é que, trinta anos depois, a visão de Pedro Vieira de Almeida para Vilamoura deixou de ser uma utopia para, eventualmente²⁷⁰, se tornar realidade. E se, pela apresentação do projecto na página da Lusort, “*a Cidade Lacustre é uma cidade que se adianta ao futuro*”²⁷¹, então a seguir ao “futuro” vem o “passado”, porque a ideia de construir uma “Cidade de Turismo” sobre a água vem já dos anos setenta.

Não podíamos encontrar melhor legitimação que esta para a reflexão que propomos com este trabalho.

²⁷⁰ Devido à crise económica que se vive actualmente, tanto em Portugal como em Espanha, e que tem afectado fortemente o sector da construção, a Lusort adiou a concretização do projecto da “Cidade Lacustre”.

²⁷¹ “Cidade Lacustre: Projecto”, em www.lusort.com.

Francisco Conceição Silva: o arquitecto do Turismo

Falar de Arquitectura e Turismo, em Portugal, é falar da obra de Francisco Conceição Silva. Entre 1950 e 1974 o seu atelier produziu cerca de duzentos projectos relacionados com o Turismo, quase metade deles efectivamente construídos. Este número não inclui “Casas de Férias” para clientes privados, outra área em que o arquitecto seria bastante requisitado. Para além do mais, a grande maioria destas encomendas pode ser reduzida aos últimos nove anos desse arco temporal, testemunhando a marcha acelerada da moderna sociedade capitalista “*vers une civilization du loisir*”, a partir dos anos sessenta. E, num país onde a costa representa mais de quarenta por cento da sua fronteira continental, não é surpreendente que apenas uma parte negligenciável dos projectos desenvolvidos não sejam relacionados com a Praia.

A dedicação a este tipo específico de programa arquitectónico, que representa um terço da produção do atelier, e a quantidade de trabalho realizado num tão curto espaço de tempo, pouco comum, ainda hoje, para os padrões da prática profissional corrente, seja no contexto nacional ou internacional, surge, aparentemente, “fora de tempo”. Num momento em que a maioria dos arquitectos portugueses estava empenhada no aspecto social do seu papel na sociedade, reivindicando, dos seus ateliers de “vão de escada”, o direito a “Habitações para o maior número”, alinhar com os interesses das grandes empresas capitalistas não era visto favoravelmente dentro da classe profissional. Mesmo que sob o pretexto de garantir o direito ao “Lazer para o maior número”.

Esta divergência de pontos de vista, sobre a forma como os arquitectos deviam agir e quais deviam ser as suas prioridades, conduziu a uma fractura profunda no interior do discurso disciplinar português. Pela primeira vez desde o pioneiro Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, em que a classe profissional assumiu, como um todo, uma posição de força contra o poder político e os seus valores, havia uma clara demarcação de posições entre os que eram contra e os que abraçavam uma comercialização da Arquitectura. Uns em nome da isenção do papel do arquitecto como agente social e cultural e, portanto, independente dos interesses do capital, e os outros na perspectiva de uma desejada convergência entre as estruturas de produção e as de execução. Uma fractura exposta de forma mais contundente no Encontro Nacional de Arquitectos de 1969, onde os dois “Franciscos” - Keil do Amaral e Conceição Silva - incorporam os dois lados desse debate.

E se Keil do Amaral foi o arquitecto português que mais contribuiu para uma reflexão séria sobre o impacto do Turismo no território e na produção arquitectónica nacionais, através de uma intervenção activa junto da opinião pública e dos serviços oficiais, Conceição Silva promove essa reflexão a partir da sua própria obra, ou seja, a partir da própria Arquitectura. Nesse sentido, se um “pensa” a relação entre a Arquitectura e o Turismo, o outro “constrói” essa relação. Teoria e prática.

Na quase ausência de escritos ou publicações suas sobre o tema, é através dos projectos que realiza que podemos ter uma ideia do pensamento de Francisco Conceição Silva sobre Arquitectura, Território e Turismo. Três obras sintetizam essa relação: o Hotel do Mar (1960-1963/1964-1966), em Sesimbra, o Hotel da Balaia (1964-1968), em Albufeira, e a Urbanização da Península de Tróia (1970-1974), em Setúbal. Três obras que testemunham, também, uma evolução de conceitos na definição de uma Arquitectura e Urbanismo do Turismo: o “Hotel de Praia”, a “Megaestrutura Hoteleira” e a “Cidade de Turismo”.

O Hotel do Mar

Na periferia do pequeno aglomerado piscatório que lhe dá origem - Sesimbra -, o Hotel do Mar marca um importante ponto de viragem na concepção dos “Hotéis de Praia”, afastando-se da rigidez tipológica dos primeiros modelos, verdadeiras frentes monolíticas construídas sobre a Marginal, para encontrar a sua forma na adaptação orgânica do programa hoteleiro à topografia do terreno. Encomenda da Casa Jalco, empresa do decorador João Carlos Alcobia e de Emídio Gonçalves, o Hotel seria inaugurado em 1963 e objecto de diversas ampliações nos três anos seguintes, processo indicativo da forma, ainda, experimental como esta obra é entendida, quer da parte do cliente, quer da parte do projectista, avançando à medida das necessidades e disponibilidades de cada uma das partes.

Francisco Conceição Silva (1922-1982) inicia a sua colaboração com a Casa Jalco em 1951, para a qual organiza, com José Bastos e Carlos Ribeiro, uma secção de mobiliário moderno, importado dos Estados Unidos da América e da Europa, aberta ao público a 14 de Janeiro, na loja da Rua Ivens. No ano seguinte realiza, neste mesmo espaço, uma exposição de móveis da sua autoria.¹



¹ A Jalco dedicava-se à importação e venda de mobiliário, tapeçarias e artigos de decoração, importados e de produção própria. João Alcobia é o seu fundador e sócio, tendo gerido, antes, a empresa da sua família - a Companhia dos Grandes Armazéns Alcobia, Lda - fundada em 1914, uma

“Não tinha trabalho, e há uma coisa curiosa que acontece e que para mim serve hoje como lição: é que, sem se ter trabalho, se trabalha! Comecei por desenhar objectos, móveis... desenhava tudo. (...) Estar sem fazer nada não estava, preferia utilizar o meu tempo. E, caso curioso, até fazia serões... A esse trabalho, numa fase de arranque, aderiu um outro colega mais jovem, o Santa Rita, que comigo passou muitos serões desenhando mobiliário, objectos, os mais variados, que não tinham uma aplicação imediata. Isto deu-nos um treino extraordinário. Sinto que para mim essa foi uma época importante, que me deu até a possibilidade de experimentar muitos outros tipos de actuação, que não eram aqueles propriamente dirigidos ao que convencionalmente se chama Arquitectura.”

*“Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 44.*

Secção de Mobiliário Moderno
da Casa Jalco
Fotografia, 1951
(imagem NEVES, José
Manuel, *Cadeiras Portuguesas
Contemporâneas*, Porto, ASA Editores,
2003, p. 29)

Quando, nos finais dos anos cinquenta, a empresa decide aplicar os lucros do seu negócio na construção de um equipamento hoteleiro, naturalmente, é a este arquitecto que recorre para realizar o projecto. Segundo Inês Leite², terá sido a filha de Emídio Gonçalves a sugerir esse investimento e a propor a Praia de Sesimbra como localização para o novo Hotel. Sesimbra que ia ficar bem mais perto de Lisboa com o anúncio da construção da nova ponte sobre o Tejo³, decidida pelo governo português em 1958. No jornal *O Sesimbrense* faz-se, no entanto, referência a que “a ideia inicial não era a de construir um hotel, mas sim uma grande vivenda unifamiliar, para férias de uma família alargada e de amigos, no antigo vale do ribeiro de Telheiros, a poente da vila de Sesimbra, na encosta sobranceira ao arraial das armações da empresa Loureiro & Filhos. Mas a ideia de João Alcobia (...) evolui depois para a construção de uma unidade hoteleira, cuja necessidade há muito se fazia sentir, pois o Hotel Espadarte⁴ era insuficiente para a procura turística então existente”.⁵

A encomenda dava total liberdade ao arquitecto, desafiando-o “a projectar desde a arquitectura ao equipamento, mobiliário, arranjo paisagístico e escolha de obras de arte [a integrar no edifício, introduzindo,] em Portugal[,] o princípio (...) de obra global”.⁶

das principais fornecedoras de adereços para a produção cinematográfica portuguesa dos anos quarenta, colaborando em filmes como *Costa do Castelo* (1943), *Menina da Rádio* (1944) ou *Leão da Estrela* (1947). A 5 de Janeiro de 1952, a Jalco inaugura as suas “Primeiras exposições individuais”, com obras de Fernando de Azevedo, Marcelino Vespiera e Fernando Lemos, evento surrealista, organizado, também, com a colaboração de Conceição Silva, que causa grande impacto no meio intelectual lisboeta da época e a que, mais tarde, o arquitecto iria dar sequência noutras mostras de pintura realizadas nessas mesmas instalações da loja Jalco na Rua Ivens N.º 44, um prédio de cinco andares mobilados como se fossem uma residência particular. (Cf. “Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 44, e www.restosdecoleccion.blogspot.com)

² Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 132.

³ Em 1951, havia sido inaugurada a Ponte Marechal Carmona, em Vila Franca de Xira, obra projectada ainda no tempo de Duarte Pacheco.

⁴ O Hotel Espadarte tinha sido inaugurado, ainda como Pensão, em 1957, passando a hotel de três estrelas com as obras de ampliação realizadas em 1961. Para além deste estabelecimento existia apenas a Pensão-Restaurante Náutico e o projecto de António Lino, de 1957, para a adaptação a unidade hoteleira da Fortaleza de Santiago (nunca realizado). (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., *ibidem*)

⁵ “Edifícios com História (VI): Hotel do Mar”, *O Sesimbrense*, Ano LXXXVI, N.º 1163, 1 Julho 2012, p. 9.

⁶ LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., *ibidem*.

Com anteprojecto de 1960, o projecto final seria aprovado a 8 de Julho de 1961, pelo SNI, assinando-se o contracto de construção, a 29 de Março de 1962, com a empresa ERG, de Vasconcellos e Melo, Virgílio Lopes e José Lampreia.⁷

Curiosamente, ao contrário do previsto no *Plano Geral de Urbanização de Sesimbra*, realizado em 1950, por Carlos Negrão⁸, e revisto, em 1959, no *Esboço da Remodelação do Antepiano de Urbanização de Sesimbra*, elaborado pela DGSU, que localizava a zona de desenvolvimento turístico no extremo nascente do aglomerado, o Hotel do Mar vai implantar-se para poente, junto à zona residencial de expansão da vila. O terreno escolhido localiza-se a meia encosta, acima da recém-aberta Avenida Marginal de ligação ao Porto de Abrigo, com acesso pelo topo superior, a norte, e amplas panorâmicas sobre a baía, a sul. Como factores determinantes para a concepção do edifício, consideraram-se “a vista existente ao longo da estrada que lhe dará acesso, a integração da construção no terreno e no ambiente característico da região e uma solução racional que se adaptasse perfeitamente ao terreno, não lhe destruindo a sua actual forma”.⁹

Assim, ficava definido que “o edifício será composto por dois corpos francamente caracterizados não só interior como exteriormente. Num localizam-se a zona de convívio e apoio dos hóspedes constituída por salas de estar e de comer e ainda por um bar. Neste mesmo corpo e desenvolvendo-se em dois pisos, os serviços constituídos por cozinha, copa, despensas, economato, tratamento de roupas, quartos para o pessoal, etc..

⁷ Empresa ERG que tinha construído, em Sesimbra, a Colónia de Férias de Rio Frio (1957), na herdade, com o mesmo nome, a norte do Hotel do Mar, propriedade do Sr. Santos Jorge, o Bairro Económico Infante D. Henrique, para pescadores, e o Cine-Teatro João Mota (1958-1962), edifício moderno da autoria do engenheiro civil António José d'Ávila Amaral. Ainda em Sesimbra, a partir de 1965, a ERG ocupa-se dos Apartamentos do Porto de Abrigo e dos Apartamentos do Moinho, ambos projecto do mesmo Conceição Silva. Como vimos, é também esta empresa que vai ser responsável pela construção do Casino Park Hotel do Funchal, de Oscar Niemeyer e Viana de Lima. (Ver Capítulo 4.2.)

⁸ Estudo que vem substituir o anterior *Plano de Arranjo e Extensão da Vila* realizado, por Paulo Cunha, para a Câmara Municipal de Sesimbra, em 1945, e que propunha a demolição integral do núcleo piscatório existente.

⁹ SILVA, Francisco Conceição, *Hotel em Sesimbra*, Anteprojecto: *Memória Descritiva*, Lisboa, 17 Dezembro 1960, p. 1.



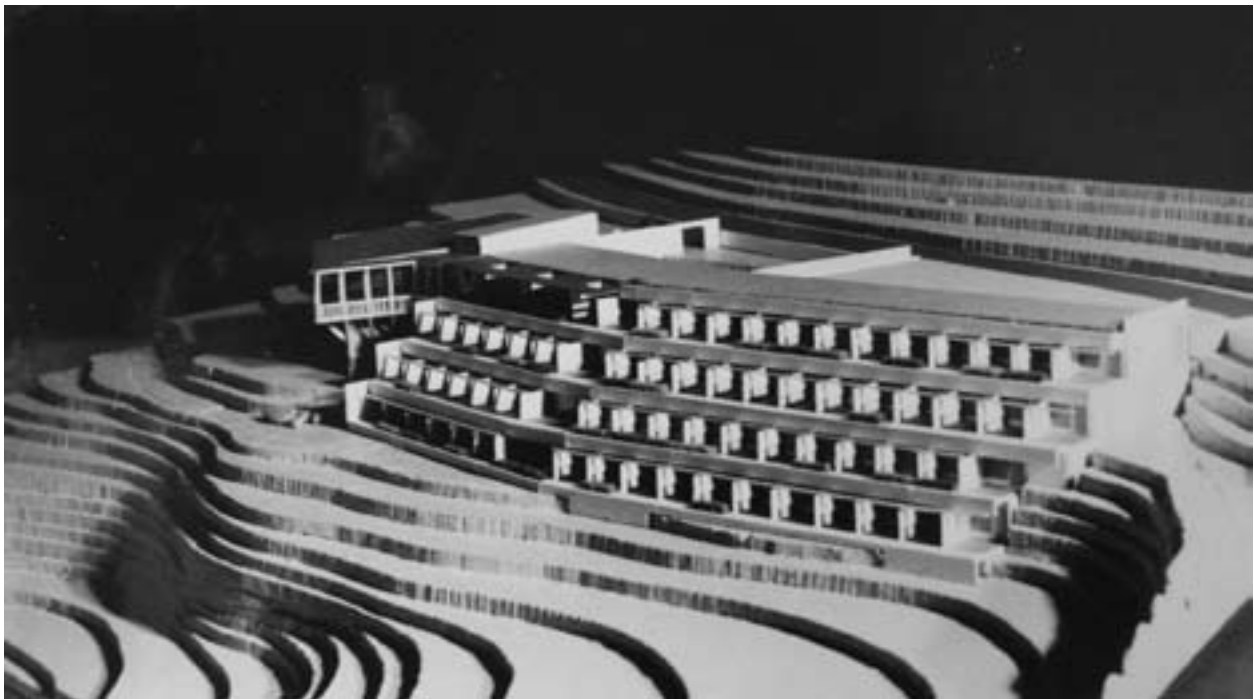
*Plano Geral de Urbanização
de Sesimbra*

*Planta de Urbanização e de
Trabalho*

Carlos Negrão, 1950
(imagem Arquivo DGOTDU)

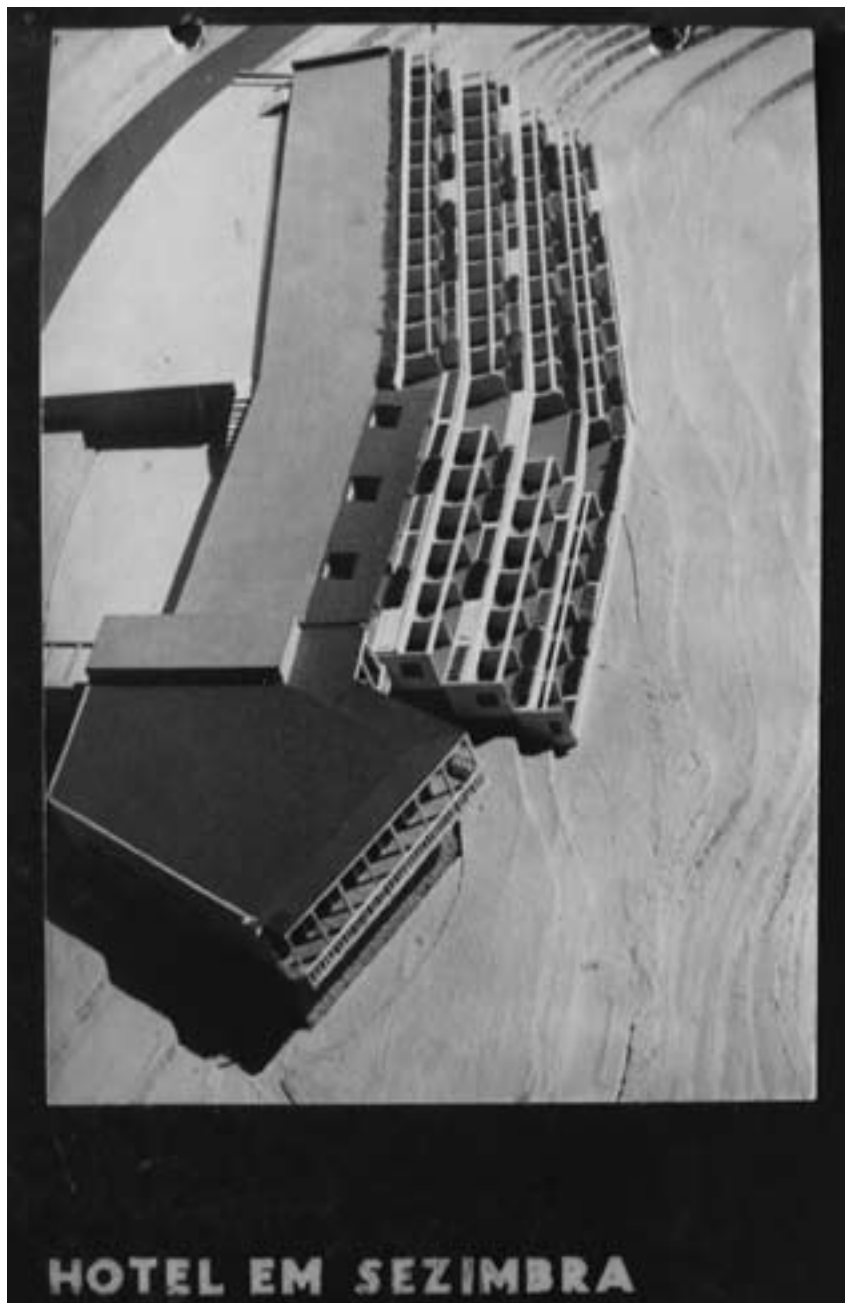
URBANIZAÇÃO DE SESIMBRA





Noutro corpo do edifício, desenvolvido ao longo do terreno, toda a zona de quartos e respectivas casas de banho. (...)

Os quartos em número de 70 possuirão (...) um amplo terraço devidamente protegido de molde a permitir a vida ao ar livre em perfeita intimidade.”¹⁰



Hotel do Mar, Sesimbra
Anteprojecto e Projecto
Fotografias da Maqueta, 1960
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Juntamente com o anteprojecto são apresentadas fotografias da maqueta do edifício, clarificando a solução adoptada, tal como do interior de um dos quartos e respectiva varanda.

¹⁰ Idem, pp. 1-2.

Hotel do Mar, Sesimbra
Anteprojecto e Projecto
Fotografias da Maqueta dos
Quartos, 1960
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Na *Memória Descritiva* do projecto definitivo, datada de 12 de Maio de 1961, é acrescentada, ao texto anterior, uma “Síntese Construtiva”, onde, mais uma vez, se salienta que “*as características arquitectónicas do local e a preocupação dominante da integração do edifício no ambiente determinaram o sistema (...) adoptado*”.¹¹

¹¹ SILVA, Francisco Conceição, *Hotel em Sesimbra: Memória Descritiva*, Lisboa, 12 Maio 1961, p. 2.

Nesta aproximação ao contexto local, Conceição Silva começa por desconstruir o modelo tradicional de “Hotel de Praia”, reduzindo-o ao seu mais pequeno componente - o Quarto de Hotel -, que, depois, recombina, pelo somatório e justaposição de módulos, numa nova volumetria. Este sistema de composição celular, inspirado na própria estrutura do aglomerado piscatório, permite adaptar a massa de construção à topografia do terreno e criar uma série de socalcos para recreio dos hóspedes, divididos em varandas individuais que ampliam o espaço mais reservado de cada quarto para o exterior, abrindo-o à vista sobre o Mar e a Praia. Apenas o terraço da cobertura é deixado desimpedido, para utilização pública.

Este corpo mais orgânico dos quartos fragmenta-se em dois tramos, adaptados às curvas de nível, e articula-se, a poente, com as áreas de utilização pública e de serviços, organizados num único corpo, rodado em relação ao resto da composição e animado por uma ampla varanda em madeira que envolve a Sala de Refeições.

Páginas seguintes:

Hotel em Sezimbra

Planta do 1.º Piso,

Planta do 2.º Piso,

Planta do 3.º Piso

e

Planta do 4.º Piso

Francisco Conceição Silva,
1961

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel em Sezimbra

Alçado Poente e Sul

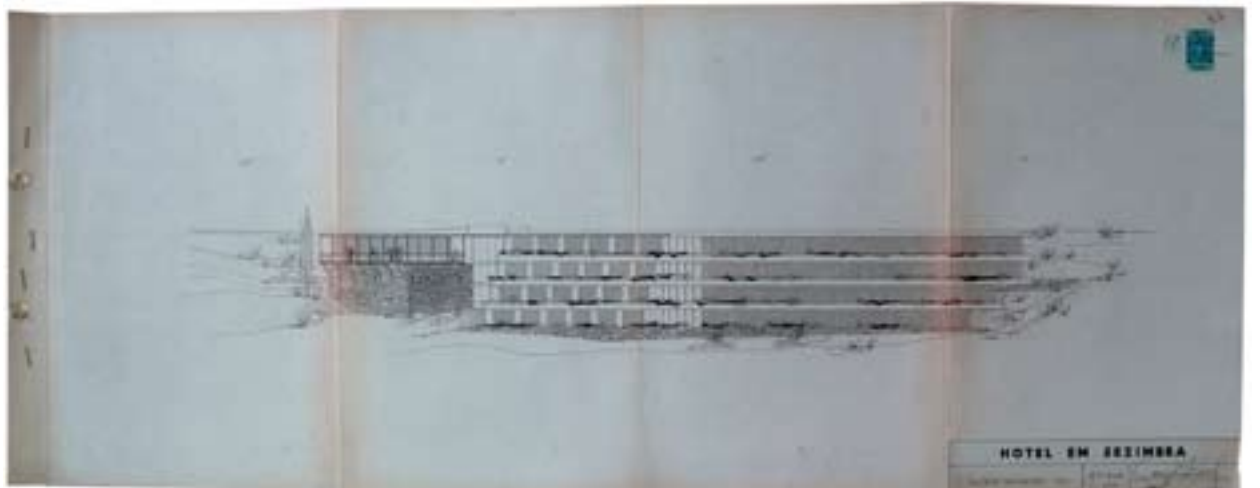
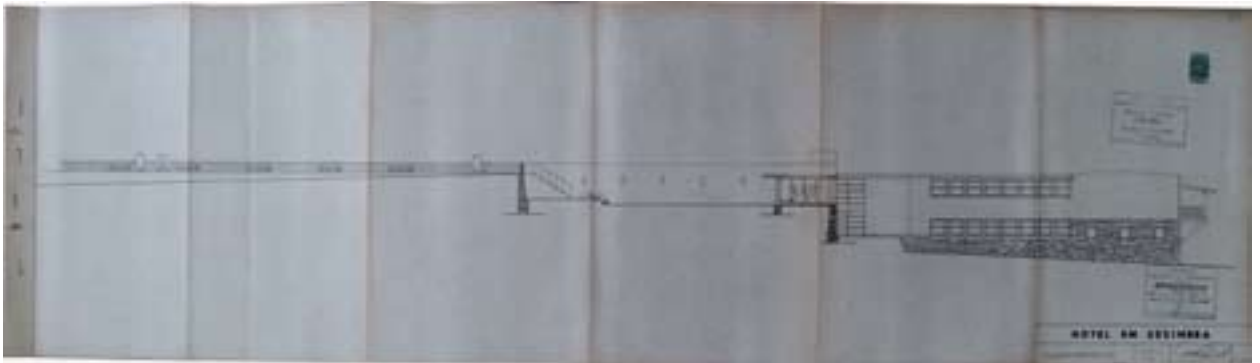
e

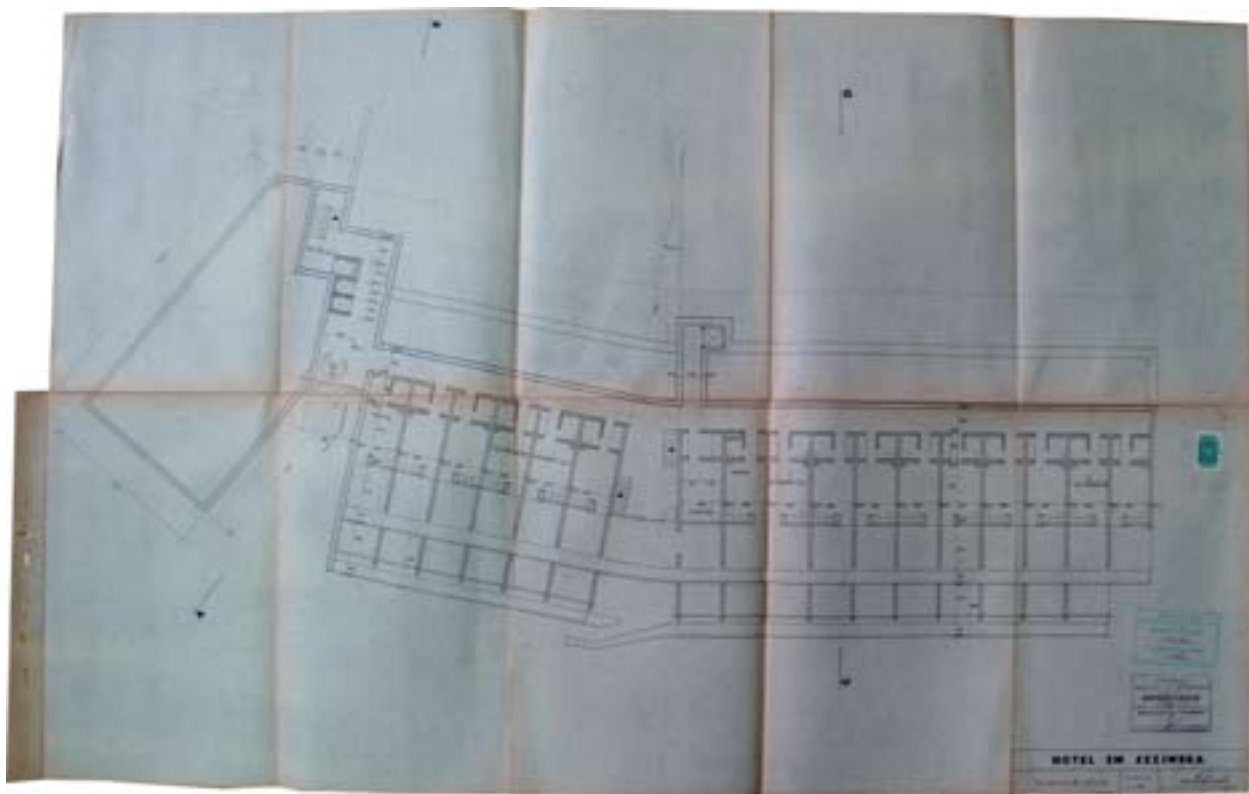
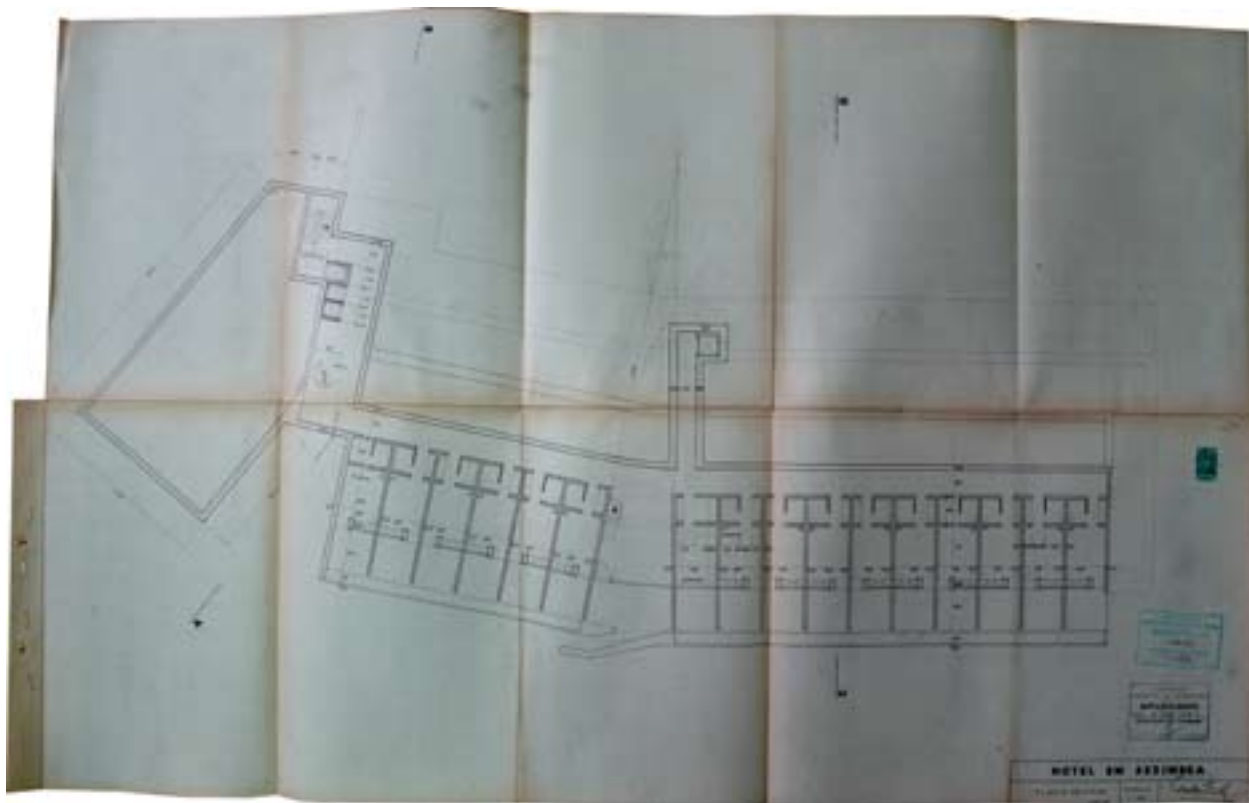
Alçado Nascente - Sul

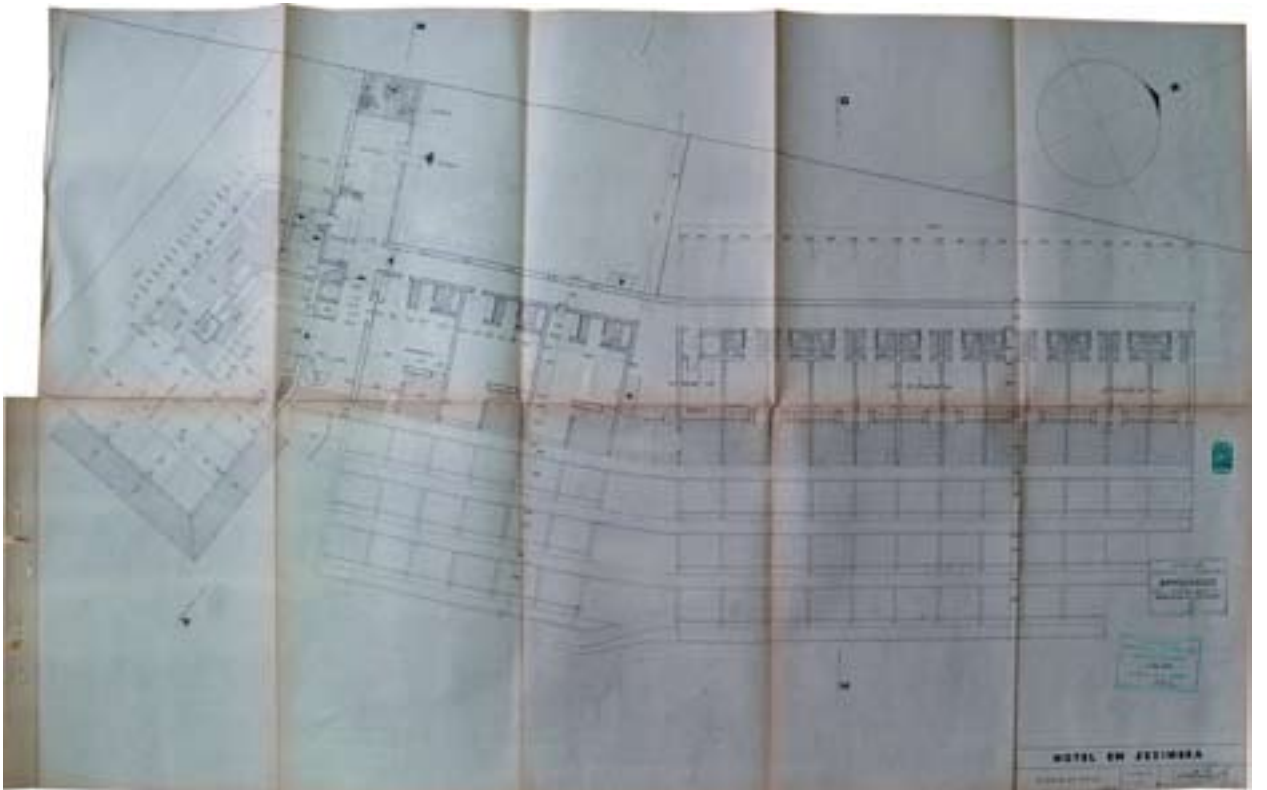
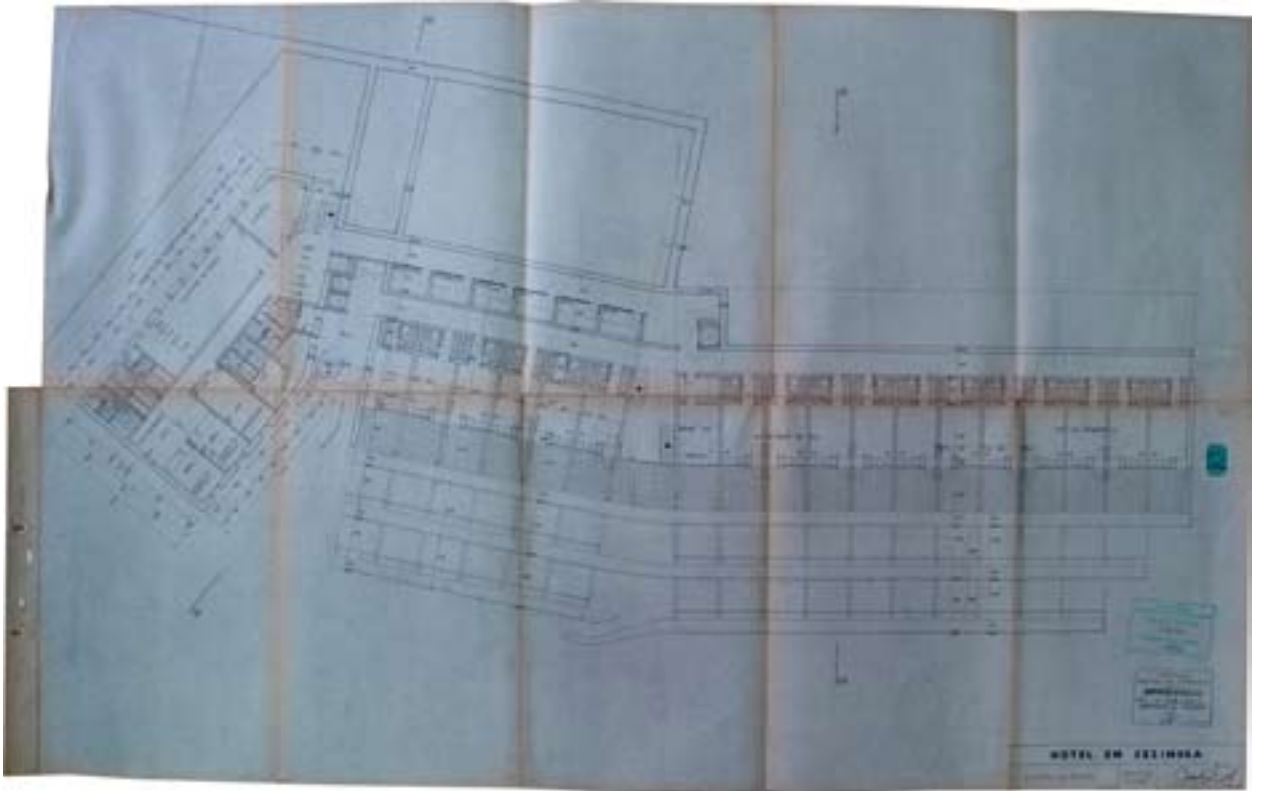
Francisco Conceição Silva,
1961

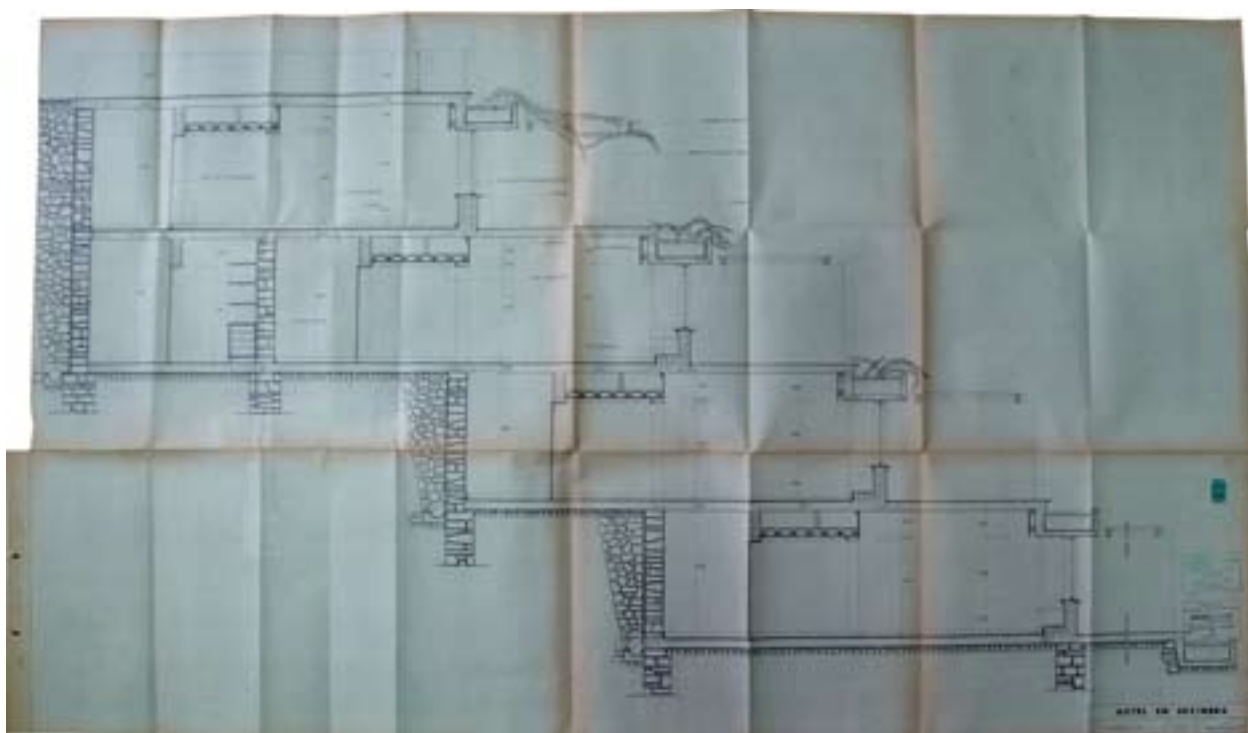
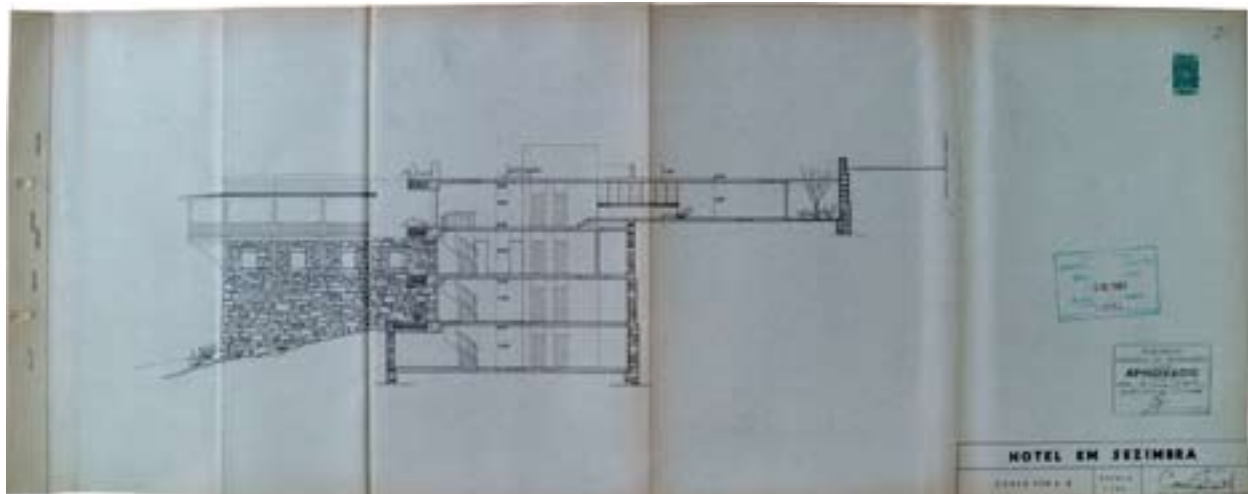
(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)









Hotel em Sesimbra
Corte por A-B
 e
Corte C-D
 Francisco Conceição Silva,
 1961
 (imagens
 Arquivo Turismo de Portugal)

Espécie de baluarte fortificado que domina a paisagem, são, aqui, evidentes as relações materiais com o Castelo de Sesimbra, implantado mais acima, no topo da encosta, sobretudo na estereotomia do pódio em pedra que suporta esta construção.

A entrada faz-se a norte, por um pequeno volume colocado a uma cota inferior à da estrada de acesso ao Hotel e a partir da qual o edifício se desenvolve no sentido descendente, libertando a leitura da linha do horizonte. No interior, os espaços são fluídos e a caracterização dos ambientes é pensada “*dentro do princípio estabelecido neste projecto de que Arquitectura e Decoração*

formam um só conjunto”¹². Nesse sentido, procura-se “*tirar todo o partido estético da (...) beleza natural*” dos materiais empregues - pedra, caiações, madeiras e tijoleiras -, trabalhados com diferentes acabamentos e texturas de modo a conferir uma certa “*rusticidade*” à intervenção. O facto de o proprietário ser uma empresa ligada à venda e produção de mobiliário, permite ao arquitecto controlar a qualidade dos arranjos interiores, conjugando artigos mais modernos, fabricados em série, com peças desenhadas exclusivamente para esta obra e algumas antiguidades.¹³

As influências do *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*¹⁴ estão presentes em vários momentos, como na lareira da Sala de Convívio, “*constituíd[a] por uma verga de madeira trabalhada à enchó e por uma chaminé em cobre martelado*”, ou nos quartos dos hóspedes, onde, junto à janela, se projectam “*bancos laterais integrados na construção*”¹⁵, inspirados nas “*conversadeiras*” da arquitectura tradicional. Uma “*pequena mesa rebatível*” completa esta zona de estar privada, “*proporcio[nando] as mais diversas utilizações*”.

Hotel do Mar, Sesimbra
 Perspectiva da Sala de Convívio
 Francisco Conceição Silva,
 1961
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)



¹² SILVA, Francisco Conceição, *Estimativa do custo da construção*, s.l., 16 Junho 1961, p.2.

¹³ Gosto por conjugar o “novo” com o “antigo” que tinha orientado o projecto para a exposição “A Rainha D. Leonor”, realizada, em 1958, no Convento da Madre de Deus, em Lisboa, por iniciativa da recém-constituída Fundação Calouste Gulbenkian, onde o arquitecto, com a colaboração do decorador Manuel Rodrigues, introduz, em Portugal, uma nova abordagem à concepção do espaço expositivo pela introdução do *design* contemporâneo no desenho de suportes e de vitrines, numa aproximação às intervenções museológicas do italiano Carlo Scarpa.

¹⁴ Que Conceição Silva acompanha de perto, enquanto membro da direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, entre 1954 e 1967, e de que esteve para fazer parte, integrado numa das equipas de trabalho. (Cf. SILVA, João Pedro Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), *Conceição Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa, SNBA, 1987)

¹⁵ Idem, p. 3.

Hotel do Mar, Sesimbra
Perspectiva de um dos Quartos
Francisco Conceição Silva,
1961
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel do Mar, Sesimbra
Perspectiva do Vestíbulo
Francisco Conceição Silva,
1961
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

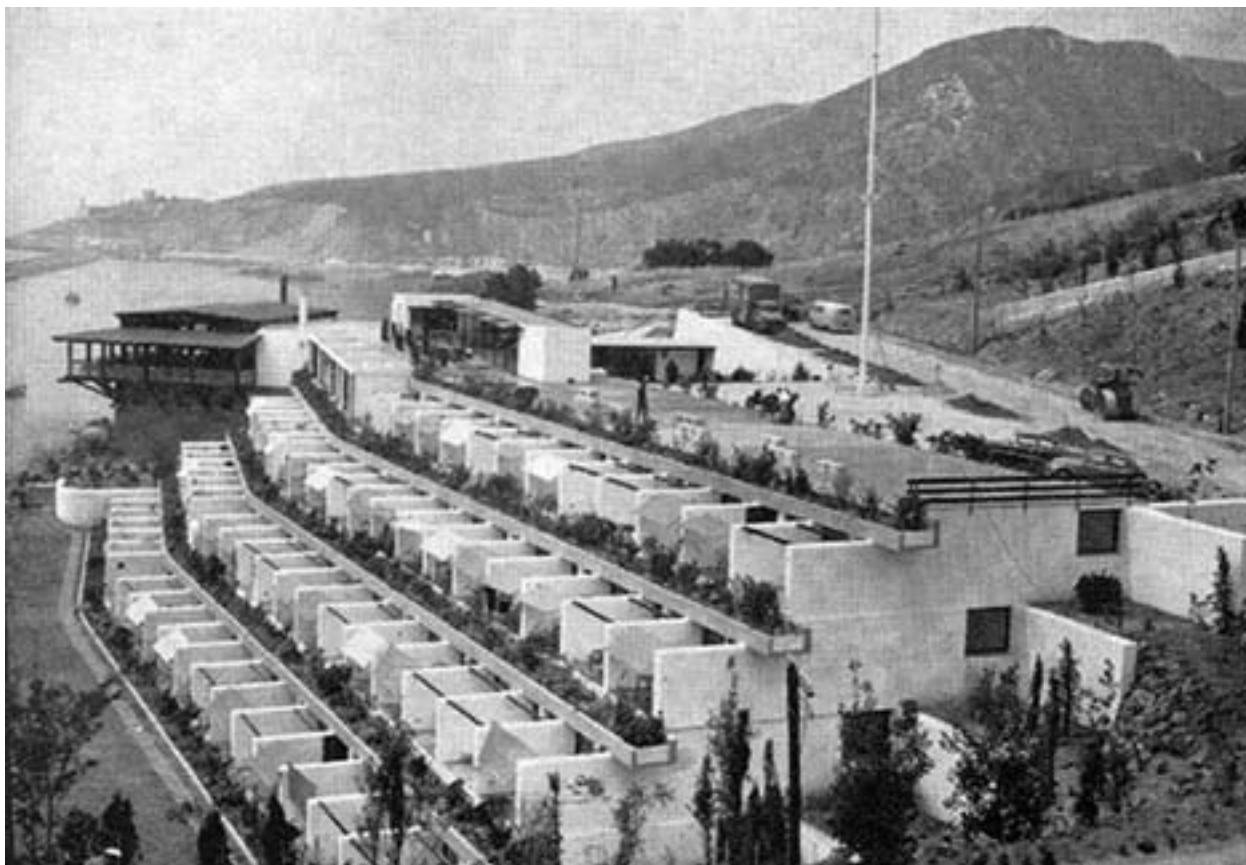


No Vestíbulo, um pequeno aviário fazia as delícias dos hóspedes, trazendo, literalmente, a Natureza para dentro do edifício.

A completar a sua visão para o edifício, o arquitecto conta apenas com a colaboração de Querubim Lapa (1925), numa série de baixos-relevos cerâmicos integrados na construção, lamentando-se pelo facto de não ter possibilidade financeira de investir em outras obras de arte. No final, estimava-se que o custo total do edifício rondasse os 5.000.000\$00 e o do mobiliário e equipamento os 2.000.000\$00.¹⁶

¹⁶ Valor que, para além do mobiliário, equipamento, iluminação e obras de arte, incluía roupas de quarto, atalhados e serviço de talheres e o arranjo paisagístico dos espaços exteriores, no que José-Augusto França considera ser o “primeiro hotel português projectado na sua totalidade”. (Cit. FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX: 1911-1961*, 2.ª edição revista, Lisboa, Bertrand Editora, 1984, p. 461)

O Hotel do Mar, com sessenta e oito quartos, três deles “Apartamentos”, ou *suites*, localizados no 4.º Piso, junto à recepção, seria inaugurado em 1963, depois de realizada a inspecção dos Serviços do SNI¹⁷, pela qual a nova unidade hoteleira é classificada de 1.ª - B, sendo a impressão geral dos técnicos “muito boa”.



Tanto a revista *Arquitectura*, como a *Binário*, dedicam artigos relativos a esta obra¹⁸. Na primeira, Goulart de Medeiros aproveita a publicação do projecto de Conceição Silva para fazer uma crítica profunda à urbanização turística do nosso litoral e alertar para a responsabilidade dos arquitectos nesse processo.

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista geral do conjunto
Fotografia, 1963
(imagem www.flickr.com)

“Exactamente no momento em que a construção civil em Lisboa e subúrbios começou a esgotar as possibilidades de bons e rápidos lucros, abriu-se inesperadamente o filão da urbanização, do loteamento, enfim, do engarrafamento de tudo quanto parecesse de futuro interesse para esse tio rico do turismo.

¹⁷ A 5 de Junho de 1963.

¹⁸ A revista *Arquitectura* no seu número de Dezembro de 1963 e a *Binário* no de Março de 1964. (Cf. “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, pp. 22-27 e “Hotel do Mar”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, N.º 66, Março 1964, pp. 155-162)

Hotel do Mar, Sesimbra

Entrada Principal

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, N.º 66, Março 1964, p. 157)



Hotel do Mar, Sesimbra

Terraço-Solário

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 27)



Hotel do Mar, Sesimbra

Corpo dos Quartos

Fotografia, 1963

(imagem

“Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 23)



Iniciou-se uma corrida desesperada a todos os locais de interesse, principalmente até àqueles privilegiados aglomerados da costa a Sul do Tejo, desde a Caparica a Vila Real de Santo António. O processo foi simples, já utilizado e experimentado na desgraçada Costa do Sol, com excelentes resultados. A princípio, timidamente, a moradia foi tomando conta pouco a pouco do terreno disponível, repartindo-o em bocadinhos cada vez mais pequenos à medida que o seu valor crescia. Mais tarde grandes extensões rústicas sofreram o mesmo descaminho em urbanizações privadas, desentranhando-se em lotes a prontos e a prestações, onde a imaginação dos ‘técnicos’ consegue encaixar a ‘moradia funcional’ reduzida ao mínimo. Finalmente, o próprio aglomerado já não vale o valor de si próprio, terá de se sacrificar à dinâmica do progresso e deixar-se substituir por outro mais amplo, mais arejado, mais moderno, onde não faltem os factores tradicionais e espectaculares do urbanismo nacional. As grandes marginais, as grandes praças públicas, os grandes edifícios oficiais que lhe garantem a presença a que se julga com direito. E, como golpe de misericórdia, o prédio de rendimento na segura linha arquitectónica de Moscavide e Amadora, preencherá os vazios ao longo do novo traçado das ruas.

Assim o velho aglomerado de pescadores cai inglòriamente sob os pesados golpes da visão renovadora do progresso, destruindo, paradoxalmente, o primeiro motivo desse mesmo progresso.

Neste processo lamentável, temos nós arquitectos a par das entidades oficiais, uma quota-parte de responsabilidade, e não a menor, nos resultados espantosos de inconsciência destes pseudo-planos de urbanização e nas realizações notáveis de arquitectura medíocre que com persistência vem sendo espalhada por todo este ‘jardim à beira mar plantado’.

Para além da insofrida ânsia dos modernos especuladores de terrenos as próprias necessidades das Câmaras locais que desta maneira vêem abrir-se novas perspectivas, e o desejo humaníssimo das populações de acesso rápido aos benefícios materiais desta movimentação, os resultados são de tal maneira surpreendentes que não podemos deixar de meditar na terrível ironia de se encontrarem os maiores obstáculos às realizações que, de qualquer forma, difiram para melhor dos produtos destes condicionalismos caseiros e muitas vezes inconfessos.”¹⁹

Quanto ao Hotel do Mar, aponta influências nórdicas no “pequeno fortim de madeira (...) balançando sobre um plinto forte de alvenaria de pedra”, e o “‘clima’ mais ou menos mediterrânico do conjunto que, de certo modo e à primeira vista, pode definir o carácter geral da nossa arquitectura costeira a Sul do Tejo”. É neste equilíbrio de valores, entre o norte e o sul, que a intervenção em Sesimbra encontra a sua razão e a sua expressão.

¹⁹ MEDEIROS, Goulart de, “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.ª Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 24.

Página seguinte:
294
Restaurante do Hotel do Mar
2 - *Planta Geral*
e
Corte Pormenorizado
Francisco Conceição Silva,
1964
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista geral do conjunto
(já com o novo pavilhão do
Restaurante)
Bilhete Postal, 1964
(imagem www.delcampe.net)

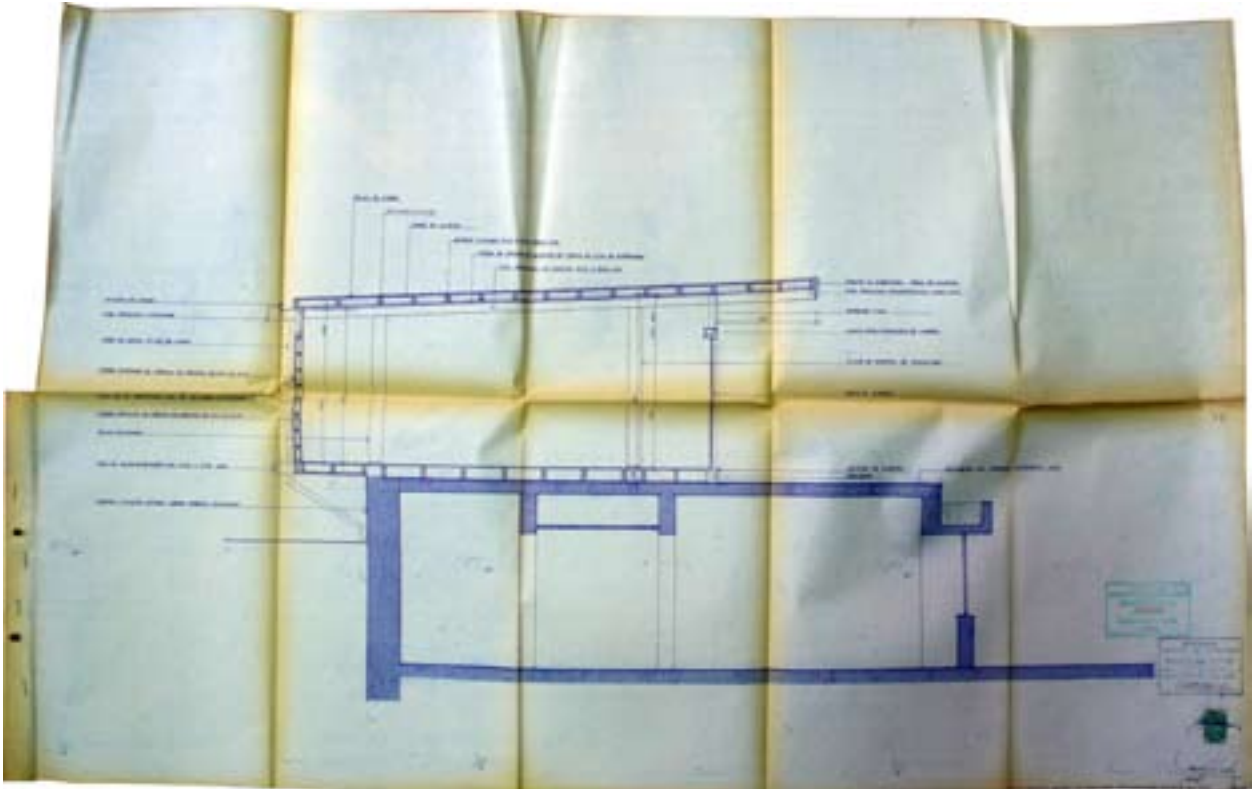
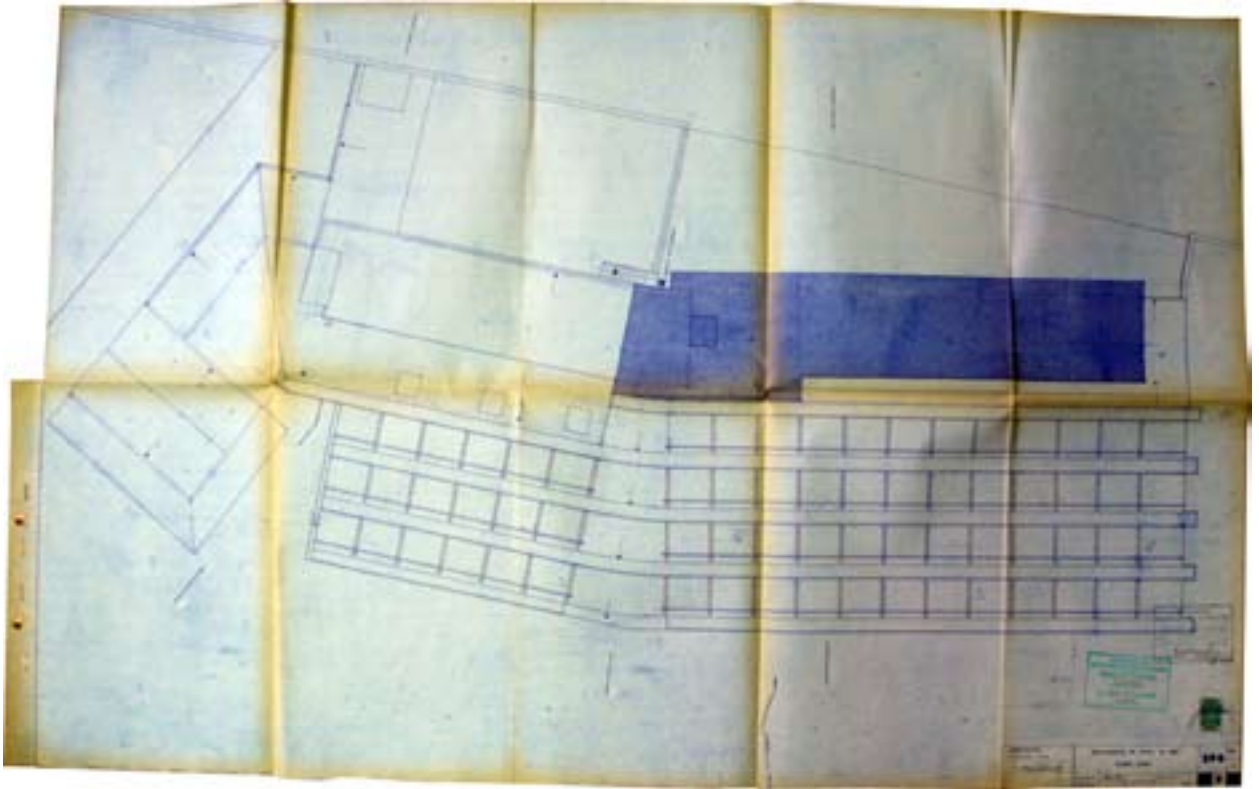
Em 1964, é adicionado ao núcleo inicial do Hotel um novo espaço de Restaurante, que vai ocupar o terraço-solário panorâmico sobre o corpo nascente de quartos. Com base na “*experiência colhida em outros hotéis de turismo realizados no País e também no estrangeiro*”²⁰, o arquitecto tinha previsto “*uma reduzida afluência de passantes, dado que a Vila de Sesimbra dispunha de outros centros típicos que naturalmente absorviam não só esses, mas a maioria dos hóspedes do hotel*”. No entanto, “*dadas as características das salas, e muito especialmente a sua localização favorável em relação à vista*”, o número de hóspedes e visitantes a utilizar estas instalações seria bastante superior ao esperado. No sentido de satisfazer as necessidades reais do Hotel, a administração decidiu ampliar a sua capacidade de resposta, embora com a preocupação de “*não destruir o aspecto arquitectónico do edifício*”.

Assim, o novo Restaurante, para cento e vinte pessoas, é projectado num pavilhão de madeira, autónomo, com acesso directo desde a rua e pelo interior do edifício existente, por meio de escadas situadas a meio da galeria de distribuição do corpo dos quartos.²¹



²⁰ SILVA, Francisco Conceição, [Ampliação Restaurante] *Memória Descritiva*, Lisboa, 20 Janeiro 1964, p. 1.

²¹ Embora esta solução não fosse do agrado do SNI, que aprova o projecto sob condição, a 28 de Agosto de 1964, aparentemente a implantação do volume do Restaurante mantém-se.





Encomenda anterior ao Restaurante, em 1963 Conceição Silva começa a estudar a possibilidade de se construir uma Piscina exterior para o Hotel, aproveitando a plataforma verde existente na base do lote de terreno. Com um diâmetro de quinze metros, “a forma da piscina será circular, (...) prevendo-se também a construção dum tanque com dimensões mais reduzidas, e destinado a crianças. Os vestiário e balneários, ficarão localizados num piso inferior”²², juntamente com as instalações técnicas do novo programa. A Piscina entra em funcionamento no Verão de 1965.



Mas, não é só ao nível do equipamento de restauração que a capacidade de recepção do Hotel do Mar se revela insuficiente. Logo a 19 de Outubro de 1964, a Jalco submete à Câmara Municipal de Sesimbra um pedido de ampliação do número de quartos existentes. Projecto do mesmo Conceição Silva, este estudo propunha a construção de um novo corpo, com vinte e quatro quartos distribuídos por dois pisos, no terreno imediatamente a norte do edifício principal, do outro lado da estrada de acesso, ligado a este por uma galeria subterrânea. Os Serviços Técnicos do SNI seriam, no entanto, do entender que “*não se deverá permitir*

Página anterior:
Projecto duma Piscina a construir em Sesimbra - Hotel do Mar
Fotografias do existente e do projectado, 1963
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel do Mar, Sesimbra
Piscina em construção
Fotografia, c. 1964
(imagem “Edifícios com História (VI): Hotel do Mar”, *O Sesimbrense*, Ano LXXXVI, N.º 1163, 1 Julho 2012, p. 9)

²² SILVA, Francisco Conceição, *Projecto duma Piscina a construir em Sesimbra - Hotel do Mar: Memória Descritiva*, Lisboa, 7 Novembro 1963.

que uma unidade que dentro do seu tipo, resultou bem integrada e funcionalmente perfeita, venha a par e passo sendo prejudicada com a inclusão de obras que a estão disvirtuando. Considera-se ainda a impossibilidade do restaurante e seus serviços complementares poderem suportar a sobrecarga proveniente deste aumento”²³.
 Apreciações que determinam a reprovação do pedido.²⁴

Proposta de Ampliação do
 Hotel do Mar
 Planta Geral
 Francisco Conceição Silva,
 1964
 (imagem
 Arquivo Turismo de Portugal)



²³ COSTA, Jorge Santos, *Informação* N.º 601, s.l., SNI, 30 Novembro 1964.

²⁴ Decisão oficializada por carta do Comissário do Turismo, Álvaro Roquete, ao Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, datada de 21 de Maio de 1965.

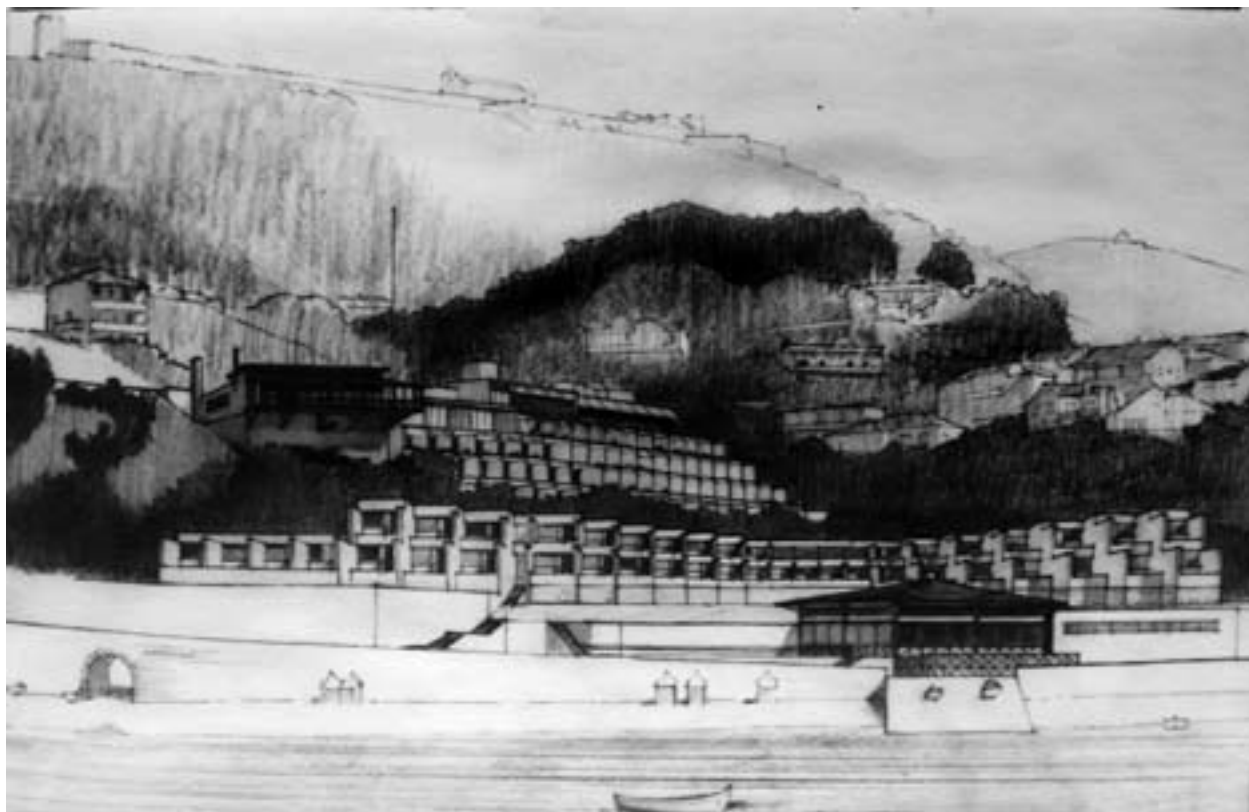
Em Agosto de 1965, um outro projecto de ampliação é submetido pela, agora, Jalgon - Sociedade de Investimentos Hoteleiros, SARL²⁵. É, ainda, o arquitecto Francisco Conceição Silva que se encarrega de elaborar esta proposta, a criação de um novo corpo de quarenta quartos implantado no terreno, entretanto adquirido, que se estendia desde a plataforma da Piscina até à Avenida Marginal, sobre a Praia. Tal como em intervenções anteriores, “*procurou-se que a nova construção se integrasse no edifício existente formando um só conjunto e que essa integração fosse igualmente extensiva à configuração do terreno mantendo-se as características locais*”.²⁶

Composto por duas alas, de quatro pisos, dispostas a 45° em relação ao alinhamento da Marginal, abertas para o mar, este corpo ganha uma maior liberdade de desenho na articulação com a encosta, acusando influências do projecto para o Hotel da Balaia, no Algarve, que então começava a ser desenvolvido no atelier do arquitecto. A fragmentação volumétrica a partir do módulo dos quartos é, aqui, explorada de uma forma mais evidente, pelo escalonamento das massas em planta, para além do corte.

Um novo Restaurante e *Snack-Bar* é instalado num pavilhão hexagonal, de dois pisos, no centro da composição, com acesso directo da Praia e de uma segunda zona de estacionamento criada à cota baixa. Sob a Piscina, aproveitando as fundações da cuba de água, é instalada uma *boîte*, espaço que é concebido como se tratasse de uma gruta junto ao mar, com as suas paredes pintadas de verde e alcatifa vermelha. O pilar central, que suporta o fundo da Piscina, é trabalhado plasticamente por Graça Costa Cabral, numa escultura-relevo feita com fragmentos de espelho e vidro. A presença deste elemento no meio do espaço obrigou à reconfiguração da disposição tradicional deste tipo de equipamentos, dando origem a pequenas pistas de dança servindo cada grupo de cinco mesas.

²⁵ De Jalco, de João Alcobia, e Gonçalves, dos herdeiros de Emídio Gonçalves, antigo sócio do decorador.

²⁶ SILVA, Francisco Conceição, *Projecto de ampliação do Hotel do Mar em Sesimbra*, Lisboa, 16 Agosto 1965, p. 1.



Projecto de Ampliação do
Hotel do Mar, em Sesimbra
Perspectiva
Francisco Conceição Silva,
1965
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

No núcleo mais antigo, o pavilhão do Restaurante sobre o corpo de quartos é ampliado, aumentando-se a área da Sala de Refeições.

Desde a Marginal até ao topo do terreno, o conjunto final ficaria, assim, com onze pisos (seis mais cinco), acabando por dispor de “113 quartos e 6 suítes; 2 restaurantes com capacidade para 450 pessoas, tendo a apoiá-los duas cozinhas e respectivos serviços anexos; boíte com capacidade para 80 pessoas; piscina com a superfície de 200m²”²⁷. O projecto de ampliação seria aprovado pelo Comissariado do Turismo a 16 de Agosto de 1965, estando as obras prontas para se proceder, um ano depois, à inspecção geral das novas instalações²⁸, passando o Hotel do Mar à categoria de 1.^a - A.

As telas finais, com data de 14 de Dezembro de 1966, seriam enviadas à Direcção-Geral do Turismo, para apreciação final, em Abril de 1970.

²⁷ SILVA, Francisco Conceição, [Ampliação do Hotel do Mar:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 27 Abril 1970.

²⁸ Realizada a 11 de Agosto de 1966.

411

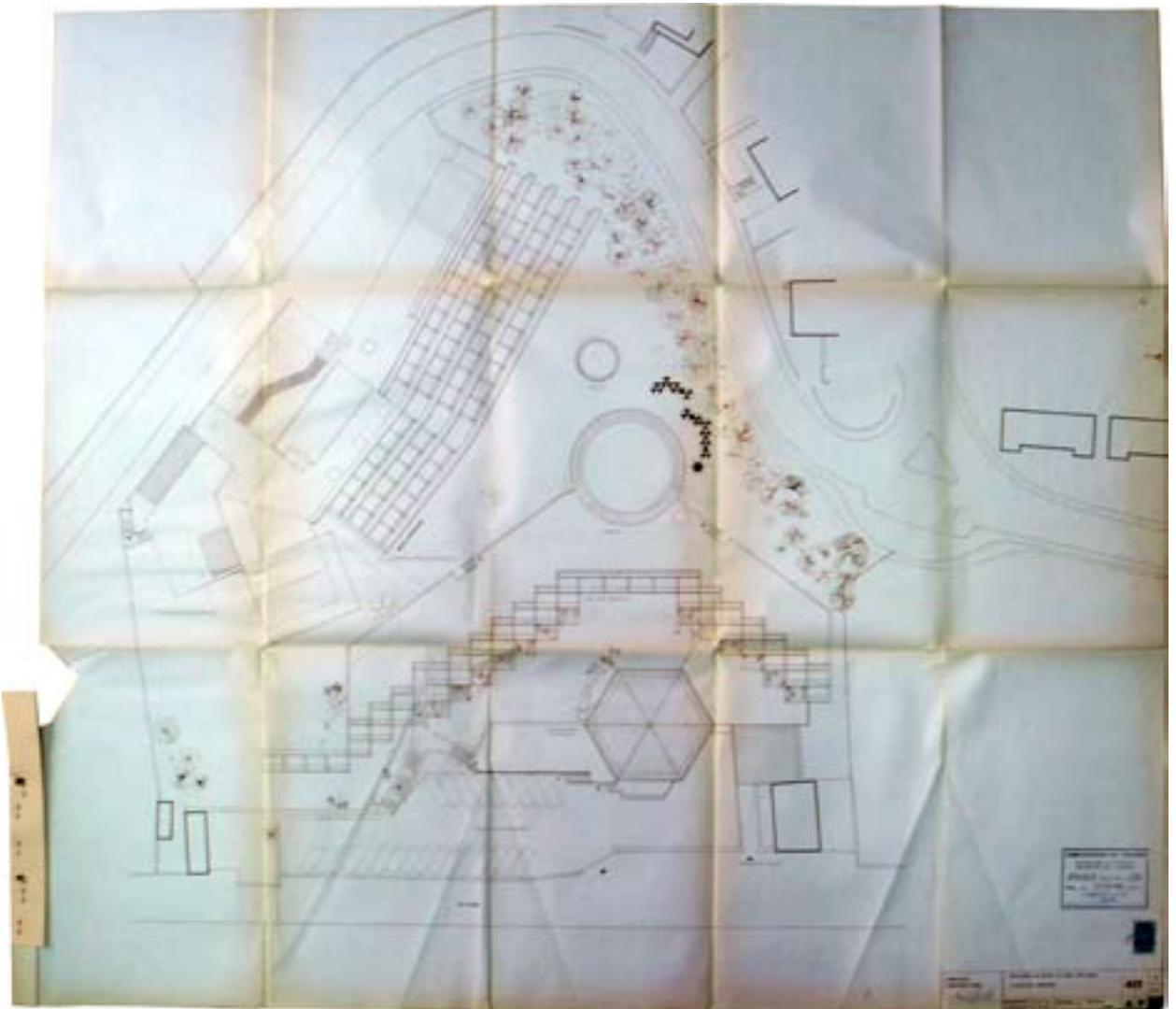
*Ampliação do Hotel do
Mar - Sesimbra*

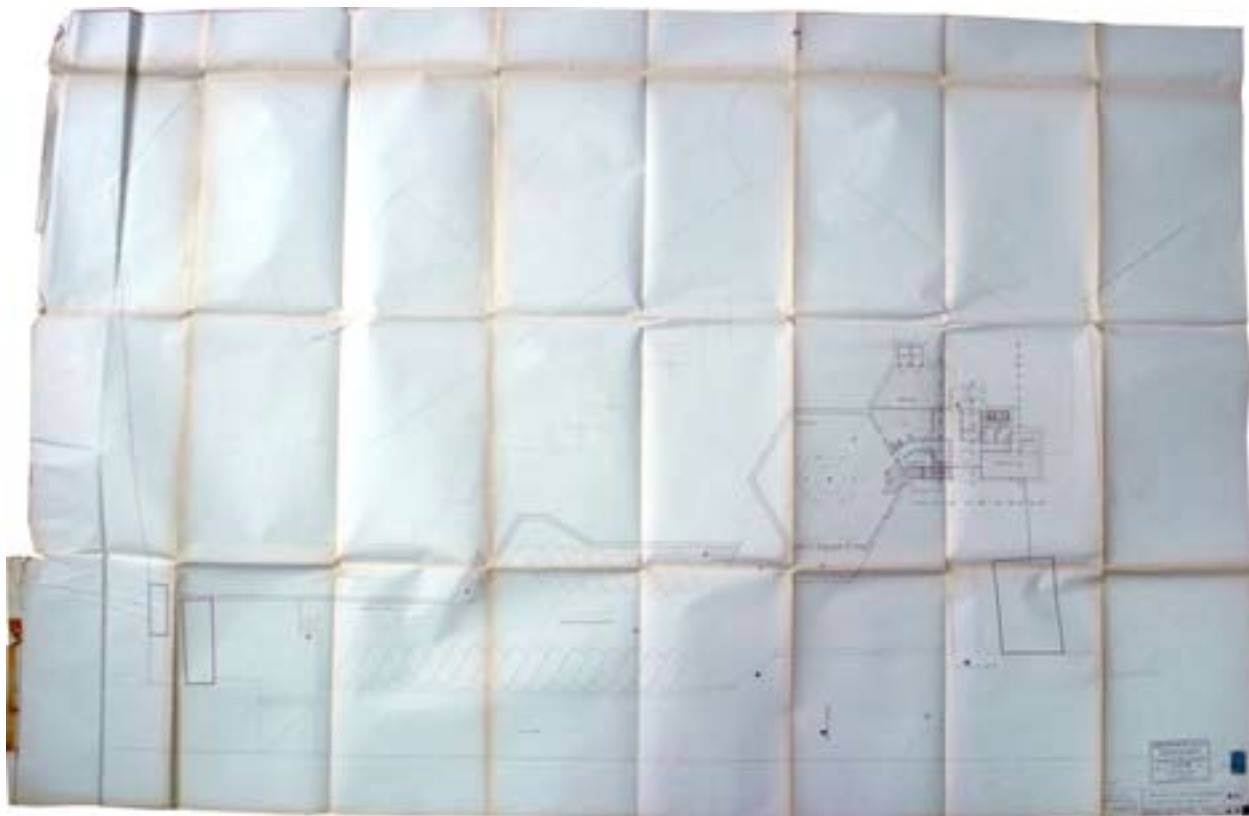
8 - Planta de Conjunto

Francisco Conceição Silva,
1965

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

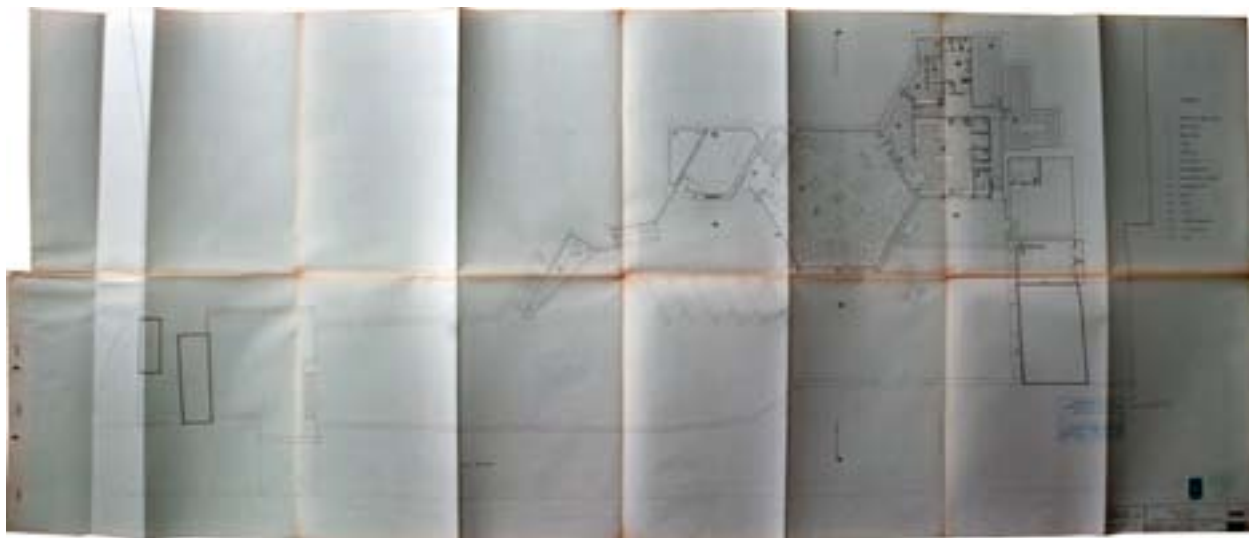


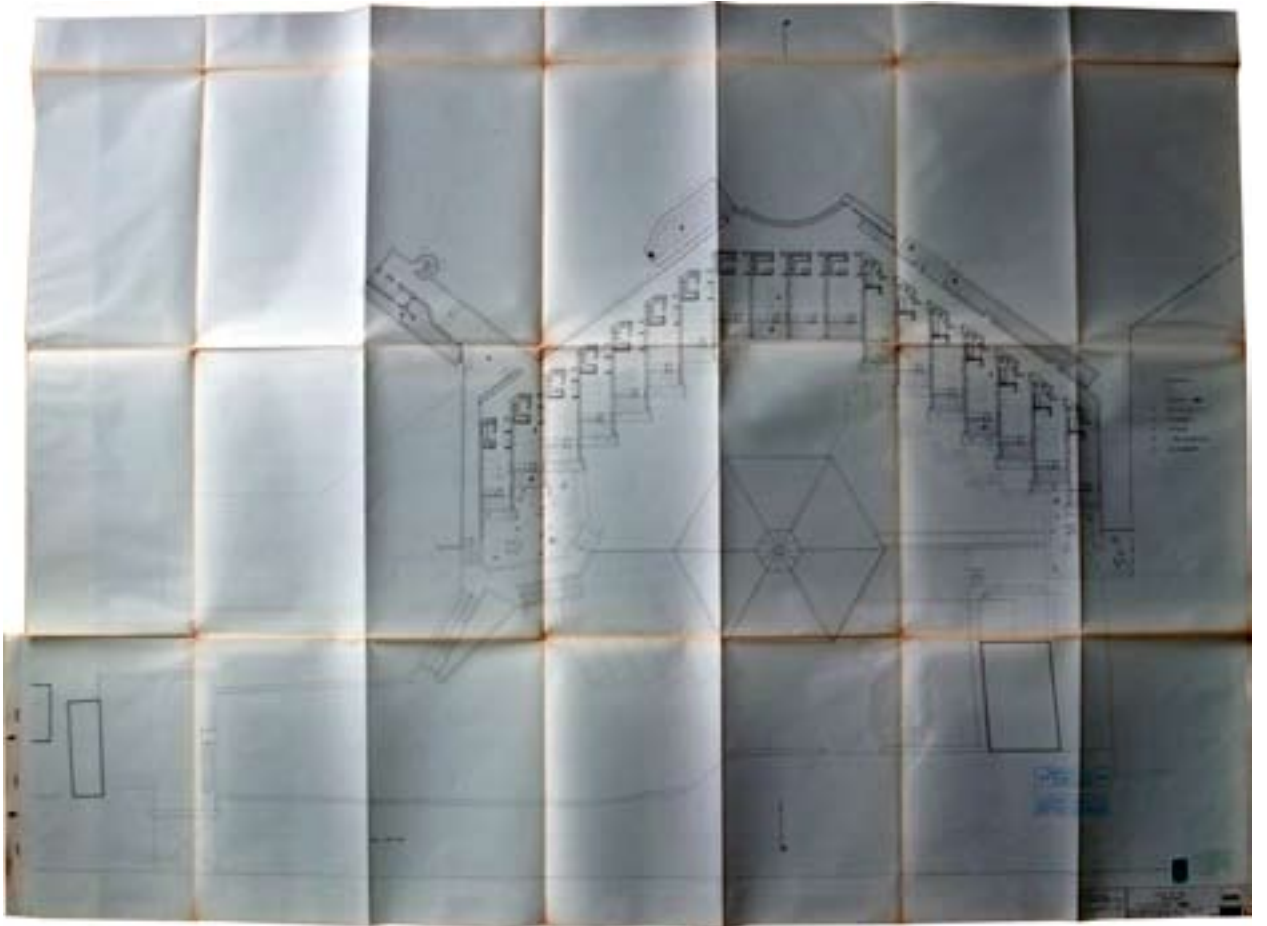
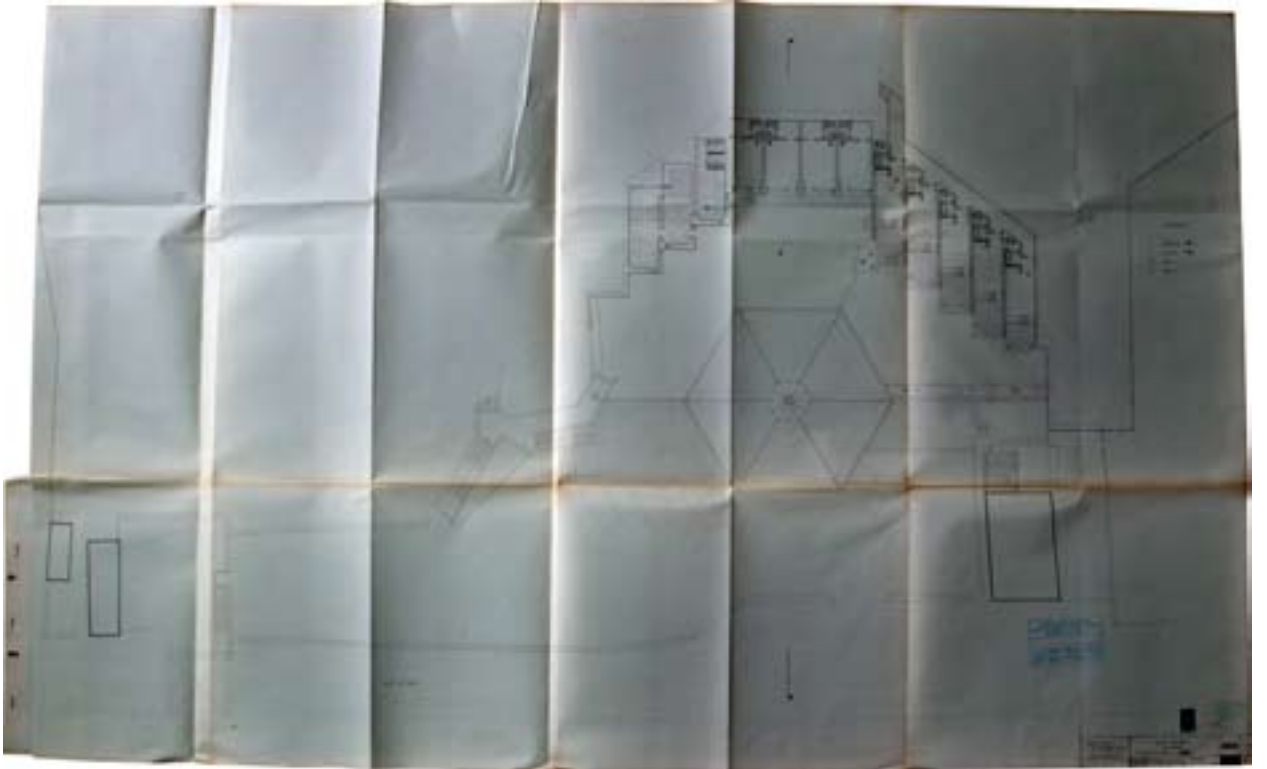


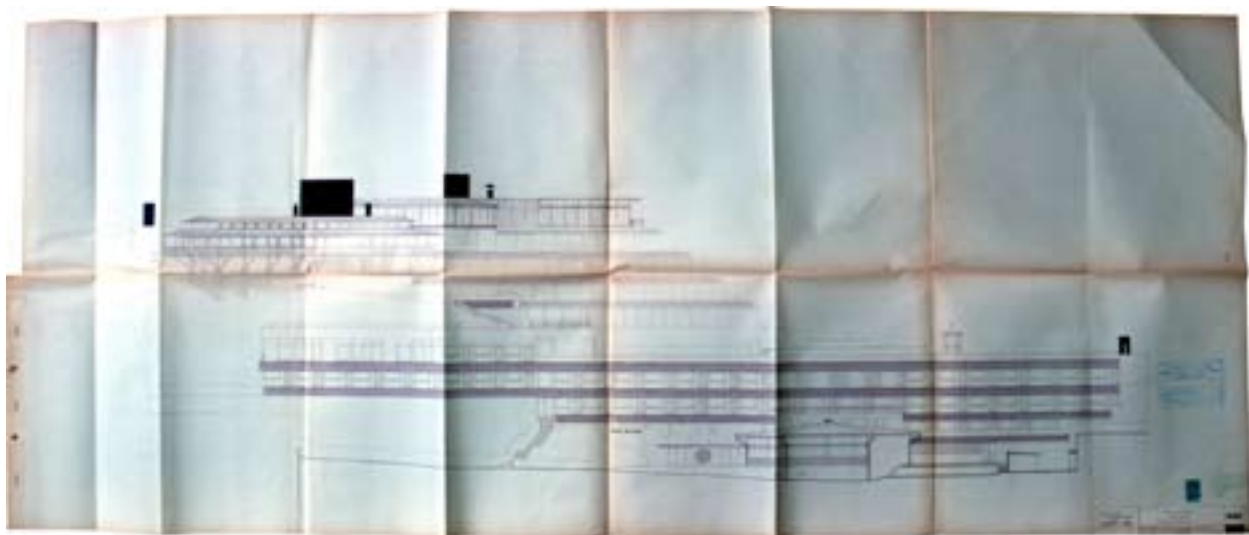
411
*Ampliação do Hotel do
Mar - Sesimbra*
9 - Planta do 1.º Piso
à Cota 69-70
Francisco Conceição Silva,
1965
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

445
Hotel do Mar Sesimbra
3 - Planta do 2.º Piso
(Restaurante e serviços)
Francisco Conceição Silva,
1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Página seguinte:
445
Hotel do Mar Sesimbra
4 - Planta do 3.º Piso (800)
e
5 - Planta do 4.º Piso (700)
Francisco Conceição Silva,
1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)







445

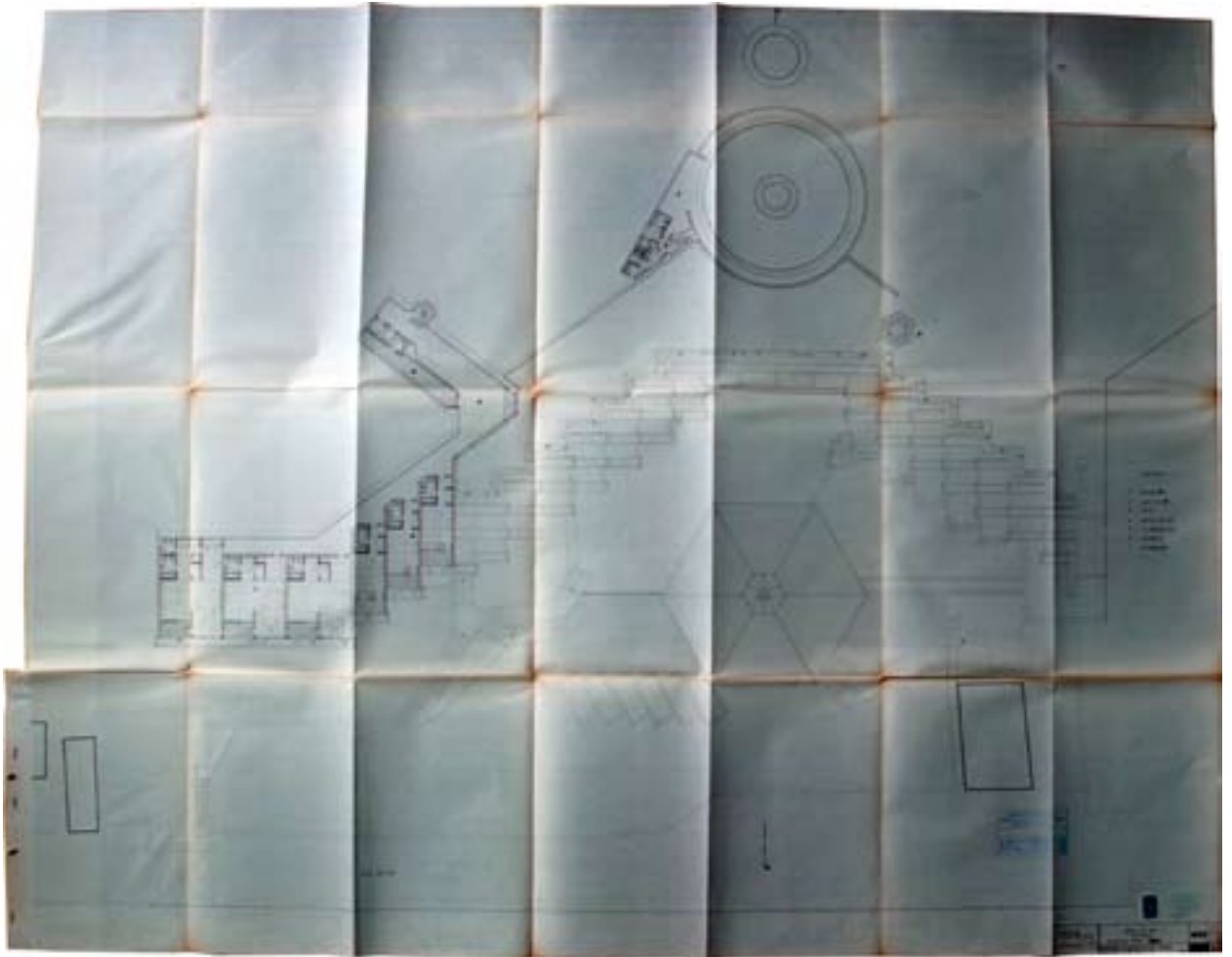
Hotel do Mar Sesimbra
6 - Planta do 5.º Piso (600)

e

14 - Alçado Principal
Francisco Conceição Silva,

1966

1408 (imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



445

Hotel do Mar Sesimbra

6 - Planta do 5.º Piso (600)

e

15 - Corte por A-B

Francisco Conceição Silva,

1966

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

1409

Com um processo que abarca, nas suas várias fases, cerca de uma década, o projecto do Hotel do Mar, em Sesimbra, assume especial relevância no contexto deste trabalho, não só porque acompanha as várias reformulações institucionais que são introduzidas no sector, ao longo dos anos sessenta, e que testemunham a crescente importância que o Turismo vai tendo no quadro da economia nacional (e internacional) - passando, dentro do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, de Repartição a Comissariado, acabando por se constituir como Direcção-Geral, sob a alçada da Secretaria de Estado da Informação e Turismo -, mas, sobretudo, porque, numa intervenção que, apesar dos seus diferentes momentos, resulta numa obra unitária e coerente, de um só arquitecto, é possível ter uma percepção da diversidade de caminhos que caracterizam o momento de revisão e de experimentação que se vive nesta década, em Portugal, alimentado pelo debate disciplinar internacional sobre a “continuidade” ou “crise” do projecto moderno, nos seus pressupostos ideológicos e formais.

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista panorâmica
Fotografia, 1966
(imagem da autora realizada a partir da
fotografia existente no vestíbulo do
Hotel do Mar)





Assim, partindo da herança moderna, que tão bem interpreta nas suas primeiras encomendas para uma série de lojas em Lisboa²⁹, Conceição Silva procura, em Sesimbra, uma saída para o impasse que se coloca, informado pela multiplicidade de caminhos que se esboçam, lá fora, na “ressaca” dos CIAM. Caminhos que, apesar do laço comum entre eles - *“en su visión de la ciudad - intentando recuperar la vida urbana - de la tradición - contemplándola con respecto, pero con distancia, sin hacer nunca citas literales sino interpretando - de la arquitectura - sobre la que se plantea esencialmente una revisión formal - y del papel social del arquitecto”*³⁰ - resultam, agora, mais de reflexões individuais do que de uma posição de grupo com pretensões doutrinárias.³¹

Hotel do Mar, Sesimbra
Vista sobre a plataforma da
Piscina e o novo corpo de
quartos
Fotografia, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

²⁹ Dos anos cinquenta e das quais se destaca a loja Rampa, *“onde ensaia plenamente o modelo de espaço comercial francamente aberto ao exterior e a multiplicidade de pavimentos a vários níveis unidos por uma rampa, tema central da proposta arquitectónica e do próprio nome”* da loja. (Cit. PEREIRA, Michel Toussaint Alves, “O Arquitecto”, in SILVA, João Pedro Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), op. cit., p. 22)

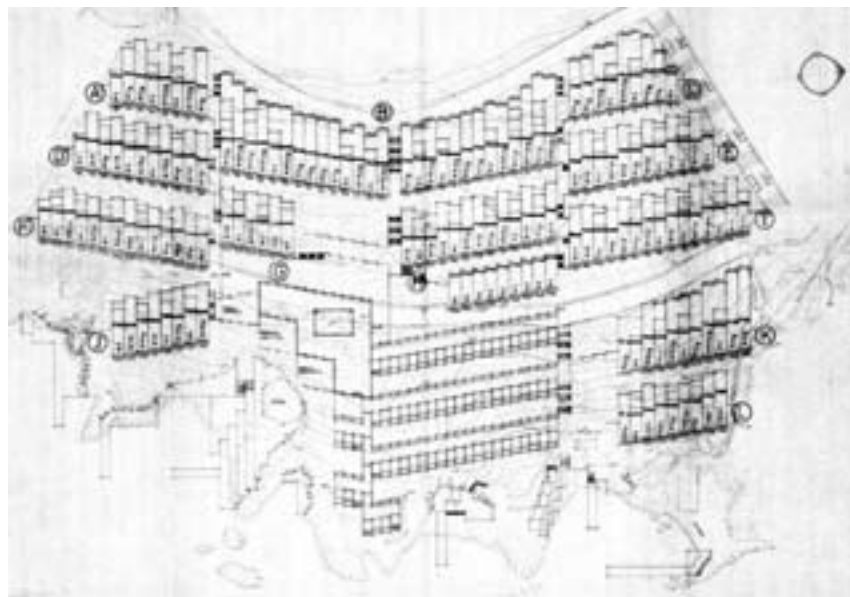
³⁰ MONTANER, Josep Maria, *Después del Movimiento Moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 3.^a edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p.34. (1.^a edición, 1993)

³¹ Mesmo dentro do Team X, cujos princípios ideológicos só se conseguem resumir pelo *“sumatorio de las ideas de cada miembro”*. (Cit. Idem, p. 31)

De resto, a liberdade com que cada um vai construindo o seu percurso é evidente na forma como o arquitecto português combina, nesta, e, mais tarde, noutras, obras, influências de diferentes esferas geográficas e, mesmo, temporais. No Hotel do Mar, sobre uma matriz de composição celular, que se adapta morfológicamente à encosta, Paulo Martins Barata reconhece, no torreão do restaurante, uma “*estilização trans-histórica próxima do ethos Neo-Liberty de BBPR, nomeadamente da metafórica Torre Velasca, em Milão*”³² (1950-1957), a par de uma vontade de “*mediterraneanização do moderno*”, evidente no corpo dos quartos e que “*encontra paralelo decisivo na trajectória de pós-guerra de Le Corbusier*”, quer na “*aglomeração orgânica de volumes*” do projecto Rob et Roq (1949) para Cap Martin, na Côte d’Azur, quer na “*estética vernacular da cal texturada que (...) utilizou em Ronchamp*” (1950-1955).

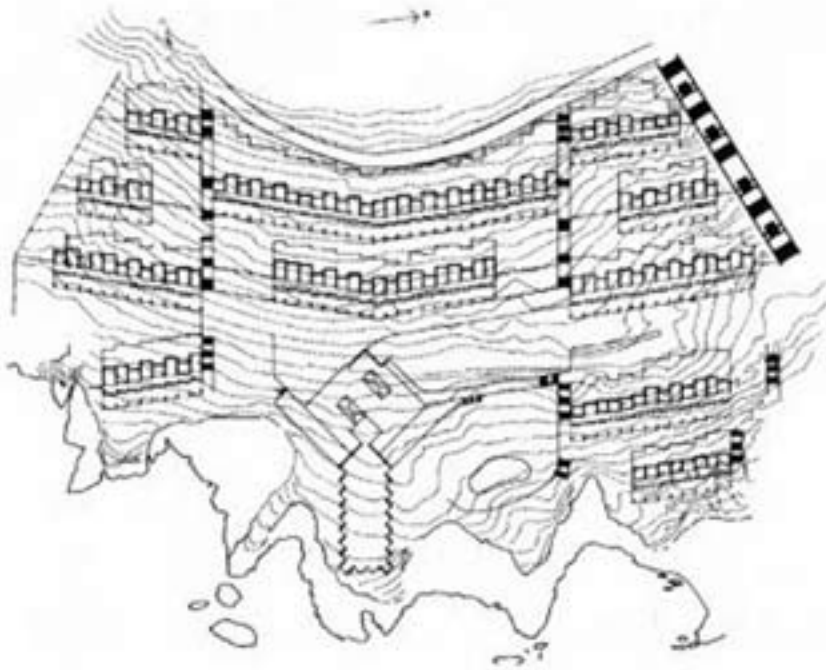
Mais próximo de nós, arriscamos, na linha de pensamento esboçada por Inês Leite³³, a influência da arquitectura espanhola contemporânea, em particular do projecto para o Hotel e Complexo Residencial Torre Valentina (1958-1959), na Costa Brava (Girona), da dupla José Antonio Coderch y Sentmenat (1913-1984) e Manuel Valls i Vergés (1912-2000).

Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Terceiro projecto
Planta Geral
José Antonio Coderch e
Manuel Valls, 1958-1959
(imagem www.picbox.biz)



³² BARATA, Paulo Martins, “Conceição Silva: Poética sem Retórica”, *Prototipo*, Lisboa, Ano II, N.º 4, Novembro 2000, p. 55.

³³ LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., pp. 127-129.



Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Quarto projecto
Planta Geral,
Alçado Nascente e
Alçado Norte
José Antonio Coderch e
Manuel Valls, 1959
(imagens
www.estrelladuran.blogspot.pt)



Encomenda da HORESA - Hoteles y Restaurantes, S.A., o programa original previa, apenas, a construção de um Hotel de Luxo, evoluindo, num segundo estudo, para um Hotel e catorze moradias unifamiliares, cada uma delas com um jardim de 2.000 m², até se fixar, no quarto e último projecto, num complexo turístico-residencial com um Hotel de oitenta quartos, cento e trinta e uma “Casas de Férias” e uma garagem para duzentos e cinquenta automóveis.

Desde o primeiro projecto, o Hotel é estruturado em dois núcleos, separando as zonas comuns e de serviços da zona mais reservada de quartos, que é resolvida, inicialmente, num

corpo de três pisos escalonados, vertical e horizontalmente, de forma a melhor adaptar a extensa massa de construção à pendente do terreno e garantir a privacidade dos terraços individuais criados como prolongamento exterior de cada módulo de dormir. Todos os quartos têm a mesma vista e orientação, “*hasta el extremo de que sea prácticamente imposible preferir un[o] a otr[o]*”³⁴, e “*están en contacto directo con la naturaleza y desde ell[o]s no puede verse ningún cuerpo de edificio del hotel. Todos ell[o]s tienen acceso directo por el pasillo a la playa e al bosque sin necesidad de atravesar el vestíbulo del hotel ni otras dependencias del mismo*”.

Na segunda versão, o corpo de quartos assume maior presença, desenvolvendo-se na vertical, numa composição, que chega aos seis pisos, trabalhada em “espinha”, perpendicular à linha de costa, com os quartos colocados a 45° em relação à frente de mar.

Em ambos os casos, o acesso é feito à cota alta, por uma estrada aberta a meia encosta, articulando-se o edifício do Hotel desse ponto para baixo, até à falésia.



Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Quarto projecto
Fotografia da Maqueta, c.1980
(imagem
www.estrelladuran.blogspot.pt)

As moradias de férias ou de fim-de-semana seguem um esquema conceptual similar ao proposto para o núcleo de quartos

³⁴ [CODERCH, José Antonio, VALLS, Manuel], *Proyecto de Hotel en la Urbanización 'Torre-Valentina'. Término Municipal de Calonge, Provincia de Gerona. Memória*, Barcelona, Agosto 1958, transcrição publicada em J.A. Coderch: *Torre Valentina*, Barcelona, Edicions Escola Tècnica Superior D'Arquitectura del Vallés/UPS, 1999, p.27, (Textos i Documents D'Arquitectura, N.º 6), disponível em www.books.google.es.

do primeiro Hotel, dispostas em banda, formando pequenos grupos, paralelos ao mar, que se inserem em escada no terreno. A partir de uma tipologia mínima, são estudados, por adição de mais ou menos elementos (terraços, pátios, quartos, casas-de-banho e garagens), vinte e sete esquema diferentes de organização espacial interna, oferecendo ao comprador a hipótese de configurar a sua casa a seu gosto, mas sempre dentro de um módulo de quatro metros e meio de largura, que varia, apenas, em profundidade.

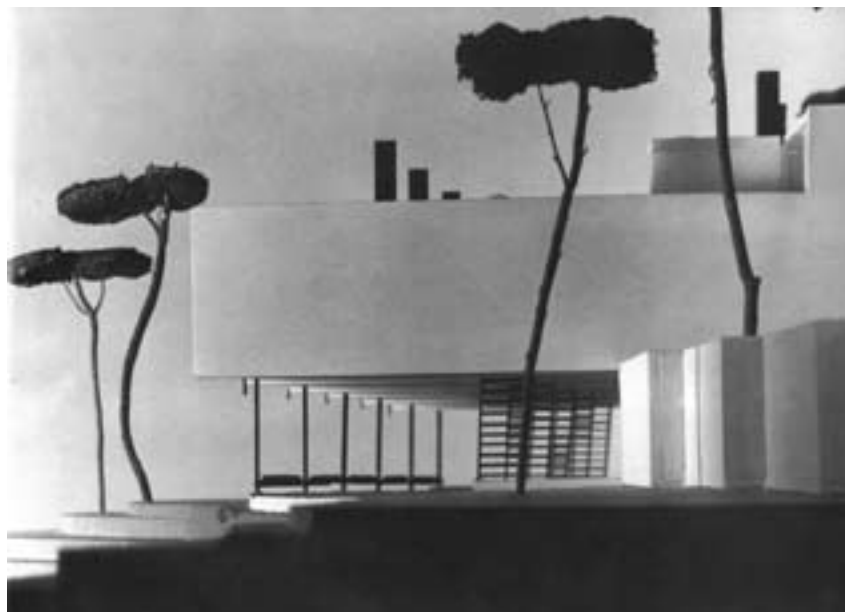


Torre Valentina,
 Sant Antoni de Calonge
 Quarto projecto
 Grupo de Moradias
 Alçado Nascente
 José Antonio Coderch e
 Manuel Valls, 1959
 (imagem
 FOCHS, Carles (editor), *Coderch
 1913-1984*, Barcelona, Editorial
 Gustavo Gili, 1989, p. 144)



Torre Valentina,
 Sant Antoni de Calonge
 Quarto projecto
 Grupo de Moradias
 Estudio tipológico
 José Antonio Coderch e
 Manuel Valls, 1959
 (imagem FOCHS, Carles (editor),
Coderch 1913-1984, Barcelona,
 Editorial Gustavo Gili, 1989, p. 147)

Torre Valentina,
Sant Antoni de Calonge
Quarto projecto
Grupo de Moradias
Maqueta, 1959
(imagem FOCHS, Carles (editor),
Coderch 1913-1984, Barcelona,
Editorial Gustavo Gili, 1989, p. 145)



Todas as casas se elevam do chão, libertando o piso térreo para aí criar percursos pedonais, cobertos, animados por algumas lojas. Solução que ia buscar inspiração às tradicionais arcadas de rua, que caracterizam os povoados de pescadores desta zona litoral. Procurava-se, assim, integrar a intervenção no ambiente local, recorrendo a elementos arquitectónicos da cultura popular. A própria estrutura urbanística do novo aglomerado apresenta “certa[s] semelhança[s] com as povoações brancas da Andaluzia ou das Costas da Itália e da Grécia”³⁵, reportando para uma condição “mediterrânica”.

Mas, este não era “*um retrocesso romântico*”. Todo o conjunto foi pensado numa perspectiva de produção industrial, “*porque [se] todos estamos de acordo em que o ‘racionalismo’ está a ser superado, que a arquitectura dos próximos anos prestará mais atenção aos valores psíquicos do homem*”, para “*realizar uma autêntica ‘superação’ (...)* temos que reter o positivo do racionalismo”, incorporando a “*fabricação em série à arquitectura*”. Ironicamente, com um valor de terreno e de construção, por metro quadrado, demasiado elevado, a Urbanização Torre Valentina nunca chegaria a ser concretizada.

³⁵ ECHAIDE, Rafael, “Espanha - os ‘pequenos congressos’”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 31, Abril 1961, p. 201.

Uma pequena nota sobre este projecto seria incluída no artigo de Rafael Echaide “Espanha - os ‘pequenos congressos’”, publicado, em Abril de 1961, na revista portuguesa *Binário*³⁶, a propósito do terceiro destes eventos, celebrado, em Outubro anterior, em San Sebastián, e no qual Coderch apresenta esta obra. Torre Valentina que, curiosamente, foi, também, um dos projectos discutidos no CIAM de Otterlo, em Setembro de 1959, juntamente com a Torre Velasca.³⁷



Torre Velasca, Milão
Vista panorâmica
Fotografia, c.1955
(imagem www.ftnbooks.com)

Com evidentes repercursões formais no Hotel do Mar, resumidamente, poderíamos afirmar que são estes dois exercícios de contextualização do moderno - um, no sentido de uma aproximação à cultura popular e, o outro, no da recuperação da História - que informam a proposta de Conceição Silva para Sesimbra.

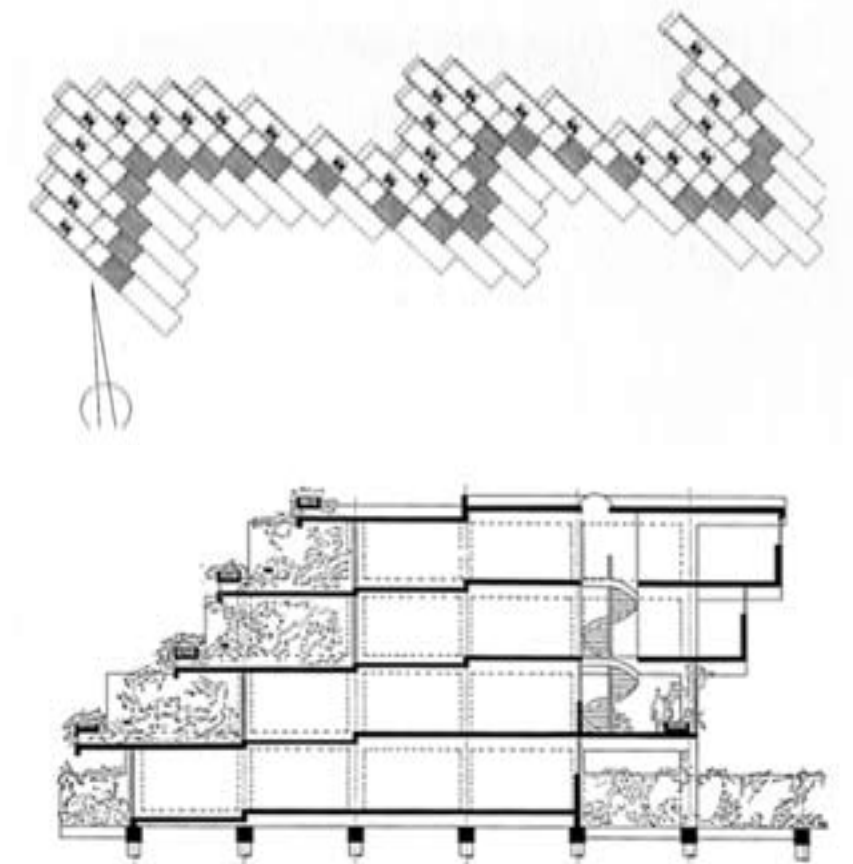
³⁶ Idem, pp. 200-201.

³⁷ Torre Velasca, de Gian Luigi Banfi, Ludovico di Belgiojoso, Enrico Peressutti e Ernesto Nathan Rogers (BBPR), que vai estar no centro da polémica aberta, poucos meses antes do Congresso, entre arquitectos britânicos e italianos, ou mais precisamente, entre a *Architectural Review* e a *Casabella-Continuitá*, sobre o papel da História na fundação de uma nova arquitectura, com os artigos “Neoliberty. The italian retreat from modern architecture”, de Reyner Banham (*Architectural Review*, Abril 1959), e “L'évoluzione del l'Architettura. Risposta al custode dei frigidaires” (*Casabella-Continuitá*, Junho 1959) de Ernesto Nathan Rogers. Por um lado, “Banham entiende que todo retorno a períodos anteriores a la ruptura propugnada por el Movimiento Moderno, constituye una actitud reaccionaria y deplorable”, por outro, Rogers defende que “sería absurdo que la mirada hacia al pasado próximo sólo se pudiera dirigir hacia el Movimiento Moderno y no hacia lo que se podría denominar la prehistoria de lo nuevo”. (Cf. Montaner, Josep Maria, op. cit., pp. 103-104)

Ciudad Blanca de Alcudia,
Mallorca
Vista das varandas
Fotografia, c.1963
(imagem
www.viviendacolectiva-upct.tumblr.com)



Ciudad Blanca de Alcudia,
Mallorca
Planta Geral
e
Secção vertical
Francisco Javier Sáenz de Oiza,
1961-1963
(imagens
www.architecturalmetabolism.blogspot.com)



Aproximação a uma cultura ou tradição popular que está, também, na base do projecto de Francisco Javier Sáenz de Oiza (1918-2000) para a Ciudad Blanca de Alcudia (1961-1963), em Mallorca, contemporâneo do Hotel do Mar e que se desenvolve segundo uma secção vertical semelhante ao primeiro corpo de quartos construído em Sesimbra, incluindo as expressivas floreiras em betão que delimitam os terraços exteriores.

Mera coincidência?

E recuperação da História que inclui o próprio legado da Arquitectura Moderna, na abordagem de espírito *bauhausiano* de “controlo total do ambiente”, que Conceição Silva defende no Hotel do Mar, com a “integração das (agora quatro) artes”³⁸. Abordagem que José Antonio Coderch também partilha, desenhando alguns equipamentos e mobiliário para as suas obras de arquitectura, como as lareiras “Capilla” (1952) e “Polo” (1955) ou o candeeiro Coderch (1957).

Coderch que, em 1960, integra, a convite de Jaap Bakema, o Team X e publica, pela primeira vez, no número de Novembro de 1961 da revista italiana *Domus* um importante ensaio-manifesto sobre a situação da arquitectura espanhola contemporânea, intitulado “No son genios lo que necesitamos ahora”. Uma declaração de princípios que encontra eco entre nós nas páginas da revista *Arquitectura*, com a reprodução da versão original do texto, junto com um comentário de Nuno Portas sobre “A obra de José A. Coderch e M. Valls Vergés”.

“No, no creo que sean genios lo que necesitamos ahora. Creo que los genios son acontecimientos, no metas o fines. Tampoco creo que necesitamos Pontífices de la Arquitectura, ni grandes doctrinarios. Algo de tradición viva está todavía a nuestro alcance, y muchas viejas doctrinas morales en relación con nuestro oficio (metier) de arquitecto y con nosotros mismos. Creo que necesitamos sobre todo, buenas escuelas y buenos profesores. Necesitamos aprovechar la escasa tradición constructiva y sobre todo la tradición moral, en esta época en que las más hermosas palabras han perdido su verdadera significación.

³⁸ Arquitectura, Pintura e Escultura a que se soma, nos anos sessenta, em Portugal, o *Design*, com a criação, em 1959, do Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) que, a partir de 1960, passa a integrar esta disciplina como unidade curricular autónoma. Já entre 1952 e 1954, Frederico George tinha ensaiado “*a primeira experiência de ensino de design em Portugal*”, na cadeira de Arquitectura de Interiores, Desenho de Mobiliário e Tecnologias de Pintura Decorativa que lecciona na Escola António Arroio, onde “*a componente oficial é fortemente impulsionada*”. Experiência que desenvolve, a partir de 1957, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Em 1965, José-Augusto França promove na Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa, um Curso de Formação Artística, pré-universitário, “*numa tentativa de melhorar o ensino das artes em Portugal*” e “*reflectir sobre as modernas práticas do design internacional*”. Curso que conta com uma disciplina prática de *Design*, dirigida pelo arquitecto Manuel Tainha com a colaboração de Francisco Conceição Silva e Daciano Monteiro da Costa. No início dos anos setenta, mais precisamente em 1971 e 1973, são realizadas na FIL a I e a II Exposição de *Design* Português, eventos, promovidos pelo INII, que vêm confirmar a maturidade da produção nacional nas áreas do *design* industrial, do *design* de equipamento e *design* gráfico. (Ver SANTOS, Rui Afonso, “O *Design* e a Decoração em Portugal, 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (d direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 485-499 e MONTEIRO, Mariana, “Dossier Cronologia do *Design* Português: do Desenho ao *Design*”, disponível em www.maximainteriores.xl.pt)

*Necesitamos que miles y miles de arquitectos que piensen menos en Arquitectura, en dinero, e en las ciudades del año 2000, y más en su oficio de arquitecto. Que trabajen con una cuerda atada al pié, para que no puedan ir demasiado lejos de la tierra en la que tienen raíces, y de los hombres que mejor conocen; siempre apoyándose en una base firme de dedicación, de buena voluntad y de honradez.”*³⁹

Mas não é só na “tradição” e no “passado” que Conceição Silva encontra inspiração, é também no “presente” e na emergência de uma economia e de uma sociedade de consumo de massas, sujeitas “às leis do mercado e a um gosto do viver urbano em que a moda e a novidade são valores estabelecidos”.⁴⁰

Com uma expressão formal mais próxima da cultura *pop*, o ambiente criado na discoteca do Hotel do Mar reflecte esse gosto, anunciando a adesão do arquitecto a uma estética pós-moderna. Superfícies espelhadas e formas ondulantes insinuam-se num espaço de grande fluidez e intensidade cromática, que aposta na imagem como meio de sedução e de comunicação. Arquitectura e decoração são, aqui, trabalhadas num gesto único, em perfeita simbiose, inspirado nas cenografias fantasiosas que marcam a produção cinematográfica da época, em filmes como os da série James Bond⁴¹ ou o *2001: A Space Odyssey*, de Stanley Kubrik, com estreia em 1968 e, até hoje, uma das mais aclamadas películas de ficção científica. No ano seguinte, em Julho de 1969, o Homem chegava à Lua.

Em Sesimbra, não é o Espaço, mas o imaginário do fundo do mar que alimenta essa visão, numa reinterpretação das *20.000 Léguas Submarinas* de Júlio Verne⁴². O fundo da Piscina, sob a qual se instala a Discoteca, chegou a ser pensado ser em vidro, exponenciando a experiência “subaquática” dos hóspedes.

³⁹ CODERCH, José Antonio, “No son genios lo que necesitamos ahora”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 73, Dezembro 1961, p. 3.

⁴⁰ DUARTE, Carlos, “Design, Ambiente e Moda a propósito de duas obras de Conceição Silva”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 100, Novembro/Dezembro 1967, p. 263.

⁴¹ Entre 1962 e 1969 são lançados seis filmes desta série: *Dr. No* (1962), *From Russia with Love* (1963), *Goldfinger* (1964), *Thunderball* (1965), *You only live twice* (1967) e *On Her Majesty's Secret Service* (1969), este, último, o único interpretado por George Lazenby (que substitui Sean Connery no papel do agente 007) e filmado parcialmente em Portugal (com cenas passadas em Lisboa, no Hotel Estoril Palácio, na Praia do Guincho, Cascais e na Serra da Arrábida).

⁴² Livro, de 1870, adaptado várias vezes para cinema, sendo as versões mais emblemáticas a realizada por Georges Méliès, em 1907, e a produzida pela Walt Disney, em 1954, com Kirk Douglas e James Mason.



Hotel do Mar, Sesimbra
Discoteca,
Sala de Estar e
Sala de Jantar
Fotografias, 1969
(imagens
Casa & Decoração, Lisboa, N.º 6,
1969, Capa e pp. 19 e 20)



Mais “agarrado” à Terra é o documentário *...E era o Mar* realizado por José Fonseca e Costa, em 1966, por encomenda de Conceição Silva e estreado no Cinema Império em Lisboa. Centrada no Hotel do Mar, cuja segunda fase de construção inaugura nesse ano, “*esta filmagem pode ser entendida como uma abordagem ao processo e ao método projectual de Conceição Silva, onde a dimensão do lugar, materialidade e programa são factores fundadores da sua obra*”⁴³. Uma das cenas finais é, precisamente, filmada na Discoteca, mostrando uma série de jovens casais a conviver e a dançar ao som dos novos ritmos. Imagens que nos reportam para *Play Time*, de Jacques Tati.

Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.jonathanrosenbaum.com)

Lançado em 1967, nesta sua terceira longa metragem Tati dá sequência à sátira fixada em *Mon Oncle* (1958), centrada numa crítica ao estilo de vida moderno e seus valores, mas, aqui, “*he concentrates on public and corporate space rather than the Modernist house*”.⁴⁴



⁴³ Da nota de apresentação escrita por José Manuel Rodrigues publicada na capa da edição em DVD do documentário *...E Era o Mar*, de José Fonseca e Costa, promovida pela Direcção da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitectos Portugueses, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, a propósito do “Ciclo de Visitas Guiadas” dedicado à obra de Francisco Conceição Silva em Sesimbra, e que teve lugar a 13 de Março de 2010.

⁴⁴ HEATHCOTE, Edwin, “Modernism as Enemy: Film and the Portrayal of Modern Architecture”, in FEAR, Bob (Guest Editor), *Architecture + Film II*, Vol. 70, No. 1, London, Architectural Design/Wiley-Academy, January 2000, p.22.



Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.jonathanrosenbaum.com)



Play Time
Cena do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.daavidmoertl.blogspot.com)

E se em *Mon Oncle* é o quotidiano do Habitar e do Trabalho o veículo desse olhar, em *Play Time* é através do Turismo e de um dos seus principais personagens, ou estereótipos - o “turista americano” - que o realizador faz essa crítica.

Numa Paris futurista, conjuntos formalmente organizados de blocos monolíticos em aço e vidro, praticamente idênticos uns aos outros e dispostos perpendicularmente a ruas congestionadas de gente e automóveis, dão-nos uma imagem genérica da cidade moderna. Uma projecção de uniformidade e de ordem reproduzida por todo o mundo nos cartazes publicitários da agência de viagens retratada no filme e que anunciam diferentes destinos turísticos, mas sempre a mesma Arquitectura. A momentânea, e única, reflexão da Torre Eiffel no vidro da porta pivotante da agência, quando Barbara - uma das turistas americanas - entra, traduz o diálogo, não resolvido, da modernidade com o passado.

Como no *Plan Voisin* de Le Corbusier, os monumentos históricos de Paris são isolados, descontextualizados e rearranjados para se enquadrarem numa visão mais ampla.

Play Time
Cenas do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.branduponthebrain.tumblr.com)



Depois de uma série de desventuras que parodiam a condição moderna, na sua crença cega em ambientes minimalistas, altamente funcionais e tecnológicos, retratados por Tati, através das andanças e peripécias do seu alter ego Monsieur Hulot, como obstruções à

vida quotidiana e à interacção pessoal, na cena do Restaurante, quase no final do filme, o espectador redescobre o carácter imprevisível, espontâneo e alegre do comportamento humano quando confrontado com o inesperado. Uma espécie de metáfora para *playtime*, e, portanto, o Turismo, como um escape às regras e convenções culturalmente impostas. Ou, numa perspectiva mais acutilante, como uma “*libertação do formalismo*”⁴⁵ moderno.



E aqui reside um dos paradoxos estruturais mais interessantes do fenómeno turístico. Se, por um lado, é um aspecto inseparável da vida moderna, é um seu “produto”, por outro, é intrinsecamente pós-moderno, na crítica que encerra ao que é padrão, à rotina e ao redundante. Na verdade, se o Turismo gira em torno da expectativa de algum grau de “diferença”, a Arquitectura, para contribuir verdadeiramente para essa perspectiva, tem de ser capaz, como já sublinhámos⁴⁶, ou de se constituir como atracção turística - ser única, ou de criar um certo sentido de lugar, um ambiente - ser singular. Assim, como mecanismo de localização da experiência

Play Time
Cenas do filme
Jacques Tati, 1967
(imagem
www.brandupontnebrain.tumblr.com)

⁴⁵ VILHENA, Filipa, *Play Time: Guia sobre a Construção do Espaço Turístico*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008, p. 77.

⁴⁶ Ver Capítulo 4.2..

turística, a Arquitectura depende dessa relação dialéctica entre “representação” e “diferenciação”, ou seja, depende da sua capacidade de transmitir um significado. Uma abordagem que nos reporta para noções como “memória” e “identidade” que o discurso moderno rejeita, à partida, no seu programa a-histórico e universal.

Entre o “Passado” ideal pré-moderno e o “Futuro” projectado pela modernidade, a questão, agora, estava em voltar ao “Presente”. E esse “Presente” implicava uma reconciliação com o “Lugar” e com a “História”, como enunciam, a partir de abordagens diferentes, Vittorio Gregotti, em *Il territorio dell'architettura*⁴⁷, e Aldo Rossi, em *L'architettura della città*⁴⁸, mas, também, uma aproximação ao “Visual”, ao “Simbólico” e ao “Comercial”, como defende Robert Venturi, em *Complexity and Contradiction in Architecture*⁴⁹ e, mais tarde, em *Learning from Las Vegas*⁵⁰. Nesta deslocação temporal, no sentido de uma recuperação do contacto com o real, assiste-se, necessariamente, a uma actualização metodológica no processo de projecto e na própria produção da Arquitectura, em termos de uma abordagem mais científica ou mais artística, da exploração formal e construtiva e da adesão, ou não, às lógicas de mercado. Vertentes que, de uma forma ou de outra, vão balizar o percurso de Conceição Silva a partir do Hotel do Mar.

Curiosamente, na sua passagem por Lisboa, para a estreia de *Play Time*, ou *A Vida Moderna* na sua versão portuguesa, no Cinema Monumental a 15 de Março de 1968, Jacques Tati fica hospedado no Hotel Ritz, edifício que podia muito bem figurar num dos cartazes publicitários pendurados na agência de viagens que Barbara e Monsieur Hulot visitam em Paris, a anunciar Portugal como destino turístico.

⁴⁷ GREGOTTI, Vittorio, *Il territorio dell'architettura*, Prima edizione, Milano, Feltrinelli, 1966. (Materiali 10)

⁴⁸ ROSSI, Aldo, *L'architettura della città*, Prima edizione, Padova, Masilio Editori, 1966. (Biblioteca di Architettura e di Urbanistica, n. 8)

⁴⁹ VENTURI, Robert, *Complexity and contradiction in architecture*, First Edition, New York, Museum of Modern Art, 1966. (MoMA Papers on Architecture, No. 1)

⁵⁰ VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven, *Learning from Las Vegas*, First Edition, Cambridge Mass., The MIT Press, 1968.

O Hotel da Balaia

O Hotel da Balaia, em Albufeira, define a fronteira entre Conceição Silva o “Arquitecto” e Conceição Silva o “Atelier”. É este projecto, realizado para uma sociedade com a participação de capitais estrangeiros⁵¹, que vai proporcionar o “salto para a frente” do arquitecto e, com ele, da indústria hoteleira em Portugal. Salto com repercussões inevitáveis, e inadiáveis, para a cultura arquitectónica portuguesa.

Baseada no conceito revolucionário e inédito, em Portugal, de “chave na mão”, a encomenda exigia que o Hotel fosse entregue como produto acabado, pronto para exploração imediata. Isto implicava uma transformação estrutural no papel tradicional do arquitecto, de bem criativo a supervisor geral, responsável por gerir os diferentes aspectos do processo de produção da Arquitectura, desde o investimento à construção, ao *design* de interiores e de equipamento, e, mesmo, à concepção do logótipo e à publicidade. “Deixou de ser o ‘arquitecto de bengala’ e passou a ser um elemento de uma grande engrenagem”⁵². Engrenagem que compreendia, agora, diferentes áreas de actuação.

Para esse efeito, entre 1963 e 1969, são criadas a AC - Trabalhos de Arquitectura e Construção, a ARP - Agência de Realizações Publicitárias⁵³ e a SIURBE - Sociedade de Investimentos Imobiliários. Todas a operar sob a administração directa do arquitecto e a funcionar em estreita colaboração com o seu atelier de arquitectura. O próprio atelier seria realojado⁵⁴ e reestruturado para incorporar a parceria estabelecida, a partir do projecto da Balaia, com o arquitecto Maurício de Vasconcellos (entre 1965 e 1967) e uma mais vasta equipa de colaboradores, composta por *designers* gráficos e de equipamento, pintores e escultores.

“O Hotel da Balaia... Bom, acontece esta coisa a uma pessoa, um profissional, que já tem, a certa altura, passe a imodéstia, uma certa experiência do que é uma actuação profissional. É um empresário estrangeiro, uma grande companhia de navegação, que me põe o problema assim, depois do projecto realizado: ‘você pode construir este edifício e entregá-lo com chave na mão?’ E eu, numa atitude de atrevimento, disse: ‘Posso’. ‘Então, reponderam, queremos o edifício com chave na mão.’ E fazemos o contracto para entregar o edifício completo. É a primeira vez, não conheço outro exemplo no País - e note, haverá poucos exemplos mesmo, a este âmbito, no mundo, de se entregar o edifício com o guardanado, a carta de mesa, a jarra, totalmente equipado para abrir. Ora isso, como deve calcular, é uma experiência única (...), quer dizer, dominando uma totalidade, inclusivamente o investimento e a construção.”

⁵¹ A Sociedade Hoteleira da Balaia, composta pela Orey & Antunes Sociedade Comercial e pela *Köningklje Rotterdamische Lloyd*, empresa holandesa de navegação representada pela sociedade portuguesa.

⁵² “Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, op. cit., p. 44.

⁵³ Com um programa próprio no Rádio Clube Português, intitulado “Vector”, e transformada, em 1973, na Publital.

⁵⁴ Passando da Rua Nova da Trindade, ao Chiado, para a Rua D. Pedro V, junto ao Príncipe Real.

“Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”, *Arquitectura*, 3.ª Série, N.º 120, Março/Abril, 1971, p. 45.

Mas, “tomar as rédeas” de todo o processo significava ser menos “artista” e mais “homem de negócios”. Uma colagem ao mundo económico que coloca o arquitecto acima, em vez de à mercê, dos interesses do mercado e das mudanças nas exigências do consumidor. Na verdade, era convicção de Conceição Silva que este era o caminho para um maior envolvimento da profissão com a sociedade. Ao prever as reais necessidades do público e, assim, educar o seu gosto, o Atelier Conceição Silva consegue equilibrar preocupações comerciais com os valores da alta cultura, no que Jorge Figueira considera ser um passo precursor para a “*democratização do gosto*’, a *disponibilidade do erudito ao usufruto colectivo*”.⁵⁵

Para além disso, aliando eficiência técnica com inovação formal e tipológica, o arquitecto sabia como apelar, tanto a investidores, como a utilizadores, indo ao encontro dos apertados prazos da indústria e à dependência do consumidor no “visual”. O produto final resultaria, assim, numa “imagem” competitiva, capaz de transmitir uma “sensação” autêntica e singular. Por outras palavras, podemos dizer que o trabalho de Conceição Silva tem tudo a ver com “experiência”. A experiência profissional do arquitecto, a experiência pessoal do utilizador e o projeto como experiência conceptual. No caso de projectos relacionados com o Turismo, tem, também, a ver com a experiência turística e, por isso, com o ser fora do comum. Daí a diversidade de influências que informam o percurso do arquitecto e a pesquisa do seu atelier. Uma pesquisa que se centra na prática, mais do que na teoria, como a quase ausência de textos ou publicações da sua autoria confirma. É, então, através dos seus projectos que podemos traçar o pensamento de Conceição Silva sobre Arquitectura, Território e Turismo.

O Hotel da Balaia, pela particularidade da encomenda e por ser a primeira obra desenvolvida no Atelier Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos, constitui um testemunho singular.

Na realidade, este Hotel começa por fazer parte de uma intervenção mais vasta - o *Anteplano de valorização da zona vizinha à praia da Maria Luíza*, desenvolvido para a Sociedade Hoteleira da Balaia, Lda., Bernard J. O'Connor e Daniel Vieira da Costa (em representação de Francisco Alambre dos Santos). Este estudo, organizado em dois núcleos independentes, mas complementares (A e B), seria aprovado pela Câmara Municipal de Albufeira, a 15 de Dezembro de 1964, e pela DGSU e pelo MOP, por despachos de 30 de Janeiro e de 1 de Fevereiro de 1965, respectivamente, “segundo os quais, foram aprovadas em princípio as iniciativas hoteleiras integradas no conjunto turístico proposto para os referidos terrenos”.⁵⁶

Na sequência deste primeiro plano, é realizado um segundo, agora englobando um outro conjunto de terrenos, situados a nascente do complexo original e estendendo-se até à povoação de Olhos de Água. Intitulado *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, acrescentam-se, agora, aos três requerentes iniciais, os nomes de Maria da Graça Falcão Godinho dos Santos (esposa do psiquiatra Alhambra dos Santos), Álvaro Clemente da Luz, Francisco de Oliveira Santos e Nuno Lobo da Costa Azevedo, passando a urbanização a dispor de um novo núcleo turístico (C).

A intervenção ficava, assim, dividida em três grupos - A, B e C - constituídos por:

“Grupo A

- Hotel com 120 quartos e 8 moradias unifamiliares
 - Motel para 32 famílias e 9 moradias
 - 4 blocos com um total de 72 apartamentos
 - Hotel residencial com 60 quartos
- Neste grupo prevê-se ainda a construção dum pequeno núcleo comercial, 2 restaurant e campos de jogos.

Grupo B

- Hotel com 140 quartos
- Bloco com 15 apartamentos
- 6 moradias unifamiliares

⁵⁶ *Plano Orientador da Zona Marginal do Concelho de Albufeira: U-795-A-16*, s.l., DGSU, 7 Março 1966, p. 1.

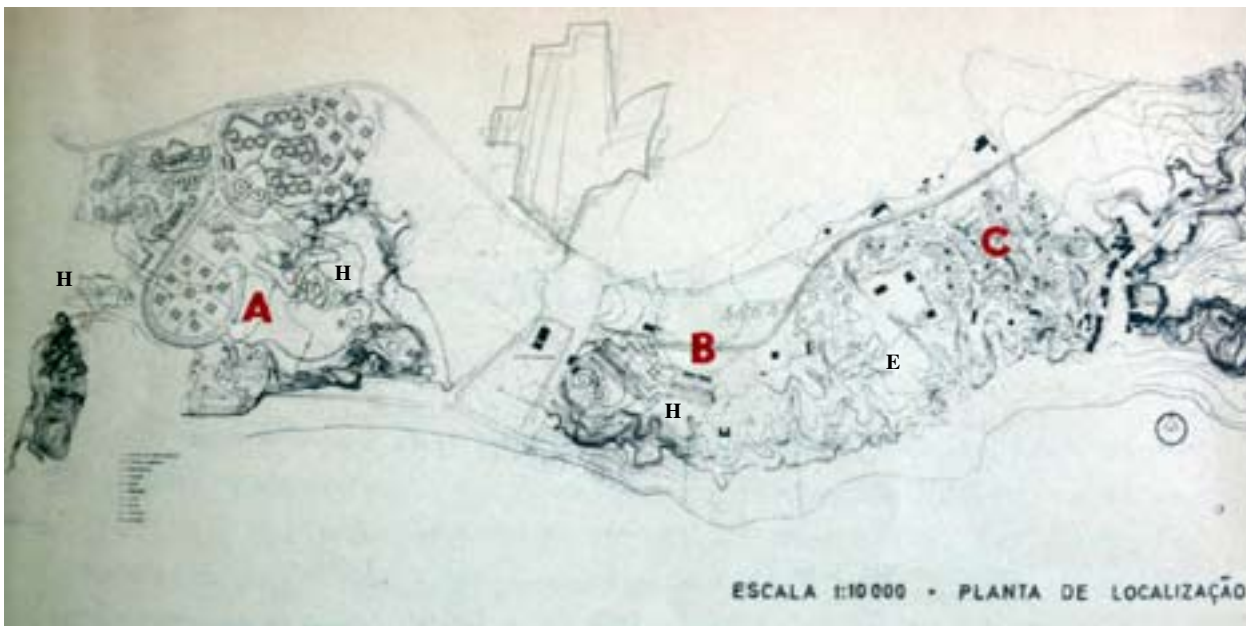
Grupo C

- 1 bloco com 20 apartamentos com restaurant e centro comercial
- 1 estalagem com 20 quartos
- grupos de apartamentos e moradias num total de 80 habitações
- campos de jogos”⁵⁷

A área de incidência do plano estendia-se desde o Alto de Semina (a poente) até ao Alto da Medronheira (a nascente), compreendendo, por outro lado, a expansão da povoação de Olhos de Água para poente, sendo estruturada, no seu conjunto, a partir de quatro iniciativas hoteleiras: o Hotel Residencial, o Hotel da Balaia, o Hotel de Vale da Rosa (ou Hotel O’Connor) e a Estalagem Cooper Smith. Com um total de 340 quartos hoteleiros e 242 fogos, distribuídos por moradias e apartamentos, previa-se que o novo complexo turístico chegasse a um total de 968 habitantes.

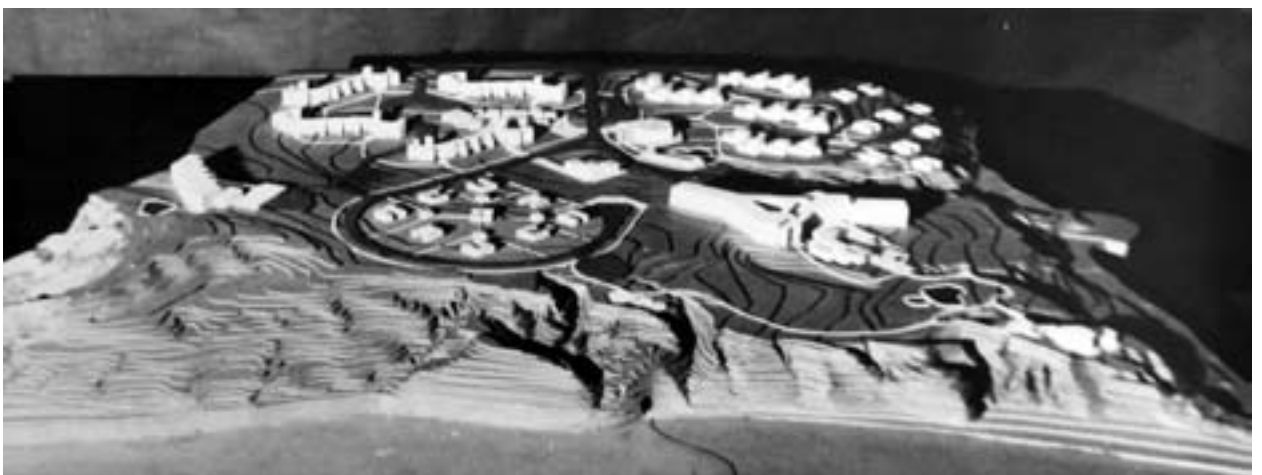
Com a *Memória Descritiva* deste segundo plano, datada de 18 de Fevereiro de 1966, são apresentados os anteprojectos de alguns dos edifícios propostos, “o que permitirá apreciar não só a preocupação dominante de integração mas também a expressão arquitectónica que se pretende imprimir a todo o conjunto”.⁵⁸

Urbanização da Praia da Maria
Luísa - Expansão Turística
Planta de Localização
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcelos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



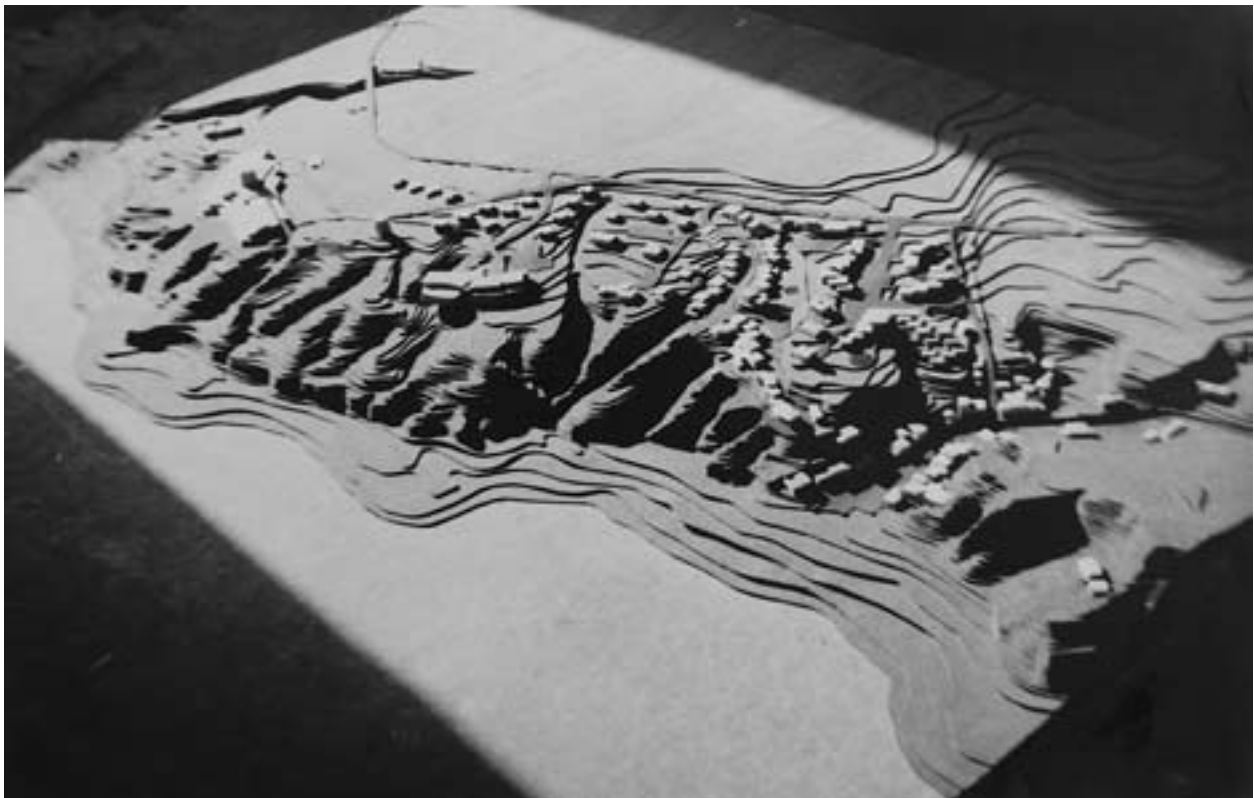
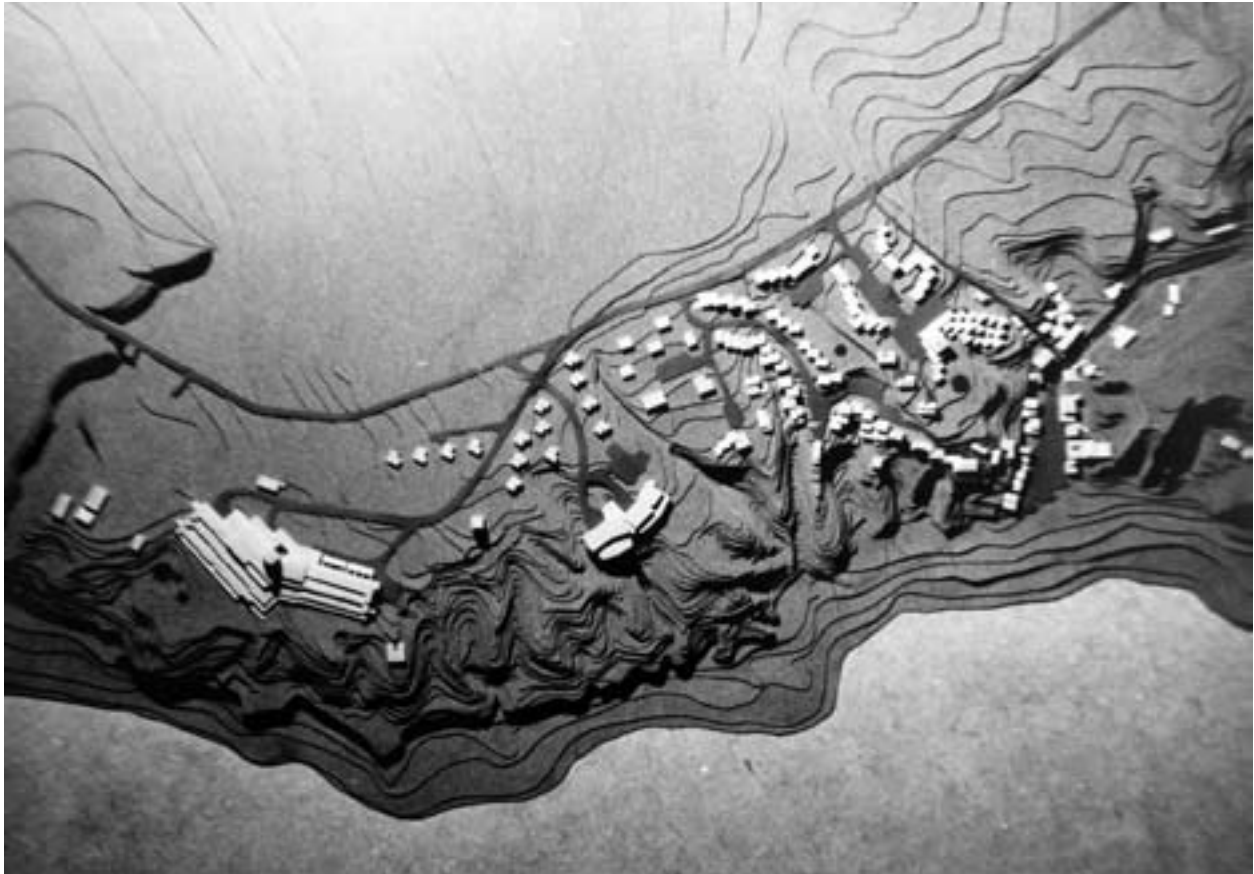
⁵⁷ SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, [Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística]: *Memória Descritiva*, Lisboa, 18 Fevereiro 1966, p. 1.

⁵⁸ Idem, p. 2. (Esses anteprojectos não constam, no entanto, do processo consultado)

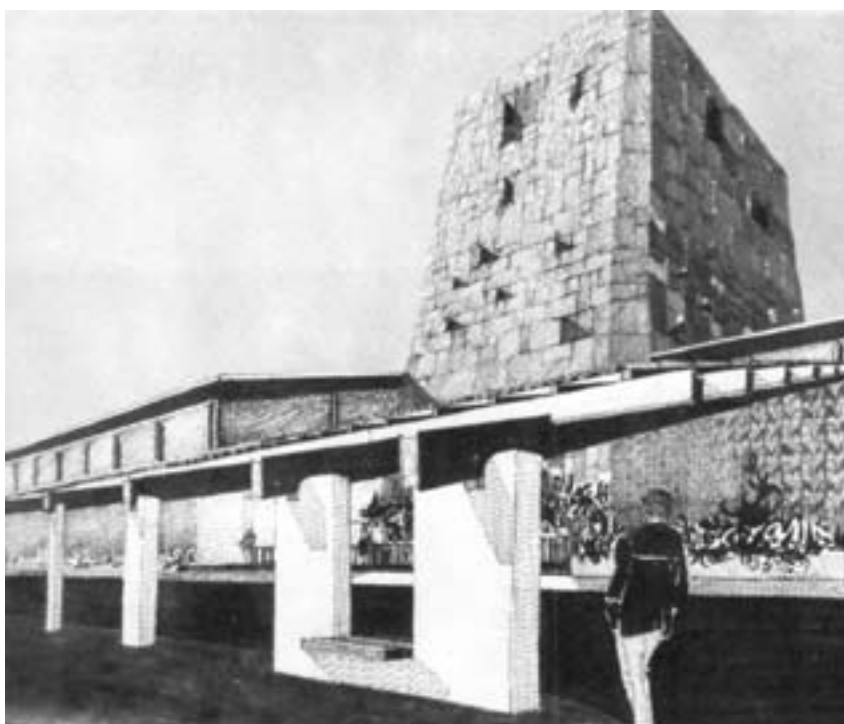


São também entregues fotografias das maquetas realizadas nesta fase, uma com o Grupo A, da Balaia, e outra com os Grupos B e C, da Praia da Maria Luísa e de Olhos de Água. É a partir destes elementos que podemos ter uma ideia do espírito geral da intervenção urbanística e das diferentes volumetrias projectadas, aparecendo as construções soltas no meio do espaço natural, organizadas em pequenos núcleos com carácter tipo-morfológico distinto. É de notar, no entanto, que, tanto na Planta de Localização

Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística
Maqueta do Grupo A
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



como na maqueta, o Grupo B aparece reduzido ao Hotel do Vale da Rosa, ou Hotel O'Connor, o maior equipamento hoteleiro do conjunto turístico, desistindo-se do bloco de apartamentos e das moradias inicialmente previstos. De resto, deste segundo plano apenas seriam desenvolvidos os projectos desse Hotel e da Urbanização da Balaia, ficando as restantes intervenções pelo caminho.

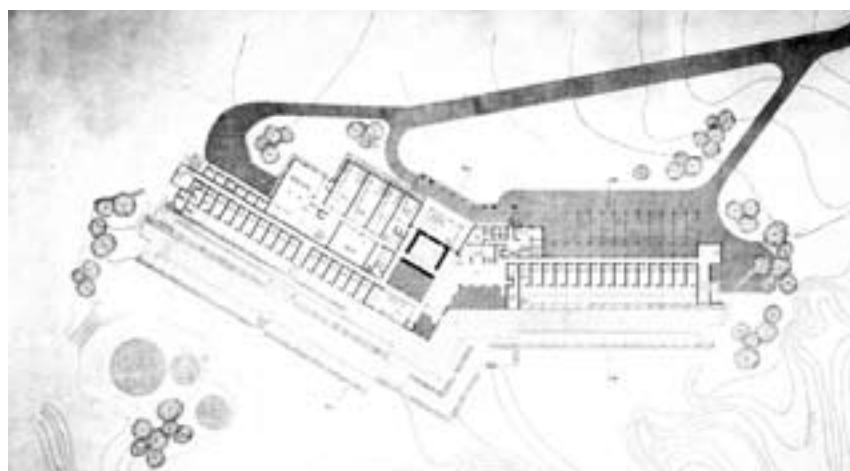


Para o Hotel do Vale da Rosa, também designado por Hotel O'Connor ou Hotel Maria Luísa, Francisco Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos propõem uma solução muito próxima da do Hotel do Mar, em Sesimbra, mas, neste caso, o corpo dos espaços de estar e de serviço articula-se com duas alas de quartos, uma a nascente e outra a poente, assumindo, agora, uma posição central na composição. Inspirada na Torre da Medronheira, estrutura quinhentista situada junto de Olhos de Água, aquele corpo é animado por uma torre em pedra, que assinala a entrada, resolvida, também aqui, à cota superior, desenvolvendo-se os corpos dos quartos, em socalcos, pela encosta abaixo, com terraços privativos.

Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística
Maqueta dos Grupos B e C
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

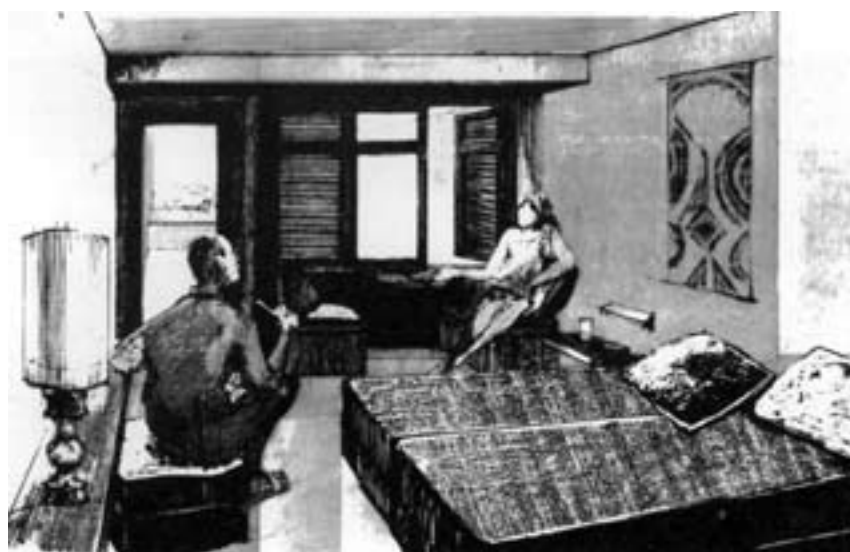
Hotel Maria Luísa
Perspectiva da Entrada
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 95)

Hotel Maria Luísa
Planta de Coberturas
e
Planta do Piso de Entrada
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 94)



Também o esquema de organização dos quartos é igual ao do Hotel do Mar, definindo uma zona de estar, junto à janela, com conversadeiras e uma pequena mesa de apoio, e a Piscina, implantada na base do terreno, é circular como em Sesimbra.

Hotel Maria Luísa
Perspectiva de um dos Quartos
Conceição Silva e
Maurício de Vasconcellos,
1965-1966
(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 95)



Na Urbanização da Balaia, dos dois Hotéis previstos só um seria construído, tal como acontece com os quatro blocos de apartamentos, e, das moradias, apenas o conjunto sobre a falésia, integrado no complexo turístico do Hotel da Balaia. Para esta unidade é realizado, logo em 1964, um primeiro anteprojecto, recusado pela Sociedade Hoteleira da Balaia por causa da sua disposição em “U”, o que não permitia orientar todos os quartos para a vista de Mar. Uma segunda proposta, já incluída no plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, de 1966, resultaria da adaptação de um outro projecto, desenvolvido, simultaneamente, no Atelier, para um Aparthotel do Grupo Melia, em Quarteira.



Aparthotel, Quarteira
Maqueta do edifício
Fotografias, c.1966
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 88)

Neste outro estudo, são evidentes as influências do projecto definitivo de José Antonio Coderch e Manuel Valls para o Hotel da Urbanização Torre Valentina, em especial no corpo perpendicular ao mar com os quartos dispostos a 45°.

Hotel de Mar,
Palma de Mallorca
Fotografia, c.1964

e
Planta dos Quartos
José Antonio Coderch de

Sentmenat,

1962-1964

(imagens

www.diariodemallorca.es

e FOCHS, Carles (editor), *Coderch*

1913-1984, Barcelona, Editorial

Gustavo Gili, 1989, p. 158)

Mas, também, do Hotel de Mar, em Palma de Mallorca, de 1964, obra de Coderch, que, como o Hotel Torre Valentina, divide o programa em dois núcleos funcionais distintos - o “social” e o “privado” - com desenvolvimentos volumétricos diferenciados - um horizontal e o outro vertical. O que distingue a proposta da Quarteira destes dois exemplos é o facto de o corpo “social” se implantar do lado do Mar, abraçado pelo corpo “privado”, ao contrário do que propõem Coderch e Valls. Na Balaia adopta-se uma lógica de organização idêntica.



O Anteprojecto do Hotel da Balaia, entregue com o plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, seria aprovado pelo Comissariado do Turismo a 2 de Março de 1966⁵⁹, como confirma o carimbo daqueles serviços em alguns dos desenhos de arquitectura⁶⁰. Não se conhece a *Memória Descritiva* relativa a esta fase, mas uma seguinte, datada de 26 de Julho de 1966, clarifica os princípios estruturais que orientaram a concepção do Hotel:

“Esta unidade hoteleira constituída por 140 quartos ficará integrada num conjunto de outras realizações cujo significado e importância muito virão contribuir para o desenvolvimento turístico local (Olhos d’Água) e de toda a região, cujo principal centro é Albufeira.

(...)

A sua excepcional localização, cerca de 4 km de Albufeira, e a aproximação da característica povoação de Olhos d’Água, leva-nos a admitir que o local seja considerado por um lado, como um centro apoiado pela realidade duma vida turística e por outro por uma povoação que mantém inalteráveis as suas raízes tradicionais.

As condições naturais do local ainda mais justificam a realização deste conjunto que ficará dispondo de duas admiráveis praias bem protegidas e de fácil acesso. A vegetação existente constituída principalmente por pinheiros, garantem ao conjunto o enquadramento vegetal tão necessário à paisagem algarvia.

O Hotel será constituído por dois corpos bem caracterizados correspondendo um ao conjunto dos quartos e o outro às zonas comuns e serviços.

Esta solução permitiu uma correta definição dos espaços e uma opção estrutural que melhor se adaptasse à função de cada uma das principais peças do edifício.

O corpo de quartos francamente exposto a sul e à vista foi resolvido por forma a garantir uma boa insolação e exposição ao mar. Abre-se interiormente sobre um amplo pátio coberto, que permitirá não só fáceis acessos a todos os pisos, como também um franco contacto entre as diversas peças que constituem o edifício. Procurou-se ainda, que este pátio, centro de todas as comunicações permitisse um contacto muito directo com a natureza, conseguido pela sua abertura superior e também pela inclusão de elementos vegetais que preencherão na sua quase totalidade o piso térreo.

⁵⁹ Embora se trate de um Anteprojecto os desenhos desta fase aparecem referenciados como *Hotel da Balaia - Projecto*.

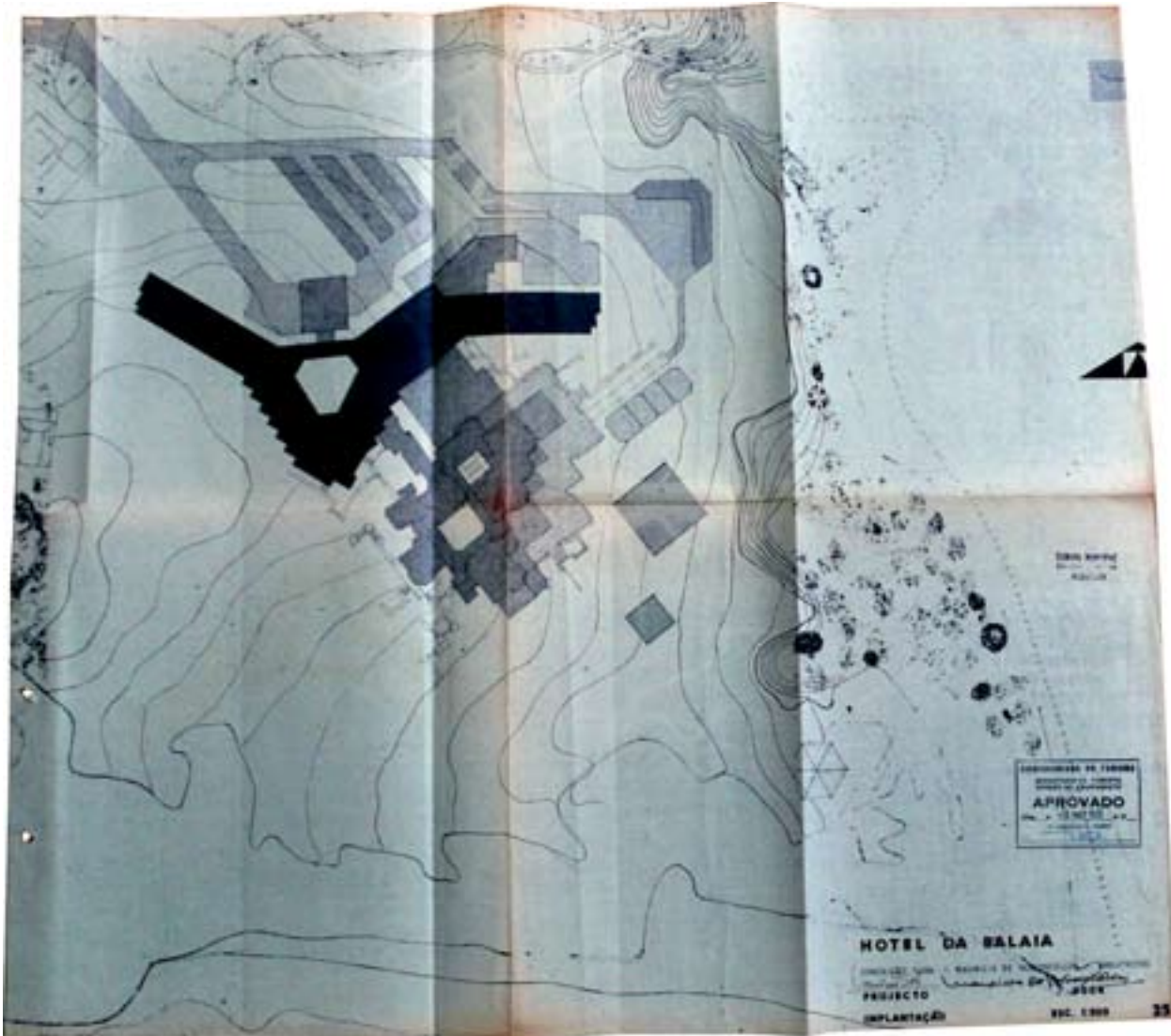
⁶⁰ Apresentam-se, desta fase, nas páginas seguintes, os desenhos 25 - *Implantação*, 35 - *Alçado Norte*, 36 - *Alçado S-E* e 37 - *Alçado S-O*, e, ainda, o desenho 434/2-A - *Quartos CI¹ e CI² Plantas e Cortes*. Deste processo fazem, também, parte as fotografias da Maqueta e das Perspectivas dos espaços interiores do Hotel (Hall, Restaurante, Salas, Bar, Quarto Tipo e *Suite*)

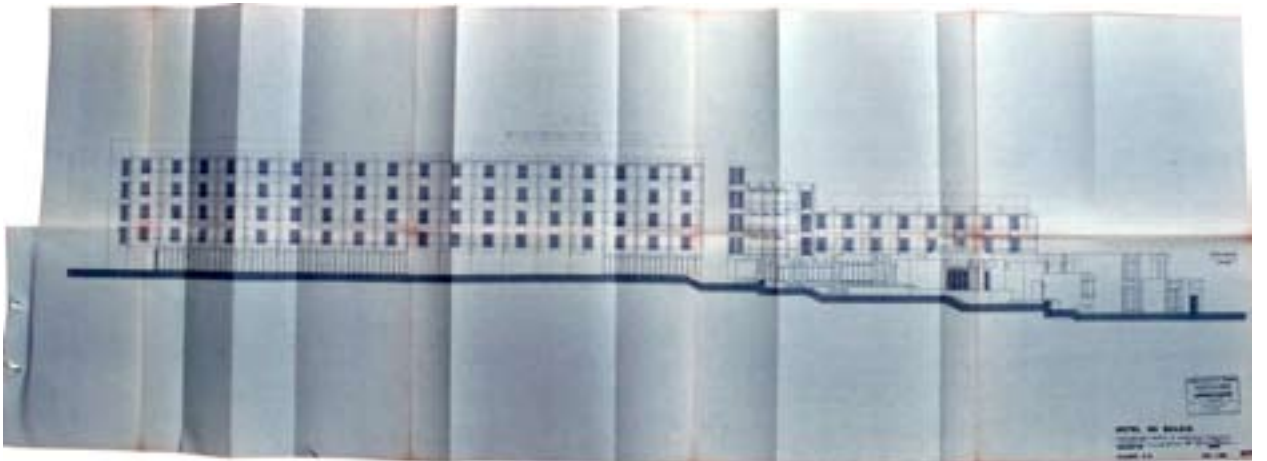
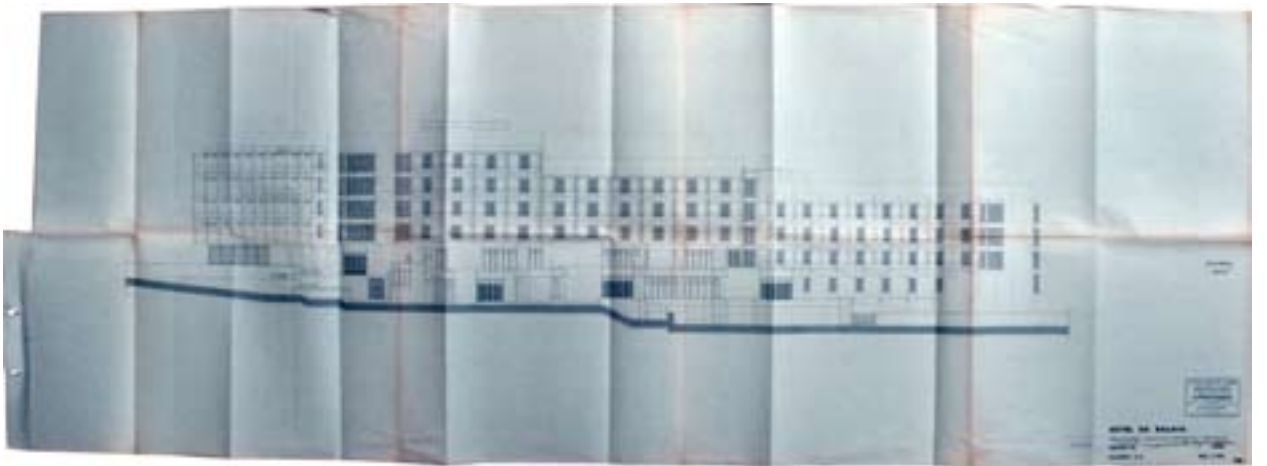
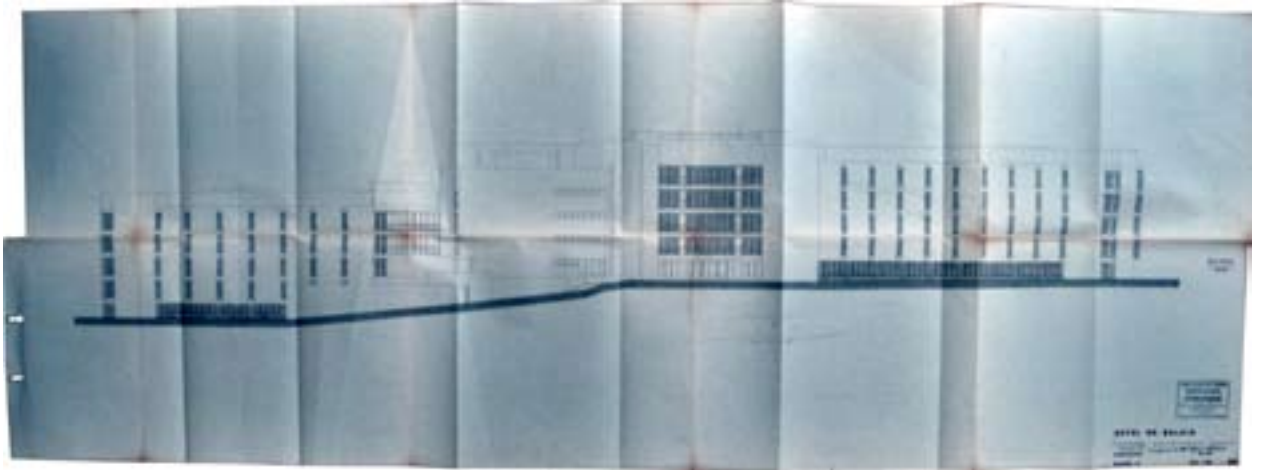
(...) [Este] vestíbulo largamente ajardinado, constituindo por assim dizer, uma estufa, (...) viverá articulado com a zona das salas por meio de sucessivos planos (também estes ajardinados) contribuindo para o nascimento de caminhos psicológicos e assegurando o acesso à portaria por parte dos hóspedes que se dirigem à piscina, sem colisões com a zona de entrada.

No que se refere às salas, o pensamento dominante, é caracterizado pela tentativa de criar espaços semi-esteriores ou simplesmente exteriores onde possa ser facilmente encontrada sombra e temperatura amena, para o que se prevê o seu desenvolvimento em pátio.

Parece-nos fundamental o tratamento dos espaços exteriores, não só em relação à entrada como também ao prolongamento das salas que poderão fundir-se em simples elementos ajardinados, porém extremamente importantes para que ressalte bem marcada a zona de influência da piscina onde se prevê de imediato um pequeno conjunto de apoio do qual fazem parte um Lido-bar com uma esplanada protegida, balneários e sanitários para ambos os sexos.”⁶¹

Hotel da Balaia
Projecto
25 - Implantação
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel da Balaia

Projecto

35 - Alçado N,

36 - Alçado S-E

e 37 - Alçado S-O

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

1439





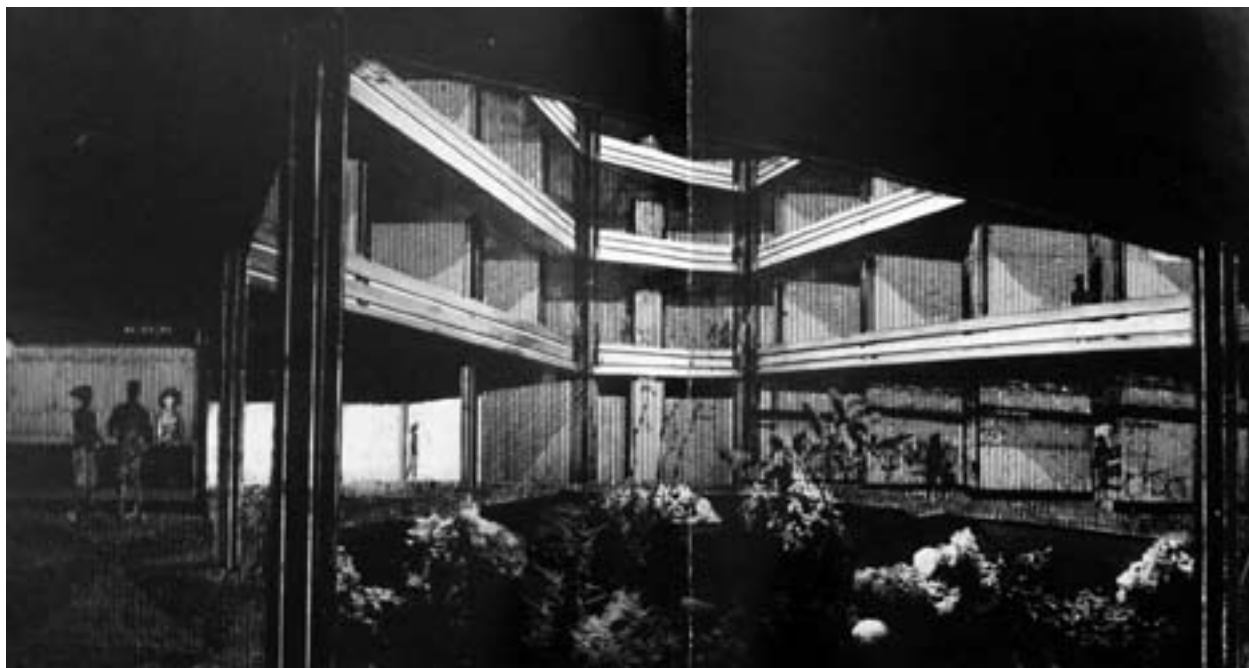
Assim, se, por um lado, os arquitectos têm em atenção a integração do novo equipamento no contexto próximo, natural e construído, por outro, prevalece a preocupação de garantir a coerência do edifício, em si, quer pela clara demarcação volumétrica dos seus núcleos funcionais, quer pela articulação espacial dos diferentes momentos que compõem o seu programa, através de percursos fluídos, trabalhados em contacto permanente com o elemento natural e com a envolvente exterior, contribuindo, desta forma, para a “experiência psicológica” dos hóspedes.

Uma “experiência” que assume, nesta obra, valor como própria condição de projecto:

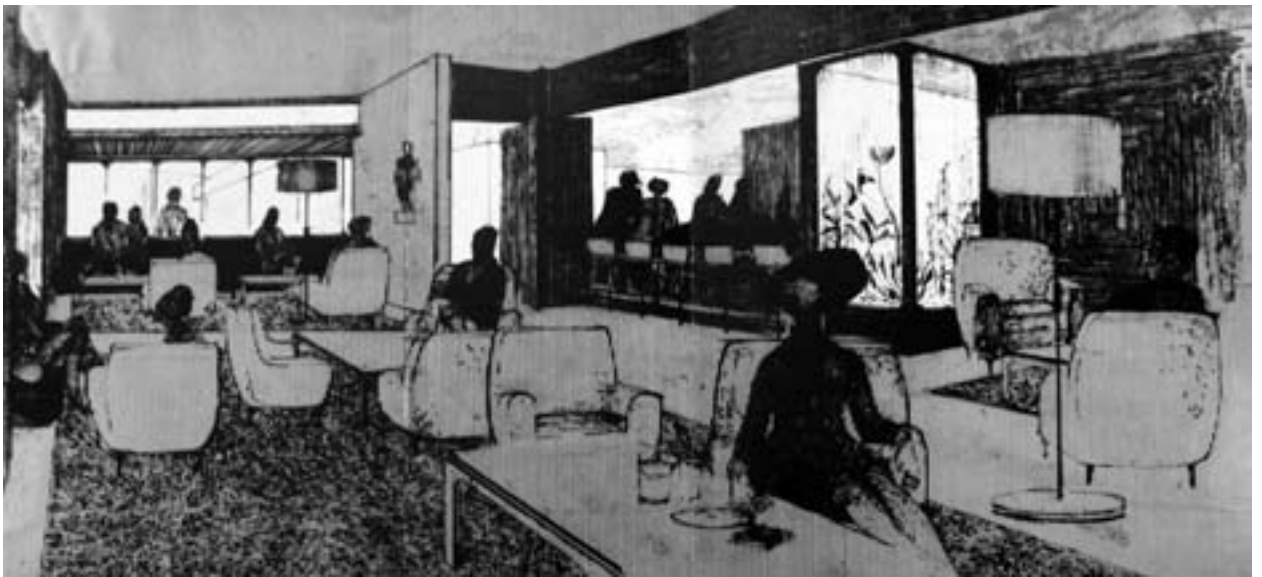
“A proposta de organização do Hotel da Balaia (...) enquadra[-se] numa perspectiva de valorização do ‘loisir’, no que ele tem de mais profundo ‘A possibilidade de cada um inventar os seus próprios movimentos[’] enquadrado e apoiado por uma peça ou peças arquitectónicas tomadas no seu sentido mais largo isto é, permitindo toda uma ‘liberdade’ de movimentos, fundamental, numa zona com as características do terreno da ‘Balaia’.

Poderíamos ou deveríamos ilustrar mais este ponto, utilizando como termo de comparação hotéis que se encontram integrados em zonas urbanas mais ou menos distintas ou caracterizadas, porém sempre diferentes em relação aquela de que nos ocupamos.

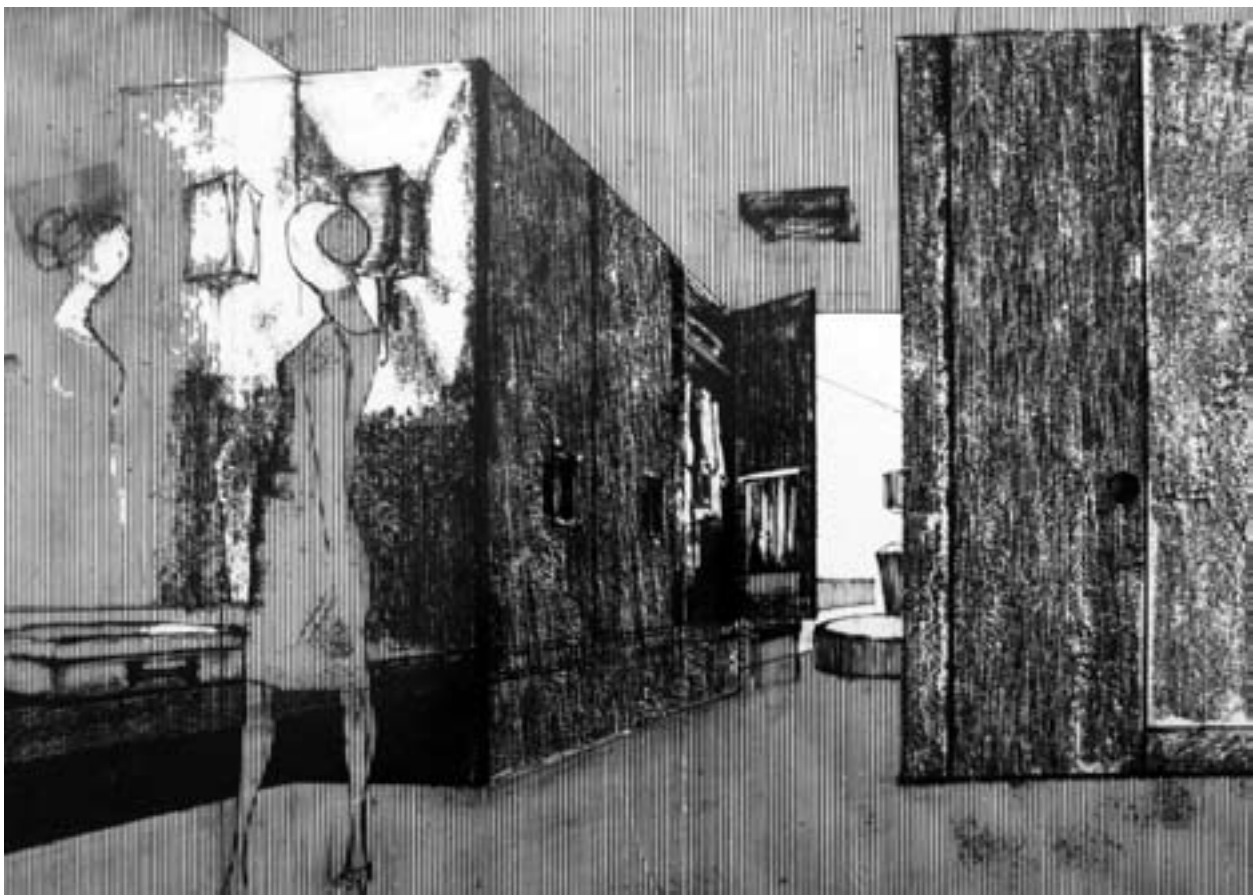
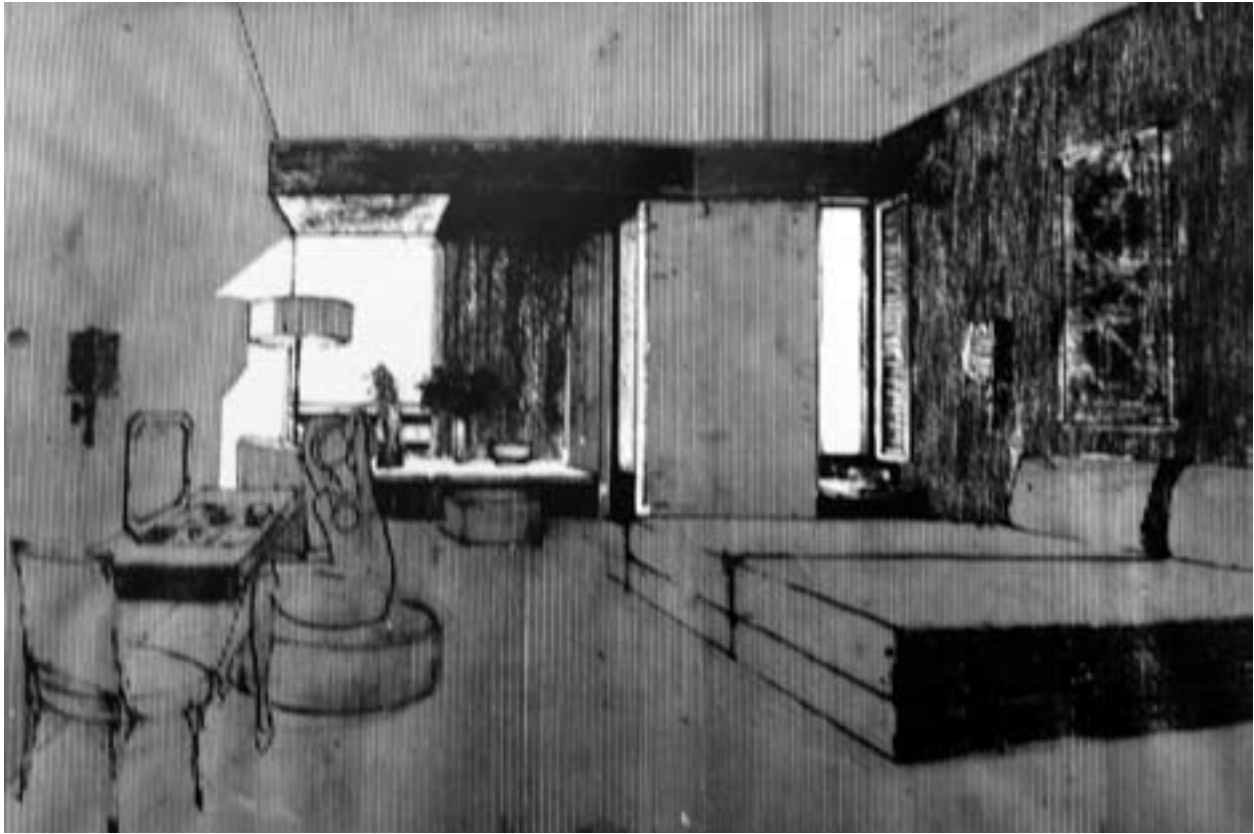
Hotel da Balaia, Albufeira
Maqueta do edifício
Fotografias, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

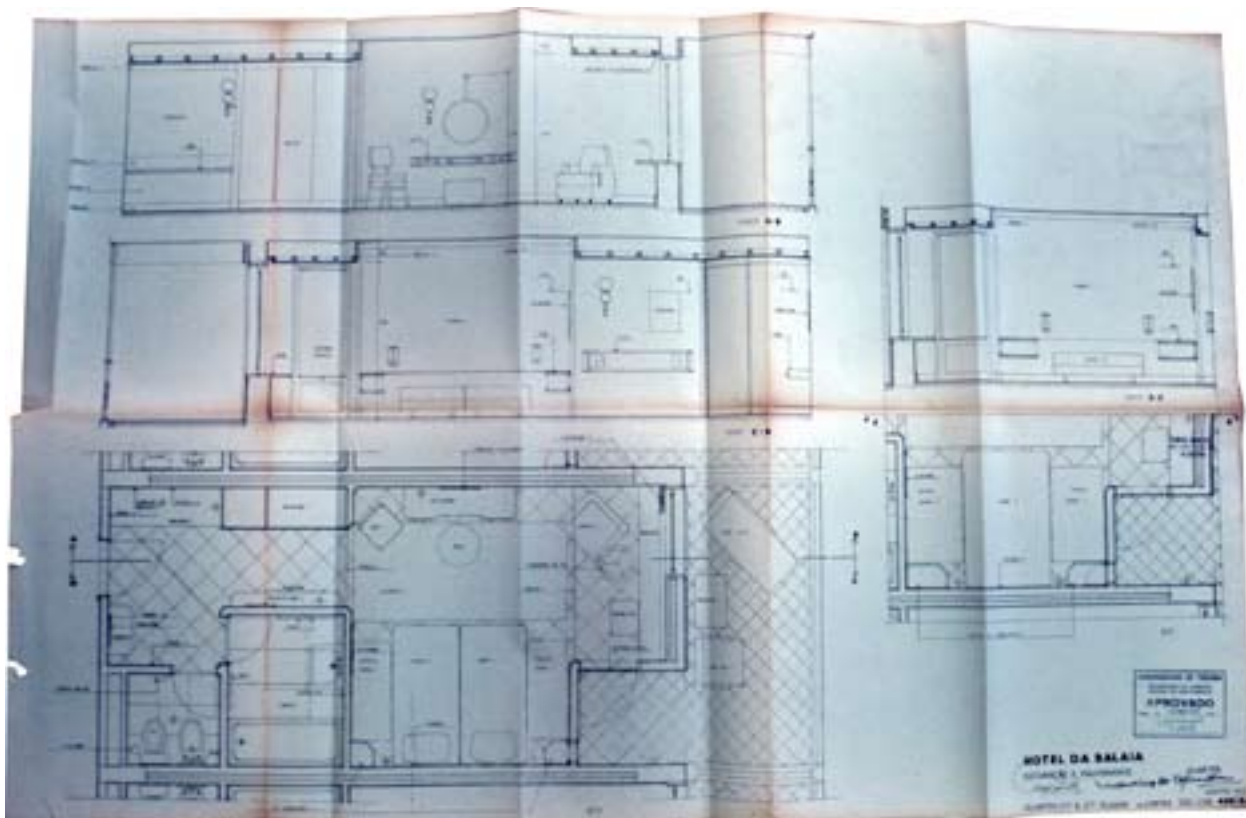


Hotel da Balaia, Albufeira
Perspectivas Interiores
Hall
e
Restaurante
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Perspectivas Interiores
Salas
e
Bar
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





A dialéctica que se estabelece, entre o meio ambiente e a vida do hotel, pode supor uma passividade em relação à 'paisagem' existente, ou uma proposta de organização, que atinja profundamente a vida local. Qualquer destas actividades assume a sua verdadeira importância em zonas ou aglomerados não portadores de um plano urbanístico levado às suas extremas consequências, isto é, potencialmente capaz de articular as forças económicas e sociais através de um processo, quase cibernético, assim, potencialmente inventor das suas próprias alterações ou adaptações.

Sem estas condicionantes os edifícios nascem, por si, sem enquadramentos, vivenciais, suficientemente marcados para assumirem uma importância decisiva na maneira de ordenar o conjunto arquitectónico.

Deste modo ressalta como evidente, que da comparação entre aquilo que constitui a nossa proposta (devidamente documentada) e a paisagem circundante, apesar do arranjo urbanístico do local conter uma base, primordial, de relação com as demais edificações cujas características funcionais, são também fundamentalmente turísticas, ressalta como evidente dizíamos um isolacionismo torturado para o qual contribui a 'paisagem física' figurando um terreno quase plano batido pelo sol, docemente virado para o mar, onde a vegetação, parca e humilde, não possui um conteúdo emocional capaz de alimento psicológico.

Desta ordem de razões nasceu o nosso desejo de permitir ao hotel, através das suas zonas de fruição comum, tais como, salas de estar, bar, restaurante, jogos silenciosos, ou não, parque de crianças ou locais de estar semi-exteiores, uma vida intensamente comunicativa, já anunciada pela organização espacial destas zonas onde o isolacionismo próprio,

Hotel da Balaia

Decoração e Equipamento

Quartos

434/2-A - Quartos CI² e CI¹

Plantas e Cortes

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagem

Arquivo Turismo de Portugal)

Hotel da Balaia, Albufeira

Perspectivas Interiores

Quarto Tipo

e

Suite

Conceição Silva e Maurício de

Vasconcelos Arquitectos, 1966

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

possa ser quebrado, pela articulação íntima de espaços diversificadamente mobilados.

Se nos detivermos naquilo que constitui um hotel integrado numa zona urbana, (...) percebemos que a privacidade respirada nos quartos (como vida íntima ao pessoal) tem o seu contraponto social na vida urbana onde o turista pode integrar-se ou viver marginalmente (...).

Não imaginamos poder suprir a falta de um tal enquadramento, nem será jámais o nosso propósito, temos em mente, porém a invenção de espaços de tal modo vivos sem perda de calma, nos locais que a exigem, de modo a que a vida no hotel possa ultrapassar o isolamento que apesar de tudo existirá, dada a localização do edifício.”⁶²

Embora sem data, este último texto é, aparentemente, pelo seu conteúdo geral⁶³, anterior à *Memória Descritiva* de Julho de 1966. Interessante é que, se, aqui, se assume, francamente, a situação de isolamento do Hotel da Balaia e a necessidade de se criar um certo “ambiente” dentro da própria unidade hoteleira que colmatasse a ausência de atractivos de recreação social nas imediações, no texto seguinte (de Julho de 1966) procura-se amenizar essa falha, reforçando-se a ideia de que, por um lado, esta não era uma iniciativa isolada, mas integrada num complexo mais vasto, devidamente equipado com programas complementares à vida turística, e de que, por outro, a relativa proximidade de Albufeira e, sobretudo, de Olhos de Água asseguravam um contacto com a tradição e a cultura locais.

Mais significativo neste texto é, no entanto, o entendimento da Arquitectura não como uma mera resposta funcional às questões de programa, mas como algo de mais profundo, com “vida”.

“Não nos detemos (...) na crítica à proposta de organização geral do edifício, (...), por que em termos semânticos as nossas linguagens diferem fundamentalmente, dum lado encontram-se as razões imediatas puramente funcionais, que não constituem arquitectura, e, do outro, a compreensão do edifício como organismo cuja ‘vida’ ultrapassa em muitos aspectos aquelas razões aprofundando-as apenas ou contribuindo para a sua alteração.”

⁶² SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, *Memória Descritiva*, s.l., s.d., pp. 1-3.

⁶³ Em particular pela menção de que o Hotel da Balaia teria cento e vinte quartos, dos quais quatro seriam *suites*, número que corresponde ao programa inicial estabelecido no plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*. Na *Memória Descritiva* de 26 de Julho de 1966, faz-se já referência a cento e quarenta quartos, o que implica um ligeiro aumento na capacidade de hospedagem desta estrutura.

O segundo anteprojecto do Hotel da Balaia seria submetido para apreciação do Comissariado do Turismo a 5 de Agosto de 1966⁶⁴, juntamente com o pedido de declaração prévia de Utilidade Turística, acabando aquele por ser aprovado a 30 de Novembro de 1966, ainda que “sob condição”, e, a 19 de Julho seguinte, é aprovado o projecto definitivo.



Hotel da Balaia
Projecto
1 - Implantação
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

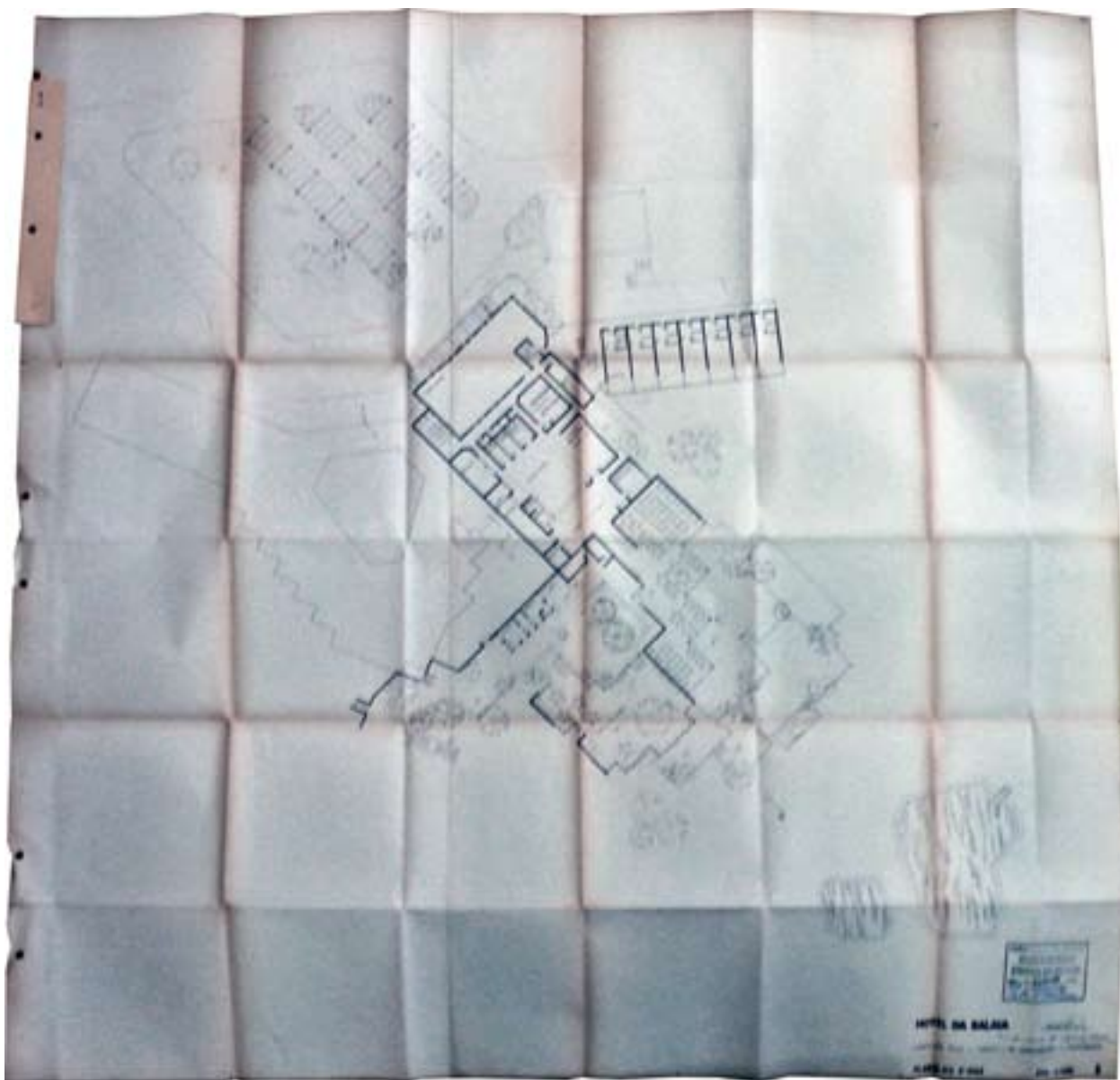
⁶⁴ Curiosamente a mesma data que consta do Ofício N.º 3342 daqueles serviços, relativo à apreciação do anteprojecto realizada pelo arquitecto-adjunto José António dos Reis Pires, no qual este estudo seria “Aprovado sob condição de: 1. Criar uma entrada para bagagens e depósito para as mesmas; 2. Concentrar os acessos verticais (elevadores e escadas) de preferência em local não muito afastado da recepção e de modo a que fiquem quanto possível equidistados das zonas a atingir; 3. Criar uma copa de serviço de apoio à ala poente, a fim de as circulações de serviço não devessem o ‘hall’ principal; 4. As copas de andar deverão comunicar para as galerias e não para o ‘hall’ principal; 5. Prever quarto e instalações sanitárias para a vigilante; 6. Separar a copa do andar da zona dos lixos”. Condições a que os arquitectos só respondem num Aditamento à Memória Descritiva de 26 de Julho de 1966, datado de 20 de Janeiro de 1967. As alterações sugeridas nos pontos 1, 4, 5 e 6 foram atendidas. Quanto aos pontos 2 e 3, os arquitectos consideram que, tanto um como o outro, “contraria[m] o partido geral adoptado na concepção do projecto”. (Cit. ALVIM, Ruy Pereira, Carta ao Gerente da Sociedade Hoteleira da Balaia, Lisboa, 12 Dezembro 1966, pp. 1-2 e SILVA, Conceição, VASCONCELLOS, Maurício de, Aditamento à Memória Descritiva, Lisboa, 20 Janeiro 1967)



Hotel da Balaia
1 - Planta do 1.º Piso
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Ainda que resultado da adaptação do projecto da Quarteira, o Hotel da Balaia retoma muitos dos princípios conceptuais avançados no Hotel do Mar, em Sesimbra. Baseia-se numa mesma divisão funcional do programa em duas partes, ou momentos, com caracterizações distintas. Uma separação formal que é reforçada, no Algarve, pela definição de dois centros na articulação planimétrica do programa - o *lobby*, triangular, da entrada, no núcleo “privado”, e o pátio no núcleo “social”.

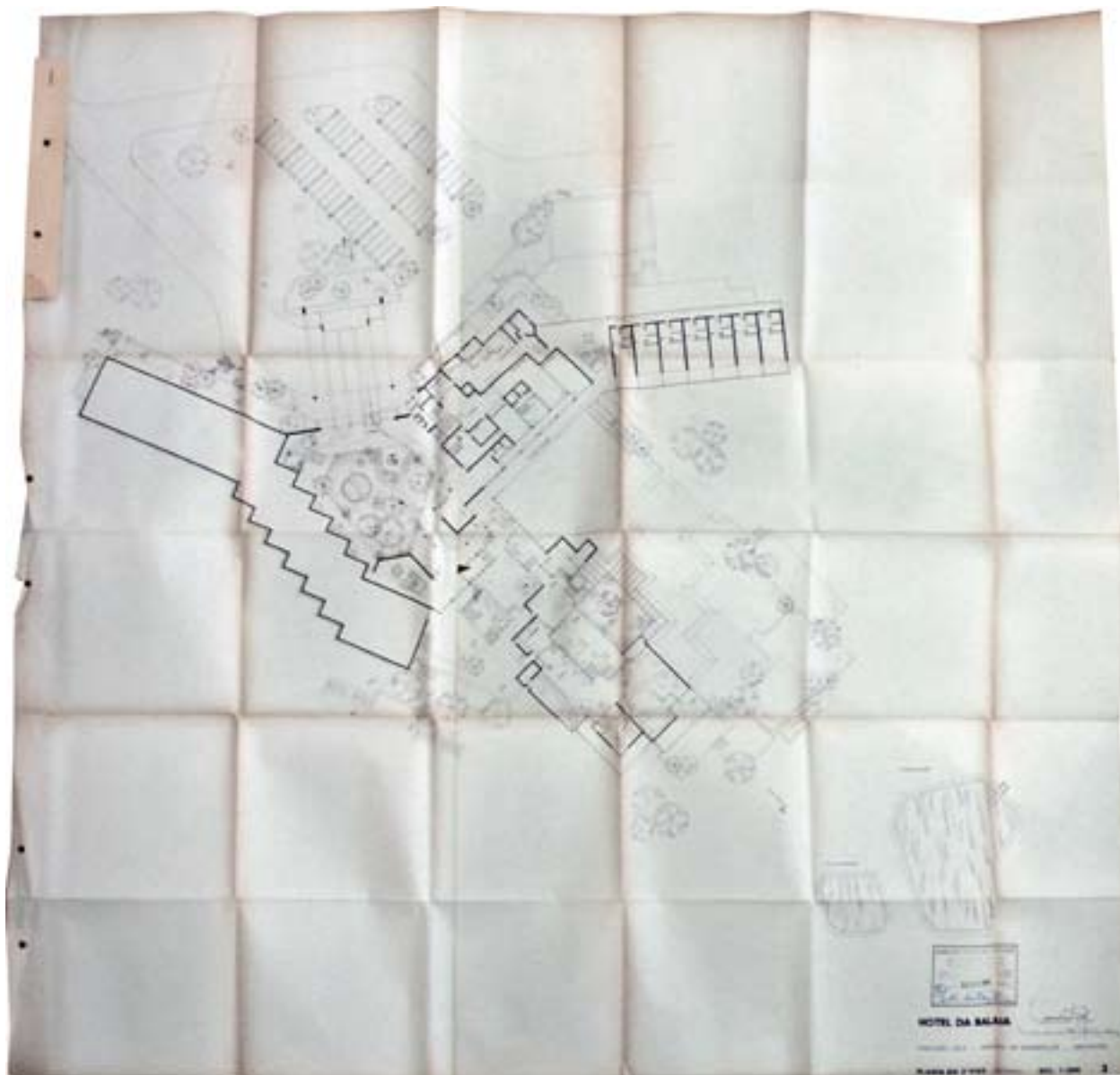
A principal diferença entre o projecto de Sesimbra e o da Balaia reside no papel atribuído a cada um destes componentes na imagem global do edifício.



Se no Hotel do Mar o corpo “social”, ou “público”, assume protagonismo, enquanto que o “privado” é relegado para um segundo plano, adoçando-se à encosta, na Balaia o “privado” é o principal elemento da composição. É aqui que se localiza a entrada do Hotel.

Para além disso, o tema da fragmentação volumétrica adquire, aqui, um maior nível de complexidade, estendendo-se este tipo de abordagem ao tratamento das áreas sociais. O contraste entre o desenvolvimento diagonal das alas dos quartos, próximo da solução adoptada na ampliação do Hotel do Mar, e a grelha ortogonal mais rígida que estrutura os espaços sociais reforça esta perspectiva.

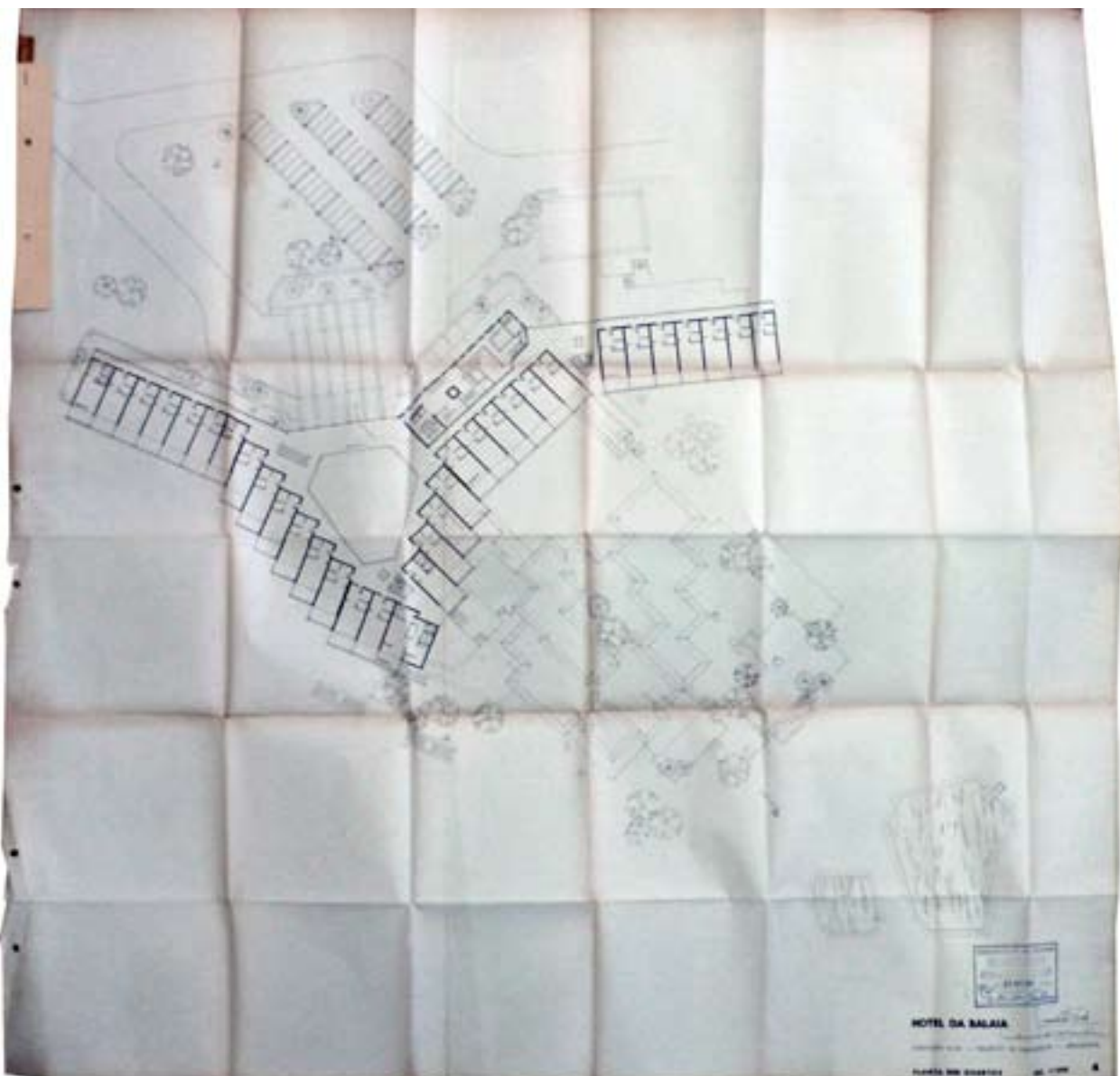
Hotel da Balaia
2 - Planta do 2.º Piso
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia
3 - Planta do 3.º Piso
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

E, apesar de podermos estabelecer uma relação entre a composição em planta do Hotel da Balaia com as propostas mais orgânicas de Frank Lloyd Wright, é interessante perceber uma certa afinidade entre a fragmentação volumétrica do núcleo social do Hotel e a abordagem estruturalista de Herman Hertzberger à forma e ao espaço. Esta referência não é de todo fora de lugar se tivermos em consideração que uma das oitocentas e três propostas submetidas, em 1967, ao Concurso Internacional para a Câmara de Amsterdão, na Holanda, é da autoria do Atelier Conceição Silva (e uma das sete da autoria de arquitectos portugueses⁶⁵), no qual

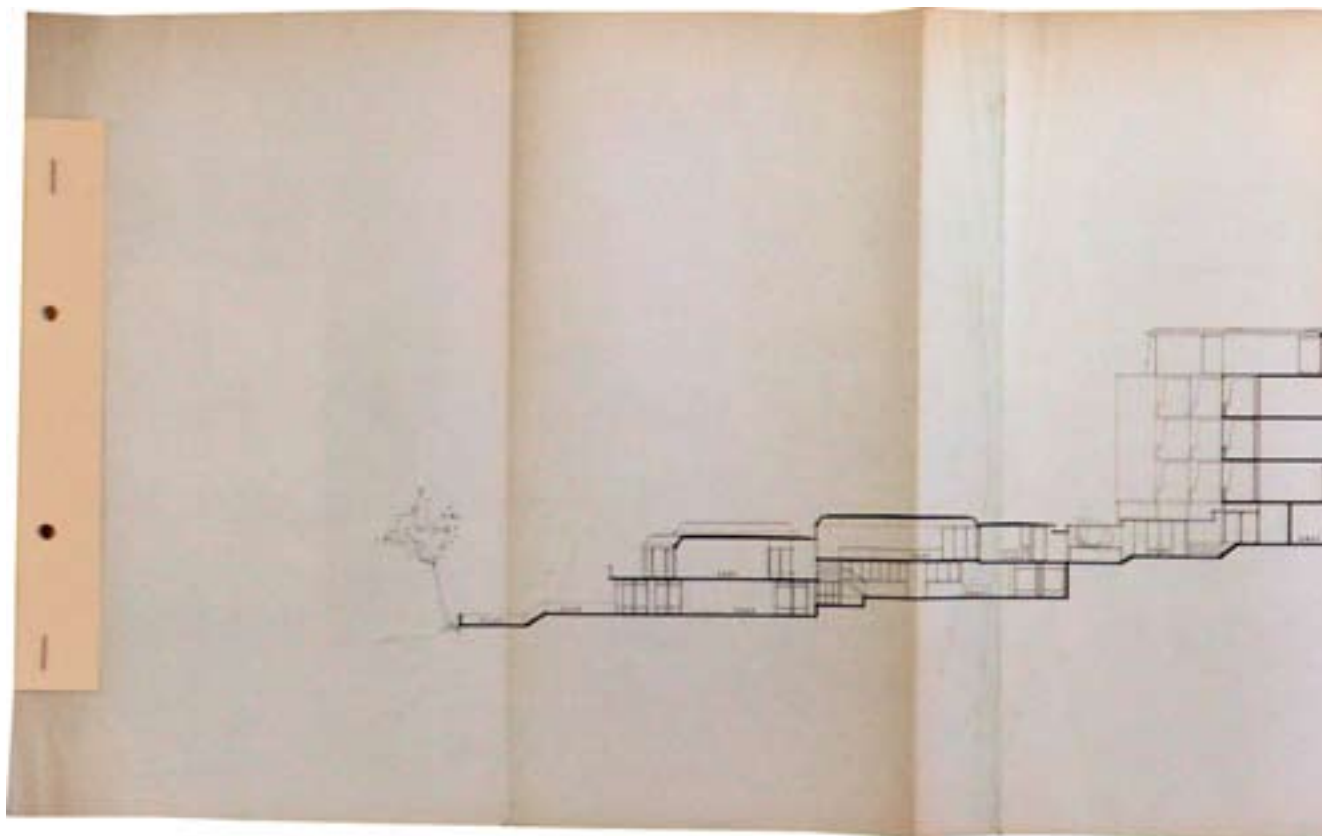
⁶⁵ Ao concurso de Amsterdão concorrem: com o número de entrada 004 - J. Pinheiro, J. Rodrigues e



Hertzberger também participa, com um projecto considerado como o melhor pela revista holandesa *Forum*, de que, na altura, Aldo Van Eyk era o editor. A utilização de elementos pré-fabricados em betão no projecto do Algarve, mesmo que numa estética neo-brutalista, também contribui para esta interpretação, colocando a produção do Atelier Conceição Silva próximo das investigações individuais dos membros do Team X, do qual Coderch também faz parte, a partir de 1960.

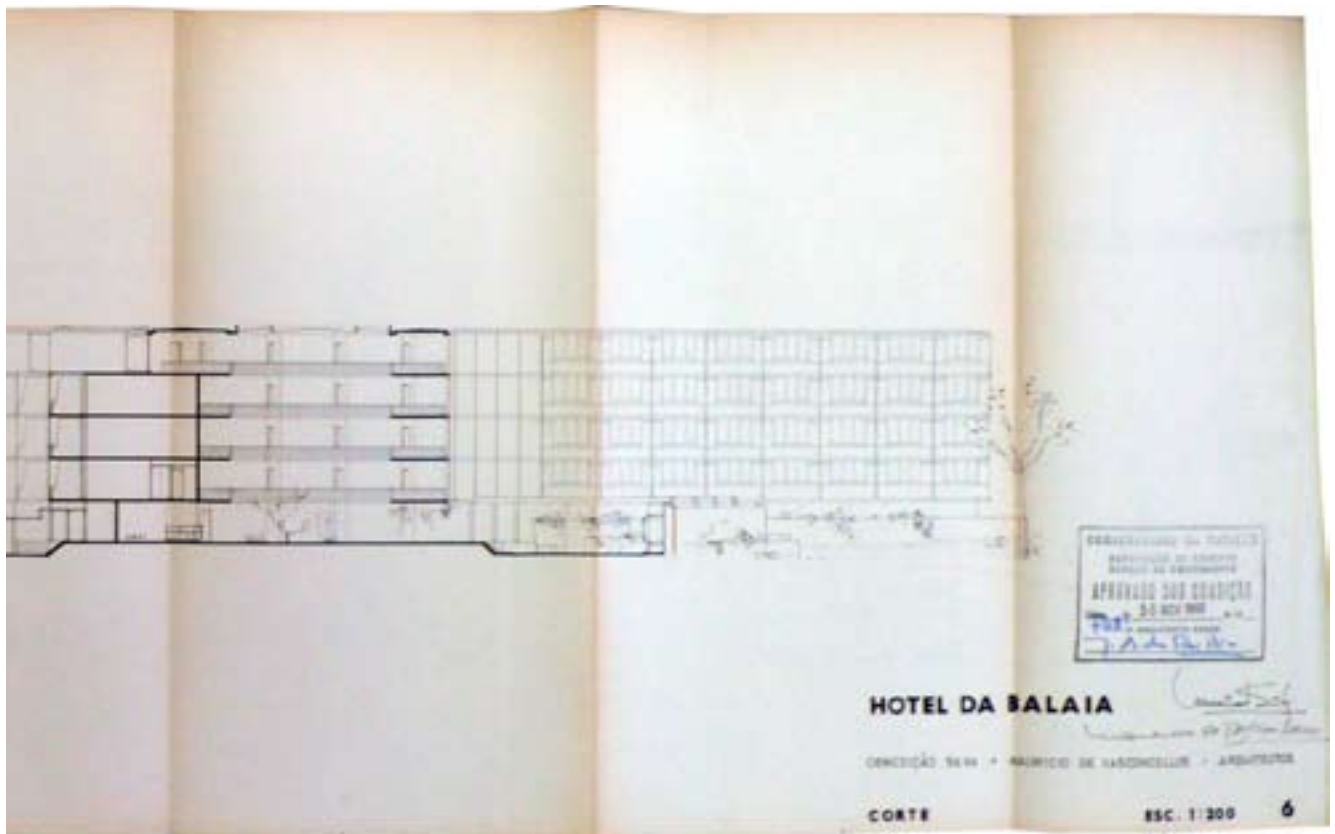
Hotel da Balaia
4 - *Planta dos Quartos*
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

J. Pulido Valente (do Porto); o número 110 - L.M.M.F. Pinto (de Lisboa); o número 271 - P. Vieira de Almeida (de Lisboa); o número 696 - R. Hestnes Ferreira (de Lisboa); o número 732 - A. R. Cabral, F. Conceição Silva e T. Taveira (de Lisboa); o número 750 - B. Costa Cabral e M. Taíña (de Lisboa); e o número 827 - V.M.J. Consiglieri e A. F. Florentino (de Lisboa). (Cf. www.static.nai.nl)



Por fim, a abordagem interdisciplinar à obra de arquitectura, entendida como um todo, garante, quer em Sesimbra, quer na Balaia, a sua unidade ambiental, tanto no interior como no exterior, onde, uma vez mais, o controle sobre o arranjo e equipamento dos espaços e, agora, a intervenção paisagística de Gonçalo Ribeiro Telles contribuem para a integridade global do projecto.

Mas, na procura de uma “identidade” própria, o Hotel da Balaia introduz um novo tema conceptual à experimentação tipológica em torno do “Hotel de Praia”: a “representação”. Inspirado no *atrium building* americano, o *Hall* de entrada da Balaia é concebido como um vazio vertical, de cinco andares, que organiza a distribuição para as galerias de quartos. O impacto desta estrutura espacial no momento de chegada é marcante. Tanto mais que o lanternim em betão, estilizado numa espécie de equilíbrio vitruviano, filtra a luz exterior, criando uma atmosfera quase etérea. Uma “experiência” que deixa uma impressão duradoura no hóspede. Esta é a “imagem” do Hotel.



A “ausência” de uma fachada principal, reforça esta percepção. De facto, funcionando como um biombo que protege a privacidade dos hóspedes, o alçado posterior do edifício é inexpressivo na sua presença cega e linear, o extremo oposto ao jogo dinâmico de volumes que caracteriza o lado do mar. Esta é, de certa forma, uma consequência da mudança na implantação tradicional “Hotel de Praia”: em vez de alinhar “atrás” da Marginal, permitindo o usufruto colectivo do Domínio Público Marítimo, o edifício avança em direcção à linha de costa, privatizando a vista e virando as “costas” à envolvente.

Além disso, ao contrário do Hotel do Mar em Sesimbra, o Hotel da Balaia encontrava-se relativamente distante do centro urbano mais próximo, uma condição que, como vimos, tornava imperativo assegurar a autonomia de funcionamento da unidade hoteleira. Nesse sentido, o programa desenvolvido oferece uma grande variedade de actividades recreativas, que procuram garantir a viabilidade turística do empreendimento.

Hotel da Balaia

6 - Corte

Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos, 1966
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Sobre este aspecto, o arquitecto Carlos Duarte questionava, no artigo de apresentação do Hotel da Balaia nas páginas da revista *Arquitectura*, a “política que visa a construção de grandes hotéis em locais isolados da costa, de grande atractivo natural, ou (...) em vilas de pescadores onde nenhum paralelo de investimentos turísticos se verifica.”⁶⁶

“É sabido que esta política visa atrair uma clientela particular - aquela que, naturalmente, se pode permitir pagar as elevadas diárias que estes hotéis de luxo se vêem forçados a estabelecer, (...).

Mas gozarão estes hotéis dos favores dos turistas estrangeiros, que o mesmo será dizer, responderá o critério seguido às exigências e preferências do turismo actual (englobando aqui, por simplificação, o turismo de massa e o turismo de luxo)? As dúvidas são legítimas, particularmente se compararmos os resultados obtidos até aqui com o que se passa (...) na costa mediterrânica da Espanha.

Boas praias e um clima ameno? Certamente que sim, que os temos. Mas onde estão os elementos de interesse que justifiquem uma estadia prolongada e evitem um tédio progressivo? - as lojas de bom nível, os restaurantes, os bars, os locais nocturnos, o equipamento desportivo e tantas outras coisas (incluindo o ‘espectáculo’ das multidões e o comportamento das pessoas), que correspondem às preferências de europeus e americanos? (...)

Conscientes da situação os responsáveis pelos novos hotéis incluem na sua programação [estes e mais serviços], (...) tendendo à criação de microrganismos atractivos e largamente auto-suficientes.

Mas uma coisa é prever as necessidades no condicionamento de um local fechado sobre si, e outra coisa é oferecer aos hóspedes a variedade de escolha que só uma cidade ou o seu equivalente em tempo de férias podem oferecer.

O carácter quase ‘compulsivo’ daquilo que se oferece diminui o seu interesse e põe em causa o sucesso económico da iniciativa - para muita gente as férias são um período de aventura e descobertas; para a maior parte dos hóspedes de um hotel este é apenas o local onde se dorme e onde se fazem algumas refeições, quando muito, um ponto de apoio para as descobertas de rua, e a animação dos locais de encontro e diversão; recorre-se ao hotel quando nada de mais notável existe, e isto é, na verdade, o que no Algarve se passa. Sob este aspecto o Algarve é uma ‘hipótese’ - e é aqui que a actual política de dispersão se afigura mais discutível, particularmente (...) quando comparada com o critério oposto, de concentração, seguido por espanhóis, franceses e outros com os resultados que se conhecem - e com a possibilidade que propicia de programação de unidades hoteleiras em bases mais modestas e, obviamente, muito mais rentáveis e de mais rápida amortização.

Citaremos, a propósito, as declarações que um arquitecto francês, o sr. Baladur fez recentemente a um redactor do semanário L'Express. Jean Baladur é o autor, com Candilis, de uma das cinco primeiras unidades turísticas em construção no Languedoc-Rossilon, cada uma delas constituindo um conjunto de instalações com capacidade para 50.000 veraneantes.

Interrogado sobre as razões que explicam o critério de construção destas cidades em vez de se ter optado pela criação de pequenos núcleos turísticos ou de hotéis isolados, aquele arquitecto respondeu que assim se fizera porque se verificara que hoje em dias as pessoas já não se contentam em torrar ao sol e se aborrecem nos lugares isolados. Quer dizer, o próprio conceito de férias transformou-se por força de uma evolução de hábitos de vida, deixando de ser aquele tempo do ano em que nada se faz para ser um período em que se fazem coisas diferentes: o 'ski' aquático, o 'motoring', o 'golf', o 'surf', o 'flirt', etc.

(...)

Posto isto, é de crer que só a criação de grandes núcleos turísticos (como seria ou será o caso de Vilamoura) ou o desenvolvimento (que significa transformação radical) das vilas da costa, segundo os modelos de sentido contrário de Torremolinos ou de Cadaqués (...), poderão possibilitar a criação de condições de atracção para o estrangeiro que nos visita (o estrangeiro e número crescente de portugueses cansados da monotonia e falta de graça das nossas praias de banhos). É um critério de planeamento concentracionário de investimentos, instalações e infra-estruturas - o oposto da política seguida até agora."

De certa forma, é no sentido dessa concentração que a Urbanização da Balaia é concebida. Correspondendo ao Grupo A do plano de *Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística*, este núcleo compreendia, como vimos, desde o início do projecto, em 1964, a inclusão de uma série de outros equipamentos e serviços complementares à exploração hoteleira e residencial, incluindo espaços comerciais e de restauração, de diversão nocturna e de recreação desportiva. Oferta que, no entanto, se revelava, logo à partida, claramente insuficiente para a população, fixa e flutuante, prevista só para este conjunto turístico. Por outro lado, sendo uma iniciativa promovida por interesses exclusivamente privados e envolvendo vários intervenientes, a sua concretização estava dependente da capacidade de concretização de cada uma das partes. Se uma falhasse, a intervenção ficaria comprometida no seu todo. E é precisamente isso o que vai acontecer.



Hotel da Balaia, Albufeira
Logótipo
Espiga Pinto, 1967
(imagem adaptada a partir de um
folheto existente no
Arquivo Turismo de Portugal)

Iniciadas em Agosto de 1966, as obras do Hotel da Balaia estariam concluídas em apenas 16 meses, realizadas sob a supervisão do Atelier e do construtor Domingos Ribeiro da Silva⁶⁷, mas com uma derrapagem de cinquenta por cento no orçamento inicial. De 7 a 21 de Dezembro de 1967, é apresentada na Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa, uma mostra das peças de arte encomendadas expressamente para a nova unidade hoteleira, iniciativa promovida por Francisco da Conceição Silva, então Director daquela instituição. Mostra que conta com cerca de sessenta obras de alguns dos mais conceituados artistas portugueses da época, com intervenções plásticas em vários formatos, desde a tapeçaria, à pintura e à escultura⁶⁸. Também o logótipo do Hotel é desenhado, por Espiga Pinto, numa composição estilizada inspirada nas pinturas tradicionais dos barcos de pesca algarvios.



Hotel da Balaia, Albufeira
Edifício em construção
Fotografia, c.1967
(imagem
Arquivo Conceição Silva)

1456

⁶⁷ Com quem Conceição Silva cria, em 1968, a AC - Trabalhos de Arquitectura e Construção.

⁶⁸ O Hotel da Balaia conta com tapeçarias de Charrua, Menez, Pomar, Rogério Ribeiro, Sá Nogueira, Luísa Bastos e Maria José R. Pereira; pinturas de Charrua, Dintel, Espiga Pinto, Maria Velez, Menez, Rogério Ribeiro e Sá Nogueira; esculturas de Conduto, Cutileiro e Graça Cabrla; monotipias de Luísa Bastos; serigrafias de Espiga Pinto; e tecidos desenhados por Minna Toivola. (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume II, p. 146)



Hotel da Balaia, Albufeira
Edifício em construção
Fotografias, c.1967
(imagens
Arquivo Conceição Silva)



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista Sudeste

e
Vista para a Piscina
Fotografias, 1968

(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do corpo dos quartos

Fotografia, 1968

(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 65)



A 28 de Fevereiro de 1968, o Hotel abre ao público, depois de uma inauguração oficial, privada, para a qual são convidados os mais altos representantes da administração local, regional e, mesmo nacional, como o embaixador da Holanda, e vários elementos da imprensa. O *Notícias de Albufeira* é um dos periódicos que faz a cobertura do evento, classificando o “*Novo Grande Hotel de Albufeira*”⁶⁹ de “*majestoso, moderno, sugestivo e monumental, elegante e atraente*”, mas lamentando o facto “*de não existir ainda uma estrada em condições para tornar o Balaia muito mais acessível, como bem merece. Graças a Deus - Não choveu no dia da inauguração. Porque se tivesse chovido - com uma estrada daquelas - teria sido o fim do mundo*”. Como habitual, a falta de coordenação entre a iniciativa privada e a intervenção pública, em muito devido à prevalência dos interesses particulares, preocupados apenas com o seu investimento, sobre as reais necessidades de infraestruturação do território, punha em causa o funcionamento da estrutura hoteleira.

Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do Mar,
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



⁶⁹ “Novo Grande Hotel de Albufeira”, *Notícias de Albufeira*, Ano I, N.º 12, 18 Fevereiro 1968, p. 4.



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do alçado de entrada
Fotografia, 1968

(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, pp. 54-55)

Ainda na revista *Arquitectura*, o arquitecto Carlos Duarte, dá-nos uma impressão geral da sua visita à obra do Algarve:

"Devemos confessar que a primeira impressão colhida desta obra não foi de entusiasmo.

A quem se dirige ao hotel vindo de Albufeira por uma estrada de mau traçado, propositadamente construída, depara-se a fachada do corpo de quartos, que praticamente encobre o corpo de salas virado a sul e constitui um biombo algo pesado e de legibilidade pouco nítida. É o pior ângulo do edifício, na sequência de perspectivas sempre diversas que se desfrutam nos percursos próximos.

Esta primeira impressão dissipa-se quando nos acercamos do coberto de entrada. É formado este por uma poderosa peça em betão, de elementos encastrados em consola (lembrando uma estrutura de madeira) sob o qual corre uma escada de mármore de desenho requintado e lançamento impecável.

O 'hall' de entrada constitui, logo a seguir, a primeira emoção forte desta visita. Grande espaço de convergência, nó de articulação do corpo de quartos, sobre ele se debruçam os vários pisos destes numa perspectiva espectacular rematada por um lanternim de betão armado. Este último, além de constituir uma magnífica peça de escultura (demoradamente ensaiada no atelier pelos autores), contribui para o clima repousante da sala, atenuando numa tonalidade geral os efeitos parciais das restantes fontes de luz.

(...)

Ao 'hall' de entrada sucedem-se, atravessada uma galeria utilizada como local para exposições de arte, as várias salas que, a este nível, constituem a zona de estar e que incluem ainda o bar. A escala monumental da entrada dilui-se aqui numa sucessão de espaços cujos elementos de articulação são constituídos pela grande escada de acesso ao restaurante, no nível inferior, e pelo pátio interior.

Razões [de vária ordem] forçaram a alterações (...) [e a reduções que] deram origem à falta de hierarquia espacial desta zona e impediram a



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista do pórtico de entrada e
da Entrada

Fotografias, 1968

(imagens

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 58)

concretização de um 'climax' que a monumentalidade da entrada parecia anunciar e justificar.

Esta meia decepção é compensada em parte pelo tratamento rigoroso das salas [e pela] importância do pátio interior, cuja presença dominante, na rudeza dos paramentos de betão e da escultura de Conduto, nos parece justificada para lá da utilização real que possa ter.”⁷⁰



Hotel da Balaia, Albufeira

Hall de Entrada

Fotografia, 1968

(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve", *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 59)

⁷⁰ DUARTE, Carlos, "Hotel da Balaia: Comentário por Carlos Duarte", *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 69.

Hotel da Balaia, Albufeira
Sala de Estar e Bar
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Hotel da Balaia, Albufeira
Escadas de acesso ao
Restaurante
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 61)





Hotel da Balaia, Albufeira
Quarto Tipo
Fotografia, 1968
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Mas, mais do que uma apreciação do Hotel, em si, interessava ao arquitecto abordar questões mais abrangentes colocadas por esta obra, *“porque o principal interesse de um trabalho deste nível reside mais nos problemas gerais que levanta do que nas soluções particulares que nos mostra”*.

“Uma obra da escala e complexidade da presente levanta muitos problemas e permite muitas especulações. Trataremos dois dos aspectos particulares de entre os muitos possíveis de abordar.

O primeiro refere-se ao carácter único da obra produzida. Realizado num atelier de grandes dimensões e vasta produção (tendo-se em conta o meio em que vivemos), nem por isso este trabalho revela menos personalidade ou inspiração. (...) Entregue a responsabilidade principal do projecto a um jovem recém-formado, usufrui este, não só de ampla liberdade como do apoio experiente dos elementos mais velhos; tudo se passa, neste caso, como se se pretendesse aproveitar dos meios mais vastos de uma empresa estruturada em sólidas bases comerciais sem por outro lado perder as vantagens do experimentalismo do atelier de ‘vão de escada’.

Mais importante ainda, é a mesma empresa a responsável pela construção do edifício tornando assim mais segura a concretização do que no projecto se pretende.

A fórmula é alicianete mas permite algumas dúvidas. Não em relação a este caso, tomado isoladamente, mas como possibilidade de continuidade, como método permanente num atelier submetido às contingências e aos limites que o meio impõe. Levanta também dúvidas mesmo ao nível da metodologia. Um atelier de dimensão apreciável apto a resolver com

eficácia programas deste tipo, poderá ser conduzido a formas de trabalho integrado e racionalizado em termos que nada têm que ver com os ateliers tradicionais. O resultado do seu trabalho poderá ser menos personalizado, é certo, mas manifestar outras características que por se afastarem do conceito de obra única não deixarão por isso de afirmar qualidade. Uma qualidade de outro tipo e um carácter diverso, que não significarão necessariamente perda de personalidade mas outro tipo de personalidade. A fórmula usada permitiu fazer arquitectura, ainda aqui obra de criação individual e a um nível de invenção e pormenorização invulgares (mesmo nos tais ateliers de 'vão de escada'). Mas será isto ainda possível quando a máquina de produção se vê forçada a trabalhar a todo o rendimento, não já na dimensão artesanal das soluções particulares mas dentro de moldes de projecto e construção em que as solicitações e interdependências se vão adensando?

(...)

O outro problema que levantaremos e que se prende ainda a este, é o da responsabilidade integral assumida pelos autores ao nível do projecto, traduzida nomeadamente no arranjo dos interiores e no controlo e fornecimento do equipamento e mobiliário.

(...)

Bem. No caso do Balaia (...) como era de esperar, a integração e continuidade dos arranjos foi plenamente conseguida, podendo-se até dizer que estes não só não se sobrepõem às intenções da criação espacial como se submetem a ela, ou melhor, a arquitectura é um todo, globalmente compreendida nos seus elementos componentes. Sinal positivo a que algumas reservas são possíveis. A principal diz respeito às que se nos afigura um excesso de repetição de alguns elementos (mobiliário, peças decorativas e de equipamento) que por vezes se adaptam menos bem às características especiais de cada espaço; a outra, a uma deliberada parcimónia decorativa que empresta ao conjunto uma certa austeridade. Esta austeridade é contrabalançada no entanto pela vastíssima contribuição dos artistas plásticos, em quadros, tapeçarias, esculturas e objectos vários, contribuição onde predomina um sentido decorativo e um bom-gosto que, limitando por vezes o valor individual das obras acentua as preocupações de unidade e integridade que definem todo o conjunto.”⁷¹

Se por um lado, Carlos Duarte questionava a qualidade do “exercício profissional [pensado] a partir de métodos organizativos da estrutura empresarial, associando o fazer arquitectónico aos novos sistemas de industrialização da edificação [e] valorizando as qualidades formais do objecto arquitectónico como elemento de marketing”⁷², por outro, o projecto “chave na mão” da Balaia,

⁷¹ Idem, pp. 69 e 96.

⁷² PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991, p. 14.

em grande parte só possível pela presença de uma estrutura desse tipo, garantia a concepção da obra de arquitectura como um todo, contrariando a prática frequente de se entregar o arranjo interior das obras de vulto a decoradores, resultando, na generalidade dos casos, num divórcio entre as suas intenções e a visão do arquitecto.

Questões de fundo, que implicavam “*um tipo de intervenção profissional que nem todos compartilharão, mas, em qualquer caso, bem significativa do momento cultural que atravessamos e plena de sugestões que indicam outros tantos caminhos possíveis*”⁷³, vão estar por detrás do mais polémico confronto de ideias dentro da classe dos arquitectos portugueses. Confronto de que falaremos a seguir.

Inaugurado o Hotel da Balaia, poucos meses depois, mais precisamente a 6 de Junho de 1968, a sociedade promotora requer ao Comissariado do Turismo a integração de treze moradias naquele “Conjunto Turístico”, como complemento da oferta de camas hoteleiras. Inicialmente, “*supôs-se que as moradias seriam destinadas a directores e administradores do hotel e dentro dessa base surgiu um primeiro ‘approach’*. Porém, mais tarde, quando se tornou necessário aumentar o rendimento do empreendimento este núcleo foi reestruturado no sentido de criar unidades onde fosse possível a vida de uma família durante 5 ou 10 dias”.⁷⁴

Situado a poente da unidade hoteleira “mãe”, este conjunto teria um primeiro estudo geral datado de 1966. Em Janeiro de 1967, completa-se o primeiro projecto, que seria fixado numa versão final, de Abril de 1969, já com as obras em curso. Obras que terminam em Janeiro de 1971.

As moradias são implantadas numa configuração em “U”, formando duas alas de construção em banda em torno de uma clareira central, para onde se viram os espaços sociais de cada habitação.



Moradias da Balaia, Albufeira
34 - *Planta de Localização*
Conceição Silva e Maurício de Vasconcelos Arquitectos
(Tomás Taveira), 1967
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

⁷³ DUARTE, Carlos, op. cit., p. 69.

⁷⁴ “Moradias na Balaia”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 67.



Hotel da Balaia, Albufeira
Vista aérea
(com o conjunto
de moradias ao fundo)

Fotografia, 1968
(imagem

TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 54)

De acordo com o processo de 23 de Janeiro de 1967⁷⁵, são desenvolvidos três tipos de moradias - A, B e C - a partir do modelo da "casa-pátio". Com uma distribuição espacial idêntica, o que os distingue é a sua localização no conjunto⁷⁶, o número de quartos e a respectiva área de construção⁷⁷. No total, são construídas dez moradias do Tipo A, duas do Tipo B e uma do Tipo C. Esta última corresponde, provavelmente, ao primeiro "approach" mencionado na revista *Arquitectura*, e, por isso, a primeira a ser concluída.

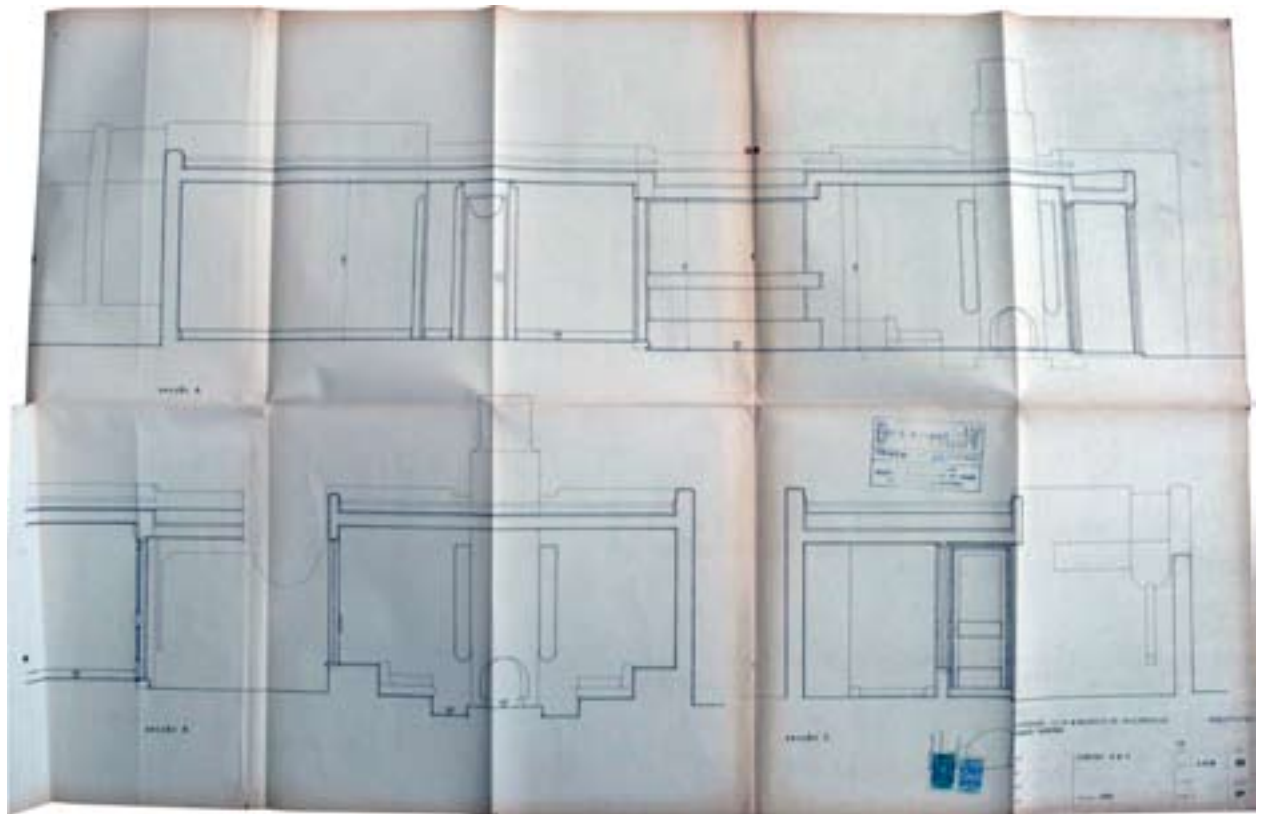
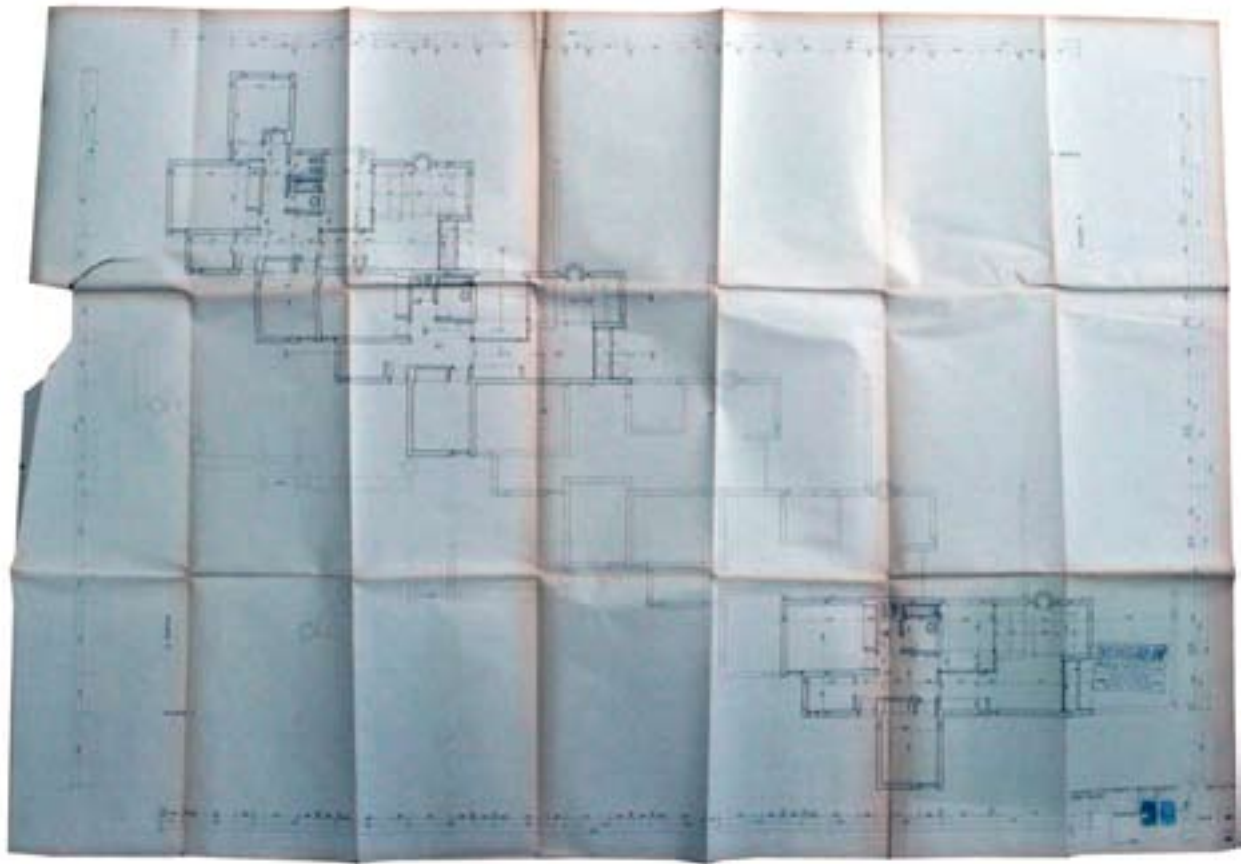
Moradias da Balaia, Albufeira
35 - *Plantas*
e
37 - *Cortes A-B-C*
Conceição Silva e Maurício de
Vasconcelos Arquitectos
(Tomás Taveira), 1967
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

Trabalhando sobre o mesmo tema da diagonal explorado no corpo dos quartos do Hotel, as moradias são escalonadas horizontalmente, ou seja, desencontradas em planta, mas, ao contrário daquele, em que a construção ganha leveza pela presença das varandas no alçado sul, numa composição animada por uma estrutura metálica preenchida com gelsias de madeira, aqui os volumes assumem um carácter mais meridional, encerrando-se

⁷⁵ Com carimbo da Repartição de Projectos, da Direcção dos Serviços do Património Turístico da Direcção-Geral do Turismo datado de 6 de Junho de 1968.

⁷⁶ O Tipo C aparece isolado, rematando, a poente, o conjunto, e o Tipo B nos topos poente das duas alas de moradias em banda.

⁷⁷ O Tipo A é constituído por sala e dois quartos, ocupando uma área de 85 m²; o Tipo B por sala e três quartos, com 114 m²; e o Tipo C por sala e três quartos, mas com uma área de 135 m². (Cf. *Moradias na Balaia*, Lisboa, 23 Janeiro 1967, pp. 2-3)



no diálogo com o exterior. Essa leitura é reforçada pelo recorte plástico das superfícies brancas contra o azul do céu, num jogo dinâmico de formas puras, marcado pelo ritmo cadenciado das chaminés cilíndricas das lareiras das Salas de Estar.

Moradias da Balaia, Albufeira
Vista geral de nascente
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 67)



Moradias da Balaia, Albufeira
Vista geral de norte
Fotografia, 1968
(imagem
TAVEIRA, Tomás, "Hotel da
Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve",
*Arquitectura: Arquitectura,
Planeamento, Design, Artes Plásticas*,
Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril
1969, p. 66)



Numa aproximação ao projecto do Hotel, o pátio estrutura todo o esquema de organização interna das casas, funcionando, simultaneamente, como espaço de estar exterior e principal fonte de luz para as diversas divisões. A sua localização central, associada à área de *kitchenette*, permite separar a zona privada dos quartos da zona social, dividida em Sala de Comer, francamente aberta para o exterior, e Sala de Estar, concentrada à volta da lareira numa vivência mais intimista. A entrada é feita pela zona dos quartos, solução que sublinha o carácter informal da vida em férias.



Moradias da Balaia, Albufeira
Quarto,
Kitchenette,
Sala de Estar
e Vista do exterior
Fotografias, c.1971
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)





Hotel da Balaia, Albufeira
Ampliação
Fotografia, c.1973
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

Terminada a construção das moradias, ou *bungalows*, a Sociedade Hoteleira da Balaia encomenda ao, agora, Atelier Conceição Silva (sem Maurício de Vasconcellos)⁷⁸, a ampliação do Hotel, de que resultaria a criação de um novo corpo de quarenta e nove quartos, resolvido numa torre de dez pisos. Este novo elemento vai articular-se com a estrutura existente, rematando a ala de quartos a nascente, com a qual define uma inflexão para sul. Esta solução resultaria não “*apenas de uma ideia de morfologia mas também da melhor localização em relação aos serviços de apoio*”⁷⁹, permitindo, simultaneamente, controlar melhor a zona exterior da Piscina, pelo seu encerramento a norte. Em termos de linguagem, a torre adopta uma caracterização idêntica à do edifício anterior, resolvendo-se a fachada sul, das varandas, com o mesmo sistema de venezianas e gelosias em madeira.

⁷⁸ Estabelecido entre 1968 e 1973, o Atelier Conceição Silva passa a englobar departamentos de Desenho, Arquitectura (coordenado por Tomás Taveira e Jorge Soares de Oliveira), Planeamento Urbano (dirigido por Jorge Gaspar), Equipamento/Decoração, Maquetas, Artes Plásticas e Gráficas (mais tarde transformado na ARP - Agência de Realizações Publicitárias), Engenharia, Paisagismo (dirigido por Álvaro Ponce Dentinho), Fotografia, Biblioteca e Coordenação. Conceição Silva fica responsável pela componente de gestão do Atelier e pela relação com os clientes. (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, pp. 224-238)

⁷⁹ Da *Memória Descritiva* do Projecto de Ampliação, datada de 20 de Agosto de 1971, citado em Idem, Volume II, p. 145.

Do resto do complexo da Balaia, apenas seria construído um dos quatro blocos de apartamentos programados, encomenda de Francisco Alambre dos Santos. Na *Memória Descritiva* do Anteprojecto, de 17 de Novembro de 1966, os arquitectos fazem referência à intenção de “*criar um espaço urbano vivo e participante*”⁸⁰, polarizado em torno do Centro Comercial, que acabaria por não ser edificado. Em contraponto, os blocos de apartamentos são concebidos de forma a garantir o “*recolhimento e individualização [de cada] habitação*”, pela decomposição dos volumes em três momentos distintos, com orientações diferentes, e pelo jogo dinâmico de massas, que avançam e recuam, suavizando a escala da intervenção.

O bloco é constituído por vinte e três apartamentos, distribuídos por três pisos, sendo as habitações do núcleo central da tipologia T2, articuladas em duplex, e as dos corpos de topo das tipologias T2, T1 e T0. A estrutura espacial interna das diferentes tipologias segue uma lógica semelhante, com acesso por galerias exteriores, situadas do lado de “dentro” do bloco, para as quais se voltam as zonas de cozinha, e com as salas, que incluem área de refeições, associadas a varandas-pátios voltadas à paisagem, do lado de “fora”.

Desta forma, os vários tipos de apartamentos “*comungam (...) do mesmo espírito na sua criação espacial em que e insere toda uma circunstância geográfica informadora duma cultura mediterrânica. Assim, em cada apartamento toma especial relevo o ‘pátio’ não totalmente fechado, em que se resolvem amplamente os problemas de intimização e insolação, articulando-se a uma zona de estar, prolongando-a e solicitando uma vida exterior. Em oposição à criação destes núcleos individualizados, mas completando-os, encontramos espaços de convívio dentro do próprio bloco: as amplas zonas de entrada, as galerias e os terraços superiores*”.⁸¹

⁸⁰ Idem, p. 156.

⁸¹ Da *Memória Descritiva* do Projecto de Ampliação, datada de 20 de Agosto de 1971, citado em

Apartamentos na Balaia

Ante-Projecto

Planta do 2.º Piso

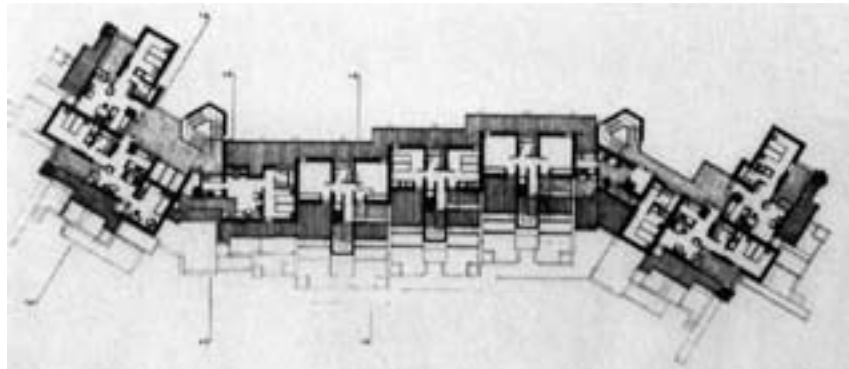
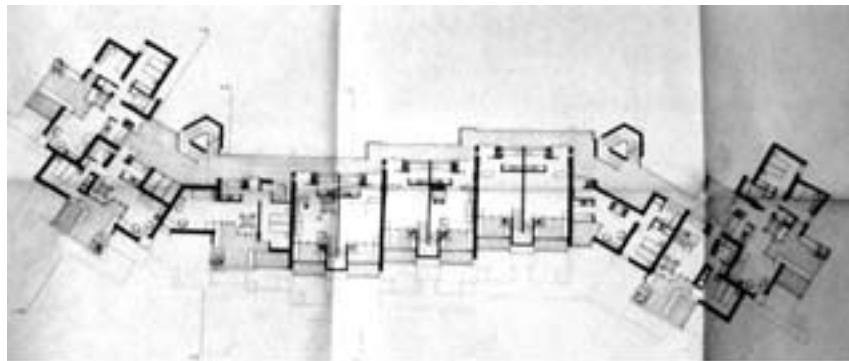
e

4 - Planta do 3.º Piso

Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos Arquitectos, 1966

(imagem LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*,

Volume II, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 158)



Apartamentos da Balaia,

Albufeira

Perspectiva

Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos Arquitectos, 1966

(imagem SILVA, João Pedro

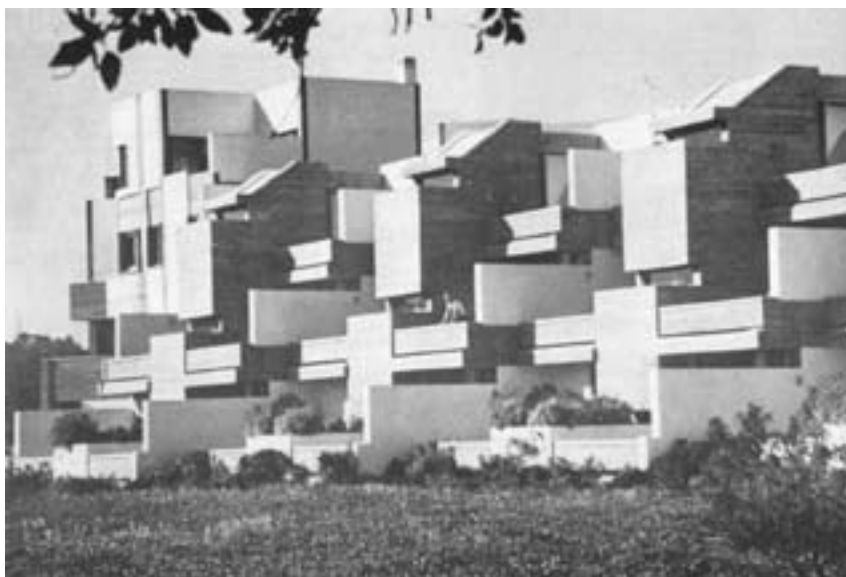
Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação),

Conceição Silva arquitecto: 1922/1982, Lisboa, SNBA, 1987, p. 83)



O sistema de distribuição por galerias exteriores já havia sido utilizado pelo arquitecto Conceição Silva na Unidade Residencial Porto de Abrigo, em Sesimbra, mas, aqui, ganha maior expressão ao assumir-se, plasticamente, a sua lógica construtiva, deixando o betão descoberto à vista, tanto nas galerias e colunas de distribuição vertical, no alçado norte, como nas caixas de escadas dos apartamentos duplex e nas guardas das varandas-pátios, no alçado sul. Solução que em muito contribui para a imagem do conjunto e que vai buscar, tal como a presença dos “pátios”, relações com o projecto do Hotel.

No início dos anos oitenta, o Hotel da Balaia é vendido ao Dr. Alambre dos Santos, proprietário do bloco de apartamentos e dos terrenos envolventes ao Hotel, passando, em 1986, esta unidade hoteleira para a posse do *Club Mediterrannée*, que, como vimos⁸², havia adquirido o Aldeamento de Pedras d’El Rei, em Tavira, mas, provavelmente, deixa a sua exploração para investir, agora, no “Conjunto Turístico” da Balaia.⁸³



Apartamentos da Balaia,
Albufeira

Vista do lado dos “pátios”

Fotografia, c.1970

(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 83)



Apartamentos da Balaia,
Albufeira

Vista do lado das galerias

Fotografia, c.1970

(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco Manuel
Conceição, Francisco da Conceição
(organização e coordenação),
Conceição Silva arquitecto: 1922/1982,
Lisboa, SNBA, 1987, p. 84)

⁸² Ver Capítulo 4.2..

⁸³ É já sob a exploração do *Club Med* (iniciada a 8 de Fevereiro de 1986) que, em 1988, é construída uma nova ampliação do Hotel para nascente, materializada num corpo de sete pisos ligado ao existente por uma passagem aérea. Inicialmente, estava previsto que este edifício funcionasse como um Hotel Apartamento (designado Hotel do Golf), mas o projecto inicial, de 1985, seria alterado passando o novo corpo a funcionar como anexo do Hotel. Com esta ampliação, são criados mais 216 quartos e um Restaurante panorâmico. (Cf. LEZANA, Marta, *Informação N.º 147/95*, Lisboa, DGT, 17 Fevereiro 1995, pp. 2-4)

Obra marcante no panorama arquitectónico da época, não só pela qualidade da resposta, mas, sobretudo, pela inovação dos métodos de concepção e de produção que a sustentam, o Hotel da Balaia faz a capa da revista *Arquitectura* no número de Março-Abril de 1969. No “escrito” sem sentimentalismos que acompanha a apresentação do Hotel, o arquitecto Tomás Taveira (responsável, dentro do Atelier, pelo projecto de arquitectura⁸⁴) começa por “falar sobre o início da aventura da criação arquitectónica”⁸⁵, defendendo que “produzir arquitectura num país onde as estruturas de produção só muito recentemente anunciam um caminho relativamente consentâneo com o nível técnico há muito atingido em países igualmente adentro dos esquemas socio-económicos e profissionais semelhantes é um risco ao qual não resiste (...) a visão anárquico-individualista, sobre a qual ainda assenta a filosofia do exercício da profissão liberal”.

E continua:

“O grau de desenvolvimento das diversas técnicas que constituem o ‘background’ da profissão não permite que o exercício do projectar possa ser levado a cabo com eficiência e profissionalismo ‘tout court’ (livre de quaisquer implicações político-sociais que possam vir a lume quando se aborda tal tema; (...)), sem uma integração, só possível ao nível de organizações mais vastas, permitindo a complementaridade do trabalho interdisciplinar que, se não ressalta completamente necessário ao nível dos programas vulgares, revela-se porém imprescindível quando estes se tornam altamente complexos. O objecto arquitectónico é um produto cuja estrutura de concepção assenta, ao nível de pesquisa, numa noção de alta complexidade.”

Do discurso do arquitecto ressalta, não só a alteração de escala que se verifica, a partir dos anos sessenta, nos desafios que são colocados aos arquitectos, com a crescente complexificação e diversificação dos programas, das tecnologias de construção e das próprias equipas de trabalho, onde, agora, especialistas de várias áreas se aliam na concretização das grandes encomendas da

⁸⁴ Segundo a Ficha Técnica apresentada na revista *Arquitectura*. (Cf. TAVEIRA, Tomás, “Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969, p. 53)

⁸⁵ Idem, *ibidem*.

promoção imobiliária privada e do terciário urbano, mas também o entendimento da Arquitectura como “produto”, sujeito às lógicas de mercado e às conjunturas do “gosto” como qualquer outro objecto de consumo de massas.

Perante esta nova realidade, Tomás Taveira *“arrisc[a] afirmar que só a criação de ateliers ‘ou empresas’, com o propósito definido de conseguir um apetrechamento técnico que não está ao alcance do ‘atelier de cão de escada’ a funcionar aos serões, poderá permitir o desenvolvimento da arquitectura até um grau de profissionalismo correcto. Apetrechamento técnico esse que vai desde o aglutinar das infra-estruturas do ‘fazer’ (sala de desenho, maquetas, fotografias, cópias, etc.), às do ‘projectar’, isto é, organizar uma base de interdisciplina imprescindível a uma actividade intelectual e cultural séria (arquitectos, engenheiros, técnicos de geografia urbana, artes gráficas, equipamento, etc.), e, mais ainda, o prever a sua estrutura de molde a poder actuar em paralelo com uma entidade construtora, base material de toda a concepção. (...)*

Alguns dos problemas levantados por esta nova forma de organização do trabalho têm um paralelo semelhante com outras artes (cinema, por exemplo), e obrigam a uma convergência entre as estruturas da produção e da realização. Sobre este tema supomos que seria importante organizar um debate mais vasto, dado que nas estruturas socio-económicas actuais (do nosso país) os problemas morais e culturais da profissão são muitas vezes antagónicos com os do sistema social, não estando portanto, nem ao alcance do indivíduo nem numa empresa fazê-los coincidir”.

E esse debate realiza-se, abrindo fissuras dentro da classe dos arquitectos. Fissuras que se vão traduzir, ideologicamente, no desmembrar da plataforma comum de oposição ao regime afirmada no I Congresso Nacional de Arquitectura, e, fisicamente, na desregulação do próprio território. Interessante é que seria, precisamente, uma “Arquitectura do Turismo” - o Hotel da Balaia - a desencadear esse debate.

“(Des)Encontro de Franciscos”

O Encontro Nacional de Arquitectos (ENA) de 1969 marca um ponto sem retorno para a classe profissional. Vinte anos depois da unidade esboçada em Congresso, o confronto “protagonizado” por dois Franciscos - Keil do Amaral e Conceição Silva - define os termos em que a arquitectura portuguesa atinge a sua maioria, entre os que tinham o seu caminho traçado - “*ganhar muito dinheiro, fazer muitos trabalhos, ser um próspero chefe de empresa, cultivar relações rendosas*”⁸⁶ - e os que tinham “*outras aspirações na vida e certas dúvidas sobre a excelência dos métodos neo-capitalistas de fazer a felicidade dos povos atafalhando-os de bens de consumo*”. Polémica sem consensos, para Keil “*a única saída [era] pela porta e depressa*”.

Realizado em Lisboa, entre 6 e 8 de Dezembro, o ENA surge na sequência de um encontro anterior, organizado por António Carvalho, Carlos Duarte e Nuno Portas sob a iniciativa da Secção Portuguesa da União Internacional dos Arquitectos (SPUIA), que teve lugar, em Tomar, de 8 a 10 de Dezembro de 1967, ou seja, precisamente dois anos antes. Mas, se no Encontro de Tomar é ainda um único tema que estrutura as sessões de debate - “Unidades Habitacionais: Território comum entre a Arquitectura e o Urbanismo” - traçando uma linha principal de reflexão⁸⁷,

⁸⁶ COSTA, Alexandre Alves, “Três Andamentos”, in COSTA, Alexandre Alves, *Textos Datados*, Coimbra, Edições eldlarq, 2007, pp. 105-106.

⁸⁷ Como fizemos referência anteriormente, o Encontro de Tomar surge na sequência da participação de Nuno Portas (e de Eduardo Anahory) no *Pequeno Congreso* de Tarragona, de Maio de 1967, o oitavo destes eventos desde a sua criação em 1959. Seguindo o modelo espanhol (por sua vez, inspirado na fórmula dos CIAM), o Encontro português adopta um tema base que determina a escolha dos projectos apresentados para discussão (em Tomar são analisados os planos do Campo do Luso, no Porto, da zona central de Aveiro e de Olivais Sul e de Chelas, em Lisboa), procurando estimular, a partir de exemplos práticos, uma reflexão colectiva sobre alguns dos problemas com que os arquitectos portugueses se debatiam na sua actuação profissional. A informalidade que se pretendeu dar à reunião, a ausência, entre nós, de uma cultura de debate disciplinar, activa e aberta ao confronto de ideias - “*há quantos anos não havia uma discussão sobre a arquitectura que se faz, mais larga que o grupo do atelier ou do café?*” - e a presença massiva de arquitectos espanhóis (cerca de quarenta, entre os quais se destaca a vinda de Sáenz de Oiza, Oriol Bohigas, Ribas y Piera, Federico Correa, Eduardo Mangada e Ricardo Boffil), que, habituados a um diálogo incisivo e disciplinado, dominam por completo as sessões acabaram, no final, por condicionar os resultados do Encontro, pondo a descoberto o nosso isolamento em relação ao contexto arquitectónico internacional e um certo conformismo de classe que impedia “*um maior compromisso intelectual e maior acção*”. Mesmo assim, é da opinião geral a importância deste tipo de encontros para a troca de experiências e o estreitar de relações entre os profissionais dos dois países. (Cf. “O I Encontro de Arquitectos em Tomar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 99, Setembro/Outubro 1967, pp. 217-218 e 225 e CORREIA, Nuno, “A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos ‘Pequenos Congressos’ - 1959/1968”, *RCCS: Revista Crítica*

no Encontro de 1969 são múltiplas as preocupações que assolam o exercício, agora “livre”, da profissão⁸⁸, condensadas em seis temas: “Tema 1. Sindicalismo”⁸⁹; “Tema 2. Política do Solo”⁹⁰; “Tema 3. A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas”⁹¹; “Tema 4. Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano”⁹²; “Tema 5. A comunicação como contestação”⁹³; e “Tema 6. Arquitectura e Burocracia”.⁹⁴

Segundo José António Bandeirinha, “*da análise dos diversos temas propostos à discussão, ressalta, por um lado, a tentativa de enquadrar a actividade arquitectónica numa perspectiva crítica da estrutura social vigente, daí a vontade de ampliar o conhecimento das condições de exercício da profissão, daí também os insistentes apelos à ‘denúncia’ de situações anómalas. Por outro lado, a*

de Ciências Sociais, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, pp. 52-54)

⁸⁸ O Encontro Nacional de Arquitectos tem lugar pouco tempo depois das eleições para a Assembleia Nacional, realizadas a 26 de Outubro de 1969, as primeiras após a nomeação de Marcello Caetano como Presidente do Conselho. Aproveitando o clima de relativa liberdade que rodeou a campanha eleitoral e a expectativa, logo gorada, de uma reforma efectiva das estruturas do poder, a Direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos, cerceada que estava de encetar qualquer tipo de acção fora do âmbito da sua gestão corrente, incita os seus membros a dar continuidade ao debate iniciado naquele período, aprofundando uma “*consciencialização e dinamização da Classe, em volta dos seus problemas mais prementes*”. É nesse contexto que se realiza o Encontro Nacional, que no seu programa base, intitulado “*Encontro: Uma etapa dum percurso. Momento de reflexão e crítica*”, incita, “*Pela continuidade - Contra o imobilismo*”, a uma “*Tomada de consciência numa óptica colectiva*” e a “*Uma responsabilização perante a comunidade*”, através da “*Exigência de um método - experimental, realizável, vivo, extrovertido, maleável e orientado*” e de “*Uma participação efectiva - em debate aberto e em trabalho de grupos*”. Partindo de uma problemática abrangente - “*As incidências socio-económico-políticas no trabalho dos arquitectos*” - procurava-se, assim, clarificar qual deveria ser o verdadeiro “*papel do arquitecto na sociedade portuguesa actual*” e quais as suas “*formas de intervenção*”, agora não apenas “*de um ponto de vista técnico ou administrativo, mas nas suas perspectivas políticas*”. Objectivo que, no entender da Comissão Preparatória do Encontro, implicava “*o máximo de participação pessoal*” e “*a produção efectiva de trabalho, concretizado em textos conclusivos (sem pretensão de definitivos)*”. Mas, apesar da grande adesão à iniciativa, que conta 273 participantes (entre arquitectos - 139, estagiários - 45, estudantes de arquitectura - 84 e de outras áreas de ensino - 5), o ENA não iria surtir o efeito que os seus organizadores haviam antecipado, “*aplaudindo-se, no final, a ausência de conclusões*”. (Cit. *Programa e textos-base, Encontro - uma etapa dum percurso - momento de reflexão e crítica. Tomada de consciência numa óptica colectiva*, [s.l., s.n., s.d.] e *Encontro Nacional de Arquitectos*, Lisboa, Comissão Preparatória do Encontro, 6 Novembro 1969, pp. 1-2, documentos disponíveis na pasta “Nuno Teotónio Pereira: 1954-1969”, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra; e COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p. 105)

⁸⁹ Tema proposto pelo Grupo de Trabalho constituído pelos arquitectos Artur Pires Martins, Carlos Roxo, Leopoldo de Almeida e Manuel Moreira.

⁹⁰ Proposto pelo arquitecto Francisco Silva Dias e o estagiário Júlio Saint Maurice.

⁹¹ Cujo Relator seria Luís Vassalo Rosa.

⁹² Grupo inicialmente constituído pelos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Pedro Vieira de Almeida, o estagiário Miguel Osório de Aragão, a assistente social Maria Augusta Negreiros, o empregado bancário Manuel Felizardo e o estudante de arquitectura (ESBAL) Arnaldo Grilo.

⁹³ Apresentado por Alberto Oliveira e Manuel Vicente, numa circular-manifesto que anunciava “*Espectáculo permanente para toda a gente: Sessão Especial*”.

⁹⁴ Tema avançado por um grupo de arquitectos de Coimbra: Alves Martins, António Portugal, Carlos de Almeida, Plácido Santos, Rogério Alvarez e Vasco Cunha.

*esperança na possibilidade de associação numa frente de grandes objectivos comuns, que possibilitasse a oposição aos grandes entraves de ordem sociopolítica e económica, impeditivos de uma relação saudável entre o exercício da arquitectura e a sociedade que a irá acolher. Por outro lado ainda, a apresentação dos grandes temas candentes do debate internacional, de entre os quais se destacam a regionalização e a sociabilização do uso do solo e a participação directa das populações nos processos de planeamento”.*⁹⁵

Numa leitura complementar, realizada a partir dos textos apresentados por cada um dos Grupos de Trabalho como preparação para o Encontro Nacional, fica, no entanto, exposto de uma forma mais contundente que a questão central que atravessa verticalmente os vários temas submetidos a discussão é a crítica à crescente influência dos modelos de organização empresarial e dos interesses do capital privado na actividade profissional dos arquitectos. Capital privado que é o grande motor do desenvolvimento urbano, industrial e turístico dos anos sessenta e que vai encontrar espaço para “crescer” sob as políticas de fomento adoptadas pelo governo marcelista, que favorecem a concentração económica nos grandes grupos financeiros portugueses, com ligações à indústria produtora e de exportação, à banca, ao mercado segurador, às colónias e ao capital estrangeiro⁹⁶. Naturalmente, “*em todo este processo de rápido desenvolvimento dos grupos financeiros assistiu-se a uma crescente interpenetração dos seus movimentos com o Estado, onde exerce função preponderante uma nova tecnocracia que circula, em funções de responsabilidade, dentro dos grupos e, nalguns casos, entre estes e o aparelho de Estado*”.⁹⁷

⁹⁵ BANDEIRINHA, José António, “O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura”, *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, p. 14)

⁹⁶ Cf. ROLLO, Maria Fernanda, “A ‘nova política industrial’ do marcelismo”, in MATTOSO, José (direcção), ROSAS, Fernando (coordenação), *História de Portugal: O Estado Novo*, Volume 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 466-471.

⁹⁷ SANTOS, Américo Ramos dos, “Abertura e bloqueamento da economia portuguesa”, in REIS, António (direcção), *Portugal Contemporâneo: 1958-1974*, Volume V, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 118, citado em idem, p. 470.

Interpenetração de interesses que teria, necessariamente, as suas repercussões no exercício da Arquitectura. De facto, ao longo dos textos-base preparados por cada Grupo de Trabalho do ENA são constantes as alusões à, cada vez maior, interferência das estruturas económicas na actuação profissional do arquitecto: quer enquanto associação de classe - *“o arquitecto ao serviço do Capital é alienado nas suas primeiras funções sociais”*⁹⁸; quer enquanto planeador e factor de valorização do território - *“o arquitecto socializado e a necessidade de disponibilidade nacional de solo [versus] o arquitecto capitalizado e a sua posição em relação à não disponibilidade do solo”* e *“o papel do arquitecto nas variações do custo do solo; a acção valorizadora ou desvalorizadora da intervenção do arquitecto”*⁹⁹; quer enquanto técnico ao serviço das populações - *“o arquitecto deve centrar a sua intervenção como prioridade nos aspectos que afectam grandes massas de população portuguesa e onde as carências são mais graves”, “abandonar sistematicamente os projectos isolados e não exemplares”, “abandonar a obra individual” e “denunciar e suprimir a especulação abusiva em todas as suas formas no que se refere à construção”*¹⁰⁰; quer, mesmo, enquanto cidadão politicamente comprometido - *“Nas condições em que se processa entre nós, o Desenvolvimento Urbano consiste num processo contínuo de expoliação no qual um património comum - o solo - é intensivamente explorado em proveito de uma minoria que dele previamente se apropriou. Tal processo resume-se simplesmente nisto: um território que está a saque; uma paisagem que está a saque; um património cultural que está a saque. Enfim: um país que está a saque, nas extensas faixas do seu território que se urbanizam incessantemente. (...)*

⁹⁸ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema - O SNA ou uma Associação Livre de arquitectos*, documento disponível na pasta “Nuno Teotónio Pereira: 1954-1969”, Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra.

⁹⁹ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema - Política de Solos e actividade do arquitecto*, documento disponível em idem.

¹⁰⁰ *Encontro Nacional de Arquitectos. Dez 69. Tema Proposto - A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas*, documento disponível em idem.

Onde estão e o que fazem os técnicos no meio de tudo isto? Só duas hipóteses lhes são oferecidas: ou são instrumento directo do poder económico, e portanto coparticipantes e cobeneficiários do processo de exploração; ou servem nos serviços públicos, passando então à categoria de instrumentos indirectos. Quer numa quer noutra situação, os técnicos são olhados pelas populações com desconfiança.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de uma actuação comum exigirá (...) da parte dos técnicos um empenhamento de tipo político (ou simplesmente cívico), não como cidadãos comuns, mas enquanto técnicos”.¹⁰¹

No fundo, o que estava em causa era a colagem da prática profissional aos mecanismos e interesses do desenvolvimento capitalista, posta em evidência com o aparecimento, nos anos sessenta, de grandes ateliers de arquitectura, estruturados segundo uma lógica de organização empresarial (fundamentada numa rentabilização do trabalho e da produção em que se distinguem padrões de assalariados) e associados aos programas da especulação imobiliária e da sociedade de consumo de massas (Habitação, Indústria, Serviços, Comércio e Turismo). O Atelier Conceição Silva, criado, especificamente, em resposta à encomenda do Hotel da Balaia e o primeiro, em Portugal, a constituir-se como estrutura multidisciplinar a actuar, simultaneamente, em diferentes sectores de intervenção (promoção imobiliária, construção, projecto de arquitectura e engenharia, *design* de equipamento, publicidade), apresentava-se como paradigma desse modelo.

E embora este tipo de organização se apresentasse como uma “saída” possível para as “Maleitas da Arquitectura Nacional”¹⁰², a abordagem preconizada por Conceição Silva - o arquitecto

¹⁰¹ PEREIRA, Nuno Teotónio, *Encontro Nacional de Arquitectos. Grupo - Participação popular e trabalho do arquitecto*, (s.l.), 8 Dezembro 1969, pp. 1-3, documento disponível em idem.

¹⁰² Numa série de artigos publicados pela revista *Arquitectura*, entre Julho de 1947 e Junho de 1948, Keil do Amaral punha em evidência “As maleitas da Arquitectura Nacional”, “maleitas” ainda bem actuais: “A formação do Arquitecto”, “O arquitecto e o atelier”, “O cliente, as leis e os regulamentos”, “Os materiais de construção”, “O problema da mão-de-obra” e “A mania das pessoas e o dinamismo, seu filho dilecto”.

transformado em administrador e em empresário construtor - não é bem recebida numa classe que se identificava com ideais de esquerda e se apresentava ideologicamente empenhada na defesa da função social do arquitecto. Muito menos vinda de um colega dos tempos de ICAT.

Assim, o que “*estava planeado ser um encontro informal; foi um desencontro formal*”¹⁰³. E isso ficou claro nas sessões de trabalho em grupo e de plenário que presidiram à organização geral do Encontro.

“Falou-se, discutiu-se, agrediu-se. Guerras de palavras, de factos, de conceitos, de posições, de rivalidades. Luta de prestígios (em silêncio), luta de interesses (pouco clara), luta de compromissos (bem alto) - falso problema, deixem-se disso, o inimigo é outro, é o mesmo para todos nós!...”

Houve Encontro, apesar do desEncontro, (...)

Houve desejo de comunicar, de começar alguma coisa. (...)

Começo de uma etapa - é preciso deixar brotar livremente os conflitos, os recalques, as frustrações, as ilusões.

Começo do esclarecimento, da denúncia, do apontar de dedos, começo da consciência de classe trabalhadora.

As fontes do trabalho estão contaminadas. O acesso às fontes do trabalho é viciado. O dia a dia do arquitecto é uma aventura, dentro e fora da profissão - concorrência. Não há uma classe de arquitectos. Não há um sindicato de arquitectos. Há divisão - verdadeira e falsa. Há exploração do homem pelo homem.

Que origem tem tudo isto? (...)

O estudante, o estagiário, o arquitecto patrão, o arquitecto assalariado, não estarão todos ‘comprometidos’? (...)

Haverá gerações com interesses diferentes?

(...) O Encontro foi a paragem e começou-se a olhar para trás - vendemo-nos sim, mas a quem? E porquê?

Ia enganado quem esperava no Encontro a comunicação imediata, o acordo. (...)

Ia enganado quem esperava um confronto geral e radical, de ideias, de factos, de problemas. (...)

Ia enganado quem procurava panaceias, soluções. (...)

Ia enganado quem esperava confissões políticas públicas. (...)

*Vamos pois continuar o Encontro.”*¹⁰⁴

¹⁰³ ALMEIDA, Leopoldo C. de, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento], *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, p. 200.

¹⁰⁴ ROXO, Carlos, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento], *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, pp. 206-207.

Anunciando a diversidade de caminhos, ou de “saídas”, que vão marcar a produção arquitectónica portuguesa nos anos seguintes, as cisões que se clarificam no Encontro são reflexo do próprio contexto político-social do final da década de sessenta, marcado pelo desmembrar da plataforma comum de oposição ao regime. Cisões que se podem sintetizar em duas frentes de actuação antagónicas. De um lado, alinham-se os que pugnam pelo “pequeno atelier”, onde “*os feriados se fazem por votação*”¹⁰⁵, procurando “*satisfações que têm mais a ver com a arquitectura do que com rentabilidade*”, e, do outro, os que abraçam a abertura marcelista aliando-se aos interesses dos especuladores, nacionais e estrangeiros, naquilo que se designa depreciativamente de “*fábricas de projectos*”. Assiste-se, desta forma, a uma clara demarcação de pontos de vista entre os que são contra e os que são a favor de uma “comercialização” da Arquitectura, os primeiros em nome da isenção ética do arquitecto, enquanto agente social e cultural independente dos interesses do capital liberal, e os últimos na perspectiva de “*uma convergência das estruturas da produção e da realização*”¹⁰⁶. Francisco Keil do Amaral e Francisco Conceição Silva personificam os dois lados desse debate.

Interessante é, no entanto, constatar que, apesar de ser uma “Arquitectura do Turismo” a estar na génese deste “desencontro” - de gerações (1910/1920), de formas de organização do trabalho (atelier/empresa) e, sobretudo, de interpretações pessoais sobre o “ser arquitecto” (projectista/administrador) - o fenómeno do Turismo e as suas implicações na sociedade, no território e, conseqüentemente, no exercício da profissão está ausente das preocupações dos arquitectos portugueses. Na verdade, em todo o material produzido para o Encontro não há uma única referência a esse tema e nem sequer uma menção à palavra “Turismo”¹⁰⁷. Uma “ausência” que, paradoxalmente, contrasta com a quantidade de artigos publicados, nesta altura, com obras realizadas nesta área.

¹⁰⁵ COSTA, Alexandre Alves, op. cit., p. 106.

¹⁰⁶ TAVEIRA, Tomás, op. cit., p.

¹⁰⁷ Ao contrário dos seus colegas espanhóis, que em dez *Pequeños Congresos* três são dedicados às relações entre Arquitectura, Urbanismo e Turismo.

Tróia

A urbanização turística da Península de Tróia, em Setúbal, fixa a deslocação de escalas de intervenção pressentida no Encontro Nacional de Arquitectos. Já não se tratava apenas de equipar o Lazer, mas de desenhar, de raiz, o próprio território do Turismo. Da “arquitectura total” da Balaia evolui-se para o conceito de “paisagem total” de Tróia, onde, mais do que de megaestruturas arquitectónicas, se fala de cidades e de complexos de cidades de férias. E se a Balaia é concebida como uma estrutura fechada, independente e auto-suficiente, que privatiza a paisagem para a utilização exclusiva dos seus hóspedes, promovendo, nesse sentido, a descontinuidade do território, a intervenção em Tróia baseia-se em pressupostos bem distintos, ou, mesmo, opostos: libertar a propriedade privada para o usufruto colectivo.

Mas, comecemos pelo início.

O plano de criar uma cidade exclusivamente dedicada ao Lazer na Península de Tróia é da iniciativa da SOLTROIA - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo, SARL, empresa liderada por Walter Moreira Salles, influente banqueiro brasileiro e, à altura, Ministro da Fazenda do governo de João Goulart (1961-1964). Prevendo a afluência ao Sul que a construção da Ponte sobre o Tejo iria, em breve, desencadear, a Sociedade compra, em 1962, a “Quinta da Herdade” à Sociedade Agrícola de Tróia, com vista ao “*seu aproveitamento como zona de grande turismo nacional e internacional*”¹⁰⁸. Os primeiros estudos, realizados por urbanistas estrangeiros, são submetidos à apreciação da DGSU ainda nesse ano, dividindo-se em dois processos: “*um esquema geral de urbanização de uma 1.ª parte do território considerado*”¹⁰⁹ e “*um ante-projecto relativo a uma fase imediata de realizações que incide sobre a construção de um Clube Náutico e de um grupo de*

¹⁰⁸ *Plano de Aproveitamento Turístico da Península de Tróia*, (s.l.), Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa, 15 Fevereiro 1963, p. 1. (Todos os documentos escritos relativos à intervenção de Keil do Amaral em Tróia, tal como no Algarve, foram-nos cedidos pela Professora Doutora Ana Tostões)

¹⁰⁹ *Idem, ibidem.*

blocos de apartamentos (tipo Motel)”. Ambos são liminarmente reprovados pelo Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa, em Comunicação de 15 de Fevereiro de 1963, que aconselha a “*elaboração de novos estudos*”. Decisão sancionada pelo Ministro das Obras Públicas e por uma comissão encarregada especificamente de avaliar aqueles processos.

*“Corriam então, de boca em boca, referências pouco elogiosas àquela empresa, suas intenções e processos. Dizia-se que pensava espatifar, sem escrúpulos, as belezas naturais da península para obter desmesurados lucros, que abusivamente fazia intervir no caso altas personalidades políticas brasileiras, etc. Tinha apresentado às entidades oficiais portuguesas um ante-plano de urbanização onde a falta de estudo e a ganância por demais se revelavam. O plano fora totalmente reprovado por uma comissão nomeada especialmente para o efeito e o ministro das Obras Públicas e essa comissão firmara restrições tão severas para a elaboração dum novo plano, que bem podiam ser tomadas como uma demonstração dos seus receios quanto às intenções da Soltroia.”*¹¹⁰

Vendo comprometida a sua imagem junto da opinião pública e junto do próprio governo português, a Soltroia decide convidar, em Março de 1963, Francisco Keil do Amaral para se ocupar da urbanização da Península. A escolha do arquitecto é estratégica. Como vimos¹¹¹, Keil acabara de elaborar, em Agosto de 1962, as *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve* e, pelo menos desde 1961, colaborava regularmente com a DGSU, emitindo pareceres sobre diversos pedidos apresentados àquele organismo¹¹². O próprio arquitecto tem plena noção dessa situação.

*“Consciente de que não se recorria apenas aos meus préstimos profissionais, mas também à projecção do meu nome - isso, aliás, foi-me dito claramente - para tirar o assunto do atoleiro em que se encontrava, esclareci, em dezenas de horas de conversações, que só me interessaria fazer esse trabalho desde que me fossem dados meios para ter sobre ele um controle completo. E apresentei como sùmula das minhas condições umas ‘bases para uma possível colaboração’ .”*¹¹³

¹¹⁰ [AMARAL, Francisco Keil do], *Caso Keil Amaral/Soltroia: Memorial*, [Lisboa, 1964], p. 1.

¹¹¹ Ver Capítulo 4.1..

¹¹² Segundo documentos cedidos pela Professora Doutora Ana Tostões.

¹¹³ [AMARAL, Francisco Keil do], *Caso Keil Amaral/Soltroia: Memorial*, op. cit., ibidem.

Em carta de 3 de Abril de 1963, a Soltroia formaliza a contratação do arquitecto, na qualidade de “consultor técnico”, acordando com a organização de *“uma equipa de, no máximo, cinco arquitectos e dois desenhadores, (...), para procederem ao estudo e apresentação dentro do prazo de 120 dias, de um antepiano de urbanização total da área, além do projecto de um clube náutico e grupo de apartamentos, que poderá ser apresentado até 30 dias depois”*¹¹⁴. Curiosamente, na penúltima alínea desse documento, a Soltroia deixava em aberto a possibilidade de vir a cessar o prosseguimento dos trabalhos mediante o pagamento de uma indemnização, prerrogativa com a qual Keil não deixa de concordar, mas estranha.

“Eu entendo que esse direito é legítimo, natural até, mas pensei sempre, e nessas condições o aceitei, que se destinava a cobrir, fundamentalmente, três eventualidades: Ou a desistência da Soltroia quanto aos seus intuítos de criar no terreno em causa um grande centro turístico; ou a minha incapacidade de realizar um ante-plano aprovável pelas autoridades nacionais; ou a inviabilidade económica do ante-plano.

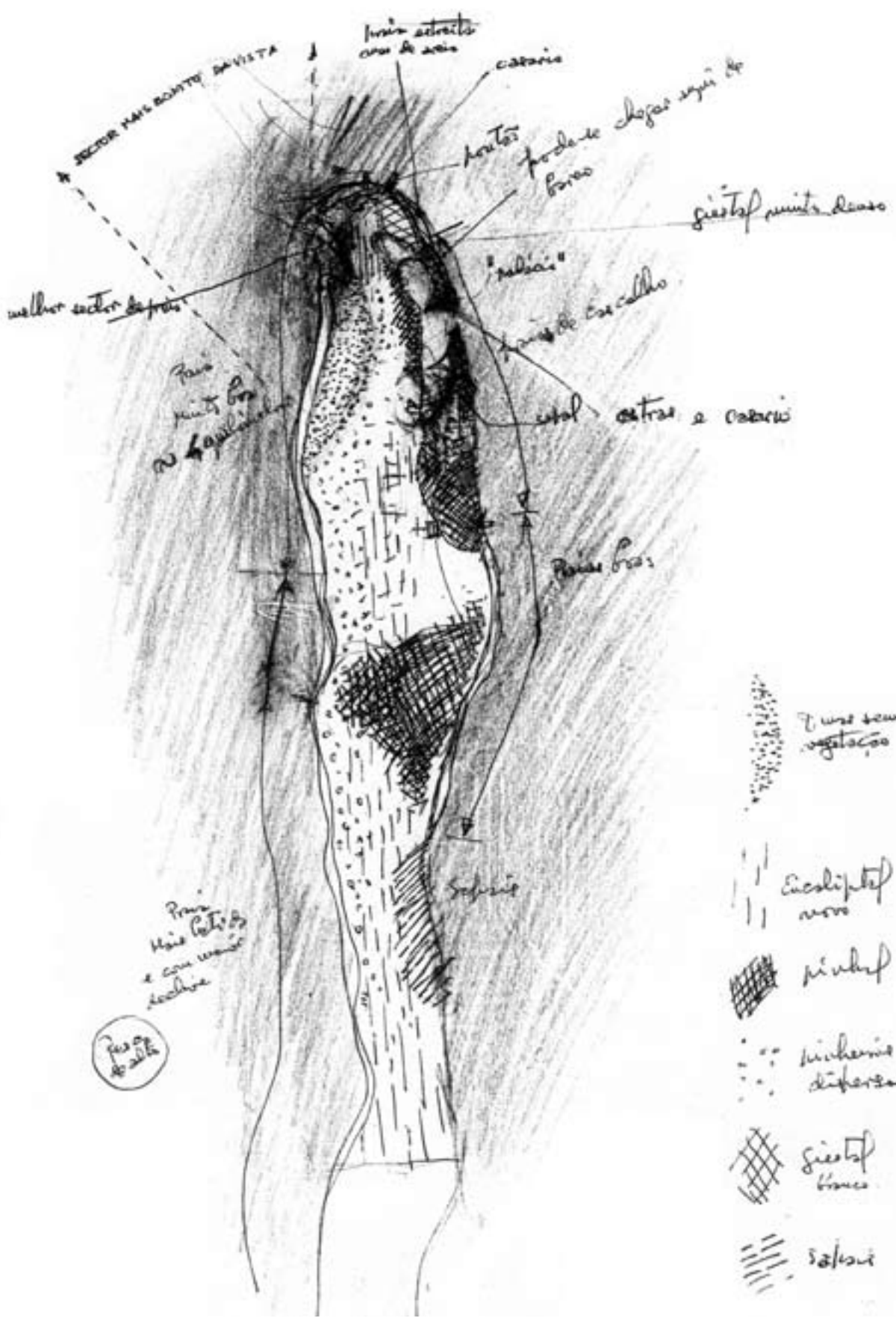
*Nesses casos o meu afastamento seria perfeitamente razoável. Mas já não o tomaria como tal se apoz um grande esforço para realizar um plano aprovável, num prazo extremamente curto e em condições dificultadas por antecedentes a que sou alheio, fosse impedido, por conveniências particulares da Soltroia, de prosseguir com os estudos de realização.”*¹¹⁵

Como veremos, os receios de Keil do Amaral não eram infundados.

Para a elaboração de uma proposta, o arquitecto reúne à sua volta uma pequena equipa de colaboradores de confiança: José Antunes da Silva, Orlando Jácome da Costa (funcionário da DGSU), Mário Casimiro, Justino Morais e José Manuel Norberto. Numa primeira abordagem ao sítio, são analisados os valores naturais da Península, resumindo-se, num breve esboço, a caracterização das praias, a indicação das melhores vistas e um levantamento sumário da flora local .

¹¹⁴ SOLTROIA, [Comunicação] N.º 88/63: *Antepiano de Tróia*, Lisboa, 3 Abril 1963, p.1.

¹¹⁵ Carta dirigida à Soltroia - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo de Troia, datada de 7 de Abril de 1963.



SECTOR MAIS BOOMTO DA VISTA

melhor sector de paisagem

Prata muito boa no Espalme

Prata mais bonita e com maior declive

Prata atraição com de arvore

casario

hortas

podere de logar aqui de

bosco

gestof muito denso

indica


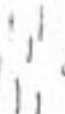




camada de Escalho

atal

estrada e casario

Prata boa

Sapucaia

-  Prata sem vegetação
-  Eucalipto novo
-  Pinhal
-  Pinheira dispersas
-  gestof branco
-  Sapucaia

Feito o reconhecimento do território a intervir - uma área superior a 1.500 hectares - Keil confessa que *“não ficámos só deslumbrados. Ficámos também amedrontados com a grandeza da tarefa. Assim como se nos tivessem convidado para jantar e nos pusessem à frente, para comer numa vez, um boi inteiro...”*¹¹⁶. Tratava-se de *“planear, de raiz e integralmente, a ocupação”*¹¹⁷ dum vasto território, *“onde praticamente nada existe”*, com vista à sua exploração turística. Uma obra excepcional, sem igual, até então, no nosso país¹¹⁸ e, mesmo, no estrangeiro, onde eram raros os exemplos de intervenções deste tipo com tal envergadura. Nesse sentido, decidiu-se *“proceder a esse planeamento relegando para uma fase ulterior os aspectos formais dos traçados urbanísticos – dando prioridade absoluta aos aspectos humanos”*.

Península de Tróia, Setúbal
Levantamento
Francisco Keil do Amaral,
1963
(imagem
Arquivo Ana Tostões)

“A ‘Organização da vida local’ (...) foi a preocupação primordial do (...) estudo – sempre presente e dominando todas as outras. Como vão viver os turistas em Tróia? Em que espécie, ou espécies, de aglomerados urbanos? Em que tipo de edifícios? Onde vão abastecer-se? E como vão ocupar o seu tempo de férias ou de permanência? Que variedade de ocupações ou divertimentos devemos proporcionar à sua multiplicidade de interesses? Como vamos evitar-lhes a sensação de isolamento - que engendra a melancolia, a de promiscuidade – que constrange, ou a de arregimentação – que inferioriza?”

Já nas “Bases para uma possível colaboração”, apresentadas, logo em Março de 1963, à Soltroia, transparecia essa ideia nas intenções do arquitecto.

“Considero muito importante para o êxito deste empreendimento conceber e construir o novo núcleo turístico com a preocupação constante de lhe assegurar, não apenas eficiência, mas amenidade. Mais do que aparato, luxo, monumentalidade, ele precisa de harmonia, bom gosto, relações equilibradas entre a Natureza, os elementos do planeamento urbano e os edifícios.

(...)

¹¹⁶ “A Península de Tróia vai constituir um moderno centro turístico de incomparável beleza e largas proporções urbanizado segundo concepções novas”, *Diário de Lisboa*, Ano 43.º, N.º 14780, 7 Fevereiro 1964, p. 8.

¹¹⁷ *Idem*, p. 9.

¹¹⁸ Como vimos, o *Plano de Urbanização de Vilamoura* é posterior a este primeiro estudo para Tróia.

Por outro lado: Quando os núcleos urbanos se criam espontaneamente e se desenvolvem pouco a pouco, ao sabor das necessidades individuais, o Tempo e o jogo natural dos interesses asseguram à evolução do povoado, se não beleza pelo menos uma certa coerência. Mas outro é o caso e grandes os riscos de desajustamento e confusão urbana, quando se trata duma criação artificial, como a que se intenta fazer, de concepção apressada e desenvolvimento acelerado.

Creio que a harmonia e a sedução desejáveis e um mínimo de garantias contra a balbúrdia urbana só se conseguirão com uma orientação efectiva e global da obra até se encontrarem estruturadas as várias fases da sua evolução.”¹¹⁹

Na Memória Descritiva do projecto, que se viria a intitular *Bases Urbanísticas para a criação de um Centro Turístico em Tróia*, fixavam-se os princípios de ordem geral que norteiam o planeamento:

“1) - Organizar a ocupação urbana do território não com uma cidade extensa e aparatosa, mas com um conjunto de pequenos núcleos distintos, cada um deles para uma população compreendida entre 3.000 e 4.000 pessoas - verdadeiras ‘vilas’ de férias, cuja dimensão, escala e características facilitem aos seus ocupantes uma rápida integração, não só num meio físico - geográfico, urbanístico e arquitectónico - mas também num meio humano - numa vizinhança.

2) Dar a cada núcleo uma relativa auto-suficiência quanto a problemas basilares de abastecimento, convívio e diversões.

3) Contar com a cidade de Setúbal - o seu comércio, o seu cinema, o seu estádio, os seus restaurantes, o seu porto, etc. - para um apoio indispensável às primeiras ‘vilas’; mas prever e promover a construção logo que o desenvolvimento geral e o número de habitantes o justifiquem, de um centro urbano para cada grupo de seis ‘vilas’, no qual se instalarão os edifícios e recintos de recreio e cultura, o grande comércio, os escritórios, a igreja, a escola, as clínicas, os serviços municipalizados, bem como as pequenas indústrias de manutenção - que cada ‘vila’ não pode comportar, nem poderia manter. Esse núcleo, de feição nitidamente mais citadina, deverá ter habitações, grande parte das quais com carácter permanente, e constituirá, com as suas lojas, os seus cafés, os seus bares, os seus dancings, exposições, espectáculos, etc., um verdadeiro fulcro de confluência inter-‘vilas’, de convívio e prazer.

4) Encarar à escala do conjunto a urbanizar a criação das instalações para recreio e desporto cuja amplitude, ou cujas características, não permitam, ou não aconselhem, a sua inclusão nas células previstas. É o caso, por exemplo, duma ampla doca para barcos de recreio, dum campo

de golfe, duma sociedade hípica, etc. Dessas instalações, que deverão ser distribuídas ao sabor de conveniências topográficas e de outra natureza, procurar-se-á tirar partido como factores de aglutinação e convívio a partir dum interesse comum. Devem para isso conceber-se, ou funcionar, predominantemente sob a forma de clubes, dotando-as com edifícios que facilitem essa função social.

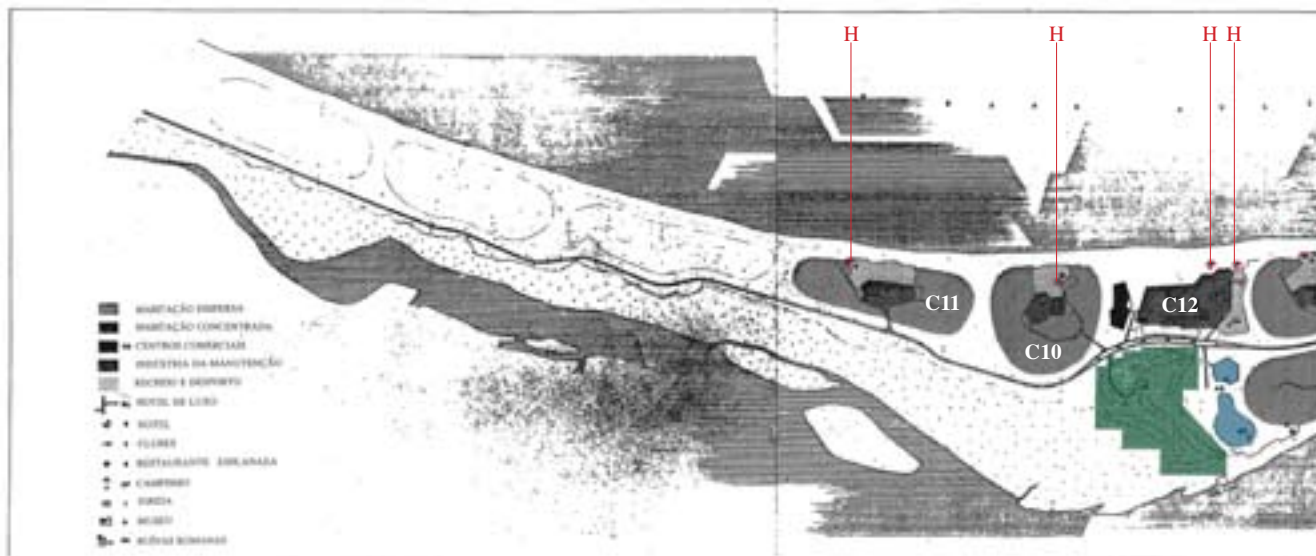
5) *Encarar o problema dos hotéis não apenas sob os pontos de vista da capacidade de alojamento e da categoria, mas procurando integrá-los nos conceitos que se vêm enunciando. Para tanto: distribuindo-os pelo conjunto urbanizado e prevendo alguns deles como factores de vitalização das células. Se é certo que os hotéis beneficiam duma autonomia que seduz muito os hóspedes (e por isso mesmo devemos localizar alguns deles destacados), não é menos verdade que podem representar, através dos seus restaurantes, dos seus bares, dos seus dancings, factores de encontros, de convívio e de animação (e por isso deveremos incluir um em cada célula).*

6) *Assegurar a possibilidade de certas actividades ou lazeres, individuais e de grupos, que fomentem contactos, amenizem e tornem fecundo de boas recordações o tempo de férias. Isso depende em parte considerável, dum equipamento que é mister prever e realizar.*

7) *Procurar resolver os problemas do tráfego, dando aos homens prioridade sobre as máquinas andantes, no agenciamento dos sistemas arteriais e facilidades de deslocações; assegurando-lhes rapidez, comodidade e segurança nos grandes percursos, mas compensando largamente, nos sectores residenciais e de concentração, a incomodidade de nem sempre poderem ir de automóvel até à porta de casa, do cinema, da loja, com o inefável prazer de reencontrarem, em férias, um mundo de tranquilidade, de relaxamento nervoso, de ‘dolce farniente’ que o dinamismo da vida actual e a presença maciça de veículos motorizados já tornou quase impossível nas cidades de onde saíram para repousar, ou distrair-se, num ambiente diferente.”*

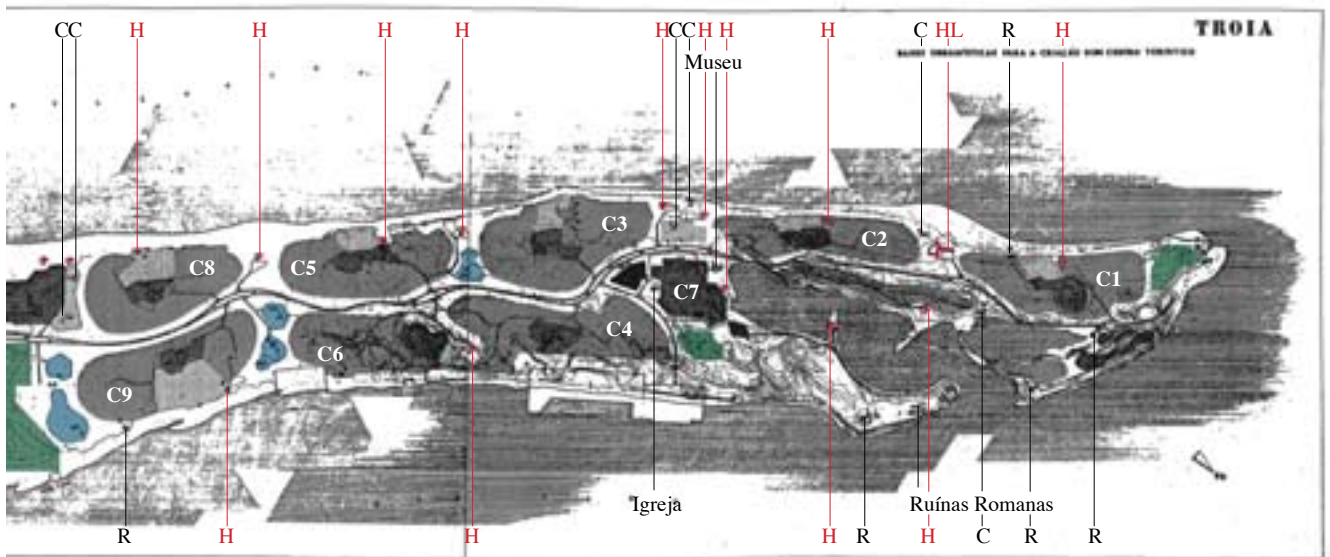
Assim, numa área total de 1.500 hectares e para uma população estimada de 52.000 habitantes, é traçada uma via rápida, que estrutura longitudinalmente todo o território, desde a Ponte do Adoxe até à Comporta, onde liga a Grandola e à rede rodoviária nacional, e distribui para as doze células populacionais previstas. *“Projectou-se deliberadamente pelo interior da península, pois discordamos, para este caso, de qualquer estrada marginal que, embora satisfazendo aspirações convencionais, acabaria por destruir o que de melhor e mais invulgar Tróia poderá oferecer aos turistas”*.¹²⁰

¹²⁰“A Península de Tróia vai constituir um moderno centro turístico de incomparável beleza e largas proporções urbanizado segundo concepções novas”, op. cit., p. 12.



A partir deste eixo principal é definida uma malha secundária de circulação, dividida em: arruamentos de penetração nas ‘vilas’, “*com uma faixa de rodagem de 7 metros (...) rodeand[o], sem lá penetrarem, o sector central das ‘vilas’, junto ao qual se distribuirão amplos parques de estacionamento e conduzi[ndo] ao hotel e á praia, terminando num parque com capacidade para umas centenas de automóveis*”; arruamentos de acesso às moradias, “*com pavimentação nítidamente diferenciada (...) e um traçado sinuoso, que não permita velocidades superiores a 20 quilómetros por hora*”, sendo que “*cada arruamento servirá apenas um numero limitado de moradias e não terá outra função, nem saída*”; ruas-passeios, “*só para peões, nos sectores de maior concentração humana, quer nas ‘vilas’ quer nas ‘cidades’*”; e caminhos para peões, “*com pavimentação ligeira e largura variavel, para facilitar certas ligações sem atravessar ruas de transito de automóveis, ou para encurtar distancias [e], além disso, para permitir deambulações nas zonas arborizadas, ou o acesso a miradouros e outros sítios de interesse*”.

Das doze células referidas, dez são chamadas, genericamente, de “vilas” e duas de “cidades”, as primeiras, com uma população de 3.000 a 4.000 habitantes cada, e, as últimas, com 7.000 habitantes.



Nas “vilas” predomina a habitação unifamiliar dispersa, “em lotes de 2.000 m², aproximadamente, disposta sem formalismo” em torno de um sector central, pensado como um Largo ou uma Praça, no qual se concentram uma zona comercial e uma zona de recreio e desporto. Neste “sector (...) só se prevêem apartamentos - de diversos tipos, para famílias mais ou menos numerosas e exigentes quanto a comodidades”.

Nas “cidades” (Células 7 e 12), onde se prevê a instalação dos principais equipamentos de atracção e de apoio ao funcionamento do novo centro turístico, privilegiam-se tipologias habitação mais concentrada, numa “composição urbana fora do comum - com vida própria, mas dispondo de serviços com uma capacidade que ultrapassa largamente as necessidades da população local e um nítido predomínio das instalações para recreio”.

Para além das cinturas verdes que separam as diferentes células e de pequenos núcleos arborizados preservados ou plantados no seu interior, são criados um Parque de Jogos e de Merendas, localizado “entre a praia da ponte do Adoxe e a ‘vila’ 1” e destinado a receber as grandes massas populares que procuram essas praias, um Parque Florestal, aproveitando a extensa reserva natural do istmo a sul da Caldeira, e um Campo de Golfe. São, ainda, definidos recintos para Campismo e Parques de Roullottes.

Troia
Bases Urbanísticas para a Criação dum Centro Turístico
Francisco Keil do Amaral, 1963

(imagem HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Janeiro 2000, Desenho T1)

Legenda:

- C - Clube
- H - Hotel
- HL - Hotel de Luxo
- R - Restaurante Esplanada
- - Campismo
- - Zonas Verdes Principais



Troia
Bases Urbanísticas para a
Criação dum Centro Turístico
Maqueta Geral, 1963
(imagem AMARAL, Francisco
Pires Keil Amaral (coordenação),
Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975,
Lisboa, Associação dos Arquitectos
Portugueses, 1992, p. 12)

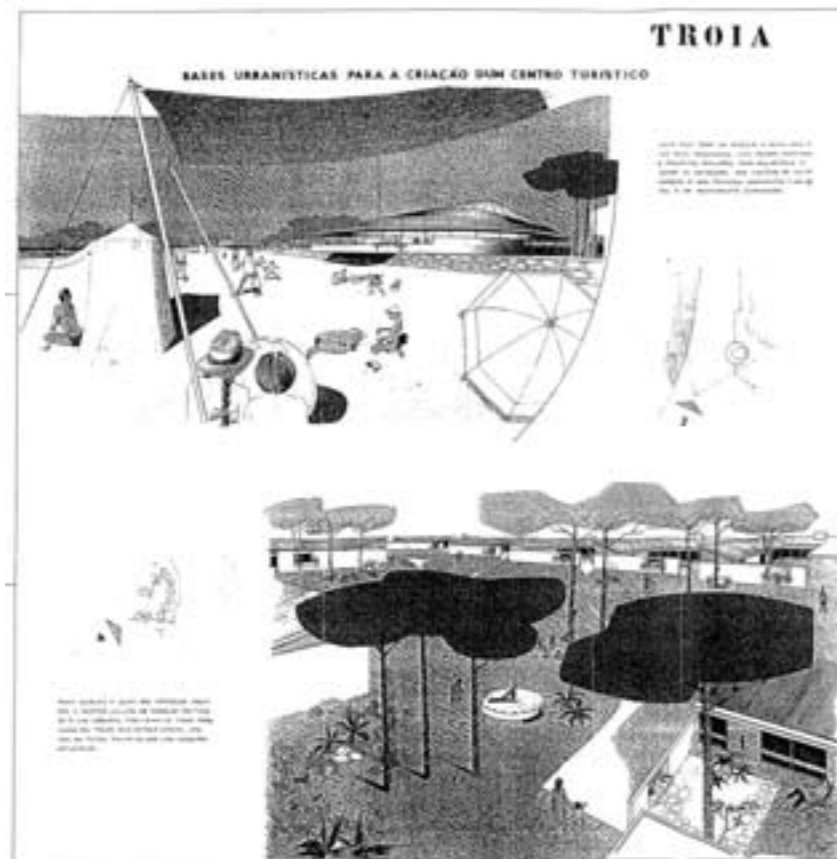
A faixa sujeita à jurisdição do Domínio Público Marítimo é deixada livre. “*Só no caso de um ou outro hotel, clube ou restaurante, integrado no equipamento das praias, se fará excepção a essa regra*”. Entre as Células 1 e 2 prevê-se a construção de um Hotel de Luxo, equipamento que complementa a rede de Hotéis, Clubes e Restaurantes-Esplanadas espalhada por toda a península. Junto à Célula 7, uma das duas “cidades”, instalam-se o Centro Hípico, o Museu e a Igreja. O conjunto arqueológico das Ruínas Romanas é preservado e valorizado como elemento de atracção.

No extremo Norte, localiza-se o pontão de atracagem dos *ferry-boats* provenientes de Setúbal e na Caldeira, uma ampla doca de recreio. A Sul, são deixadas áreas de reserva para a futura expansão do centro turístico. No centro da península, voltados para o Rio Sado, negociam-se os terrenos para as futuras instalações militares da NATO.¹²¹

¹²¹ À qual caberia participar na construção do primeiro troço da via rápida principal, desde a Comporta até às suas instalações.

O primeiro núcleo a avançar seria uma “vila” - a Célula 1, no extremo Noroeste da península, seguida de uma “cidade” - a Célula 7, próximo da Caldeira, conjuntos para os quais são desenvolvidos estudos mais aprofundados. A pormenorização desta primeira fase de construção permitiria ao arquitecto testar em desenho alguns dos princípios urbanísticos por si esboçados nas *Bases para o Desenvolvimento Turístico do Algarve*, fixando, até para o cliente, o espírito geral que deveria presidir à intervenção.

Pela análise dos desenhos é possível estabelecer, logo à partida, uma diferença estrutural na abordagem de Keil do Amaral aos dois tipos de células propostos: nas “vilas”, as moradias surgem disseminadas pelo território enquanto que os equipamentos se concentram num núcleo central mais denso, e, nas “cidades”, verifica-se o contrário, a zona residencial define o núcleo central mais denso à volta do qual se implantam os equipamentos de excepção (no caso da Célula 7, o Museu, a Igreja, a Sociedade Hípica).



Páginas seguintes:

Troia
Bases Urbanísticas para a Criação dum Centro Turístico
 Célula 7 - Planta
 Francisco Keil do Amaral,
 1963

e
Troia
Bases Urbanísticas para a Criação dum Centro Turístico
 Célula 1 - Planta
 Francisco Keil do Amaral,
 1963

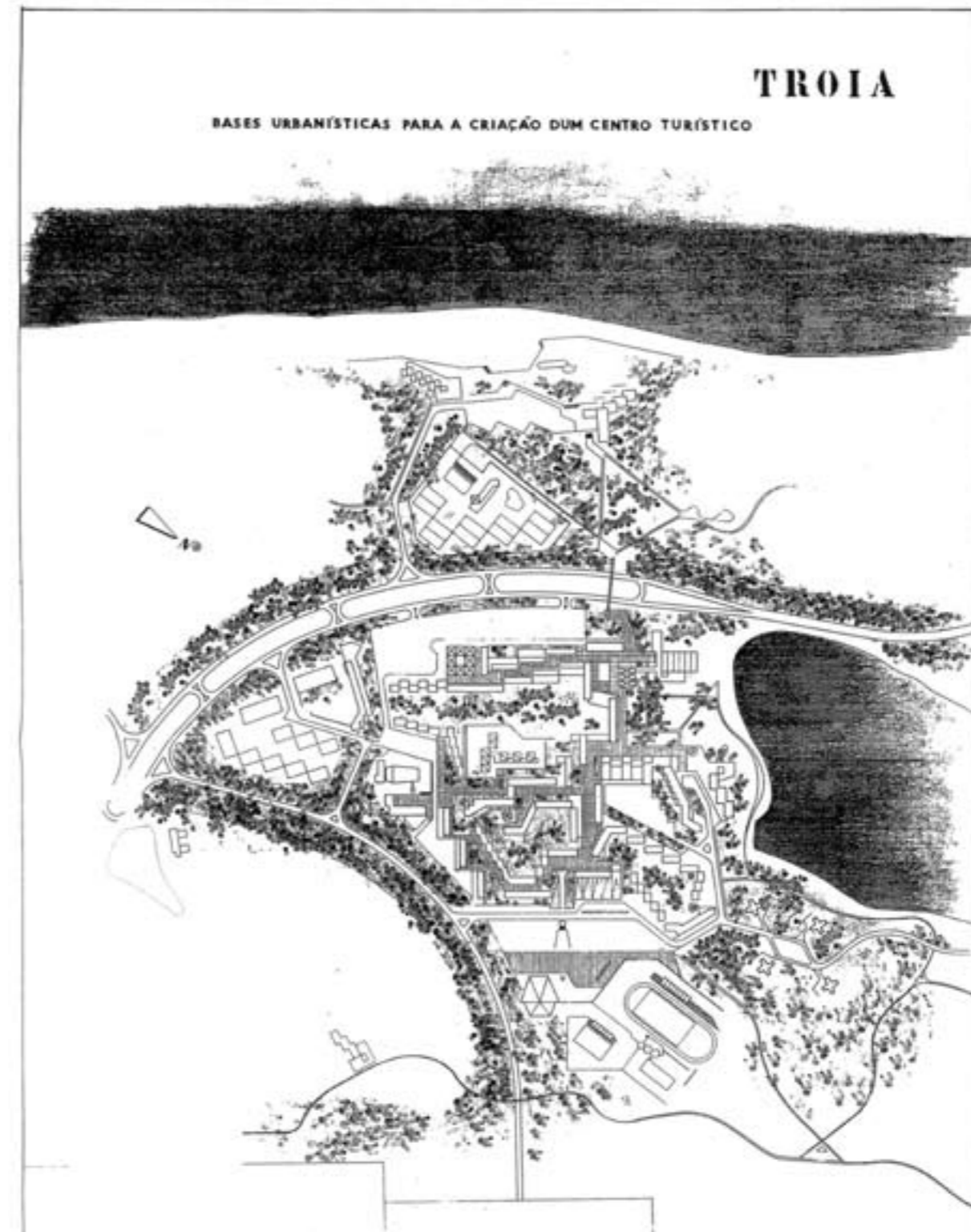
(imagens HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Janeiro 2000, Desenhos T6 e T4)

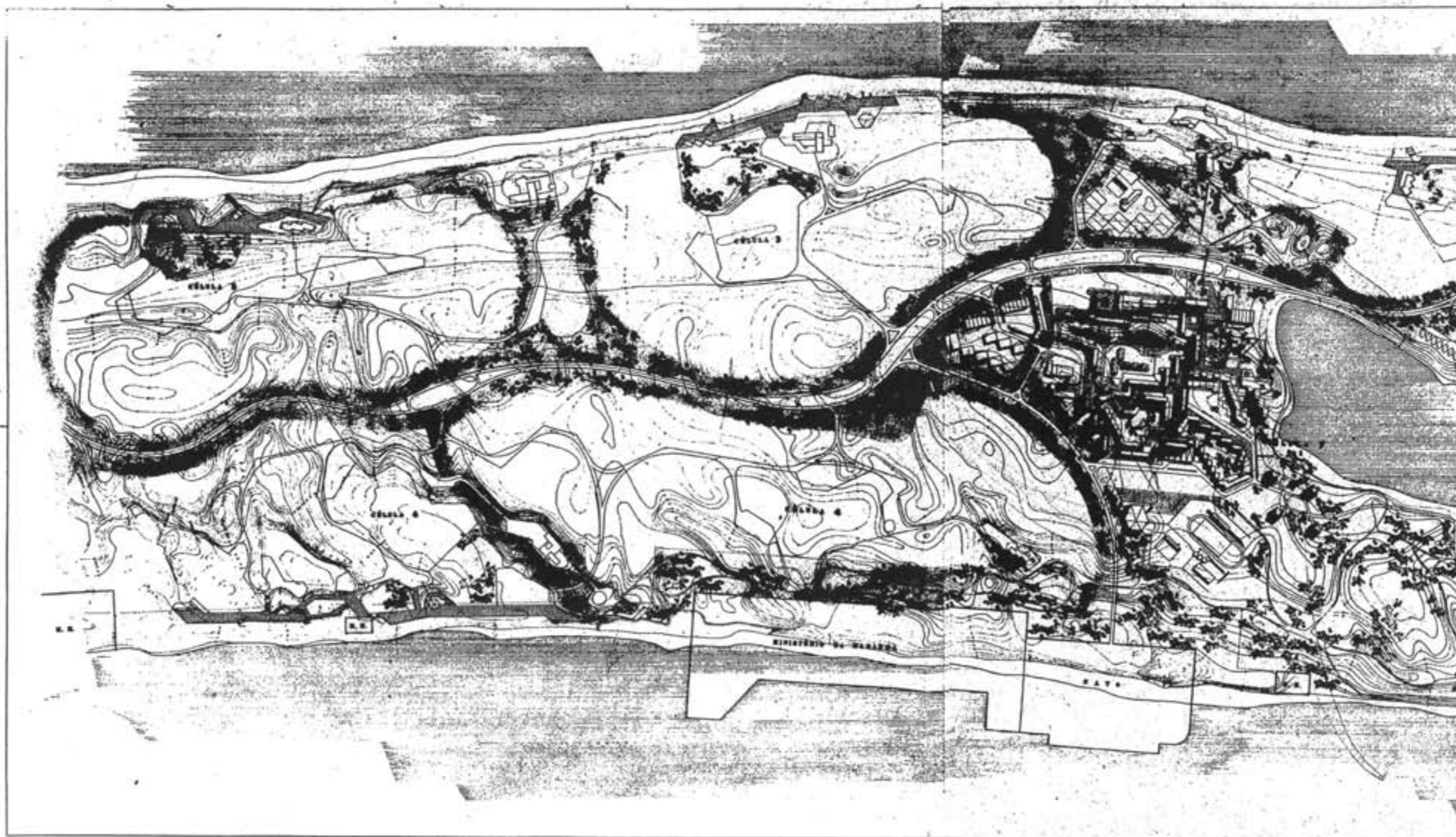
Troia
Bases Urbanísticas para a Criação dum Centro Turístico
 Célula 1 - Perspectivas
 Francisco Keil do Amaral,
 1963

(imagem HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Janeiro 2000, Desenho T3)

“Cada ‘vila’ terá um passeio à beira-mar e uma praia organizada, com toldos, barracas e pequenos pavilhões para balneários e venda de refrescos. Dois edifícios de vulto marcam aí uma presença dominante - um hotel e um restaurante-esplanada.”

“Para aqueles a quem não interessa adquirir e manter um lote de terreno destinado à sua moradia, previram-se casas agrupadas em torno dum espaço comum, mas com um pátio privativo que lhes assegura intimidade.”



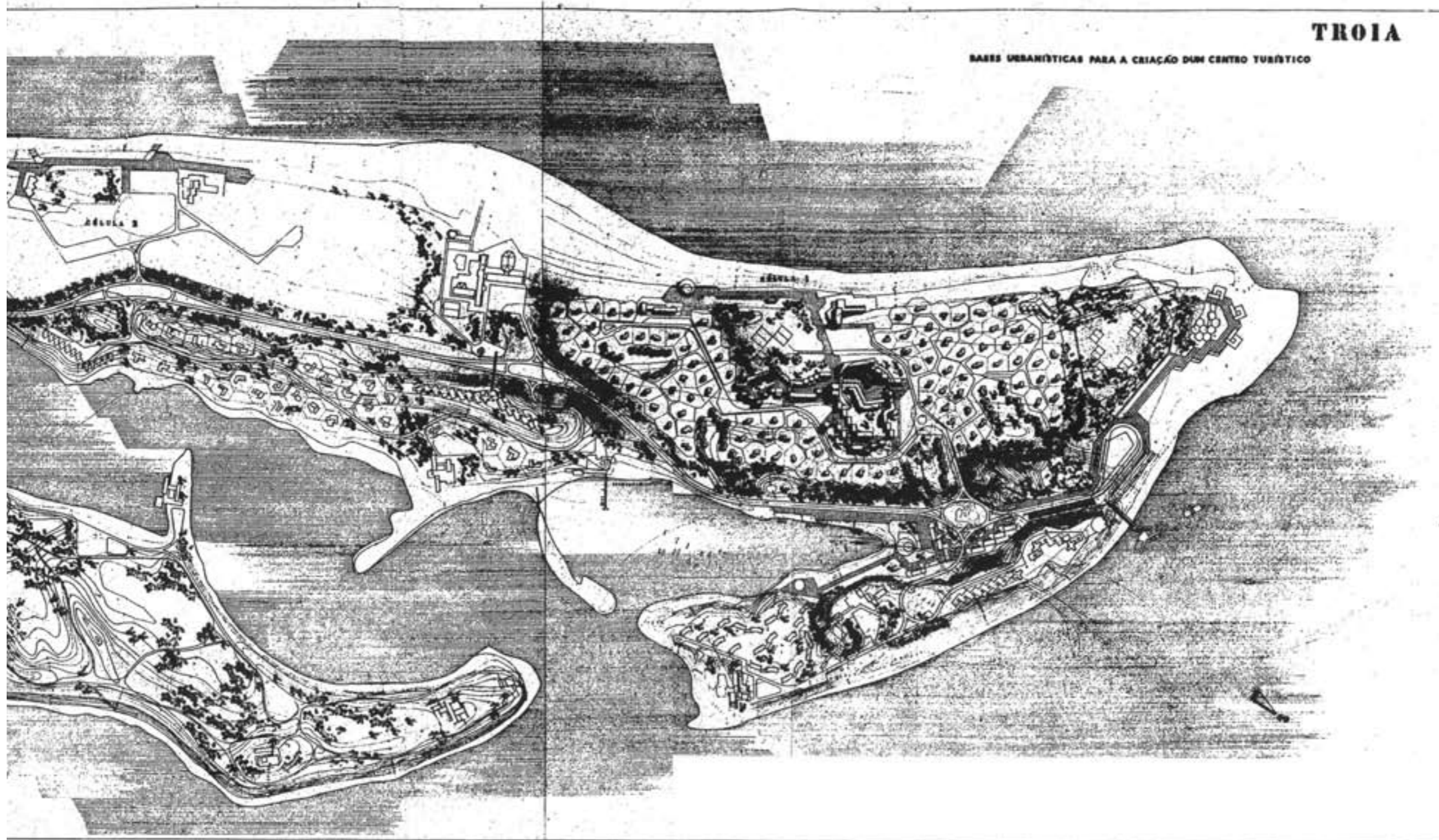


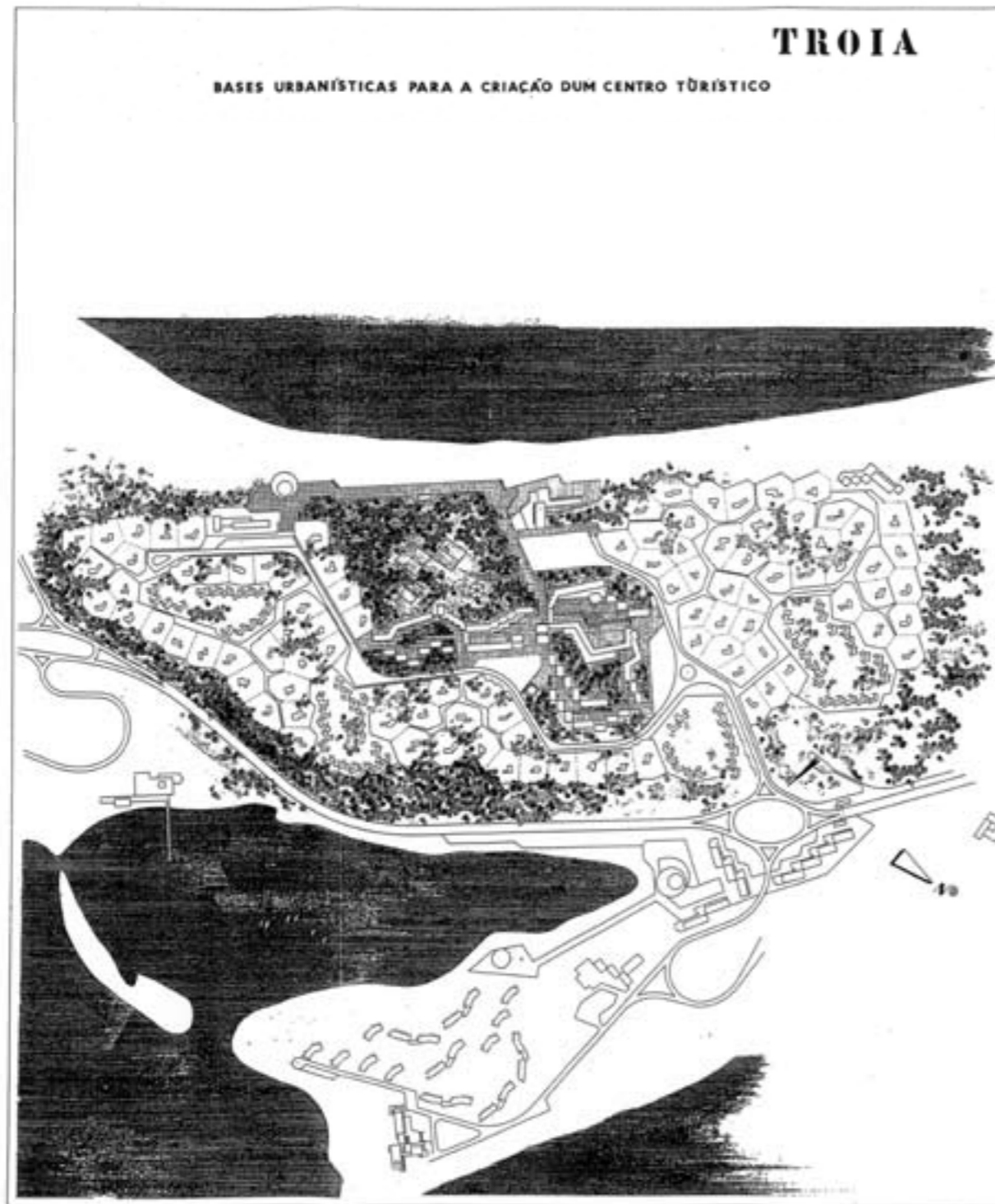
Troia
Bases Urbanísticas para a
Criação dum Centro Turístico
Planta de Conjunto - 1.ª Fase
Francisco Keil do Amaral,
1963

(imagem HENRIQUES, Susana Maria
Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:*
Urbanista. Tradição e Modernidade
na sua obra, dissertação de mestrado
em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto
Superior das Ciências do Trabalho e da
Empresa, Janeiro 2000,
Desenho T2)

TROIA

BASES URBANÍSTICAS PARA A CRIAÇÃO DUM CENTRO TURÍSTICO





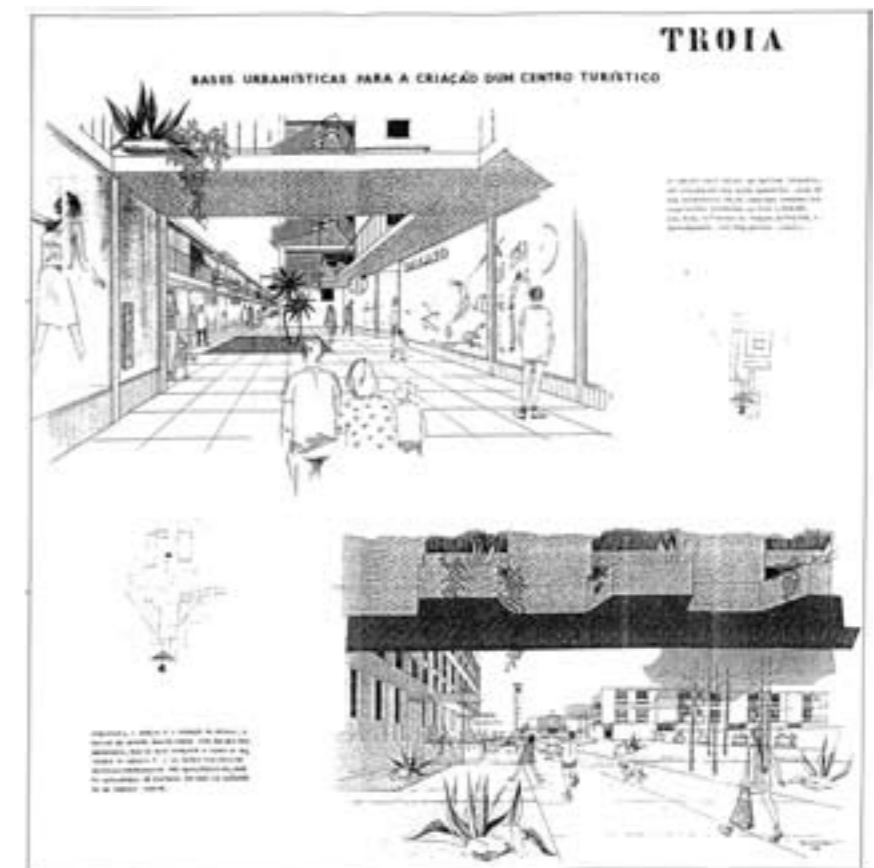
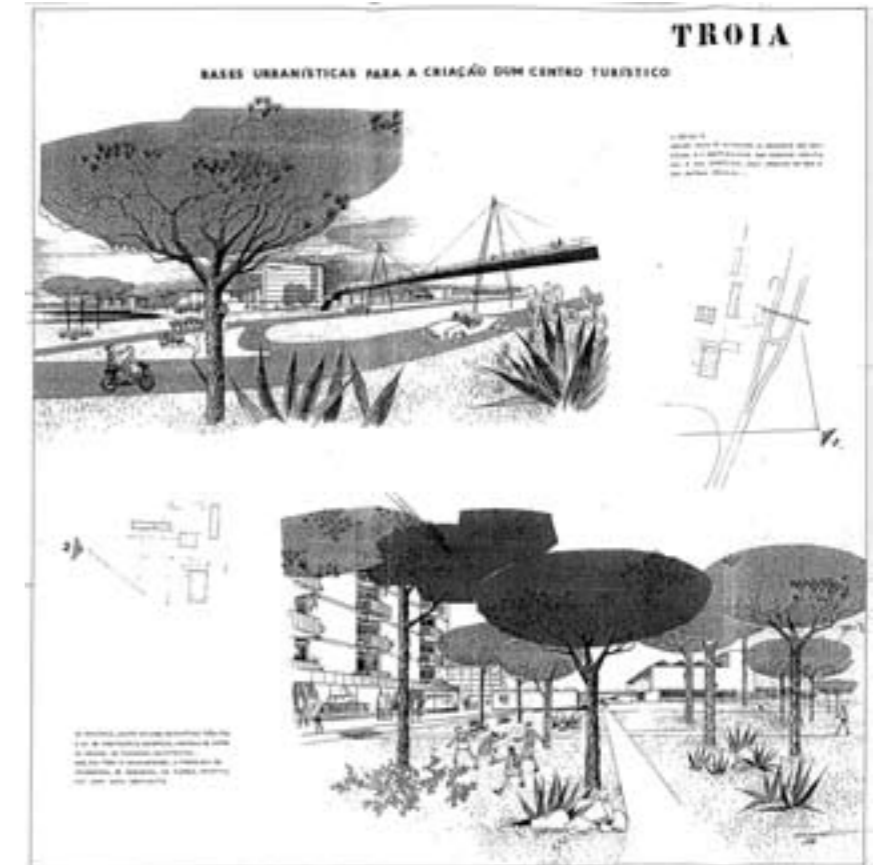
Troia
 Bases Urbanísticas para a
 Criação dum Centro Turístico
 Célula 7 - Perspectivas
 Francisco Keil do Amaral,
 1963
 (imagens HENRIQUES, Susana Maria
 Tavares dos Santos, *Keil do Amaral:
 Urbanista. Tradição e Modernidade
 na sua obra*, dissertação de mestrado
 em Desenho Urbano, Lisboa, Instituto
 Superior das Ciências do Trabalho e
 da Empresa, Janeiro 2000, Desenho
 T3 e T7)

“A Célula 7.
 Mesmo vista do exterior, o recorte dos
 edifícios e a complexidade dos acessos
 acentuam o seu carácter, mais urbano
 do que o das outras células...”

Na periferia, junto ao lago, os edifícios
 públicos e os de habitação e comércio,
 inserem-se entre os grupos de pinheiros
 existentes...
 Mas, em todo o aglomerado, a presença
 de arvoredos, de arbustos, de flores,
 constituirá uma nota dominante.”

“O núcleo mais denso do sector
 comercial foi concebido com este
 carácter: lojas no R/C sombreadas
 pelas varandas corridas das habitações
 dispostas no piso superior.
 Nas ruas alternam os troços estreitos,
 aconchegados, com pequeninos
 largos...”

“Habitações, a Igreja e a vedação
 da Escola, o mesmo ar ameno,
 disciplinado sem rigidez nem
 monotonia, que se quiz imprimir
 a todos os sectores da célula
 7. E os peões caminhando
 despreocupadamente nas ruas/passeios,
 onde os automóveis só entram em caso
 de incêndio ou de doença grave.”



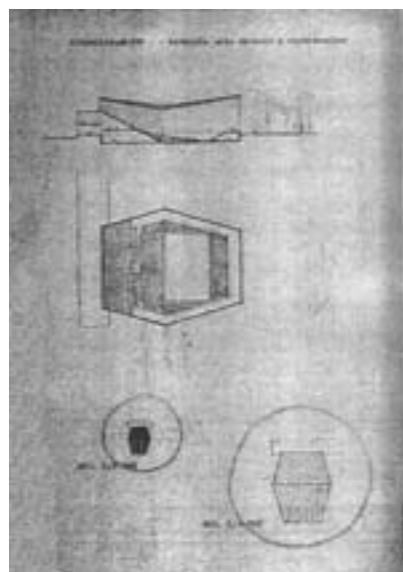
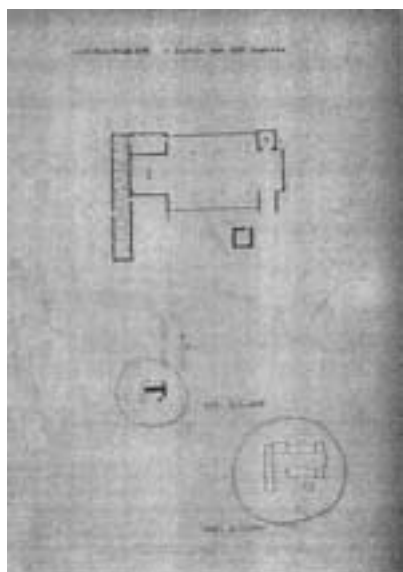
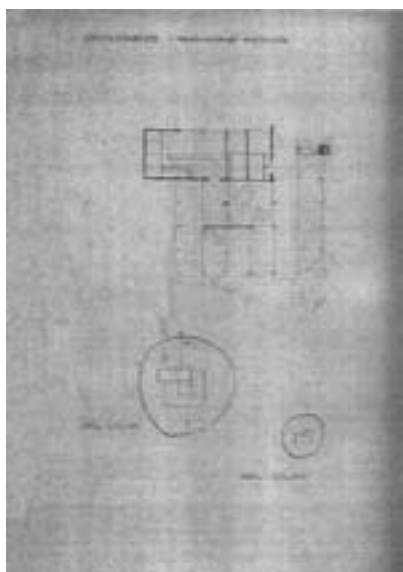
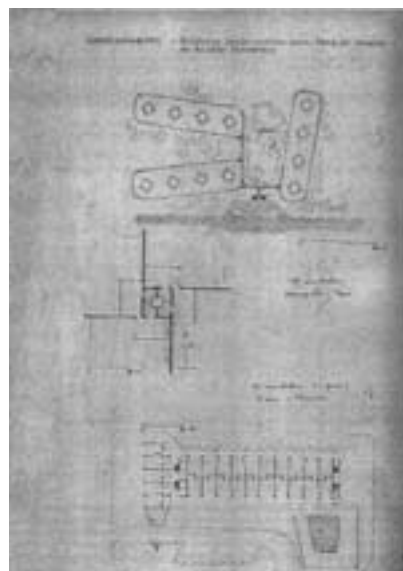
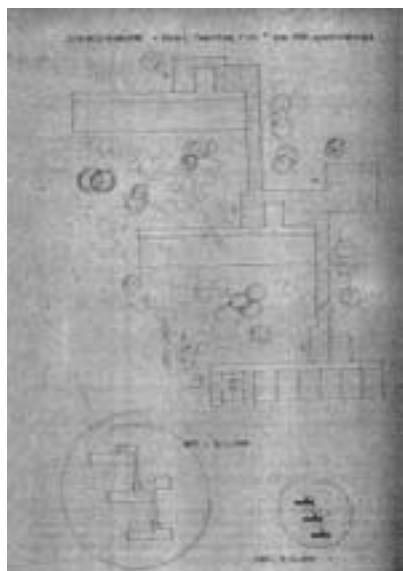
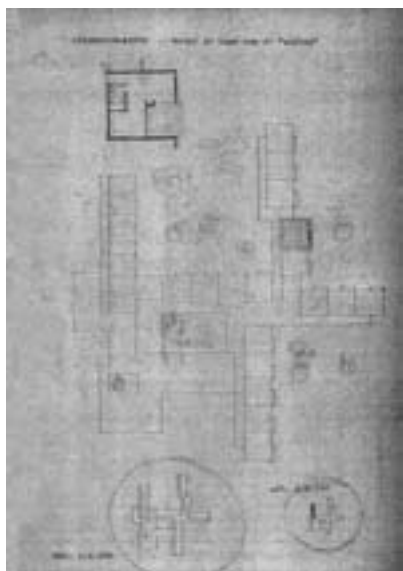
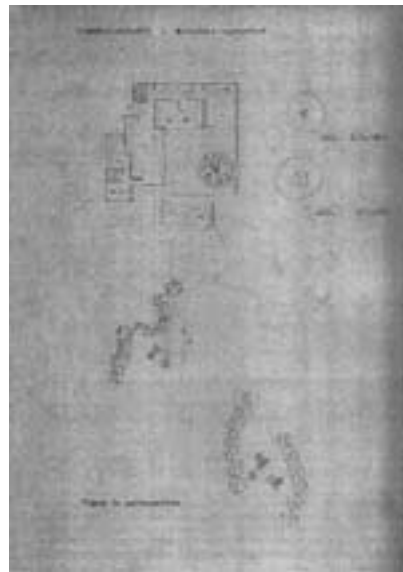
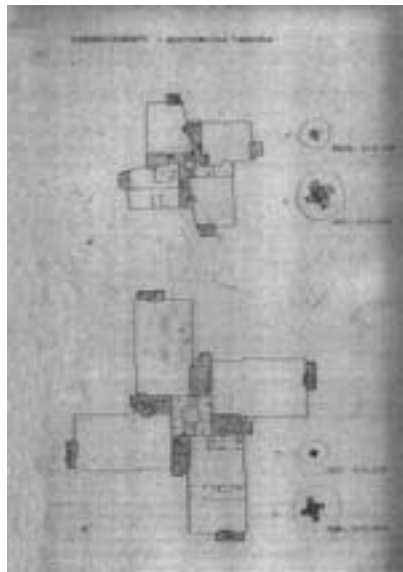
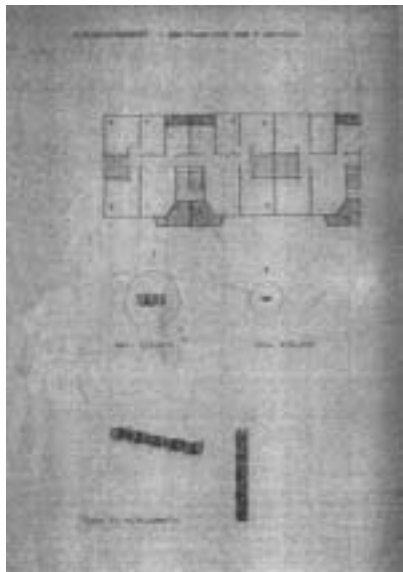
Daqui resulta, simultaneamente, uma clara demarcação entre as áreas de serviço e/ou de recreação das áreas habitacionais, caracterizadas por ritmos de vivência e ambientes distintos.

É também evidente, pelas perspectivas apresentadas, a preocupação em estabelecer uma relação equilibrada entre as massas construídas e o meio natural, não só através de uma interpenetração cuidada desses elementos, como, também, através da escala dos edifícios e da sua implantação orgânica no espaço, mesmo nos núcleos centrais, mais densos, das células estudadas. Interessante é perceber a proximidade entre as soluções tipo-morfológicas avançadas em Tróia e o projecto para o Centro Comercial de Vilamoura, realizado dez anos mais tarde.

De forma a garantir uma aproximação mais rigorosa “às futuras realidades”, juntamente com os planos parciais de cada uma das células, são elaboradas fichas de dimensionamento para diversas edificações-tipo:

- a) Apartamentos com 2 quartos, agrupados em banda;*
- b) Apartamentos com 3 quartos, agrupados em banda;*
- c) Apartamentos com 3 quartos e instalações para criada, agrupados em banda;*
- d) Apartamentos agrupados em blocos altos;*
- e) Moradias com páteo, para agrupar em torno dum terreno comum;*
- f) Vários tipos de hotéis;*
- g) Unidades residenciais para casas de fim de semana, ou hotéis dispersos;*
- h) Um restaurante-esplanada;*
- i) Um edifício de escritórios;*
- j) Um cinema-teatro;*
- k) Uma galeria de exposições;*
- l) Uma igreja;*
- m) Um pavilhão para espetáculos desportivos e recreativos;*
- n) Um pequeno clube desportivo;*
- o) Uma escola;*
- p) Uma sociedade hípica, com picadeiro;*
- q) Oficinas para indústrias de manutenção;*
- r) Uma subestação de electricidade.”¹²²*

¹²² Documento solto, cedido pela Professora Doutora Ana Tostões, com a referência (manuscrita) “155.1B-Dossier”, e do qual fazem parte as fichas de dimensionamento citadas e reproduzidas, em parte, na página seguinte.



As Bases de Tróia são aprovadas oficialmente a 6 de Janeiro de 1964, um tempo *record* para um projecto deste “*vulto e complexidade*”, e no mês seguinte, em artigo publicado no *Diário de Lisboa*¹²³, Keil do Amaral revela-se optimista quanto ao desenrolar dos trabalhos.

*“Pois agora vamos prosseguir com o trabalho. A iniciativa é duma complexidade excepcional e requer um volume e uma variedade de estudos técnicos e económicos que não devem ser minimizados nem atabalhoados. Só as infra-estruturas desta obra representam um trabalho imenso para numerosos técnicos: captações e distribuição de água potável, fornecimento de energia eléctrica, redes e estações de tratamento de esgotos, transportes fluviais, estradas, ruas e caminhos, organização dos serviços de manutenção, plantações de centenas de milhares de árvores, dragagens, etc. Mas a Soltroia está animada das melhores intenções, querendo fazer as coisas como deve ser e isso anima-nos bastante. Foi um prazer, até agora, trabalhar para essa empresa de gente esclarecida e aspiramos que assim continue.”*¹²⁴

Na verdade, o arquitecto aproveitava a divulgação pública do plano na imprensa para colocar, “subtilmente”, em cheque a direcção da Soltroia, porque, o que realmente se passava era que, desde a aprovação do trabalho, a equipa projectista não tinha notícias do “cliente”.

E assim vai continuar até Julho seguinte, altura em que Keil vê, finalmente, respondidos os seus sucessivos apelos para que lhe fossem fornecidos elementos para prosseguir com os estudos e é confrontado, em reunião com representantes da Soltroia, com “*novos desenhos e soluções*” realizados, entretanto, no atelier do arquitecto Henrique Mindlin¹²⁵, no Rio de Janeiro, sob a supervisão do engenheiro André Gonçalves. Novas soluções que, com vista a uma maior rentabilização do investimento da Soltroia, implicavam o aumento substancial da densidade de ocupação do solo, adulterando, por completo, os princípios e os conceitos

Bases Urbanísticas para a Criação dum Centro Turístico Edificações-Tipo

Dimensionamento

- Apartamentos com 3 quartos
- Apartamentos isolados
- Moradias agrupadas
- Hotel de luxo com 27 “suítes”
- Hotel “service flat” com 100 apartamentos
- Unidades residenciais para fins de semana ou hotéis dispersos
- Restaurante/esplanada
- Igreja com 800 lugares
- Pavilhão para recreio e espectáculos

Francisco Keil do Amaral, 1963

(imagens
Arquivo Ana Tostões)

¹²³ “A Península de Tróia vai constituir um moderno centro turístico de incomparável beleza e largas proporções urbanizado segundo concepções novas”, op. cit., pp. 8-9 e 12.

¹²⁴ Idem, p. 12.

¹²⁵ Henrique Mindlin e André Gonçalves (cunhado de Walter Moreira Salles) que, de acessores técnicos da Soltróia, se tornam sócios da empresa, passando este engenheiro a desempenhar as funções que tinham sido atribuídas a Keil do Amaral no “acordo de cavalheiros” assinado, entre este e a empresa, no início dos trabalhos.

“De toda a evidência calculava aquele arquitecto, e os outros mentores da Soltroia, que o facto de me pagarem bem lhes permitiria contarem comigo para todo o serviço, pronto a aceitar que dispuzessem de mim, do meu nome, da minha assinatura, dos meus desenhos, das funções que por acordo me tinham confiado, sem sequer necessitarem de me dar qualquer explicação prévia. Quando reagi, naturalmente, a essas intoleráveis faltas de respeito, gerou-se um certo pânico; e o à vontade com que inicialmente me comunicaram os atropelos ao nosso acordo e à ética profissional passaram a ser encobertos por cortinas de bonitas palavras, afirmações de lealdade, protestos de um desejo de franca e respeitosa colaboração com as autoridades portuguesas, etc. (...) Chegaram a dizer-me que me não deixariam partir - ‘nem que para isso tivessem que me engraxar os sapatos’”.

[AMARAL, Francisco Keil do], *Caso Keil Amaral/Soltroia: Memorial*, [Lisboa, 1964], p. 3

urbanísticos defendidos pelo arquitecto português e pondo em causa a coerência de todos os estudos já realizados e aprovados.

Ainda que profundamente indignado com este facto, Keil do Amaral procura estabelecer um novo acordo com a Soltroia, definindo as condições de uma actuação futura. Mas a intransigência da empresa quanto ao princípio de que *“ao empresário e proprietário duma grande realização não pode negar-se o direito de decisão suprema nos assuntos de sua responsabilidade”*¹²⁶, assim como a convicção de que *“o que (...) nos parece pouco conforme com a ética, é pretender impôr-se a uma entidade - à qual (...) pertencem fundamentalmente a iniciativa, a propriedade, a orientação geral e os capitais dum grande empreendimento - determinadas soluções que já não se integram totalmente na realidade do momento”*, determinaria o afastamento de Keil do Amaral e dos seus colaboradores de todo o processo, a 17 de Agosto de 1964, por iniciativa própria.

Logo no dia seguinte, o arquitecto comunica, por escrito, a sua decisão ao Director do Gabinete do Plano Regional de Lisboa, o engenheiro Miguel Resende, documento em que clarifica que o *“direito (de outros remodelarem os nossos desenhos de criação urbanística e arquitectónica), não ficou consignado em nenhum contrato (...). Do mesmo modo que a compra dum quadro assinado, do manuscrito dum romance, ou duma partitura musical, não dá ao comprador o direito de os modificar, também aquele ante-plano e aqueles projectos (...) não poderão servir de base para obras que (...) lhe alterem os princípios e os traçados. Mas isso é um problema nosso e já está incumbido um advogado de levar o caso aos tribunais, em tal eventualidade. Quanto ao Sr. Eng. Resende creio que nada mais poderá fazer do que pôr o problema deste modo à Soltroia: - O que o Governo aprovou foi este ante-plano e estes projectos. Se querem fazer outra coisa, submetem-na à aprovação superior. Não será assim?”*¹²⁷

¹²⁶ Carta da Soltroia (N.º 153/64) ao arquitecto Keil do Amaral, datada de 11 Agosto 1964, p. 3.

¹²⁷ Carta de Keil do Amaral ao Director do Gabinete do Plano Regional de Lisboa, Lisboa, 18 Agosto 1964, p. 3.

E seria, mesmo, assim.

No final, a verdade é que no Encontro Nacional de Arquitectos de 1969 há muito tempo que Keil “saía pela porta”.

Um outro estudo, intitulado *Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Península de Tróia* (PDUPT), seria finalizado em Dezembro de 1964 e aprovado pelo Ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, a 1 de Março de 1965. Da responsabilidade do arquitecto João Andresen (1920-1967), que assina o documento, e do Gabinete Técnico da Soltróia¹²⁸, este novo plano propunha um aumento da população do centro turístico projectado dos 52.000 habitantes, previstos por Keil do Amaral, para os 77.950 e a substituição do esquema de organização residencial em “vilas” de baixa densidade por “cidades turísticas” com uma densidade média de ocupação do solo na ordem dos 210 hab/ha, o que implicava, de acordo com as contas da DGSU, que “cerca de 34% da população viva em casas unifamiliares e 76% em prédios polifamiliares”¹²⁹ e que, nas condições agora estipuladas, “o espaço ocupado é muito menor neste plano que no inicial”.¹³⁰

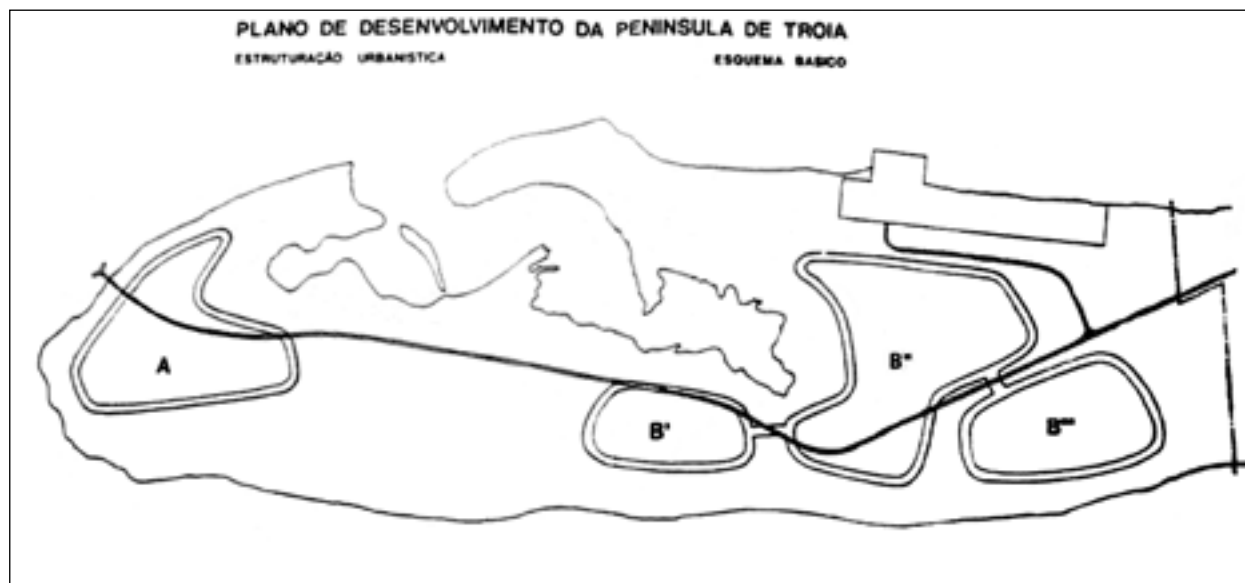
Ficava claro neste “Plano Andresen”, como seria conhecido, que a aposta da Soltroia passava, por um lado, pelo aumento da capacidade de recepção turística do empreendimento, e, por outro, pela concentração da ocupação do solo, o que “*permitia dois resultados fundamentais - um ganho financeiro-imobiliário mais elevado e a certeza de que, a realização de um único [dos dez grandes] núcleos [urbanos programados] era suficiente para viabilizar economicamente todo o programa de infra-estruturas e equipamentos que era necessário levar a cabo*”.¹³¹

¹²⁸ Composto pelo engenheiro André Gonçalves e pelos arquitectos Henrique Mindlin, Luís Possolo e Teixeira Guerra (os dois últimos, portugueses).

¹²⁹ Parecer da DGSU datado de 27 de Fevereiro de 1965, citado em BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, Volume I, op. cit., p. 371.

¹³⁰ No novo plano a área total a urbanizar é dividida da seguinte forma: 32 hectares distribuídos por quatro grandes núcleos urbanos; 100 hectares divididos em lotes de 1.000 m²; 35 hectares ocupados por hotéis; 75 hectares para o Campo de Golfe; 695 hectares para outros programas (Clubes, Parques, Piscinas); 135 hectares de extensão de praias; e 40 hectares para um Aeroporto. O que soma um total de 1.112 hectares. (Cf. Idem, *ibidem*)

¹³¹ Idem, p. 372-373.



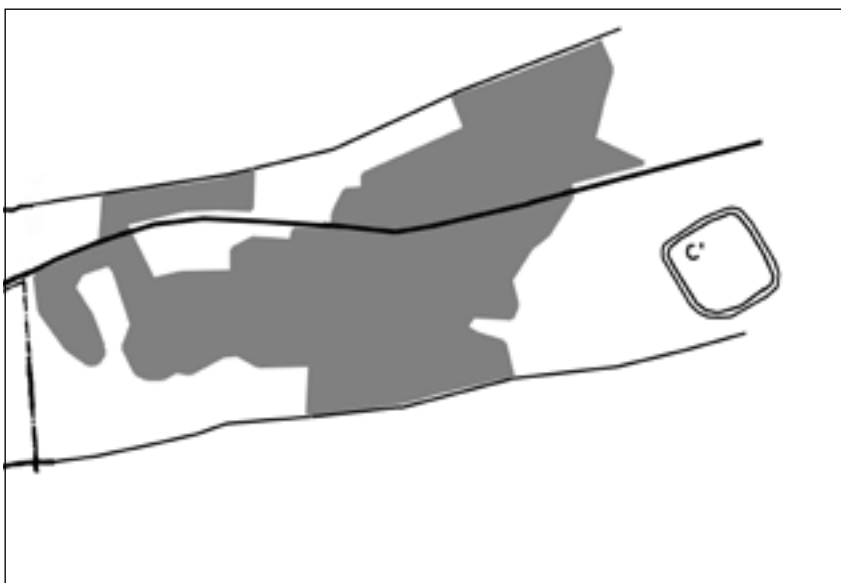
*Plano de Desenvolvimento da
Península de Tróia
Estruturação Urbanística
Esquema Básico*

João Andresen, 1965
(imagem adaptada de BRIZ, Maria da
Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear
Marítima em Portugal (1870-1970):
Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*,
dissertação de doutoramento em
História da Arte Contemporânea,
Volume II, Lisboa, Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa, 2003,
p. 256)

Aprovado o PDUPT, em 1966 são submetidos três novos anteplos, relativos à “Pormenorização do Núcleo BIII”, à “Estruturação da área livre entre o Núcleo BIII e o Núcleo CI” e à “Reestruturação da Ponta do Adoxe” (ou seja, do núcleo A). Ao contrário do proposto por Keil do Amaral, era intenção da Soltroia iniciar a urbanização pelo centro da Península, para tirar partido da beleza natural da lagoa e da sua envolvente, mas, e sobretudo, da construção do Campo de Golfe, equipamento que funcionaria, ao longo de todo o ano, como principal atracção do novo centro turístico, como, também, da via rápida central, que, numa primeira fase, se previa ir apenas até às futuras instalações da NATO. Por outro lado, a Ponta do Adoxe registava, já nesta altura, um intenso movimento de banhistas de fim-de-semana, o que, de certa forma, predispunha a ocupação desta zona por um Turismo de carácter mais popular.

No Núcleo BIII, pelo qual se pretendia iniciar a urbanização, procurou-se “dotar o conjunto da comodidade e da eficiência funcional inerentes a uma criação urbana dos nossos dias, evita[ndo, no entanto,] cair em soluções que tomassem uma expressão demasiado rígida, resultando de uma concepção mais mecânica do que orgânica”¹³². Nesse sentido, o arquitecto propõe

¹³² ANDRESEN, João, *Anteplano de Urbanização do Núcleo B'''*: *Memória Descritiva e Justificativa*,



“dar aos mais variados sectores deste conjunto um ambiente mais espontâneo, ao qual não serão indiferentes tantos exemplos típicos dos pequenos aglomerados portugueses, tão conhecidos pelo seu carácter, intimidade e escala humana (...) de maneira que este primeiro núcleo que a Soltroia pretende edificar seja uma válida síntese duma moderna criação urbana portuguesa, dentro de um programa específico e das condicionantes naturais que houve que respeitar”. De certa forma, enunciavam-se os mesmos princípios que tinham estruturado o plano anterior, mas agora interpretados sob uma perspectiva de cruzamento entre a tradição urbanística portuguesa e os modernos conceitos de planeamento.

Com uma área de 51,5 hectares e uma população estimada de 7.800 habitantes, este Núcleo subdividia-se, numa espécie de zonamento, em diferentes sectores: vinte “Sectores Residenciais”, um “Sector Central”, um Sector “Balnear”, um “Sector Desportivo” e dois “Clubes Residenciais”. Fazia, ainda, parte deste conjunto uma “Unidade Hoteleira Autónoma”.

O sectores residenciais contemplavam a presença de habitações unifamiliares em banda contínua, com um ou dois pisos, blocos de apartamentos mais baixos, com um máximo de três pisos, e blocos de apartamentos em altura, com seis, nove ou dezanove pisos,

Pormenorização do
Núcleo BIII

Ante-Projecto

Planta dos Sectores

João Andrezen, 1966

(imagem adaptada de LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*,

Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p. 162)



estes dois últimos tipos admitindo uma ocupação parcial com áreas de comércio e serviços. Segundo a *Memória Descritiva e Justificativa* do anteprojecto do Núcleo BIII, a introdução de elementos “*francamente altos*” deveria “*lembrar os contrastes volumétricos de certos aglomerados de raiz medieval*”¹³³, uma alusão que remetia, mais uma vez, para o passado e a tradição.

Dentro da categoria residencial, é considerada a criação de dois “Clubes”, com um carácter mais exclusivo e privado, compostos por grupos de habitações unifamiliares, com um ou dois pisos, formando um conjunto fechado e organizado em torno de um espaço ajardinado central, equipado com Piscina e outros apoios. Uma tipologia que se aproximava do modelo dos “Aldeamentos Turísticos”.

O Sector Central, de circulação exclusivamente pedonal, faz a ligação entre o Sector Balnear e o Sector Desportivo, implantado mais para o interior. É aqui que se concentram os principais equipamentos públicos da “cidade”, articulados por um amplo “Passeio Público”, perpendicular à Praia, unindo a “Praça do Mar” à “Praça do Mercado”, estruturas complexas, trabalhadas a diferentes cotas, que combinam estacionamento automóvel, no piso térreo, com zonas de comércio e de lazer.

¹³³ ANDRESEN, João, *Anteplano de Urbanização do Núcleo BIII*: *Memória Descritiva e Justificativa*, 9 Julho 1966, p. 3, citado em LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, p. 163.

O Sector Balnear, associado à Praia, organiza-se a partir de quatro equipamentos estruturantes: as Piscinas, os Balneários e Vestiários, a Esplanada e o Hotel. Com uma dimensão relativamente reduzida (“apenas” 100 quartos), esta unidade é pensada para funcionar dentro do espírito do pequeno “Hotel Urbano”, à semelhança do que acontecia nas “*ciudades ou vilas postas à disposição do turista*”¹³⁴. De resto, era convicção do autor do plano que, “*se observarmos as grandes realizações turísticas da nossa época, verifica-se que a hotelaria dum maneira geral, começa a ter um papel secundário, como elemento determinante do dimensionamento populacional dos centros de turismo. Assim se compreende o critério (...) quanto ao escalonamento das unidades hoteleiras em Tróia, em que estas seriam dispersas, sobretudo nas áreas livres entre o arvoredo, admitindo-se apenas nos núcleos algumas unidades mais pequenas*”.

Quanto à “Estruturação da área livre entre o Núcleo BIII e o Núcleo CI”, todo o plano é concebido em função do objectivo de criar em Tróia “*o maior complexo de golfe da Europa*”, encomendando-se ao especialista escocês Robert Trent Jones o estudo do primeiro de dois Campos de Golfe, de 18 buracos. Este circuito seria apoiado por uma série, de alojamentos turísticos, entre hotéis e lotes de moradias, disseminados pelo perímetro da intervenção, observando-se a uma densidade média de ocupação de 10 hab/ha.

Já na “Reestruturação da Ponta do Adoxe”, João Andresen propunha a divisão deste núcleo em dois sub-núcleos, separados por uma área verde livre, concentrando na zona mais próxima do cais de embarque e desembarque dos barcos provenientes de Setúbal os equipamentos destinados aos banhistas de um dia, procurando-se, desta forma, conter nessa área a sua estadia na Península. O planeamento funcionava, assim, como instrumento para uma hierarquização social das praias de Tróia.

¹³⁴ Idem, p. 5.

Com a morte de João Andresen, em 1967, a Soltroia vê-se, de novo, sem um técnico responsável, português, que coordenasse o desenvolvimento dos estudos de urbanização e o processo acabaria por ser suspenso. Só três anos depois, no início de 1970, se retomam os trabalhos, com a constituição da Sociedade Turística Ponta do Adoxe (STPA), SARL, resultado de uma parceria entre a SOLTROIA - Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo, SARL, a AC - Arquitectura e Construções, SA, e a Torralta - Club Internacional de Férias, SARL.

A ligação entre as três empresas é consequência de várias circunstâncias. Os fundadores da Torralta, Agostinho e José da Silva, criada por escritura de 8 de Março de 1967¹³⁵, tinham uma participação minoritária na Soltroia desde 1962, altura em que o seu pai havia intermediado a venda dos terrenos da Quinta da Herdade, da Sociedade Agrícola de Tróia¹³⁶, a Walter Moreira Salles. Com o sucesso da urbanização da Torralta no Alvor, os administradores da Soltroia, procurando encontrar apoios financeiros para a realização do centro turístico de Tróia, propõem, em 1969, a venda de parte daquela propriedade aos irmãos da Silva, que acabam por adquirir uma parcela de 100 hectares no extremo noroeste da Península. Interessada em capitalizar o seu investimento, a Torralta decide avançar com os estudos de pormenor respeitantes àquela área. É um dos administradores da Soltroia, o advogado Mário Pais de Sousa, amigo pessoal de Francisco Conceição Silva¹³⁷, que sugere a contratação deste arquitecto para realizar aqueles estudos. Conceição Silva que, como vimos, era, também, administrador da AC - Arquitectura e Construções, empresa que funda com Domingos Ribeiro da Silva¹³⁸. Daí, provavelmente, o envolvimento desta empresa na Sociedade Turística Ponta do Adoxe.¹³⁹

¹³⁵ Com sede social no Hotel Golfinho, em Lagos, e promotora do complexo turístico no Alvor, junto ao Hotel Alvor-Praia, a que fizemos referência anteriormente (ver Capítulo 4.2.).

¹³⁶ Propriedade do construtor lisboeta José Narciso.

¹³⁷ Mário Pais de Sousa, filho do Ministro do Interior de Salazar, que funda, nesse mesmo ano de 1969, com o arquitecto Conceição Silva, o construtor Domingos Ribeiro da Silva e o engenheiro Alberto Aldim a SIURBE - Sociedade de Investimentos Imobiliários, SARL.

¹³⁸ Construtor responsável pela obra do Hotel da Balaia.

¹³⁹ Na sequência desta parceria, a Torralta viria a adquirir, mais tarde, um terço das quotas da AC.

Incidindo sobre 40, dos 100, hectares adquiridos pela Torralta, o *Plano de Urbanização da Ponta do Adoxe* é submetido à apreciação da DGSU a 3 de Março de 1970. Na *Memória Descritiva*, o arquitecto Conceição Silva justifica “*a motivação do empreendimento, como resultante das solicitações de vária ordem que, além de darem satisfação às necessidades de acolhimento da massa turística que acorre já à ponta do Adoxe, visa também constituir o pólo de arranque ou mesmo de galvanização na realização de todo o ‘plano de desenvolvimento urbanístico da península de Tróia, já aprovado’*”¹⁴⁰. De resto, salientava-se que, no seu parecer sobre o Plano Andresen, o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo tinha já manifestado a preocupação de que se garantisse à massa popular que demandava a Tróia “*condições de fixação o mais próximo possível do terminal da via fluvial*”.

Na linha de pensamento de João Andresen, Conceição Silva faz referência a “*que, na programação deste empreendimento, se atendeu ao princípio, consagrado internacionalmente, que considera para a unidade turística não o indivíduo, mas sim a família ou o grupo, justificando, assim, ‘a opção de apartamentos polivalentes, em lugar dos hotéis tradicionais ou luxuosos, de pesada decoração’*”. E acrescenta, que “*só este tipo de instalações de carácter turístico - e não especificadamente hoteleiras, mas para hoteleiras ou similares de instalações hoteleiras - permitirá uma maior capacidade de albergue, em termos de concorrência internacional e em termos de custos internos suportáveis*”.

Como fundamentação deste princípio geral, tinham-se em consideração três realidades incontornáveis: “*a de que o acesso das classes menos favorecidas a benefícios cada vez mais amplos provocará aumento substancial do turismo interno; a que o inevitável abaixamento das tarifas aéreas acarretará um ainda maior afluxo à Europa de gente de padrão económico menos*

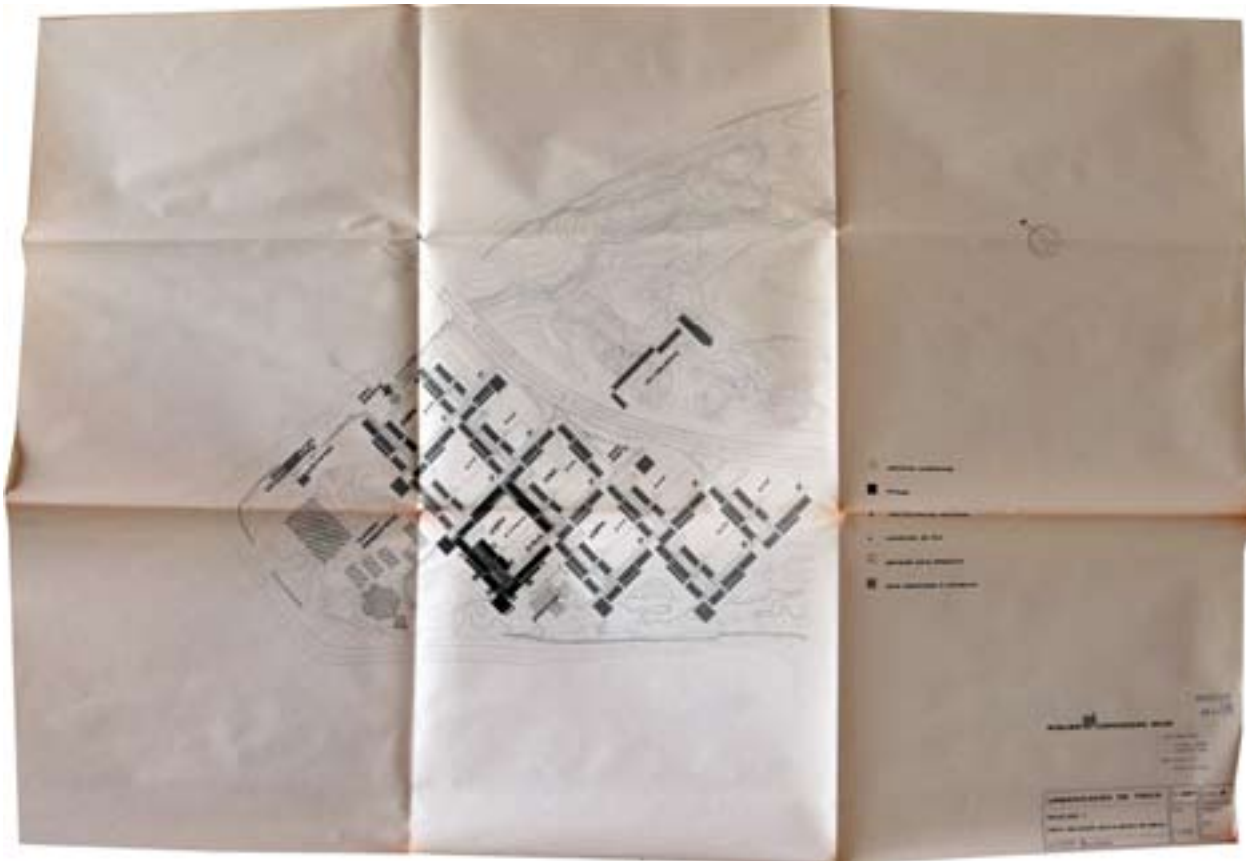
¹⁴⁰ VIANA, Jorge, FERNANDES, Inácio Peres, *Parecer N.º 3749: Soltróia - Empreendimento turístico da ponta do Adoxe (Tróia-Grândola)*, Lisboa, CSOP, 2 Outubro 1970, p. 437.

elevado do que o dos turistas do passado recente; [e] a de que a este novo e formidável mercado se torna indispensável fornecer alojamento e consumos a preço razoável e internacionalmente competitivos, exigências não satisfeitas pelos nossos actuais hotéis turísticos”.

Partindo destes pressupostos, a intervenção é estruturada, inicialmente, com base numa oferta de alojamento exclusivamente residencial, dividida em bandas e torres de apartamentos. Este programa seria complementado por um Núcleo Desportivo e um complexo de Piscinas, que fazem a articulação da zona residencial com a Praia, e por um Club Náutico, localizado a nascente da via rápida principal, junto à Caldeira. Um pequeno Pavilhão de Pesca, com um pontão, é criado próximo da ponte-cais fluvial.

Dos 40 hectares considerados, 60.400 m² são reservados para Habitação, 68.100 m² para Estacionamento e 271.500 m² para Espaços Públicos (entre Zonas Desportivas, Infraestruturas, Parques Infantis e Espaços Livres).

Urbanização de Tróia
Núcleo 1
Plano Aprovado para a Ponta
do Adoxe
Atelier Conceição Silva, 1973
(imagem
Arquivo Conceição Silva)





Para essa área é estimada uma população de 7.869 habitantes¹⁴¹, distribuídos por 2.750 fogos, dos quais duzentas famílias seriam população fixa, fixando-se a densidade global de ocupação em 197 hab/ha¹⁴². A população flutuante atingiria entre as 20.000 e as 25.000 pessoas nos fins-de-semana dos meses de Verão.

*Urbanização de Tróia
Núcleo I
Plano Aprovado para a Ponta
do Adoxe
(Pormenor)
Atelier Conceição Silva, 1973
(imagem
Arquivo Conceição Silva)*

¹⁴¹ Número inferior aos 8.400 habitantes previstos para o Núcleo A, no Plano Andresen.

¹⁴² Valor também inferior aos 210 hab/ha do Núcleo BIII do Plano Andresen.

Ao todo, são previstas seis torres e trinta e uma bandas de apartamentos, cuja construção seria escalonada em várias fases, ao longo de quatro anos, antecipando-se que a primeira destas (destacada a preto nos desenhos) avançaria imediatamente após a apreciação oficial do projecto. O esquema geral da composição urbanística é definido por uma malha ortogonal, orientada segundo os pontos cardeais, que organiza a rede de arruamentos e a implantação dos edifícios habitacionais, demarcando grandes pátios quadrangulares, ajardinados, com cerca de oitenta metros de lado.¹⁴³

“Cada um dos núcleos de que se compõe um pátio é formado por um L, constituído por duas bandas, uma segundo a orientação norte-sul, outra segundo a orientação nascente-poente, articuladas por uma torre.

A banda com a orientação norte-sul é, mais rigorosamente, formada por duas, uma onde os fogos têm a orientação nascente (banda B, tipo T) e a outra (banda A) que tem a orientação a poente (tipos R, S e T).

As bandas são formadas por elementos designados por R, S e T, correspondendo cada uma das designações a um agrupamento diferente.

Assim, o elemento R é uma banda de sete pisos a meio (não em toda a sua extensão) e é constituído por fogos T0, T1, T2 e T4.

O elemento S, também uma banda, tem oito pisos a meio e é constituído por fogos T1, T2 e T4. O piso térreo é ocupado por garagem.

O elemento T, uma banda, tem quatro pisos em toda a sua extensão, sendo constituído por fogos T0, T1, T2 e T4.

As torres organizam-se com fogos T0 e T1.”¹⁴⁴

Todo este sistema de bandas e torres seria ligado por uma galeria aérea, exterior, formando uma espécie de “rua superior” que permite percorrer o conjunto de pátios sem tocar no chão¹⁴⁵.

¹⁴³ Cada pátio seria animado por um Parque Infantil, protegido pelas construções, e servido por uma zona de estacionamento, descoberta, para cem automóveis (como valor mínimo, considerou-se um carro por apartamento), ambos integrados no verde geral da intervenção.

¹⁴⁴ VIANA, Jorge, FERNANDES, Inácio Peres, op. cit., p. 439.

¹⁴⁵ Inspirada nas *streets in the air* do casal Smithson, esta galeria, ou *passerelle*, elevada ajudava a promover a interacção social entre os moradores, constituindo-se como uma entidade intermédia entre o espaço colectivo e o espaço privado. Uma figura também utilizada por James Stirling em Runcorn New Town, complexo de habitação social, construído entre 1967 e 1976, que se baseava numa grelha quadriculada de pátios colectivos idêntica à adoptada em Tróia. Alison e Peter Smithson teriam a oportunidade de pôr em prática o seu conceito de *streets in the air*, avançado no concurso, de 1951, para Golden Lane, no Robin Hood Garden Estate, em Londres, desenvolvido entre 1969 e 1972. É possível que Francisco Conceição Silva tivesse tido conhecimento destas experiências através da viagem que realiza a Inglaterra, no final dos anos sessenta, para conhecer a obra de Stirling. É, também, possível estabelecer uma ligação conceptual com o Quarteirão Residencial Spangen (1919-1921), de Michiel Brinkman, em Roterdão, relação que viria confirmar uma maior influência da arquitectura holandesa na obra de Conceição Silva.

Colocada à altura de piso e meio, esta estrutura liga os diferentes núcleos de distribuição vertical (escadas e elevadores), servindo, no caso das bandas do tipo T, como acesso directo às habitações. Procurava-se, com esta solução, recuperar, para o planeamento turístico, modelos de urbanização mais concentrados, associados a uma vida comunitária mais intensa, numa crítica clara à crescente generalização, neste tipo de empreendimentos, de fórmulas de ocupação territorial dispersa. As torres são introduzidas no plano dentro de uma mesma filosofia. Mas, mais do que isso, elas funcionam como “sinais”, ajudando o turista no reconhecimento e apreensão geral da composição urbana. A Arquitectura é, assim, entendida na sua capacidade “comunicativa”, para além das suas dimensões de “identidade” e “representação”.

Este estudo acabaria por ser aprovado a 26 de Outubro de 1970 pelo, então, Ministro das Obras Públicas, Rui Sanches, não sem algumas críticas por parte dos serviços que informam aquela decisão, em particular o Serviço de Ordenamento da Paisagem, da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização. Na verdade, no seu Parecer de 1 Junho de 1970, aquele organismo entende que o estudo “*não oferece condições de ser aprovado*”. E justifica:

“A maciça e densa construção agora pretendida, aliada a uma parte de volume bastante razoável (chega a atingir 40 m de altura) não deixará de interferir, com os maiores inconvenientes, na magnífica paisagem desta zona da Arrábida-Tróia, modificando-a totalmente com a destruição do seu ambiente natural que é o seu principal factor relevante.

Independentemente deste aspecto paisagístico tão importante, consideramos que toda a construção da península de Tróia (que, aliás, se justifica por comodidade dos seus utentes) deverá integrar-se devidamente no meio ambiente, sem dominar, e procurar, tanto quanto possível, não constituir um elemento de relevo das características do local.

Quanto à implantação dos edifícios, a solução adoptada, em banda contínua e fechada - mais indicada num meio essencialmente urbano - não nos parece a mais conveniente para uma zona recreativa e turística e tão privilegiada por espaços livres.

Os longos quilómetros de areal e a totalidade dos espaços livres da península, levam-nos a condenar esta solução de construção tão concentrada, (...).”¹⁴⁶

¹⁴⁶ VIANA, Jorge, FERNANDES, Inácio Peres, op. cit., p. 450.

Apreciação que é reiterada pelo chefe dos serviços, em ofício dirigido ao director da DGSU:

“1. Em areas extensos como o de Tróia, com inúmeros pontos de interesse e de chamada ao exterior, não nos parece que uma solução em reticulado mais ou menos fechado com edifícios altos, seja a solução mais adequada, quer sob o ponto de vista das condições ecológicas do meio, quer sob o aspecto da plena utilização dos elementos naturais que são, em especial neste caso, o principal motivo de interesse e de procura do sítio.

(...)

2. Ao contrário do que se expõe na memória descritiva, supomos que uma ocupação deste tipo restringiria o usufruto da ponta do Adoxe a certa camada de população, beneficiando-se deste modo uns tantos com prejuízo de todos os restantes.

(...)

Até porque temos cada vez mais fortes dúvidas sobre se será de ocupar com habitação a ponta do Adoxe ou se, ao contrário, para além dos apoios urbanísticos indispensáveis, se deveria antes reforçar a constituição de uma mata com função de primeiro plano e deixar então para mais longe a constituição de pequenos agregados populacionais já sobre o Atlântico, convenientemente espaçados e bem integrados na paisagem a criar.”¹⁴⁷

É em face destas observações que o processo é enviado ao Conselho Superior das Obras Públicas (CSOP), para apreciação urgente. Conselho que, no final, minoriza o impacto da urbanização na paisagem, mas propõe-lhe algumas alterações.

“De resto, na vastidão da paisagem que se disfruta da serra da Arrábida, a ponta do Adoxe é apenas um pormenor que nem sequer se recorta no horizonte e a perspectiva do conjunto das edificações projectadas será sempre aérea em relação aos principais miradouros, isto é, ver-se-á de cima para baixo, o que lhe diminuirá o volume. Acresce que o tipo de aglomerado, que se pode talvez qualificar de ‘acastelado’, também não parece que possa vir a constituir irritante estridência no panorama, sobretudo se, como se recomenda, for completada a arborização existente ao abrigo das novas construções e nos pátios por elas limitados e reduzidas as alturas das edificações, nomeadamente junto à orla média litoral.

Em suma, afigura-se ao Conselho que será possível encontrar uma solução que à distância ofereça o aspecto de uma povoação do Sul, sobretudo se, como parece ser a intenção dos autores, a cor predominante for o branco.”¹⁴⁸

¹⁴⁷ Idem, pp. 450-451.

¹⁴⁸ Idem, p. 458.

Como veremos, da parte do plano que viria a ser realizada, nem as cérceas dos edifícios seriam alteradas, nem os edifícios seriam pintados de branco. Mas, isso será mais tarde. Para já, ficava a concordância do CSOP em relação à “*criação nesta ponta de um núcleo turístico com as características de estância para férias de praia, destinado à classe média*”¹⁴⁹, embora condicionada à revisão de certos aspectos da proposta avançada.¹⁵⁰

Interessante é o Ministro das Obras Públicas aprovar o projecto, apesar das dúvidas colocadas pelos seus vários serviços. Decisão que o próprio justifica com a declaração de voto, favorável, de “*dois dos ilustres vogais do Conselho*”¹⁵¹, o arquitecto Inácio Peres Fernandes e o engenheiro Luís da Fonseca, o primeiro, inspector superior do CSOP e, o último, representante da Junta Central de Portos¹⁵². Salvaguardava-se, no entanto, “*o que respeita à prevenção contra a eventual instabilidade das praias*” e à apresentação, pela DGSU, de um “*plano geral de aproveitamento turístico da Costa da Galé, de Tróia até Sines*”.¹⁵³

A 8 de Janeiro de 1971, o *Diário de Lisboa* dava conta do “*Novo e grandioso empreendimento da Torralta*”¹⁵⁴, apresentado, no dia anterior, aos correspondentes do *The Herald Tribune*, “*no restaurante que a Torralta tem já a funcionar na península de Tróia, fase inicial do empreendimento*”. Previa-se, de seguida, a construção do *Club Hotel*, com 350 camas, associado a um clube de pesca e caça situado junto ao embarcadouro dos barcos (daí o seu nome).

¹⁴⁹ Idem, p. 461.

¹⁵⁰ No final do seu Parecer, o CSOP ressaltava que, desde 1968, ou seja, já depois da aprovação do Plano Andresen, a Ponta do Adoxe havia sido integrada numa zona de protecção às ruínas arqueológicas romanas encontradas em Tróia, estando, por isso, qualquer projecto para aquela área sujeito à avaliação da Junta Nacional da Educação. Considerava-se, assim, que “*é de elementar interesse que o planeamento urbanístico não conduza à organização de projectos que venham a ser reprovados por aquela entidade*”. (Cit. Idem, *ibidem*)

¹⁵¹ Idem, p. 467.

¹⁵² Inácio Peres Fernandes a quem “*Conceição Silva alugou uma sala quando se separou de José Bastos, no início da sua actividade profissional*” e de quem foi colega na “*direcção do Sindicato Nacional dos Arquitectos durante 12 anos, o primeiro como presidente e o segundo com várias funções*”. (Cit. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, p. 169)

¹⁵³ *Plano Regional da Costa da Galé* que seria realizado pelo GEUR - Gabinete de Estudos Urbanísticos e finalizado em 1974. (Cf. www.dgotdu.pt)

¹⁵⁴ “*Novo e grandioso empreendimento da Torralta: um milhão e meio de contos para o conjunto urbanístico de Tróia*”, *Diário de Lisboa: Edição da Noite*, Ano 50.º, N.º 17258, 8 Janeiro 1971, p. 20.

Mas, o mais importante neste artigo era o anúncio da venda de títulos de investimento, acessíveis a uma base populacional alargada, “*consegui[ndo]-se, assim, a participação directa de elevado número de accionistas*”. Títulos que, para além da promessa de juros mais altos do que os praticados pela banca, garantiam aos compradores o direito à estadia periódica num dos apartamentos construídos. Conceito pioneiro, em Portugal, que antecipa o modelo de *time sharing* regulamentado só nos anos oitenta.¹⁵⁵

Curiosamente, nesta notícia ficava explícita uma primeira alteração ao programa enunciado e uma subversão dos princípios defendidos por Conceição Silva para a urbanização turística da Ponta do Adoxe, com a introdução de um Hotel no complexo. Situação que, certamente, decorre da vontade, e necessidade, dos promotores verem um retorno mais imediato do investimento envolvido.

Beneficiando de um acordo excepcional com a Câmara Municipal de Grândola, a Torralta avança com as obras antes, mesmo, dos projectos de pormenor estarem aprovados. O primeiro alvará de licença de loteamento seria concedido a 14 de Dezembro de 1971¹⁵⁶, com os trabalhos da fase inicial já em curso, que, como vimos, começam pelo Restaurante e Instalações do Pessoal e pelo Club Hotel. São também lançadas as grandes infraestruturas do novo centro turístico, terminando-se o troço final da via rápida até ao cais e iniciando-se a instalação das redes básicas de distribuição de água e electricidade e de recolha e tratamento de esgotos e lixos.

¹⁵⁵ Pelo Decreto-Lei N.º 355/81, de 31 de Dezembro, em que se clarifica que “*o que se pretende com o presente diploma é criar um novo direito real - o direito de habitação periódica - que, na prática, equivale a um regime de propriedade fraccionada, já não por segmentos horizontais, mas por quotas-partes temporais, garantindo melhor os investidores, que neste momento, através da modalidade vulgarizada pelos títulos de férias, têm apenas acesso à protecção legal precária de tipo obrigacionista*”. E se acrescenta, “*trata-se de situação que interessa não apenas à mobilização de pequenas poupanças como, muito particularmente, à dinamização do turismo interno - pela garantia do alojamento acessível - e à captação de investimento em divisas, seja da parte de emigrantes, seja da parte de turistas estrangeiros, visto que as suas necessidades de habitação têm claramente natureza sazonal*”. (Cf. Decreto-Lei N.º 355/81, *Diário da República*, I Série, N.º 300, 31 Dezembro 1981, p. 3414-(1))

¹⁵⁶ Alvará N.º 1/71 da Câmara Municipal de Grândola, documento disponível no Arquivo da Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. (Cf. BRIZ, Maria da Graça Gpnzalez, op. cit., Volume I, p. 385). Segundo Inês Leite, um segundo alvará de loteamento, para a área total dos 100 hectares adquiridos pela Torralta, seria emitido em Fevereiro de 1972. (Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, p. 170)



Troia 73

Torralta

O Turismo pensado no presente para o futuro

Anúncio Publicitário, c.1973

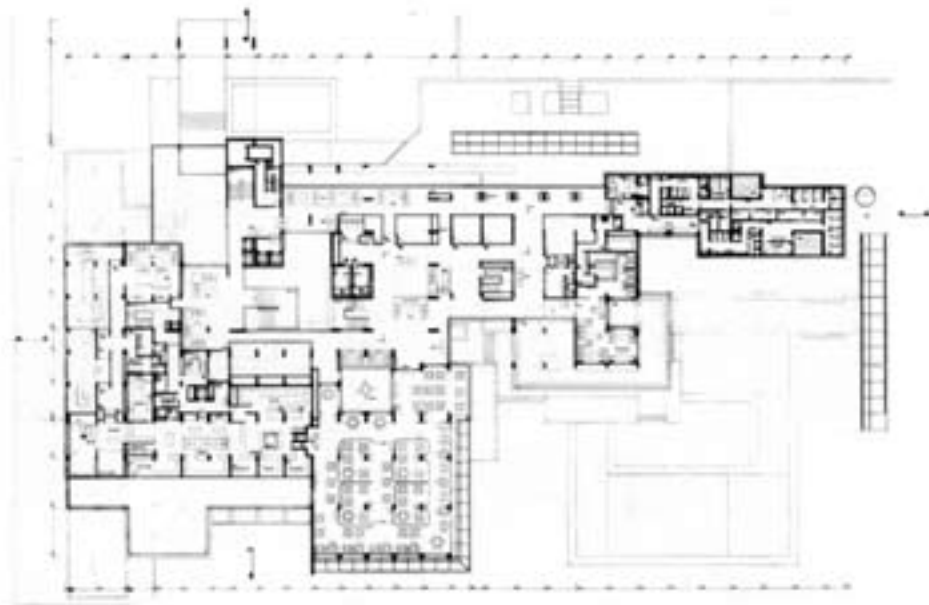
(imagem www.truca.pt)

Prevendo-se uma maior racionalização dos meios de produção, pelo recurso a sistemas e métodos de pré-fabricação na maior parte dos componentes construtivos dos edifícios, seria, criada, no local, a fábrica Pré-Linha, implantada junto ao Núcleo Operário.

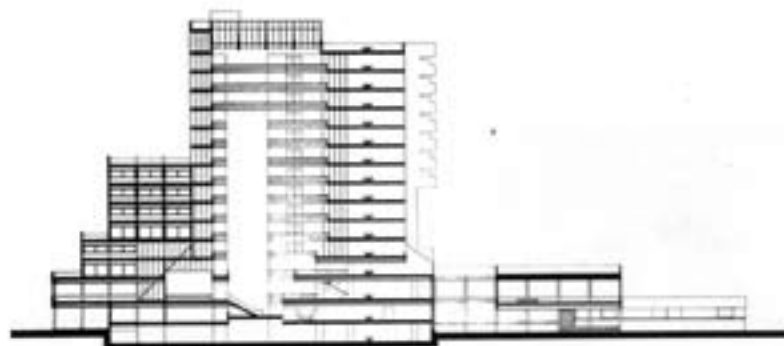
Com esta estrutura montada, segue-se a construção das bandas de apartamentos, das quais apenas sete viriam a ser, efectivamente, edificadas, a maior parte delas do Tipo T (quatro pisos) e, agora, reformuladas para uma maior predominância dos fogos T0 e T1, em detrimento dos T2 e T3. A utilização da cor no tratamento das fachadas exteriores surge como outra forma de facilitar a leitura geral do conjunto.

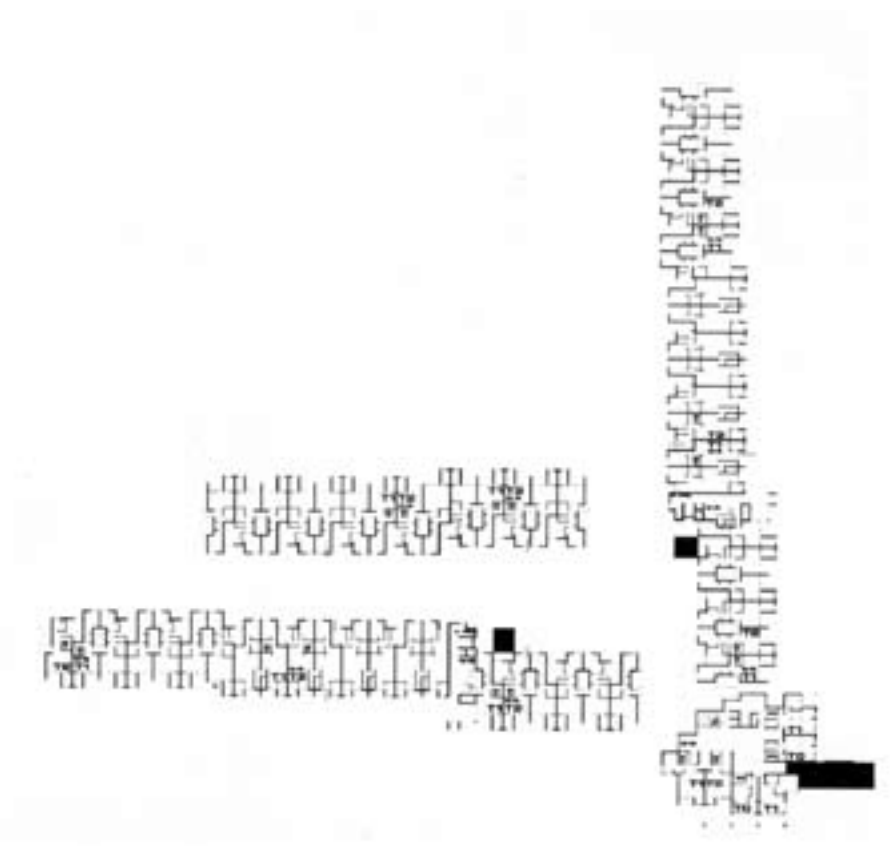
Club Hotel, Troia
Planta Piso de Entrada,
Alçado Norte e
Corte Longitudinal

Atelier Conceição Silva, c.1971
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco
Manuel Conceição (organização e
coordenação), *Francisco da Conceição
Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa,
SNBA, 1987, pp. 160-161)



Club Hotel, Troia
Maqueta, c.1971
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco
Manuel Conceição (organização e
coordenação), *Francisco da Conceição
Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa,
SNBA, 1987, p. 161)





Apartamentos, Troia

Planta Tipo

e

Alçado Norte

Atelier Conceição Silva, c.1971

(imagens SILVA, João Pedro

Conceição, SILVA, Francisco

Manuel Conceição (organização e

coordenação), *Francisco da Conceição*

Silva arquitecto: 1922/1982, Lisboa,

SNBA, 1987, pp. 148-149)



Troia

Vista aérea, c.1973

(imagem SILVA, João Pedro

Conceição, SILVA, Francisco

Manuel Conceição (organização e

coordenação), *Francisco da Conceição*

Silva arquitecto: 1922/1982, Lisboa,

SNBA, 1987, p. 145)

Na composição destes elementos houve a preocupação de “*fraccionar as ‘bandas contínuas’ por uma constante variação de alturas e por um ‘movimento’ de fachadas que tiram aos volumes a rigidez quadriculada da solução em planta*”¹⁵⁷ e ajudam a evitar a monotonia do conjunto. Também as torres contribuem para quebrar as linhas de força da estrutura urbana, “*por torção de planta [que] sugere intencionalmente um desfazamento*”¹⁵⁸ em relação aos eixos delineados.

Inseridas na malha de quarteirões que sustenta a urbanização da Ponta do Adoxe, estes edifícios vêm “*esclarecer a situação ‘nó’ de todo um tecido de ocupação territorial*”¹⁵⁹, apresentando-se, pelo seu acentuado desenvolvimento em altura e expressão arquitectónica, “*como elementos ordenadores (...) de uma imagem global*” que marca o *skyline* da Península.

Península de Troia, Setúbal

Vista aérea, c.1973

(imagem SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco

Manuel Conceição (organização e
coordenação), *Francisco da Conceição
Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa,
SNBA, 1987, p. 144)



¹⁵⁷ VIANA, Jorge, FERNANDES, Inácio Peres, op. cit., p. 458.

¹⁵⁸ SILVA, Conceição, *Conjunto Turístico Troiamar - Torre T01: Memória Descritiva*, Lisboa, s.d., p. 5. (Projecto anterior a 28 de Fevereiro de 1973, data em que é enviado, para aprovação, à Direcção Geral do Turismo pela Torralta)

¹⁵⁹ Idem, p. 1.



Ponta do Adoxe, Troia
Bilhete Postal, c.1990
(imagem www.prof2000.pt)

Só três das seis torres inicialmente previstas seriam concluídas, todas com dezasseis pisos e 137 apartamentos¹⁶⁰ - a T01¹⁶¹, a T02¹⁶² e a T04¹⁶³. As torres T03 e a T06¹⁶⁴ nunca chegam a ser acabadas, tal como acontece com o *Club Hotel*. A introdução de uma sala de pequenos almoços no programa proposto permite transformar este modelo corrente da construção (sub)urbana - a torre de apartamentos - numa nova fórmula de exploração turística - o Aparthotel - proporcionando à Sociedade promotora uma forma diferente de rentabilizar o complexo.

Ainda no interior, o tema do grande átrio de entrada trabalhado no Hotel da Balaia é levado à sua expressão máxima num Hall com dezasseis andares - cerca de cinquenta metros - de pé-direito, que articula as galerias de distribuição para os apartamentos, concentrando em torno deste espaço central toda a vida pública destas estruturas. Uma clarabóia de complexo desenho geométrico transforma estes grandes vazios em verdadeiros “caleidoscópios”¹⁶⁵ de luz.

¹⁶⁰ Inicialmente estavam também previstas torres de treze pisos, com 104 apartamentos, mas nenhuma das que foram concluídas segue essa opção.

¹⁶¹ Integrada no Conjunto Turístico Troiamar e a primeira a ser projectada, em 1972, mas só concluída em 1981.

¹⁶² Também conhecida como Aparthotel Rosamar, realizada com base na T01 e cujo projecto é aprovado pela DGT a 11 de Julho de 1973, mas com estudo de alterações, datado de 1979, da autoria de Tomás Taveira - Projectos, Estudos Urbanos e Sócio-Económicos, SARL. Seria inaugurada ainda nesse ano.

¹⁶³ Obras iniciadas em 1973, mas só concluídas em 1987.

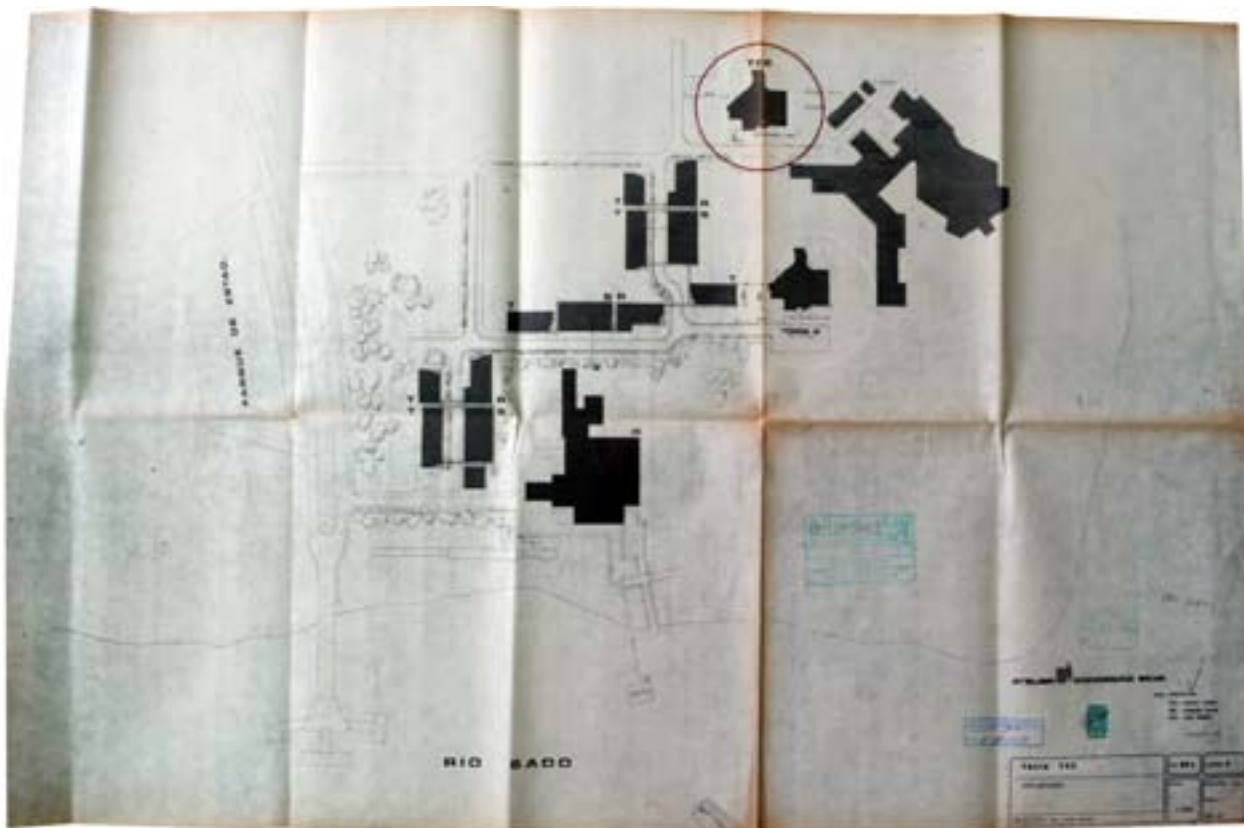
¹⁶⁴ Apesar de em 1985, segundo documentos do Arquivo Turismo de Portugal, ambas estarem praticamente terminadas, faltando apenas a instalação de mobiliário e de algum equipamento técnico. As torres demolidas a 8 de Setembro de 2005, seriam a T04 e a T06.

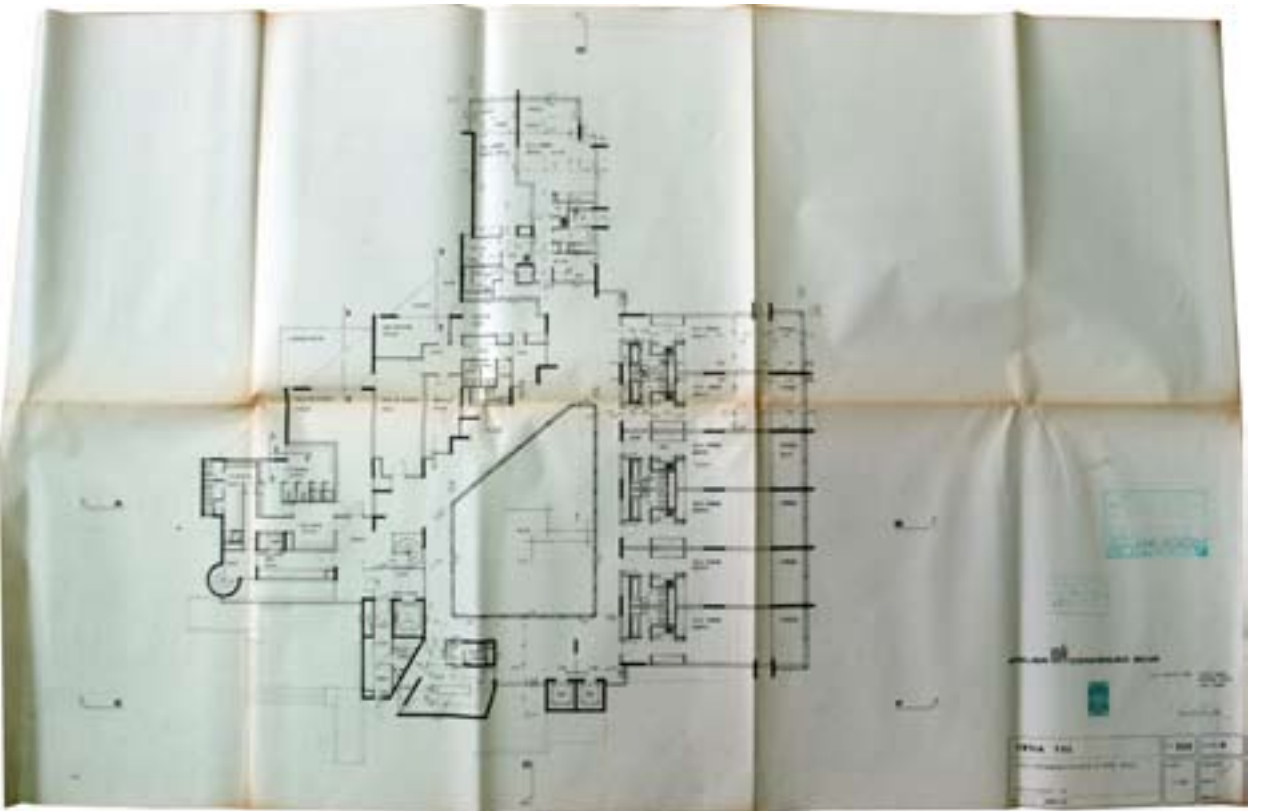
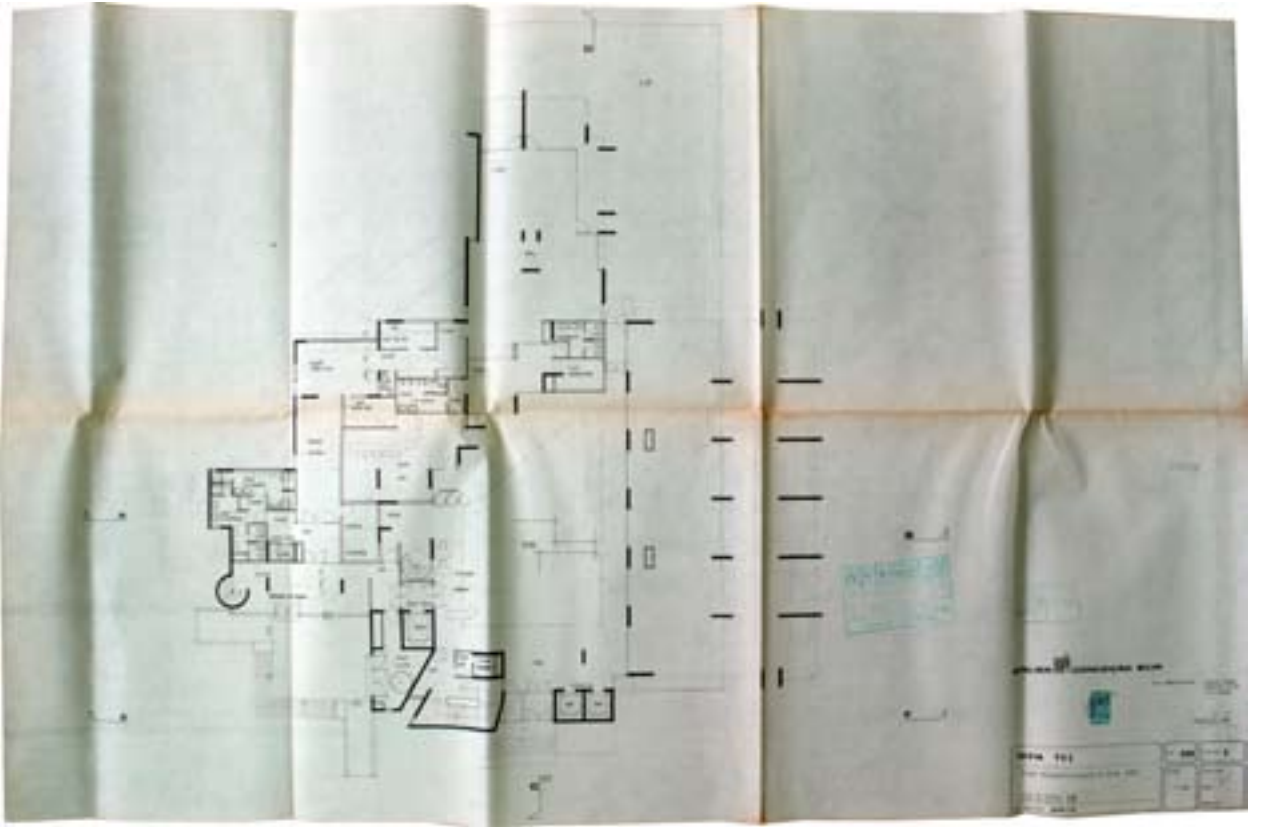
¹⁶⁵ BARATA, Paulo Martins, “Conceição Silva: poética sem retórica”, *Prototipo*, Lisboa, Ano II, N.º 4; Novembro 2000, p. 59.

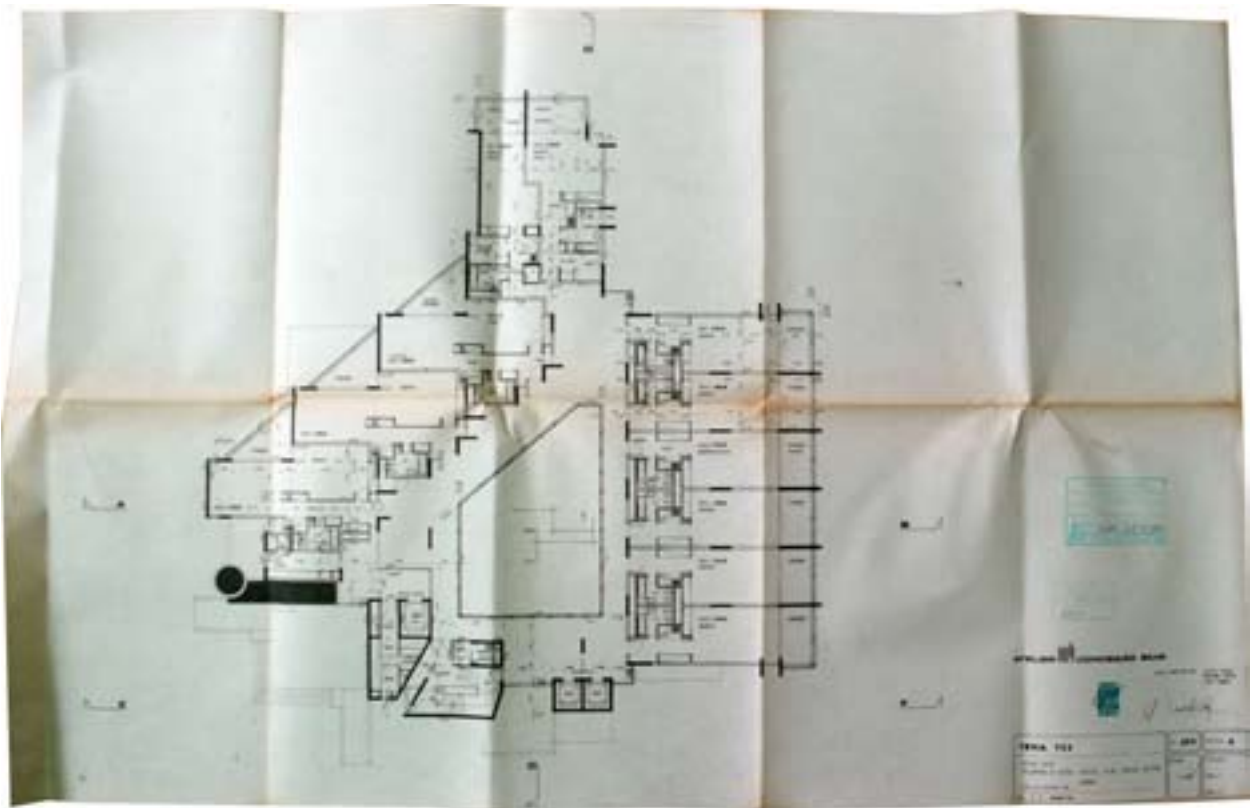
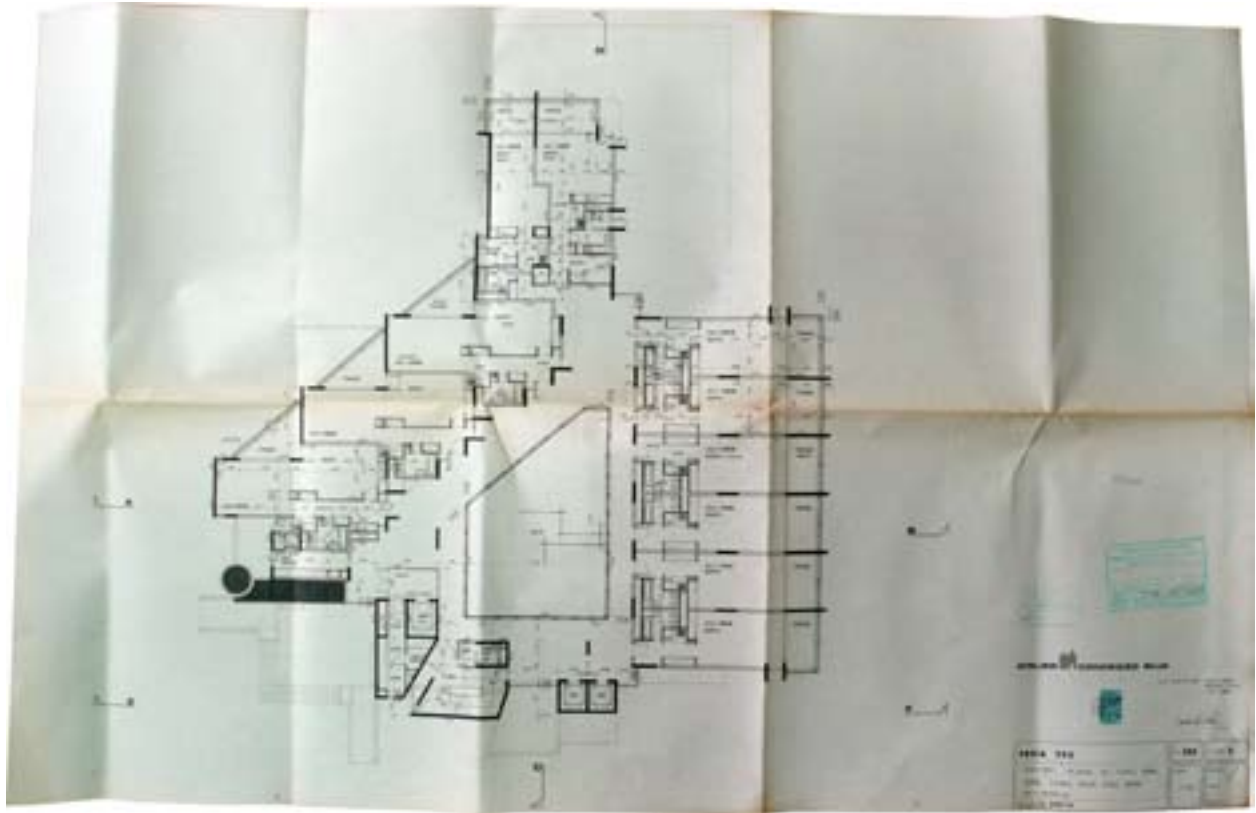
Ponta do Adoxe, Troia
Torres T01 e T02 em
construção
Fotografia, c.1973
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)

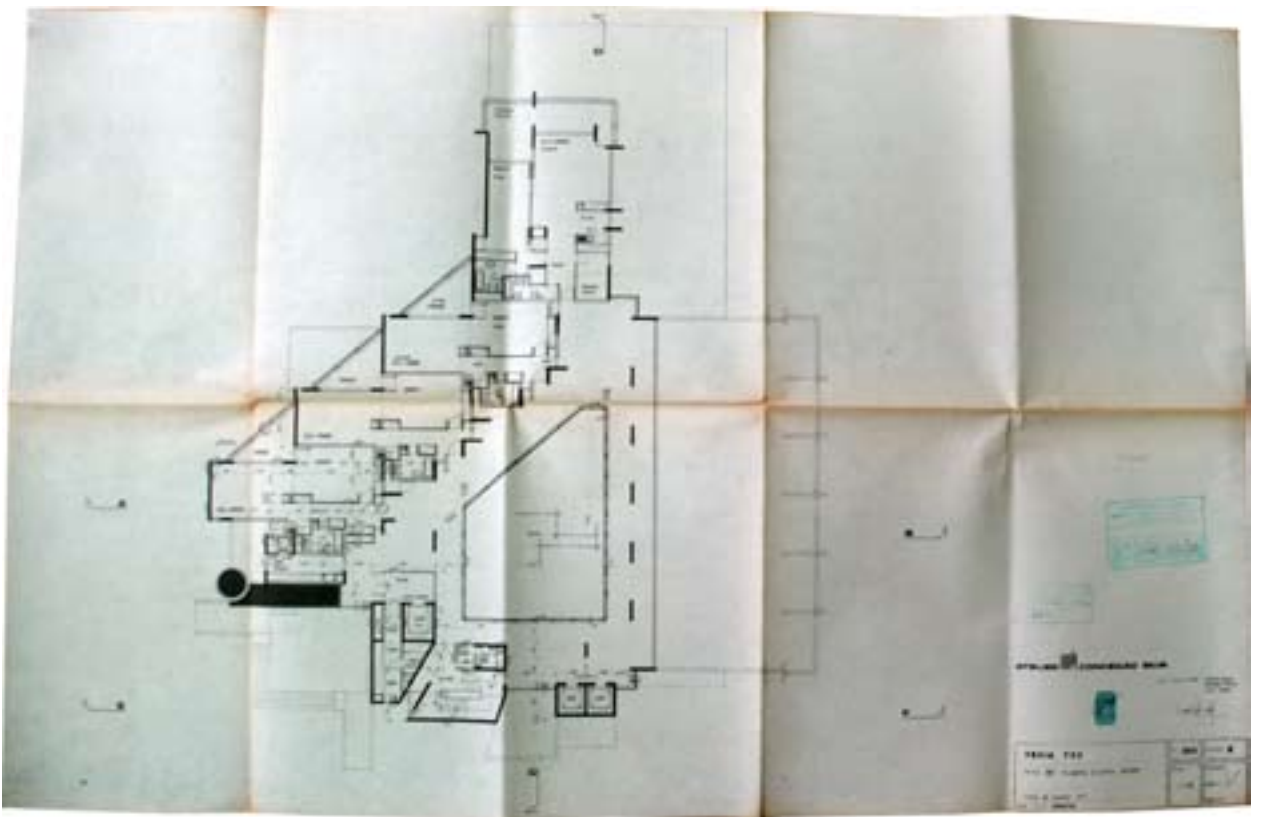
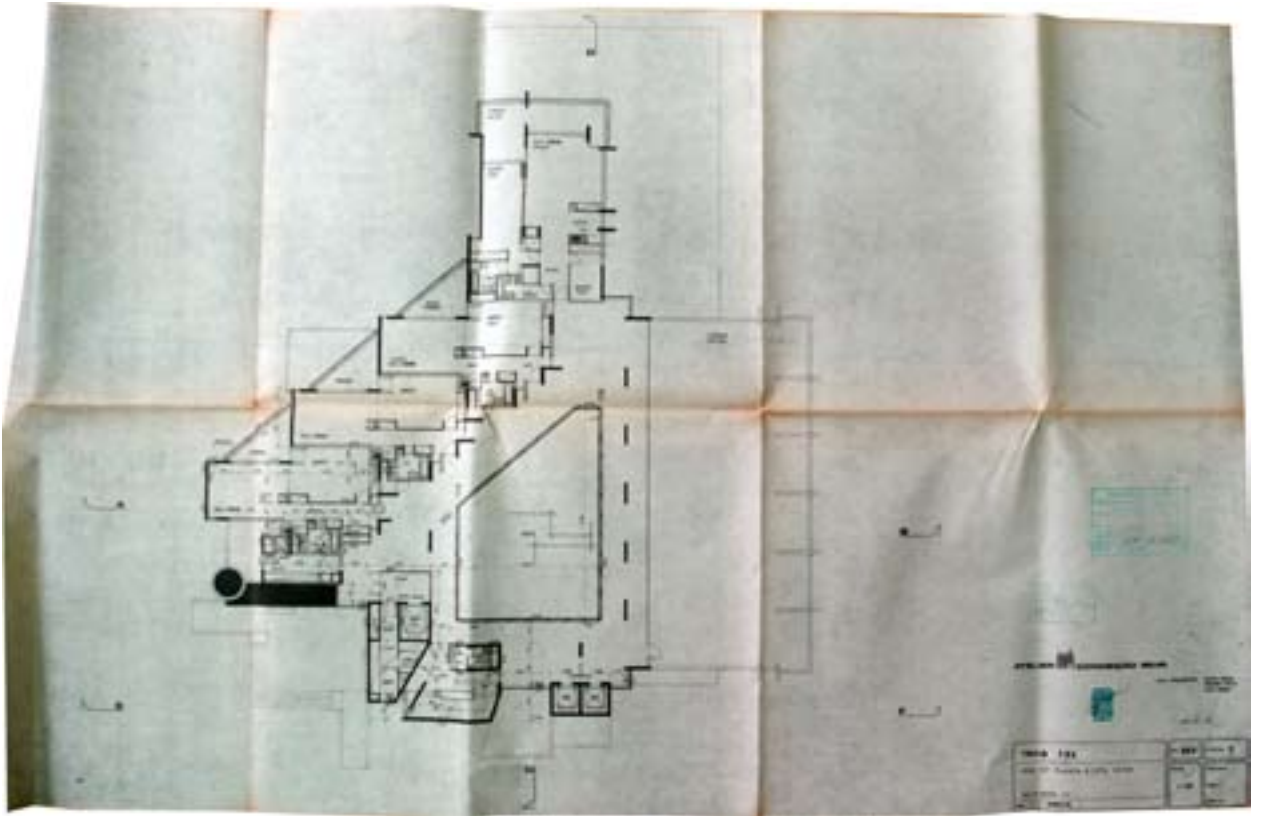


Troia T02
1 - Implantação,
3 - Piso Térreo
e
4 - Piso Primeiro
Atelier Conceição Silva, 1972
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)

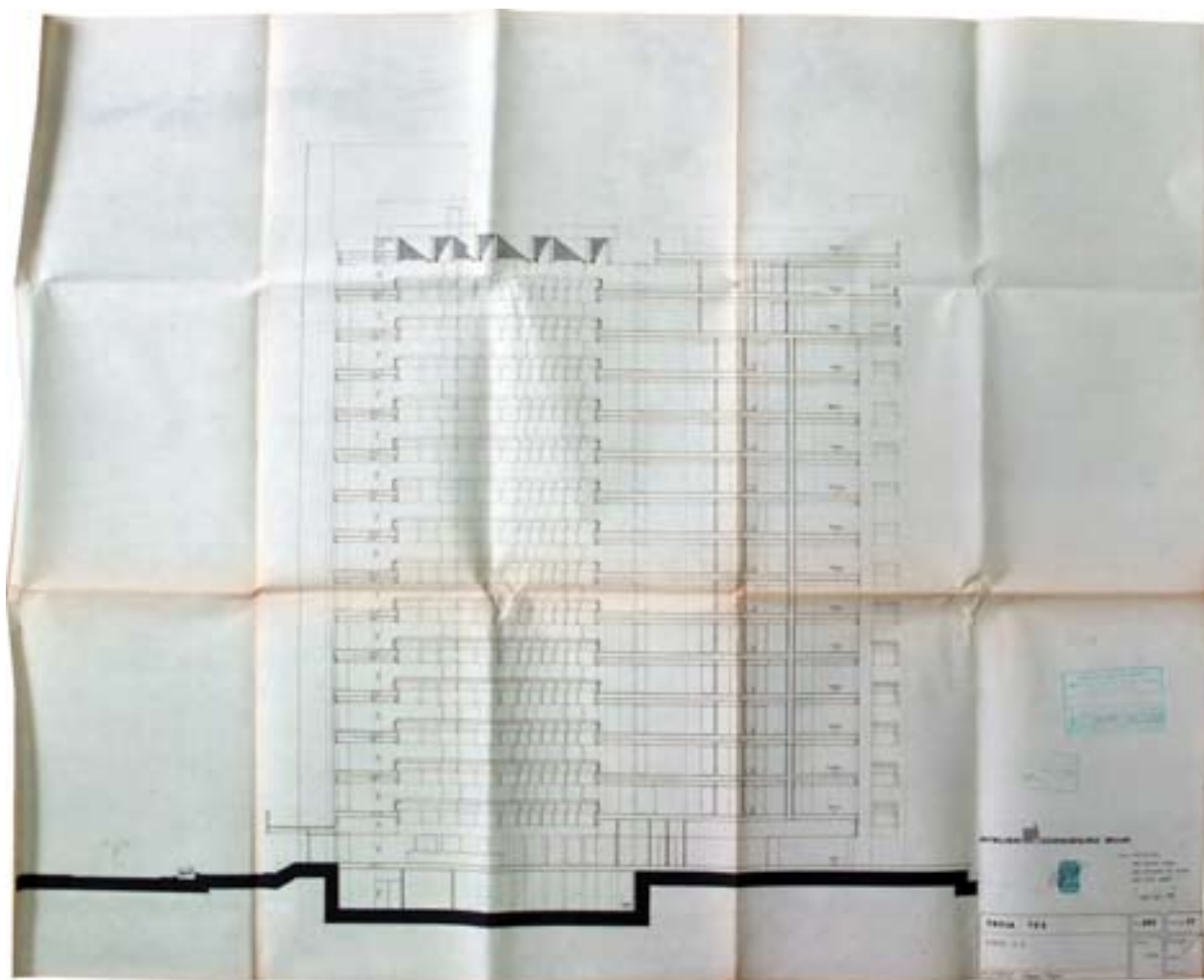








Troia T02
17 - Corte C-D
Atelier Conceição Silva, 1972
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)



Páginas anteriores:

Troia T02

5 - Piso Tipo,

6 - Piso Tipo

e

7 - Piso 15.º,

8 - Piso 16.º

Atelier Conceição

Silva, 1972

(imagens

1526 Arquivo Turismo de Portugal)



Torre Rosamar (T02), Tróia
Hall de Entrada
Fotografias, 1979
(imagens
Arquivo Turismo de Portugal)



Reforçando o impacto que fica do espaço interior, por fora os edifícios acusam uma expressividade brutalista, pondo em evidência a sua estrutura em betão armado, em particular nos elementos de acesso vertical acusados plasticamente na fachada principal, virada a norte. Para poente e nascente abrem-se as varandas dos apartamentos, em composições rigorosamente modulares “*vagamente reminescentes dos conglomerados metabolistas japoneses*”¹⁶⁶. Varandas que tiram partido das magníficas panorâmicas que se perspectivam da Serra da Arrábida e do Estuário do Rio Sado.

Mas não era só de paisagem que se fazia Turismo.

Torre Rosamar (T02), Tróia
Alçado Norte
Fotografia, 1979
(imagem
Arquivo Turismo de Portugal)





Torre Rosamar (T02), Tróia

Alçado Poente

e

Alçado Sul

Fotografias, 1979

(imagens

Arquivo Turismo de Portugal)

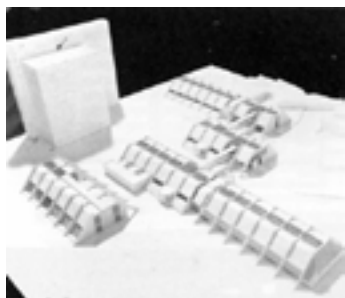


Pelo menos, essa era a convicção de Conceição Silva, expressa, num dos seus raros testemunhos, em entrevista ao *Diário de Lisboa*:

“O turismo tal como progressivamente tem vindo a ser vivido e concebido não é uma simples viagem nem um repouso passivo. As correntes turísticas são cada vez mais exigentes e variadas. Portanto a oferta de serviços não pode perder a capacidade de iniciativa. Tem que se ultrapassar permanentemente e ultrapassar o que pontualmente lhes é exigido. Por isso os planeamentos turísticos devem ser concebidos e realizados de forma a serem completos, ou seja irem ao encontro das mais variadas exigências.

Troia
Piscinas do Bico das Lulas
e
Piscinas da Galé

Vistas aéreas, 1973
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco
Manuel Conceição (organização e
coordenação), *Francisco da Conceição
Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa,
SNBA, 1987, pp. 151 e 153)



Troia
Centro Comercial Troiamar
Maqueta

Fotografias, c.1973
(imagens SILVA, João Pedro
Conceição, SILVA, Francisco
Manuel Conceição (organização e
coordenação), *Francisco da Conceição
Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa,
SNBA, 1987, pp. 162-163)

A qualidade do turismo define-se pelo tipo de ocupação dos tempos livres que se propõe [e não pela capacidade económica do turista dito de qualidade]. O turismo não é a descoberta de um determinado local mas sim o que se oferece para o turista viver. A atracção do turista deve ser gerada por situações completamente diferentes das que estão a ser utilizadas. Não é só a paisagem e o folclore que devem atrair o turista. São actuações culturais muito mais profundas e de uma actualidade constante que podem prender o turista ao país, prendendo-o por razões válidas e portanto mais persistentes.

[Num país que se quer turístico por excelência, num país que tem capacidades naturais para desenvolver uma industria turística esta não se pode reduzir a vender o sol, a água ou a paisagem, tem de aprofundar as suas potencialidades, tem de se apropriar da sua natureza pela mediação de obras que a tornem cultural, no sentido antropológico da palavra.] O folclore e a paisagem..., são rapidamente consumíveis, enquanto a permanência duma actividade, em toda a sua extensão torna o turismo um organismo vivo e inesgotável. E aqui tem um ponto essencial a considerar numa política turística que se queira actuante.”¹⁶⁷

Assim, no sentido de proporcionar um outro tipo de experiência aos turistas de Tróia, que não apenas a frequência da Praia, a oferta residencial e hoteleira é complementada por uma série de equipamentos de carácter lúdico e desportivo, concentrados nos Complexos de Piscinas do Bico das Lulas¹⁶⁸ e da Galé¹⁶⁹ e no Centro Comercial Troiamar¹⁷⁰. Equipamentos que contrastam com a presença das bandas e das torres, na sua volumetria marcadamente horizontal - surgindo ao longe “*como uma reverberação do areal na linha do horizonte*”¹⁷¹. Também aqui se sente o eco do optimismo tecnológico que informa as experiências mais radicais da arquitectura internacional dos anos sessenta e setenta, que Conceição Silva filtra na aproximação à realidade portuguesa e às particularidades do sítio, em propostas de desenho apelativo, gravado no próprio território.

¹⁶⁷ Proj. 421 [Urbanização de Tróia (2)]: *Memória Descritiva*, [Lisboa], Atelier Conceição Silva - Sector Planeamento, [Agosto 1973], p.6 e excertos de “Que Turismo para Portugal? Transformar o país num zoo para turista ver é política sem futuro”, *Diário de Lisboa: Mesa Redonda*, Ano 52., N.º 17794, pp. 6-7.

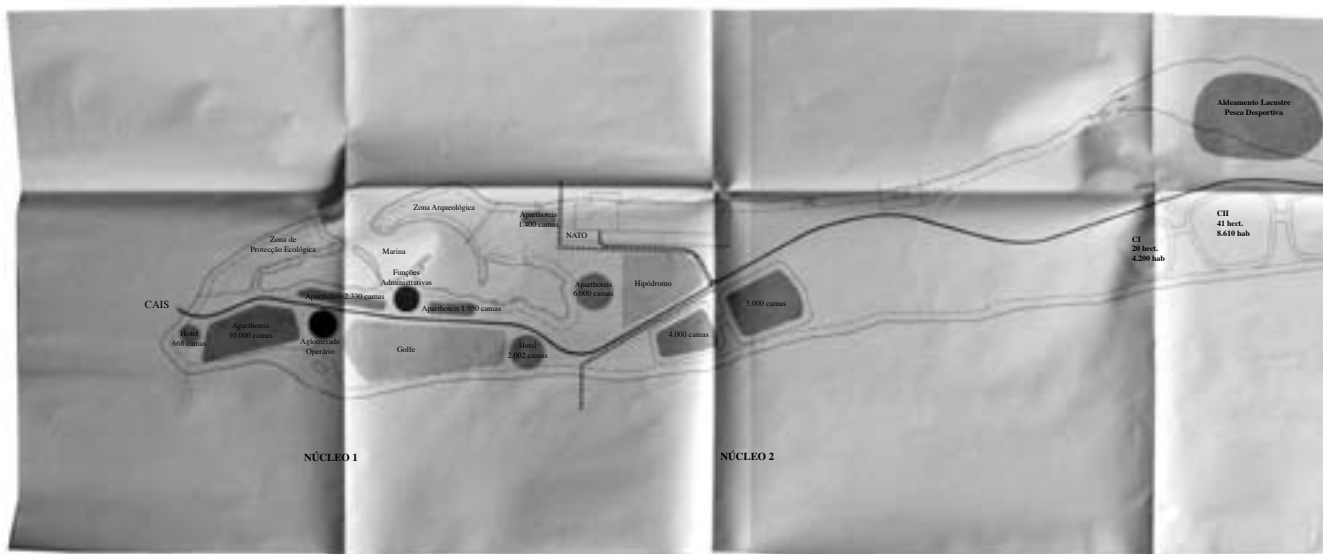
¹⁶⁸ Com Piscina Olímpica e espaços de restauração.

¹⁶⁹ Com três Piscinas, em quarto de círculo, Self-Service, Bar-Cervejaria, Pizaria, Geladaria, Lojas e um Anfiteatro ao ar livre. Este equipamento seria publicado na revista *Binário* no seu número de Junho/Julho de 1973.

¹⁷⁰ Com Supermercado, Lojas e Cinema.

¹⁷¹ “Conjunto da Galé (Tróia)”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 177-178, Junho-Julho 1973, p. 241.





Urbanização de Troia
Núcleo 1

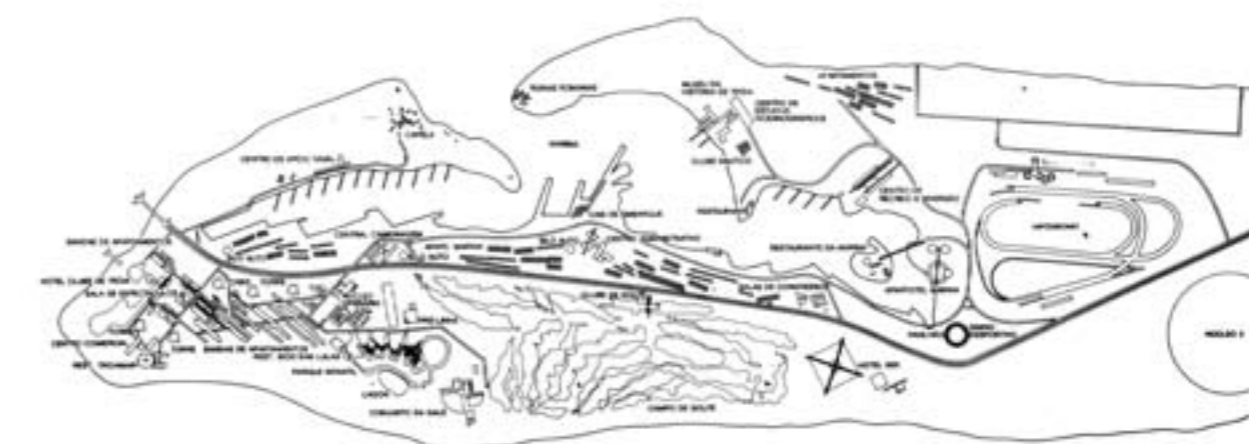
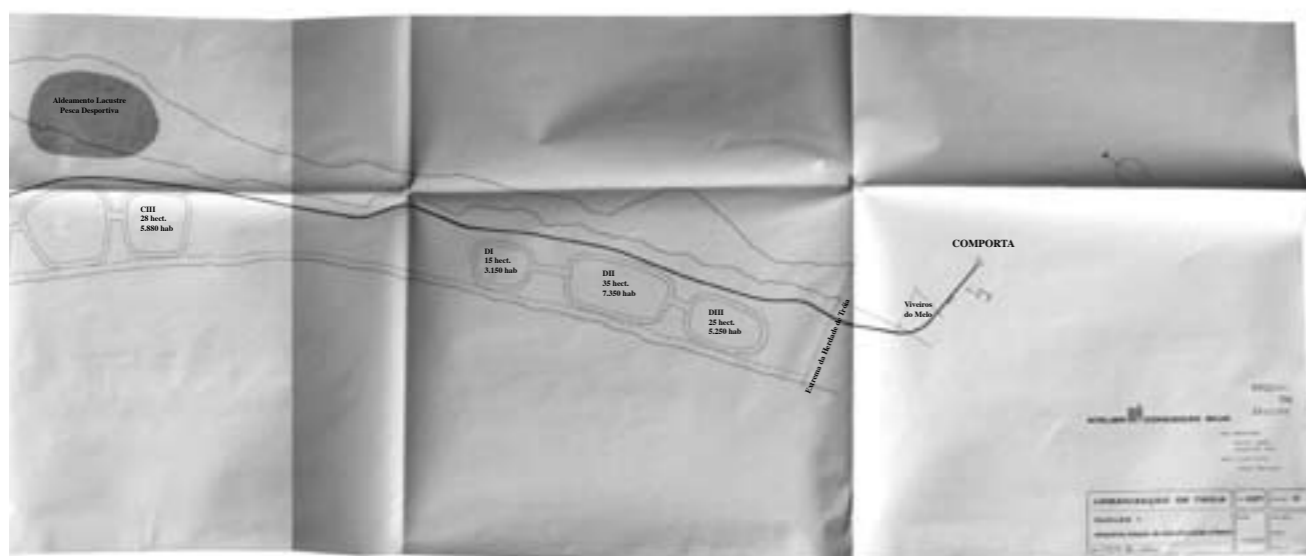
4 - Esquema Básico da
Estruturação Urbana

Atelier Conceição Silva, 1973
(imagem adaptada de
Arquivo Conceição Silva)

É, no entanto, com a realização, em 1973, de um novo plano para a Torralta, que inclui um total de 450 hectares de terreno, entretanto, adquiridos à Soltróia, que o arquitecto terá oportunidade de desenvolver um extenso programa de oferta turística, cultural e recreativa, concebido nos termos enunciados na entrevista ao *Diário de Lisboa*. Novo plano que, na realidade, corresponde a uma revisão do Plano de Urbanização da Península Tróia (PUPT), aprovado em 1965, dando satisfação às dúvidas, então, levantadas pela Direcção-Geral de Portos.

Partindo do princípio de que “os bens e serviços que se oferecem a uma população turística são objecto de critérios diferentes daqueles que se utilizam no planeamento de cidades vulgares”¹⁷² e “atendendo às variadas classes sócio-económicas que frequentarão este espaço ‘lúdico’[,] consideram-se diferentes graus de exigências; donde se procura um equilíbrio de dispendios económicos, consoante os graus de disponibilidade”, pela definição de distintos “pólos de actividades” dentro da nova “cidade turística”. Organização sócio-económica que, a par de outros factores (objectivos e subjectivos), determina, com vista ao seu funcionamento eficaz, a distribuição dos equipamentos na estrutura urbana.

¹⁷² Proj. 421 [Urbanização de Tróia (2)]: *Memória Descritiva*, op. cit., p. 13.



Tem-se, igualmente, em consideração uma organização espaço-temporal das actividades turísticas, dividida entre “Costa de Verão” (Mar) e “Costa de Inverno” (Rio), permitindo ao turista alcançar diferentes níveis de tranquilidade - e é de tranquilidade que se trata, mas de uma “tranquilidade activa” - consoante a suas necessidades.

“A disponibilidade de espaço possibilita o planeamento e subsequente construção duma cidade nova, ilibada das contingências decorrentes nas cidades vulgares. A cidade turística virá, concerteza, a ser frequentada especialmente por certos estratos populacionais de proveniência urbana. A evasão do espaço, onde se desenrolam as actividades quotidianas, em ritmo palpitante, que impulsiona e cerceia “vontades”, atribui e banaliza ‘valores’... e em geito de pseudónimos ignora nomes ‘próprios’. (...) [O] (...) Homem citadino - envolvido e disperso num turbilhão estridente pulsa de tensão, de canseira. Mas, a chegada ao ‘novo espaço’, não pendularmente monótono, mas terrivelmente vivo de acontecimentos tranquilizantes fá-lo alterar o seu comportamento, equacionando os fenómenos à raiz da sua virtude. A simplicidade dos seus actos fá-lo agir de tal sorte, que se a evasão (tranquilidade) não é plena algum problema social o desassossega.

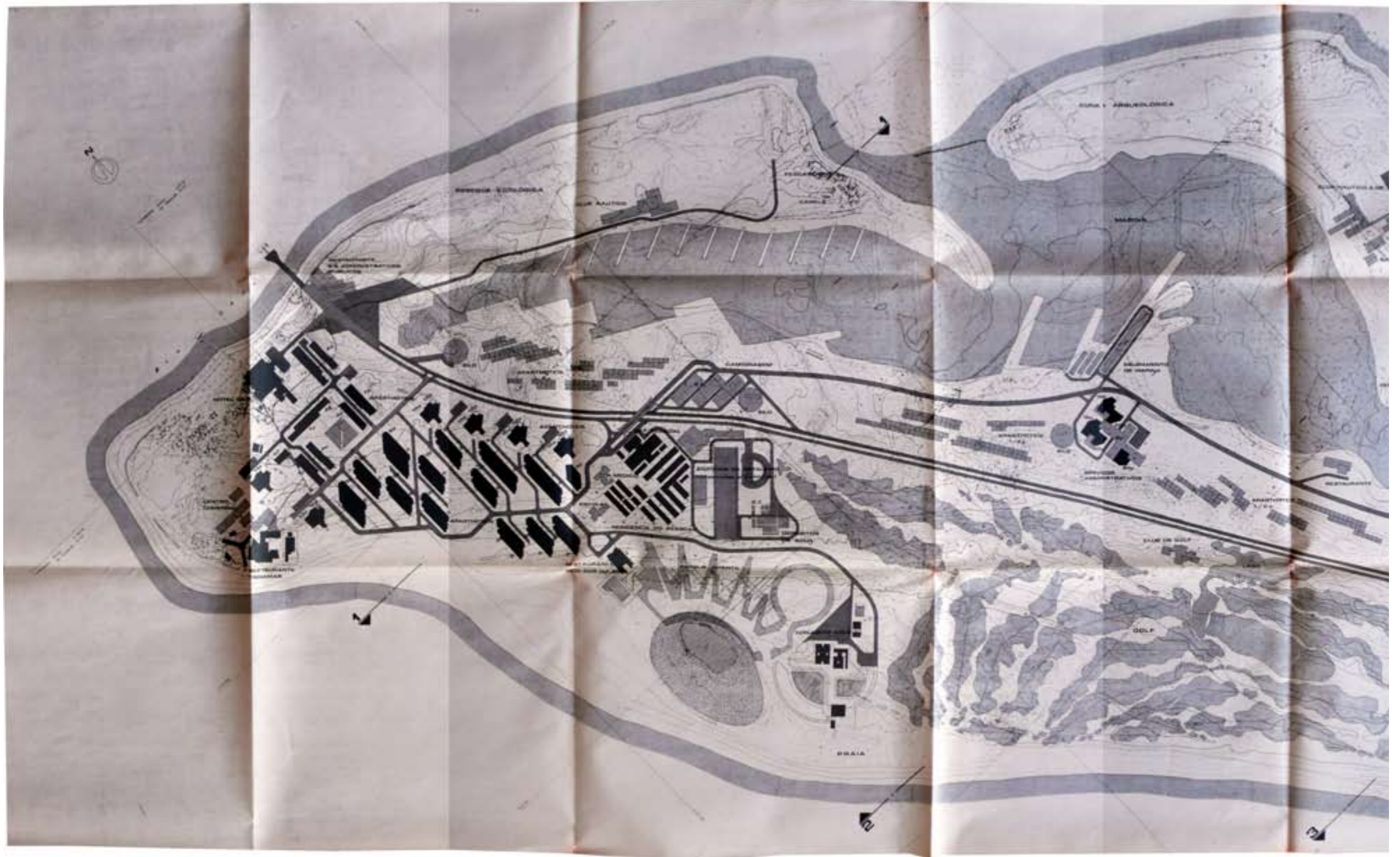
Mas o espaço é NOVO, a concentração das unidades construídas, onde periodicamente residirá, permite a permanência de certos traços da paisagem natural, fonte de revitalização psíquica.

As actividades lúdicas que se projectam constituirão aliciantes ao homem, vedado a utilizar o seu complemento motorizado; solicitá-lo-ão a movimentar-se naturalmente, incitá-lo-ão ao exercício físico.”¹⁷³

Página seguinte:
Ocupação Turística da Península de Troia
 Esboço,
 Maqueta
 e
 Esquema de Urbanização
 Atelier Conceição Silva, 1973
 (imagens
 SILVA, João Pedro Conceição,
 SILVA, Francisco Manuel Conceição
 (organização e coordenação),
 Francisco da Conceição Silva
 arquitecto: 1922/1982, Lisboa, SNBA,
 1987, pp. 145 e 146 e fotografia da
 Maqueta da autora)

Páginas interiores:
Urbanização de Troia
 Núcleo 1
 5 - Planta de Pormenor da
 Estruturação Urbana
 Atelier Conceição Silva, 1973
 (imagem
 Arquivo Conceição Silva)

¹⁷³ Idem., pp. 8-9.







Urbanização da Ponta do Adoxe, Tróia
Revisão
Maqueta de uma das Bandas de Aparthotéis
Fotografia da autora (maqueta
Arquivo Conceição Silva)



Página anterior:
Urbanização de Troia
7 - *Localização da Praia a Interditar*
Atelier Conceição Silva, 1973
(imagem
Arquivo Conceição Silva)
e
Urbanização da Ponta do Adoxe, Tróia
Revisão
Maqueta de uma das Bandas de Aparthotéis
Fotografia da autora

1537

1538



Completando o “Equipamento Natural” da Península, uma série de novos programas vêm “*tornar efectiva uma vida de tempos livres numa vida urbana*”¹⁷⁴, pontuando, com a sua arquitectura, “*o interesse paisagístico da região, redescobrimo-o e propondo-o à utilização do homem*”.

Nesse sentido, a estruturação do *Plano de Urbanização da Península de Tróia* do Atelier Conceição Silva, pensado para um prazo de seis anos (1973-1978), incide sobre três equipamentos

¹⁷⁴ “O Desenvolvimento Turístico da Península de Tróia”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 177-178, Junho-Julho 1973, p. 235.

principais: a Marina, o Golfe¹⁷⁵ e o Hipódromo. É em torno destes três núcleos, classificados como “desportivos”, que se organiza a vida do novo aglomerado e se determina a localização das restantes valências funcionais, agora associadas a uma forte dimensão cultural: Salas de Congressos, Conferências e Concertos; Teatro; Museu da História de Tróia; Centro Cultural; Parque de Exposição de Escultura; e Centro de Estudos Oceanográficos. A vertente lúdica é também reforçada, com o projecto para um Casino, a construir junto à Marina, e de uma nova unidade hoteleira - o Hotel 1001 - de apoio ao Golfe, com quinze pisos de altura e em forma de pirâmide de base quadrangular.

Paralelamente, aposta-se numa diversificação das soluções tipo-morfológicas da oferta de alojamento - barras em extensão, com apenas um ou dois pisos, implantadas junto à via rápida central de distribuição e que contrastam com as três torres circulares de trinta e cinco pisos, no limite sul da Marina -, que, no entanto, se continua a circunscrever a Apartamentos, Hotéis e Aparthotéis, prevendo-se, para uma população total de 37.060 habitantes, em 1978, a existência de 6.468 fogos e 23.101 camas.

O Plano de Urbanização da Ponta do Adoxe seria, também ele, revisto, substituindo-se o esquema de implantação em pátio das bandas de apartamentos por uma implantação “*segundo um espaço intersticial que é definido então por rua*”¹⁷⁶. As novas bandas, com cinco a nove andares de altura, são, assim, associadas duas a duas, ligadas entre si por passagens aéreas lançadas sobre aquele espaço de circulação estritamente pedonal. “*Os pisos superiores têm funções exclusivamente residenciais, enquanto que os pisos térreos poderão ocorrer funções comerciais que qualificarão em termos de funcionamento o carácter de rua*”.

Se o modelo inicial propunha a recuperação do “quarteirão” enquanto matriz do desenho urbano, agora é a “rua” que serve de referencial para a construção da nova cidade turística.

¹⁷⁵ Percurso de dezoito buracos já em construção, segundo o projecto de Robert Trent Jones, tal como previsto no Plano de Keil do Amaral, embora numa diferente localização.

¹⁷⁶ Proj. 421 [Urbanização de Tróia (2)]: *Memória Descritiva*, op. cit., p. 10.

Com data de 24 de Agosto de 1973, este terceiro *Plano de Urbanização da Península de Tróia* seria aprovado pelo Secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, José Luís Nogueira Brito, a 24 de Janeiro de 1974. Mas, se para o governo Tróia aparecia como uma alternativa credível ao Algarve, enquanto principal destino turístico do país, aproximando da capital o crescente movimento de turistas nacionais e estrangeiros que se regista, ideia em muito favorecida pela inauguração da Ponte Salazar e pela perspectiva da construção do novo Aeroporto de Lisboa em Rio Frio (Palmela), para os promotores do Plano de Urbanização começava, também, a pesar a sua vocação como zona residencial de qualidade associada aos grandes pólos industriais da região: Setúbal e Sines. É neste contexto que se percebe o amplo investimento em programas e serviços de carácter “não turístico” (sociais, comerciais, industriais, de transportes, de saúde, de educação e administrativos) previsto no Plano.

No final, a visão de uma cidade que se pretendia dedicada exclusivamente ao Turismo aproximava-se do modelo da cidade tradicional, correndo-se o perigo de transformar Tróia num subúrbio residencial da grande região de Lisboa. Ideia que, curiosamente, se veio a generalizar na opinião pública sobre o empreendimento, estabelecendo-se um paralelismo simplificador entre o desenvolvimento em altura das torres de Aparthotéis e “*as periferias saturadas, que surgiam ao sabor dos investidores imobiliários, sem planeamento urbano*”.¹⁷⁷

Com a “Crise do Petróleo” de 1973 e a queda do Estado Novo, em 1974, a concretização do ambicioso complexo da Torralta é posta em causa. Logo a seguir ao 25 de Abril, sucedem-se as paralizações da obra e as reivindicações da comissão de trabalhadores, agravando-se a situação financeira do empreendimento. Em Dezembro de 1974, o governo português acabaria por decretar a intervenção do Estado na administração da Torralta, medida confirmada em Conselho de Ministros, dois anos depois. Agostinho e José da Silva são presos

sob pretexto de alegadas irregularidades nas contas da Torralta. E a 16 de Janeiro de 1975, Conceição Silva é agredido à porta de sua casa, no Dafundo, por três jovens desconhecidos. O *Diário Popular*, de dia 25 seguinte, adianta que poderão ser vários os motivos da agressão, “*incluindo causas relacionadas com as actividades profissionais da vítima*”. Receoso do desenrolar da conjuntura revolucionária, o arquitecto decide, ainda nesse ano, emigrar para o Brasil, onde vem a falecer em Janeiro de 1982.¹⁷⁸

A situação da Torralta só seria desbloqueada em 1978, altura em que o novo governo reconhece o interesse do empreendimento de Tróia para o país, restituindo a administração da empresa aos seus antigos proprietários. Aliando-se à Soberana e à Delphinus, sociedades ligadas ao sector turístico-imobiliário, a Torralta tenta retomar o projecto. A Soberana encarrega-se da urbanização do núcleo BIII do Plano Andresen¹⁷⁹, enquanto que a Delphinus negocia, com sucesso, a obtenção de uma concessão de jogo permanente para Tróia, oficializada pelo governo português através do Decreto Regulamentar N.º 56/80, de 8 de Outubro. No contrato de concessão, a Sociedade de Turismo e Diversões de Tróia - Delphinus, SARL ficava obrigada a executar “*um casino, reversível para o Estado, (...), a conclusão de um hotel em construção [o Club Hotel], com 450 camas e categoria de 5 estrelas, e a construção de um centro de congressos de utilização polivalente[. A]s constantes revisões aos planos para Tróia, comprometeram esta intenção*”.¹⁸⁰

¹⁷⁸ A 1 de Janeiro de 1974, o Atelier Conceição Silva é transformado em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL), sob a nova designação de *Atelier Conceição Silva Projectos e Planeamento*, processo pelo qual vários dos colaboradores passam a ser sócios da empresa, mantendo Conceição Silva uma participação maioritária (51%). Na sua qualidade de empresário e administrador de uma das maiores empresas de arquitectura do país, a par da sua parceria com a Torralta no empreendimento de Tróia, o arquitecto seria convidado, após o 25 de Abril, a participar na fundação do Movimento Dinamizador Empresa Sociedade (MDE/S), grupo de pressão política, de que faziam parte alguns dos principais capitalistas portugueses, criado com o objectivo de dinamizar a actividade empresarial e melhorar as condições de vida no país, apoiando o novo governo na transição para um Estado democrático. Naturalmente, no contexto de grande agitação que marca este período, em que se agudizam posições de extrema esquerda, a ligação ao mundo empresarial e ao sector privado, de onde provém a maioria dos clientes e encomendas do Atelier, e a identificação com os valores do capital liberal é vista como uma ameaça à sociedade equalitária a que, então, se aspira. (Cf. Idem, pp. 249-252)

¹⁷⁹ Plano Andresen que estaria em vigor até ao final da década de noventa, mantendo-se, até essa altura, como o único instrumento administrativo, com força vinculativa, abrangendo toda a área da Península. (Cf. BRIZ, Maria da Graça Gonzalez Briz, op. cit., Volume I, p. 395)

¹⁸⁰ Idem, pp. 392-393.

De facto, em 1979, o *Plano de Urbanização da Península de Tróia* viria a ser novamente reformulado, agora, e na ausência de Conceição Silva, pela empresa de um seu antigo colaborador: Tomás Taveira, Projectos, Estudos Urbanos e Sócio-Económicos, SARL. Revisão que é aprovada, mais uma vez, sob condição.¹⁸¹

Dez anos depois, a Torralta é vendida à Socifa, agravando-se, ao longo dos anos seguintes o passivo da empresa, o que leva a nova intervenção do Estado português, com a celebração, em 1997, de um contrato com a Sonae Turismo para a compra do empreendimento de Tróia. Um novo plano para a Península é realizado, em 1998, pela Oficina de Arquitectura (de Jorge Silva, antigo colaborador do Atelier Conceição Silva¹⁸²), e, em 2001, é aprovado o Plano de Pormenor, da responsabilidade do Atelier Risco (de Manuel Salgado), sendo os projectos de arquitectura entregues a diversos ateliers portugueses (Risco, Promontório, Frederico Valsassina e outros). Nesse mesmo ano, arrancam as principais obras do novo empreendimento, agora explorado pela Troiaresort - Investimentos Turísticos, SA, constituída pela Sonae Turismo e pelo Grupo Amorim, sendo a Unidade Operativa 1¹⁸³, cujo Plano de Pormenor tinha sido aprovado em Janeiro 2005, oficialmente inaugurada a 8 de Setembro de 2008, exactamente três anos depois da “cerimónia” da implosão de duas das torres de Tróia.

Sob o pretexto de dar lugar a uma “nova visão turística”, também, os Complexos de Piscinas do Bico das Lulas e da Galé seriam demolidos, este último uma das obras mais emblemáticas da produção arquitectónica portuguesa dos anos setenta. Uma “nova visão” que, no caso das torres de Aparthotéis que são mantidas, considera a arquitectura de Conceição Silva demasiado

¹⁸¹ Este plano “é objecto de vários pareceres negativos, sobretudo em dois aspectos - a localização proposta para a marina, mal vista pelos responsáveis do ambiente, por ser uma zona rica de sapal e a densidade e altura dos edifícios, propostas para alguns núcleos”. Ou seja, o que na verdade estava em causa, era a desadequação dos princípios do Plano Andresen, ainda em vigor, às novas políticas oficiais de conservação ambiental e de desenvolvimento turístico. (Cit. Idem, p. 393)

¹⁸² Cf. LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, op. cit., Volume I, p. 177.

¹⁸³ O empreendimento da Troiaresort divide-se em nove Unidades Operativas de Planeamento (UNOP). (Cf. www.troiaresort.pt)

“afirmativa” e sente a necessidade de a “domesticar”, pintando os edifícios totalmente de branco (como sugeria o CSOP no seu Parecer de 1970), e, no caso do *Club Hotel*, demasiado conservadora e lhe confere um “visual” mais “apelativo”. Curioso é que, fora este “ajuste” formal, no fundo o novo plano propõe exactamente os mesmos serviços e equipamentos que os avançados nos anos sessenta.



Troia Design Hotel
Vista Nocturna
Imagem gerada por
computador, c.2007
(imagem
www.portugalvirtual.pt)

Para além de imagens distintas, a principal diferença entre as duas abordagens reside no tipo de desenvolvimento turístico proposto em cada um dos planos. Se para a Torralta se tratava de criar um novo centro de lazer para a classe média portuguesa, agora “*o público-alvo é constituído pelas famílias portuguesas com poder de compra elevado e turistas do norte da Europa*”¹⁸⁴. Por outro lado, enquanto Conceição Silva advoga um modelo de urbanização concentrada, libertando a maior parte do território para usufruto colectivo, o plano da Troia Resort recupera padrões de ocupação dispersa característicos da colonização turística inicial, em que a “casa de férias”, ou, neste caso, a “*villa de férias*” assume protagonismo, privatizando vistas e experiências.

¹⁸⁴ “Troia Resort: Um conceito único”, entrevista a Ângelo Paupério e Rui d’Ávila, respectivamente, Presidente e Administrador de Sonae Turismo, disponível em www.troiaresort.pt.

Neste sentido, até que ponto pode esta “nova visão” ser, efectivamente, considerada “nova”? E, é este “passado” o caminho para o “futuro”?

Num vídeo publicitário ao empreendimento da Sonae Turismo, sobre um fundo musical e imagens idílicas do habitat natural de Tróia, uma voz suave anuncia: “*We found it for you... Your leisure destination in an unspoilt paradise... Keep your discovery... Secret!*”.

É, quase, caso para se dizer: “*We wish you hadn’t...*”

Pensada como um “mapa”, esta dissertação não tem propriamente uma “conclusão”. Não tem uma conclusão, mas lança pistas. Pistas para uma reflexão sobre o território contemporâneo, no pressuposto, defendido por Hans Ibelings na Conferência Internacional “Cidade e Mar - Paisagens Aquáticas”¹, de que, hoje, “*Tourism is not an exception, it has become a rule*”.

Interessou-nos, sobretudo, fazer uma análise relativamente aprofundada (que, a nosso ver, se encontrava incompleta), do Urbanismo e da Arquitectura do Turismo, em Portugal, a partir da generalização, no século XX, da prática social da vilegiatura balnear marítima. E, com essa análise, proporcionar uma visão de síntese geral, e original, sobre a evolução da transformação do espaço litoral português, na cronologia considerada, centrada no processo da sua ocupação e urbanização turística. A principal ideia que se pretendeu transmitir, e que sustenta a tese avançada, foi a de que o território do Turismo, e, em particular, o do Turismo de costa, é, na sua essência, sobretudo no período estudado, um território de urbanistas e de arquitectos. Ideia que, a nosso ver, ficou plenamente confirmada. Quer pela quantidade de exemplos estudados, quer pela qualidade atribuída, consensualmente, a esses exemplos, correspondendo, de uma forma geral, às mais reconhecidas intervenções realizadas na área do Turismo, no contexto nacional, contribuindo, a seu tempo, para a construção de uma imagem turística do país.

¹ IBELINGS, Hans, “A transformação recente das frentes de água residenciais do Eastern Harbour District, em Amsterdam”, CONFERÊNCIA INTERNACIONAL CIDADE E MAR - PAISAGENS AQUÁTICAS, Coimbra, 3 Março 2006.

O que se defende é que, se o Turismo se fundamenta, enquanto actividade económica, na exploração do valor dos “lugares”, como produto, e, por isso, depende da atractividade e da singularidade, física e ambiental, dos mesmos, os urbanistas e os arquitectos são, como princípio, intervenientes fundamentais, se não, mesmo, centrais, na planificação e concepção do território turístico e, por isso, este tema deveria merecer outro relevo dentro da própria disciplina. Foi isso que, desde cedo, as entidades oficiais e os promotores privados perceberam, encarregando aqueles agentes de dar forma e expressão a um fenómeno que, ao longo do século XX, ganha uma dimensão de massas.

Entendido o tempo de lazer como um tempo privilegiado de contacto com a Natureza e de vida ao ar livre, esse processo iria implicar, tanto o ensaio de modelos alternativos de planeamento urbano, mais atentos à presença e à integração da paisagem e do elemento natural no espaço habitado, como o estudo de novas tipologias de equipamento e de alojamento, de suporte à estadia fora do universo quotidiano. Na costa, as particularidades do território e da vivência à beira-mar, vão determinar o aparecimento de cenografias específicas à sua “*condição de limite - geográfico e semântico*”², diferenciando a colonização balnear de outras formas de organização turística.

Como podemos concluir da análise realizada, a característica distintiva da apropriação espacial das zonas costeiras é ser condicionada pelo desenvolvimento linear da faixa litoral e pelo seu carácter de domínio público, concentrando-se aí os espaços de uso colectivo e os programas turísticos de maior visibilidade. O desenho da “Estância Balnear” é, assim, determinado, essencialmente, em função da sua perspectiva marítima, identificando-se a “margem” com o “centro” e privilegiando-se uma expansão unidireccional paralela ao mar. É esse o ponto de partida para a definição de um modelo urbanístico e arquitectónico.

² GAUSA, Manuel, “O espaço turístico: paisagem no limite”, in COSTA, Xavier; LANDROVE, Susana (dir.), *Inventário DOCOMOMO Ibérico: Arquitectura do Movimento Moderno 1925-1965*, Barcelona/Lisboa, Fundación Mies van der Rohe/Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997, p. 292.

O que se verifica, no entanto, é que, na ausência de uma teoria própria, o processo de colonização turística do litoral vai buscar, de uma maneira geral, inspiração às receitas do planeamento urbano convencional, adaptando-as à sua circunstância particular, nomeadamente às formulações de uma nova dinâmica espacial entre “Cidade” e “Campo” que informam a prática urbanística do século XX. Uma colagem que acaba por se revelar não ser a mais adequada, por ignorar, à partida, as especificidades da vilegiatura balnear marítima - o seu carácter temporário e o seu vínculo directo com o espaço livre natural, que se constitui como principal argumento de atracção.

De igual forma, os instrumentos de controlo público sobre o crescimento urbano-turístico vão ser os do desenvolvimento metropolitano, incorrendo-se nos mesmos erros estruturais - planos inconsequentes por nunca chegarem a ser, efectivamente, aprovados, gestão casuística do ordenamento do território e aplicação de leis demasiado restritivas à construção privada. Uma situação que vai favorecer a ideia, generalizada na cultura portuguesa, de que o planeamento serve apenas para cercear a iniciativa individual, mas, também, a municipal, concentrando na administração central o poder de decidir sobre o desenho da forma urbana e da sua imagem.

Na costa, e, em geral, no território do Turismo³, talvez mais do que nos aglomerados tradicionais, isso vai implicar uma “fuga” sistemática às áreas de incidência daqueles estudos, preferindo-se, por razões burocráticas e de rentabilização dos investimentos, a urbanização de terrenos localizados fora delas. Processo que, lembrando o comentário de Goulart de Medeiros, publicado na revista *Arquitectura*, que transcrevemos a propósito do Hotel do Mar, “*para além da insofrida ânsia dos modernos especuladores de terrenos*”, vai encontrar eco n]as *próprias necessidades das*

³ Lembramos o caso paradigmático das Termas de Monfortinho - Fonte Santa, com Plano Geral de Urbanização, de 1944, desenvolvido por João Aguiar, em que a elaboração daquele estudo serviu “*exactamente para os fins contrários*” que se esperavam, constituindo-se como “*um forte travão para todas as iniciativas*”. (Cit. LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995, p. 173)

Câmaras locais que desta maneira vêm abrir-se novas perspectivas, e [n]o desejo humaníssimo das populações de acesso rápido aos benefícios materiais desta movimentação”⁴. Uma movimentação com resultados lamentáveis para a paisagem costeira que, sob o alibi do progresso, se vê transfigurada “*em urbanizações privadas, desentranhando-se em lotes a prontos e a prestações*”. Na verdade, sobre os urbanistas e os arquitectos, a par das entidades oficiais, recai grande parte da responsabilidade nesta transfiguração, por um lado, aliando-se aos interesses do capital privado, materializando-os acriticamente, por outro, abstendo-se, sistematicamente, de uma reflexão disciplinar mais aprofundada e consequente sobre as implicações do Turismo na conformação do território.

“Falhado” o Urbanismo, caberia à Arquitectura dar expressão a um conceito de “Estância Balnear”. Expressão que, pela análise que realizámos e cruzando-a, agora, com outras leituras, podemos reduzir a três modalidades de ocupação turístico-balnear: o “Hotel de Praia”, a “Segunda Residência” e o “Resort Turístico”, este combinando as duas anteriores. São estas “peças mínimas”, como as classificam Rosa Barba e Ricard Pié⁵, de dimensões e formas de gestão distintas, que caracterizam a evolução da urbanização litoral, definindo, segundo Nuno Portas, “situações-padrão”, com problemas intrínsecos, a que será, hoje, necessário atender no sentido da requalificação espacial da linha de costa.

O “Hotel de Praia”, considerado no seu desenvolvimento tipomorfológico até à “Megaestrutura Hoteleira” do final dos anos sessenta, caracteriza-se por congregar, num único edifício, uma oferta limitada de alojamento e, mais ou menos, diversificada de serviços. A sua implantação inicial junto de antigos aglomerados piscatórios, rompendo, quase sempre, com a sua escala e conferindo-lhes uma outra visibilidade, iria determinar o crescimento acentuado destes núcleos, assistindo-se, hoje, à sua saturação

⁴ MEDEIROS, Goulart de, “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, 3.^a Série, N.º 80, Dezembro 1963, p. 24.

⁵ BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, “Los nuevos espacios del turismo. Modelos de arquitectura y espacios para la ordenación territorial”, in BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, *Arquitectura y Turismo: Planes y Proyectos*, Barcelona, Centre de recerca i projectes de paisatge (CRPP)/UPC, 1996, p. 26.

urbana e “a expansões laterais ou da retaguarda por urbanização mais ou menos densa”⁶. Os problemas, neste caso, são, em geral, “os de saneamento, os de circulação no núcleo antigo saturado, os de poluição das praias e, quase sempre, os de desfiguração do perfil e ambiente urbano tradicionais”.

A “Segunda Residência”, em que se inclui o “Aldeamento”, distingue-se pelo seu desenvolvimento extensivo, apoiando-se “en la morfología del sitio para, reforzándola, fijar la imagen del conjunto”⁷. Organiza-se, normalmente, em núcleos relativamente fechados sobre si próprios, no desenho labiríntico dos seus arruamentos, ou em condomínios independentes que oferecem uma gama relativamente alargada de tipologias de habitação e partilham um equipamento ou espaço social comum (normalmente uma Piscina), “conveirtiéndose en una nueva pieza que, experimentada en el turismo, se recrea ahora para la residencia suburbana”. Este é considerado o tipo de oferta mais predador dos recursos paisagísticos e das redes de serviços municipais, apresentando picos sazonais de ocupação que contrastam com a total ausência de vida urbana na época baixa e dias da semana. É, no entanto, e curiosamente, este o modelo que regista a maior proliferação no território, com uma procura contínua, ainda hoje, junto dos mercados, confundindo-se, cada vez mais a Segunda Residência com a residência permanente. “Cabría[, no entanto,] preguntarse hasta qué punto la economía del país puede tolerar la existencia de un monto tan elevado de recursos improductivos”.⁸

Por fim, o “Resort Turístico”, ancorado num equipamento de excepção, ou “pesado” (como o Golfe ou a Marina), combina uma oferta multifacetada de serviços com uma grande variedade de alojamento, constituindo-se como um núcleo urbano autónomo, isolado no território e que, pela sua grande dimensão, envolve, geralmente, a participação de diversos investidores ou promotores.

⁶ PORTAS, Nuno, “Crítica do urbanismo: o desenho urbano em situações de costa”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais (Algarve)*, Porto, Ano 5, N.º 13, Junho 1991, p. 92.

⁷ BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, op. cit., p. 28.

⁸ VALENZUELA RUBIO, Manuel, “La residencia secundaria. Mito social y conflicto urbanístico en los espacios turístico-recreativos”, *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, p.83.

Esta modalidade goza de um certo estatuto privilegiado junto do poder público, sendo considerada como uma mais-valia na atracção de um Turismo externo pelo alto nível de qualidade que prometem (mas raramente cumprem), como se *“não tivesse efeitos laterais, físicos ou sociais, que, em geral, se manifestam mais tarde”*.⁹

A “Cidade de Turismo”, por sua vez, resulta da conjugação de todas estas peças numa composição urbana planeada.

Em qualquer um destes modelos, ressalta evidente a importância que é atribuída à dimensão de “representação” da obra de arquitectura como dispositivo de atracção turística e de distinção social, por vezes resultando, no caso da “Segunda Residência” e do “Resort Turístico,” como verdadeiros catálogos de arquitecturas, que procuram responder aos diferentes “gostos” da procura. Uma “parafernália” de estilos e de tipologias que coexistem, lado a lado, no mesmo território, a maior parte das vezes sem qualquer sentido de conjunto ou elemento de ligação, que não o verde natural que os enquadra.

Interessante é perceber que, se de início há, como vimos, uma preocupação generalizada pela distinção e pela qualificação espacial e formal do território do Turismo, tanto ao nível da intervenção estatal como da iniciativa privada, com a massificação da oferta e da procura, nos anos oitenta, os modelos da urbanização turística e da urbanização convencional acabam por se aproximar, confundindo-se. Quer pela crescente influência que os cenários turísticos vão exercer sobre o desenho da forma urbana, obrigando a repensar o valor do espaço público na cidade contemporânea, quer pelas repercussões negativas que a suburbanização residencial corrente, tradicionalmente na mão dos construtores - os chamados “patos-bravos”, vai ter na expansão turístico-balnear. Também a, cada vez maior, indistinção, geográfica, formal e espacial, entre a “Primeira” e a “Segunda Residência” contribui para essa aproximação.

Já nas últimas décadas, a transformação qualitativa dos mercados, no sentido de uma maior segmentação da procura, ou seja, do “consumo”, e, conseqüentemente, de uma crescente flexibilização da oferta, ou seja, da “produção”, veio pôr em questão a competitividade de um Turismo de “Sol e Praia” no presente contexto sócio-cultural e colocar em evidência a necessidade de se reequacionar a capacidade de atracção do litoral, enquanto espaço turístico. Capacidade de atracção e competitividade que terão de passar por uma requalificação espacial e por uma reprogramação funcional do território herdado.

É nesse sentido que se têm vindo a alinhar as opiniões dos autores citados. Numa crítica à abstracção dos planos convencionais e à sua inaptidão para “fazer cidade”, Nuno Portas defende o Desenho Urbano como instrumento de qualificação das zonas de costa, incidindo sobre a forma geral dos aglomerados, a lógica dos espaços públicos, a coerência da edificação e as estratégias de actuação¹⁰. Rosa Barba e Ricard Piè, por seu lado, propõem uma intervenção a partir da identificação, primeiro, dos modelos tipológicos que orientam a construção do território turístico e, depois, das estruturas que permitam ajustar essas unidades numa nova ordenação espacial, mais adequada a esta forma específica de ocupação do solo - temporal, esporádica e episódica¹¹. E Manuel Gausa avança com a ideia de se constituir um novo urbanismo, que, em contraponto aos primeiros modelos - “urbanizadores”, dê prioridade ao espaço “anfitrião”, à paisagem. *“Un paisaje concebido no ya como mera ‘materia prima’ soporte de la actividad constructiva o simple ‘escenario’ a preservar sino, sobre todo, como mecanismo activo capaz no sólo de asegurar el correcto desarrollo de las nuevas operaciones a impulsar sino de incidir rotundamente en la reestructuración de aquellas realidades existentes”*.¹²

¹⁰ PORTAS, Nuno, op. cit., p. 94.

¹¹ BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, op. cit., p. 26.

¹² GAUSA, Manuel, “El espacio turístico: paisaje de límite”, in BARBA, Rosa, PIÉ, Ricard, *Arquitectura y Turismo: Planes y Proyectos*, op. cit., p. 123.

Do cruzamento destas três perspectivas, podemos concluir, então, que o desafio que se coloca, hoje, no “(re)pensar a costa” não é já o de desenhar o “limite”, mas o de desenhar o “vazio”. O “vazio” urbano e o “vazio” natural. Abrir novos espaços públicos qualificados nos tecidos urbanos saturados, reequacionar os “espaços entre” definidos pelas diversas intervenções dispersas no território e valorizar, preservando, os elementos naturais distintivos da paisagem litoral. No fundo, estamos a falar do que Ernesto Nathan Rogers já defendia há cinquenta anos atrás: *“preservare e [i]nventare il paesagio”*.¹³

São estes os princípios gerais de uma intervenção que deveria ser pensada e alargada a toda a costa, identificando os erros a corrigir e as oportunidades a valorizar. Uma intervenção que, por se concentrar no “vazio”, caberia às entidades oficiais promover e orientar. Mas, aquilo que se verifica é que continuamos a depender dos mesmos modelos de planeamento que não conseguiram garantir, desde o início, um controlo efectivo sobre a urbanização turística do território litoral e que, ainda hoje, são os interesses da iniciativa privada a ditar a sua construção e a sua gestão. Seria, por isso, necessário rever esta situação, criando os instrumentos necessários para pôr em prática uma nova forma de “pensar a costa”.

Iniciativa privada que, nos últimos anos, tem investido fortemente no sector hoteleiro e do alojamento turístico¹⁴, promovendo uma maior diversificação e qualificação da oferta em resposta a uma crescente globalização e sofisticação dos mercados. Valoriza-se, agora, a personalização da “experiência” turística, numa reacção *“à estratégia de standardização que se generalizou (...) no universo das grandes cadeias hoteleiras internacionais, em que a um nome-marca se passou a associar uma*

¹³ ROGERS, Ernesto Nathan, “Homo Additus Naturae”, *Casabella Continuita*, Milano, N.º 283 (Coste Italiane 1: Urbanistica), Gennaio 1964, p. 3.

¹⁴ De que é testemunho a exposição “Reacção em Cadeia: Transformações na Arquitectura do Hotel”, integrada no Programa de Arte Contemporânea do Algarve’08, a cargo da Fundação Serralves, e de que resultou o catálogo PEREIRA, Luís Tavares (coordenação), *Reacção em Cadeia: Transformações na Arquitectura do Hotel*, Porto, Fundação Serralves, 2008.

imagem identitária, homogénea e reproduzível, independentemente da sua localização”¹⁵. Uma reacção que tem alimentado o ensaio de soluções inovadoras, que questionam o próprio conceito de “Hotel”, avançando com modelos alternativos. Para esse debate têm contribuído arquitectos e *designers*, que voltam a ser entendidos como “valor diferencial” na produção do território turístico.

Julgamos, no entanto, e com base na análise que fizemos, que, mascaradas sob designações mais mediáticas - como “design”, “boutique”, “residence” e “eco” - e expressões consideradas mais “actualizadas”, muitas das propostas que têm sido apresentadas reproduzem de perto modelos já experimentados. Poucos são, e em particular em Portugal, os exemplos que vão para além de uma superficial reformulação de imagem, deixando de lado questões mais profundas, como as da reinvenção tipológica destas estruturas e da sua própria gestão.

A solução passaria, talvez, e tomando em consideração o que se concluiu previamente, por encontrar e desenvolver soluções, que começam já a ser ensaiadas, em que se dê prioridade à percepção do território e, acima de tudo, da paisagem como um “bem público”, em detrimento da apologia materialista da propriedade privada, favorecendo uma ocupação do espaço que fosse, como o próprio fenómeno do Turismo, temporária, esporádica e episódica. Por outro lado, e em alternativa à promoção de novos empreendimentos, sobretudo, em zonas turísticas já consolidadas, talvez o caminho a percorrer seja o de promover uma revalorização e requalificação das estruturas existentes, muitas delas, como esta dissertação o demonstra, “*arquitecturas de fuerte valor arqueológico y patrimonial surgidas de los ensayos pioneros de la modernidad (hoteles, apartamentos, centros de ocio...) o de nuevas operaciones de diseño cualitativo*”¹⁶. Porque, a grande questão que, realmente, se coloca é quantos mais “Hotéis”, “Segundas Residências” e “Resorts Turísticos” serão mesmo necessários?

¹⁵ LOBO, Susana, “A room with a view”, *Artecapital: Magazine on-line de Arte Contemporânea*, 15 Agosto 2008. (disponível em www.artecapital.net)

¹⁶ GAUSA, Manuel, “Hacia una costa inteligente”, *El País*, 1 Septiembre 2007, p. 13.

Mais do que voltar a olhar para o “passado”, e rever as conclusões que fomos tirando e fixando ao longo da dissertação, o que se pretendeu nesta “conclusão” final foi fazer uma espécie de “comentário”, que lançasse algumas reflexões sobre o “presente” e o “futuro”. Foi, de resto, esse sentido operativo que informou, desde o início, a realização deste trabalho. E é essa capacidade de convocar novas hipóteses e linhas de investigação que, a nosso ver, comprova a relevância e a pertinência do tema estudado.

Referências Bibliográficas

I – Monografias

1. Arquitectura, Arte e Património

ALMEIDA, Pedro Vieira de, *A Arquitectura no Estado Novo: uma leitura crítica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

AMARAL, Francisco Keil, *A Arquitectura e a Vida*, Lisboa, Cosmos, 1942. (Biblioteca Cosmos, N.º 15, 2.ª Secção, N.º 4, Artes e Letras, e) *Arquitectura*)

AMARAL, Francisco Keil, *A Moderna Arquitectura Holandesa*, Lisboa, Seara Nova, 1943. (Cadernos da Seara Nova)

AMARAL, Francisco Pires Keil (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992.

Arquitectura Popular em Portugal, 4.ª edição, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004. (1.ª edição: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961)

BANDEIRINHA, José António (coordenação científica), *Keil do Amaral: Obras de Arquitectura na Beira. Regionalismo e Modernidade*, Lisboa, Argumentum, 2010.

BANDEIRINHA, José António Oliveira, *Quinas Vivas: Memória Descritiva de alguns episódios significativos do conflito entre fazer moderno e fazer nacional na arquitectura portuguesa dos anos 40*, 2.ª edição, Porto, FAUP Publicações, 1996.

BANDEIRINHA, José António, *O Processo SAAL e a Arquitectura*

no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BECKER, Annette; **TOSTÕES**, Ana; **WANG**, Wilfried (organização), *Arquitectura do Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém, 1997.

CORREIA, Luís Miguel, *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico (1509-1949)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

Casa de Férias em Ofir. Fernando Távora 1957-1958, Lisboa, Editorial Blau, 1992.

COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 1995. (Série 2 - Argumentos, 10)

COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, Porto, FAUP Publicações, 1999.

FERNANDEZ, Sérgio, *Percurso: Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, 2.^a edição, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1988. (1.^a edição: 1985)

FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D'Água, 2007.

FOCHS, Carles (editor), *Coderch 1913-1984*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1989.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Volumes I e II, 3.^a edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1990. (1.^a edição: 1967)

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX:*

- 1911-1961, 2.^a edição revista, Lisboa, Bertrand Editora, 1984. (1.^a edição: 1974)
- FREIXA**, Jaume, *Josep Lluís Sert: Obras y proyectos*, 4.^a edição, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997.
- FRAMPTON**, Kenneth, *História Crítica da Arquitectura Moderna*, São Paulo, Martins Fontes, 1997. (1.^a edição: Londres, Thames and Hudson, 1980)
- J.A. Coderch: Torre Valentina**, Barcelona, Edicions Escola Tècnica Superior D'Arquitectura del Vallés/UPS, 1999. (Textos i Documents D'Arquitectura, N.º 6).
- HEITOR**, Manuel; **BRITO**, José Maria Brandão de; **ROLLO**, Maria Fernanda (coord.), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Lisboa, Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do IST/Publicações Dom Quixote, 2004.
- LINO**, Raul, *Casas Portuguesas: Alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples*, 11.^a edição, Lisboa, Edições Cotovia, 1992. (1.^a edição: 1933)
- LOBO**, Susana, *Pousadas de Portugal. Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- Manuel Tainha – Projectos 1954-2002**, Porto, ASA Editores II, 2002. (Colecção Arquitectura – Monografias I)
- MOITA**, Irisalva (coord.), *João Abel Manta: Obra gráfica*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- MONIZ**, Gonçalo Canto, *Arquitectura e Instrução: O projecto moderno do liceu 1836-1936*, Coimbra, eldlarq, 2007.
- MONTANER**, Josep Maria, *Después del Movimiento Moderno: arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, 3.^a edición, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997, p.34. (1.^a edición, 1993)
- MOTA**, Nelson, *A Arquitectura do Quotidiano: Público e Privado no Espaço Doméstico da Burguesia Portuense no Final do*

- Século XIX*, Coimbra, eldlarq, 2010.
- Muitos Anos de Escolas**, Volume I e II, Lisboa, Ministério da Educação - Direcção-Geral da Administração Escolar, 1990.
- ORTIGÃO**, Ramalho, *O Culto da Arte em Portugal*, Lisboa, A.M. Pereira, 1896.
- PEREIRA**, Paulo (direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.
- PUPPI**, Lionello, *A Arquitectura de Oscar Niemeyer*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 1988
- ROSSI**, Aldo, *Autobiografia Científica*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998.
- SANTOS**, Carlos Oliveira, *O Nosso Niemeyer: Edição comemorativa dos 100 anos de Oscar Niemeyer*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Teorema, 2007. (1.^a edição 2001)
- SILVA**, Susana Constantino Peixoto da, *Arquitectura de Cine-Teatros: Evolução e Registo [1927-1959]. Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2010.
- SMITH**, Elizabeth a. T., *Case Study Houses 1945-1966 O ímpeto da Califórnia*, Köln, Taschen, 2006.
- TAVARES**, André, *Arquitectura Antituberculose: Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005. (Série 2. Argumentos, N.º 24)
- TAVARES**, André, **BANDEIRA**, Pedro (editores), *Só nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008. (Equações de Arquitectura, 71)
- TEYSSOT**, *Da Teoria de Arquitectura: doze ensaios*, Lisboa/Coimbra, Edições 70/elldlarq, 2010.
- TOMÉ**, Miguel, *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*, Porto, FAUP Publicações, 2002. (Série 2 - Argumentos, 21)
- TOSTÕES**, Ana, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos*

- Anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997. (Série 2 - Argumentos, 14)
- TOSTÕES**, Ana (Texto), **VIEIRA**, Joaquim (direcção), *Fotobiografias Século XX: Pardal Monteiro*, Mem Martins, Círculo de Leitores e Autores, 2009.
- TRIGUEIROS**, Luiz (ed.), *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993.
- TRIGUEIROS**, Luiz (editor), **BARATA**, Paulo Martins, *Álvaro Siza 1954-1976*, Lisboa Editorial Blau, 1997.
- TRIGUEIROS**, Luiz (editor), **GÄNSHIRT**, Christian, *Piscina na praia de Leça da Palmeira. Álvaro Siza: 1959-1973*, Lisboa, Editorial Blau, 2003.
- TRIGUEIROS**, Luiz, **SAT**, Claudio (edit.), *Raul Lino 1879-1974*, Lisboa, Editorial Blau, 2003.

2. Urbanismo e Território

- ALEXANDER**, Anthony, *Britain's New Towns: Garden Cities to Sustainable Communities*, Oxon, Routledge, 2009.
- CAVACO**, Carminda, *A Costa do Estoril: Esboço Geográfico*, Volumes I e II, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1981.
- CHOAY**, Françoise, *A Regra e o Modelo: Sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópico, 2007. (1.ª edição: Paris, Seuil, 1980)
- COSTA**, F. B. Velho da, *O Plano de Urbanização da Praia da Rocha e A Burocracia Local*, Portimão, Tipografia Lumen, 1937.
- COSTA**, Sandra Vaz, *O País a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitectura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012.
- DODI**, Luigi, *Sull'insegnamento dell'urbanistica. Indagine condotta presso atenei d'Europa*, Milano, Tamburini, 1966.
- FORRESTIER**, Jean-Claude Nicolas, *Grandes Villes et Systèmes*

- de Parcs*, Paris, Norma, 1997. (1.^a edição: Paris, Hachette, 1908)
- GOITIA**, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, 4.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- GRANDE**, Nuno, *O Verdadeiro Mapa do Universo: Uma leitura diacrónica da cidade portuguesa*, Coimbra, eldlarq, 2002.
- LEFEBVRE**, Henry, *La production de l'espace*, 4^e edition, Paris, Anthropos, 2000.
- LINO**, Raúl, *Quatro Palavras Sobre Urbanismo*, Lisboa, Edição Valentim de Carvalho, 1945.
- LÔBO**, Margarida Souza, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações/DGOTDU, 1995. (Série 1 - Ensaios, 5)
- MEDEIROS**, Carlos Alberto (Direcção), *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006.
- MONTEZ**, Paulino, *A Estética de Lisboa: da Urbanização da cidade*, Lisboa, [s.n.], 1935. (Estudo lido em Sessão Pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa, no dia 2 de Fevereiro de 1935)
- MONTEZ**, Paulino, *Lisboa: Alcântara/Alvito*, Lisboa, [s.n.], 1938. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, 2)
- MONTEZ**, Paulino, *Lisboa: Extensão Nordeste da Cidade*, Lisboa, [s.n.], 1958. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, 5-7)
- MONTEZ**, Paulino, *Praias da Costa do Sol*, Lisboa, [s.n.], 1978. (Colecção Estudos de Urbanismo em Portugal - Planos de Extensão Regularização e Embelezamento de Vilas e Cidades, 12-18)
- MUMFORD**, Eric, *The CIAM Discourse on Urbanism*, Cambridge, Mass./London, MIT Press, 2000.

- PORTAS**, Nuno, *A Cidade como Arquitectura*, 2.^a edição fac-símile, Lisboa, Livros Horizonte, 2007. (1.^a edição, 1969)
- RIBEIRO**, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de relações geográficas*, 7.^a edição, Lisboa, Livreria Sá da Costa Editora, 1998. (Colecção “Nova Universidade”) (1.^a edição: Coimbra, Coimbra Editora, 1945)
- ROSMANINHO**, Nuno, *O princípio de uma ‘Revolução Urbanística’ no Estado Novo: os primeiros programas da Cidade Universitária de Coimbra (1934-1940)*, Coimbra, Minerva Editora, 1996.
- SANTA-RITA**, António José de, *As Estradas em Portugal: da Monarquia ao Estado Novo (1900-1974)*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2006.
- SILVA**, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.
- TÁVORA**, Fernando, *Da Organização do Espaço*, 3.^a edição, Porto, FAUP Publicações, 1996. (Série 2 – Argumentos, 13) (1.^a edição, 1962)
- TAVARES**, Edmundo, *A Figueira da Foz: suas belezas naturais, seus problemas urbanísticos*, [Lisboa, Tip. Silvas], 1943.

3. Turismo

- 90 Anos de Turismo em Portugal: conhecer o passado investir no futuro*, Lisboa, Conselho Sectorial do Turismo, 2001.
- ANDRADE**, Ferreira de (editor), *Anuário do Turismo Português*, Lisboa, Sociedade Astória, N.º 5, 1957.
- Anuário Comercial de Portugal: Turismo*, 1.^a edição, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932.
- BARBA**, Rosa, **PIÉ**, Ricard, *Arquitectura y Turismo: Planes y Projectos*, Barcelona, Centre de recerca i projectes de paisatge (CRPP)/UPC, 1996.
- BRITO**, Sérgio Palma, *Notas sobre a evolução do viajar e a formação do turismo*, Lisboa, Medialivros, 2003.
- CANDILIS**, Georges, *Arquitectura y urbanismo del turismo de*

masas, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1973.

Cartilha da Hospedagem Portuguesa: Adágios novos para servirem tôda a hospedaria que não quizer perder afreguesia, Lisboa, Edições do Secretariado de Propaganda Nacional, 1941.

COHEN, Erik, *Contemporary Tourism: diversity and change*, Oxford, ELSEVIER, 2004.

CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001. (1.^a edição: Paris, Aubier, 1995)

Dez Anos de Alegria no Trabalho, [Lisboa], FNAT, 1945.

DUMAZEDIER, Joffre, *Vers une civilisation du loisir?*, Paris, Éditions du Seuil, 1962.

FNAT Ano XX (1935-1954), [Lisboa], Gabinete de Divulgação da FNAT, [1954].

FNAT: XXV Aniversário, Lisboa, Gabinete de Divulgação da FNAT, 1962.

GAVIRIA, Mario, et al., *España a Go-Go: Turismo charter y neocolonialismo del espacio*, Madrid, Ediciones Turner, 1975.

GAVIRIA, Mario (dir.), *Turismo de playa en España, chequeo a 16 ciudades nuevas del ocio*, Madrid, Ediciones Turner, 1975.

GRAAF, Jan de, **CAMP**, D'Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997.

FERRO, António, *Turismo: Fonte de Riqueza e de Poesia*, Lisboa, Edições SNI, 1949.

FUSTER, Luis Fernandez, *Albergues y Paradores*, Madrid, Publicaciones Españolas, 1957. (Temas Españoles, N.º 307)

GUIMARÃES, Manuel, **VALDEMAR**, António, *Grandes Hotéis de Portugal*, Lisboa, Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo/Edições Inapa, 2002.

- José Teodoro dos Santos: o empresário de turismo da renovação**, Estoril, Estoril-Sol, 1985.
- LASANSKY**, Diana Medina, **MCLAREN**, Brian (eds.), *Arquitectura y turismo: Percepción, representación y lugar*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2006.
- LEED**, Eric J., *The mind of the traveller: From Gilgamesh to global tourism*, s.l., BasicBooks1991. (1.^a edição: 1942)
- LOBO**, Susana, *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitectura Portuguesa do Século XX*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- MACCANNELL**, Dean, *The Tourist: a new theory of the leisure class*, Berkeley, University of California Press, 1999. (1.^a edição: New York, Schocken Books, 1976)
- MACHADO**, Helena Cristina Ferreira, *A construção Social da Praia*, Guimarães, Ideal, 1996.
- MARTINO**, Stefano de, **WALL**, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988.
- MVRDV**, *Costa Ibérica: Upbeat to the leisure city*, Barcelona, Actar, 2000.
- PASSOS**, José Manuel da Silva, *O Bilhete Postal Ilustrado e a História Urbana do Algarve*, Lisboa, Editorial Caminho, 1995. (Colecção Memória da Cidade)
- PINA**, Paulo, *Cronologia do Turismo Português 1900-1929: Colectânea de Factos e Opiniões*, Volume I, Porto, Secretaria de Estado do Turismo/Direcção-Geral do Turismo-Delegação do Porto, 1982.
- PINA**, Paulo, *Portugal: O turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, 1988.
- PINTO**, Maria de Fátima, *Um Lugar ao Sol: Costa de Caparica 1938-1998*, Lisboa, INATEL, 1998.
- PORTUGAL**, Sociedade Propaganda de, *Instituto Português de Turismo: Relatório e Projecto de Estatuto*, Carcavelos, Tipografia Cardim, 1950.

- Pousadas do SNI*, Lisboa, Edições SNI, 1948.
- ROUILLARD**, Dominique, *Le Site Balnéaire*, Liège, Pierre Mardaga, 1984.
- SMITH**, Jane, *Liquid Assets: The lidos and open air swimming pools of Britain*, London, English Heritage, 2005.
- URRY**, John, *The Tourist Gaze*, 2nd edition, London, Sage Publications, 2006. (1.^a edição: 1990)
- VALENTE**, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri/INATEL, 1999.
- VICENTE**, Filipa Lowndes, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica, 2003.
- VLÈS**, Vicent, *Politiques publiques d'aménagement touristique. Objectifs, méthodes, effets*, Pessac, Presses Universitaires de Bordeaux, 2006.
- WAGENAAR**, Cor (ed.), *Happy: Cities and Public Happiness in Post-War Europe*, Rotterdam, NAI Publishers, 2004.

4. Partes e Contribuições em Monografias

- AMARAL**, Pitum Keil do, “Introdução”, in *Keil do Amaral: Humor de Arquitecto. Compilação, introdução e notas de Pitum Keil do Amaral*, Lisboa, Argumentum, 2010, pp. 8-15.
- AMORIM**, Padre Manuel, “O Litoral Poveiro”, AMORIM, Inês (coordenação), *O litoral em perspectiva histórica: Séc. XVI a XVIII*, Porto, Instituto de História Moderna-Centro Leonardo Coimbra, 2002, pp. 21-40.
- ANDERLE**, Michele, “Il Calambrone: City of continuous lines”, in MARTINO, Stefano de, WALL, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988, pp. 66-68.
- ATAÍDE**, José de, “Algumas notas sobre Turismo em Portugal”, in *Anuário Comercial de Portugal: Turismo*, 1.^a edição, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, 1932, pp. 307-315.

- BANDEIRINHA**, José António, “Keil do Amaral e a Região da Beira”, in **BANDEIRINHA**, José António (coordenação científica), *Keil do Amaral: Obras de Arquitectura na Beira. Regionalismo e Modernidade*, Lisboa, argumentum, 2010, pp. 6-17.
- BARTHES**, Roland, “The Blue Guide”, in **BARTHES**, Roland, *Mythologies*, New York, The Noonday Press, 1991, pp. 74-77.
- BRITO**, José Maria Brandão de, “Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia”, in **HEITOR**, Manuel, **BRITO**, José Maria Brandão de, **ROLLO**, Maria Fernanda (coordenação), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Volume I - Contexto, Lisboa, IST/Publicações Dom Quixote, 2004, pp. 129-153.
- CARDIM**, Guilherme, “Instituto Português de Turismo”, in **PORTUGAL**, Sociedade Propaganda de, *Instituto Português de Turismo: Relatório e Projecto de Estatuto*, Carcavelos, Tipografia Cardim, 1950.
- COHEN**, Erik, “Who is a Tourist?: A conceptual clarification”, in **COHEN**, Erik, *Contemporary Tourism: Diversity and Change*, Amsterdam, Elsevier, 2004, pp. 17-36.
- COSTA**, Alexandre Alves, “A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa”, in **COSTA**, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: Outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP Publicações, 1995, pp. 55-72. (Série 2 - Argumentos, 10)
- COSTA**, Alexandre Alves, “Portugal: Cities by the Sea”, in **GRAAF**, Jan de, **CAMP**, D’Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, pp. 214-223.
- COSTA**, Alexandre Alves, “Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa”, in **BECKER**, Annette; **TOSTÕES**, Ana; **WANG**, Wilfried (organização), *Arquitectura*

do Século XX: Portugal, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal Frankfurt97-Centro Cultural de Belém, 1997, pp. 276-277.

COSTA, Alexandre Alves, “Três Andamentos”, in COSTA, Alexandre Alves, *Textos Datados*, Coimbra, Edições eldlarq, 2007, pp. 103-107.

FERREIRA, Raúl Hestnes, “Keil Amaral e a Arquitectura”, in AMARAL, Francisco Pires Keil (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, pp. 35-97.

FIGUEIRA, Jorge, “A casa do lado”, in TAVARES, André, BANDEIRA, Pedro (editores), *Só nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 57-61.

FIGUEIRA, Jorge, “Explicado às Crianças”, in FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D’Água Editores, 2007.

FIGUEIRA, Jorge, “Monumentalidade e Melancolia: a Bela Vista revisitada”, in FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D’Água, 2007, pp. 162-167.

FIGUEIRA, Jorge, “Para lá do ‘contemporâneo’, regressando a Rossi”, in FIGUEIRA, Jorge, *A Noite em Arquitectura*, Lisboa, Relógio D’Água, 2007, pp. 141-148.

“Fragmentos de uma experiência: Conversas com Carlos Castanheira, Pedro de Llano, Francisco Rei e Santiago Seara”, in *Álvaro Siza: Obras e Projectos*, Matosinhos/Milão, Centro de Documentação Álvaro Siza/Electa, 1995, pp. 32-33.

GASPAR, Jorge, **SIMÕES**, José Manuel, “Parte III: Planeamento e Desenvolvimento”, in MEDEIROS, Carlos Alberto (Direcção), *Geografia de Portugal: Planeamento e Ordenamento do Território*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, pp. 167-257.

GAUSA, Manuel, “O espaço turístico: paisagem no limite”,

in COSTA, Xavier; LANDROVE, Susana (dir.), *Inventário DOCOMOMO Ibérico: Arquitectura do Movimento Moderno 1925-1965*, Barcelona/Lisboa, Fundación Mies van der Rohe/Associação dos Arquitectos Portugueses, 1997, pp. 292-299.

GRAAF, Jan de, **CAMP**, D'Laine, "Germany", in GRAAF, Jan de, **CAMP**, D'Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, p. 98.

GREENWOOD, Davydd J., "Prólogo", in LASANSKY, Diana Medina, **MCLAREN**, Brian (eds.), *Arquitectura y turismo: Percepción, representación y lugar*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 2006, pp. 7-13.

HEATHCOTE, Edwin, "Modernism as Enemy: Film and the Portrayal of Modern Architecture", in FEAR, Bob (Guest Editor), *Architecture + Film II*, Vol. 70, No. 1, London, Architectural Design/Wiley-Academy, January 2000, pp. 20-25.

LABÒ, Mario, "L'architettura delle colonie marine italiane", in **LABÒ**, Mario, **PODESTÀ**, Attilio, *Colonie*, Milano, Editoriale Domus, 1942.

LOBO, Susana, "1942-2002: 60 anos de Pousadas", in **TOSTÕES**, Ana (coordenação científica), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970: um património para conhecer e salvar*, Lisboa, MC/IPPAR, 2004, pp. 82-101.

MARTINO, Stefano, "Architecture and Territory", in **MARTINO**, Stefano de, **WALL**, Alex, *Cities of Childhood: Italian Colonie of the 1930s*, London, Architectural Association, 1988, pp. 12-13.

MENDES, Manuel, "Terra quanto a vejas, casa quanto baste", in **TAVARES**, André, **BANDEIRA**, Pedro (editores), *Só nós e Santa Tecla*, Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 101-147.

OLIVEIRA, Maria Manuel, "Linha de Sombra", in **TAVARES**, André, **BANDEIRA**, Pedro (editores), *Só nós e Santa Tecla*,

Porto, Dafne Editora, 2008, pp. 25-33.

PEREIRA, Nuno Teotónio, “A Arquitectura de Regime: 1938-1948”, in **BECKER**, Annette; **TOSTÕES**, Ana; **WANG**, Wilfried (organização), *Arquiteturado Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt 97-Centro Cultural de Belém, 1997, pp. 33-39.

PORTAS, Nuno, “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma interpretação”, in **ZEVI**, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, II Volume, Lisboa, Arcádia, 1977, pp. 687-746.

“Prora, a Seaside Resort for the Masses”, in **GRAAF**, Jan de, **CAMP**, D’Laine (editors), *Europe: Coast Wise. An anthology of reflections on architecture and tourism*, Rotterdam, 010 Publishers, 1997, pp. 100-111.

“Piscinas do Tamariz: Estoril, 1954 | 56”, in **NEVES**, José Manuel das (coordenação editorial), *Manuel Taíinha: Projectos 1954-2002*, Porto, Edições ASA, 2002, pp. 39-40.

RAUCH, André, “As férias e a natureza revisitada (1830-1939)”, in **CORBIN**, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, pp. 93-135.

RICHEZ, Jean-Claude, **STRAUSS**, Léon, “Um tempo novo para os operários: as férias pagas (1930-1960)”, in **CORBIN**, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, pp. 458-503.

ROLLO, Maria Fernanda, “A ‘nova política industrial’ do marcelismo”, in **MATTOSO**, José (direcção), **ROSAS**, Fernando (coordenação), *História de Portugal: O Estado Novo*, Volume 7, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 466-471.

ROLLO, Maria Fernanda, “Inovação e produtividade: o modelo americano e a assistência técnica americana a Portugal no pós-guerra”, in **BRITO**, José Maria Brandão de, “Estado

Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia”, in HEITOR, Manuel, BRITO, José Maria Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda (coordenação), *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Volume I - Contexto, Lisboa, IST/Publicações Dom Quixote, 2004, pp. 41-80.

SANTOS, Rui Afonso, “O *design* e a decoração em Portugal: 1900-1994”, in PEREIRA, Paulo (direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 437-505.

SILVA, José Antunes da, “Um Grande Homem Discreto”, in AMARAL, Francisco Pires Keil (coordenação), *Keil Amaral Arquitecto: 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, pp. 9-32.

SILVA, Raquel Henriques da, “Sinais de ruptura: ‘livres’ e humoristas”, in PEREIRA, Paulo (direcção), *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, Volume III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 369-405.

SPODE, Hasso, “V. El Turista”, in FREVERT, Ute, HAUPT, Heinz-Gerhardt, et. al., *El hombre del siglo XX*, Madrid, Alianza Editorial, 2002, pp.123-150.

TÁVORA, Fernando, “Casa de Férias Ofir, 1957-1958”, in TRIGUEIROS, Luiz (ed.), *Fernando Távora*, Lisboa, Editorial Blau, 1993, pp. 78-80.

TÁVORA, Fernando, “Teoria Geral da organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes”, in MENDES, Manuel (direcção editorial), *Fernando Távora: Teoria Geral da organização do Espaço. Arquitectura e Urbanismo. A Lição das Constantes*, Porto, FAUP Publicações, 1993. (1.^a edição: *Lusíada: Revista Ilustrada de Cultura*, Porto, Volume 1, N.º 2, Novembro 1952)

THIESSE, Anne-Marie, “Organização dos lazeres dos trabalhadores

e tempos roubados (1880-1930)”, in CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres: o advento do lazer*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, pp. 366-391.

TOSTÕES, Ana, “Edifício da Garagem do Jornal ‘O Comércio do Porto’”, in **BECKER**, Annette; **TOSTÕES**, Ana; **WANG**, Wilfried (organização), *Arquitectura do Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém, 1997, p. 173.

TOSTÕES, Ana, “Pavilhão de Portugal na Exposição Universal e Internacional de Bruxelas de 1958”, in **BECKER**, Annette, **TOSTÕES**, Ana, **WANG**, Wilfried (organização), *Arquitectura do Século XX: Portugal*, München-New York/Frankfurt am Main/Lisboa, Prestel/Deutsches Architektur Museum/Portugal-Frankfurt97-Centro Cultural de Belém, 1997, p. 232.

TOUSSAINT, Michel, “Casa entre Pinheiros”, in *Casa de Férias em Ofir. Fernando Távora 1957-1958*, Lisboa, Editorial Blau, 1992.

II – Publicações em Série

1. Artigos em Revistas

“**A Arquitectura no ‘I.º Salão dos Independentes’, Lisboa**”, *Arquitectura: Revista Oficial de la Sociedad Central de Arquitectos*, Madrid, N.º 8, Agosto 1930, pp. 230-244.

“**A Carta de Atenas**”, *Arquitectura*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 20 a 27, 1948.

“**A Casa do Sr. Dr. José de Lacerda**”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Anno VIII, N.º 14, 1 Dezembro 1907, pp. 104-105.

“**Actividades Exemplares**”, *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação*, Lisboa, Ano XXX, 3.ª Série, N.º 27, Junho

- 1937, pp. 13-14.
- “A Figueira da Foz: Uma tese admirável do arquitecto-urbanista João Faria da Costa”**, Lisboa, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, Ano XXX, 3.^a Série, N.º 31, Outubro 1937, pp. 11-23.
- “A Grande Exposição do Hotel Modelo será inaugurada brevemente”**, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.^a Série, N.º 274, 10 Setembro 1933, pp. 4-5.
- ALMEIDA**, Leopoldo C. de, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento]”, *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, p. 200.
- ALMEIDA**, Pedro Vieira de, “Uma análise da obra de Siza Vieira: Piscina de Leça em Matosinhos (Porto)”, *Arquitectura*, Lisboa, III Série, N.º 96, Março-Abril 1967, pp. 64-74.
- ANAHORY**, Eduardo, “Casa de férias na Arrábida”, *Binário*, Lisboa, N.º 60, Setembro 1963, pp. 478-481.
- ANAHORY**, Eduardo, “Casa de fim de semana em Alportuche (Arrábida)”, *Binário*, Lisboa, N.º 23, Agosto 1960, pp. 267-268.
- ANAHORY**, Eduardo, “Hotel de Porto Santo”, *Binário*, Lisboa, N.º 88, Janeiro 1966, pp. 28-31.
- ANAHORY**, Eduardo, “Praia-Piscina-Flutuante”, *Binário*, N.º 119, Agosto 1968, p. 79.
- ANDRESEN**, João, “Projecto de uma pousada para Valença do Minho”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 62, Setembro 1958, pp. 11-16.
- “Ante-Projecto de um Casino sobre o mar - no Estoril”**, *A Construção Moderna e As Artes do Metal*, Lisboa, Ano XIV, N.º 1, 10 Janeiro 1914, pp. 1-3.
- “Apartamentos Gémeos: Arquitecto Alfredo Ângelo Magalhães”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.^a Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 10-12.
- “A Ponte sobre o Tejo em Lisboa”**, *ACP: Orgão Oficial do*

Automóvel Club de Portugal, Ano XXXII, N.º 3-4, Março-Abril 1962, pp. 15-17.

“A Projétada ‘Avenida dos Banhos’ na Povia de Varzim”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Ano XVII, N.º 5, 10 Março 1917, pp. 1 e 28-29.

AVERMAETE, Tom, “Travelling Notions of Public and Private: The French Mass Tourism Projects of Candilis-Josic-Woods, *OASE*, Rotterdam, N.º 64, 2004, pp. 16-45.

BALLADUR, Jean, “L’Architecture de La Grande-Motte” *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, pp. 66.

BANDEIRINHA, José António, “O Encontro Nacional de Arquitectos em 1969. A reprodução das tensões sociais, culturais e políticas no âmbito profissional da arquitectura”, *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, pp. 11-26.

BARBA CASANOVAS, Rosa, **PIÉ NINOT**, Ricard, “Espontaneísmo, recursos y problemas del turismo costero catalán”, *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, pp. 40-46.

BARATA, Paulo Martins, “Conceição Silva: Poética sem Retórica”, *Prototipo*, Lisboa, Ano II, N.º 4, Novembro 2000, pp. 39-69.

BARRETO, António F.V., **DENTINHO**, Álvaro, **BRANCO**, Albano Castelo, “Ordenamento paisagístico do Algarve”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 121/122, Maio/Agosto 1971, pp. 123-127.

BARROS, Leitão de, “Turismo! Sensacional série de artigos sobre Turismo em Portugal: XI. Inaugura-se a Exposição do Hotel Modelo, Organizada pelo nosso Jornal”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.^a Série, N.º 278, 8 Outubro 1933, p. 3.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, “A arquitectura do Estoril: da Quinta do Viana ao Parque Estoril – 1880-1930”, *Arquivo*

- de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 8, 1989, pp. 51-73.
- BRIZ**, Maria da Graça Gonzalez, “A arquitectura modernista do Estoril: 1930-1940”, *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 10, 1991, pp. 61-72.
- CALDAS**, João Vieira, “O conceito de Aldeamento”, *JA: Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 197 (As Praias de Portugal 2), Setembro/Outubro 2000, pp. 31-34.
- CALIXTO**, Carlos Pereira, “Estoril de ontem - Estoril de hoje”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 1.ª Série, N.º 15-16, Lisboa, Julho 1943, pp. 46-48.
- CÂMARA**, João da, “Chronica Occidental, *Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, 19.º Anno, XIX Volume, N.º 637, 5 Setembro 1896, p. 194.
- “Campanha do Bom Gôsto”**, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, 1.ª Série, N.º 2, Julho 1941, pp. 20-21.
- “Campo de Golf: Arquitecto MacKenzie Ross”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 13-14.
- CANDILIS**, Georges, “Analyse critique de la place des loisirs dans l’architecture et l’urbanisme contemporains”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, Boulogne, 38^e Année, N. 131 (Tourisme-Loisirs) Avril-Mai 1967, p. 14.
- “Casa de Férias em Carrego: Arquitecto João Andresen”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXIV, 2.ª Série, N.º 41, Março 1952, pp. 5-7.
- “Casa em Ofir”**, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 59, 1957, pp. 10-13.
- “Casa de férias em Ofir: Arquitectos Rogério Martins e João Anderssen”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 8-9.
- “Casa de férias no Rodízio”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 22, Abril 1948, pp. 14-15.
- “Casa de férias no Rodízio: entre pinheiros e flores, com sombras acolhedoras”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª

- Série, N.º 17-18, Julho-Agosto 1947, pp.7-10.
- “Casa de férias num pinhal”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.^a Série, N.º 17-18, Julho-Agosto 1947, pp. 30-33.
- “Casa de fim de semana em Alportuche (Arrábida)”**, *Binário*, Lisboa, N.º 23, Agosto 1960, pp. 267-268.
- “Casa Portuguesa: Casa do Marco (Azenhas do Mar)”**, *Ilustração*, Lisboa, N.º 46, 16 Novembro 1927, p. 29.
- CASTRO**, A. Sanches de, “O Quarto de Hotel: O que ele tem a mais, o que lhe falta! aspectos do Problema Turístico em Portugal”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.^a Série, N.º 254, 23 Abril 1933, p. 8.
- CAVACO**, Carminda, “Geografia e Turismo no Algarve: Aspectos Contemporâneos”, *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, Volume IV, Lisboa, N.º 8, 1969. (Separata)
- CAVACO**, Carminda, “O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos e espaciais”, *Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, N.º 40-41-42, 1980, pp. 191-279.
- “Chronica Elegante”**, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 2.^a Série, N.º 37, 18 Julho 1904, p. 592.
- CODERCH**, José Antonio, “No son genios lo que necesitamos ahora”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 73, Dezembro 1961, pp. 3-4.
- COLARES**, Nunes, “Palacete do Ex.mo Sr. Alexandre Nunes Sequeira no Estoril”, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano XI, N.º 11, Novembro 1918, pp. 41-44.
- COLARES**, Nunes, “Uma casa de estilização tradicionalista a construir no Estoril”, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano XI, N.º 12, Dezembro 1918, pp. 45-47.
- “Concurso”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.^a Série, N.º 16, Junho 1947, p. 4.
- “Concurso da Casa Panorama”**, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.^a Série, N.º 13, Fevereiro 1943.
- “Concurso da Casa Panorama”**, *Panorama: Revista Portuguesa*

- de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.ª Série, N.º 20, Abril 1944.
- “Concurso do Estoril: Mais uma casa para o Parque das Termas”**, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano XII, N.º 7, Julho 1919, p. 25-28.
- “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 22, Abril 1948, p. 4.
- “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, pp. 2-13.
- “Concurso para uma Casa de Férias no Alto Rodízio: Relatório do Júri pelo Arquitecto Carlos Ramos”**, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.ª Série, N.º 23-24, Maio-Junho 1948, p. 3.
- “Conjunto da Galé (Tróia)”**, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 177-178, Junho-Julho 1973, pp. 241-245.
- CORBOZ**, André, “Il territorio come palinsesto”, *Casabella*, Milano, N.º 516, Settembre 1985, pp. 22-27.
- CORREA**, Federico, “Considerações sobre o Urbanismo e suas relações com o Turismo em Espanha”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 81, Março 1964, pp. 39-40.
- CORREA**, Federico, “Consideraciones sobre el Urbanismo en relación con el turismo en España”, *Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 5, Num. 55, Julio 1963, pp. 39-44.
- CORRÊA**, M. Norberto, “Plano Sub-Regional de Armação de Pêra: Esboceto”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 99, Setembro-Outubro 1967, pp. 204-210.
- CORREIA**, Nuno, “A crítica arquitectónica, o debate social e a participação portuguesa nos ‘Pequenos Congressos’ - 1959/1968”, *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, pp. 41-57.
- COSTA**, A. C. Celestino da, “Estudos de Urbanização”, *Boletim da*

Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, I Volume, Lisboa, MOPC, 1954, pp. 95-104.

COSTA, João Guilherme Faria da, “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XX, 2.^a Série, N.º 13, Março 1947, pp. 3-13.

COSTA, Jorge Felner da, “Alegria no Trabalho”, *Alegria no Trabalho: Boletim da Fundação para a Alegria no trabalho*, Lisboa, Ano I, N.º 1, Janeiro 1945, p. 1.

CRUZ, Alberto, “Problemas arquitectónicos do Hotel Alvor-Praia”, *Binário*, Lisboa, N.º 114, Março 1968, pp. 122-127.

CUNHA, Augusto, “Os Grandes Valores Turísticos Nacionais nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.^a Série, N.º 10, Agosto 1942, p. 40-41.

Cuadernos de Arquitectura: Publicación del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, Barcelona, N.º 64 (El Turismo en la costa), 2.º trimestre 1966.

Cuadernos de Arquitectura: Publicación del Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, Barcelona, N.º 65 (El Turismo en la costa), 3.º trimestre 1966.

DE GRÖER, Etienne, “Le Trace d’Un Plan d’Urbanisation”, *Técnica: Revista de Engenharia dos Alunos do I.S.T.*, Lisboa, 1945. (Separata)

DUARTE, Carlos, “Design, Ambiente e Moda a propósito de duas obras de Conceição Silva”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 100, Novembro/Dezembro 1967, pp. 262-263.

DUARTE, Carlos, “Hotel da Balaia: Comentário por Carlos Duarte”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 108, Março-Abril 1969, pp. 69 e 96.

ECHAIDE, Rafael, “Espanha - os ‘pequenos congressos’”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 31, Abril 1961, pp. 197-202.

- “Entrevista com o Arquitecto Francisco Conceição Silva”**,
Arquitectura, 3.^a Série, N.º 120, Março/Abril, 1971,
pp. 42-46.
- “Entrevista com o Arquitecto Francisco Keil Amaral”**,
Arquitectura, 3.^a Série, N.º 125, Agosto 1972, p. 79.
- ESPINHO**, José, “A decoração interior do Hotel Estoril-Sol”,
Binário, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964, pp. 361-366.
- “Estoril”**, *Revista Portuguesa de Comunicações*, Lisboa, Ano II,
N.º 28, 15 Agosto 1930, p. 241.
- “Estoril: Projéto do Grande Casino e duma casa de estilisação
tradicionalista”**, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano
XII, N.º 1, Janeiro 1919, p. 1-4.
- ESTRIGA**, Jorge, **TABARRA**, João (fotografias), “09. Hotel do
Facho”, *JA: Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 196 (As Praias
de Portugal I), Maio-Junho 2000, pp. 82-87.
- FERNANDES**, José Manuel, “Férias Nacionalistas e Arquitectura
Tradicional”, *JA – Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 196 (As
Praias de Portugal I), Maio-Junho 2000, pp. 31-35.
- FERNANDES**, José Manuel, “Alberto Cruz, arquitecto”,
Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos,
Lisboa, N.º 20, Março 2004, pp. 161-165.
- FERREIRA**, Carlos Antero, “O motel: nova fórmula hoteleira,
novo tema de arquitectura”, *Binário: Revista Mensal
Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 18,
Março 1960, pp. 79-86.
- FERREIRA**, Claudino, “Estilos de Vida, Práticas e Representações
Sociais dos Termalistas: O caso das Termas da Curia”,
RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, N.º 43,
Outubro 1995, pp. 93-122.
- FIGUEIRA**, Jorge, “Nuno Portas, Hestnes Ferreira, Conceição
Silva: Sobressaltos em Lisboa, anos 1960”, *RCCS: Revista
Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro
2010, pp. 77-89.
- FIGUEIREDO**, Carlos, “Figueira da Foz: A cidade e o seu

crescimento. Uma visão morfológica”, *Locus: Revista da Associação de Investigação do Território*, Soure, N.º 2-3, 1987, pp. 17-28.

FREITAS, Joana Gaspar de, “O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado”, *Revista de Gestão Costeira Integrada*, Lisboa, Volume 7, N.º 2, 2007, pp. 105-115.

GONÇALVES, Fernando, “A propósito dos Planos e Urbanização do Estado Novo: projectos urbanísticos ou regulamentos policiais?”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Lisboa, Ano II, N.º 4, Maio 1986, pp. 92-115.

GONÇALVES, Fernando, “Urbanística à Duarte Pacheco”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano III, 4.ª Série, N.º 142, Julho 1981, pp. 20-36.

“Hotel Alvor-Praia: Algarve, Praia dos Três Irmãos, Alvor”, *Arquitectura*, Lisboa, III Série, N.º 100, Novembro-Dezembro 1967, pp. 247-255.

“Hotel do Mar”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, N.º 66, Março 1964, pp. 155-162.

“Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 276, 24 Setembro 1933, p. 9.

“Hotel Modelo: A iniciativa do nosso jornal apreciada pelo Presidente do Centro Português de Turismo (ACP)”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 275, 17 Setembro 1933, p. 5.

“Hotel Ofir”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.ª Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 20-26.

“Importa que toda a gente colabore na valorização turística do País - afirmou o ministro da Presidência ao inaugurar o Colóquio Nacional de Turismo”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, Ano 40.º, N.º 13686, 19 Janeiro 1961.

IRACE, Fulvio, “L’utopie nouvelle: l’architettura delle colonie”, *Domus: Monthly Review of Architecture Interiors Fashion*

- Design Art*, Milano, N.º 659, Marzo 1985, pp. 2-13.
- IRIBARNE**, Manuel Fraga, “Arquitectura y Turismo”,
Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, Madrid, Año 6, N.º 65, Mayo 1964, pp. 1-2.
- JA: *Jornal Arquitectos***, Lisboa, N.º 196 (As Praias de Portugal 1),
Maio/Junho 2000.
- JA: *Jornal Arquitectos***, Lisboa, N.º 197 (As Praias de Portugal 2),
Setembro/Outubro 2000.
- “La Ciudad Verde de Moscú”**, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona,
N.º 1, Primer Trimestre 1931, pp. 30-32.
- “La necesidad de la vida al aire libre”**, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*,
Barcelona, N.º 7, Tercer Trimestre 1932, p. 17.
- LEAL**, João, “Desenho de Interiores: O novo Casino Estoril”,
Arquitectura, Lisboa, N.º 102, Março-Abril 1969, p. 75.
- LEAL**, Maria Joana Mendes, “Carta Aberta: Queridas Raparigas”,
Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina, Lisboa,
N.º 17, Setembro 1940.
- LEBRE**, Ana Maria Guedes, “A urbanística do lazer e do turismo”,
Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais, Porto, Edições Afrontamento, N.º 28 (Territórios do Lazer & do Turismo), Agosto 1998. pp. 23-30.
- “Le Plan Macia de Barcelone (1932-1933)”**, *L’Architecture d’Aujourd’Hui*, Paris, N.º 10, 1933, pp. 132-133. (Reedição Maio 1992)
- LOBO**, Susana, “A colonização da linha de costa: da marginal ao ‘resort’”, *JA: Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 227 (Férias),
Abril-Junho 2007, pp. 18-25.
- LOBO**, Susana, “A room with a view”, *Artecapital: Magazine on-line de Arte Contemporânea*, 15 Agosto 2008.
(disponível em www.artecapital.net)
- LOBO**, Susana, “(Des)Encontro de Franciscos”, *Arquitectura Ibérica*, Casal de Cambra, Ano V, N.º 29 (Hotéis), Outubro

2008, pp. 4-9.

LOBO, Susana, “É uma casa portuguesa, com certeza? A Pousada de Santa Luzia, em Elvas”, *Monumentos: Revista Semestral do Património Construído e da Reabilitação Urbana*, Lisboa, N.º 28 (Elvas), Dezembro 2008, pp. 148-153.

LOBO, Susana, “Pousada de São Bartolomeu, em Bragança. A primeira pousada (pós-)moderna”, *Monumentos: Revista Semestral do Património Construído e da Reabilitação Urbana*, Lisboa, N.º 32 (Bragança), Dezembro 2011, pp. 142-147.

LOBO, Susana, “O Corpo na Praia: A cultura balnear em Portugal no século XX”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Volume 33 (O Corpo), 2012, pp. 261-276.

LOBO, Susana, “O Hotel Estoril-Sol: modernidade (na) marginal, *A[três] (Ambição Moderna)*, Coimbra, Junho 2009, pp. 75-81.

LOBO, Susana, “Sun, Sand, Sea & Bikini. Arquitectura e Turismo: Portugal anos 60”, *RCCS: Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, N.º 91, Dezembro 2010, pp. 91-106.

MAGALHÃES, Fernando Perfeito de, “Plano Geral do Desenvolvimento Industrial e de Turismo de S. Martinho do Porto”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano I, N.º 7, Julho 1927. (Desdobrável)

MAGALHÃES, Manuela Raposo de, **MONTEIRO**, José Charters, “Aurora Carapinha”, *Arquitectura e Vida*, Lisboa, N.º 89, Janeiro 2008, pp. 18-25.

MAGALHÃES, Raquel, “O centenário Edifício do Chiado: 1910, os Grande Armazéns do Chiado em Coimbra”, *Rua Larga: Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra*, Coimbra, N.º 27, Janeiro 2010, pp. 24-26.

MAIA, Samuel, “Turismo da Costa”, *Revista Portuguesa de Comunicações*, Lisboa, Ano II, N.º 32, 15 Outubro 1930, p. 317.

MEDEIROS, Goulart de, “Hotel do Mar”, *Arquitectura: Revista*

de Arte e Construção, 3.^a Série, N.º 80, Dezembro 1963, pp. 22-27.

MONTEIRO, Pardal, “Arquitectos e Engenheiros perante os problemas da arquitectura”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.^a Série, N.º 33-34, Maio 1950, pp. 2-3 e 27-33. (Conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa a 11 de Maio de 1950)

“**Moradias na Balaia**”, *Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 108, Março-Abril 1969, pp. 66-67.

“**Moradias no pinhal de Ofir: Arquitecto Alfredo Angelo Magalhães**”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano XXII, 2.^a Série, N.º 33-34, Agosto 1950, pp. 4-6.

“**Motel Abrigo do Postilhão, Viana do Castelo**”, *Binário: Revista Mensal Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 90, Março 1966, pp. 134-137.

“**Na Costa do Sol.**”, *ABC*, Lisboa, Ano XI, N.º 532, 25 Setembro 1930.

“**Na Costa do Sol. A imprensa visita o Palácio Hotel - um chá aos jornalistas**”, *ABC*, Lisboa, Ano XI, N.º 529, 4 Setembro 1930, p. 21.

NOGUEIRA, Américo, “Rodísio: Bairro dos Arquitectos”, *Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, 1.^a Série, N.º 15-16, Julho 1943, pp. 49-53.

“**O I Encontro de Arquitectos em Tomar**”, *Arquitectura: Revista de Arte e Construção*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 99, Setembro-Outubro 1967, pp. 217-218 e 225.

“**O Bairro das Roseiras, do Sr. Dr. José de Lacerda e as casas do Sr Alvaro Machado**”, *A Architectura Portuguesa*, Lisboa, Anno III, N.º 7, Julho 1910, pp. 25-28.

“**O Desenvolvimento Turístico da Península de Tróia**”, *Binário: Arquitectura, Construção, Equipamento*, Lisboa, N.º 177-178, Junho-Julho 1973, pp. 234-235.

“**O Hotel Algarve na Praia da Rocha**”, *Arquitectura*, Lisboa,

IV Série, N.º 97, Maio-Junho 1967, pp. 100-105.

OLIVEIRA, José Maria, “Leça da Palmeira: lazer e evolução urbana litoral entre finais do século XIX e meados do século XX”, *Geografia: Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, Vol. XV/XVI, 1999-2000, pp. 97-115.

“O Nosso Jornal e o Turismo. Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 268, 30 Julho 1933, p. 9.

“O Nosso Jornal e o Turismo. Uma Grande Iniciativa: A Exposição do Hotel Modelo”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 267, 23 Julho 1933, p. 9.

“O novo Casino Estoril”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 102, Março-Abril 1969, pp. 76-80.

“O novo Casino Estoril”, *Binário: Revista mensal de Arquitectura, Construção e Equipamento*, Lisboa, N.º 116, Maio 1968, pp. 236-241.

“Os aldeamentos turísticos Pedras d’el Rei, Tavira - Algarve”, *Casa e Jardim*, Lisboa, N.º 80, Novembro 1984. (Separata)

“O Turismo e a Hotelagem: Abaixo os Palaces ‘Pilhas’ de Vila Nova de Famaligato!”, *Notícias Ilustrado*, Lisboa, 2.ª Série, N.º 246, 26 Fevereiro 1933, p. 5.

“Outra casa do concurso para habitações no Estoril”, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano XII, N.º 4, Abril 1919, p. 13-15.

PAIS, José Machado, “A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal”, *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Vol. XXII, N.º 92-93, 1986, pp. 751-768.

“Para o Estoril: Uma casa de estilização românica modernizada”, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ano XII, N.º 3, Março 1919, pp. 9-12.

PAULA, Rui M., “Hotel do Garbe”, *Arquitectura*, Lisboa, IV

Série, N.º 83, Setembro 1964, pp. 100-109.

“Pela Imprensa e pela Rádio: Como se passam quinze deliciosos dias em contacto com a natureza na Colónia de Férias ‘Um Lugar ao Sol’ na Mata da Caparica”, *Alegria no Trabalho: Boletim da FNAT*, Lisboa, Ano III, N.º 25, Janeiro 1947, pp. 20-23.

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Projecto de uma Pousada para Vilar Formoso”, *Arquitectura*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 62, Setembro 1958, pp. 20-23.

“Pérgola da Foz”, *Porto Sempre: Revista da Câmara Municipal do Porto*, Porto, N.º 11, Julho 2006, p. 50.

PESSANHA, José, “Casa do Ex.mo Sr. Conde de Almeida Araujo na Foz do Arelho”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Anno IV, N.º 86, 10 Fevereiro 1903, pp. 9 e 11-12.

PINHEIRO, Raphael Bordallo, “As repartições publicas das praias”, *O Antonio Maria*, N.º 122, 29 Setembro 1881, pp. 308-309.

PORTAS, Nuno, “Crítica do urbanismo: o desenho urbano em situações de costa”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Porto, Ano 5, N.º 13 (Algarve), Junho 1991, pp. 91-94.

“Projeto da Avenida dos Banhos, na Povia de Varzim: A primeira casa a construir na mesma Avenida, propriedade do Ex.mo Sr. Dr. Caetano Marques d’Oliveira - Arquitecto, Sr. João de Moura Coutinho d’Almeida d’Eça”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Ano XVII, N.º 5, 10 Março 1917, p. 34.

“Projéto de um Grande Hotel para a Curia”, *A Construção Moderna*, Lisboa, Ano XVI, N.º 8, 25 Abril 1916, pp. 1 e 58.

“Projecto de Urbanización de la Diagonal de Barcelona”, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 4, Cuarto Trimestre 1931, pp. 22-27.

- “Quatro Novas Pousadas”**, *Arquitectura*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 62, Setembro 1958, pp. 5-23.
- RACINE**, Pierre, “Une Équipe a L’Oeuvre”, *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, p. 33.
- RAYNAUD**, Pierre, “Une opération d’aménagement du territoire, une expérience administrative, une nouvelle conception d’urbanisme”, *Techniques & Architecture: Revue Bimestrielle*, Paris, 31^e Série, N.º 2 (Numéro Special), Novembre 1969, pp. 34-35.
- “Realizações na Cidade de Lisboa”**, *Revista Municipal: Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Número Especial (dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco), Janeiro, 1944, pp. 47-110.
- RIBEIRO**, Elói de Figueiredo, “A Gazeta dos Caminhos de Ferro e a promoção do Turismo em Portugal (1888-1940)”, *Biblio 3W: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Vol. XIV, N.º 837, 30 Agosto 2009. (disponível em www.ub.edu/geocrit/b3w-837.htm)
- RICRUEJO**, Juan A., “Editorial”, *Arquitectura: Organo del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, Año 6, Num. 65, Mayo 1964, p. 3.
- ROGERS**, Ernesto Nathan, “Homo Additus Naturae”, *Casabella Continuita*, Milano, N.º 283 (Coste Italiane 1: Urbanistica), Gennaio 1964, pp. 2-3.
- ROGERS**, Ernesto Nathan, “Creazione del Paesaggio”, *Casabella Continuita*, Milano, N.º 284 (Coste Italiane 2: Esempi Tipologici), Febbraio 1964, p. 1.
- ROLLO**, Maria Fernanda, “1945: No fim da Guerra, uma Linha de Rumo para o País”, *Ingenium*, N.º 87, Maio/Junho 2005. (disponível em www.ordemengenheiros.pt)
- ROSTAGNO**, Chiara, “L’insegnamento dell’Urbanistica al Politecnico di Milano attraverso le carte dell’archivio Luigi Dodi. Dall’istituzione agli anni del confronto (1929-

- 1966)”, *Annali di Storia delle Università Italiane*, Bologna, Volume 12, 2007, (disponível em www.cisui.unibo.it)
- ROXO**, Carlos, “Encontro Nacional de Arquitectos, Dezembro 1969: [Depoimento], *Arquitectura: Planeamento, Design, Artes Plásticas*, Lisboa, 3.^a Série, N.º 110, Agosto/Setembro 1969, pp. 206-207.
- SANTOS**, Carlos, “Estradas: Bases para o projecto de uma estrada de turismo entre Lisboa e Cascais”, *ACP: Revista Ilustrada de Automobilismo e Turismo*, Lisboa, N.º 11, Agosto 1931, pp. 33-40 e 52-55.
- SANTOS**, José Carvalho dos, “Notas da Quinzena: Estoril - Palacio Hotel”, *Revista Portuguesa de Comunicações*, Lisboa, Ano II, N.º 31, 1 Outubro 1930, p. 289.
- SILVA**, A. Vieira da, “Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade”, *Revista Municipal*, Lisboa, Ano II, N.º 8/9, 2.º e 3.º Trimestre 1941, pp. 3-14.
- SILVA**, João Albino, “O planeamento turístico do Algarve: um breve balanço”, *Sociedade e Território: Revista de estudos urbanos e regionais*, Porto, N.º 28 (Territórios do Lazer & do Turismo), Agosto 1998, pp. 50-54.
- SILVA**, Luís Cristino da, “O regionalismo e a Arquitectura”, *Arquitectura*, Lisboa, Ano I, N.º 5, Maio 1927, pp. 66-67.
- SILVA**, Raquel Henriques da, “Sobre a arquitectura do Monte Estoril: 1880-1920”, *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 5, 1986, pp. 9-22.
- SILVA**, Raquel Henriques da, “A arquitectura de veraneio em S. João do Estoril, Parede e Carcavelos, 1890-1930”, *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 7, 1988, pp. 93-174.
- SILVA**, Raquel Henriques da, “Estoril, Estação Marítima, Climática, Termal e Sportiva – As etapas de um projecto: 1914-1932”, *Arquivo de Cascais: Boletim Cultural do Município*, Cascais, N.º 10, 1991, pp. 41-60.
- SOBRAL**, Diogo, “Na Costa do Sol: Uma Obra de Turismo”,

- Revista Portuguesa de Comunicações*, Ano 1, N.º 2, 15
Julho 1929, pp. 46-49.
- SPIES**, Cláudio T., “Jardins do Hotel Estoril-Sol”, *Binário*, Lisboa,
N.º 75, Dezembro 1964, pp. 367-370.
- TABORDA**, Pedro, “Reposição da Casa-Abrigo Eduardo
Anahory: Arrábida, 1960”, 9 Novembro 2007. (disponível
em www.infohabitar.blogspot.com)
- TAÍNHA**, Manuel, “Piscina no Tamariz”, *Binário*, Lisboa, N.º 3,
Junho 1958, pp. 4-21.
- TAVEIRA**, Tomás, “Hotel da Balaia. Praia Maria Luísa, Algarve”,
*Arquitectura: Arquitectura, Planeamento, Design, Artes
Plásticas*, Lisboa, 3.ª Série, N.º 108, Março-Abril 1969,
pp. 53-55.
- TÁVORA**, Fernando, “Arquitectura e Urbanismo: a Lição das
Constantes”, *Lusíada: Revista Ilustrada de Cultura*, Porto, Volume
I, N.º 2, Novembro 1952.
- TÁVORA**, Fernando, “O Porto e a Arquitectura Moderna”,
Panorama: Revista Portuguesa de Arte e Turismo, 2.ª Série,
N.º 4, 1952.
- TOJAL**, Raul, “Projecto do Hotel Estoril-Sol no Morro da
Castelhana”, *Binário*, Lisboa, N.º 75, Dezembro 1964,
pp. 332-339.
- TOKARSKI**, Walter, “Leisure in the Third Reich”, *Leisure Studies*,
London, Volume 6, N.º 2, 1987, pp. 215-217.
- TOSTÕES**, Ana, “Casas de Férias Modernas, Anos 50 e Estilo
Contemporâneo. A utopia de uma Doce Vida”, *JA – Jornal
Arquitectos*, Lisboa, N.º 196 (As praias de Portugal 1),
Maio-Junho 2000, pp. 45-52.
- TOSTÕES**, Ana, “João Andresen e a herança moderna: a Pousada
de São Teotónio”, *Monumentos: Revista Semestral de
Edifícios e Monumentos*, Lisboa, N.º 12, Março, 2000,
pp. 53-57.
- “Uma Piscina para a Praia de Espinho”**, *A Arquitectura
Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, Reunidas, Lisboa,

- Ano XXXIII, 3.^a Série, N.º 72, Março 1941, pp. 10-13.
- “Um projeto do Grande Casino para o Estoril”**, *A Construção Moderna*, Lisboa, Ano XIX, N.º 10, 25 Maio 1919, pp. 55-56.
- “Urbanización de la Barcelona futura”**, *AC Documentos de Actividad Contemporánea: Publicación del GATEPAC*, Barcelona, N.º 1, Primer Trimestre 1931, pp. 20-21.
- VALENZUELA RUBIO**, Manuel, “La residencia secundaria. Mito social y conflicto urbanístico en los espacios turístico-recreativos”, *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, pp. 71-83.
- VAQUINHAS**, Irene, “Apontamentos para a história do Teatro-Circo Saraiva de Carvalho da Figueira da Foz”, *Revista Arquipélago-História*, Ponta Delgada, 2.^a Série, Volume XIV-XV, 2010-2011, pp. 115-141.
- VASCONCELLOS**, Henrique de, “Cascaes: Praia da Côrte”, *Ilustração Portuguesa*, 2.^a Série, N.º 35, 22 Outubro 1906, pp. 364-372.
- VERA**, Fernando J., “Crisis del poblamiento turístico en el litoral mediterráneo español: consideraciones sobre su ordenación y rehabilitación”, *Urbanismo: Revista del Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid*, Madrid, N.º 4 (Urbanismo en Areas Turísticas), Mayo 1988, pp. 6-15.
- VIA-Arquitectura: Colegio Oficial de Arquitectos de la Comunidad Valenciana**, Valência, N.º 1 (Turismo), 1997.
- VIEIRA**, Aníbal, S., “Novo marco carioca: o Hotel Nacional Rio”, *Binário*, Lisboa, N.º 152, Maio 1971, pp. 288-293.
- “Vilamoura”**, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 96, Março-Abril 1967, pp. 52-63.

2. Artigos em Jornais

- “A fiscalização nas praias”**, *O Século*, 13 Outubro 1941, p. 4.
- AMARAL**, Domingos, “Alegria no Trabalho: A Colónia de Férias

do INATEL na Caparica faz 60 anos”, *INDY*, 14 Agosto 1998, pp. 38-42. (Parte integrante do jornal *O Independente*, N.º 535)

AMARAL, Francisco Keil, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (4): Nuvens Negras sobre o futuro do Algarve”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13720, 23 Fevereiro 1961, pp. 1 e 11.

ARNICHES, Carlos, **DOMÍNGUEZ**, Martín, “La arquitectura y la vida: Refugio automobilista”, *El Sol*, 23 Outubro 1927, p. 4.

“As Grandes Iniciativas: Os Estoris e outras Estações do Paiz vão ter grandes melhoramentos”, *O Século*, N.º 11:484, 28 Novembro 1913.

“A Península de Tróia vai constituir um moderno centro turístico de incomparável beleza e largas proporções urbanizado segundo concepções novas”, *Diário de Lisboa*, Ano 43.º, N.º 14780, 7 Fevereiro 1964, pp. 8-9 e 12.

“A transformação do Estoril é uma Obra Grandiosa e Patriótica”, *O Século*, N.º 11:669, 5 Junho 1914.

“A visita Presidencial ao Algarve”, *Diário de Lisboa*, Ano 45.º, N.º 15292, 13 Julho 1965, p. 2.

BOTELHO, José Rafael, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (1): Panorama de uma Expansão Urbana Defeituosa”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13717, 21 Fevereiro 1961, pp. 1 e 6.

BOTELHO, José Rafael, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (2): Panorama de uma Expansão Urbana Defeituosa”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13718, 21 Fevereiro 1961, pp. 1 e 13.

BOTELHO, José Rafael, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (5): A Península de Setúbal é uma zona privilegiada que importa defender”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13722, 25 Fevereiro 1961, pp. 1 e 2.

- “Congresso de Turismo”**, *A Capital: Diario Republicano da Noite*, Ano I, N.º 306 a N.º 311, 13 a 19 Maio 1911.
- “Edifícios com História (VI): Hotel do Mar”**, *O Sesimbrense*, Ano LXXXVI, N.º 1163, 1 Julho 2012, p. 9.
- FARIA**, Dutra, “Entre os pinheiros da Caparica um Lugar ao Sol para os que vivem em Lisboa em ruas sem sol”, *Diário de Lisboa*, 16 Agosto 1938, p. 4
- FERREIRA**, Armando, “À Tabela”, *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, N.º 1095, 1 Agosto 1933.
- FREITAS**, António Pinto de, “Não Deixemos Estragar a Nossa Terra - (3): Nem sempre é com edifícios que se valorizam os sítios”, *Diário de Lisboa*, Ano 40.º, N.º 13719, 22 Fevereiro 1961, pp. 1 e 20.
- GAUSA**, Manuel, “Hacia una costa inteligente”, *El País*, 1 Septiembre 2007, p. 13.
- GOMES**, Venceslau Ferrão, “Relembrando...”, *Praia do Sol*, Ano 1, N.º 1, 1 Janeiro 1950, p. 4.
- “Na Era do Engrandecimento, o Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal”**, *Diário de Notícias*, 27 Março 1938, pp. 1-2.
- “Novo e grandioso empreendimento da Torralta: um milhão e meio de contos para o conjunto urbanístico de Tróia”**, *Diário de Lisboa: Edição da Noite*, Ano 50.º, N.º 17258, 8 Janeiro 1971, p. 20.
- “Novo Grande Hotel de Albufeira”**, *Notícias de Albufeira*, Ano I, N.º 12, 18 Fevereiro 1968, p. 4.
- “O Congresso de Turismo”**, *Ilustração Portuguesa*, N.º 275, 29 Maio 1911, p. 677.
- “Os melhoramentos dos Estoris Ficarão uma ‘Riviera’ sem rival – Não há clima idêntico”**, *O Século*, N.º II:490, 5 de Dezembro de 1913.
- “O Projecto Regulamentando o Jogo desencadeia no senado grossa tempestade”**, *O Século*, N.º 11:669, 5 Junho 1914.
- PEREIRA**, Pedro Theotónio, “O futuro demonstrará, firmemente

o creio, que foi avisado dotar Lisboa com um hotel desta classe e dar tão bela realização a esta necessidade de uma grande capital”, *O Século*, Lisboa, 25 Novembro 1959, p. 7.

“Pelo engrandecimento de Portugal. Uma Iniciativa Grandiosa. O Estoril, estação marítima, climaterica, thermal e desportiva”, *O Século*, N.º 11:659, 26 Maio 1914.

“Pelo Turismo. O Problema dos Hoteis. Como d’ele depende fundamentalmente o desenvolvimento das industrias nacionaes”, *O Século*, N.º 11:495, 10 Dezembro 1913.

“Piscinas-Praias Flutuantes - Uma ideia para zonas da costa sem praia ou praias superlotadas”, *Diário de Lisboa*, Ano 47.º, N.º 16011, 16 Julho 1967, p. 10.

“Portugal’s Algarve - lovely, little-known, Europe’s best travel bargain”, *Life Magazine*, Vol. 57, N.º 17, 23 October 1964, pp. 62-75.

III – Catálogos de Exposições

1. Catálogos de Exposições

AAVV, Caminhos do Património 1929-1999, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999.

Anos 60, anos de ruptura: arquitectura portuguesa nos anos sessenta, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Carlos Ramos: Exposição retrospectiva da sua obra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro/Fevereiro 1986.

Cassiano Branco: Uma Obra para o Futuro, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991.

Catorze Anos de Política do Espírito: Apontamentos para uma exposição apresentados no SNI (Palácio Foz), Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 1948.

Francisco da Conceição Silva arquitecto: 1922-1982, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes/Associação dos

- Arquitectos Portugueses, Maio 1987.
- LOUSADA**, Maria Alexandre, **PIRES**, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo de I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010.
- Luís Cristino da Silva [Arquitecto]**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998.
- Oscar Niemeyer 2001**, Lisboa, ISCTE/ParquExpo, 2001.
- PEDRO**, António, *Catálogo do I Salão dos Independentes: ilustrado com desenhos e comentários dos artistas e dos escritores modernistas & uma breve resenha do movimento em Portugal*, Lisboa, [s.n.], Maio 1930.
- PEREIRA**, Luís Tavares (coordenação), *Reacção em Cadeia: Transformações na Arquitectura do Hotel*, Porto, Fundação Serralves, 2008.
- PORTAS**, Nuno, **MENDES**, Manuel, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: Anos Sessenta/Anos Oitenta*, Porto, Fundação de Serralves, 1991.
- Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947: Exposição e Congressos de Engenharia e Arquitectura*, II Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949.
- Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949.
- SILVA**, João Pedro Conceição, **SILVA**, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), *Conceição Silva arquitecto: 1922/1982*, Lisboa, SNBA, 1987.
- TOSTÕES**, Ana (coordenação científica), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, MC/IPPAR, 2004.
- TOSTÕES**, Ana (coordenação), *Arquitectura e Cidadania: Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Quimera Editores, 2004.

2. Contribuições em Catálogos de Exposições

ALMEIDA, Pedro Vieira de, “Carlos Ramos: Uma estratégia de intervenção”, in Carlos Ramos: Exposição retrospectiva da sua obra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Janeiro/Fevereiro 1986.

CUNHA, Licínio, “A República e a afirmação do Turismo”, in LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo de I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010, pp. 129-138.

FERREIRA, Carlos Cardoso, **SIMÕES**, José Manuel, “Portugal Turístico ao tempo da I República”, in LOUSADA, Maria Alexandre, PIRES, Ana Paula (coordenação científica), *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta de Portugal no tempo de I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República/Turismo de Portugal, 2010, pp. 77-98.

FERNANDES José Manuel, “Luís Cristino da Silva, a Obra: Enquadramento e Síntese”, in *Luís Cristino da Silva [Arquitecto]*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/CAM José de Azeredo Perdigão, 1998.

FERREIRA, Raúl Hestnes, “Cassiano Branco”, in *Cassiano Branco: Uma Obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, pp. 170-179.

MARTINS, João Paulo, “Portuguesismo: Nacionalismos e Regionalismos na acção da DGEMN. Complexidade e algumas contradições na Arquitectura Portuguesa”, in AAVV, *Caminhos do Património 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 115-131.

MONIZ, Gonçalo Canto, “O Liceu Moderno: do programa-tipo ao liceu-máquina”, in **TOSTÕES**, Ana (coordenação científica), *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970*, Lisboa, MC/IPPAR, 2004, pp. 66-81.

- NETO**, Maria João, Baptista, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal: 1929-1999”, in AAVV, *Caminhos do Património 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 23-43.
- OLIVEIRA**, João Paulo Nazaré de, “Urbanização da Costa do Sol”, in *Quinze Anos de Obras Públicas 1932-1947: Livro de Ouro*, I Volume, Lisboa, Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas, 1949, pp. 64-66.
- PEREIRA**, Michel Toussaint Alves, “O Arquitecto”, in SILVA, João Pedro Conceição, SILVA, Francisco Manuel Conceição, Francisco da Conceição (organização e coordenação), op. cit., pp. 21-26.
- RODRIGUES**, Jorge, “A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o restauro dos monumentos medievais durante o Estado Novo”, in AAVV, *Caminhos do Património 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 69-82.
- SÁ**, Manuel Fernandes, **FERNANDES**, Francisco Barata, “Sobre um postal. Costa da Caparica. Praia Atlântico. Pormenor de Solução Urbanística. 1930, Cassiano Branco”, in *Cassiano Branco: Uma Obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, pp. 92-97.
- TOSTÕES**, Ana, “Monumentalidade, Obras Públicas e afirmação da arquitectura do Movimento Moderno: o protagonismo da DGEMN na construção dos grandes equipamentos nacionais”, in AAVV, *Caminhos do Património 1929-1999*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 133-150.
- TOUSSAINT**, Michel, “A vontade da Matrópole: da Baixa à Avenida”, in *Cassiano Branco: Uma Obra para o Futuro*, Porto, Câmara Municipal de Lisboa/Edições ASA, Dezembro 1991, pp. 126-148.

IV – Teses, Dissertações e outros trabalhos académicos

BORGES, José António Brás, *Eduardo Anahory: Percurso de um designer da arquitectura*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Lisboa, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Instituto Superior Técnico, 2010.

BRITO, Margarida Acciaiuoli de, *Os anos 40 em Portugal: O País, o Regime e as Artes. “Restauração” e “Celebração”*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de Veraneio: Os Estoris. 1880/1930*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal (1870-1970): Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*, dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2003.

CORREIA, Nuno, *O nome dos Pequenos Congressos: A primeira geração de encontros em Espanha 1959-1967 e o Pequeno Congresso de Portugal*, Tesina de Master em Teoría e Historia de la Arquitectura, Barcelona, Departamento de Composición Arquitectónica ETSAB, Universitat Politècnica de Catalunya, Maio 2010.

COSTA, Susana Maria Marques da, *Cidades de Malha Reticulada: Espinho como referência*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 1995.

COUTINHO, Bárbara dos Santos, *Carlos Ramos (1897-1969):*

Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

CRUZ, Luís André Salgueiro Freire da, *O Estádio Nacional e os novos paradigmas do culto: Miguel Jacobetty Rosa e a sua época*, dissertação de mestrado em Arquitectura, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa, 2005.

D'ALMEIDA, Patrícia Beirão da Veiga Bento, *Victor Palla e Bento d'Almeida: Obras e projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2006.

GAMA, José Gil, *Arquitectura e Turismo na Cidade do Funchal no Século XX*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2011.

GASPAR, Cristina Pedrosa, *Figueira da Foz: uma cidade Frente Rio e Frente Mar*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 1999.

HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos, *Keil do Amaral: Urbanista. Tradição e Modernidade na sua obra*, dissertação de mestrado em Desenho Urbano, Lisboa, ISCTE, Janeiro 2000.

LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, *Francisco da Conceição Silva: Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa - 1946/1975*, Volume I, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2007.

- LIMA**, Maria do Rosário Neves, *Gestão de Piscinas: Contextos e diferenças entre a gestão de piscinas públicas e privadas*, Mestrado em Ciências do Desporto, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, Universidade do Porto, 2006.
- LUÍS**, Ana Leonor, *Eva: Reflexão sobre a domesticidade das Casas Eva*, Prova Final de licenciatura em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008.
- MARTINS**, João Paulo, *Cottinelli Telmo 1897-1948: A obra do Arquitecto*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995.
- PACHECO**, Ana Ruela Ramos de Assis, *Porfírio Pardal Monteiro, 1897-1959: a obra do arquitecto*, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1998.
- PEREIRA**, Margarida, *O Processo de Decisão na Política Urbana: o exemplo da Costa do Sol*, dissertação de doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, especialidade de Planeamento e Gestão do Território, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- QUINTA**, Emmanuela Silva da, *S. Pedro de Moel. Um refúgio moderno*, Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2010.
- TOSTÕES**, Ana Cristina dos Santos, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Doutoramento em Engenharia do Território, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 2002.
- VILHENA**, Filipa, *Play Time: Guia sobre a Construção do Espaço Turístico*, Prova Final de licenciatura em

Arquitectura, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2008.

V - Congressos, Colóquios e Conferências

AGAREZ, Ricardo, “Local Inspiration for the Leisure of Travellers: Early Tourism Infrastructure in the Algarve (South Portugal)”, INTERNATIONAL CONFERENCE, Leuven, 2012. **GOSSEYE**, Janina, **HEYNEN**, Hilde (eds.), *Architecture for Leisure in Post-War Europe: 1945-1989*, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 2012, pp. 180-195.

ANDRESEN, Teresa, “O Estádio Nacional: a sua génese e a sua construção”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2005. *O Estádio Nacional, um paradigma da arquitectura do desporto e do lazer: Actas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, Setembro 2007, pp. 10-25.

BOTELHO, José Rafael, “Os Problemas de recreio e Cultura no Planeamento Nacional”, *COLÓQUIO SOBRE URBANISMO*, Lisboa, MOP-DGSU, Março 1961, pp. 250-268.

COLÓQUIO SOBRE URBANISMO, Lisboa, MOP-DGSU, Março 1961.

CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004.

CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2005.

CONGRESSO NACIONAL DE ARQUITECTURA, I, Lisboa, 1948. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura: Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso*, Lisboa, Gráfica Santelmo, [1948].

CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. *Congresso Nacional de Turismo: Documentos*, I Volume, Lisboa, [s.n.], 1964

DIBIAGI, Paola, “Los CIAM de camino a Atenas: espacio habitable y ciudad funcional”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2005, pp. 135-148.

DÍEZ-PASTOR, Concepción, “Carlos Arniches y Martín Domínguez: arquitectura para el Turismo”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 75-79.

“Discurso do Senhor Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, Dr. Paulo Rodrigues, na Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Turismo, em 19/10/1964”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. *Congresso Nacional de Turismo: Documentos*, I Volume, Lisboa, [s.n.], 1964, pp. 39-47.

“Discurso do Sr. Dr. Augusto de Castro, Presidente da Comissão Organizadora do Congresso, na Sessão Inaugural”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. *Congresso Nacional de Turismo: Documentos*, I Volume, Lisboa, [s.n.], 1964, pp. 49-65.

“Discurso pronunciado pelo Dr. Miguel Quina, Vice-Presidente da Comissão Organizadora, na Sessão de Encerramento”, CONGRESSO DE ESTUDOS TURÍSTICOS, I, Lisboa, Outubro 1964. Op. cit., pp. 69-81.

FERREIRA, Manuel d’Agro, “As praias da Costa – indevidamente

- chamada - de Caparica: Relatório e Plano Geral”,
 CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa,
 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.
 (Tese apresentada à II Secção)
- FERREIRA**, Manuel d’Agro, “A Avenida da Margem Sul”,
 CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa,
 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.
 (Tese apresentada à III Secção)
- FIGUEIREDO**, Carlos Fausto de, “Organização do Turismo”,
 CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa,
 1936. Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1936.
 (Tese apresentada à I Secção)
- GARCIA**, José de Penha, “Algumas bases para a organização
 do Turismo em Portugal”, CONGRESSO NACIONAL DE
 TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, [s.n.], 1936. (Tese
 apresentada à I Secção)
- GAUSA**, Manuel, “Lazer e Turismo. O espaço turístico: paisagem
 no limite”, in COSTA, Xavier, LANDROVE, Susana
 (direcção), *Arquitectura do Movimento Moderno:
 Inventário DOCOMOMO Ibérico, 1925-1965*, Lisboa/
 Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses/
 Fundação Mies van der Rohe/DOCOMOMO Ibérico, 1997,
 pp. 292-299.
- LIMA**, Francisco de, “Pouzadas”, CONGRESSO NACIONAL DE
 TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, [s.n.], 1936. (Tese
 apresentada à IV Secção)
- LINO**, Raúl, “Memória Justificativa e Descritiva de um Projecto
 de Hotel Portuguez para ser Construído no Sul do Paiz”,
 CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha,
 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de
 Ferro, 1915. (Tese apresentada pela Comissão de Hotéis
 da “Sociedade Propaganda de Portugal”)
- LINO**, Raúl, *Quatro Palavras Sôbre Urbanização*, Lisboa, Edição
 de Valentim de Carvalho, 1945. (Lidas a 26 de Abril de

1945 no Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, a convite do Exmo. Presidente da Câmara Municipal da mesma cidade)

LOBO, Susana, “A Costa do Sol: Planear uma Região de Turismo nos anos 40”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2008. *O Plano de Urbanização da Costa do Sol: uma visão inovadora para o território: Actas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2009, pp. 65-79.

LOBO, Susana, “Pousadas de Portugal: um projecto moderno”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 91-95.

LOBO, Susana, “Tracing the edge: Portuguese Coastal Tourism Planning and Architecture of the 1960s”, INTERNATIONAL CONFERENCE, Leuven, 2012. GOSSEYE, Janina, HEYNEN, Hilde (eds.), *Architecture for Leisure in Post-War Europe: 1945-1989*, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven, 2012, pp. 14-31.

LÓPEZ, Salvador Gerrero, “Carreteras, turismo y arquitectura moderna: los albergues de automovilistas del Patronato Nacional de Turismo (1928-1946)”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 69-73.

MARAT-MENDES, Teresa, “O PUCS e os vazios planeados”, JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, Oeiras, 2008. *O Plano de Urbanização da Costa do Sol: uma visão inovadora para o território. Actas*, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2009, pp. 92-122.

MIGUEL ARES, Oscar, “GATEPAC: Casas de fin se semana, entre la tradición y la máquina”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia,

2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 47-54.
- MONTEZ**, Paulino, “A Estética de Lisboa”, Lisboa, 1935. (Estudo lido em sessão pública no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa)
- MUMFORD**, Eric, “Serty los CIAM”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, V, Barcelona, 2005. *El GATCPAC y su tiempo: política, cultura y arquitectura en los años treinta: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2005, p. 93-102.
- PÉREZ ESCOLANO**, Víctor, “En los orígenes del turismo moderno. Arquitectura para el ocio en el tránsito a la sociedad de masas”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 15-34.
- ROVIRA**, Josep M., “Ordenar las vacaciones, diseñar el reposo. La Ciutat de Repós i de Vacances del GATCPAC en el litoral barcelonés (1931-1936). Otros climas, otros sueños”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 35-46.
- SAMBRICIO**, Carlos, “Las Playas del Jarama, proyecto del GATEPAC, Grupo Centro”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 55-61.
- SILVA**, M. Emygdio, “Kurtaxe”, CONGRESSO REGIONAL ALGARVIO, Praia da Rocha, 1915. Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1915.
- “Síntese das Conclusões dos Relatores Gerais”**, CONGRESSO NACIONAL DE TURISMO, I, Lisboa, 1936. Lisboa, Diário de Notícias/Tipografia da Empresa Nacional de

Publicidade, 1936.

TOSTÕES, Ana, “Estilo internacional, turismo e transformação do território ou as ‘nuvens negras’ profetizadas por Keil do Amaral”, CONGRESO FUNDACIÓN DOCOMOMO IBÉRICO, IV, Valencia, 2003. *Arquitectura Moderna y Turismo 1925-1965: Actas*, [s.l.], Fundación DOCOMOMO Ibérico, 2004, pp. 205-210.

VI - Manuais e Guias

As nossas praias: Indicações gerais para uso de banhistas e turistas, Lisboa, Sociedade Propaganda de Portugal, 1918.

BAEDEKER, Karl, *Spain and Portugal: Handbook for Travellers*, Leipsic, Karl Baedeker, 1898. (1.^a edição)

BEAUREGARD, N. G., **FOUCHIER**, L. de, *Voyage en Portugal*, Paris, Librairie Hachette, 1908.

COSTA, Leonildo de Mendonça e, *Manual do Viajante em Portugal: com itinerarios da viagem em todo o paiz e para Madrid, Paris, Vigo, Sant’Iago, Salamanca, Badajoz e Sevilha*, Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1907.

DIONÍSIO, Sant’Anna (coord.), *Guia de Portugal. Beira (Beira Litoral)*, Volume III, Tomo I, 2.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

DIONÍSIO, Sant’Anna (direcção), *Guia de Portugal: Entre Douro e Minho (Douro Litoral)*, Volume IV, Tomo I, 2.^a edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

JUNIOR, José Maria Santos (Santonillo), **MORGADO**, A. (coordenação), *Guia Illustrado do Viajante em Portugal ou o Manual do Viajante*, 1.^a edição, Lisboa, Empresa Editora do Almanach Palhares, 1905.

MURRAY, John, *A Handbook for Travellers in Portugal with a travelling map*, 2nd edition, London, John Murray, 1856.

(1.^a edição: 1853)

ORTIGÃO, Ramalho, *As Praias de Portugal: Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa, Frenesi, 2002. (conforme a 1.^a edição de 1876)

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal: Lisboa e Arredores*, Volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. (Texto integral que reproduz fielmente a 1.^a edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1924)

PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Volume II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. (Texto integral que reproduz fielmente a 1.^a edição publicada pela Biblioteca Nacional de Lisboa em 1927)

VII - Brochuras e Folhetos

Comemorações Centenárias: Programa Oficial, Lisboa, Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Executiva dos Centenários, 1940.

Estoril: Estação Marítima, Climaterica, Thermal e Sportiva, Lisboa, Typographia A Editora Limitada, 1914.

José Teodoro dos Santos: O Empresário de Turismo da Renovação, Estoril, Estoril-Sol, 1985.

LOURO, José, *Aldeamento Turístico do 'Touring Club de Portugal. Algarve*, s.l., s.n., s.d..

LOURO, José, *Praia da Falésia. Albufeira. Portugal*, s.l., Edição SURFAL, Maio 1967.

Portugal - Algarve: Aldeia das Açoteias, Praia da Falésia, Brochura Desdobrável, s.l., s.n., s.d..

Vilamoura. Algarve. Portugal, s.l., Lusotur, s.d..

VIII - Documentos e Relatórios

IV Plano de Fomento: 1974-1979, Tomo I - Metrópole, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.

ABRANTES, António Emídio, *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, Agosto 1938.

ABRANTES, António, 239.0 - *Hotel Algarve. Anteprojecto de Ampliação: Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Abril 1971.

ABRANTES, António Emídio, **RAMOS**, Carlos, *Plano de Urbanização da Praia da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1942].

AGACHE, Donat-Alfred, *La remodelation d'une capitale*, Paris, Sociéte Cooperative d'Architects, 1932.

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Region Ouest - Remodelation & Aménagement de la Costa do Sol*, Paris, [s.n.], 1936.

AGACHE, Donat-Alfred, *Lisbonne - Urbanisation de la Region Ouest - Autoestrade Touristique: Considerations generales*, Paris, [s.n., s.d.].

ALMEIDA, Leopoldo Castro Neves de, **ROSA**, Artur, [Casa Marina Sousa Neves e Leopoldo Neves de Almeida] *Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, 28 Dezembro 1959.

ALVIM, Ruy Pereira, *Carta ao Gerente da Sociedade Hoteleira da Balaia*, Lisboa, 12 Dezembro 1966.

AMARAL, Francisco Keil do, *Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve*, [Lisboa, 1962]. (Manuscrito)

[**AMARAL**, Francisco Keil do], *Troia: Bases para uma possível colaboração*, Lisboa, 20 Março 1963

[**AMARAL**, Francisco Keil do], *Caso Keil Amaral/Soltroia*:

Memorial, [Lisboa, 1964].

AMARAL, Francisco Keil do, *Vilamoura: Projecto dum Casino Provisório. Memória Descritiva*, (s.l), [1971].

ANDRESEN, João, *Anteplano de Urbanização do Núcleo B''': Memória Descritiva e Justificativa*, 9 Julho 1966.

ATHAYDE, José d', *Relatório [dos] Serviços da Repartição de Turismo: Junho de 1912-Junho de 1913*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913.

BARRETO, António F.V., **DENTINHO**, Álvaro, **BRANCO**, Albano Castelo, *Ordenamento paisagístico do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, DGSU, 1967.

BARROSEIRO, António, *Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Exmo. Engenheiro Joaquim de Sousa Byrne. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 23 Março 1957.

BARROSEIRO, António, *Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Exmo. Senhor João Carlos da Costa Falcão Franco Frazão. Memória Descritiva e Justificativa*, Marinha Grande, 15 Novembro 1954.

BARROSEIRO, António, *Projecto duma Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Exmo. Senhor Augusto Roldão. Memória Descritiva e Justificativa*, Marinha Grande, 5 Setembro 1953.

BARROSEIRO, António, *Moradia a construir em S. Pedro de Moel para o Snr. José Malta Júnior. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 6 Janeiro 1956.

BARROSEIRO, António, *Projecto duma moradia que o Exmo. Senhor Floriano Ferreira da Silva pretende construir na Praia de S. Pedro de Moel desta Freguesia e Concelho da Marinha Grande: Memória Descritiva*, Marinha Grande, Dezembro 1952.

BARROSEIRO, António, **SILVA**, Luiz Raul da, *Projecto das Novas Instalações para a Pensão Miramar. Memória Descritiva*, Marinha Grande, 10 Julho 1963.

Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, I

- Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1947.
- CAMPOS**, Ezequiel de, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto, Emprêza Industrial Gráfica do Pôrto, 1932.
- CARVALHO**, Raul Campos de, *Parecer N.º 3550: Vilamoura - Planeamento do conjunto turístico*, [Lisboa], CSOP, 5 Abril 1968.
- CASTRO**, António Vicente de, *Ante-Projecto de Remodelação do “Hotel da Rocha”, para a proprietária - “PRAITUR” - Sociedade Hoteleira da Praia da Rocha Ld.ª: Memória Descritiva*, Portimão, 15 Fevereiro 1966.
- CHAVES**, Jorge, **SANT’ANA**, Frederico, *Ante-Projecto do Hotel que o Exm.º Sr. Alvaro Calhau Rolim pretende construir em Sagres, Junto á Praia da Baleeira: Memória Descritiva*, Lisboa, 10 Março 1960.
- CHAVES**, Jorge, *Projecto do Hotel “D. Henrique - O Navegador” em construção na Praia da Baleeira. Sagres - Algarve. Memória Descritiva*, Lisboa, 17 Fevereiro 1961.
- CHAVES**, Jorge, *Ampliação do Hotel da Baleeira em Sagres: Anteprojecto*, [Lisboa, 10 Fevereiro 1966].
- Concessão da exploração de Jogos de Fortuna ou Azar na Zona Permanente do Funchal à ITI [Contrato]*, [s.l.], Delegação de Turismo da Madeira, 1964.
- Concurso Internacional para a Planificação da Área Central de Vilamoura: Programa do Concurso*, s.l., Lusotur, [1971].
- CORREIA**, Jorge Barradas, [Casa António Duarte da Silva Santos] *Memória Descritiva*, [s.l., s.d.].
- COSTA**, A. Celestino da, *Informação do Gabinete do Plano Regional do Algarve*, [Lisboa], DGSU, 15 Março 1966.
- COSTA**, Jorge Santos, *Informação sobre o projecto do Hotel a construir no Morro da Castelhana, em Cascais*, Lisboa, 4 Março 1959.
- COSTA**, Jorge Santos, *Informação N.º 239*, Lisboa 18 Julho 1962.

- COSTA**, Jorge Santos, *Informação N.º 601*, s.l., SNI, 30 Novembro 1964.
- COSTA**, V. Leal, **CORREIA**, Jorge Barradas, *Uma Casa de Férias em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, 4 Março 1960.
- CRUZ**, Alberto, [Hotel Alvor-Praia:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 21 Maio 1964.
- CRUZ**, Alberto, [Projecto de Loteamento da Zona Residencial. Revisão:] *Memória Descritiva*, [Lisboa], 5 Novembro 1969.
- CUNHA**, Paulo de Carvalho, *Plano de Valorização Turística do Algarve: Estudo Preliminar*, Lisboa, SNI/Gabinete de Estudos e Planeamento Turístico, 1963.
- DE GRÖER**, Etienne, *Anteprojecto de Urbanização, de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1948.
- DE GRÖER**, Etienne, *Plano de Urbanização da Costa do Sol: Relatório Geral*, Lisboa, Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, [1948].
- DE GRÖER**, Etienne, *Plano Director de Lisboa*, Volume I e II, Lisboa, 1948.
- DIAS**, Carlos Carvalho, *Anteplano de Urbanização da Praia do Cabedelo (Viana do Castelo) - Revisão: Memória Descritiva*, Porto, Agosto 1963.
- DODI**, Luigi, *Plano Regional do Algarve: Anteplano*, Milano, MOP/DGSU, Outubro 1966.
- Dois Ursos: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l., 1935].
- Empresa de Turismo Praia Povoá Varzim: Relatório**, Póvoa de Varzim, Tipografia e Livraria Povoense, 1935.
- FERNANDES**, Inácio Peres, [Casa Inácio Ramom Tomás Peres Fernandes]. *Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Dezembro 1961.
- FILGUEIRAS**, Octavio Lixa, **DIAS**, Carlos Carvalho, *Anteplano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho (Revisão):*

- Memória Descritiva*, Porto, Setembro 1962.
- FONSECA**, Aníbal, *Projecto de Remodelação do Hotel da Rocha: Memória Descritiva e Justificativa*, Praia da Rocha, 28 Janeiro 1969.
- FRANCO**, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel (Ampliação). Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, 21 Dezembro 1964.
- FRANCO**, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel: Antepiano. Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Julho 1946.
- FRANCO**, José de Lima, *Urbanização de S. Pedro de Muel: Antepiano. Regulamento das Construções*, Lisboa, Julho 1946.
- GARRETT**, Antão de Almeida, *Plano Regulador da Figueira da Foz*, Porto, Janeiro de 1962.
- GARRETT**, Antão de Almeida, *Plano Regulador da Figueira da Foz: Aditamento*, [s.l.], Março de 1962.
- GARRETT**, Antão de Almeida, *Plano Regulador da Figueira da Foz: Segundo Aditamento*, Porto, Agosto de 1965.
- GEORGE**, Frederico, *Projecto da Cada do Exmo. Sr. Eng. António Marques Reis, situada em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, 15 Julho 1963.
- GODINHO**, Januário, *Antepiano Geral de Urbanização de Espinho*, Porto, 1949.
- GUERRA**, Carlos de Miranda, *Informação*, [s.l.], Outubro 1962.
- Informação N.º 144*, [Lisboa], Serviços Técnicos SNI, 11 Abril 1961.
- [Hotel Alvor - Loteamento da Zona Residencial:] Parecer**, [Lisboa, CSOP], s.d..
- JACOBETTY**, Miguel, *Parecer ao Ante-Projecto de construção do Hotel sobre o túnel de acesso à Praia*, Lisboa, 14 de Dezembro 1955.
- JACOBETTY**, Miguel, *Plano de Urbanização da Praia de Santa Cruz: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l.], 12 Março

- 1957.
- KORRODI**, Camilo, [Casa Joaquim Ferreira da Silva] *Memória Descritiva*, Leiria, 11 Fevereiro 1950.
- KRAPF**, Kurt, **MICHEL**, Oscar, *Développement du Tourisme au Portugal: Rapport d'Expertise*, Berne/Zurich, 15 Dezembro 1962.
- LAGINHA**, Manuel, **CID**, Pedro, **ESTEVES**, Vasconcelos, *Plano Sub-Regional Cacela-Vila Real S. Antonio: Memória*, Lisboa, MOP/DGSU, 1969.
- LEZANA**, Marta, *Informação N.º 147/95*, Lisboa, DGT, 17 Fevereiro 1995.
- LINO**, Raul, *Projecto da Reconstrução do Casino Pavão, Funchal - Ilha da Madeira: Memória Descritiva*, [Lisboa, 1928].
- LYONS**, Eric, *Vilamoura: Primeira Fase do Centro da Cidade: Memória Descritiva relativa à Sub-fase "A"*, s.l., Junho 1973.
- MAGALHÃES**, Alfredo Ângelo de, *Pousada Ofir - Praia de Fão: Memória Descritiva*, Porto, Dezembro 1945.
- MAGALHÃES**, Fernando Perfeito de, "Plano Geral do Desenvolvimento Industrial e de Turismo de S. Martinho do Porto", *Arquitectura*, Lisboa, Ano I, N.º 7, Julho 1927.
- MENEZES**, Manuel Alzina de, *Projecto de uma habitação. Memória Descritiva*, Lisboa, Janeiro 1964.
- MONTEIRO**, José Charters, *Ante-Projecto de Arquitectura. Lote N.º 104, São Pedro de Moel*, Lisboa, 30 Setembro 1985.
- MONTEZ**, Paulino, *Urbanização da Praia da Foz do Arêlho: Memória*, [Lisboa, 1952].
- MOURA**, José Horácio de, *Urbanização do Algarve: Informação N.º 40-DG-72*, Lisboa, DGSU, 28 Fevereiro 1972.
- NIEMEYER**, Oscar, *Hotel para a Ilha da Madeira*, Paris, 22 Junho 1966. (Manuscrito)
- PALLA**, Victor, **D'ALMEIDA**, Joaquim Bento, *Memória Descritiva*, [Lisboa], Abril 1968.
- Parecer N.º 19*, [Lisboa], Direcção Geral dos Serviços Florestais e

Aquícolas, 20 Março 1937.

Parecer N.º 33, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, 13 Maio 1935.

Parecer N.º 661: Projecto de Urbanização da Praia da Rocha, Lisboa, CSOP, 1 Julho 1936.

Parecer N.º 1341: Praia de Monte Gordo – Urbanização da Frente Marginal, Lisboa, CSOP, 1942.

Parecer N.º 1891: Antepiano de Urbanização da Costa da Caparica e Análise e Programa referente à Urbanização do Concelho de Almada, Lisboa, CSOP, 1948.

Parecer N.º 2008/29: Praia de Fão – Plano Parcial de Urbanização, Lisboa, CSOP, 1949.

Parecer N.º 2488: Relativo ao Antepiano de Urbanização da Praia da Foz do Arelho, [Lisboa], CSOP, 18 Maio 1954.

Parecer N.º 2702: Plano Geral de Desenvolvimento da Zona Litoral entre Espinho e Vila Nova de Gaia, Lisboa, CSOP, 1956.

Parecer N.º 2739: Revisão do Plano de Urbanização da Costa do Sol, Lisboa, CSOP, 14 Março 1958.

Parecer N.º 3280: [Antepiano de Urbanização de Quarteira (Revisão)], Lisboa, CSOP, 1964.

PEREIRA, Nuno Teotónio, *Encontro Nacional de Arquitectos. Grupo - Participação popular e trabalho do arquitecto*, (s.l.), 8 Dezembro 1969.

P.I. 83: Antepiano de Urbanização da Praia da Rocha, Lisboa, DGSU, 21 Setembro 1961.

Planeamento Urbanístico da Região do Algarve: “Esboçeto” e Orientação Geral. Relatório do Gabinete Técnico do Plano Regional do Algarve, [s.l.], DGSU/DSMU, Maio 1964.

Plano de Aproveitamento Turístico da Península de Tróia, (s.l.), Gabinete do Plano Director da Região de Lisboa, 15 Fevereiro 1963.

Plano de Urbanização da Costa do Sol: Relatório Geral, Lisboa,

- MOP/Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, [s.n., s.d.].
- Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria (Revisão): Memória descritiva e justificativa***, [Lisboa, DGSU, 1962].
- Plano de Urbanização da Praia do Cabedelo em Viana do Castelo (Sta. Luzia): Memória Descritiva***, [s.l, 1941].
- Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967: Proposta de Lei e Projecto***, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1965.
- Plano Nacional de Turismo 1985-1988: Relatório***, Lisboa, Secretaria de Estado do Turismo, 1984.
- Plano Orientador da Zona Marginal do Concelho de Albufeira: U-795-A-16***, s.l., DGSU, 7 Março 1966.
- Processo N.º 1797: Anteprojecto do Plano de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria***, [Lisboa], CSOP, 22 Abril 1947.
- Proj. 421 [Urbanização de Tróia (2)]: Memória Descritiva***, [Lisboa], Atelier Conceição Silva - Sector Planeamento, [Agosto 1973].
- Projecto de Urbanização da Faixa Marginal de S. Martinho do Porto: Construção do 1.º troço da Avenida Marginal***, Lisboa, DGSU, 13 Maio 1946.
- Projecto do III Plano de Fomento para 1968-1973***, Volume I e II, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1967.
- Projecto para um Hotel, Pretensão da Sociedade Figueira Praia, Concessionária da Zona de Jogo na Figueira da Foz, para cumprimento do Decreto 14.643 de 3 de Dezembro de 1927***, Figueira da Foz, OSMARE, 1948.
- RAPOSO**, Manuel Coutinho, *Projecto da Capela de Nossa Senhora da Piedade em S. Pedro de Moel. Memória Descritiva*, Lisboa, s.d..
- Regulamento das Zonas do Plano de Urbanização da Costa do Sol***, Lisboa, MOP/DGSU, 1948.
- Regulamento do Plano de Urbanização da Costa do Sol***, [s.l.; s.n.], 1959.

Relatório da Actividade do Ministério no Ano de 1959, 2.º Volume,
Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1960.

Relatório da Vistoria efectuada ao Grande Hotel da Figueira da Foz, Lisboa, SNI, 27 Junho 1953.

REZENDE, Miguel, **RICCA**, Agostinho, *Ante-Plano de Urbanização da Povoia de Varzim: Memória Descritiva e Justificativa*, [s.l.; s.n.; s.d.].

REZENDE, Miguel, [**RICCA**, Agostinho], *Ante-Plano de Urbanização de Vila do Conde*, [s.l.; s.n.; s.d.].

SANTA RITA, Fernando Barros, *Projecto de Cada com duas moradias para o Ex.º Snr. Alberto Frutuoso dos Santos, em S. Pedro de Moel*, Leiria, Outubro 1947.

SANTOS, A. Macedo, *Proc. U-843: Informação a sua Excelência o Ministro sobre a organização, funcionamento e financiamento do Plano Director do Desenvolvimento do Algarve - 'Plano Regional do Algarve'*, [Lisboa], DGSU, 16 Maio 1963.

SANTOS, A. Macedo, *Informação a sua Excelência o Ministro sobre o "Esboçeto" do "Planeamento Urbanístico da Região do Algarve"*, elaborado pelo Prof. Dodi e seus colaboradores, [Lisboa, DGSU], 28 Junho 1964.

SILVA, Conceição, *Conjunto Turístico Troiamar - Torre T01: Memória Descritiva*, Lisboa, s.d..

SILVA, Conceição, **VASCONCELLOS**, Maurício de, [Urbanização da Praia da Maria Luísa - Expansão Turística]: *Memória Descritiva*, Lisboa, 18 Fevereiro 1966.

SILVA, Conceição, **VASCONCELLOS**, Maurício de, [Anteprojecto do Hotel da Balaia:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 26 Julho 1966.

SILVA, Conceição, **VASCONCELLOS**, Maurício de, *Aditamento à Memória Descritiva*, Lisboa, 20 Janeiro 1967.

SILVA, Fernando, *Hotel Sol e Mar, Albufeira - Algarve: Ante-Projecto. Memória*, Lisboa, 18 Novembro 1955.

SILVA, Francisco Conceição, *Hotel em Sezimbra*, Anteprojecto:

- Memória Descritiva*, Lisboa, 17 Dezembro 1960.
- SILVA**, Francisco Conceição, *Hotel em Sesimbra: Memória Descritiva*, Lisboa, 12 Maio 1961.
- SILVA**, Francisco Conceição, *Estimativa do custo da construção*, s.l., 16 Junho 1961.
- SILVA**, Francisco Conceição, *Projecto dum Piscina a construir em Sesimbra - Hotel do Mar: Memória Descritiva*, Lisboa, 7 Novembro 1963.
- SILVA**, Francisco Conceição, [Ampliação Restaurante] *Memória Descritiva*, Lisboa, 20 Janeiro 1964.
- SILVA**, Francisco Conceição, *Projecto de ampliação do Hotel do Mar em Sesimbra*, Lisboa, 16 Agosto 1965.
- SILVA**, Francisco Conceição, [Ampliação do Hotel do Mar:] *Memória Descritiva*, Lisboa, 27 Abril 1970.
- SILVA**, Luís Cristino da, *Ante-Projecto de Urbanização da Praia de Vieira de Leiria: Memoria Descritiva*, Lisboa, 25 Fevereiro 1946.
- SILVA**, Luís Cristino da Silva, *Parecer do Anteprojecto do Parque da Cidade do Funchal*, [s.l., s.n.], 1945.
- SILVA**, Luís Cristino da Silva, *Projecto Definitivo de Urbanização da Frente Marginal da Praia de Monte-Gordo: Memoria Descritiva*, Lisboa, 30 Dezembro 1941.
- SILVA**, David Moreira da, *Ante-Projecto do Plano de Urbanização da Praia de Moledo do Minho - Memória Descritiva*, Porto, 1941.
- SOLTROIA**, [Comunicação] *N.º 88/63: Antepiano de Tróia*, Lisboa, 3 Abril 1963.
- TAINHA**, Manuel, [Casa Victor Gallo]. *Memória Descritiva*, [Lisboa], 23 Abril 1969.
- TINOCO**, João José, Casa José Marques Roldão] *Memória Descritiva*, Porto, Março 1952.
- TOJAL**, Raul, *Nova concepção arquitectónica para o “Hotel” que se pretende construir no “Môrro da Castelhana”, em Cascais*, Lisboa, 21 Janeiro 1959.

- TOJAL**, Raul, *Ante-Projecto do “Hotel Estoril-Sol” para o Morro da Castelhana em Cascais: Memória Justificativa*, Lisboa, 30 Junho 1959.
- TOJAL**, Raul, *Ante-Projecto do Hotel “Estoril-Sol” a construir no Morro da Castelhana no Parque Palmela: Memória justificativa e descritiva*, Lisboa, 20 Novembro 1959.
- TOJAL**, Raul, *Projecto de Alterações a executar no Hotel Estoril-Sol, Parque de Palmela, Cascais*, Cascais, 10 Maio 1962.
- TOJAL**, Raul, *Projecto dum Hotel para a Praia da Rocha que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende ali construir*, Lisboa, 8 Setembro 1962.
- TOJAL**, Raul, *Projecto de Ampliação e Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel em construção na Avenida Marginal na Praia da Rocha: Memória Justificativa e Descritiva*, Lisboa, 20 Setembro 1963.
- TOJAL**, Raul, *Projecto de Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel em construção na Praia da Rocha: Memória Descritiva*, Lisboa, 2 Dezembro 1963.
- TOJAL**, Raul, *Projecto de Alterações que a Sociedade de Investimentos Imobiliários da Praia da Rocha pretende fazer no Hotel Algarve, em construção na Praia da Rocha: Memória Descritiva*, Lisboa, 30 Março 1965.
- Urbanização da Praia de Palheiros de Mira - Ante-Plano: Memória Descritiva e Justificativa**, [Lisboa], DGSU, 1949.
- VALDEZ**, M. Travassos, *Praia de Mira - Antepiano de Urbanização: Memória Descritiva*, Coimbra, Abril 1961.
- VASCONCELOS**, José Miranda de, *Plano Parcial de Urbanização da Praia de Fão. Memória*, [s.l.; s.d.].
- VIANA**, Jorge, **FERNANDES**, Inácio Peres, *Parecer N.º 3749: Soltróia - Empreendimento turístico da ponta do Adoxe (Tróia-Grândola)*, Lisboa, CSOP, 2 Outubro 1970.

- Vilamoura: Ante Plano de Urbanização: Relatórios Técnicos**,
(s.l.), GEUR-Lusotur, s.d..
- LIMA**, Viana de, Porto, [Casino Park Hotel, Ante-Projecto:]
Memória Descritiva, 17 Fevereiro 1969.
- LIMA**, Viana de, **LIMA**, Viana de, [Casino Park Hotel:] *Memória Descritiva*, Porto, 25 Outubro 1977.
- LIMA**, Viana de, *Memória Descritiva: Cine-Teatro*, Porto, Fevereiro 1972.
- VIEGAS**, Alberto Pessanha, *Infraestruturas Urbanísticas do Algarve: Estudo Prévio*, Lisboa, DGSU, 11 Julho 1969.
- VIEIRA**, Egas, *Ante-Projecto da Piscina Oceânica: Memória Descritiva e Justificativa*, Lisboa, Maio 1965.
- VIEIRA**, Egas, **RODRIGUES**, Victor, [Casa Manuel Morais Santos Barosa]. *Memória Descritiva*, Lisboa, 1 Setembro 1966.

IX - Legislação

- Decreto-Lei N.º 10**, *Diário de Lisboa*, 19 Janeiro 1865.
- Diário do Governo*, N.º 26, 4 Novembro 1910.
- Diário do Governo*, N.º 41, 22 Novembro 1910.
- Diário do Governo*, N.º 70, 27 Dezembro 1910.
- Diário do Governo*, N.º 7, 10 Janeiro 1911.
- Diário do Governo*, N.º 55, 9 Março 1911.
- Diário do Governo*, N.º 60, 15 Março 1911.
- Decreto N.º 1**, *Diário do Governo*, I Série, N.º 124, 29 Maio 1911.
- Lei N.º 3**, *Diário do Governo*, I Série, N.º 153, 3 Julho 1913.
- Diário do Govêrno*, I Série, N.º 165, 26 Julho 1918.
- Decreto N.º 4:819**, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 204, 19 Setembro 1918.
- “Loi concernant les plans d’extension et d’aménagement des villes”**, *Journal Officiel de La République Française*, 15

Marrs 1919.

Decreto N.º 5:516, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 95, 7 Maio 1919.

Decreto N.º 7:037, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 209, 17 Outubro 1920.

Lei N.º 1:152, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 84, 23 Abril 1921.

Portaria N.º 2:867, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 165, 16 Agosto 1921.

Decreto N.º 8:713, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 53, 14 Março 1923.

Diário do Governo, III Série, N.º 69, 24 Março 1923.

Lei N.º 1:489, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 237, 8 Novembro 1923.

Lei N.º 1:490, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 237, 8 Novembro 1923.

“Loi complétant la loi du 14 Mars 1919 concernant les plans d’extension et d’aménagement des villes”, *Journal Officiel de La République Française*, 12 Juillet 1924.

Decreto Lei N.º 11:335, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 263, 9 Dezembro 1925.

Decreto N.º 14:643, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 267, 3 Dezembro 1927.

Decreto-Lei N.º 15:289, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 74, 30 Março 1928.

Decreto N.º 16:999, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 139, 21 Junho 1929.

Decreto N.º 17:813, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 300, 30 Dezembro 1929.

Decreto N.º 19:101, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 285, 8 Dezembro 1930.

Decreto N.º 19:252, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 15, 19 Janeiro 1931.

Decreto N.º 22:444, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 82, 10 Abril 1933.

Decreto-Lei N.º 23:048, *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, 23 Setembro 1933.

Decreto-Lei N.º 23:050, *Diário do Governo*, I Série, N.º 217, 23 Setembro 1933.

Decreto-Lei N.º 24:453, *Diário do Governo*, I Série, N.º 206, 1 Setembro 1934.

Decreto-Lei N.º 24:802, *Diário do Governo*, I Série, N.º 299, 21 Dezembro 1934.

Lei N.º 1:909, *Diário do Governo*, I Série, N.º 116, 22 Maio 1935.

“Création de Projets Régionaux d’Urbanisme”, *Journal Officiel de La République Française*, 27 Juillet 1935.

Decreto-Lei N.º 26:762, *Diário do Governo*, I Série, N.º 159, 9 Junho 1936.

Decreto-Lei N.º 26:757, *Diário do Governo*, I Série, N.º 158, 8 Julho 1936.

Lei N.º 1:952, *Diário do Governo*, I Série, N.º 57, 10 Março 1937.

Decreto-Lei N.º 28:797, *Diário do Governo*, I Série, N.º 150, 1 Julho 1938.

Decreto-Lei N.º 28:882, *Diário do Governo*, I Série, N.º 171, 26 Julho 1938.

Decreto-Lei N.º 29:043, *Diário do Governo*, I Série, N.º 233, 7 Outubro 1938.

Decreto-Lei N.º 30:602, *Diário do Governo*, I Série, N.º 166, 19 Julho 1940.

Decreto-Lei N.º 31:247, *Diário do Governo*, I Série, N.º 102, 5 Maio 1941.

Decreto-Lei N.º 31:259, *Diário do Governo*, I Série, N.º 106, 9 Maio 1941.

Decreto-Lei N.º 32:331, *Diário do Governo*, I Série, N.º 242, 19 Outubro 1942.

Decreto-Lei N.º 33:520, *Diário do Governo*, I Série, N.º 27, 9 Fevereiro 1944.

Decreto N.º 33:583, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 61, 24 Março 1944.

Decreto-Lei N.º 33:921, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 197, 5 Setembro 1944.

Decreto-Lei N.º 34:337, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 286, 27 Dezembro 1944.

Decreto-Lei N.º 35:931, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 250, 4 Novembro 1946.

Decreto-Lei N.º 37:009, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 187, 12 Agosto 1948.

Decreto-Lei N.º 37:251, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 300, 28 Dezembro 1948.

Lei N.º 2:073, *Diário do Govêrno*, I Série, N.º 286, 23 Dezembro 1954.

Lei N.º 2:081, *Diário do Governo*, I Série, N.º 113, 4 Junho 1956.

Lei N.º 2:082, *Diário do Governo*, I Série, N.º 113, 4 Junho 1956.

Decreto N.º 41:089, *Diário do Governo*, I Série, N.º 101, 2 Maio 1957.

Decreto N.º 41:525, *Diário do Governo*, I Série, N.º 25, 7 Fevereiro 1958.

Decreto N.º 41:526, *Diário do Governo*, I Série, N.º 25, 7 Fevereiro 1958.

Decreto N.º 41:533, *Diário do Governo*, I Série, N.º 33, 19 Fevereiro 1958.

Decreto-Lei N.º 41:562, *Diário do Governo*, I Série, N.º 56, 18 Março 1958.

Decreto-Lei N.º 43:150, *Diário do Governo*, I Série, N.º 207, 6 Setembro 1960.

Decreto N.º 44:027, *Diário do Governo*, I Série, N.º 265, 15 Novembro 1961.

Decreto-Lei N.º 44:299, *Diário do Governo*, I Série, N.º 92, 24 Abril 1962.

Decreto-Lei N.º 46:354, *Diário do Governo*, I Série, N.º 117, 26 Maio 1965.

Decreto-Lei N.º 46:355, *Diário do Governo*, I Série, N.º 117, 26
Maio 1965.

Decreto-Lei N.º 47:032, *Diário do Governo*, I Série, N.º 125, 27
Maio 1966.

Decreto-Lei N.º 48:619, *Diário do Governo*, I Série, N.º 239, 10
Outubro 1968.

Decreto-Lei N.º 46:686, *Diário do Governo*, I Série, N.º 239, 15
Novembro 1968.

Decreto-Lei N.º 49:408, *Diário do Governo*, I Série, N.º 275, 24
Novembro 1969.

Decreto-Lei N.º 114/70, *Diário do Governo*, I Série, N.º 65, 18
Março 1970.

Portaria N.º 505/70, *Diário do Governo*, I Série, N.º 235, 10
Outubro 1970.

Decreto N.º 134/71, *Diário do Governo*, I Série, N.º 83, 8 Abril
1971.

Decreto-Lei N.º 560/71, *Diário do Governo*, I Série, N.º 294, 17
Dezembro 1972.

Decreto-Lei N.º 660/74, *Diário da República*, I Série, N.º 274,
Suplemento, 25 Novembro 1974.

Resolução do Conselho de Ministros, *Diário da República*, I
Série, N.º 287, Suplemento, 10 Dezembro 1974.

Decreto-Lei N.º 184/75, *Diário da República*, I Série, N.º 78, 3
Abril 1975.

Decreto-Lei N.º 278/75, *Diário da República*, I Série, N.º 129,
5 Junho 1975.

Decreto-Lei N.º 874/76, *Diário da República*, I Série, N.º 300, 28
Dezembro 1976.

Decreto N.º 45/78, *Diário do Governo*, I Série, N.º 100, 2 Maio
1978.

Decreto-Lei n.º 121/81, *Diário da República*, I Série, N.º 118, 23
Maio 1981.

Decreto-Lei N.º 355/81, *Diário da República*, I Série, N.º 300,
Suplemento, 31 Dezembro 1981.

Decreto-Lei N.º 328/86, *Diário da República*, I Série, N.º 225, 30 Setembro 1986.

Lei N.º 48/98, *Diário da República*, I Série-A, N.º 184, 11 Agosto 1998.

X - Bibliografia Genérica

1. Literatura

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Histórias da Terra e do Mar*, Porto, Figueirinhas, 2006.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, “Casa Branca”, in *Mar*, Alfragide, Editorial Caminho, 2008, p. 20.

BOWLES, Paul, *The Sheltering Sky*, London, Penguin Books, [2009]. (Penguin Modern Classics) (1.ª edição: 1949)

COSTA, João Bénard da, *Crónicas: Imagens Proféticas e Outras*, Volume I e II, Lisboa, Assírio e Alvim, 2010.

DINIZ, Júlio, *Uma família Inglesa: Scenas da vida do Porto*, 3.ª edição, Porto, A. R. da Cruz Coutinho, 1875. (1.ª edição: 1868)

ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas: o país e a sociedade portuguesa*, Volume I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943. (1.ª edição: 1887)

QUEIRÓS, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Mem Martins, Publicações Europa-América, [s.d.]. (Livros de Bolso, N.º 219) (1.ª edição: 1901)

2. Arquitectura

PEDREIRINHO, José Manuel, *Dicionário dos Arquitectos: activos em Portugal do século I à actualidade*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.

TOSTÕES, Ana (coordenação), *IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006.

3. História

ANDRADE, Anselmo de, *Portugal Económico*, Lisboa, Manuel Gomes, 1902.

FOURASTIÉ, Jean, *Les Trente Glorieuses*, Paris, Hachette, 1979.

FRANÇA, José-Augusto, *O Ano X, Lisboa 1936: Estudo de Factos Socioculturais*, Lisboa, Editorial Presença, 2010.

JÚNIOR, J. N. Ferreira Dias, *Linha de Rumo: Notas de Economia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

MARQUES, A. H. de Oliveira (coordenação), *Da Monarquia para a República*, in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção), *Nova História de Portugal*, Volume XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991.

PIMENTEL, Irene Flunser, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

RAMOS, Rui (coordenação), *A Segunda Fundação*, in MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, Volume 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando (coordenação), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Volume XII, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

ROSAS, Fernando (coordenação), *O Estado Novo (1926-1974)*, in MATTOSO, José (direcção), *História de Portugal*, Sétimo Volume, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

VIEIRA, Joaquim, *Fotobiografias do Século XX: Rei D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.

VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX: Crónica em imagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

3. Turismo

AZAMBUJA, João Rosa, *Cidade da Marinha Grande: Subsídios para a sua história*, Marinha Grande, Câmara Municipal

da Marinha Grande, Dezembro 1998.

BARROS, Artur Neto de, *Subsídios para uma Monografia de São Pedro de Muel*, Marinha Grande, Edição do Autor, 1989.

CASTRO, António Paes de, *A Granja de todos os tempos: desde a Granja dos frades de Grijó e da Granja dos Ayres, até à Praia da Granja dos nossos dias*, Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1973.

COLAÇO, Branca de Gonta, **ARCHER**, Maria, *Memórias da Linha de Cascais*, 1.^a edição, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1943.

Monografia de Fão, Esposende, Tipografia e Papelaria Cávado, 1948.

PINTO, Maurício, **ESTEVES**, Raimundo, *Figueira da Foz: Praia da Claridade*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo, 1959.

PEREIRA, Álvaro, “Espinho”, *Aveiro e o seu distrito: Publicação Semestral da Junta Distrital de Aveiro*, Aveiro, N.º 7, Junho 1969, pp. 5-26.

PEREIRA, Álvaro, *Espinho: Monografia*, Espinho, Edição de Autor. 1970.

PIMENTEL, Alberto, *O Porto ha Trinta Annos*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1893.

PINHO, Alberto, **GAIO**, Carlos Morais, “Espinho: memórias do tempo”, Espinho, Jornal Maré Viva, 2000.

Fontes Documentais

I – Arquivos

1. Institucionais

Arquivo Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Arquivo CCDRA

Arquivo CCDRLVT

Arquivo DGOTDU

Arquivo de Fotografia de Lisboa CPF/MC

Arquivo Histórico MOPTC

Arquivo Instituto Geográfico Português

Arquivo INATEL

Arquivo Municipal da Figueira da Foz

Arquivo Municipal da Marinha Grande

Arquivo SPN/SNI - ANTT

Arquivo Turismo de Portugal

Centro de Documentação 25 Abril da Universidade de Coimbra

2. Particulares

Arquivo Ana Tostões

Arquivo Carlos Ramos

Arquivo Conceição Silva

Arquivo Isaías Cardoso

II – Fontes Electrónicas

1. Sítios na Web

<http://www.acquariodicattolica.it>
<http://www.agilitynut.com>
<http://www.algarvecoast-countryhomes.com>
<http://www.antoniocruz.net>
<http://www.alexandrepomar.typepad.com>
<http://www.archweb.it>
<http://www.america-architecture.info>
<http://www.arcspace.com>
<http://www.arkitera.com>
<http://www.arkitekturbilleder.dk>
<http://www.arquivomunicipal.c-lisboa.pt>
<http://www.art.com>
<http://www.artic.edu>
<http://www.avoe.org>
<http://www.aworldtowin.net>
<http://www.bathintime.co.uk>
<http://www.bild.bundesarchiv.de>
<http://www.bluffton.edu>
<http://www.books.google.es>
<http://www.branduponthebrain.tumblr.com>
<http://www.cadeaux.com>
<http://www.cam.gulbenkian.pt>
<http://www.carcavelos.com>
<http://www.cediasbibli.org>
<http://www.cesar-eur.it>
<http://www.cgi.ebay.com>
<http://www.citechailot.fr>
<http://www.cm-espinho.pt>
<http://www.cmhpf.org>
<http://www.cm-pvarzim.pt>
<http://www.cnrtl.fr>
<http://www.coac.net>

<http://www.collectionsonline.nmsi.ac.uk>
<http://www.commonsonline.nmsi.ac.uk>
<http://www.commonswiki.org>
<http://www.courses.cit.cornell.edu>
<http://www.cp.pt>
<http://www.crcarmo.com>
<http://www.crec.univ-paris3.fr>
<http://www.cuf-sgps.pt>
<http://www.curiosphere.tv>
<http://www.danskebilleder.dk>
<http://www.28dayslater.uk>
<http://www.delcampe.net>
<http://www.dgotdu.pt>
<http://www.docomomo.org.br>
<http://www.en.wikipedia.org>
<http://www.eng.archinform.net>
<http://www.es.wikipedia.org>
<http://www.fiammacanicatti.it>
<http://www.figueira.com>
<http://www.feldgrau.com>
<http://www.flickr.com>
<http://www.fmsoares.pt>
<http://www.fondationlecorbusier.fr>
<http://www.forum.axishistory.com>
<http://www.forums.thefashionspot.com>
<http://www.ftnbooks.com>
<http://www.geocaching.com>
<http://www.greatoceanliners.net>
<http://www.grupponline.it>
<http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>
<http://www.homepage.mac.com>
<http://www.iac-azores.org>
<http://www.jonathanrosenbaum.com>
<http://www.jph-lamotte.fr>

<http://www.lagis-hessen.de>
<http://www.legislacao.org>
<http://www.liberation.fr>
<http://www.librarygifts.wolfsonian.org>
<http://www.lusort.com>
<http://www.mad.lesartsdecoratifs.fr>
<http://www.malletstevens.com>
<http://www.marta-herford.com>
<http://www.maureenmegowan.com>
<http://www.maximainteriores.xl.pt>
<http://www.mgrande.net>
<http://www.momoneco.kotka.fi>
<http://www.monumentos.pt>
<http://www.movieposterdb.com>
<http://www.mulher.uol.com.br>
<http://www.museocaproni.it>
http://www.museudochiado_ipmuseus.pt
<http://www.niemeyer.org.br>
<http://www.novasexpressoes.sa-arquitectos.com>
<http://www.ocw.mit.edu>
<http://www.oprurb.org>
<http://www.ordemengenheiros.pt>
<http://www.origens.pt>
<http://www.otitserip.freewb7.com>
<http://www.paginas.fe.up.pt>
<http://www.parqueterranostra.com>
<http://www.philjens.plus.com>
<http://www.picasaweb.google.com>
<http://www.picbox.biz>
<http://www.piscine-molitor.com>
<http://www.portugalglobal.pt>
<http://www.portugalvirtual.pt>
<http://www.prefettura.it>
<http://www.probertencyclopedia.com>

<http://www.prof2000.pt>
<http://www.pzservices.typad.com>
<http://www.rafaeldelahoz.com>
<http://www.rcnss.com>
<http://www.rebel.net>
<http://www.ribapix.com>
<http://www.rmmv.org>
<http://www.royalcrescentbath.com>
<http://www.scholar.library.miami.edu>
<http://www.sigarra.up.pt>
<http://www.sipbc.it>
<http://www.skyscrapercity.com>
<http://www.spree2011.de>
<http://www.static.nai.nl>
<http://www.teturaarqui.wordpress.com>
<http://www.thirdreichruins.com>
<http://www.time.com>
<http://www.todocoleccion.net>
<http://www.toneguzzi.it>
<http://www.training.itcilo.it>
<http://www.troiareort.com>
<http://www.truca.pt>
<http://www.tsf.pt>
<http://www.tv-cottbus.de>
http://www.uncp_edu.com
<http://www.urbancidades.wordpress.com>
<http://www.usgwarchives.org>
<http://www.valedolobo.com>
<http://www.vimeo.com>
<http://www.vintage-poster-market.com>
<http://www.viviendacolectiva-upct.tumblr.com>
<http://www.weissenhof.com.de>
<http://www.weymede.co.uk>

2. Blogues na Web

<http://www.albumfigueirense.blogspot.com>

<http://www.anossapovoa.blogspot.pt>

<http://www.anovaconfraria.blogspot.com>

<http://www.apesjcff2.blogspot.com>

<http://www.architecturalmetabolism.blogspot.com>

<http://www.armacaodepera.blogspot.com>

<http://www.arquivoartigospalhetas.blogspot.com>

<http://www.arspblica.blogspot.com>

<http://www.blogdaruanove.blogs.sapo.pt>

<http://www.cascais-raa.blogspot.com>

<http://www.cidadeportimao.blogspot.com>

<http://www.citizengrave.blogspot.pt>

<http://www.clubecoleccionadoresdegaia.blogspot.com>

<http://www.daavidmoertl.blogspot.com>

<http://www.dapraiadagranja.blogspot.com>

<http://www.deespinhoviva.blogspot.com>

<http://www.diasquevoam.blogspot.com>

<http://www.doportoenaoso.blogspot.com>

<http://www.esmadridnomadriz.blogspot.com>

<http://www.es.paperblog.com>

<http://www.estrelladuran.blogspot.pt>

<http://www.ex-ogma.blogspot.pt>

<http://www.fariadacosta.no.sapo.pt>

<http://www.farinha-ferry.blogspot.com>

<http://www.feiradecastro.blogs.sapo.pt>

<http://www.histoireontheway.blogspot.com>

<http://www.infohabitar.blogspot.com>

<http://www.madrid2008-09.blogspot.com>

<http://www.messines-alte.blogspot.com>

<http://www.narotadoyankeeclipper.blogspot.com>

<http://www.omeumundoempostais.blogspot.com>

<http://www.opel-rekord-a-a.blogspot.com>

<http://www.osservazionidivita.blogspot.com>
<http://www.patrimoniograficoemrevista.blogspot.com>
<http://www.postaisportugal.canalblog.com>
<http://www.postaisportugal.blogspot.com>
<http://www.rainhadacostaverde.blogspot.pt>
<http://www.realfamiaportuguesa.blogspot.com>
<http://www.realismoarte.blogspot.com>
<http://www.restosdecolecao.blogspot.com>
<http://www.retrovisor.blogs.sapo.pt>
<http://www.rotundadaanemona.blogspot.com>
<http://www.riodasmacas.blogspot.com>

Açores: 21, 214, 400, 403, 404, 456, 457, 622, 995, 1029.

Albufeira: 45, 113, 397, 562, 577, 726-728, 730, 732, 967, 1014, 1023, 1024, 1033, 1044-1046, 1063, 1064, 1073, 1088, 1090, 1110, 1140-1147, 1149, 1151, 1154-1157, 1166, 1309, 1319, 1320, 1322-1324, 1326, 1328, 1329, 1331, 1332, 1380, 1427, 1429, 1437, 1441-1443, 1445, 1446, 1456, 1458-1460, 1463, 1465, 1466, 1468-1470, 1472, 1473, 1641.

Aldeia das Açoteias: 1308, 1309, 1319, 1321-1324, 1326, 1328, 1329, 1331, 1332.

Algarve: 22, 29, 30, 33, 34, 44, 73, 81, 87, 90, 95, 97, 113, 288, 290, 389-392, 396, 397, 400, 404, 418, 421, 422, 431, 432, 466, 468, 512, 520, 524, 562, 563, 586, 670, 728, 890-893, 984, 1001, 1010, 1011, 1013-1015, 1017-1041, 1044, 1046-1058, 1063, 1064, 1081-1085, 1088-1093, 1106-1112, 1119, 1141, 1144, 1151, 1157-1159, 1165-1167, 1170-1172, 1181, 1212-1214, 1218, 1219, 1222, 1234-1236, 1239-1242, 1272, 1291, 1308, 1309, 1312, 1314, 1317-1319, 1322, 1329, 1332-1334, 1336-1338, 1344-1346, 1348, 1350, 1352, 1353, 1357, 1364, 1372, 1373, 1375, 1377, 1403, 1448, 1451, 1454, 1460, 1483, 1484, 1540, 1493.

Aljezur: 1014, 1023, 1033.

Almada: 594, 610, 639, 640, 670, 903, 904, 963-965, 967, 968, 969, 973, 975, 977, 979, 980, 981, 984, 1014.

Almoçageme: 734, 735.
Alporchinhos: 890, 891-893.
Alportuche: 369, 370, 886, 887, 1206.
Alto Estoril: 616, 619, 652.
Alvor: 422, 768, 1023, 1024, 1032, 1037, 1041, 1053, 1085, 1088, 1199, 1222-1224, 1226, 1229-1241, 1298, 1333, 1353, 1508,
Âncora: 562.
Apúlia: 113, 747, 755, 757-760, 768.
Areia Branca: 113, 562.
Armação de Pêra: 93, 113, 421, 422, 562, 563, 577, 668, 1014, 1023, 1039, 1041, 1053, 1063, 1064, 1066, 1068-1073, 1088, 1089, 1157, 1159, 1160, 1162-1166, 1213, 1215, 1333.
Arrábida: 93, 246, 368, 369, 466, 477, 882- 887, 889, 962, 1029, 1201, 1202, 1204, 1206, 1210, 1377, 1420, 1513, 1514, 1528.
Azenhas do Mar: 879, 880, 1259, 1260, 1377.
Baleal: 93, 562, 572.
Baleeira: 1041, 1063, 1199, 1210-1212, 1214, 1218-1222.
Barcelona: 42, 78, 397, 440, 677-683, 685-689, 691-699, 741, 892, 1167, 1168, 1374.
Calambrone: 928, 931-936.
Caminha: 26, 91, 92, 249, 529, 533, 893-899.
Carcavelos: 297, 615-619, 622-624, 627, 633, 650, 657, 745, 1000.
Carreño: 738.
Carvoeiro: 113, 1041, 1023.
Cascais: 40, 43, 44, 62, 63, 67, 73, 90, 92, 112, 113, 128, 132, 134, 135, 137-140, 144, 145, 148-153, 158, 166, 170, 174, 187, 192, 297-299, 303, 305, 309, 310, 313, 346, 349, 350-354, 365, 376, 407, 409, 434, 451-454, 474, 586-589, 591, 592, 614, 616-620, 622, 624, 626, 627, 635, 639, 643, 644, 650, 651, 654, 659, 661, 666, 733, 901, 905, 912, 924, 1182, 1184, 1188, 1192, 1193, 1195-1198, 1223, 1225, 1251.

Caxias: 113, 297, 614-619, 650, 651, 670.

Coimbra: 556, 637, 638, 640, 733, 796, 812, 966, 980, 1243.

Comporta: 1489, 1492, 1533.

Corticeira: 113.

Cortegaça: 113.

Costa Brava: 113, 678, 679, 904, 1095, 1106, 1412.

Costa do Sol: 43, 150-152, 165, 298, 347, 356-358, 364, 374, 451, 454, 480, 481, 485, 488, 494, 562, 572, 584-587, 590-600, 603, 609, 614-617, 619, 620, 622, 624-628, 633, 637, 639-641, 643, 644, 648-654, 656, 659, 661, 666-670, 700, 745, 809, 904, 914, 916, 924, 959, 964, 966, 979, 980, 1091, 1397.

Costa Nova: 91-93, 113, 133, 292, 562, 903.

Ericeira: 40, 91-93, 95, 113, 119, 288, 289, 292, 562, 644.

Espanha: 24, 26, 37, 53, 56, 57, 88, 114, 180, 218, 262, 382, 389, 397, 438, 440, 443, 444, 677, 680, 703, 704, 718, 719, 737, 741, 913, 955, 995, 1017, 1025, 1027, 1045, 1093, 1112, 1168, 1169, 1279, 1378, 1416, 1417, 1454.

Espinho: 40, 95, 109, 112, 113, 129, 132, 133, 137, 166, 171, 174, 178, 180, 181, 192, 193, 217-246, 248, 256, 273, 283, 285, 288, 376, 380, 389, 392, 407, 413, 414, 416, 422, 424, 497, 562, 1243, 1244.

Estoril: 22, 29, 33, 41, 43, 73, 93, 112, 113, 133, 134, 137, 142, 144, 291, 295, 297, 298, 305, 308, 309, 311-330, 332-334, 336-339, 342-349, 351, 352, 354-364, 366, 376-378, 381, 386, 406-416, 418, 420, 422, 424, 427, 430, 434, 451, 453, 586-589, 591, 596-598, 497, 609, 614-617, 619, 620, 623-625, 627, 643, 644, 650-652, 654, 657, 660, 669, 726, 730, 731, 733, 762, 905, 910, 924, 959, 1111, 1166, 1181, 1182, 1184-1189, 1191-1199, 1222, 1230, 1243, 1245, 1251-1258, 1274, 1275, 1277, 1298, 1420.

Faro: 44, 67, 73, 91, 92, 115, 132, 214, 397, 474, 645, 1014, 1023, 1024, 1029, 1032, 1033, 1044, 1046, 1050, 1051, 1054, 1055, 1081, 1091, 1109, 1112, 1151, 1063, 1064, 1085,

1088, 1223, 1225, 1309, 1313, 1318, 1323, 1338,
Figueira da Foz: 40, 67, 73, 89, 92, 93, 95, 112, 113, 129, 133,
137, 181, 192-198, 200-218, 222, 235, 283, 288, 293, 376,
380, 389, 391, 407, 408, 409, 417, 420, 422, 497, 562, 644,
646, 747, 969, 980, 1021, 1126, 1127, 1128-1139, 1199,
1222, 1244, 1245.
Foz do Arelho: 40, 90, 92, 93, 113, 132, 290, 291, 562, 572, 573,
576, 644, 726, 727, 729, 732.
Foz do Douro: 113, 128, 153-155, 157, 162, 164, 192, 218, 258,
França: 29, 54, 58, 60, 61, 69, 262, 317, 321, 325, 340,
Funchal: 115, 376, 378-380, 386-388, 403, 406, 407, 417, 418,
420, 422, 915, 983, 984, 1112, 1209, 1242, 1243, 1259,
1280, 1281, 1285, 1286, 1288-1292, 1295-1305, 1307,
1383.
Furadouro: 93, 113, 133, 246, 283, 292, 562.
Furnas: 400-404.
Granja: 40, 109, 112, 113, 129, 137, 166-170, 174-192, 217, 218,
220, 222, 224, 229, 497, 745, 747, 1243, 1244.
Guincho: 660, 899, 901, 1166, 1420.
Itália: 43, 54, 270, 321, 446, 704, 705, 712, 719, 929-931, 936,
1027, 1045, 1049, 1169, 1416.
Klampenborg: 925, 926.
Lagos: 67, 76, 91, 92, 132, 323, 562, 577, 1014, 1023, 1032-1034,
1041, 1046, 1054, 1063-1065, 1089, 1110, 1235, 1243,
1244, 1508.
Languedoc Roussillon: 1093, 1095, 1102, 1167.
Leça da Palmeira: 113, 1258, 1261-1265, 1267, 1268, 1271.
Madeira: 21, 59, 105, 376, 378-380, 386-389, 391, 403, 417, 418,
714, 886, 983, 1111, 1112, 1119, 1199, 1202, 1206, 1209,
1242, 1259, 1280, 1286-1292, 1295, 1297, 1298, 1305.
Madrid: 57, 59, 62, 73, 194, 218, 362, 438, 440, 442, 456, 680,
692, 696, 699, 737, 913, 916, 919, 1167, 1168,
Manta Rota: 391, 392, 397, 398, 1032, 1053, 1063, 1074, 1077,
1080, 1318, 1333.

Marbella: 738.

Matosinhos: 113, 119, 137, 154, 241, 562, 732, 1262-1267, 1269, 1271.

Meia-Praia: 1023, 1039, 1041, 1053, 1063-1065, 1333.

Miramar: 112, 191.

Moledo do Minho: 113, 235, 499, 525, 527, 529-533, 559, 562, 745.

Monchique: 577, 1014, 1023, 1033, 1038, 1084, 1085, 1041, 1044, 1046.

Monte Estoril: 62, 63, 90, 112, 13, 144, 148, 149, 200, 299, 300, 302-307, 309, 311, 313, 314, 325, 377, 616, 619, 627, 654, 657.

Monte Gordo: 93, 391, 393-400, 422, 480, 498, 534-536, 559, 562, 668, 728, 1014, 1021, 1023, 1032, 1037, 1044, 1045, 1053, 1063, 1074, 1077, 1078, 1080, 1089.

Nazaré: 40, 62, 90, 92, 93, 113, 132, 137, 193, 288, 289, 292, 435, 469, 477, 562, 569, 571, 799, 801, 1013.

Odeleite: 1033.

Oeiras: 113, 134, 152, 591, 592, 598, 614-619, 622, 624, 626, 627, 633, 640, 650, 661-664.

Ofir: 29, 36, 532, 746-755, 757, 760, 766, 767, 769, 771, 772, 774, 775, 777, 791, 792, 794, 827, 842.

Paço d’Arcos: 113.

Peniche: 93, 113, 562, 572, 584, 630.

Platja d’Aro: 678.

Ponta dos Corvos: 113.

Porto: 375, 435, 449, 456, 459, 466, 494, 747, 752, 768, 778, 791, 1049, 1082, 1133, 1243, 1246, 1261, 1297.

Porto de Mós: 1041.

Porto Santo: 886, 887, 889, 1199, 1200-1206, 1208-1210, 1222.

Póvoa de Varzim: 40, 92, 93, 95, 105, 113, 129, 132, 137, 192, 248-253, 256-284, 286-288, 406, 407, 422, 497, 506, 562, 668, 747, 1244.

Pedrógão: 92, 113, 548.

Pedrouços: 93, 113, 128, 141, 297, 299, 309, 1243.

Praia da Aguda: 93, 113, 191, 726, 727, 732.

Praia da Consolação: 93, 562, 572.

Praia da Maria Luísa: 1429-1431, 1433, 1435, 1437, 1446, 1455.

Praia da Rocha: 31, 72, 73, 76, 91-93, 112, 113, 132, 133, 376, 380, 382, 389-391, 400, 406, 421, 513, 515, 517, 518, 480, 489, 498, 512, 519-524, 559, 562, 668, 728, 745, 810, 1014, 1021-1024, 1032, 1037, 1041, 1045, 1053, 1063, 1166, 1170-1172, 1174, 1176-1182, 1239, 1292, 1333.

Praia da Luz: 113, 1039, 1041.

Praia das Maçãs: 93, 113, 126, 733, 866, 868, 1245-1250, 1259.

Praia de Ancora: 95, 109, 113, 133, 292,

Praia de Fão: 255, 272, 747, 748, 750, 755-757, 759, 761-765, 767, 768.

Praia de Mira: 31, 480, 498, 549, 556, 558, 668.

Praia de Santa Cruz: 40, 113, 133, 288, 289, 292, 577, 582-584.

Praia de Santa Marta: 145-147.

Praia de S. Bernardino: 93, 572.

Praia de S. Mamede: 113.

Praia da Vieira de Leiria: 537-539, 541, 544-546, 548, 559.

Praia do Cabedelo (Viana do Castelo): 480, 489, 498, 500, 502, 503, 506-508, 511, 540, 559, 565, 732, 745, 810, 941.

Praia do Samouco: 113.

Praia do Senhor d'Além: 113.

Praia do Sol: 113, 903, 959-962, 971.

Praia Grande: 111, 734, 1032, 1041, 1069, 1071, 1073, 1166, 1249, 1250.

Prora: 43, 698, 722, 723, 724, 904, 935, 945.

Quarteira: 506, 507, 529, 562-565, 569, 640, 728, 810, 811, 1014, 1023, 1024, 1039, 1044, 1053, 1054, 1063, 1064, 1081, 1082, 1089, 1333, 1335, 1338, 1339, 1341, 1343, 1351, 1359, 1435, 1436, 1448.

Quinta do Lago: 1375.

Rodízio: 774, 781, 782, 784, 787-790, 828, 986, 1013, 1166,

1246.

Santo António do Estoril: 309-311.

San Sebastián: 24, 60, 262, 292, 334, 440, 680, 720, 721, 916, 921, 1167, 1417.

S. Bartolomeu do Mar: 113.

S. Bartolomeu de Messines: 1033.

S. Jacinto: 246, 247, 456, 562, 563.

S. João do Estoril: 93, 297, 309, 310, 376, 615, 624, 627.

S. Martinho do Porto: 40, 90, 92, 113, 132, 292, 293, 295, 562, 566, 568-570.

S. Pedro de Muel: 37, 113, 292, 562, 746, 796-803, 805, 807- 822, 824-837, 839-849, 851, 852, 854-859, 862-870, 873-877, 1244.

Senhora da Rocha: 891-893, 1013, 1014, 1069, 1071, 1072.

Sesimbra: 45, 93, 562, 563, 866, 868, 967, 1380-1384, 1387-1389, 1392-1398, 1401-1406, 1408-1411, 1417, 1418, 1420-1422, 1433, 1434, 1448, 1452, 1453, 1472.

Setúbal: 45, 62, 67, 76, 92, 93, 113, 115, 214, 397, 473, 873, 1019, 1049, 1380, 1483, 1487, 1488, 1492, 1507, 1520, 1540.

Silves: 1013, 1032-1034, 1041, 1046, 1110.

Sines: 93, 113, 466, 562, 1515, 1540.

Tarragona: 24, 440, 738-741, 1167, 1168, 1746.

Torreira: 93, 113, 283, 562.

Tróia: 22, 45, 768, 1027, 1333, 1380, 1483-1485, 1487-1489, 1491, 1492, 1499-1515, 1517-1522, 1526-1530, 1532, 1539-1544, 1533, 1537, 1538, 1493, 1498.

Vale do Lobo: 1081, 1242, 1335, 1375.

Vilamoura: 27, 29, 36, 422, 565, 769, 1054, 1081, 1082, 1242, 1333, 1335-1337, 1339, 1341-1350, 1352, 1353, 1355-1357, 1359-1362, 1364, 1366, 1368-1378, 1455, 1487, 1499.

